VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIS ELETRÔNICOS
VOLUME 1

Organizadoras
Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

Editora
SERTÃO CULT
10 anos

ORGANIZADORES

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi
Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Mestrado e Doutorado em História Social pela UFC. É bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Coordenadora do Programa de Pós-graduação da UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista. Desde julho de 2018 é pesquisadora vinculada ao INCT-PROPRIETAS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, história do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Meize Regina de Lucas Lucena
Tem graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado-sanduíche em Cinema - Université Paris III (2004), e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Possui pós-doutorado em História pela Universidade de Brasília (2013), pela Universidade de Groningen - Holanda (2013-2014) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, linguagem, representação, escrita. Na última década tem desenvolvido estudos em torno da censura cinematográfica no Brasil durante a ditadura. É líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq "História e narrativa".

Gilberto Gilvan Souza Oliveira
É doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Atua como professor na educação básica e no ensino superior. Enquanto pesquisador, dedica-se às áreas da História do Livro, da Edição e das práticas de leitura.

Organizadoras
Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira

ANAIS ELETRÔNICOS

VII Seminário Internacional História e Historiografia

escrita da história e políticas da memória

VOLUME 1

Sobral-CE
2024
Editora
SERTÃO CULT
10 anos

Anais Eletrônicos — VII Seminário Internacional - História e Historiografia escrita da história e políticas da memória. Volume 1
© 2024 copyright by: Ana Sara Cortez Irffi, Meize Regina de Lucas Lucena, Gilberto Gilvan Souza Oliveira (Orgs).
Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Editora
SERTÃO CULT
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão e normatização
Sob responsabilidade dos autores

Diagramação
João Batista Rodrigues Neto

Catalogação
Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

S471 Seminário Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória. (7.:2024: Sobral, Ceará).

História e Historiografia escrita da história e políticas da memória: anais do VII Seminário Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória. [recurso eletrônico]. / Organizadores, Ana Sara Cortez Irffi, Meize Regina de Lucas Lucena, Gilberto Gilvan Souza Oliveira. —Dados eletrônicos. — Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

[660] p.
v.I

ISBN: 978-65-5421-173-4 – papel
ISBN: 978-65-5421-171-0 - E-book
Doi: 10.35260/54211710-2024

1. História. 2. Historiografia escrita. 3. Políticas da memória. I. Irff, Ana Sara Cortez. II. Lucena, Meize Regina de Lucas. III. Oliveira, Gilberto Gilvan Souza. IV. Título.

CDD 900

Reitor da Universidade Federal do Ceará
Custódio Almeida

Vice-Reitora da Universidade Federal do Ceará
Diana Azevedo

Chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará
Mário Martins Viana Júnior

Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em História
Ana Sara Cortez Irffi – UFC
George Felix Cabral de Souza - UFPE
Uiran Gebara da Silva - UFPE
Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI
Fabiula Servilha de Souza - UFRN
Fábio Baqueiro Figueiredo – UFBA
Edvaldo Correa Sotana – UFMT
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Keith Váleria de Oliveira Barbosa – UFAM
Marcos Vinicius de Freitas Reis – UNIFAP

Comissão Científica
Ana Sara Cortez Irffi – Universidade Federal do Ceará
George Felix Cabral de Souza - Universidade Federal de Pernambuco
Uiran Gebara da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Francisco Gleison da Costa Monteiro - Universidade Federal do Piauí
Fabiula Servilha de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Fábio Baqueiro Figueiredo - Universidade Federal da Bahia
Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal do Mato Grosso
Francivaldo Alves Nunes - Universidade Federal do Pará
Keith Váleria de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Amazonas
Marcos Vinicius de Freitas Reis - Universidade Federal do Amapá
Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará
Ian Merkel – Universidade de Groningen

Comissão Organizadora
Ana Carla Sabino Fernandes - Universidade Federal do Ceará
Ana Rita Fonteles Duarte - Universidade Federal do Ceará
Ana Sara Cortez Irffi - Universidade Federal do Ceará
Antônio Gilberto Ramos Nogueira - Universidade Federal do Ceará
Antônio Luiz Macedo – Universidade Federal do Ceará
Cláudia Freitas de Oliveira - Universidade Federal do Ceará
Kleiton de Sousa Moraes - Universidade Federal do Ceará
Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Comissão Espaço da Graduação
Ana Suelle de Oliveira Gomes – Mestrado PPGH UFC
Francisca Eudésia Nobre Bezerra – Doutorado PPGH-UFC
Norma Sueli Semião Freitas - Doutorado PPGH UFC

Sumário

Apresentação.....11

"A História que a história não conta" - Diáspora e o giro decolonial nos enredos da Unidos da Tijuca (2003) e Mangueira (2019) 13
Fernando Nilson Constâncio

As múltiplas fronteiras na mídia escrita de Cáceres/MT 24
Renilda Miranda Cebalho

Construção política e diálogo de classes na nascente república brasileira: as novas noções de cidadania e a instrumentalização do poder público pelas elites (1889-1930).....39
Kelvin Simoura Rodrigues

A representação da história urbana de Anápolis: uma leitura partir das narrativas memorialistas 56
Lucas Gabriel Corrêa Vargas

Ensino de história, cultura e educação patrimonial em Itapipoca – CE.....71
André Aguiar Nogueira

Sabedoria marginal, a cidade na ótica ancestral-periférica: o caso do Ilê Asé Odé Ibualamo em Carapicuíba, caminhos para reparação.....80
João Pedro Manccini Fernandes

A morte de "João Ninguém" e a década de 1980 nas páginas dos jornais cearense.....94
Francisca Eudésia Nobre Bezerra

"Aprendiz de feiticeiro": traçados históricos da passagem de um "bruxo" por Teresina (anos 1970).....111
Carlos Alberto de Melo Silva Mota

Através das Américas: Brasil Gerson e a América Latina no jornal Tribuna Popular (1945-1946) 130
Adriano Soares Sampaio

O Olindense: práticas e representações estudantis do direito no periodismo do século XIX.....140
Noemia Dayana de Oliveira

Interpretando uma fonte histórica da nossa: estudando, catalogando e digitalizando as Revistas Ilustradas "Encontro" e "Montes Claros Em Foco" De Montes Claros-Mg Projeto ICEB MG na Escola Estadual Zeca Guida.....150
José Vinícius Peres Silva

Comunidades tradicionais, patrimônio e turismo: o caso da Ilha Do Mel (PR) 164
Cassiana Sare Maciel

O percurso político do Padre Mororó(1817-1824) 179
Francisco Weber Pinto Porfírio

Imagens de luz, imagens de Luíza: o papel da fotografia na performance pública da Primeira-Dama do Ceará (1960-1980) 199
Norma Sueli Semião Freitas

O Ceará-sertão: mapas, produção do território e escrita da história no século XIX 214
Ana Isabel RP Cortez Reis

Políticas de educação integral em tempo integral na rede municipal de educação de Fortaleza 225
Keile Socorro Leite Felix
Geovanio Carlos Bezerra Rodrigues

A chama e a sombra: apontamentos sobre a iluminação a gás (Fortaleza – Ceará, século XIX) 239
Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

O relato em Maus: análise do uso de uma graphic novel no ensino do Holocausto Judeu na Segunda Guerra Mundial no Colégio Estadual Liceu de Caucaia.....256
Christiana Vitória Soares Lopes

Possibilidades para o Ensino de História e Educação Patrimonial: a relação da comunidade com o Museu Casa de Quinca Moreira.....267
Igor Mário Rodrigues Benedito
Antônio Gilberto Ramos Nogueira

Narrativas de prostitutas no Brasil: prostituição e feminismos em debate ..277
Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo

Mortalidade e contágio na epidemia de varíola durante a seca de 1878...294
André Ribeiro Totti

Ensino de História Local e protagonismo estudantil: a formação integral por meio da produção de pesquisa científica.....308
André Luiz Henrique Tavares de Melo Rodrigues

Escritas autobiográficas e experiências ditatoriais: tensões, rupturas e resistências na escrita de si no Brasil pós-anistia (1980 – 2018).....322
Caio Brito Barreira

O Mito das "Portas Abertas": imigração, imprensa e legislação sobre estrangeiros na Primeira República.....337
Guilherme Borges da Silva

Exposições didáticas e protagonismo estudantil: registros de práticas adotadas nas escolas municipais de Itapissuma-PE 348
Paulo Fillipy de Souza Conti
Jesanias Rodrigues de Lima

A dinâmica entre intelectuais e políticos envolvidos no processo de regionalização do espaço acadêmico da FURRN (1968-1973) 359
Maria Clara Barbalho de Mendonça

O patrimônio das secas: a produção arquitetônica no Ceará a partir da seca de 1877-79 374
Nauhan dos Santos Dias
Antônio Luciano da Silva Júnior

Capoeira a volta que o mundo deu: construção simbólico de uma brasilidade afrobrasileira (1930 a 1950) 387
Diego Bezerra Belfante

História e historiografia sobre as "marchadeiras" de 1964.....400
Eduardo dos Santos Chaves

Reflexões sobre o passado ditatorial no Rio Grande do Sul: uma análise dos relatórios comissionais em sala de aula 411
Natália Centeno Rodrigues

Considerações sobre fantasmagoria e testemunho: linguagem visual e imagens dialéticas na apreensão da violência política 425
Thiago Possiede

A escrita instituinte de Abdias Neves sobre as lutas pela independência no Piauí em *A Guerra do Fidié* 435
Teresinha Queiroz
Rodrigo Thadeu Paiva Dias

Reflexões sobre os desafios do ensino e aprendizagem na disciplina de História a partir de um estudo de caso.....450
Ingrid Oliveira Moreira
Ana Amélia Rodrigues de Oliveira

Saúde e doenças: suas múltiplas representações na Imprensa de Teresina na década de 1880.....462
Márcia Castelo Branco Santana

Experiências em educação patrimonial e ensino de história em uma escola no interior do Ceará, uma breve discussão das diretrizes da Carta de Ouro Preto 474
Vandelson Lima Aguiar

Por uma explicação cibernética do negacionismo da ditadura no tempo presente: contribuições docentes no ProfHistória (2021-2023) 487
André Fialho de Oliveira

A História vai a guerra novamente: a utilização de filmes históricos de guerra na produção de conhecimento histórico no ambiente escolar, o filme Círculo de Fogo (2001) como exemplo 497
Fabiano da Silva Sousa
Jailson Pereira da Silva

Os heróis sangram: técnicas do corpo e narrativa dos vaqueiros de Elesbão Veloso Piauí (1980-2023) 519
Maria Helena Alves Ferreira

Fora do tempo: Joy Division e o tempo do "No Future" 535
Gladyson Salvador Araújo

“Mas no meio disso tem gente”: a produção da fronteira entre Ceará e Piauí no oitocentos 546
Maria Leopoldina Dantas Máximo

Os “senhores da história” e a invenção de um passado para a Província do Ceará (1859-1869).....563
Frank Adriano Oliveira de Sousa

“Merece um “doido” apanhar? O caso da morte do popular “Cícero Doido” nos sertões de Caicó-RN (1960)” 576
Sérgio Medeiros de Almeida

Da imprensa ao TikTok: como situar o leitor contemporâneo?.....593
Aline Maria Lepick Chamone
Yohana Tôrres Monteiro

“Veja” a AIDS: “um nó nos costumes”, a pedagogização dos corpos e o discurso de sexualidade (1983 –1990) 607
Lucas de Sousa Moreira

A Comissão de Socorros Públicos e as ações de combate à seca no Piauí (1877-1879).....617
Kátia de Araújo Silva

As Exposições Universais e suas dimensões econômicas, políticas e culturais: estudos preliminares.....629
Amanda Gonçalves Marinho

As pautas de um comunista na Tribuna Legislativa: a atuação parlamentar do vereador Sérgio Dieb na Câmara de Natal (1979-1985) 643
Antônio Carlos Cabral de Medeiros
Raimundo Nonato Araújo da Rocha

Primórdios da fiscalidade na Capitânia do Maranhão (Século XVII) 650
*Kecianny Araújo Santos**

Apresentação

A realização do Seminário Internacional História e Historiografia se constitui num importante eixo de consolidação e ampliação de uma rede de investigação e produção do conhecimento histórico compreendendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O caráter itinerante possibilita a divulgação e promove a elevação da qualidade da produção científica, eliminando as barreiras da área da história no processo de internacionalização do conhecimento.

Ao suscitar o debate acadêmico no campo historiográfico potencializado pelos diálogos e o estabelecimento de balanços sobre as novas abordagens e tendências da investigação dos historiadores, o Seminário contribui para a renovação da historiografia das regiões compreendidas ao mesmo tempo em que incentiva a consolidação de grupos de pesquisas institucionais e a participação dos professores da educação básica.

O Seminário Internacional de História e Historiografia visa assegurar, em base ampliada, a continuidade de um evento que tem agregado docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em torno dos desafios contemporâneos da investigação histórica.

A tomada de consciência da relação do historiador com a multiplicidade das dimensões temporais vem conduzindo ao entendimento segundo o qual, longe de qualquer pretensa natureza mimética do real, o discurso apoiado no trabalho de interpelação das fontes e elaboração escrita requer a problematização contínua de seus próprios procedimentos, escolhas e filiações.

Assim, ganha pertinência o exame crítico dos modos pelos quais, ao longo do tempo, a história se tornou um campo de conhecimento, com normas, rigores e interdições específicas. Amplia-se, portanto, o interesse em abordar a memória disciplinar como objeto de estudo, recusando sua cristalização canônica. Indagar e reconstruir as condições que, num dado presente, favoreceram a emergência de certas narrativas sobre o passado, em sintonia com

as projeções de futuro, é uma forma de sublinhar a historicidade constitutiva do saber histórico.

Afora a atualidade desse debate, que encoraja a percepção acadêmica das interfaces entre história e historiografia, o evento em apreço está inserido num conjunto de ações dedicadas à consolidação dos cursos de Pós-Graduação envolvidos. Ao incentivar o diálogo entre pesquisadores de História e áreas afins, o seminário tornará mais efetiva a troca de experiências e a explicitação de inquietações, desafios, metodologias e conceitos que têm delineado o horizonte dos trabalhos em andamento. Será, ainda, ocasião oportuna para ampliar os vínculos de cooperação científica e cultural com instituições com que o Programa de História deseja possuir acordo.

"A História que a história não conta" - Diáspora e o giro decolonial nos enredos da Unidos da Tijuca (2003) e Mangueira (2019)

Fernando Nilson Constâncio[1]

Resumo

Partindo das leituras e discussões da disciplina de "Pensamentos e narrativas pós-coloniais e decoloniais", ministrada pela professora Luísa Tombini Wittmann, na Universidade do Estado de Santa Catarina, o presente ensaio tem como objetivo analisar o desenvolvimento da categoria de diáspora e o giro decolonial na narrativa apresentada pela Unidos da Tijuca em 2003 e pela Estação Primeira de Mangueira no ano de 2019. Para que determinada análise e discussão possa ser feita, recorre-se às contribuições teóricas de Hall (2003), Gilroy (2007), Grosfoguel (2016), Mbembe (2020), e Mignolo (2010) e Torres (2019). Além das referências estudadas ao longo do semestre, se faz necessário debruçarmos no material apresentado pelo livro Abre Alas[2] da Mangueira de 2019, disponível na internet, assim como o material elaborado pela Unidos da Tijuca para seu carnaval no ano de 2003.

Palavras-chave: Escola de samba; Narrativas decoloniais; Diáspora; História.

Introdução

As escolas de samba do Rio de Janeiro, formadas sobretudo pelas comunidades e bairros de menor poder econômico, buscaram sua legitimidade através

---

1 Aluno do Programa de Pós-Graduação em História - UDESC (Mestrado). Contato: constancionfc@gmail.com.

2 Livro Abre Alas é um material produzido pelas agremiações carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro. Neste material, é possível consultar toda a produção e estudo feito pelas agremiações que serviram de base para a formatação de seus desfiles, contando com a ficha técnica dos desfiles, o histórico do enredo, a justificativa do enredo, o roteiro do desfile apresentado, assim como o desenho e a defesa de todos os elementos apresentados no desfile (alegorias, fantasias, enredo e samba enredo), além das referências consultadas pelas agremiações para o desenvolvimento de suas narrativas. Todas essas informações são destinadas ao corpo de jurados para servir de base na avaliação efetuada durante a apresentação das escolas de samba, mas também possuem domínio público a partir do dia dos desfiles, quando a LIESA passa a divulgar, através de seu site, todo esse material que é mantido em seu acervo online.

da ação direta com foco na educação, saúde, cultura, lazer e desenvolvimento social para suas comunidades, ocupando o dever do Estado brasileiro nesses espaços, que não se preocupava com a manutenção e o bem-estar social dessas pessoas, denotando o que Mbembe (2020) compreende sobre necropolítica. Assim, as escolas de samba são compreendidas e reconhecidas enquanto territórios negros, de acordo com Nogueira (2018), de resistência e de luta diária contra o racismo e a segregação social, através de suas ações sociais, discursos e narrativas levadas todos os anos para o grande público através dos desfiles na Marquês de Sapucaí. Narrativas que são reconhecidas, de acordo com Reis e Rezende (2019, p. 06) enquanto espaços de "comunicação em que os moradores da periferia carioca podem elaborar narrativas sobre suas experiências e visões sobre a sociedade brasileira, bem como a organização política e os conflitos dessa sociedade". Desta forma, os enredos apresentados pelas escolas de samba acompanham os anseios de cada tempo, através de narrativas "que revelam as demandas e os pensamentos da sociedade de cada época, a partir da perspectiva das comunidades onde se sediam as agremiações" (Reis; Rezende, 2019, p. 05).

Vale destacar que os desfiles das escola de samba produzem narrativas históricas que são veiculadas através de diversos meios, seja este impresso (revistas e jornais sobre o desfile, além de fotografias e do livro abre alas), sonoro (samba enredo e bateria), fílmico e videográfico (gravação dos desfiles, seja de forma oficial ou amadora) e estão conectados diretamente a demandas de memória de grupos sociais, neste caso aqueles ligados às escolas de samba, que são historicamente subalternizados e possuem no carnaval uma ferramenta importante de reivindicação de suas memórias, espaços e identidade.

Os desfiles das escolas de samba permitem catalisar os mais diversos conhecimentos de sujeitos advindos das periferias (carpinteiro, marceneiro, aderecista, eletricista, escritor, poeta) que a colonialidade optou por ignorar. Logo, essas pessoas conquistam, a partir de sua leitura sobre as histórias, o direito de narrar, como narrar e as motivações de narrarem. Esses enredos construídos, mediante seleções e intencionalidades, nos possibilitam pensar e refletir acerca da história (Fonseca, 2019, p. 23-24).

Nesse sentido, ao transportarem os mais diversos conhecimentos para a materialidade de um desfile carnavalesco (visual), as escolas de samba permi-

tem com que se articule novos caminhos sobre a estética, permitindo o uso de novos conhecimentos, formas, materiais e conceitos, como salienta Mignolo (2010) ao pensar uma Aiesthesis Decolonial.

Nesse caminho, surge como proposta do presente ensaio se debruçar nas narrativas produzidas pela Unidos da Tijuca em 2003 e pela Estação Primeira de Mangueira no ano de 2019, em conexão com a categoria de diáspora e as novas propostas de discursos históricos emergentes. Inicialmente iremos abordar a narrativa apresentada pela Unidos da Tijuca, para depois focalizarmos as discussões na proposta apresentada pelo enredo da Mangueira em 2019.

Agudas e a categoria de diáspora

A Unidos da Tijuca surge em 31 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, no contexto do pós-abolição e das reformas urbanas efetuadas sobretudo na gestão de Pereira Passos. Assim, a agremiação irá se fixar no complexo de morros do Borel, e contará com a participação de grupos advindos do Vale da Paraíba, com a decadência da economia cafeeira na região. Sendo a terceira escola de samba mais antiga do Rio de Janeiro, leva como cores o amarelo e o azul e tem como símbolo o pavão.

Era noite do dia 04 de fevereiro de 2003, quando a agremiação do Borel adentrou a passarela do samba Marquês de Sapucaí para apresentar o enredo "Agudas: os que levaram a África no coração e trouxeram para o coração da África, o Brasil!", de autoria de Milton Cunha. O enredo foi apresentado e narrado através de 28 Alas, 07 alegorias e 4.000 componentes.

De acordo com Silvia e Teruya (2020), os Agudas se formaram a partir da deportação de escravizados vindos de África para o Brasil no comércio transatlântico, formando na região do Golfo do Benin, na Costa Ocidental de África, uma comunidade desses "brasileiros" que foram denominados de Agudas. A deportação dessas populações do solo brasileiro se deu, sobretudo, pela articulação de revoltas contra a escravidão. Dentre essas revoltas, a que mais se destaca neste grupo trata-se da Revolta dos Malês.

A Revolta dos Malês, segundo João José Reis (2008), aconteceu na cidade de Salvador, no dia 25 de Janeiro de 1835, mês sagrado do Ramadã, que marca o jejum dos mulçumanos. Desta forma, os escravizados percorreram pelas ruas da cidade, libertando presos e lutando contra o sistema vigente. Reis lembra que o

movimento ficou conhecido por esse nome pois eram assim chamados os africanos muçulmanos que o organizaram, vindos dos portos de Luanda, Benguela, Cabinda e, no caso dos Malês, sobretudo através dos portos do golfo do Benin: Ajudá, Porto Novo, Badagri e Lagos.

De acordo com Milton Cunha, em entrevista concedida para o Geração Carnaval[3] *a proposta de abordar a história dos Agudas na avenida surge a partir de seu interesse em analisar o retorno dessas populações para sua terra de origem, após as modificações ocorridas pelo tempo e através das vivências em solo brasileiro, que modificaram consideravelmente os Agudas. Assim,*

> Quando você volta você está modificado, você está carregando um pedaço daquilo que viveu na nova terra; eai você não é mais africano nem brasileiro, porque os brasileiros não te consideram, você foi vindo a força e lá você está retornando, então nesse limbo, nessa ponte sob o atlântico onde os agudas vão e voltam[4].

O enredo da Unidos da Tijuca começa prestando um tributo a Orunmilá, para depois pensar a travessia atlântica, fazendo a ponte de ligação entre África e Brasil através de Iemanjá. Dizendo que "nossas baianas, sobe na noite o arrepio de toda a trajetória de luta dos escravizados, viajando sobre águas da rainha cujos filhos são peixes, onde ondas e vagas que trazem almas e sofrimentos de um continente para o outro". Logo em sequência a agremiação do Morro do Borel narra a reexistência dessas populações em solo brasileiro, rememorando suas famílias e identidades. Em sequência, as "praias africanas que um dia os viram partir, agora presenciam o refluxo de espumas flutuantes", é o retorno dos africanos deportados do solo brasileiro. Desta forma, a agremiação aponta que durante o retorno essas populações levam diversos elementos que não estavam sendo práticos em África. Dentre os elementos destacam-se

3 A entrevista completa pode ser acessada através do link: https://www.youtube.com/watch?v=3E-Fmxnq2pak. Acesso em: 08 dez. 2022.

4 Fala do carnavalesco Milton Cunha. Trecho retirado do video "VEM AÍ: BAÚ GC. com participação de MILTON CUNHA - TIJUCA 2003", disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3E-Fmxnq2pak. Acesso em: 08 dez. 2022.

Retornados que levaram o acarajé e desenvolveram feijoada; que levaram abará e devolveram "cozido"; que levaram vatapá e devolveram cocada baiana; que levaram Exu e nos relembraram Oxossi; que navegaram com Iemanjá e nos trouxeram o Senhor do Bonfim; que levaram o nosso sangue morando neles e trouxeram as construções coloniais brasileiras; que levaram a África no coração e trouxeram para o coração da África, o Brasil![5]

Acerca da questão do retorno e deslocamento e sua conexão com as suas sociedades de origem, Hall (2003), irá compreender enquanto um processo fulcral no contexto das diásporas[66], compreende-se esse movimento enquanto um dificultador. Seja pela mudança especial de território, ou dada as modificações encontradas em sua terra de origem, desde a data de sua partida do território. Assim, essas pessoas, nesse processo de diáspora, "sentem-se felizes por estar em casa. Mas a história, de alguma forma, interveio irrevogavelmente" (Hall, 2003. p. 27). Nesse sentido, Hall articula esse pensamento com o que o filósofo Heidegger chamou de "unheimlichkeit", ou seja, um processo de estranheza, onde "não estamos em casa". Desta forma, o local de origem dessas populações (seja os barbadianos apresentados por Hall ou os Agudas abordados no desfile da Unidos da Tijuca), não são mais a única forma de identificação, pois "na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas" (Hall, 2003, p. 27), fugindo da narrativa que compreende a identidade enquanto algo fixo no nascimento das pessoas através da natureza, dos laços consanguíneos ou mesmo constituída por meio do nosso ser interior Hall (2003, p. 29). Nesse sentido, o historiador britânico Paul Gilroy (2007), também irá dissertar que não há uma identidade fixa e imutável, pois ela é estabelecida através de laços de solidariedade. Assim,

> Não devemos aceitar como algo dado o conceito de identidade e suas múltiplas associações com a "raça" e a raciologia. O termo "identidade" alcançou em tempos recentes uma grande ressonância, tanto dentro quanto fora do mundo acadêmico. Ele oferece muito mais do que

5 Trecho retirado da sinopse da Unidos da Tijuca. Disponível em: https://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-da-tijuca/2003. Acesso em: 08 dez. 2022.

6 Sobre diáspora, Paul Gilroy (2007, p. 152) irá dizer que o termo possibilita uma fissura histórica entre lugares de residência e lugares de pertencimento entre a assimilação, dos que estavam foram de seu local de origem e por meio da expectativa de retorno a determinado lugar.

> uma maneira única e de senso comum para se falar sobre individualidade, comunidade e solidariedade, proporcionando um modo para se entender a interação entre as experiências subjetivas do mundo e os cenários culturais e históricos onde se formam essas subjetividades frágeis e significativas" (Gilroy, 2007, p. 123).

A narrativa apresentada pela Unidos da Tijuca no carnaval de 2003, acerca da história dos Agudas, emerge enquanto uma nova possibilidade de abordagem acerca do processo de diáspora de diversos grupos africanos que foram escravizados para o Brasil e deportados do solo brasileiro. Quando, em seu retorno à terra de origem, levaram suas experiências, conhecimentos, saberes e trocas realizadas no Brasil. No ano de 2019, uma escola de samba verde e rosa, do Rio de Janeiro, também levou para a passarela do samba uma nova proposta narrativa, fugindo das formulações históricas acerca da história oficial, como vamos acompanhar no próximo tópico.

A História que a história não conta – O Giro Decolonial na Narrativa da Mangueira (2019)

A Estação Primeira de Mangueira é uma escola de samba da cidade do Rio de Janeiro e tem como cores características o verde e o rosa. Fundada em 28 de abril de 1928, a agremiação possui 20 títulos no carnaval carioca, sendo uma das grandes representações da cultura brasileira.

Já era madrugada do dia 04 de março de 2019, quando a escola de samba Estação Primeira de Mangueira adentrava a passarela do samba Marquês de Sapucaí para contar o enredo "História pra ninar gente grande", de autoria de Leandro Vieira. O desfile foi narrado através de 05 alegorias, 24 alas e 3.500 componentes. O samba enredo, de autoria de Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino, já iniciava marcando o tom do desfile trazendo os versos "Brasil, meu nego/Deixa eu te contar/A história que a história não conta/O avesso do mesmo lugar/Na luta é que a gente se encontra". Assim, a narrativa apresentada pela Mangueira irá colocar que o enredo, "História pra ninar gente grande", é

> [...] um olhar possível para a história do Brasil. Uma narrativa baseada nas "páginas ausentes". Se a história oficial é uma sucessão de versões dos fatos, o enredo que proponho é uma "outra versão". Com um povo chegado a novelas, romances, mocinhos, bandidos, reis, descobridores e princesas, a história do Brasil foi transformada em uma espécie de partida de futebol na qual preferimos "torcer" para quem "ganhou". Esquecemos, porém, que na torcida pelo vitorioso, os vencidos fomos nós (Mangueira, 2019, p. 312).

Desta forma, a narrativa apresentada faz um mergulho nos livros didáticos da rede básica, para apresentar novas versões sobre a história do Brasil, apresentando novos personagens, históricas e fazendo emergir a pluralidade de vivências que foram ignoradas pela colonialidade, já que a história contada, durante muito tempo, teve como predominância versões históricas "associada à consagração de versões elitizadas, no geral, escrita pelos detentores do prestígio econômico, político, militar e educacional" (Mangueira, 2019, p. 315), forjando a criação de um imaginário nacional e coletivo de uma história das elites e dos vencedores, operados pela colonialidade.

A construção dessa narrativa oficial é forjada, de acordo com Grosfoguel (2016, p. 43), através das universidades ocidentalizadas, que em suas estruturas eurocêntricas tornam o conhecimento de um pequeno grupo enquanto universal, ignorando por completo a pluralidade de vivências, conhecimento e saberes de outros povos. Assim, o autor disserta que

> O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Desta forma, a partir do domínio do conhecimento e do saber, através da ocidentalização das estruturas e do projeto de colonização busca-se então

a construção do que Chimamanda Ngozi Adichie chamará de "os perigos de uma história única[7]", através da colonialidade. De acordo com Nelson Maldonado Torres (2019, p. 37) "a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização", atuando através de mecanismos que buscam controlar o ser, o saber e o poder. Assim, é preciso buscar mecanismos para quebrar com essa lógica da colonialidade, fazendo um giro decolonial, quando "O condenado, como entidade que é criada no cruzamento da colonialidade do saber, poder e ser, tem o potencial de se distanciar dos imperativos e normas que são impostos sobre ele e que buscam mantê-lo separado de si" (Torres, 2019, p. 47). Nesse sentido, Maldonado Torres (2019) irá compreender também que esse movimento da descolonialidade passa pela emergência do condenado como pensador, questionador e ativista, lutando, através da formação de grupos na luta pela descolonização.

Utilizando dos escritos de Torres (2019) acerca do processo de decolonialidade, podemos compreender que a proposta apresentada pela narrativa desenvolvida pela Estação Primeira de Mangueira em 2019, através do enredo "História pra ninar gente grande" trata-se de um movimento decolonial, pois a comunidade da escola de samba, que por muito tempo foi ignorada pela colonialidade, se coloca através do enredo enquanto um corpo político atuante, questionando a criação e divulgação de uma história oficial que ignora sua própria gente e lutando contra os aparelhos da colonização. Assim, se constrói um projeto coletivo decolonial, onde "o condenado emerge como um agente de mudança social" (Torres, 2019, p. 52). Esse movimento, no desfile da Mangueira, pode ser analisado através da última alegoria da agremiação, intitulada de "A história que a história não conta".

A alegoria, como sugere seu título, busca fechar a narrativa apresentada pela Mangueira no ano de 2019, apresentando, através dos livros didáticos, versões que a história não conta ou omitiu. Assim, a alegoria busca desmistificar o heroísmo das grandes figuras oficiais apresentadas. Desta forma, "O trabalho cenográfico recria uma variação de livros, ora enfileirados, ora abertos, a fim de debruçar-se na apresentação de uma versão possível de uma história do Brasil tão urgente e necessária, história essa que vem sendo permanentemente atualizada e reescrita" (Mangueira, 2019, p. 334), recriando a história

7 A fala de Chimamanda se encontra disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8. Acesso em: 10 dez. 2022

de personagens como Duque de Caxias, retrato na imagem, enquanto um pacificador. Contudo, apresenta-se um novo sentido a determinada nomeação, "para Caxias e os poderosos do Império, pacificar era calar pobres, negros e índios, garantindo a tranquilidade da casa-grande" (Mangueira, 2019, p. 335). Nesse sentido, podemos compreender que espaços proporcionados através da narrativa apresentada pela Estação Primeira de Mangueira são exemplos possíveis na luta decolonial. Assim, "se, por um lado, o projeto colonial ocidental de genocídio/epistemicídio foi, em alguma extensão, bem-sucedido, em espaços particulares do mundo, por outro, fracassou totalmente" (Grosfoguel, 2016, p. 44).

Considerações Finais

Com base nas reflexões apresentadas acerca do desfile da Unidos da Tijuca 2003 "Agudás, Os Que Levaram a África No Coração, e Trouxeram Para o Coração da África, o Brasil" e Mangueira 2019 "História pra ninar gente grande", podemos compreender ambas as narrativas e espaços enquanto expoentes do que Hall (2003) irá dissertar sobre cultura popular negra. Assim, os desfiles carnavalescos apresentados emergem enquanto "espaço contraditório e de contestação, trazendo novos discursos, formas de vida e novas tradições de representação, incluindo os corpos dessas pessoas como forma de ser e estar no mundo, como telas de representação de suas histórias, identidades e culturas" (Hall, 2003, p. 342).

Vale destacar também que os desfiles das escolas de samba utilizam-se de códigos de uma cultura dominante e ocidental. Contudo, como pontua Hall (2003) e Gilroy (2007) existe nesses processos uma apropriação desses códigos com propostas de protesto, subversão, afirmação e recriando novos significados. Desta forma, as escolas de samba se apropriam desses signos para contar e narrar suas histórias, potencializando seus discursos e narrativas.

As narrativas apresentadas pela Unidos da Tijuca em 2003 e pela Mangueira em 2019, embora possua um distanciamento temporal significativo, denotam uma preocupação das escolas de samba do Rio de Janeiro e de suas comunidades em propor novas reflexões sobre os mais variados temas. Assim, a narrativa da Unidos da Tijuca se destaca por apresentar uma nova perspec-

tiva acerca do processo de diáspora e do tráfico transatlântico, articulando de forma didática discussões teóricas apresentadas por Stuart Hall, também no ano de 2003. Já a narrativa da Estação Primeira de Mangueira, como exposto, articula as discussões atuais acerca da decolonialidade, emergindo narrativas e personagens importantes para as populações marginalizadas durante a história do Brasil. Desta forma, ambos os desfiles aparecem enquanto ferramentas importantes para a construção de uma educação inclusiva, que viabilize novas formas de ser e estar no mundo.

Referências

DA SILVA, Ana Lúcia; TERUYA, Teresa Kazuko. Descolonizando o currículo escolar e o ensino de história: Agudás, os retornados a África. **Odeere**, v. 5, n. 10, p. 41-69, 2020. https://doi.org/10.22481/odeere.v5i10.7602.

FANON, Frantz. Da violência. *In:* FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 23-74, 1968.

FONSECA, Christian Gonçalves Vidal da. **O Tambor que fala:** narrativas de Áfricas nos enredos carnavalescos do Rio de Janeiro (2003 a 2018). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. Que "Negro" é esse na Cultura Negra. *In:* HALL, Stuart. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais**.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 25-50, 2003.

GILROY, Paul. Identidade, Pertencimento e a Crítica da Similitude Pura. *In:* GILROY, Paul. **Entre Campos.** Nações, culturas e fascínio da raça. São Paulo: Annablume, p. 123-162, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abril, p. 25-49, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson**.** Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In:* BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MANGUERA. **História pra ninar gente grande.** Livro Abre Alas LIESA (Segunda), p. 307-391, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** *São Paulo: n-1 edições,* 2020.

MIGNOLO, Walter. Aiesthesis Decolonial. **Calle 14:** Revista de investigación en el campo del arte, ISSN-e 2145-0706, v. 4, n*º. 4,* p. 10-25, 2010.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios Negros em Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis. 2018.

REIS, João José. **A Revolta dos Malês em 1835.** Salvador: EdUFBA, 2008.

REZENDE, Rafael Otavio Dias; REIS, Marco Aurélio. Noticiário expandido para a Sapucaí: O poder da narrativa carnavalizada para o jornalismo político. INTERCOM, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém, Pará; 2019.

TIJUCA. **Agudás:** os que levaram a África no coração e trouxeram para o coração da *África,* o Brasil! Galeria do Samba (Segunda). 2003. Endereço Eletrônico: https://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-da-tijuca/2003/.

As múltiplas fronteiras na mídia escrita de Cáceres/MT

Renilda Miranda Cebalho[1]

Resumo

Este artigo apresenta um recorte da tese de doutorado que tratou das vivências de imigrantes bolivianos na cidade de Cáceres/MT/Brasil, para compreender o processo de integração desses sujeitos na cidade brasileira. Nesse sentido, objetiva-se analisar as múltiplas concepções de fronteira nas notícias de dois jornais digitais produzidos na cidade de Cáceres/MT, no período de 01/2022 a 01/2023, procurando refletir sobre a imagem do sujeito boliviano construída pelos veículos de comunicação, bem como compreender o modo como essa imagem reverbera sentidos para a constituição da identidade das pessoas bolivianas, no contexto em estudo.

Palavras-chave: Migração; Migrantes; Brasil; Bolívia.

Introdução

Este artigo faz um recorte da tese de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, na UFMT e tem como objetivo compreender as múltiplas concepções de fronteira nas notícias de dois jornais digitais, produzidos na cidade de Cáceres/MT. Para isso, a pesquisa situa-se na cidade fronteiriça de Cáceres, localizada na região Centro Oeste do Brasil, na parte sudeste do estado de Mato Grasso, cujo território faz fronteira com a Bolívia.

O recorte temporal da pesquisa compreende o tempo presente, mais especificamente o período de 01/2022 a 01/2023, uma vez que, conforme Zanirato (2016), a fronteira é uma temática do tempo presente, embora seja necessário estabelecer nexos entre o passado e o presente. Na fronteira, "[…] os fatos e os fenômenos sociais têm suas raízes no passado e se projetam irreversivelmente no futuro" (Pagès, 1989, p. 4).

1 Doutora em História, pela Universidade Estadual de Mato Grosso, Professora da Seduc-MT, lotada na EEDIEB prof. Milton Marques Curvo, localizada em Cáceres/MT/Brasil.

A pesquisa insere-se no campo da História e explora como as concepções de fronteira são construídas social e culturalmente ao longo do tempo. Adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, procurando compreender as múltiplas concepções de fronteira nas notícias de dois jornais digitais produzidos na cidade de Cáceres/MT, o Correio Cacerense (1968) e o Jornal Oeste (2004).

Para isso, este artigo foi organizado da seguinte forma: aborda-se sobre a metodologia, relacionada à seleção do material de análise e a noção de documento para a análise, em História. Em seguida, desenvolve-se uma breve história da constituição dos jornais selecionados e descreve-se a estruturação de seus *layouts*, explicando a relação imprensa/sociedade, nas formas de noticiar os acontecimentos na fronteira, para ver formas de conceber o espaço fronteiriço, em especial a fronteira Brasil/Bolívia e seus desdobramentos nos processos de integração dos imigrantes bolivianos e dos bolivianos/brasileiros na condição de fronteiriços.

A relação história e imprensa

A imprensa, como espaço de poder e disputa, assume uma importância central na dinâmica sociopolítica do Brasil, representa não apenas um veículo de comunicação, mas também um meio de influência e negociação de poder. Sua influência se estende a várias esferas, e a compreensão de seu papel, como ator chave na arena pública, é fundamental para a análise da história e da cultura brasileiras. A imprensa também tem um impacto substancial na construção da memória coletiva. Através de suas reportagens, editoriais e análises, a imprensa contribui para a produção da narrativa histórica e a compreensão da sociedade sobre seu passado. Por exemplo, ao cobrir eventos importantes, como movimentos sociais, eleições ou crises políticas, a imprensa desempenha um papel ativo na formação da memória coletiva da nação. Além disso, a imprensa pode revisitar eventos históricos sob novas perspectivas, lançando luz sobre aspectos, anteriormente, negligenciados da história. Isso contribui para uma visão mais completa e matizada do passado e desafia interpretações simplistas ou tendenciosas.

Os historiadores tendem a adotar uma abordagem crítica em relação à imprensa, reconhecendo sua importância como uma fonte primária de in-

formações e opiniões sobre eventos históricos. Eles examinaram, cuidadosamente, os relatos da imprensa, levando em consideração fatores como visões ideológicas, sensacionalismo, manipulação política e influência de poderes dominantes. A imprensa desempenha um papel significativo na formação da opinião pública e no exercício do poder. Os historiadores podem investigar como os meios de comunicação foram usados por instituições e elites políticas e econômicas para influenciar a opinião pública e promover seus interesses. Isso inclui o estudo de como a mídia pode ter sido usada para fins de propaganda, manipulação ou controle.

A imprensa desempenha um papel crucial nos estudos históricos, fornecendo uma janela para o passado e uma maneira de compreender as complexas interações entre eventos, sociedade e poder. A forma como os historiadores veem a imprensa varia de acordo com os objetivos de pesquisa e a abordagem de seus estudos históricos. A proposição de análise das matérias jornalísticas, enquanto produção de imprensa, será entendida como informações que influenciam profundamente a maneira como as pessoas vivenciam suas realidades. Logo valendo dos apontamentos de Benjamin (1984), sobre o papel que a imprensa desempenha na formação da narrativa moderna e na compreensão da experiência humana na era da reprodução técnica, ele discute como a imprensa, em conjunto com outras formas de mídia, como a fotografia e o cinema, transformam a maneira das pessoas perceberem a realidade e de reconstruírem suas narrativas. Ele argumenta que a imprensa, ao criar uma série de imagens e relatos, influencia, profundamente, a maneira como as pessoas vivenciam o mundo e contam histórias sobre ele.

Benjamin (1985) argumenta que a imprensa é capaz de apresentar um grande volume de informações de maneira rápida e acessível, mas essa acessibilidade tem um custo. A melhoria do fluxo de informações e imagens na sociedade moderna, de acordo com Benjamin (1985), pode resultar na perda das experiências. Ele sugere que, na era da imprensa e da reprodução técnica em massa, as narrativas tornam-se mais fragmentadas e menos profundas, já que as informações são apresentadas de forma instantânea e, frequentemente, efêmera.

Portanto, para Walter Benjamin (1985), a imprensa desempenha um papel fundamental na formação da narrativa moderna, mas essa narrativa é, frequente-

mente, caracterizada pela fragmentação, superficialidade e uma relação de consumo com as informações. A obra de Benjamin influenciou fortemente a teoria da mídia e os estudos culturais, fornecendo *insights* importantes sobre a interseção entre a imprensa, a narrativa e a experiência na era moderna.

A Fronteira nas notícias de dois jornais locais de Cáceres

Januário (2004), em sua obra *Caminhos da Fronteira*, discute sobre educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil – Bolívia, em Cáceres/MT. No Capítulo III, o autor aborda a *Fronteira Boliviana*, discutindo a construção social da fronteira, identificando diferentes formas de concepção do espaço da fronteira Brasil/Bolívia como a do militar, do morador local, do estado, da academia e da imprensa. Ao analisar os jornais *A Gazeta*, *Folha do Estado* e *Diário de Cuiabá*, no período de 07/1999 a 07/2000, o autor observou que a concepção de fronteira para a mídia da capital contribui para a construção social de um imaginário de "[...] um lugar violento, perigoso, habitado por pessoas ligadas à contravenção e ao crime organizado como demonstram as matérias veiculadas nos jornais [...]" (2004, p. 98).

A partir da pesquisa desenvolvida por Januário (2004) e com base na metodologia de busca semelhante a praticada pelo autor, pôde-se observar que algumas notícias sobre fronteira apresentam indícios de permanência daquela concepção de fronteira concebida como um local violento, perigoso e ocupado por bandidos e contraventores. Nesse sentido, optou-se por refazer a análise a partir de um novo levantamento e tomando como suporte de divulgação, a mídia local: o *Jornal Correio Cacerense* e o *Jornal Oeste*, ambos de Cáceres.

Assim, para falar da fronteira, pauta-se no diálogo com as fontes escritas jornalísticas, acrescentando fontes orais, transcrições escritas de entrevistas com pessoas que atuam nos campos dos temas reportados como assunto nas notícias, a saber: polícia, justiça, assistência social, saúde e educação, e a finalidade desse diálogo não é para ilustrar o tema abordado, mas para questioná-los e, por meio do deslocamento analítico, contribuir para compreender as múltiplas concepções de fronteira como eventos históricos e experiências sociais, bem como dos modos de atuação dos agentes sociais (Guimarães, 2012).

Em relação à metodologia empregada para seleção do material de análise, foram consideradas as notícias com os temas: fronteira, boliviano, brasileiro, Brasil e Bolívia em dois jornais consolidados na mídia local de Cáceres, no período de um ano (janeiro/2022/janeiro/2023). Adotou-se uma abordagem qualitativa exploratória, e deu-se pela análise de conteúdo, com base nos pressupostos teóricos de Laurence Bardin (1977), em que se busca compreender os sentidos da fronteira na mídia local e discutir seus efeitos formativos em diferentes escalas no campo social. Nesse sentido, busca-se as categorizações e a contagem de frequência, sem perder de vista o contexto das palavras e das relações que elas estabelecem com o tema em estudo. Aspectos considerados pelo modelo de análise semântica, que ainda, de acordo com Cardoso e Vainfas (1997, p. 375), é um modelo que provém da crítica interna dos testemunhos, cuja fase inicial é exatamente a hermenêutica ou crítica da interpretação. Dessa maneira, procedeu-se a metodologia de busca por palavras, como: "fronteira", "bolivianos", "Bolívia", "brasileiros" e "Brasil" nas notícias.

A abordagem sobre uso e produção de fontes midiáticas, nas análises históricas do tempo presente, foi difundida a partir de 1970, enquanto proposição das análises históricas emergidas pelas reflexões da Écolle des Annales, revisionismo historiográfico implicados nas formas de fazer pesquisa, no tratamento de novos objetos, novos problemas e novas abordagens, para responder às problemáticas das investigações em História. A partir de então, a noção de fonte histórica foi ampliada, de modo que o documento deixou de ser apenas o registro político e administrativo, tendo em vista a renovação da consciência historiográfica. Se antes, o princípio era o documento, hoje, o princípio torna-se o problema (Le Goff; Nora, 1988).

Sobre o *Jornal Correio Cacerense*

Com base nesses pressupostos, o primeiro jornal pesquisado foi o *Jornal Correio Cacerense*, que é a mídia mais antiga[2], no formato de jornal da cidade de Cáceres. Inicialmente, ele surgiu no formato impresso e atualmente encontra-se no formato digital. O jornal foi fundado em 1968, pelo médico veterinário e

2 Mais antigo em vigência, embora já teve outros jornais produzidos na cidade que deixaram de existir. Gabriel Pinto de Arruda (1938), aponta que o primeiro jornal a circular em Cáceres foi O Progresso, entre 1878/79, entre outros que circularam no século XIX e foram interrompidos.

jornalista, José Wilson de Campos, denominado de A. Campos – Editor, com nome fantasia de CORREIO CACERENSE, sua primeira edição circulou em 10 de novembro de 1968. A publicação do jornal é diária, hoje, em sua forma digital, apresenta um *layout* padrão normal de um jornal regional, estruturado com cabeçalho, destacando o título com o nome do jornal, abaixo dele estão dispostos uma barra de navegação, com os seguintes itens: Página inicial, últimas notícias, Expediente, High Society, Galeria e Fale conosco.

Na página inicial do jornal, contém os conteúdos veiculados, colocados em sequência que mostram oito reportagens/matérias, que são exibidas com imagens e títulos das notícias, sendo apresentadas automaticamente ao leitor; abaixo são mostradas manchetes de outras notícias, bem como propagandas. Na barra lateral, o jornal apresenta anúncios, e link que direciona o leitor para a versão impressa do jornal. No rodapé, pode-se ver previsão de tempo, horóscopo virtual e links de várias colunas como Coluna Religiosa e Café da manhã, além de links de várias outras notícias, bem como vídeos e galeria de imagens. Trata-se de um jornal que divulga assuntos diversos, notícias sobre eventos variados de política, economia, segurança e eventos culturais, como ações dos Clubes de Serviços, atividades esportivas local e regional.

No período de 01/2022 a 01/2023, foi realizado um levantamento, no *Jornal Correio Cacerense*, de notícias com a palavra "fronteira" no título. O resultado mostrou 15 títulos com a presença da palavra "fronteira" nas notícias, algumas delas com a presença da palavra "Bolívia", "bolivianos", "Brasil" e "brasileiros". Identificou-se três notícias com a presença da palavra "Bolívia" e uma notícia com a palavra "estrangeiros", no entanto o conteúdo da notícia fazia referência à fronteira Brasil/Bolívia e sua população. Identificou-se quatro notícias com a palavra "bolivianos", uma era nota sem título (assunto no box – ação social), dessas, uma trazia a palavra "brasileiro" no título.

Sobre o *Jornal Oeste*

A segunda mídia a ser pesquisada foi o *Jornal Oeste*, um jornal de formato virtual desde sua fundação, em 2004. Trata-se de uma mídia de comunicação criada pelo jornalista cacerense Chuenlay da Silva Marques, conhecido como Gonzaga Júnior. O jornal está situado na Rua Almirante Barroso, 521, Jardim Paraíso, em Cáceres, Mato Grosso.

O *Jornal Oeste* é o primeiro site de notícias criado para cobrir a região oeste de Mato Grosso, formada por 22 cidades, que abarca uma população de mais de 300 mil habitantes[3]. O jornal apresenta um *layout* geral padrão de um jornal regional, na barra superior pode-se ver a data seguida de links que levam para: Quem somos, Termo de uso, Expediente, Newsletter e Fale Conosco. Abaixo dessa linha, tem-se o nome no jornal no canto esquerdo, e ao lado um box de chamadas publicitárias.

Na parte de conteúdo principal do jornal, pode-se ver uma grande área no centro, que contém chamadas para as matérias do dia, funcionando como barra de rolagem automática, onde o visitante pode acessar as notícias. Abaixo desse espaço encontra-se uma coluna de propaganda e outras colunas com temas das notícias, como: Entretenimento, Saúde, Meio Ambiente, Polícia, Lazer e Educação, seguido de mais box de propaganda. Na barra lateral, tem várias seções de box com chamadas como as seções: Minha Opinião e Direto da Fonte, que trata de artigos, em sua maioria, de cunho político crítico e de autoria assinada, com muita regularidade, pelo jornalista Gonzaga Junior, o fundador do jornal. Abaixo, tem-se o box seção: TV Oeste, onde consta publicidades em forma de vídeos anúncios. Abaixo pode-se ver anúncios em forma de textos (imagens) com rolagem no modo pulsante, e ao final desta área lateral tem-se a seção: Mais lidas, onde são listadas as matérias mais lidas no jornal. Galeria, previsão de tempo, horóscopo virtual, e links de notícias. No rodapé, tem-se lista de links com os vários temas abordados pelo jornal. É um jornal de abordagem diversa da região de Cáceres, e pode-se dizer que dá destaque às notícias sobre política da região oeste, como recorte de Mato Grasso e da política nacional.

Foi realizada a busca no *Jornal Oeste*, com as mesmas palavras pesquisadas no jornal anterior. A pesquisa identificou 46 matérias com a palavra "fronteira", entre elas 16 contêm as palavras "Bolívia", "bolivianos" e "fronteira" no título das notícias. Quatro delas apresentam as palavras "bolivianos" e "brasileiros".

A descrição realizada até aqui, do tipo de fonte e da metodologia adotada para análise histórica dos modos de atuação dos agentes sociais da fronteira, é uma

3 Essas informações estão contidas na aba superior: Quem somos, linkada ao texto de conteúdo com essas informações no jornal. Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/jornal-oeste/index.asp?id=1&titulo=quem_somos. Acesso em: 03 jun. 2023.

escolha que se considera pertinente para situar a proposição de estudo anunciada no início dessa seção. A forma de circunscrever o objeto, a fonte e os procedimentos adotados para análise dizem respeito ao modo de fazer, ou modo de operar a história. Para De Certeau (2011, p. 47-48), é em função do lugar social que se "[...] instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam".

A Fronteira como notícia de atuação da polícia

Desenvolve-se, neste item, a análise das notícias com o objetivo de tecer observações sobre a concepção de fronteira na mídia local, a partir das manchetes dos jornais Correio Cacerense e Jornal Oeste.

No jornal Correio Cacerense, observa-se a palavra "fronteira" em 15 títulos das notícias, eles têm relação com eventos de ações policiais, de apreensão ou de investimentos financeiros, para compra de materiais para auxiliar/melhorar a fiscalização das práticas ilícitas: roubos, tráfico, contrabando e estupro; três delas tratam de temas diferentes, sendo uma acerca da ação de clube social (Rotary); outra de determinação judicial, para atendimento à saúde de "estrangeiros" em Cáceres; e a outra referente ao flagrante de crime ambiental.

Nesse demonstrativo pode-se dizer que 80% das notícias relacionam a "fronteira" ao tema de violência e de polícia (mais segurança), os 20% restantes estão relacionadas a outros temas, uma delas refere-se a crime ambiental, outra refere-se à ação judicial, determinando à União, a adoção de medidas ao atendimento de saúde dos estrangeiros (residentes e não residentes), e a outra trata-se da fundação do clube de serviço Rotary, que tem finalidade assistencial, na cidade de San Matias.

Nota-se que os temas em relação à palavra "fronteira", no jornal Correio Cacerense, em sua maior parte, têm caráter de informação, denúncia e divulgação das ações "exitosas" da polícia no combate aos ilícitos. Observa-se, ainda, que as notícias desse jornal contêm apelo sensacionalista.

Esses aspectos mencionados também são observados na pesquisa de Januário (2004). As notícias não trazem em seu conteúdo proposições ou mesmo reflexões sobre os temas apresentados. Assim, os conteúdos das reportagens não proporcionam reflexão e análise da questão da fronteira com outras

problemáticas. Coloca-se, ao público, notícias apenas como fatos e situações concretas e generalizadas para toda a região de limite entre o Brasil e a Bolívia. Como já dito, a maioria das notícias trata de temas relacionados ao sucesso das operações policiais, no combate ao crime.

Observa-se que 12 notícias, trazem nos títulos o tema referencial da polícia atuando na fronteira, são temas que fortalecem o sentido de perigo e tendência ao crime nos acontecimentos da região da fronteira, de forma genérica. Ao adentrar no conteúdo das notícias, pode-se ver outros sentidos, como o de demonstração do trabalho das instituições policiais que atuam na fronteira, em especial para a Grupo Especial de Fronteira (Gefron), considerando que 10 das notícias são sobre a atuação desta polícia. Pode-se ver alguns recortes de notícias, a seguir:

> **Gefron apreende mais de 51 Kg de cocaína pura na fronteira**
> Durante operação Hórus Guardiões das Fronteiras, equipe policial do Gefron realizou abordagem a um caminhão Mercedez Benz 1513 de cor azul.
> Em entrevista o condutor nada de ilícito foi constatado. Na sequência foi realizado busca veicular onde foi encontrado um compartimento oculto e retirado 51 invólucros de drogas (pasta base de cocaína).
> Diante do fato, o suspeito foi detido e encaminhado juntamente com o veículo à Delegacia de Polícia Federal para demais providências que o caso requer.
> Foram apreendidos 50 tabletes de substância análoga à pasta base de cocaína pesando 51,695 Kg. R$ 930.510,00; 01 tablete de substância análoga à cocaína pesando aproximadamente 01 kg. R$ 25.000,00; 01 caminhão M. Benz 1513 de cor azul, ano 1987/1987, R$ 85.000,00.
> Totalizando prejuízo ao crime de R$1.040.510,00.
>
> Fonte: Da redação[4].

4 Notícia publicada em 16 fev. 2023. Disponível em: http://www.jornalcorreiocacerense.com.br/ver_noticia.php?noticia=25931.

Em relação ao conteúdo da matéria, observa-se que o relato é normalmente curto e destaca a abordagem da polícia e o desfecho da ação. Essa é uma característica das matérias divulgadas nos jornais.

É preciso desvendar o discurso para revelar sentidos, conforme Bardin (2016, p. 20), "Por detrás de um discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desbravar", nesse sentido, em relação à matéria "Gefron apreende mais de 51 Kg de cocaína pura na fronteira", pode-se compreende que, no processo de fundação dos seus possíveis efeitos de produção e difusão como mensagem, o discurso do *Correio Cacerense* aciona memórias coletivas sobre a segurança pública, uma vez que se trata de um discurso jornalístico que comunica, de um determinado lugar, o enunciado que circula e provoca efeitos, consequências dos sentidos, em diferentes direções, pertinente ao cenário social/cultural.

Conforme Guimarães (2012, p. 243-244), o ponto de partida para a crítica histórica, tendo em vista o diálogo, "[...] é a compreensão de que o documento não contém toda a memória e não tem com ela uma correspondência direta, como se fosse uma cópia dos acontecimentos e das experiências vividas. Há passagens e mediações significativas que se transformam; nem mesmo a memória é determinante da "verdade".

A direção dos sentidos que os leitores dão às notícias, nas diferentes formas possíveis (texto escrito, comentário de outros leitores, comentários dos meios fonológicos e imagético - rádios e Tvs) são múltiplas, próprio da comunicação de massa. Observa-se que a mensagem das notícias veiculadas pelos jornais da região são produzidas com a tipificação de afirmação positiva das ações da polícia, no combate ao crime. Esse sentido produzido pela mídia positiva a existência da polícia, bem como justifica a necessidade dela na sociedade. Desse modo, a proposição subentendida da notícia direciona para a necessidade de mais polícia, porque os sentidos recorrentes sobre a fronteira são de que a fronteira é violenta e cheia de criminosos que precisam ser presos. Assim, a prisão reafirma a existência da criminalidade e expande/intensifica sua existência na fronteira como um todo, mesmo que outros sentidos sejam possíveis de circular. Como já foi dito, as memórias em sociedades são múltiplas e fundamentam sentidos outros, pois eles se dão na relação com os diferentes lugares dos sujeitos, no cenário social.

Desse modo, o sentido instituído pela mídia da "fronteira como lugar de crime e violência" passa a ser predominante e apresenta-se ao leitor sem proposição reflexiva do acontecimento. Sabe-se que existem outras situações relativas a essa problemática em meio às vivências desse espaço, que não têm relação com essas práticas de crime e violência, próprias das condições de vida das pessoas envolvidas nas práticas ilícitas. Mas, dos demais sujeitos e da relação das suas vivências com o acontecido, que não estão envolvidas com coisas ilegais, não são consideradas, são dadas como inexistentes. A direção do sentido fortalece a necessidade de mais polícia e não propõe outras ações de corresponsabilidade social e política, além das outras esferas do campo social das produções humanas.

No entanto, essa é uma via que colabora para reafirmar genericamente a violência como marca de maior destaque na região da fronteira, e sabe-se que ela não é uma verdade absoluta, a fronteira mato-grossense é vasta e historicamente foi associada a essa imagem. Imagem que não colabora para desvelar as reais problemáticas desse amplo espaço, no estado de Mato Grosso/Brasil com a Bolívia.

É necessário fortalecer as políticas públicas em outras esferas para além da coercitiva/militar, precisa-se fomentar campanhas na esfera educativa, com destaque para formação de saberes sobre a diversidade de povos que habitam na região, pessoas que, em grande parte, são vulneráveis economicamente e por isso são facilmente cooptadas pelos traficantes e criminosos de toda ordem, para adentrar no universo da criminalidade. Humanizar as relações com as polícias. Algumas ações nesse sentido já são feitas em outros ambientes territorializados pelo tráfico. É preciso envolver ambos os lados das nações, construir pontes para superar os problemas em duas vias, na forma bilateral.

Para Januário (2004, p. 96), é importante ver além da veracidade dos fatos, pois no teor das notícias deveria ter proposição reflexiva que levasse aos encaminhamentos de propostas sobre a situação em tela, que fosse mostrado que esses fatos, muitas vezes, são isolados. Fatos que ocorrem em determinados pontos da extrema fronteira de 750km entre Brasil e Bolívia e não de forma genérica, como são mostrados nas 10 notícias analisadas.

Esses jornais possuem uma abrangência significativa na região, e quem consome esse tipo de notícia constrói uma percepção do local, uma vez que a

mídia acaba modelando a forma de conceber o espaço. A fronteira é significada pela mídia, como um local perigoso, povoado por criminosos, traficantes, bandidos, estupradores e contraventores. Para os que conhecem a região e vivem nela, certamente têm outro entendimento sobre a fronteira, mas, para aqueles que desconhecem a região, serão afetados pela imagem de fronteira construída pela mídia, que deprecia o lugar e o sujeito fronteiriço.

Em relação aos títulos das notícias divulgadas no *Jornal Oeste*, com a palavra "fronteira", 44 dos 46 selecionadas, tratam de temas relacionados ao tráfico, roubos, contrabando e formação das polícias para atuar no combate ao crime na fronteira; uma delas trata acerca da doação de drones, apreendidos pelo Sistema Penitenciário para o Gefron, como meio de ampliar as ações de combate aos crimes, na faixa de fronteira. Observa-se entre os 44 títulos das notícias, que estão relacionados ao tema de criminalidade e violência, seis deles têm a palavra "boliviano", 13 têm a palavra "Bolívia", e somente dois têm a palavra "brasileiro" nos títulos das notícias.

O uso da palavra "boliviano" e "Bolívia" nas notícias sobre crimes e violência na fronteira marca o sentido de distinção/separação nas relações entre o "eu" (brasileiro, Brasil) e o "outro" (boliviano, Bolívia), dada no tecido social do espaço da fronteira. Logo, representa a marcação da diferença no intercâmbio social, cultural e político, relação da alteridade. Outra fronteira que possibilita compreender que não existe apenas "a fronteira", mas sim, "várias fronteiras" inseridas nesse espaço de vivências. Conforme Januário:

> A diferença como dado do real, como simbolicamente construída pela cultura, faz com que cada grupo social elabore a sua percepção da diferença, distinguindo e atribuindo significados a ela. As relações de alteridade, que envolvem níveis como racional, o afetivo e o psicológico, podem levar a intolerância, ao etnocentrismo e ao genocídio a partir do momento em que a diferença é transformada em desigualdade e reduzida a uma questão de pertencimento. Grupos sociais culturalmente diferenciados em situação de contato, estabelecem entre si relações sociais de oposição, que levam a delimitação de Fronteiras culturais e, consequentemente a relações

conflitivas (Januário, 2004, p. 101-102).

O problema que se coloca nessas questões de oposições, nas relações sociais é a produção da desigualdade. "Assim, quando não se tem argumento, desqualifica-se o outro na sua diferença, fazendo o preconceito aflorar por ocasião do confronto e das situações de tensões" (Januário, 2004, p. 102).

Desse modo, a análise das notícias sobre a fronteira, nos dois jornais digitais de Cáceres selecionados para análise no período de um ano 2022/2023, possibilitou discutir as imbricações de sentidos e significados construídos sobre a fronteira, as múltiplas concepções de fronteiras, mesmo que a fronteira na perspectiva coercitiva, militar vinculada à "soberania" da nação e, portanto, a fronteira política, prevaleça como mais evidente nas notícias que tratam das práticas ilícitas, foi possível ver, também, outros sentidos de fronteiras como os ligado ao crime ambiental, à saúde, à ação social, que estão em movimento no tecido social da região de fronteira no âmbito do município de Cáceres/MT/Brasil.

Algumas considerações

A pesquisa apresentada oferece uma visão que destaca a importância das fontes midiáticas na análise histórica do tempo presente. Através da análise de notícias de dois jornais digitais, produzidos na cidade de Cáceres/MT, foi possível compreender as múltiplas concepções de fronteira como a de contravenção, saúde, crime ambiental e ação social. Embora, a concepção de fronteira, que mais se marca, seja a de fronteira como lugar de tráfico, crime organizado que demanda a ação do Estado, a pesquisa mostra a fronteira como lugar do acolhimento, da educação, sentidos silenciados nos jornais locais. Os sentidos de fronteira como lugar de perigo e violência é o que reverbera sentidos para a constituição dos sujeitos nas relações de integração, dificultando, em parte, a imagem que é feita de boliviano, que influencia os processos de integração dos imigrantes bolivianos.

Conforme Cebalho (2023, p. 216), a pesquisa sobre o processo de imigração na cidade de Cáceres destaca:

> A importância de fortalecer as políticas públicas, especialmente no que diz respeito à educação e à humanização das relações com as forças de segurança. Essa consciência sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e educacionais pode ser vista como uma contribuição epistemológica, uma vez que levanta questões críticas sobre como as políticas podem afetar positivamente a integração dos imigrantes e a coexistência harmoniosa entre diferentes grupos culturais.

Ressalta-se que a integração dos imigrantes bolivianos é um processo contínuo e complexo, influenciado por uma variedade de fatores, incluindo políticas governamentais, atitudes sociais e a própria agência dos imigrantes. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas para ampliar o entendimento das vivências dos imigrantes bolivianos no processo de integração, fenômeno sociocultural e político necessário para a história das pessoas que povoam a cidade de Cáceres/MT e nela se constituem historicamente. Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam promover reflexões que contribuam para a compreensão dos processos de integração dos imigrantes bolivianos, bem como venha reverberar para a constituição de políticas e práticas futuras para melhorar a integração e inclusão dos imigrantes bolivianos na sociedade brasileira.

Referências

ARRUDA, Gabriel Pinto de. **Um Trecho do Oeste Brasileiro**. Rio de Janeiro: RJ, 1938.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: editora Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CEBALHO, Renilda. **História de vivências de imigrantes bolivianos na cidade de Cáceres-MT, fronteira Brasil/Bolívia, entre 1983 e 2023**. 2023.

(Tese) Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2023.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. *In:* LAVERDI, R. *et al.* (Org.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora UFPE; Editora da UFSC, 2012.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. **Caminhos da fronteira**: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil – Bolívia (Cáceres/MT). UNEMAT Editora. 2004.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos problemas. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

PAGÉS, Joan. **Aproximación a un currículum sobre el tiempo histórico**. Enseñar historia. Nuevas propuestas. Barcelona: Laia, 1989.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Fronteiras: definições conceituais e possibilidades investigativas. **Revista História e Diversidade**, v. 8, n. 1, 2016.

Construção política e diálogo de classes na nascente república brasileira: as novas noções de cidadania e a instrumentalização do poder público pelas elites (1889-1930)

Kelvin Simoura Rodrigues[1]

Resumo

O artigo interpreta o pensamento político das elites que imbricaram na trajetória histórica do Brasil, de Império à República. Sobre como seus principais valores ideológicos transicionaram para as primeiras experiências republicanas, sem romper completamente com as tradições autoritárias de suas políticas anteriores. Dialoga sobre as bases democráticas incoerentes devido a presença da violência, da desigualdade social, do racismo científico e do uso tutelar do Estado (patrimonialismo) com a finalidade de notar os objetivos e (re)construir uma novo conceito de cidadania, idealizado para o controle da sociedade civil, dentro dos princípios trabalhistas e também voltado para combater as crises na hegemonia política das classes privilegiadas e dos ideais conservadores no Brasil novecentista. Em sua metodologia, traz noções de cidadania, uso político dos Estados modernos e as transições negociadas à brasileira. Revela em seus resultados o potencial das classes elitistas em se reorganizarem e promoverem um desenvolvimento desigual e voltado para o controle das populações nacionais e apagando as populações marginalizadas, principalmente em critérios de etnicidade.

Palavras-chave: Conservadorismo; Ordem Nacional; Democracia Racial; Militarismo; Industrialização.

Introdução

Uma longa trajetória histórica perfaz a sociedade brasileira. Dentro de um complexo dilema herdado por sua cultura política, mantém permanente

1 Aluno do Mestrado oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

vinculada aos seus pensamentos políticos e passados autoritários. Em um percurso como o do fim do Império até a Revolução de 1930, os valores morais passaram por enormes rupturas, que levaram a optar pelas "tradições do país, em cuja cultura política é forte a tendência a negociações e acomodações, que têm como base a inclinação à flexibilidade e a motivação de excluir os setores populares do jogo político" (Motta, 2021, p. 94). Está aí o cerne da questão a ser analisada: onde surge o povo brasileiro e como a cultura política da emergente República impactou sobre a construção dessa cidadania.

O problema surgiu após as questões lançadas por José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil* (2011) e que agora abrangem o dilema da transição imposta em 1930 e o passado político e socioeconômico de uma nação. Com as elucidações feitas sobre o autoritarismo brasileiro na eterna colônia europeia; em questão à escravização e o racismo científico; abordando também a visão do Estado e seu elitismo, na adoção da política conservadora dentro de um liberalismo impróprio, o artigo concentra-se em responder sobre essa transição negociada, a centralização da autoridade no Estado e na mão das elites, compreendendo os espaços de violência e autoritarismo nas relações étnicas e de (re)construção social.

É dividido em dois momentos, sendo o primeiro a investigar as origens através do passado colonial e a transição da Independência para Império e do último para República. No segundo momento, observa o contrastante da mudança deliberada pelo varguismo, sobre como foi demandado novas noções para a sociedade brasileira ao mesmo tempo que permaneceu a impor o racismo estrutural vinculado ao mito da democracia racial.

Momentos de crise e superações negociadas: do Império à Primeira República

O início do que hoje convencionou chamar por Brasil, criou na verdade um legado difícil de ser carregado e ainda mais latente em seus momentos de crise. Esses derradeiros momentos de crise ampliaram as dimensões esperadas para a história brasileira, construindo reflexos únicos para o passado nacional, além de infinitos pensamentos políticos indiretamente projetados dentro das disputas transnacionais. Essa é a história do Brasil e do povo brasileiro.

A primeira parte da pesquisa veio em busca das origens do que Souza, ao questionar a gênese dos problemas fundamentais do autoritarismo no Brasil, chegou à conclusão que "os problemas brasileiros, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos" (2016, p. 217). Dessa forma, inaugurou o sentido central de especificar os detalhes para as origens do colonialismo português, do pensamento conservador, da fundação de um Império autoritário e a repentina adoção de uma República. Toda a discussão, com intuito de entender sobre quais forma a sociedade absorveu essas rupturas e como esses momentos de transição impactaram a visão social e econômica da nação.

Origens da cultura política autoritária e a queda do Império

Compreender a gênese cultural ibérica e seu papel na colonização da América é de suma prioridade para esclarecer a construção sócio-política do presente. A dinâmica entre imposição colonial e a política conservadora no Brasil está vinculada ao distante e também ainda atual projeto econômico para essas terras e seus habitantes. Essa foi a colonização dos trópicos, que "toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu" (Souza, 2016, p. 216). Ou seja,

> [...] o que no Brasil se adaptou "conservadoramente" ao capitalismo não foi um domínio rural de tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração rural de tipo colonial (ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações escravistas de trabalho (Souza, 2016, p. 221).

Dessa forma estava preestabelecido os primeiros passos da cultura política e do pensamento socioeconômico conservador, em sua própria versão e características. Através de um vínculo de inclinações enfaticamente verticais, foram semeadas as primeiras percepções de um povo.

> Durante o período colonial, os portugueses construíram um país dotado de unidade territorial, linguística, cultura e religiosidade, mas deixaram uma população analfabeta, escravocrata, de economia monocultora e latifundiária, em um Estado absolutista. Na escola da independência, não haviam cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (Carvalho, 2011, p. 18).

E com a Independência que emergiu uma das principais características que migrou do mandonismo imperial ao patrimonialismo republicano. Essa era a relação das elites com a disputa por autonomia política, poder socioeconômico e defesa de seus próprios interesses, já que para a burguesia latifundiária foi permitido que

> [...] assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho de Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o "perigo de transformações radicais" [...] estrutura econômica e social estagnizante e subsumida aos interesses ingleses (Souza, 2016, p. 222).

A economia cafeeira prosperou confiante de nunca encontrar crises, como mesmo afirmara um discípulo brasileiro de Adam Smith, visconde de Cairu, "[...] deixai fazer, deixai passar, deixai vender" (Souza, 2016, p. 227); enquanto isso, sustentava uma via dupla que beneficiava o domínio das elites através dos chamados "canais de acumulação":

> [...] manter capital acumulado em empréstimos a particulares e ao Estado. [...] obtinham títulos nobiliárquicos e assumiam cargos burocráticos, num percurso que, se lhes permitira usar o governo em benefício próprio, também os vinculava às decisões do imperador. Era uma via de mão dupla que, quanto mais tornava o Estado lócus do interesse privado, mais reduzia homens privados a agentes do interesse do Estado

(Parron, 2011, p. 60).

Através desses elementos de continuidade se constituiu o pensamento conservador brasileiro, "uma particularidade, no interior do conservadorismo contemporâneo", cujo objetivo ou

> [...] seu maior desafio não é ampliar a relativa autonomia das classes dominantes nativas em relação ao capital estrangeiro. Sua tarefa permanece sendo a tarefa clássica do pensamento conservador posterior a 1848, isto é, organizar as classes dominantes, dirigi-las, unificá-las em tempos de crise, como antagonista estrutural dos trabalhadores, e nessa condição, segue realizando a contrarrevolução preventiva permanente (Souza, 2016, p. 235).

E apesar da clara inclinação conservadora, ideias liberais também tiveram sua presença, pois para além de serem consideradas indescartáveis, eram também vistas com certa impropriedade, como a presença da escravidão indica. A própria carta de alforria coincidiu no maior paradigma do racismo estrutural:

> Ao mesmo tempo que ampliava o corpo da sociedade civil em oposição aos cativos e preservava a ordem escravista por guardar a hierarquia descendente do homem livre, [...] essa estratégia inseria na Carta de nascimento do país um dispositivo ideológico poderoso: o Império do Brasil era o lugar, ao mesmo tempo, da escravidão e da igualdade das raças (Parron, 2011, p. 57).

E com todas as inconsistências da monarquia, a história oficial creditou seu fim a uma queda do regime após sucessivos empurrões. Entretanto, pesquisas como a de Lynch apontam para as adaptações do Império que, apesar de bem-sucedidas e para além da regressão do republicanismo na Europa, foram abruptamente interrompidas pelo intervencionismo militar.

Logo, em suas motivações, Lynch (2018, p. 209) que os militares promoveram a chamada "ascendência política permanente sobre os civis, na qualidade de guardiões da nova república", o que mascarou o tom autoritário do movimento e sua intervenção sobre o Império, que caiu não pelas crises, mas por estar a adaptar-se. Porém,

> O banimento da família imperial na madrugada do dia 17 produziu o fato consumado desejado pelos golpistas. [...] Isso não impediu que em diversas partes do Brasil [...] houvesse consideráveis manifestações contrárias da população, geralmente de militares negros e de baixa patente. Elas foram reprimidas e ocultadas pela ditadura, desejosa por transmitir a imagem, que acabou duradoura, de uma revolução unânime e incruenta (2018, p. 209).

Proclamada a República: o que de fato mudou?

O período entre 1889 e 1930 foi conotado pelo avanço da chamada "'revolução democrático-burguesa' [...] de seguir a via 'clássica' de transição e apresentar todos os traços de um capitalismo igualmente 'clássico'" (Souza, 2016, p. 219). A vocação agrária permanece, mas dá também espaço ao que se pode chamar como "um novo bloco de poder: a composição industrial-agrária, sob a direção da burguesia industrial em expansão" (Souza, 2016, p. 220). Para o Estado, sua relativa autonomia perante a sociedade civil seria indiscutível.

> Houve mesmo retrocesso na legislação: a Constituição Republicana de 1891 retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária, constante da Constituição de 1824. Predominava então um liberalismo ortodoxo, já superado em outros países. Não cabia ao Estado promover a assistência social (Carvalho, 2011, p. 60).

O espaço de poder permaneceu estagnado e, como mencionou Carvalho (2011, p. 64), "por mais desigual que fosse a relação entre coronel e trabalhador, existia um mínimo de reciprocidade. [...] Esse lado das relações mascarava a exploração do trabalhador e ajuda a explicar a durabilidade do poder dos coronéis". E essa relação que perpassa a história nacional, correspondeu ao "assinalar das convergências e a interpenetração dos interesses conservadores que cortam e unificam essas classes (tanto no 'centro', quanto na 'periferia') [...]" (Souza, 2016, p. 226). A eminência dessa cultura política estava nas relações interpessoais que atravessavam do público ao privado:

> A concentração da riqueza, a manutenção dos velhos caciques regionais, bem como o surgimento dos "novos coronéis" e o fortalecimento de políticos corporativos [...]. Essa é uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se ele não passasse de uma generosa família, cujo guia é um grande pai, que detém o controle da lei, é bondoso com seus aliados, mas severo com seus oponentes, os quais são entendidos como inimigos (Schwarcz, 2019, p. 71).

Enquanto para as populações negras, silenciadas pela suposta "miscigenação harmônica", se encontravam na realidade sobre as mazelas da injustiça, já que

> No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo (Carvalho, 2011, p. 52).

Entre os conservadores, a própria abolição criou repercussões negativas e a violência ainda banalizada e relativizada por outras sociedades racistas. Boris Fausto discutiu a presença dessa crítica nas falas de Alberto Torres que, segundo o autor,

> [...] sustentava a inexistência de preconceito contra o negro, o fato – segundo ele – de que a escravidão fora "uma das poucas coisas com visos de organização que este país jamais possuiu", acentuando o paternalismo dos senhores brasileiros, em contraste com a moral desapiedadamente crua dos anglo-saxônicos (2001, p. 20).

E como foi possível observar, mesmo com todo o infortúnio das classes estigmatizadas, há quem ainda as avaliassem como incapazes de consciência política. Porém, como muito bem informou Carvalho, "existia um sentimento, ainda que difuso, de identidade nacional. [...]. Os eleitores do Império e da Primeira República, dentro de suas limitações, agiam com racionalidade" (2011, p. 67); mesmo em sua ira como fica expresso nas várias revoltas do período, também fica demonstrado que "a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado" (2011, p. 75).

Assim seguiu o Brasil, pelas primeiras décadas do século XX, até o momento em que o liberalismo econômico vivenciou sua maior crise em 1929, concomitante à ascensão na Europa de fortes movimentos conservadores, ultranacionalistas e antidemocráticos.

Fim da acomodação econômica e o avanço da industrialização

Na década de 1930, o mundo viu a emergência de novos aspectos da cultura política brasileira que assombram até a contemporaneidade. A onda conservadora se tornou popular entre os antiliberais, principalmente na necessidade de um "Estado forte, intervencionista, capaz de dar progresso dentro da ordem" (Capelato, 2001, p. 127). Em razão disso que,

> [...] as questões sociais passaram a ser um grande problema. Os nacionalistas de direita culpavam o liberalismo e a democracia pela desordem e o atraso [...]. A extrema direita se colocou contra as "oligarquias liberais", [...] [e] era favorável a um regime autoritário, comandado por um líder capaz de evitar o avanço do comunismo (Capelato, 2001, p. 128).

A inserção partidária das massas e a vinda do pluripartidarismo provocou um forte entusiasmo democrático, entretanto, a transição das tradições autoritárias permaneceram mesmo dentro das vias democráticas. Para o foco social, as tradições buscavam a "construção do 'cidadão/trabalhador' com o objetivo de tirar o foco comunista de que o operariado é 'sujeito privilegiado na sua história e promotor das transformações a partir da luta de classe'" (Capelato, 2001, p. 124). Com isso, defendeu o interesse nacional desenvolvimentista e a semiótica autoritária do Estado: dar, receber e atribuir. Parafraseando Vargas, "'já fiz minha parte' mostrando o cartel de direitos dados a classe trabalhadora e sempre enfatizando um drama dizendo 'os trabalhadores nunca me decepcionaram'" (Lenharo, 1986, p. 94).

Capelato menciona que "a política de massas gerou uma nova forma de sensibilidade política que buscava introduzir nas consciências valores coletivos" (2001, p. 126). Porém, seguiu uma restrita lógica para evitar a cooptação da população e projetou um apagamento cultural sistemático cuja ideologia oficial serviu para deslegitimar a humanidade do outro, por exemplo, aqueles transformadores em indesejáveis através de determinismos biológicos.

Assim, história oficial então continuou seus esforços para ocultar os artificies autoritários. A própria escravidão foi prezada como algo natural e que havia ficado no passado, as consequências desse pensamento assolaram a maior parte da população brasileira e permanece presente até os dias atuais. Resta, então, analisar como se deu a construção da cidadania dentro das novas percepções da relação Estado-sociedade, enquanto reforçava os valores da democracia racial.

Os reflexos das relações político-culturais e a reconstituição de uma nova sociedade

A década de 1930 representou a continuação das últimas mudanças drásticas que caracterizaram uma "nova sociedade" dentro do horizonte autoritário. Recebe o que Souza (2016, p. 234) consagra como a

> [...] revolução burguesa [...] sem ruptura com as relações de dependência e heteronomia em relação ao grande capital internacional. [...] move em termos de desenvolvimento desigual e combinado, sem, com isso, perder de vista o projeto de contenção permanente das demandas das classes subalternas.

Preso a essa revolução burguesa, aqueles que foram estigmatizados também partiram para uma reestruturação que levou ao que Capelato diz ser uma "mudança da vinculação social do trabalho à escravidão para o trabalho como aquilo que traz dignidade, respeito e proteção social" (1998. p. 78). A cidadania reformada pelo Estado implementa "[...] o trabalhismo e a construção de uma nova cultura política. A propaganda foi o meio de 'introjetar' nas consciências do cidadão trabalhador os compromissos da nova cidadania" (Capelato, 1998, p. 80).

Tudo isso atrelado ao que Capelato também diz ser característico do peronismo na Argentina, já que, "surgiram em momentos de crise nas respectivas sociedades buscando a construção de uma identidade e identificação do outro, o que levou ao extremo as emoções e as batalhas de símbolos" (1998, p. 94). No caso brasileiro, o controle sobre a sociedade impediu a participação popular e até mesmo "chegou-se a ser apontado a paixão como um traço negativo no brasileiro, levando a uma necessidade de controle justificando o advento do Estado Novo" (1998, p. 95). E a "paixão" passava a "ser controlada pela razão, o termo 'amor' era usado como oposição. Eram destacadas a generosidade, um sentimento humano e cristão próprio do caráter do presidente" (1998, p. 95). Sem perder o propósito trabalhista, mesmo na vida religiosa

> [...] o trabalho ganha um teor positivo como

> humanizador e regenerativo. Várias abordagens bíblicas foram levantadas para essa propaganda e o ato de trabalhar se torna uma medida de avaliação. "O homem vale o que vale o seu trabalho". A igreja aplicava o papel de acalmar os descontentamentos da "massa sofredora" e divulgar as necessidades trabalhistas (Lenharo, 1986, p. 110).

Segundo Capelato, isso chegou ao ponto de descreverem o brasileiro como passivo, e "assim se legitimava as medidas autoritárias. A política de exclusão das massas e de impedimento de participação, que tipifica a história republicana que ganhou legitimidade institucional no Estado Novo" (1998, p. 72), além de herdar à Vargas a fama de "um gênio político que dá rumo a história do Brasil" (1998, p. 72) enquanto vende seu "'entendimento' e à 'cooperação' do 'chefe' ou 'pai' dos brasileiros apresentando seu cartel de realizações, usurpando um mérito que deveria ser dos trabalhadores" (Lenharo, 1986, p. 126). Isso esboça o lugar da cultura política autoritária, que

> os trabalhadores eram induzidos pelas políticas militares a incorporar hábitos de higiene, alimentação, repouso e a se tornarem disciplinados, produtivos e ambiciosos, ambiciosamente tentando alcançar a vida de um burguês. A higiene industrial (militarizada) acompanhava a vida do trabalhador fora da fábrica, focalizando nos problemas de habitação, alimentação e esportes. Também foi vista de forma otimista para combater a visão externa do povo brasileiro, o povo "doente e triste" (Lenharo, 1986, p. 127).

Lenharo afirma que o corpo humano passou a se configurar "[...] como uma massa de modelagem que a sociedade imprime formas e projeta uma fisionomia de seu espírito" (1986, p. 115). Altamente militarista, o exército foi "[...] encarregado de criar um novo homem brasileiro, usando os nazifascistas como modelo [...] como uma forma de elevar a dignidade nacional diante dos outros países e disciplina-los para serem uma massa trabalhadora" e quando Baugarten escreveu o "como se deve trabalhar" (1945), esteve exposto "um

manual com regras básicas de como exercer o serviço de forma rápida e produtiva, aniquilando [...] o individualismo [...], o tratando como um autômato moralizado e todo seu tempo de vida dedicado a febre do trabalho". Essa febre, finaliza Lenharo (1986, p. 121),

> [...] beneficia o capitalismo na cobiça pelo domínio do tempo, um tempo não só comprado no mercado, como o de existência do homem. As vilas operárias atuavam como centros de higienização física e moral do trabalho. A educação física próximo a fábrica ampliava o controle sobre o tempo do trabalhador.

Essas foram as novas noções impostas ao povo brasileiro e seus valores de cidadania. O autoritarismo impregnado em suas linhas alcançava para muito além de explicações simples, principalmente dentro de suas equiparações cristãs, de Vargas a Jesus. Para Capelato (1998, p. 108), "o mito foi bem construído, tinha tudo para provocar emoção, inúmeros papeis. [...] ganhando força no episódio do suicídio que ganhou várias versões de justificativas, resultando no apagamento da memória da ditadura.

O mito da democracia racial e a discriminação étnica brasileira

Explicitado a violência através do passado nacional, enfim culmina em sua presença mais evidente, apesar de constantemente negar sua própria existência. Se trata da violência estrutural que circunda a discriminação étnica brasileira. Suas origens, como já discutido, perpassa um caminho singular encontrou bases e valores excêntricos de sua realidade. Enfatizando o que já foi mencionado no decorrer do artigo, Lélia Gonzalez diz que

> Para os colonizadores ibéricos, o racismo seguiu por um caminho entre disfarces. A base desse valor vem de tempos anteriores à chegada no Novo Mundo, pois localiza-se na conquista árabe, o que tornou a miscigenação mais comum, ao passo que a hierarquia já submetia os brancos às classes superiores, enquanto mouros e judeus

> eram mantidos normalmente em condição de segmentos subordinados. Na América não será diferente, pois a ideologia do branqueamento, articulada com os meios de comunicação de massa e aparelhos ideológicos tradicionais será responsável pela permanência da hierarquia étnica sem a necessidade de declarar abertamente o racismo (1988, p. 72-73).

Isso se deu principalmente em termos do passado escravocrata, que segundo Lilia Schwarcz (2019, p. 28), herdou a "uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres mas dos direitos também". A autora continua:

> [...] Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (Schwarcz, 2019, p. 25).

As teorias raciais aplacam-se principalmente sobre a população negra, mas até mesmo judeus, como mencionou Carvalho, sofreu perseguições, tais como as regras excludentes para ingressar nas escolas militares demonstram, que com a década de 1930,

> Nas circunstâncias da época, tais dispositivos significavam excluir do Exército os não-católicos, sobretudo os judeus, os filhos de imigrantes, os negros, os filhos de pais não legalmente

> casados e os filhos de pais cujas ideias políticas não agradassem ao regime. Quanto aos judeus, o Relatório de 1940 julgava dispensável justificar a restrição, pois se tratava de raça sem noção de pátria e "não têm seus membros credenciais para o exercício da profissão militar" (Carvalho, 2005, p. 80).

Outra consequência dessa hierarquia étnica está no conceito de branqueamento, ou como dizem em sua forma velada, "limpar o sangue". Segundo Lélia Gonzalez, a ideologia do branqueamento, independentemente do nível, é o que a consciência cobrou do corpo negro, uma maneira de se subjugar a uma aceitação/coerção social:

> Prá isso, basta que a gente pense nesse mito de origem elaborado pelo Mário de Andrade que é o Macunaíma. Como todo mundo sabe, Macunaíma nasceu negro, "preto retinto e filho do medo da noite". [...] a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais (Gonzalez, 1984, p. 237).

Entretanto, a verdade pragmática da população negra encontrou-se com a distante consciência coletiva de um país autoritário. Sobre isso, constatou Lélia Gonzalez (1984, p. 232):

> O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até à polícia formalmente constituída. [...] Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais". [...] são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não

> é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão.

Em razão disso que o Brasil ainda é enquadrado como um dos países com o maior índice de discriminação étnica. Rosário Touriño, em sua pesquisa sobre o estado da paz e a evolução da violência na América Latina, chega à conclusão que "[...] os países mais expostos aos conflitos étnicos são a Guatemala, o Brasil, a Bolívia, o Peru e o Equador [...]" (2002, p. 62). A autora também diz que, "como em qualquer dimensão social, as diferenças étnicas propiciam o aparecimento de estruturas mentais que estratificam os indivíduos e grupos em níveis superiores e inferiores" (2002, p. 148). As origens desses paradigmas de etnicidades está "vinculada aos processos de integração e exclusão sociais, associada ao processo de formação do Estado-nação na América Latina" (2002, p. 62); e a questão das democracias recentes da América Latina esboçam o real desafio, pois além dos conflitos étnicos, também aditam a questão dos conflitos de legitimidade dos governos, que "são aqueles decorrentes da fragilidade dos sistemas democráticos, seja pela participação política reduzida, seja por uma distribuição desigual das condições de bem-estar" (2002, p. 28). Pois bem corrobora ao destaque do passado brasileiro expresso nessas páginas, que

> Preocupados com a "modernização", que significa possibilidade de competição no jogo da economia globalizada, relegam os problemas sociais a um plano secundário. [...] o projeto de "invenção de uma democracia" pode constituir um exercício mais estimulante do que viver a um reboque daquele passado que, junto com a legislação social, nos legou uma cultura política eficiente no que se refere a novas formas de controle social, mas ineficiente em relação à construção de uma democracia plena e justa (Capelato, 2001, p. 165).

Considerações finais

Os traços do conservadorismo e da política autoritária marcam a passagem da cidadania brasileira em um corte sem fim. Foi possível observar que da sociedade colonial para a imperial houveram mudanças que acomodaram as classes privilegiadas e mantiveram o poder sobre o mando público comumente nas mãos de privados. Com a inclinação tomada pelo mundo do século XX, precedendo a Segunda Guerra Mundial, o republicanismo brasileiro recebeu novos propósitos, repensou conceitos, ordenou novas feições a sociedade civil, que migrou de uma população supostamente "passiva" e "doente" para "trabalhadora" e "digníssima".

Essa reconstrução se deu com certas rupturas, mas sem mudar as intenções das elites, nem deter pouca intervenção sobre a sociedade, que passou por um enorme controle autoritário. Na nação da escravização, os valores de liberdade e individualismo pertencem a um debate sempre de passos inseguros; o racismo à brasileira negou sua própria existência enquanto aplicou as velhas regras do determinismo biológico e darwinismo social. A crítica ao pensamento autoritário manejado ao longo de todas essas páginas contribuiu para mostrar seus lugares e imposições com exatidão, enquanto também aguçou a mais emblemática luta: como esse passado chegou e interage com os dias de hoje?

Referências

CAPELATO, Maria Helena. Populismo latino-americano em discussão. *In:* CAPELATO, Maria Helena. **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FAUSTO, Boris. **O pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.), 1988.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Unicamp, 1986.

LYNCH. Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade: A queda do Império reconsiderada. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, maio/ago. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PARRON, Tamis. **A política de escravidão no Império do Brasil (1826-1865).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo.** Recife: UFP, 2016.

TOURIÑO, Rosário. **O estado da paz e a evolução da violência:** a situação da América Latina. Universidade para a Paz das Nações Unidas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

A representação da história urbana de Anápolis: uma leitura partir das narrativas memorialistas

Lucas Gabriel Corrêa Vargas[1]

Resumo

A cidade de Anápolis foi retratada na historiografia como um importante centro comercial do Estado Goiás, através de figuras de linguagem que remetem à grandes cidades industriais, considerada por jornalistas como a Manchester goiana ou a Ribeirão Preto de Goiás. Dada a sua localização geográfica tornou-se rota de passagem comercial, cujos registros históricos iniciais datam do século XVIII quando viajantes e historiadores que circularam no Brasil passaram pela localidade. Entre o final do século XIX e início do século XX, Anápolis torna-se paulatinamente uma cidade atrativa, sendo que a partir da década de 1930 o desenvolvimento urbano torna-se mais evidente, havendo para tal muitos agentes envolvidos no processo; as mudanças políticas, a imigração e a chegada de novos meios de transporte foram cruciais para a urbanização da cidade. A historiografia de Anápolis está registrada em muitos livros e narrativas memorialistas que recortam a realidade local através do registro de eventos religiosos, acontecimentos políticos e marcos culturais, referências para a construção de cronologias e para a compreensão da temporalidade. No entanto, a história urbana que possui significativos registros dentro das narrativas é pouco estudada, principalmente no que se refere ao contexto regional em que se encontra; pode-se dizer que o processo de urbanização de Anápolis está ofuscado em sua compreensão histórica. Neste sentido, este trabalho tem por intenção, a partir da leitura das narrativas historiográficas memorialistas na cidade de Anápolis, realizar uma análise da representação do processo de urbanização da cidade de 1930 a 1970. Dentre os autores utilizados como fonte principal para esta leitura será dado destaque a quatro deles, pelo esforço com que atuaram para a sistematização do conhecimento da história anapolina, e por registrarem o recorte temporal adotado, garantido que houvesse pontos de

1 Biólogo Licenciado pela UEG (2007) e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UEG (2012). Especialista em Docência Universitária pela FCA (2012). Mestre em Projeto e Cidade pela UFG (2015), com Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela UnB.

partidas mais seguros para uma leitura historiográfica. São eles: Francisco Lopes de Azeredo Filho, João Luiz de Oliveira, Humberto Borges Crispim e Haydée Jayme Ferreira, autores das obras Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis (1938), A Revista A Cinquentenária (1957), História de Anápolis (1975) e Anápolis, sua vida, seu povo (1979), respectivamente.

Palavras-chave: Anápolis; Urbanização; Narrativas.

Introdução

A história de Anápolis é tema de muitos livros cujas narrativas exaltam a cidade, registram marcos, eventos temporais e acontecimentos políticos; porém não aprofundam a interpretação da sua estrutura urbana, das ações e obras executadas, nem tampouco resgatam a atuação dos que contribuíram para tal processo. Buscar na própria localidade esses registros torna-se então um esforço para reforçar e contextualizar esse momento para a historiografia local.

Ao se estudar as narrativas sobre a urbanização da cidade de Anápolis e contextualiza-las com as realidades regionais e nacionais, é possível refletir sobre como o conceito de urbanismo foi percebido, difundido e consolidado, aproximando-o do âmbito decorrente da urbanização de cidades do interior do Brasil no início do século XX.

A proposta deste artigo baseia-se na análise e consequente investigação do objeto a partir da uma abordagem histórico-historiográfica, metodologia que mediante a uma documentação primária permite a construção de uma leitura e interpretação de um determinado momento histórico.

A pesquisa das fontes bibliográficas inclui a seleção das obras dos seguintes autores memorialistas locais, sendo eles: *Francisco Lopes de Azeredo Filho, João Luiz de Oliveira, Humberto Borges Crispim e Haydée Jayme Ferreira.* Os autores considerados como memorialistas, registraram os eventos políticos locais ou regionais como marcos temporais, utilizando uma visão pessoal, criando narrativas próprias, embasadas não somente em registros, mas também em relatos e vivências.

Ao perfazer a leitura, comparação e análise destas obras, este artigo, longe do esforço de se reconstruir a história urbana de Anápolis em seus detalhes,

tem por objetivo discutir as abordagens adotadas pelas narrativas memorialistas em relação a urbanização, e complementando a leitura historiográfica com o contexto histórico-social da época em que foram escritas.

Desenvolvimento

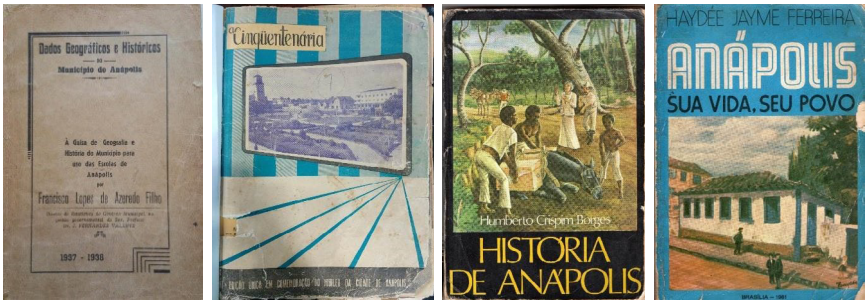
Eventos e suas datas são marcantes e naturalmente um bom ponto de partida para que seja possível compreender de forma pragmática os percursos dos tempos que são utilizados como registros da história de uma determinada localidade, porém, sabendo-se que muitos dos acontecimentos e suas reverberações não ocorrem de forma linear no tempo e no espaço geográfico é que se torna importante contextualizar a seleção de registros, afim de compreender de forma mais ampla o que concorreu para que determinado momento fosse considerado como um marco histórico.

Registros históricos, tais como as fontes documentais sobre Anápolis foram incialmente retratados por autores considerados memorialistas, apontando a relação direta entre a ocupação da localidade ocorrida ao final do século XIX e o início do século XX, com a história da Província de Goiás, ainda no início do século XVIII; entretanto, em suas obras, os registros históricos foram utilizados para comprovar da existência da localidade, sem o devido aprofundamento das suas fontes ou autores.

Dentre os autores utilizados como fonte para esta leitura destacam-se quatro[2] deles, pelo esforço com que atuaram para a sistematização do conhecimento da história anapolina, garantido que houvesse pontos de partidas mais seguros para uma leitura historiográfica. São eles: Francisco Lopes de Azeredo Filho, João Luiz de Oliveira, Humberto Borges Crispim e Haydée Jayme Ferreira (Figuras 1 a 4).

2 Apesar de existirem outros autores locais e regionais, que descrevem e pesquisam a cidade, estes quatro autores podem ser considerados como fundamentais, visto que além de suas produções, atuaram como incentivadores das pesquisas locais, perpetuando uma geração de pesquisadores formada nas últimas décadas.

Figuras 1 a 4. Capa das obras: Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis (1938), A Revista A Cinquentenária (1957), História de Anápolis (1975) e Anápolis, sua vida, seu povo (1979)



Fonte: Autor, 2024.

Francisco Lopes de Azeredo Filho (1876/1976) é autor da obra Dados Geográficos e Históricos do Munícipio de Anápolis publicada em 1938 (figura 1); o livro foi uma encomenda oficial da prefeitura para ser utilizada como livro didático. Durante a década de 1930, Francisco Lopes foi diretor do Departamento de Estatística e Publicidade de Anápolis (DEP).

Dividida em duas partes a obra apresenta primeiramente uma 'Corografia e História do Município de Anápolis', trecho em que discorre sobre os aspectos geográficos, históricos e cívicos e na segunda parte intitulada 'História de Anápolis' descreve em sua narrativa fatos em ordem cronológica dos acontecimentos considerados os marcos temporais ocorridos até o ano em que a obra foi escrita.

"O livro de Azevedo Filho pode ser tomado como uma reapropriação de elementos presentes na cultura e memória local para caracterizar o dinamismo dos habitantes do município que o autor tanto exalta" (Silva, 2014, p. 126). Os fatos são utilizados como argumentos para a qualificação de Anápolis como cidade promissora, sendo que a sua narrativa é claramente partidária, ao traçar diversos elogios aos governantes municipais, enquanto tece duras críticas às gestões anteriores.

> Em sua organização o texto segue uma estrutura cronológica, narrando os primeiros anos da localidade antes de ser elevada à categoria de cidade, reforçando assim seus marcos histórico-memorialísticos. Após a esse período os marcos

> temporais da história local passaram a se basear em mudanças estruturais significativas para o desenvolvimento econômico da cidade e na grande mudança no cenário político nacional de 1930 (Silva, 2014, p. 129).

De cunho nacionalista, a exaltação da cidade visava destacar os acontecimentos recentes e associá-los às mudanças ocorridas nas gestões após 1930, com destaque à gestão do prefeito José Fernandes Valente nomeado em 1934, eleito por voto popular em 1935, nomeado em 1937 com o início do Estado Novo, tendo estado então à frente da prefeitura até 1940. A publicação serviu também para a celebração do cinquentenário de emancipação política do município, ocorrida em 1887.

"Em tom ufanista, o texto exalta as principais figuras políticas locais e engrandece seus esforços para o progresso e a construção de um espírito patriótico na cidade" (Silva, 2014, p. 125). As principais críticas no texto foram para a gestão de Graciano A. Silva, entre 1923 a 1927, cuja administração é representada pela historiografia anapolina como um exemplo de atraso, devido à má gestão dos gastos públicos. No entanto, durante essa mesma gestão é que se registram a maior parte de ações para a execução dos chamados melhoramentos urbanos, não apontadas por esse e também pelos outros autores.

É importante considerar que a interpretação de Azevedo Filho aos fatos do passado, por ser utilizada como livro didático nas escolas municipais teve grande repercussão na formação da historiografia anapolina, sendo considerada a primeira[3] obra publicada sobre a história de Anápolis, contudo, apesar de utilizar documentos históricos, como censos e informações cartográficas para sua narrativa, ao se apoiar principalmente nos relatos da cultura local, configura-se mais como um relato de experiência vivenciada do que como efetivamente uma pesquisa histórica.

O segundo autor é João Luiz de Oliveira (1904/1969) que foi um jornalista autodidata, político e pesquisador. Sua figura foi marcante para a história

3 Borges (1980) afirma que no ano de 1903 chegou a ser autorizada a publicação de 50 volumes da 'Monografia do Município de Santana das Antas', de autoria do jornalista Moisés Santana, também com finalidade de ser utilizada como livro didático, entretanto, segundo o autor, esse trabalho não foi publicado.

municipal, pois de origem humilde, não teve educação formal e aprendendo com livros emprestados chegou por nomeação ao cargo de prefeito, entre 1930 a 1934. Foi um dos responsáveis pela garantia da chegada da Estrada de Ferro Goiaz (EFG)[4] a Anápolis, chegando a ocupar novamente o cargo de prefeito entre 1953 e 1955.

É autor da pesquisa: Subsídios a história de Anápolis, cujo texto original foi publicado no Jornal local a Voz do Sul em 1932. Em 1947 uma versão revisada foi apresentada durante uma sessão pública da câmara de vereadores sob o título "Discurso sobre a história de Anápolis", em comemoração aos 60 anos de emancipação política de Anápolis, e posteriormente, em 1957, tornou-se o caderno principal na revista a Cinquentenária em 1957 (figura 2), edição comemorativa dos cinquenta anos de emancipação da cidade. A revista possuiu tiragem de 3.200 exemplares, e continha artigos variados a respeito da cidade. O conteúdo da pesquisa foi reeditado mais uma vez em 1973, fazendo parte de outra revista chamada "Anápolis: Ontem – Hoje: sua história – seu progresso".

O texto relata a história da cidade desde a sua origem, apesar de citar na introdução questões relativas à região e história da mineração, considera a que "a História de Anápolis, sem dúvida, começa com a doação a Nossa Senhora Sant'Ana, de muitos alqueires de terras, feita a 25 de Abril de 1870..." (Oliveira, 1957, p. I) Devido ao alcance e a repercussão dessa publicação ela tornou-se a principal referência para as obras produzidas posteriormente sobre a história de Anápolis.

> O estudioso da história observa, entusiasmado, o desenvolvimento de Goiás. E presta sincera e justa homenagem aos antepassados, desde os bandeirantes, que, lutando e vencendo as maiores dificuldades lançaram a sólidas bases para o Goiás de hoje em ponto muitas das velhas cidades de Goiás nasceram do garimpo. Os valentes sertanistas, desde Anhanguera, enquanto mineravam ouro, e um construindo povoados, que

4 Conhecido por suas ações populares, afim de garantir a vinda dos trilhos da Estrada de Ferro, ele promoveu um telegrama com mais de 100 assinaturas de mulheres pedindo a Sra. Darcy Vargas, esposa do Presidente Vargas, sua interferência para obtenção de verba complementar para conclusão das obras da Estrada de Ferro Goiaz, além de realizar arrecadações com a população local.

vieram a ser cidades (Oliveira, 1957, p. I).

Ao considerar que o cinquentenário da cidade deveria ser comemorado em 1957, devido a sua emancipação oficial ter ocorrido em 1907, visto que no ano de 1887 a emancipação que teria ocorrido seria apenas de ordem política, o autor promoveu um movimento de mudança de organização e representação da história local, mesmo apesar da sua narrativa sustentar outros dois marcos memorialísticos da historiografia goiana, que são a mineração como origem de Goiás e os desdobramentos da Revolução de 1930 no estado.

Apresenta uma cronologia apurada, quando comparada com anotada na obra de Azevedo Filho. Ao apoiar-se em comprovações documentais o autor aponta marcos a partir de fontes existentes, trazendo assim comentários amplos sobre o passado, considerando e citando textualmente documentos enquanto registros para da sua narrativa.

O seu texto é baseado não somente nos relatos da cultura local, apesar de os apresentar durante a escrita. Porém apesar do texto apresentar caráter acadêmico, citando as fontes de registros, como cartas, termos de doação de terras e legislações, continua apresentando uma abordagem memorialista, recortando a história com a seleção de fatos considerados como os mais importantes, sem realizar contextualizações e ou interpretações a respeito.

Assim como Azevedo Filho, contribui para que a história local considere a lenda de fundação como um registro fidedigno para a origem da cidade e as ações dos fundadores, atos heroicos de desbravadores similares aos atos dos bandeirantes.

A construção da lenda de fundação da cidade se inicia a partir de uma situação ocorrida no ano de 1859, registrada pela história oral e posteriormente registrada pelos historiadores durante o século XX. O relato diz que a tropa da fazendeira Ana das Dores durante uma viagem entre Jaraguá e Bonfim[5] foi obrigada a pernoitar na Fazenda das Antas, visto que um animal que levava objetos pessoais da senhora fora dado como perdido. No dia seguinte a mula teria sido encontrada em uma mata, com as cangalhas caídas no chão; ao tentarem colocar as malas de volta ao animal os empregados não o consegui-

5 Após a Emancipação ocorrida em 1943 a cidade de Bomfim, passou a ser denominada como Silvânia.

ram, pois segundo eles o peso de uma das malas era como o de uma rocha engastada no chão.

A mala conteria uma imagem de Nossa Senhora de Santana[6] e Ana das Dores teria compreendido, diante do ocorrido, que a imagem teria um desejo de ficar naquele local, prometendo destina-la à uma futura capela que ali deveria ser edificada (Azeredo Filho, 1938, p. 34). Após a promessa ser proferia os empregados teriam conseguido carregar com facilidade a mala.

> D. Ana das Dores, que abrindo a canastra onde se a achava a lendária imagem, mostrou aos habitantes da orla da mata e disse: Será a padroeira de uma grande cidade, sede de um rico e fértil município, cujo povo há de ser por E'la abençoado. – A profecia realizou-se (Junior, 1938, p. 34).

O relato da família de Souza Ramos não possui fontes escritas, seja em cartas ou por alguma obra datada da época, sendo tratado pelos autores memorialistas como uma fonte proveniente de uma narrativa oral.

> Narrativas como essa não são difíceis de ser encontradas em Goiás. A religiosidade do povo sertanejo ensejou inúmeras manifestações e representações do imaginário. Com uma visão quase sempre mítica das origens de suas cidades, a memória dos habitantes de Goiás, saindo da mesmice da realidade sertaneja, criou enredos aformoseando de certa maneira as narrativas sobre a origem de alguns núcleos urbanos (Pinheiro, 2003, p. 53).

A mudança de Souza Ramos para aquela localidade, segundo os autores, teria acontecido com a intenção de se construir a capela prometida por sua mãe, havendo destaque em quase todas as narrativas para esse fato em si. No

6 A imagem de Santana descrita no relato possui cerca de 400 gramas foi esculpida em madeira pelo artista goiano Joaquim da Veiga Vale (1806-1874) e faz parte do acervo de arte da Sacra da Diocese de Anápolis.

entanto, o interesse pelo potencial comercial da localidade não é discutido por nenhum autor, nem tampouco as suas pretensões políticas.

Durante o século XVIII a criação de capelas foi uma prática comum de deliberação de fazendeiros, pois nos povoados onde havia uma capela rural, esse era um fato que gerava atração populacional. As capelas eram dotadas de um determinando patrimônio em terras e de rendimentos para a execução dos ofícios sagrados e funcionavam, então, como dispositivos de poder, através do qual os senhores, agentes de uma rede familiar e clientelista, obtinham privilégios e prestígio nas localidades, induzindo ou reforçando alianças.

A prática de fundar capelas era, portanto, uma estratégia de apropriação estável de terras, assim como acontecia no início dos arraiais de mineração, pois com a presença do capelão, era possível realizarem-se os batismos, casamentos, sepultamentos, sem que houvesse a necessidade de se percorrer muitas léguas.

É interessante observar o consenso dado pelo autores na relevância ao evento, porém, pouco ou quase nenhum destaque foi concedido ao fato de que as fazendas da localidade desde o final do século XVIII recebiam os tropeiros do Caminho dos Goiazes, em direção as minas de Vila Boa, Meia Ponte e Corumbá ao Norte da Província e também sobre a aglomeração de casas existentes naquele local; apesar da narrativa de fundação evocar um acontecimento religioso, as questões geográficas, comerciais e políticas é que foram decisivas para que a pequena aglomeração de casas existentes até a década de 1870 se emancipasse como um município em 1907.

> Estes trabalhos mais do que narrativas históricas, são sínteses da experiência vivenciada e traços das expectativas geradas em cada um desses períodos. As expectativas e os "marcos" históricos registrados nestes trabalhos, principalmente no caso de João Luiz de Oliveira, influenciaram diretamente as narrativas históricas posteriores por se constituírem como uma das poucas opções de fontes sobre a história local (Silva, 2014, p. 140).

O mergulho no passado permitiu ao povo de Anápolis re(criar) a sua história, se apoiando em algo que lhes auxiliou na construção de mecanismos de

memória, permitindo desvencilhar-se da tradição do ouro e de outros arraiais surgidos no século XVII. A religiosidade do sertanejo, através das narrativas dos viajantes constituía um hábito significativo para a agregação de comunidades e seu consequente desenvolvimento.

A terceira obra: História de Anápolis (1975), (figura 3) é de autoria de Humberto Crispim Borges (1918/2015) que foi escritor e historiador. Natural de Anápolis. Esta obra que perfaz uma descrição minuciosa dos fatos históricos da cidade, relata logo no início a difícil realidade do historiador, pois durante a sua elaboração, deparou-se com o fato de que os livros da Intendência e do Conselho Municipal haviam sido destruídos.

Apresenta no decorrer da obra uma divisão de aspectos históricos, geográficos, cívicos e outros aspectos que considerou importantes para a obra; apesar de apresentar os fatos em ordem cronológica, ele o faz a cada aspecto, criando uma linha cronológica de cada um, apresentando ainda ao final da obra imagens selecionadas da cidade.

Dentre as quatro obras tidas como memorialistas, *História de Anápolis* é que mais se assemelha a uma pesquisa acadêmica, citando as fontes das informações dos vários aspectos trabalhados. Há um destaque significativo à política local pelo fato se transcrever leis, atas e nomeações, contribuindo significativamente para o entendimento dos atos da administração municipal, mas os mesmos são apresentados de forma imparcial, sem comentários e elogios à determinada gestão.

E a última autora é a professora e escritora Haydée Ferreira Jayme (1926/1999), que durante a década de 1980 foi diretora do Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho (MHAABC), sendo a principal responsável por manter e catalogar o acervo de fotografias e jornais existentes atualmente no museu.

Publicou no ano de 1979, a obra Anápolis, sua vida, seu povo (figura 4), na qual através de um percurso cronológico, pontuava relatos históricos, construindo assim, através da sua narrativa de fatos pessoais uma representação da história da cidade. A autora durante o livro relatou eventos pela visão de uma testemunha ocular. Ao final da obra apresentou apesar do seu conteúdo extenso, uma breve lista de fontes bibliográficas, incluindo a obra

de Humberto Crispim Borges e também o que descreve como sendo 'informações de pessoas dignas'.

Sua obra assim como a de Humberto Crispim é considerada como uma das principais fontes de informações acadêmicas sobre a história de Anápolis, pois seus relatos sobre a história anapolina além bastante detalhados, permitem traçar um panorama sobre o povo, ao descrever não somente fatos históricos e políticos, mas também biografias e histórias pessoais de várias personalidades locais.

Análise

Entende-se que narrativas memorialistas a respeito da história urbana de Anápolis foram construídas parcialmente sobre uma liberdade metodológica e as narrativas acadêmicas oriundas de pesquisas com metodologias definidas.

Em relação aos trabalhos considerados como memorialistas, ao observar a construção do seu percurso narrativo, percebe-se que as cronologias são utilizadas como premissa organização temporal dos fatos e que as datas dos acontecimentos políticos são consideradas como marcos e que também a operação de contar os fatos seria mais importante do que interpretá-los, diferentemente dos trabalhos acadêmicos contemporâneos que buscam complementar a escrita tecendo considerações e interpretações.

Michel de Certau, na obra "A escrita da história" aborda a questão da pesquisa historiográfica ao relatar o fato de que toda pesquisa realiza uma articulação com um lugar de produção, social, cultural e político. Sua reflexão sobre a historiografia, "se preocupa em tornar visível o lugar de onde sua interrogação toma forma, a particularidade do campo, do material e dos processos da historiografia moderna" (Miranda Júnior, 2019, p. 103).

O conceito de "lugar social" descrito por Certau (2011) inclui a chamada "operação historiográfica", que para o autor seria a combinação do lugar social, suas determinadas práticas e os procedimentos técnicos que originam enfim a escrita. Isto implicaria nos resultados encontrados, com por exemplo na obra de Azevedo Filho de 1938, notadamente partidária à política local, financiadora da publicação.

A elaboração de um discurso histórico seria em função desse lugar, através do qual se delineariam os interesses, as questões a serem abordadas e as escolhas documentais. De acordo com Certau (2011, p. 64) "a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade" e ter em consideração que a articulação que a história mantém com o lugar seria essencial para gerar leituras historiográficas autênticas, sem tornar o discurso essencialmente ideológico.

O lugar de onde o autor falar seria uma peculiaridade importante para a interpretação da narrativa, pois dentre os autores memorialistas, Humberto Borges e Haydeé Jayme que escreveram suas obras na década de 1970, além de terem acesso a mais documentações e terem presenciado quando mais jovens, alguns dos eventos que narram, tiveram formações acadêmicas mais aprofundadas.

As descrições e registros históricos representam, até mesmo de forma mítica, uma determinada situação, cuja intenção pode avançar para o além do informativo, entretanto, cabe ao historiador a seleção dos fatos que considera relevantes para a posteridade. "Quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância depende, totalmente, dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem grandeza absoluta" (Veyne, 1998, p. 29).

Assim como a fundação, datada de 1870, outros eventos históricos como a emancipação ocorrida em 1907 e a chegada da Estrada de Ferro Goyaz (EFG) em 1935 são considerados como marcos temporais na historiografia local, recebendo muito destaque nas suas descrições. Em determinados momentos o tom das narrativas fez com que o leitor tivesse a ideia de que a partir daquela data específica, grandes transformações teriam ocorrido no espaço urbano, sendo que significativamente poucas coisas teriam sido modificadas. Entretanto, os registros perfazem curtas contextualizações dos eventos locais com eventos regionais ou nacionais, conferindo a eles pouca relevância.

Entre os anos de 1907 a 1935 a emancipação do território se consolidaria através da expansão comercial, ocorrendo nessas três décadas a transformação da pequena vila em uma atrativa cidade comercial. A história local a despeito dos registros dos chamados melhoramentos ou embelezamentos urbanos, não aponta fatos ou eventos considerados como marcos e de forma 'abrupta' relata

que o ano de 1935, mais especificamente a festa de inauguração da Estação Ferroviária, teria sido o mais importante evento transformador da história local.

É certo que a rotina da cidade e sua atratividade populacional alteraram-se após essa data, porém, considera-se que o evento não pode ser utilizado como único agente causador das mudanças ocorridas no após; considera-lo como um agente catalizador é uma abordagem segura, pois leva em consideração a convergência de fatores ocorrida durante as três primeiras décadas do século XX conduzindo a cidade ao *status* de centro comercial mais importante de Goiás nas décadas seguintes.

Entende-se enfim que para se realizar uma leitura abrangente da história urbana de Anápolis é necessário contextualizar o processo de urbanização com as mudanças sociais e políticas, regionais e nacionais que interferiram significativamente para o desenvolvimento da cidade ao longo dos séculos.

Considerações Finais

Os eventos e suas datas são marcantes e naturalmente um bom ponto de partida para que seja possível compreender de forma pragmática os percursos dos tempos que são utilizados como registros da história de uma determinada localidade, porém, sabendo-se que muitos dos acontecimentos e suas reverberações não ocorrem de forma linear no tempo e no espaço geográfico é que se torna importante contextualizar a seleção de registros, afim de compreender de forma mais ampla o que concorreu para que aquele momento fosse considerado como um marco.

A análise das narrativas memorialistas sobre a história urbana de Anápolis revelou não somente a reconstrução dos eventos históricos, mas também uma reflexão sobre os métodos e intenções por trás dessas narrativas. Enquanto autores como Francisco Lopes de Azeredo Filho e João Luiz de Oliveira enfatizaram os marcos temporais e políticos como pontos principais na história da cidade, suas abordagens tendem a ser mais partidárias e descritivas do que interpretativas. Esses relatos, embora forneçam uma visão valiosa do passado, carecem da contextualização ampla e interpretação crítica dos eventos. Por outro lado, obras como as de Humberto Crispim Borges e Haydée Ferreira Jayme, com caráter acadêmico e escritas em períodos posteriores, demons-

tram maior apuro metodológico e preocupação em citar fontes e apresentar uma visão mais equilibrada dos acontecimentos históricos.

A compreensão dessas narrativas memorialistas também nos leva a refletir sobre a natureza da produção histórica e sua relação com o contexto social, político e cultural em que são escritas. Assim, ao analisar a história urbana de Anápolis, é essencial considerar não apenas os eventos individuais, mas também o contexto mais amplo em que ocorreram, incluindo as mudanças sociais, políticas e econômicas que moldaram o desenvolvimento da cidade ao longo do tempo. A história urbana de Anápolis, portanto, emerge não apenas como uma série de eventos isolados, mas como parte de um processo dinâmico e interconectado de urbanização e transformação.Parte superior do formulário

Referências

AZEREDO FILHO, Francisco Lopes. **Dados Geográficos e Históricos do Munícipio de Anápolis.** Anápolis: Prefeitura de Anápolis. 1938**,** 48p.

AZEREDO FILHO, Francisco Lopes. **Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis.** São João da Boa Vista: Tipografia Artística A. Guarita & Cia, 1937.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis.** Goiânia: Editora Cerne. 1975.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis, sua vida, seu povo.** Brasília. 1981.

MIRANDA JÚNIOR, Robson Freitas de. A história como "logos do outro": Michel de Certeau e a operação historiográfica. **Temporalidades – Revista de História**, Edição 29, v. 11, n. 2, Jan.-Abr., 2019.

OLIVEIRA, João Luiz de. Subsídios à história de Anápolis. **Revista "A CINQUENTENÁRIA"**, Edição única em comemoração do jubileu da cidade de Anápolis (1907- 1957). Anápolis: S/e, 1957.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Os tempos míticos das cidades goianas:** mitos de origem e invenção de tradições. Dissertação (Mestrado em História das Sociedade Agrárias) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás) 2003. 165fls.

SILVA, José Fábio da. **O progresso como categoria de entendimento histórico:** um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis-GO (1930-1957). 2014, 178fls. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2014.

VEYNE, Paul M. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história.** Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliador. 4 ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

Ensino de história, cultura e educação patrimonial em Itapipoca – CE

André Aguiar Nogueira[1]

Resumo

Essa pesquisa começou com o projeto "História, Cultura e Educação Patrimonial em Itapipoca – CE" cujo objetivo é desenvolver atividades de formação, pesquisa e proteção da memória e do patrimônio cultural do município. A proposta está sendo implementada junto aos alunos das turmas de História do Ensino Médio Integrado do IFCE, campus Itapipoca. O município de Itapipoca abriga sítios paleontológicos e arqueológicos bem antigos e, recentemente, completou 200 anos de emancipação política e as homenagens geraram diversas atividades e documentos vinculados a sua memória. O trabalho com esse material e outras fontes históricas puderam ser utilizados como mote para dinamizar as aulas da disciplina. O projeto conta com a participação formal de 5 "bolsistas voluntários", mas todos os alunos foram protagonistas na investigação e na catalogação de documentos para criação de um acervo histórico com lugares, personagens, fotografias, livros, vídeos, objetos, entrevistas e outros artefatos culturais fundamentais para compreensão da história local. A metodologia buscou valorizar o patrimônio cultural das populações locais com o intuito de mapear informações estratégicas. Assim, ao conhecer e disponibilizar fontes históricas sobre o município, os estudantes aprendem tanto os procedimentos da pesquisa quanto se tornam sujeitos na valorização das memórias e das identidades locais.

Palavras-chave: Ensino de História; Memória; Patrimônio Cultural; Itapipoca.

Esta pesquisa começou com o projeto de pesquisa "História, Cultura e Educação Patrimonial em Itapipoca – CE", cadastrado na instituição em

1 Mestre e Doutor em História pela PUC-SP, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

agosto de 2023, e cujo objetivo é desenvolver atividades de formação, pesquisa e proteção da memória e do patrimônio cultural do município e regiões circunvizinhas. A proposta, ainda incipiente, está sendo implementada junto aos alunos das turmas de História do Ensino Médio Integrado do IFCE *campus* Itapipoca.

A metodologia da pesquisa foi elaborada com base em experiências de trabalho com a memória e com o patrimônio cultural, anteriormente realizadas, mediante pesquisas noutras localidades. Nesse aspecto, o levantamento de dados induziu a uma análise comparativa de cidades com realidades históricas diversas a partir das quais foi possível problematizar aspectos como: o ofício do historiador e o trabalho em sala de aula, a constituição e as disputas de memórias locais, o nível de institucionalização das políticas públicas municipais, o aporte institucional e o cooperação interdisciplinar nos campis, a adesão e a repercussão didática entre os discentes e a relação da comunidade com seu legado histórico, considerado patrimônio cultural.

O município de Itapipoca abriga sítios paleontológicos e arqueológicos bem antigos e, recentemente, completou 200 anos de emancipação política e as homenagens geraram diversas atividades que produziram documentos vinculados a sua memória. O trabalho com esse material oportunizou a análise de fontes históricas como: livros de historiadores e memorialistas, jornais, folders, objetos, vídeos e entrevistas, que puderam ser utilizados como mote para dinamizar as aulas da disciplina.

O projeto conta atualmente com a participação formal de 5 "bolsistas voluntários", mas todos os alunos de História do Ensino Médio foram protagonistas. O projeto passou a despertar também o interesse de alguns alunos dos cursos de graduação da unidade, especialmente os de Licenciatura em Música, colaborando, assim, no desenvolvimento das pesquisas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

É importante salientar que o trabalho com patrimônio vai muito além da identificação das expressões culturais e das edificações imponentes da cidade. As heranças materiais e imateriais se manifestam na interação de nossa gente com o ambiente, com a natureza e com as condições sociais de sua existência em coletividades. Essa diversidade surgiu no proceso de investigação das fontes e na catalogação desses documentos para criação de um acervo histórico.

É importante considerar que "ao considerar os inventários, e outros instrumentos, como importantes mecanismos de identificação, documentação e produção da reflexão histórica, o historiador que se utiliza destas ferramentas está diante da seleção e da escolha de histórias e memórias a serem preservadas" (Nogueira, 2014, p. 241).

Lugares, personagens, fotografias, livros, a produção audiovisual, objetos de época, a oralidade e outros artefatos culturais, quando transformados em recursos didáticos, tornam-se mecanismos fundamentais para compreensão e valorização da história local. Assim, a metodologia buscou valorizar o patrimônio cultural das populações locais com o intuito de mapear informações estratégicas. Ao conhecer e disponibilizar fontes históricas sobre o município, os estudantes aprendem tanto os procedimentos técnicos da pesquisa histórica quanto se tornam sujeitos mais ativos na valorização das memórias e das identidades locais. Além disso, os dados escolares denotam que iniciativas dessa natureza ensejam melhorias no processo de ensino e aprendizagem, repercutindo positivamente no desempenho nas disciplinas e nos índices educacionais da instituição.

Além do saudosismo, típicos das celebrações que pouco reverberam em ações efetivas de proteção, restauro e e manutenção das edificações e práticas sociais, é imprescindível um programa com polítcas públicas direcionadas a sustentabilidade dos saberes, celebrações e formas de expressão e vida do povo. Esse patrimônio pode ser "materializado" muitas vezes na produção artística, nas maneiras de cuidar e manejar a terra e nos modos de fazer do trabalho cotidiano das localidades. Culinária, música, dança, literatura, teatro, rituais religiosos, jogos lúdicos, festas populares, os laços familiares e as relações sociais típicas de uma comunidade nos espaços públicos, ainda que não detenham a chancela de patrimônio pelos poderes constituídos, são referências culturais essenciais (Arantes, 2011).

A partir dessas considerações, compete pensar as dificuldades de implementar políticas de patrimonialização e ações educativas para o patrimônio, problematizando, inclusive, o lugar que essas atividades ocupam, ou deveriam ocupar, dentro das instituições de ensino. De modo geral, apesar de cadastrado como projeto de pesquisa, essa proposta apresenta um calendário com atividades formativas, vinculado ao departamento de ensino, e uma forte

perspectiva extensionista, pelas relações que ensejam com as comunidades mobilizadas. Consiste, portanto, numa proposta transdisciplinar, transversal e capilarizada que busca envolver diversos processos e atores.

É importante salientar que a história de Itapipoca, seus episódios e personagens célebres, ganharam destaque em 2023, quando se comemorou o bicentenário de emancipação política da cidade. Em 17 de agosto de 1823, em homenagem à rainha Leopoldina, o imperador Pedro I criou a chamada Vila de Imperatriz, separando-a da então sede do município, na serra de Uruburetama. Antes, a localidade se chamava Sítio São José e, somente em 31 de outubro de 1915, passou a categoria de cidade.

Distante 130 km da Capital Fortaleza, Itapipoca possui uma área é de 1.614,682 km², representando 1.077% do estado e 0.1077% de toda região. Possui uma população estimada em 131.687 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2022, ocupando a 7ª colocação entre os municípios mais populosos e 10ª posição entre os municípios mais ricos do estado. Seus distritos estão situados entre a serra de Uruburetama e ao lado oeste do rio Mundaú. De acordo com dados da Prefeitura, em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 12 distritos: Itapipoca, Arapari, Assunção, Baleia, Barrento, Bela Vista, Calugi, Cruxati, Deserto, Ipu Mazagão, Lagoa das Mercês e Marinheiros. O topônimo Itapipoca vem do tupi-guarani itá (pedra, rocha), pi (pele, couro, revestimento) e poca (arrebentar, estourar), significando: "pedra arrebentada", "rocha estourada" ou "pedra lascada". Sua denominação europeia original era Arraial de São José, depois Vila Velha, Imperatriz e, desde 1889, Itapipoca.

O centro urbano se consolidou aos poucos. As principais atividades econômicas do passado estavam relacionadas à expansão da pecuária, no chamado "ciclo do couro", e a produção do algodão ao longo do século XIX. A partir da ligação Fortaleza-Sobral, através dos caminhos de ferro no século XX, surge a Estrada de Ferro de Itapipoca, consolidando o município como importante centro comercial. Atualmente, as principais atividades estão relacionadas ao comércio, a produção industrial e agrícola, baseada, principalmente, na agricultura familiar.

As celebrações proporcionaram diversas ações do poder público em torno da memória do município, muitas delas acionando o passado "pré-histori-

co" e os achados paleontológicos e arqueológicos resgatados dos seus sítios. Essa memória oficial aponta para certa tradição "ancestral" que justificaria, entre outras coisas, a suposta vocação turística da atualidade. Nesse aspecto, a apropriação da memória também se configura noutros documentos, como no próprio hino oficial da cidade: "Todos unidos certos da vitória / Caminharemos sem hesitar / E os teus filhos diante da história / Vão de mil vezes te exaltar". O passado surge, assim, como elemento encorajador do desenvolvimento futuro: "Caminha firme / luta perene / Imita os nossos ancestrais / Tem sempre em mira desejo infrene / De ver triunfar teus ideais".

O jornal "O Centenário", por sua vez, publicou reportagem que descreve a trajetória das primeiras escavações arqueológicas que iniciaram ainda no século XIX. De acordo com o periódico, em 1859, quando a Comissão Científica esteve em Itapipoca, descobriu, entre outros fósseis, uma caveira de 30 mil anos. "Em 1952 Paurilo Barroso desenterrou ossadas de mastodontes e smilodontes nos Tanques do João Cativo [...] A fama do Tanque do João Cativo, no entanto, não se deve à luta dos negros por sua liberdade, mas aos "tanques" propriamente ditos" (Jornal "O Centenário", março de 2015, p. 11). Nesses tanques foram encontrados diversos fósseis, por isso, em 1955, chegava, em Fortaleza, o Dr. Carlos de Paula Couto, diretor da secção de paleontologia do Museu Nacional para investigar os sítios pré-históricos itapipoquenses. Em 1859, ocorreu o trabalho arqueológico da famosa Comissão Científica que foi organizada em 1856 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "denominada Comissão das Borboletas porque, de certa forma, não transmitia credibilidade a ninguém, foi esta comissão, no entanto, que encontrou, mais ou menos nas imediações dos Tanques do João Cativo, a cabeça de um homem que, pelas análises feitas, data de 30 mil anos atrás" (Jornal "O Centenário", março de 2015, p. 11).

Um outro exemplo de produção da memória local pode ser observado na publicação da Secretaria Municipal de Cultura, "Almanaque de 200 anos de Itapipoca", que busca apresentar uma perspectiva de maior valorização da produção artística e da cultura popular mais recente. Essa tendência se contrapõe a visão mais tradicional que aponta para o reconhecimento majoritário do patrimônio edificado, que pouco resistiu ao crescimento urbano desordenado. Em especial, há um imenso o valor atribuído às igrejas católicas, como a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, que remonta ao século XVII, localizada no distrito

de Arapari; a Capela de São Sebastião, erguida no XIX; e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, atual matriz, no centro da cidade.

Itapipoca é popularmente conhecida como a "terra dos três climas", epíteto justificado por apresentar aspectos geográficos com três biomas distintos: serra, sertão e mar, apesar disso, predomina um clima semiárido na maior parte do seu território. Essa ideia da paisagem com "três climas" tem sido recorrentemente apropriada por diversos empreendimentos, sobretudo, pela indústria turística que passou a produzir "roteiros" direcionando os visitantes para os diferentes lugares. O litoral de Itapipoca, por exemplo, é formado por 25 quilômetros de praias, sendo as principais: Baleia e Praia do Maceió, além da Barra do Rio Mundaú e as lagoas de Humaitá e do Mato. O Guia abaixo indica os principais lugares para conhecer em Itapipoca.

Figura 1 - Folder Informativo "Conhecendo Itapipoca"

Fonte: Prefeitura de Itapipoca, 2023.

O Guia Turístico produzido pela prefeitura em 2023 apresenta uma proposta para conhecer a cidade a partir das "rotas dos 3 climas" organizada a partir dos seguintes roteiros: "praia e sol", "das águas", "pré-histórico", "cultural" e das "pedras". A região apresenta também grupos remanescentes de quilombolas, na localidade de Nazaré, e comunidades indígenas, como os Tremembé, que ainda resistem na barra do rio Mundaú. Antes da colonização, essas terras eram habitadas por diversas etnias indígenas Tupi e Tapuia, entre elas: Tremembé, Anacé, Apuiaré e outras etnias. O distrito da Barra do Maceió conta ainda com uma escola agrícola, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). De acordo com o material publicitário da prefeitura, "Itapipoca foi habitada pelos povos indígenas e até hoje é possível vivenciar essa cultura conhecendo suas histórias, crenças e gastronomia e

atividades do seu dia a dia. As comunidades podem ser visitadas por agendamento" (Folder Informativo "conhecendo Itapipoca", 2023).

Essa diversidade de narrativas, sujeitos e movimentos sociais possibilitam muitas perspectivas de trabalho com o patrimônio, principalmente, porque existem estudantes da instituição, que podem ser motivados a partir das atividades da disciplina, encontram-se espalhados nessas localidades. Do ponto de vista do trabalho com o patrimônio cultural nas escolas, cabe problematizar como muitos dos professores dos municípios da região reproduzem e se apropriam desses roteiros de forma acrítica, reforçando uma relação de "consumo" pouco educativa com esses lugares de memória. Observa-se, entre problemas, a ausência de planejamento didático das visitas ou aulas de campo, muitas vezes, percebidas ao nível das "curiosidades" que pouco contribuem para o desenvolvimento de uma "consciência histórica" (Rusen, 2015) e nem para um sentimento de pertença ao patrimônio local.

Um exemplo já bastante conhecido do descaso com o patrimônio cultural local é a situação da Casa Branca, edificação histórica localizada no centro da cidade: "Tombada em 1996, para ser preservada, a Casa Branca, residência do Dr. Perilo Teixeira, está para cair. Ocupada pelos camelôs que ali guardam suas mercadorias, concordam eles em que a Casa Branca merece melhor destino. E dizem qual seria: museu, biblioteca ou um memorial contando a história do político mais importante do município" (Jornal "O Centenário", abril de 2015, p. 1). A reportagem diz ainda que "destinada à picareta ou à reforma por algum órgão público ou privado, a Casa Branca continua de pé no primeiro centenário de Itapipoca. O que fazer com ela?" *(idem)*, indaga a referida notícia.

Na perspectiva da aprendizagem com fontes históricas, é importante identificar alguns dos documentos inventariados pelos alunos no processo de pesquisa. A princípio, além da visita ao Museu da Pré-história de Itapipoca (MUPHI) também foram arroladas fontes como: as obras literárias, principalmente livros de memórias; os jornais, como "O Centenário", no qual foi possível discutir diversas reportagens sobre a história do município; os vídeos, que constituíram uma fonte importante com uma diversidade perspectivas sobre o município; e a realização de história oral, permitindo um diálogo mais direto com os atores locais e suas ações e articulações de proteção do patrimônio cultural da cidade.

A partir da pesquisa e análise das fontes de pesquisa, os discentes organizaram uma "sala temática" de História que foi apresentada aos visitantes, alunos do ensino fundamental de outras escolas do município, durante um evento institucional, o Universo IFCE 2023. A exposição foi montada com 5 eixos temáticos: 1) Patrimônio Natural, 2) Religiosidade, 3) Economia, 4) Educação e 5) Sociabilidades.

Figura 2 - Discentes apresentando a "sala temática" de História, 2023

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A partir das atividades em sala de aula e das primeiras prospecções da pesquisa foi possível apontar algumas hipóteses iniciais. No entanto, se coloca mais como uma abordagem diagnóstica preliminar do que propõe reflexões conclusivas. Nesse sentido, problematizamos aspectos como: a importância da história e da memória local para o ensino de História; a ausência de crítica histórica do acervo paleontológico; a falta de um núcleo educativo para mediação com alunos; o acervo pouco dialoga com o conteúdo programático da disciplina; a questão do pertencimento ao patrimônio local que é, quase que exclusivamente, direcionado ao turismo; a inexistência de um agenda de educação patrimonial mais sistemática; políticas públicas de patrimônio pouco sensíveis com as comunidades nativas; uma maior valoração do patrimônio edificado, ainda que pouco reconhecido pelo Estado; certa ausência de reconhecimento e de investimentos no patrimônio "imaterial", nos "tesouros vivos" e nos "modos de vida" que se constituem enquanto "referências culturais".

Referências

ARANTES, Antônio A. Patrimônio Imaterial e Referências Culturais. **III Encontro Regional da América Latina e Caribe – CECA/ICOM – Museus e patrimônio intangível – o patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural**, São Paulo, 2004.

CERTEAU, Michel. Andando na cidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

INSTITUTO EPISTEME. **Jornal O Centenário***,* edições de abril a dezembro de 2023.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** Manual de Aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história:** uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

MACIEL, Paulo; PIRES, João Batista Alves. **História de Itapipoca_** Autoria: Paulo Maciel Co-Autoria: Prof. Esp. João Batista Alves Pires. Itapipoca-CE, 2016.

NOGUEIRA, Antônio G. R. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 58, 2015.

NOGUEIRA, Antônio G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA. **O município.** Disponível em: https://itapipoca.ce.gov.br/omunicipio.php

Sabedoria marginal, a cidade na ótica ancestral-periférica: o caso do Ilê Asé Odé Ibualamo em Carapicuíba, caminhos para reparação[1]

João Pedro Manccini Fernandes

Resumo

Esta pesquisa, realizada como parte do trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo, tem como objetivo principal analisar a despossessão do território negro do Ilê Asé Odé Ibualamo em Carapicuíba, periferia oeste da grande São Paulo, causada pela implantação de um projeto de infraestrutura urbana que canaliza o Córrego do Cadaval, importante corpo d'água da cidade. A obra atravessa a comunidade onde o terreiro se assentava, removendo além dele, boa parte dos demais moradores para a construção de um novo eixo viário sobre o leito do córrego canalizado. A partir da análise, se busca propor soluções arquitetônicas e urbanísticas para mitigar os danos sofridos pela comunidade afetada. O desenvolvimento se dá em três eixos temáticos: memória e ancestralidade, corpo e culturas afro-diaspóricas e território e periferia, embasando-se principalmente nas teorias de Tiaraju Pablo e Milton Santos e na cosmovisão dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA). A pesquisa adota uma abordagem crítica inspirada na figura do Orixá Exú para questionar as narrativas predominantes na história urbana e compreender as opressões históricas dadas nos processos de urbanização que atravessam memórias e corpos negros e periféricos. Utilizando a perspectiva de "escovar a história a contrapelo", conforme proposto por Walter Benjamin, o estudo se direciona a um outro entendimento sobre a cidade e sua formação que envolve um resgate e reconstrução de saberes, culturas e lutas populares que foram marginalizados. Enfatiza a importância de reconhecer quais histórias são lembradas e quais são esquecidas, especialmente no contexto das políticas urbanas, em que há a hegemonia dos paradigmas higienistas, da branquitude e das centralidades, em detrimento de narrativas racializadas e

1 A pesquisa foi realizada durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, orientada pelo Prof. Dr. Celso Aparecido Sampaio.

periféricas, que apontam outras visões de cidade. Partindo dessa construção crítica, a análise do contexto urbano de Carapicuíba e do território tradicional revelou a profundidade das relações entre o Ilê e a comunidade, bem como as motivações e consequências de sua remoção. Como resultado da pesquisa, foi desenvolvido um ensaio de proposições urbanas e arquitetônicas focadas na reparação do território. Isso incluiu a elaboração de um plano urbano que abrange ações ambientais, habitacionais e viárias, propondo a criação de um parque linear que ressalta o córrego como elemento da paisagem e habitações para manter os moradores no território, preservando suas redes de solidariedade. A proposição arquitetônica teve foco em um equipamento público integrado ao parque, com programa e usos baseados nas tradições de terreiro, o Centro de Referência dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (CERPOTMA), além do memorial do Ilê Asé Odé Ibualamo, que demarca o exato local onde existiu o Ilê. A pesquisa conclui que as intervenções propostas têm o potencial de reparar os danos causados pela despossessão, integrando a comunidade ao tecido urbano e reassentando sua memória, em contraposição às políticas urbanas destrutivas atualmente em curso no território. Além disso, sugere que o modelo desenvolvido pode ser aplicado como política pública para comunidades de matriz africana em áreas urbanas, destacando a importância desses atores nas periferias e sua contribuição para a qualidade urbana e ambiental nos processos de transformação das cidades.

Palavras-chave: Terreiro; Periferia; Ancestralidade; Racismo; Despossessão.

Esta pesquisa, realizada como parte do trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo, tem como objetivo principal analisar a despossessão do território negro do Ilê Asé Odé Ibualamo em Carapicuíba, periferia oeste da grande São Paulo, causada pela implantação de um projeto de infraestrutura urbana que canaliza o Córrego do Cadaval, importante corpo d'água da cidade. A obra atravessa a comunidade onde o terreiro se assentava, removendo além dele, boa parte dos demais moradores para a construção de um novo eixo viário sobre o leito do córrego canalizado. Seu principal objetivo foi buscar em um território periférico e nas práticas culturais afro-diaspóricas novas referências para arquitetura e o urbanismo, analisando nessa ótica a conjuntura urbana em Carapicuíba. A partir da análise, se propõem soluções

projetuais para mitigar os danos sofridos pela comunidade afetada, e resgatar a memória do território tradicional.

A apresentação do trabalho neste artigo é guiada em três partes: (1) Aproximação e fundamentação, onde desenvolvemos um debate amplo sobre a história, os corpos e os territórios afro-diaspóricos e periféricos no Brasil e suas interações no contexto urbano da metrópole paulistana, buscando levantar um ferramental teórico que é pano de fundo para a análise do caso em estudo; (2) Investigação territorial, que propõe através da metodologia cartográfica um entendimento urbanístico do histórico do Ilê Asé Odé Ibualamo, levantando desde suas origens até a demolição de dezembro de 2022, considerando suas inserções e articulações no contexto metropolitano e na cidade de Carapicuíba e (3) Alternativas para reparação, onde se realizaram ensaios propositivos no território, utilizando como ferramentas a arquitetura, o planejamento urbano e políticas públicas, com o objetivo de reparar a violência imposta ao Ilê pelo poder público, trazendo outras perspectivas e paradigmas sobre a cidade, tendo em foco as culturas tradicionais de matriz africana.

A primeira parte, de apresentação e fundamentação da pesquisa, teve como objetivo situar o leitor no debate dos territórios periféricos e tradicionais de matriz africana - os terreiros, em suas múltiplas interfaces com o urbano na metrópole paulistana, observando principalmente seus processos históricos e contradições. Seu desenvolvimento se dá em três eixos temáticos: (A) temporalidade, trabalhando conceitos ligados à memória e ancestralidade, (B) corpo e culturas afro-diaspóricas, entendendo as relações e tecnologias sociais ligadas às culturas ligadas à diáspora negra no Brasil, e como elas são até hoje ferramentas garantidoras da existência e resistência desses povos e (C) território e periferia, onde compreendemos o caráter sociocultural e a formação dos territórios periféricos paulistanos. A fundamentação adota uma abordagem multidisciplinar, agregando referências da história, sociologia, antropologia, geografia, somadas à elementos da cosmovisão dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA).

O ponto de partida da construção crítica que acompanha o trabalho é o Orixá Exú, instigando reflexões sobre a cidade no sentido de questionar as narrativas predominantes na história urbana e compreender as opressões históricas dadas nos processos de urbanização que atravessam memórias e corpos

negros e periféricos. Compreende-se primeiramente a urgência histórica dada no resgate das memórias ancestrais e raízes culturais que conformam a cultura nacional, compreendendo um processo contra-colonial[2] que recupera as narrativas que não foram registradas pela história oficial.

Um Oriki deste Orixá ilustra oportunamente esse debate: "Exu mata o pássaro que voou ontem com uma pedra que jogou hoje". Como ilustração, trazemos um entrecruzo entre o escovar a história à contrapelo, conforme proposto por Walter Benjamin e o Oriki da Pedra de Exu, conforme elabora Simas (2021, s/p):

> Podemos cruzar o que Benjamin chama de "Anjo da História" com a "Pedra de Exu". Em um tempo 'saturado de agoras', conforme diz François Hartog, parece que perdemos a dimensão do compromisso com as lutas do passado. À maioria, elas causam apenas certo alheamento, algum enfado e, na melhor das hipóteses, curiosidade. O pássaro do passado só pode ser alcançado com a pedra que lançamos hoje; seu voo é incessante. Exu não vai ao ontem porque sabe que (nas espirais do tempo) é no presente que a pedra é lançada em busca do pássaro que, em seu voo incerto, pousará no futuro.

Um olhar "a contrapelo" para as culturas afro diaspórica – que apesar de pouco aparecerem nos debates urbanísticos, são latentes no cotidiano urbano periférico paulistano – nos revela um processo de resistência cultural evidenciado nas corporalidades em diversas práticas coletivas, muito presentes na vida urbana, que promovem a união e articulação da população racializada – fato social que a historiadora Beatriz do Nascimento compreenderá em sua conceituação de Quilombo. Nessa definição os chamados "Terreiros", ou seja, as Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs), são quilombos, lugares

2 Usamos o termo contra-colonial em referência a Antônio Bispo dos Santos, pensador quilombola que vem dando importantes contribuições na crítica ao colonialismo. "Podemos falar do modo de vida indígena, do modo de vida quilombola, do modo de vida banto, do modo de vida iorubá. Seria simples dizer assim. Mas se dissermos assim, não enfraqueceremos o colonialismo. Trouxemos a palavra contra-colonialismo para enfraquecer o colonialismo" (Bispo, 2023, s/p)

de continuidade da memória de povos que foram subalternizados e seguem marginalizados.

Aproximar o olhar científico urbanístico a esses contextos, representa uma possibilidade de renovação dos saberes e aprimoramento das ferramentas de justiça social e ambiental nas cidades. Nesse sentido movemos três fortes referências: (1) Joyce Berth (2023), que aponta para a necessidade de um olhar racial, feminino e social para o urbanismo, tecendo uma crítica à tradição acadêmica do urbanismo no Brasil, que desconsiderou fortemente a questão racial, denunciando esse "urbanismo daltônico"; (2) Tiaraju Pablo D'Andrea (2022), que conceitua o Sujeito Periférico como um locus político e científico para observar a cidade e formular sobre ela, e (3) Milton Santos, que nos provoca a pensar sobre a sabedoria da escassez, apontando para as camadas marginalizadas como potentes produtoras de saberes contra hegemônicos por adaptação à escassez de recursos, à negação de seu direito à cidade. Santos (2006, p. 208-210) desenvolve:

> No campo e nas cidades, o aprendizado e a crítica da racionalidade hegemónica se fazem através do uso da técnica e da experiência da escassez. [...] Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista económico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.

Conforme apontam trabalhos de Barone (2022) e Neres (2023), a periferização dos corpos negros, somada às migrações nordestinas, foram importantes fluxos populacionais formadores das periferias em São Paulo no século XX, os territórios opacos, apontados por Santos. Isso demarcou o caráter

racial e cultural dessas localidades, refletindo na ocupação e ordenação de seu espaço urbano. Mas como esse processo se deu? Por que esses corpos foram levados a ocupar esses espaços?

Desde uma ótica do planejamento urbano, podemos observar práticas colonialistas presentes nas políticas urbanas hegemônicas, pautadas fortemente nos paradigmas da urbanização moderna e eurocentrista, principalmente os rodoviaristas e higienistas. Tais paradigmas deram a tônica do processo de metropolização da região no entorno da cidade São Paulo, muito coordenado pelas políticas de planejamento da capital, tomadas como modelo para as demais cidades que se conurbaram com a formação da metrópole. A urbanização metropolitana, ordenada num desenho radial-concêntrico e estruturada pelas redes rodoviárias e ferroviárias, promoveu num primeiro momento infraestrutura básica para territórios afastados do núcleo central histórico paulistano. Esse processo toma força a partir dos anos 1970, junto às políticas públicas de habitação popular nas bordas dessa conformação urbana em expansão, próximas dos novos eixos de mobilidade, que conectavam as bordas ao centro.

Tal direcionamento da política urbana propiciou o chamado espraiamento, que induziu, principalmente as populações mais socialmente vulnerabilizadas a ocupar as periferias, agora mais acessíveis e conectadas com as novas infraestruturas, e com incentivos públicos para habitação a preços populares. Ao passo que a periferia era estruturada, as ações urbanas para modernização e embelezamento dos territórios centrais, muito incentivados pela chegada das elites cafeeiras à cidade atacavam e expulsavam as presenças populares e racializadas das centralidades, o que corroborou com a periferização dessa massa populacional.

Ademais, se observa um contraste interno nesse processo de conformação das periferias: por um lado, nas imediações dos eixos de mobilidade era presente, apesar de insuficiente, a ação estatal para constituição de uma mínima infraestrutura urbana e ordenação fundiária, porém, se afastando desses eixos a cidade informal predominou, o que resulta num acúmulo de precariedades e dificuldades enfrentadas até hoje nesses territórios. Algumas delas são: a ocupação de áreas impróprias para habitação, como encostas e mananciais, a precariedade e baixa eficiência de muitos dos habitats autoconstruídos com poucos recursos e a desorganização da infraestrutura urbana, projetada e implantada após a população ocupar o território. Além disso, a concentração de

recursos nos sub-centros locais e no centro da metrópole provoca a problemática do deslocamento, e o surgimento de "territórios-dormitório", já que a população tem a necessidade de se deslocar para acessar serviços básicos e atividades cotidianas como trabalho e estudos.

A conformação da cidade de Carapicuíba se deu inserida nesses processos: a cidade tem seu desenvolvimento urbano mais robusto dado num primeiro momento no entorno da estação de trem, que chega à região através da Estrada de Ferro Sorocabana, na década de 1920, hoje operada pela concessionária Via Mobilidade, a linha diamante, importante eixo de mobilidade urbana da zona oeste da metrópole. A envoltória desse ponto de acesso à mobilidade urbana define o núcleo histórico central da cidade, que possui mais infraestrutura e recursos urbanos. Apesar disso, a grande maioria do território da cidade teve sua urbanização dada de maneira informal e orgânica, com a paisagem marcada por edificações autoconstruídas, poucos vazios e áreas verdes e carência de infraestrutura em muitos trechos. Além do centro, outra exceção à esse predomínio da cidade informal se destaca em Carapicuíba: um trecho à sul que é bem mais disperso, menos denso, do que o trecho informal, mais arborizado e com um desenho urbano mais planejado, ocupado fortemente por condomínios fechados. Esse trecho ilustra uma tipologia muito presente na região oeste da metrópole, os enclaves urbanos das camadas médias. Carvalho (2015, p. 42, p. 44-45) aponta:

> Ao passo da produção pública voltada ao contingente populacional de São Paulo, a urbanização periférica também foi sendo pautada pela construção de pequenos lotes e autoconstrução. Já em oposição a estes padrões de urbanização, começava a se instaurar na periferia metropolitana um padrão produzido pelo mercado imobiliário para o consumo das classes médias da capital: grandes condomínios horizontais e loteamentos parcelados em grandes áreas.
> A solução dada pela política habitacional, entretanto, nos seus maiores investimentos do BNH/SFH, como o Conjunto Habitacional Castelo Branco da Cohab-SP em Carapicuíba, reafirmaram e intensificaram o processo de urbanização marcado pela segregação socioespa-

> cial, promovendo uma urbanização metropolitana marcada pelo espraiamento. [...] Ao olhar para Carapicuíba e a formação de seu território, as relações entre as ações do Estado e do mercado imobiliário se apresentam nas segregações socioespaciais que se exprimem na urbanização pelo conjunto habitacional Castelo Branco da Cohab-SP, pelas habitações autoconstruídas e pelos condomínios da Granja Viana. Assim, nas atuais intervenções habitacionais, há um acúmulo de processos de reprodução do espaço periférico em que esse espaço descrito é remodelado.

Huana Carvalho apresenta também em seu trabalho[3] intitulado "A Caixa Econômica Federal como agente da política habitacional", de 2015, que tem como um dos estudos de caso as obras no Córrego do Cadaval, que moveram a violência contra o território tradicional sobre o qual a presente pesquisa se debruça. Carvalho (2015, p. 106) aponta para lacunas nas políticas estatais como brechas para influência de agentes privados, conformando oportunidades para interesses mercadológicos agirem na urbanização:

> Por um lado, os proponentes, em geral, são prefeituras municipais com uma organização administrativa precária e quadro profissional técnico limitado. Por outro, as intervenções em favelas são complexas, exigem grupos técnicos multidisciplinares, demandam uma disposição de recursos e tempo difíceis de serem fornecidos pelas prefeituras. Para solucionar o problema das limitações internas às prefeituras, os governos municipais (o de Carapicuíba é um exemplo), contratam escritórios de arquitetura e engenharia, empresas gerenciadoras e assesso-

3 A dissertação de mestrado analisa projetos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para o território em estudo em Carapicuíba, focando nas ações da Caixa Econômica Federal (CEF). Busca compreender as práticas institucionais da CEF e suas relações com outros agentes da política habitacional. A pesquisa investiga a influência da lógica neoliberal, a produção empresarial do urbano e a extensão dessa lógica ao poder público local por meio dos agentes privados envolvidos nas obras urbanas, mostrando como esses processos influenciam na subjetividade e nos modos de vida das populações alvo das políticas públicas urbanas.

> rias técnicas para realizar projetos e os trabalhos de gerenciamento social. Esta externalização das atividades das prefeituras com a contratação de empresas resolve imediatamente o problema da obra que se vincula à questão dos recursos públicos, mas vai deixando espaços de decisão política aos agentes privados e aprofundando a precariedade institucional destas prefeituras.

Nessa toada, podemos observar confluências entre as ações estatais e interesses de agentes privados na região compreendendo o histórico das obras no Córrego do Cadaval, bem como sua relação com as centralidades urbanas da cidade e como elas se articulam entre si. As obras de canalização e criação de um eixo viário sobre o leito do córrego vinham desde a década de 1990 na promessa de criar um desafogamento no fluxo rodoviário da cidade e resolver os problemas ligados aos riscos hidrológicos, dados na ocupação de suas margens. Ocorre que, ao longo do processo, que partiu da foz, no Rio Cotia, se optou por uma solução de adequação do curso d'água pouco sensível às questões ecológicas, que, ao impermeabilizar o fundo do vale e limitar a vazão com uma canalização fechada, agravou a ocorrência de enchentes em diversos pontos à montante do avanço das obras. Também é importante mencionar que, antes de atuar no território precário onde o Ilê se localizava, a obra atravessou e promoveu remoções em outras favelas, em destaque para a Favela do Murão[4]. Sobre a canalização, Carvalho (2015, p. 96) comenta:

> Note-se que as soluções projetuais dessa relativa melhora das condições ambientais, exatamente por não serem o objetivo centralda intervenção, são muito limitadas ou evidentemente equivocadas – como se pode depreender da canalização fechada do córrego que vem sendo realizada. [...] Conforme exposto acima, no próprio manual do programa, fica estabelecida a prefe-

4 Este trecho da obra recebeu recursos do PAC, tendo previsto o reassentamento local dos moradores. Foram propostos 3 conjuntos habitacionais, para atender as famílias removidas pelas obras. Um deles, proposto dentro do território da favela do murão, não foi construído, e os outros dois tiveram as obras iniciadas, mas apenas um concluído, sendo ambos em terrenos vazios muito próximos da favela. O outro conjunto, com a obra embargada, foi ocupado de maneira irregular, havendo registros de famílias que viveram lá em condições precárias.

> rência a canalizações abertas, sendo destacada a facilidade de manutenção com esta solução. Além deste argumento, é possível evidenciar o ganho paisagístico para essas populações na sua relação com os recursos hídricos e o meio urbano.

As três centralidades urbanas que se destacam em meio à paisagem de Carapicuíba são (1) a envoltória da estação Carapicuíba da CPTM, que evoluiu a partir do núcleo histórico atraindo o movimento devido a sua proximidade com o eixo ferroviário; (2) a Av. Inocêncio Seráfico, via arterial que constitui a centralidade linear, articulando o núcleo central a norte com o sul da cidade, e o (3) Shopping Plaza Carapicuíba[5], que também constituiu um importante polo de movimentação econômica e empregos para a cidade, articulado com a via arterial já constituída. A construção do shopping e sua estratégia de implantação é um ponto chave para a compreensão da transformação da paisagem no entorno do Ilê. O centro comercial foi construído já próximo a centralidade dada no eixo arterial estabelecido (Inocêncio), mas também num lote à frente do Córrego do Cadaval, onde estava prevista a chegada da Av. Marginal do Cadaval, garantia de novo eixo com potenciais novos fluxos em sua direção. Inclusive, a obra do shopping acompanhou a canalização do pequeno trecho de Córrego à sua frente e pavimentação de uma via de várias pistas sobre seu leito, como um "engate" aguardando a nova avenida. Conforme aponta o Plano Diretor Participativo, da Prefeitura Municipal de Carapicuíba:

> Art. 37 - O setor do Cadaval abrange a área ao longo do córrego e da avenida com mesmo nome, se caracteriza por obras de canalização, abertura e prolongamento da via, pela necessidade de reassentamento de famílias desalojadas pelas obras e pelo potencial interesse do mercado imobiliário na área lindeira a nova avenida, características que apontam para a necessidade de controle e regulação da ocupação.

5 O shopping center foi inaugurado em 2016 numa quadra lindeira à área em estudo, que já foi ocupada por assentamentos precários. É interessante notar como sua aparência homogeneizada destoa do caráter periférico de Carapicuíba, característica acentuada pela fachada com painéis coloridos, que falha em mimetizar a paisagem do entorno.

A presença do novo polo atraiu a atenção do mercado imobiliário, fato apontado pelo próprio plano diretor municipal, e comprovado pela presença de pelo menos dois novos empreendimentos na região, um logo em frente ao shopping, e outro numa quadra vizinha. Junto da chegada desses empreendimentos, se dão as remoções ao longo das ocupações lindeiras ao curso d'água para a construção da nova avenida, num caminhar que, somado à ausência de provisões habitacionais locais, certamente tenderá à um processo de gentrificação no território, expulsando os moradores locais.

Nesse contexto é que se dá a remoção do Ilê Asé Odé Ibualamo, junto do apagamento e destruição em meio aos tratores, lama e concreto das obras, de diversos documentos[6], pertences e itens sagrados, registros ancestrais e elementos sagrados plantados no solo. É imensurável a perda desses bens, que constituíam um valor imaterial e patrimonial para a territorialidade negra que se estabeleceu naquela região, consequentemente para a memória e verdade sobre a escravidão no país. Com isso, se nota a continuidade histórica em Carapicuíba, nas diversas escalas em que observamos, das violências e injustiças raciais herdadas da colonialidade, consequências de um racismo estruturante na sociedade brasileira, presente na periferização dos corpos negros tal como descrita por Neres (2023) e Barone (2022). Esse processo é mantido pelo urbanismo daltônico, apontado por Berth (2023), praticado por agentes públicos negligentes ou impotentes, que permitem com que a cidade fique à mercê de interesses de agentes privados conforme argumenta Carvalho (2015), os quais por sua vez não têm compromisso algum com as memórias e territorialidade do povo preto e periférico, mas sim com a utilização do solo urbano para a extração de renda e lucratividade.

A partir dessa construção crítica somada à análise do contexto urbano de Carapicuíba e do território tradicional foram ensaiadas propostas urbanísticas alternativas às atualmente em curso no local. O principal objetivo foi oferecer uma alternativa à obsoleta solução de avenidas de fundo de vale, que apontasse para uma melhor relação com o caráter socioambiental e cultural do território. Dentre as ações, se busca restaurar a memória da paisagem natural, respeitando a presença do curso d'água e promovendo a permeabilidade do solo e a preservação da vegetação nas margens. Isso só foi possível com a proposta de um desenho

6 Um dos importantes documentos perdidos foi a carta de alforria do bisavô de Odecidarewa, atual Iyalorixá, líder do terreiro.

viário alternativo, que permitiu a implantação do novo eixo sem a necessidade de pavimentação do fundo do vale do Cadaval. Além disso, as soluções habitacionais foram pensadas para manter a população na mesma região, mantendo seus vínculos territoriais e comunitários, de maneira a evitar a iminente gentrificação do território, apontada na pesquisa. A proposição arquitetônica teve foco em um equipamento público integrado ao parque, com programa e usos baseados nas tradições de matriz africana, o Centro de Referência dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (CERPOTMA), além do memorial do Ilê Asé Odé Ibualamo, que demarca o exato local onde existiu o Ilê.

A pesquisa conclui que as intervenções propostas têm o potencial de reparar os danos causados pela despossessão, integrando a comunidade ao tecido urbano e reassentando sua memória, em contraposição às políticas urbanas destrutivas atualmente em curso no território. Além disso, sugere que o modelo desenvolvido pode ser aplicado como política pública para comunidades de matriz africana em áreas urbanas, destacando a importância desses atores nas periferias e sua contribuição para a qualidade urbana e ambiental nos processos de transformação das cidades.

Figura 1 - Cartografia sensível da demolição do Ilê, ao centro, fotografia da Iyalorixá Odecidarewa Zana de Odé, líder do Ilê, em visita ao território destruído; acima e ao centro, fala dela colhida durante a pesquisa; à direita, imagens de veículos de comunicação de relevo denunciando o ocorrido

Fonte: Folha de São Paulo, Portal LabCidade, Ponte Jornalismo e Elaboração do autor.

Figura 2 - Diagramas-síntese das propostas para o território

Fonte: Base de dados Google Earth e Elaboração do autor.

Referências

BARONE, Ana. **Through the bridges:** the Black Cultural Association in São Paulo, urban planning and the contours of the white city. Planning Perspectives, 2022. Disponível em: https://www.tandfonline. com/doi/full/10.1080/02665433.2022.2152080. Acesso em: 18 jun. 2023.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa.** [s.l.] Paz e Terra, 2023.

BISPO, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** [s.l.] Piseagrama e Ubu, 2023.

CARVALHO, Huana Assanuma Ota de. **A Caixa Econômica Federal Como Agente Da Política Habitacional:** um estudo a partir do PAC E PMCMV em Carapicuíba. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2015.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos:** cultura e política na periferia de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Dandara, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. *In*: **O quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, p. 341-347, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **ÔRÍ.** Direção e Produção: Raquel Gerber. São Paulo: Angra Filmes, 1989.

NERES, Felipe dos Santos. Processos de despossessão no território negro do samba: O Vai-Vai do Bixiga. *In*: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL**, 20, 2023, Belém. Disponível em: http://anpur.org.br/wpcontent/uploads/2023/05/st12-20.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA - PMC. **Plano Diretor.** Carapicuíba, 2010.

SANTOS, Milton. Capítulo 13. Os espaços da racionalidade. *In*: SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006. p. 196-204.

SIMAS, Luis Antonio. **Exu, Benjamin e as centelhas de esperança.** Iree. 4 out. 2021. Disponível em: https://iree.org.br/exu-benjamin-e-as-centelhas-de-esperanca/. Acesso em: 22 nov. 2023.

A morte de "João Ninguém" e a década de 1980 nas páginas dos jornais cearense

Francisca Eudésia Nobre Bezerra[1]

Resumo

No dia 02 de outubro de 1985 uma morte por suicídio chamou atenção da população cearense, sobretudo dos fortalezenses que presenciaram o fatídico. O corpo exposto no chão, sem vida, sob o olhar da multidão curiosa, era de João Alves, naquele momento, tratava-se de um desconhecido de vinte e poucos anos, que pulou do alto da torre da TV Cidade, com quase 100 metros de altura. Essa morte foi tema de uma crônica de Eduardo Diatahy B. de Menezes, com o título, "A morte de João Ninguém, ao vivo pela TV, no país do Mão Branca". No dia seguinte, 03 de outubro, as imagens da morte de João Alves estampavam as manchetes dos jornais, assim como foi assunto na TV, tanto no momento do ocorrido quanto nos programas jornalísticos e policial no decorrer daquela semana, como a crônica cita, em especial o programa policial Mão Branca. Várias foram as especulações sobre a identidade do desconhecido e das motivações para tirar a própria vida, pois, como bem salientou Eduardo Diatahy, nas narrativas dos jornais aquele corpo não passava de um "João Ninguém". O fato é que essa morte, gerou comoção, especulações e debates, que foram expressos nas narrativas dos jornais, despertando várias reflexões. Portanto, o objetivo desse trabalho é discutir, através da morte de João Alves, as questões políticas, econômicas e, sobretudo, sociais vivenciadas pela população cearense na década de 1980, em um país recém-saído de uma ditadura militar. De acordo com Fentress e Wickhan (1992), o social é formado pela teia de relações que se estabelecem a partir da multiplicidade de pensamentos, percepções, sensibilidades etc. que formam a cultura e marcam o cotidiano das pessoas. Destaco nessa teia de relações sociais o acontecimento violento e traumático, como uma ruptura da ordem social estabelecida, agrega o sofrimento, que, segundo Arlette Farges (2011), gera modos de assistência e sentimentos de compaixão, podendo

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisa orientada pelo professor Dr. Jailson Pereira da Silva e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

tanto seduzir quanto repugnar. Para essa autora, a fratura formada pela dor também é um laço social, que as falas de queixa e de sofrimento marcam e regulamentam um lugar na sociedade que lhe sobrevém. Apesar da grande repercussão nos programas televisivos, para esse trabalho será utilizado como fontes apenas as narrativas dos jornais escritos, "Tribuna do Ceará", "O Povo" e "Diário do Nordeste".

Palavras-chave: Morte; Jornal; Imagem.

No dia 02 de outubro de 1985 uma morte por suicídio chamou atenção da população cearense, sobretudo dos fortalezenses que presenciaram o fatídico. O corpo exposto no chão, sem vida, sob o olhar da multidão curiosa, era de João Alves, como foi apresentado pelos jornais da capital cearense. Naquele momento, tratava-se de um desconhecido, de 23 anos, que pulou do alto da torre da TV Cidade, em Fortaleza, Ceará, de uma altura de quase cem metros. No dia seguinte, 03 de outubro, as imagens da morte de João estampavam as manchetes dos jornais impressos, e foi assunto também na TV, tanto no momento do ocorrido quanto nos programas jornalísticos e policiais.

Nas narrativas dos jornais impressos, *O Povo*, *Tribuna do Ceará* e *Diário do Nordeste*, a morte de João, para além das questões relativas a morte e ao morrer, desencadeou um debate que ultrapassou os limites da notícia. Pensando nesse debate que o objetivo desse trabalho é discutir, através dessa morte, veiculada pelos jornais citados, algumas questões que perpassam as esferas política, econômica, religiosa, psicológica e sobretudo social, experienciadas pela população cearense na década de 1980, em um pais que vivenciava um momento de transição democrática.

A morte em si gera múltiplos sentimentos oriundos da perda, ou da ideia do desaparecimento definitivo de uma pessoa conhecida, ou mesmo de uma pessoa desconhecida, dependendo das circunstâncias em que o óbito ocorrer. Quando é trágica, parece extrapolar os limites das emoções e da curiosidade humana acerca da morte, do morrer e dos mistérios que os envolve. Para as crenças e religiões, seus mistérios estão para além do humanamente permitido conhecer, somente a imaginação humana consegue ultrapassar as fronteiras que separam o mundo dos vivos e o dos mortos e construir um pensamento sobre o assunto.

No que se refere a historiografia sobre a morte, muitas foram as mudanças, atitudes e comportamentos das sociedades ao longo do tempo diante da morte e do morrer. Em alguns momentos foi de uma certa proximidade, considerando a forma como as pessoas se preparavam para esse encontro com a morte que era um ritual comum no seio familiar, a exemplo da Idade Média. Em outros momentos ocorreu o distanciamento, observado com mais ênfase a partir de meados do século XIX quando nasce os hospitais e a morte fica reclusa a esse ambiente, tornando-se solitária, Ariès (2024) Elias (2001). De acordo com Ariès (2014), "a atitude antiga que vê a morte ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada, opõe-se demais à nossa, onde nos causa tanto medo que nem ousamos dizer-lhe o nome" (Ariès, 2014, p 37).

Mas será que, de fato, na sociedade contemporânea, o recolhimento da morte e do morrer a uma esfera privada a torna invisibilizada? A depender do tipo de morte e das circunstâncias, pode se tornar pública por vários motivos, dentre eles, o da posição social, se pobre ou rico, famoso ou anônimo, ou seja, depende de a quem pertence o corpo morto. O tipo da morte também pode torná-la pública, se foi natural, violenta, suicídio, etc. No caso de João, foi pelo tipo e circunstância que sua morte foi parar nas páginas dos jornais cearenses.

Na década de 1980 o jornal impresso se apresentava como um dos principais veículos de notícias e informações, era através desse meio que uma parte dos cearenses se mantinham informados. Ao passarem por uma banca de jornal podiam comprar ou mesmo apenas folhear para ficar bem informado sobre os acontecimentos internacionais, nacionais e locais. Aqueles mais afortunados, que eram poucos, recebiam o exemplar cedinho na sua casa, podiam ficar informados ao folhear o jornal enquanto tomavam café da manhã ou se preparavam para os afazeres do dia, nesse caso "degustavam" também o "cardápio" de notícias oferecidas pelos jornais, que "dentro de uma rigorosa contagem de tempo intercalam-se notícias dramáticas, políticas, pitorescas, trágicas, amenas, etc." (Vaz, 2012, p. 24).

De uma forma mais rápida os curiosos direcionavam o olhar para as manchetes, pois "as primeiras páginas são ponto de referência, formas de se pôr a par daquilo que se passa no mundo, ponto de acesso para uma conexão pública, em graus e modalidades variadas, com a ideia de se estar atualizado com os acontecimentos" (Antunes, 2013, p. 115). Portanto a primeira página

funciona de forma a chamar atenção do leitor para as notícias do dia. E quando se trata de morte, os olhares ficam mais atentos.

> Ao lançar nosso foco para as páginas de diários impressos, notamos que a morte ali está para ser divulgada, vista, lida e reconhecida pela consciência de todos os leitores. Leitor que "compõe" o acontecimento ao se dar conta das narrativas verbo-visuais, talvez respirando aliviadamente ao tomar consciência que se trata da morte de outrem. A inaceitação do aniquilamento pode ser compreendida se acompanharmos os passos do leitor que, ao se dar conta da morte ocorrida no acontecimento X em uma edição de uma determinada publicação, encerra a leitura para abrir uma nova edição do mesmo título em momento seguinte, para lá encontrar a notícia de outra morte, tomando consciência do acontecimento Y (Vaz, 2012, p. 22).

No dia 03 de outubro, a morte de João Alves apareceu nas manchetes dos três jornais citados, e todos apresentaram em destaque a imagem do momento da queda. Os jornais contavam com as fotografias para atrair a atenção, o espanto e a surpresa dos leitores para com aquele acontecimento que teve a morte como desfecho, despertando o interesse pela leitura da matéria. Sobre as imagens Suzan Sontag (2003) afirma que:

> O fluxo incessante de imagens (televisão, vídeo, cinema) constitui o nosso meio circundante, mas quando se trata de recordar a fotografia fere mais fundo. A memória congela o quadro; sua unidade básica é a imagem isolada. Numa era sobrecarregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memoriza-lo. A foto é como uma citação ou uma máxima ou provérbio. Cada um de nós estoca, na mente, centenas de fotos, que podem ser recuperadas instantaneamente (Sontag, 2003, p. 23).

Essa autora nos lembra ainda que as fotografias têm hoje uma certa autoridade sobre a imaginação que no passado pertencia a palavra impressa, e que em um tempo anterior a palavra falada tinha a mesma função. Nesse sentido, elas registram não somente o fato, mas também sentimentos e emoções. As fotografias de morte, por exemplo, chocam e ao mesmo tempo atraem o olhar dos curiosos, eis um dos motivos que "desde quando as câmeras foram inventadas, em 1839, a fotografia flertou com a morte" (Sontag, 2003, p. 24). Ao contrário dos dias atuais, naquele momento, no século XIX, a imagem fotografada se configurava, literalmente, como uma prova, um vestígio do fato ocorrido, flagrado pelas lentes de uma câmera, "superavam qualquer pintura como lembrança do passado desaparecido e dos entes queridos que se foram" (Sontag, 2003, p. 24).

O jornal *Tribuna do Ceará* apresentou, com letras grandes e em destaque, a seguinte manchete, "Desespero na torre: pulou 95 metros para a morte", mais abaixo com letras menores continuou, "sequência dramática de uma agonia de 7 horas", ao lado do pequeno texto da manchete uma fotografia da torre e do corpo de João caindo. Sobreposta a esta, e em destaque, aparece outra fotografia do corpo de João já sem vida no chão sendo observado pela multidão.

O jornal *O Povo* escreveu, "Salto para a morte", ilustrada com uma fotografia sobreposta em três momentos, em que aparece João no alto da torre se preparando para saltar, em seguida o corpo em queda livre e por último o corpo estendido no chão, a imagem ocupou uma boa parte da página das manchetes.

No mesmo sentido, o *Diário do Nordeste* dedicou o mesmo espaço para as fotografias, e a mesma manchete, "Salto para a morte", em seguida três pequenas imagens, uma ao lado da outra. Na primeira observa-se o homem subindo em uma das grades no alto da torre, na segunda ele se preparando para o salto, e na terceira apenas a queda livre sem a imagem da torre, como se João caísse do céu de braços abertos. Dando seguimento ao conjunto das imagens, outra fotografia de maior dimensão traz a queda por outro ângulo com a torre ao fundo. Abaixo da imagem outro título para a manchete, "Um corpo que cai", fazendo referência ao filme de ficção, de mesmo nome, do famoso cineasta Alfred Hitchcock[2]: "Não fora as circunstâncias grotesca do evento a

2 O clássico filme "Um corpo que cai", de 1958, do cineasta Alfred Hitchcock, conta a história de um detetive que sofre de acrofobia (medo de lugares altos) e por conta dessa fobia não conseguiu salvar da morte a mulher pela qual se apaixonou e que cometeu suicídio ao se jogar do alto da torre de um convento.

"exibição" suicida se compararia a um desses shows americanos, onde algum doublé mostra extrema perícia. Aqui, porém, ao contrário de solo acolchoado e previamente preparado, o desconhecido encontrou o rígido negror do asfalto" (Diário do Nordeste, 03/10/1985).

A manchete do jornal chama atenção para a morte do desconhecido apontando como um evento grotesco e comparando aos shows norte-americanos, mas ali, nada mais era que o desfecho de uma vida que após muita luta pela sobrevivência sem resultados, se entrega nos braços da morte, neste caso em específico, de uma forma inusitada que, propositalmente ou não, proporcionou um debate sobre as questões sociais, econômicas e políticas daquele momento.

Observada essas questões e direcionando o olhar sobre os acontecimentos que antecederam o suicídio, vamos aos fatos! Conta o *Tribuna do Ceará*, que no dia 01 de outubro, portanto um dia antes da morte, João esteve na sede da TV Cidade, em Fortaleza, a procura de emprego, já vinha de muitos "nãos" desde Caucaia, cidade onde morava na região metropolitana de Fortaleza. Com fome e sem perspectiva de emprego, afirmou naquele momento que já tinha passado três dias dormindo na torre (Tribuna do Ceará, 1985).

Ele procurou o repórter Francisco Taylor[3] na televisão para pedir emprego, porém, não dispunha de nenhum documento. O repórter orientou para que voltasse em outro dia de posse de uma foto, de tamanho 3X4, para providenciar carteira de identidade e de trabalho. Vendo que o homem estava faminto, "o repórter pagou para ele um caldo, café, pão e cigarros, no Bar da Tia, localizado a poucos metros da televisão" (Diário do Nordeste, 1985, p. 11). Naquele dia, após sair da TV Cidade, sem que ninguém percebesse, João sobe novamente nos degraus da torre, com as calças dobradas até a altura dos joelhos e segurando uma sacola velha que continha pedras e pedaços de ferro que foram arremessados do alto da torre contra os telhados das residências e automóveis (O Povo, 1985, p. 12).

Ao amanhecer do dia, os transeuntes que passavam por aquele local se depararam com a cena que só se via em filmes, mas, ao contrário da ficção de Alfred Hitchcock, aquele corpo desconhecido, prestes a cair de uma altura de

3 Francisco Taylor Teixeira Lavor, falecido em 2003, foi um repórter que comandou o primeiro programa policial do Ceará, apresentado pela TV Cidade, cujo nome era "Mão Branca".

quase cem metros, era de um homem do povo e ao mesmo tempo a representação social dos cearenses que amargavam aquele momento de incertezas vividas por um país que enfrentava sérios problemas políticos, econômicos e sociais. Aos poucos uma multidão se aglomerava para presenciar aquele acontecimento grotesco. A pergunta que pairava sobre a multidão curiosa: quem é essa pessoa e por que está protagonizando esse "espetáculo"? Terá coragem para pular? Ou está apenas querendo chamar atenção?

A multidão que assistia aquela cena, de tanta curiosidade, interrompeu o curso da rotina cotidiana para presenciar o acontecimento, e em determinado momento passou a ter uma participação ativa incentivando o desconhecido a pular.

> Entre os gritos dos bombeiros dava para ouvir nitidamente a conversa dos populares. "Ele não vai pular, está apenas querendo chamar atenção", dizia um, "Talvez tenha sido pago para fazer propaganda da televisão", "coitado, tá desesperado, vai acabar caindo sem querer". E assim seguiam os comentários. Vale ressaltar uns brincalhões fora de hora que gritavam: "quando vi que era você vim correndo ver o espetáculo", "pula rapaz, pra ver como é (Tribuna do Ceará, 1985, p. 13).

As pessoas continuavam a comentar e a buscar um melhor local e melhor estratégia para presenciar o "espetáculo da morte". De acordo com Cleto Pontes, "algumas escolheram posições estratégicas para observar de binóculo, outras colocaram cadeiras na calçada e uma população razoável assistia a todo drama transmitido pela própria TV Cidade" (Pontes, 2007, p. 35).

> A plateia, que aguardava jubilosa o desfecho daquela pequena história muda, o incentivava, da calçada em frente à torre da 'TV Cidade" (Canal 8): "Um, dois, três! Vai, salta!"; "Esse cabra merece é umas pauladas pra deixar de palhaçada."; "Ele tem mesmo que pular, pois se descer, vai morrer de porrada aqui embaixo.", etc. Uma senhora de elegante aparência, imitando a pos-

> tura de quem vai mergulhar numa piscina, gritava: "Vai, salta assim, de bico..."; enquanto os veículos, molestados pela multidão, circulavam com dificuldade pela Avenida Desembargador Moreira, em Fortaleza (Menezes, 2015, p. 20).

Muitos foram os sentimentos e comportamentos diante da atitude de João, do riso à tristeza, do incentivo à angústia, da vaia ao pedido de ajuda. Após a morte, outras tantas foram as opiniões e os discursos, dos populares ao político, do psicólogo ao padre, dentre tantos outros.

> Para o engenheiro Raimundo Aniceto, João foi vítima do próprio povo -: Ele era o palhaço enquanto os outros se divertiam aqui embaixo. Digo ainda que os bombeiros podiam fazer mais, não deram alternativa para João, faltou diálogo. Para salvar uma pessoa que tá desesperada, está prestes a se suicidar é necessário muito mais que gritos, é preciso amor, faltou um psicólogo, um sociólogo, enfim, uma pessoa que soubesse o quanto é importante a vida de um homem e transmitisse isso para ele (Tribuna do Ceará, 1985, p. 13).

O comportamento da multidão chamou atenção de Wandik Ponte, psiquiatra ouvido pelos repórteres dos jornais *Diário do Nordeste* e *O Povo*, segundo ele, em tempos de guerra os suicídios diminuem, mas em tempos de depressão econômica eles aumentam no mundo todo, era o caso da sociedade brasileira naquele período. Porém, o que mais o impressionou foi a forma como a multidão se comportou diante daquela pessoa preste a se entregar nos braços da morte, sugestionando, impulsionando o desconhecido a praticar o ato. Ressalta ainda que um indivíduo, mesmo em um estado de desespero, de delírio ou não, pode modificar o pensamento, no caso do delirante pode parar ao entender que é uma ordem, mas ao contrário, a multidão o incentivou, induzindo João ao suicídio. Para esse especialista, as autoridades deveriam se preocupar com esse comportamento coletivo, "pois está havendo uma grande deformação no processo de formação das pessoas, principalmente no jovem

que deveria ser generoso e solidário e não incentivar o fim de um débil mental" (O Povo, 1985, p. 12).

Várias foram as especulações em torno da identidade do desconhecido e das motivações para tirar a própria vida. "Para Antônio Lima, ele saltou por ser débil mental, subiu e ficou com medo de descer. Quando viu aquela multidão, incluindo bombeiros fardados, que lembram a polícia, ficou com medo e caiu" (Tribuna do Ceará, 1985, p. 13). Outros iam mais além na especulação, "essa morte foi por causa do desespero, ele devia ter alguma dívida, estava talvez desempregado e é nisso que dá, sou carpinteiro e sei como a vida é difícil, disse Damião Ferreira" (Tribuna do Ceará, 1985, p. 13).

Foi nesse contexto que a morte de João virou debate político na Assembleia Legislativa do estado do Ceará. O assunto foi abordado pelo deputado Gomes Farias (PMDB). O parlamentar destacou que o desespero do suicida reflete a situação da maioria dos brasileiros, que hoje somam milhares de desempregados (Diário do Nordeste, 1985, p. 11).

> Ele fez uma análise do dia-a-dia do cidadão pobre, da periferia da cidade. Ele lembrou que aquele homem, que não dispunha de dinheiro para o transporte, sai cedo de casa, a pé, batendo na porta do comércio e da indústria, à procura de emprego e só recebe não como resposta. "No outro dia – disse Gomes Farias – procura um vereador ou deputado e muitas vezes não é atendido. Ao retornar ao seu lar encontra os filhos morrendo de fome (Tribuna do Ceará, 1985, p. 13).

A discussão continua com a fala do deputado Osmar Diógenes, líder do PFL, manifestando o mesmo pensamento em relação aos desempregados que procuram os políticos em busca de uma oportunidade de emprego. Ele aproveita a oportunidade para fazer uma crítica ao prefeito de Fortaleza, Barros, por ter demitido mais de 4 mil servidores da prefeitura de Fortaleza. Acrescentou ainda, que deve se abater sobre essas pessoas demitidas o mesmo desespero que levou João a cometer suicídio. Já o deputado Amadeu Arruda, líder do PDF, "considerou o desconhecido que praticou o suicídio, um herói,

por ter chamado atenção das autoridades através do seu gesto "tresloucado" (Diário do Nordeste, 1985, p. 11).

Vale salientar que na década de 1980, segundo Carlos Fico (2016), o Brasil entrou em uma fase de grande descontrole econômico-financeiro, recorrendo constantemente ao FMI para tentar controlar a inflação. Greves, agitações, protestos e manifestações marcaram o fim do regime militar. No governo Sarney, primeiro governo civil pós ditadura, os problemas continuaram, ainda em consequência de políticas econômicas anteriores. Mesmo com o esforço de vários economistas "seu governo seria um completo fracasso do ponto de vista econômico" (Fico, 2016, p. 111).

Dalton Rosado, membro da Comissão dos Direitos Humanos, compartilha do pensamento do deputado Amadeu Arruda. Afirmou que "considera João um mártir, pois ele procurou uma forma de suicídio que chocasse a população para o problema social" (Diário do Nordeste, 1985, p. 11). Ressalta que grande parte da população tem problemas mentais em decorrência da fome e desemprego, afirmando em seguida que o Brasil naquele momento, se destacava como um dos países com maior índice de problemas mentais em decorrência da subnutrição do povo. Rosado afirma que "a sociedade tem que tomar conhecimento que o desemprego é uma moléstia maior que a AIDS[4] e os problemas de trânsito" (Diário do Nordeste, 1985, p. 11).

Wandik Ponte afirmou aos jornais *Diário do Nordeste* e *O Povo* que suicídios em grandes capitais ocorriam com uma certa frequência e que casos como o de João fatalmente voltariam a se repetir. Wandik volta a ressaltar sua indignação com a atitude de centenas de pessoas que assistiam à cena não tomaram uma atitude para tentar impedir aquele desfecho, "acho que a sociedade e as autoridades foram omissas nesse caso, tanto a multidão como os bombeiros poderiam ter utilizado saídas menos amargas" (O Povo, 1985, p. 12).

De acordo com o psiquiatra, pensamentos suicidas são frequentes entre os deprimidos, o que, de acordo com ele, não se aplicaria ao caso de João, nem mesmo se pode pensar em depressão, uma vez que em um estado como esse, um homem não teria forças para escalar mais de 100 metros de altura. Nesse caso em específico, "ouve uma verdadeira proeza por parte do suicida. Ele

4 Vale ressaltar que o primeiro caso de AIDS surgiu nesse período da década de 1980, portanto ainda era uma muito temida, motivo de medo e preconceito e morte.

faz questão de ressaltar que o ato foi encoberto por um caráter de protesto e exibicionismo" (Diário do Nordeste, 1985, p. 11). Sobre essa questão Pontes[5] (2015) afirma:

> Para alguns especialistas o suicídio traz consigo uma mensagem, não apenas do ponto de vista terapêutico, mas também no plano social. A mensagem teria uma significação, e segundo circunstância e meio sociocultural, tomaria um sentido específico. Do ponto de vista terapêutico, somente o sucesso da mensagem dependendo unicamente do fracasso do gesto. No caso de João, o suicídio foi rico em gestos, mas que não obtiveram respostas adequadas para frear sua destruição. Tudo aconteceu como se fosse um verdadeiro banquete antropofágico, um sacrifício humano num ritual de violência necessária ao funcionamento da sociedade (Pontes, 2015, p. 70).

Pontes (2015) também destaca o debate religioso e/ou espiritualista sobre o caso. Esse autor entrevistou duas pessoas protestantes, um umbandista, um batista e um espírita. Constatou que as mensagens espirituais não se apresentam de forma isolada, ao contrário, está impregnada com os aspectos psicossociais, desemprego, problemas familiares, fome, desespero, falta de fé. Cada um na sua crença formula um pensamento para especular o que levou João a cometer tal ato. Porém, a figura do diabo aparece em todas as falas como sendo o espírito ruim que se aproveitou da fragilidade de João para lhe tirara a vida.

> Para os entrevistados, o demônio se apodera dos indivíduos num momento de fraqueza em momento de fraqueza, demonstrando sua astúcia. O demônio, ou espírito obsessor, está bem próximo

5 Cleto Brasileiro Pontes, falecido no ano de 2023, foi um médico psiquiatra e professor do curso de medicina da Universidade Federal do Ceará. Publicou vários trabalhos sobre suicídio, esquizofrenia e dependência química, dentre estes, o livro utilizado nesse trabalho, "Suicídio em Fortaleza", publicado em 2015. No livro, Cleto dá ênfase ao fato aqui discutido, e para compreender o caso entrevistou parentes, conhecidos e pessoas que presenciaram o fato, para traçar um perfil socioeconômico e psicológico de João.

> das pessoas. Sua presença está igualmente ligada a outros fenômenos ameaçadores a luta pela sobrevivência: fome, desemprego, etc. Nessa luta, na nossa cultura, embora o diabo seja familiar, ele é um grande inimigo, talvez o maior do homem. A eficácia da sua ação se deve a essa aproximação entre o mundo interno e externo ao indivíduo. Ele deve ser exorcizado, portanto; e vigiado em permanência, se o meio ambiente lhe for favorável será desfavorável ao indivíduo. Tal representação mental do fenômeno demonstra claramente o clima de violência que circunda o indivíduo na nossa sociedade (Pontes, 2015, p. 74).

Para o representante da religião católica, padre Manfredo Oliveira[6], do ponto de vista moral é preciso considerar que a vida é um dom de Deus, porém, pelo aspecto objetivo de uma situação aflitiva, como a de João, não se pode julgar. De acordo com o padre Manfredo, o fato acontecido na torre, é a expressão da situação social insustentável em consequência do desemprego. "Isso também mostra o lado trágico de milhares de lares marcados pelo desemprego, aliada a política recessiva que vem sendo executada pelo Brasil desde 1979" (Diário do Nordeste, 1985, p. 11).

Além de João Alves, como chamado pelos jornais, outras denominações foram atribuídas ao desconhecido, débil mental, homem da torre, João doido[7], dentre outros, foram denominações citadas por alguns que presenciaram ou ficaram sabendo da morte de João. Porém o nome que mais identificou aquele desconhecido e representou toda circunstância daquele fato, foi atribuído por Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, na crônica *A morte de João Ninguém, ao vivo, pela TV, no país do Mão Branca*, escrita logo após o ocorrido

6 O padre Manfredo também foi professor de teologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Instituto de Teologia do Ceará.

7 Vale ressaltar que os termos atribuídos a João, atualmente considerados pejorativos e em desuso, eram comuns naquele momento, pois a reforma psiquiátrica no Brasil, iniciada em finais da década de 1870 ainda dava seus primeiros passos. Para uma noção sobre a reforma psiquiátrica, ver: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

e publicada tempos depois, onde denominou-o de "João Ninguém", e definindo também a teatralidade do ato suicida de João.

> Do alto do seu palco, a 108 metros do chão, sozinho, com sua consciência, João Ninguém parecia não escutar os incentivos de seu público, que, na sua maioria, era constituído por representantes dessa pequena parcela de brasileiros que conseguem comer três ou mais refeições por dia, veste-se bem e dorme confortavelmente em habitações próprias. Entre estes, havia inclusive muitos alunos do Colégio Santo Inácio que, ao invés do espetáculo soporífero da sala de aula, preferiram aquele outro, indubitavelmente mais emocionante e cheio de suspense (Menezes, 2015, p. 20).

Naquele momento ele era um cidadão anônimo que representava sua classe social em meio ao turbilhão de problemas econômicos que o país enfrentava e que afetava sobretudo a classe trabalhadora. Nem mesmo os jornais aqui citados foram a fundo na investigação para descobrir a identidade do desconhecido. Será que tinha importância? Ou será que virou notícia apenas pelas circunstâncias da visibilidade do ocorrido? O fato é que João, para a sociedade daquele momento, não era "ninguém".

> Durante o dia todo, aquele acontecimento não dava trégua a meu espírito. As ideias se atropelavam, densamente carregadas de emoção. E numa dessas reflexões soltas, não sei por que associações, pensei em Roberto Campos, ministro do Planejamento do primeiro governo após o Golpe de 1964. Sim, porque foi ele um dos principais responsáveis pela inauguração do regime que instaurou no País o terrorismo de Estado militarizado contra as liberdades civis. De fato, numa de suas primeiras falas, ele afirmara categórico que "havia 25 milhões de brasileiros sobrando...". Como ele jamais explicitou quais deveriam ser os critérios para escolha daqueles que seriam eliminados, e muito menos que pro-

> cedimentos seriam adotados para tanto, posso supor, com a mesma falta de ética, porém com um raciocínio logicamente coerente, que o João Ninguém – que atentara contra a própria vida, saltando do alto da torre da TV Cidade, de Fortaleza – não fez mais do que realizar concretamente aquilo que estava contido na afirmação programática do também ex-Senador mato-grossense (Menezes, 2015, p. 20).

João ninguém, de fato, fazia parte dessa estatística, porém escolheu sair de cena do espetáculo da vida chamando atenção para as mazelas sociais que "descartava" os que estavam "sobrando". E dessa forma, como na música de Chico Buarque, João Ninguém: "Flutuou no ar como se fosse sábado / E se acabou no chão feito um pacote tímido / Agonizou no meio do passeio náufrago / Morreu na contramão atrapalhando o público" (Buarque, 1971).

Nesse caso, quem agonizou no chão não foi um trabalhador da construção civil, foi um desempregado que desistiu da vida miserável e pulou para os "braços da morte". Nas narrativas dos jornais aquele corpo não passava de um "João Ninguém".

O leitor deve estar se perguntando: qual a verdadeira identidade desse homem? Qual sua origem? Quais as reais motivações se podem inferir advindas da sua vida social e familiar para justificar sua morte?

O seu nome de registro era João Batista Alves da Silva, 23 anos, um dos 17 filhos do Sr. Adauto e Maria Alves. Na época do suicídio de João apenas 10 estavam vivos, desses, além de João, mais dois homens e sete mulheres. Sua família residia na Favela do Grilo, em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, onde morou até os 13 anos de idade, foi quando saiu de casa para trabalhar em casas de outras famílias, trabalhou em vários empregos, quase todos como jardineiro. Quando não estava trabalhando perambulava pela cidade, passava de seis meses sem visitar os pais. O último emprego de João que seus pais tiveram notícias, foi na casa de um pastor canadense. Descrito pela mãe como um rapaz trabalhador, religioso, frequentador da igreja Assembleia de Deus (Pontes, 2015, p. 76-77).

Em um determinado momento, Dona Maria e Sr. Adauto relatam a mudança de comportamento do filho, alucinações, medo e falas sem sentido. Segundo seu pai, em uma conversa chegou a falar as seguintes palavras, "eles vão fazer toda uma história de minha vida. Eu vou sair nos jornais" (Pontes, 2015, p. 76). Um fato importante a ser destacado é que João, junto com outra pessoa cometeu um assassinato de um rapaz, algo que os pais nunca conseguiram compreender, dado a conduta pacífica de João. Após a repercussão do assassinato não retornou mais para a casa dos pais, que só tiveram notícias dele através dos jornais. Ao analisar o discurso dos pais, Cleto Pontes conclui:

> Analisando o discurso dos dois, voltamos a refletir sobre o clima de miséria que os cercava, os dois viviam em um casebre, o pai desempregado, a mãe na faina diária de casa. Uma violência que tende a ser delimitada pelo espaço da favela. O ato de matar alguém pode ser banal, desde que não ultrapasse este espaço de violência explícita e bem delimitada. [...]O desejo dos pais era vê-lo na prisão, afim de se sentirem mais seguros, em relação aos ataques dos irmãos da vítima. [...] É bem provável que se o João tivesse cometido o suicídio na favela, onde ele vivia, o seu gesto teria sido banalizado, nem sido divulgado pela imprensa. Teria sido um número a mais no IML. No seu desespero, João fez a sua escolha, antes de se matar ele decidiu sair do anonimato. Desta maneira, a sua mensagem alcançaria um público bem maior. Segundo o seu pai, o seu desejo era sair no "Fantástico", já que "a dor da gente não sai do jornal, segundo a canção popular (Pontes, 2015, p. 78).

O fato é que essa morte, gerou comoção, especulações e debates, que foram expressos nas narrativas dos jornais, despertando várias reflexões. Portanto, de acordo com Fentress e Wickhan (1992), o social é formado pela teia de relações que se estabelecem a partir da multiplicidade de pensamentos, percepções, sensibilidades etc. que formam a cultura e marcam o cotidiano das pessoas. Destaco nessa teia de relações sociais o acontecimento violento e traumático, como uma ruptura da ordem social estabelecida e que agrega

o sofrimento, que, segundo Arlette Farges (2011), gera modos de assistência e sentimentos de compaixão, podendo tanto seduzir quanto repugnar. Para essa autora, a fratura formada pela dor também é um laço social, que as falas de queixa e de sofrimento marcam e regulamentam um lugar na sociedade que lhe sobrevém.

No "espetáculo" da vida, João desempenhou vários papeis, foi vítima da opressão social, foi trabalhador quando lhe foi dado oportunidade, foi algoz ao cometer o assassinato do seu vizinho, ao se encaminhar para o fim desse primeiro ato do espetáculo, subiu no lugar mais alto do palco escolhido por ele, a torre da TV Cidade, e "finalmente o seu próprio juiz, fazendo justiça com suas próprias mãos, saltando lá de cima para morte diante de inúmeras testemunhas ávidas por esse banquete antropofágico (Pontes, 2015, p. 78). E dessa forma João se despede da vida e segue viagem de mão dadas com a morte. Afinal, nas palavras do ministro do governo militar Roberto Campos, João Batista era só mais um daqueles que estavam "sobrando".

Referências

ANTUNES, Elton. Noticiabilidade periférica ou quando a morte pergunta pela notícia. *In*: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislaine (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. v. 4, Florianópolis: Insular, 2013.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer.** Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

FARGES, Arlette. **Lugares para a História.** Autêntica editora. São Paulo, 2011.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social:** novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MENEZES, E. D. B. de. A morte de João Ninguém, ao vivo, pela TV, no país do Mão Branca. **Logos**, 7, n. 2, p. 18–21, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/14795.

PHILIPPE, Ariès. **O homem diante da morte.** Tradução Luiza Ribeiro. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp. 2014.

PONTES. Cleto Brasileiro. **Suicídio em Fortaleza.** Demócrito Rocha, Fortaleza, 2015.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

VAZ, Paulo Bernardo. Lições de morte nos jornais. *In:* MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento:** diante da morte. Florianópolis, v. 3, 2012.

"Aprendiz de feiticeiro": traçados históricos da passagem de um "bruxo" por Teresina (anos 1970)

Carlos Alberto de Melo Silva Mota[1]

Resumo

O presente artigo analisa enlaces da cultura teresinense nos anos 1970 a partir da passagem de um "bruxo" pela capital do Piauí. O trânsito desse sujeito pela cidade permite discutir acerca da religiosidade, dos espaços de sociabilidade e o papel desempenhado pela imprensa nessa localidade. Nosso trabalho adota como suporte de pesquisa matérias jornalísticas publicadas nesse período e documentos oficiais, a partir de um trabalho empírico, balizado pelas dimensões de História e Imprensa. O objetivo geral desse trabalho é analisar a dimensão do texto inserido dentro de um determinado contexto, acreditamos que o espaço e o tempo de produção de determinado material interferem diretamente na sua forma, dessa maneira situamos o recorte espacial de Teresina e temporal dos anos 1970 como eixos determinantes para nossa análise. O aspecto político atravessa nossa análise, destacamos o Regime Militar e a Guerra Fria como marcos desse contexto, embutidos no imaginário popular, impactando a forma como os sujeitos interpretavam as informações. Nosso trabalho é estabelecido em articulação com discussões dos trabalhos de Michel de Certeau (1982), Fernand Braudel (1965), Daniel Samways (2014), Francisco Alcides Nascimento (2017), Mariana Resende Corrêa (2014) e Cláudia França (2014).

Palavras-chave: Escrita da História; Jornalismo; Atividades paranormais; Ditadura militar; Teresina.

"Bruxo que cura cegos e mudos encontra-se em Teresina", foi dessa forma que o jornal *O Estado* noticiou a chegada de Oriethy Bey na capital do Piauí no dia 23 de junho de 1975. A partir desse momento as páginas do jornal viraram um campo de batalha entre sujeitos que acusavam Bey de "charla-

1 Mestre em História do Brasil e Doutorando em História do Brasil (PPGHB-UFPI)

tanismo" e outros que defendiam a idoneidade do parapsicólogo e o caráter científico de sua atuação.

Conforme comunicava o jornal *O Estado,* Oriethy Bey – conhecido em todo o Brasil como o "super-bruxo"- chegava em Teresina para ministrar um importante curso de parapsicologia (etiologia das doenças psíquicas e dinâmica da psicologia) entre os dias 25 e 28 de junho no Auditório Herbert Parente Fortes, sob os auspícios da Secretaria de Cultura.[2] Os interessados em participar do ciclo de formação deveriam pagar uma "taxa simbólica" de Cr$ 50,00[3] pela inscrição.

A matéria que divulgava a chegada do "bruxo" também era preenchida por inúmeras realizações de Oriethy Bey, dentre as quais podemos destacar a visão de espíritos, previsões do futuro e a cura de enfermos.

Figura 1 - Oritethy Bey posa ao lado de Silvio Santos na TV Tupi

Fonte: MORAES, Edson. Oriethy Bey, o pantaneiro que desbancou Uri Gheller completou 94 anos. MS Notícias, 2015. Disponível em: https://www.msnoticias.com.br/variedades/oriethy-bey-o-pantaneiro-que-desbancou-uri-gheller-completou-94-anos/60801/.

Acesso: 20 ago. 2023.

Bey - cujo nome de batismo era Oseso Monteiro – havia nascido na cidade de Corumbá no Mato Grosso do Sul e chegou a ocupar um local de projeção na

2 BRUXO que cura cegos e mudos encontra-se em Teresina. Teresina: *O Estado,* 22/23 jun. 1975, p. 6.

3 Conforme mecanismos de conversão esse valor seria equivalente a 5,00 R$ na moeda atual.

Televisão Nacional ao rivalizar com o ilusionista israelense Uri Geller. Enquanto Geller fazia aparições na Rede Globo de Televisão; Bey exibia-se na TV Tupi ao lado de figuras como Silvio Santos. Ambos "paranormais" destacavam a capacidade de dobrar objetos metálicos com a força da mente, fazer movimentar ponteiros de relógios parados e até mesmo possuir o poder da telepatia.

Ao chegar em Teresina, o super-bruxo fez uma "demonstração" dos seus poderes na redação do jornal *O Estado,* onde teria hipnotizado um jovem e afirmado conhecer todos os mistérios da "magia negra", assegurando ser capaz de curar paralíticos, surdos e cegos. Conforme suas palavras, "o sobrenatural não é nada mais que manifestações ocultas que o homem possui; alguns em maior dose, é obvio"[4].

A presença de Oriethy Bey na capital piauiense foi marcada por polêmicas. Conforme a opinião de figuras públicas da cidade, como do odontólogo Osvaldo Monteiro Filho (Presidente da Associação Piauiense de Hipnologia), Bey seria um charlatão, vigarista, que deveria ser preso por estar infringindo o Código Penal. Essa narrativa estampou a capa do jornal *O Estado* no dia 27 de junho de 1975, acompanhada da informação que Oriethy Bey teria iniciado seu curso no dia anterior.

> O presidente da Associação Piauiense de Hipnologia, Odontólogo Osvaldo Monteiro Filho declarou à reportagem de O ESTADO, ontem, que o Sr. Bey é charlatão, um vigarista, que deve ser preso porque está infringindo o Código Penal Brasileiro. Enquanto isso, Bey iniciou ontem no Auditório Herbert Parente Fortes, o seu curso de parapsicologia, sob os aplausos de uma plateia de gente seleta, que superou as expectativas. Por outro lado, o dentista que ameaçou ir com a Rádio Patrulhar à conferência do professor Bey, não cumpriu sua palavra, pois nem sequer compareceu ao auditório onde se encontrava o parapsicólogo.
> Falando em expressões bem medidas e com ab-

4 BRUXO que cura cegos e mudos encontra-se em Teresina. Teresina: *O Estado,* 22/23 jun. 1975, p. 6.

> soluta firmeza, o prof. Oriethy Bey deu início, ontem à noite, no Auditório Herbert Parente Fortes, ao seu curso de parapsicologia[5].

A forma como o jornal *O Estado* noticiou essa situação nos permite analisar nuances acerca da operação de escrita dentro desse contexto histórico. Ao mesmo tempo que a matéria evidencia a opinião do dentista Osvaldo Monteiro, onde são tecidas duras críticas ao palestrante Oriethy Bey; também podemos observar um contraponto narrativo, onde o autor do texto destaca o caráter seleto dos presentes, a superação das expectativas de público, as expressões bem medidas e a absoluta firmeza de Bey. Além disso, podemos observar uma pequena alfinetada à figura de Monteiro, com a exposição de sua falha em cumprir a palavra e sequer comparecer ao auditório Herbert Parente Fortes.

Essa construção narrativa transmite uma posição do jornal *O Estado* alinhada à figura do bruxo, destacando aspectos positivos de sua presença. É importante destacar que essa empresa jornalística foi o meio utilizado por Bey para divulgar sua chegada ao Piauí e a realização do seu curso, chegando até mesmo a utilizar o espaço da sua redação para hipnotizar um jovem e demonstrar suas habilidades. Nesse sentido, entendemos que o *lugar social* de onde escrevem os colunistas do periódico pode influenciar na forma como os eventos são narrados.

Conforme o historiador Michel Certeau, a escrita se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, ela está submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade[6]. É através desse lugar que se organizam os interesses, as propostas e as questões.

Conscientes da importância de pensar o lugar social da escrita, prosseguimos a análise pelas páginas do jornal *O Estado* durante o translado dessa figura inusitada por Teresina. Ainda no dia que sucedeu sua aula inaugural, podemos identificar uma matéria com ênfase nos espectadores presentes no auditório: "diante de uma plateia constituída de médicos, sacerdotes, bacha-

5 DENTISTA radicaliza: bruxo deve ser preso. Teresina: *O Estado,* 26 jun. 1975, p. 1.

6 CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982, p. 57.

réis em advocacia, engenheiros, psiquiatras, jornalistas, empresários e profissionais liberais de um modo geral."[7]

Analisar o público desse evento permite compreender um pouco do contexto socioeconômico de Teresina desse período, conforme podemos observar nas matérias anteriores esse evento teria uma taxa de inscrição "simbólica" (de Cr$ 50,00) e teria contado com uma "plateia de gente seleta". As palestras foram realizadas no Auditório Herbert Parente Fortes, situado na avenida Miguel Rosa (zona centro sul), de 20:00 às 22:30. Também vale destacar que o evento teve início numa quarta-feira (24 de junho) e findou sábado (28 de junho).

Apenas essas informações sobre a logística do encontro já acabam por selecionar uma parcela da sociedade piauiense e excluir outros sujeitos: aqueles que não possuíam o valor "simbólico" para pagar a taxa de inscrição, os que não possuíam meios de transporte para chegar até o local, os que temiam voltar para casa em horários tardios, os que precisavam preocupar-se com o repouso tendo em vista o dia seguinte dedicado ao trabalho, os que não eram entendidos como "seletos" e dignos de acesso ao lazer.

Enquanto os membros da elite econômica se deleitavam com as palavras do bruxo no interior do auditório, é bem provável que as camadas mais populares se divertissem em quermesses, quadrilhas e festejos no entorno dos seus bairros, afinal era o período do ano dedicado as festividades juninas de Santo Antônio, São João e São Pedro, entidades de forte presença no imaginário católico piauiense.

Cabe observar que essa orientação católica foi um dos fundamentos utilizados por aqueles que teciam críticas ao bruxo, através de argumentos pautados na figura do Papa Pio XII.

> O professor de medicina legal Flamino Favero, situa muito bem, este crime por infringir o Código Penal Brasileiro com pena de detenção de 6 meses a 2 anos de acordo com o art. 284. O Papa Pio XII, também desaprovou o uso da hipnose tanto a leigos como a eclesiásticos" afir-

7 MÉDICOS e sacerdotes no curso do "Bruxo". Teresina: *O Estado,* 26 jun. 1975, p. 2.

> mou o dentista Osvaldo Monteiro.
> [...] E também faz uma alerta: "Aos curistas, muito cuidado, não se deixem hipnotizar por mágicos, são indivíduos inescrupulosos que impõem o seu desejo de onipotência, doa a quem doer. O nosso psiquismo é uma máquina maravilhosa e delicadíssima e uma vez lesado suas sequelas são fatais e irreversíveis. Um curso desta natureza condiciona novos aprendizes de feiticeiro, novos bruxos, novos charlatões, novos milagreiros[8].

O uso da argumentação católica contra a passagem do bruxo por Teresina pode ser analisado em consonância com dados demográficos da década de 1970, onde a população piauiense era estimada em aproximadamente 1.680.573 sujeitos, dentre os quais 1.652.607 se definiam como católicos[9], número que correspondia a aproximadamente 98% do total. Conforme dados levantados pelo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, o Piauí segue líder no índice relativo aos estados mais católicos do país, com 85,1% da população total[10].

A análise desses dados permite situar esse pensamento religioso dentro de uma longa duração na história piauiense. Em outras palavras, poderíamos dizer que o catolicismo corresponde a uma estrutura dessa localidade.

> Por "estrutura", os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim

8 BRUXO deve ser preso. Teresina: *O Estado,* 26 jun. 1975, p. 6.

9 BRASIL. IBGE. Censo Demográfico Piauí, VIII Recenseamento Geral, 1970, p. 10. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/.

10 CENSO 2010: Piauí continua sendo o Estado mais católico do Brasil. Cidade Verde, 2012. https://cidadeverde.com/noticias/106436/censo-2010-piaui-continua-sendo-o-estado-mais-catolico-do-brasil.

> comandam seu fluxo (Braudel, 1985, p. 8).

Ao pensarmos em *estruturas,* estamos nos referindo a velhos hábitos de pensar e agir, quadros resistentes e difíceis de desaparecer. Nessas circunstâncias, situar o bruxo com um contraponto ao pensamento católico acaba o colocando como um antagonista da lógica social que as pessoas estavam acostumadas, criando certa repulsa à sua imagem.

Apesar de contrapor a ordem religiosa, veicular notícias acerca de Oriethy Bey e seus "poderes paranormais" acabava por endossar discursos conspiracionistas que circundavam a atmosfera nacional. O historiador Daniel Samways aponta que a busca incessante pela eliminação do suposto perigo comunista no Brasil criou uma paranoia. O medo e a aversão aos seguidores dessa ideologia fizeram com que serviços de informação vissem seu algoz em praticamente toda sociedade, que devia ser vigiada e espionada, em nome da ordem e segurança nacional. Samways faz referência a uma palestra proferida em 1970 na Escola Superior de Guerra - ESG, cujo título era "Espionagem nas informações", na qual o palestrante apontava uma nova arma que deveria ser incorporada ao sistema de segurança: *a telepatia*.

O apontamento desse recurso pode parecer estranho, nos dias atuais, assim como talvez o fosse no período supracitado, contudo, os tempos de Guerra Fria ficaram marcados por uma aproximação entre o real e o imaginário, dando sentido à busca de monstros a serem eliminados com as armas cada vez mais poderosas (Samways, 2014).

> Embora esteja ainda na fase experimental e de estudos, queremos assinalar aqui esse novo meio de comunicação que o homem vem procurando dominar. Trata-se da possibilidade de controlar o fenômeno parapsicológico da *telepatia*, tendo em vista a previsão alarmante de que a capacidade cada vez maior dos computadores tornará, no futuro não muito remoto, praticamente impossível a existência de uma cifra indecifrável. Sabe-se que atualmente as grandes potências mundiais estão empenhadas na solução desse problema, que virá revolucionar as comunicações sigilosas (Figueiredo, 2014, p. 45).

É importante destacar que essa conferência foi proferida na ESG, um centro de treinamento e formação para militares. Conforme depoimentos de oficiais que integraram esse grupo, foi nesse ambiente onde se fundamentou o Golpe Militar de 1964 e as bases do Regime Militar. O general Carlos Meira Mattos - que no momento da conspiração de 1964 era coronel e comandava o 160º Batalhão de Caçadores, sediado em Cuiabá, posteriormente designado para subchefe do Gabinete Militar da presidência da República, chefiado pelo general Ernesto Geisel - salienta que a Escola Superior de Guerra "teve a ver, não com a Revolução em si, mas com o espírito revolucionário" (D'Araújo, 2014, p. 1488). Conforme seus apontamentos, "desde que foi fundada a ESG começou a estudar de uma forma sistemática, de uma forma científica, esses anseios de renovação do Brasil, que foram anseios dos tenentes e depois vieram a ser os anseios da Revolução de 64" (D'Araújo, 2014).

Dessa forma, a conferência sobre poderes parapsicológicos oferecida aos militares trazia à tona a possibilidade de uma nova arma a ser dominada. As palestras do Sr. Oriethy Bey, por sua vez, apresentavam a Teresina "conhecimentos sobre essa contravertida ciência."[11] No dia 27 de junho, na véspera da despedida do bruxo da capital piauiense, o jornal *O Estado* publicou um estridente desabafo de um jornalista que assinava como "J. L. Sobrinho", em suas colocações o Sr. Bey teria sido injustiçado em sua passagem pela cidade.

> Esta notável criatura que nos visita agora, é sobretudo humilde, muito embora saiba que é portador de extraordinárias faculdades paranormais.
> E como todos aqueles que sabem que nada sabem distribuem o que sabem sem parcimônia, fazendo questão de transmitir com honestidades e boa vontade, aquilo que Deus lhe confiou e que é fruto de uma fenomenologia por nós ainda ignorada, e que a Parapsicologia busca explicar, do mesmo modo que Jesus dizia existir a Verdade em tudo e em todos, e que o homem se recusou a aceitar.
> Oriethy Bey não é nenhuma expressão literária, e erudito, que nos transmite o que ele aprende

11 MÉDICOS e sacerdotes no curso do "Bruxo". Teresina: *O Estado,* 26 jun. 1975, p. 2.

> dos astros, e que nos faz lembrar do que disse o grande Rui Barbosa e que aqui transcrevemos: "Vulgar é ler, raro é refletir. O saber não está na ciência alheia que se observa, mas, principalmente, nas ideias próprias que se geram nos conhecimentos absorvidos".
> E por isso, a imprensa, rádio e televisão, não destacam seus méritos e conhecimentos, como sempre acontecem com aqueles que são precedidos de uma fama exclusiva da publicidade e intelectualizam as coisas do espírito. [12]

O texto de J. L. Sobrinho destaca a humildade do bruxo em transmitir seus conhecimentos à sociedade piauiense, situando como uma honra a oportunidade da sua presença em Teresina, observarmos também o lamento pelas críticas que atravessaram à sua passagem. Assim como os opositores de Bey apropriaram-se do discurso cristão para construir suas críticas, podemos observar que J. L. Sobrinho também busca fundamentos para sua argumentação em palavras do evangelho, conforme suas colocações Bey teria sido incompreendido da mesma forma que Jesus Cristo, destacando a recusa do homem em aceitar a "verdade" quando apresentado a ela, nesse contexto, Sobrinho murmura sobre a falta de crença de alguns piauienses ao ouvirem a palavra da parapsicologia.

Outro sujeito que saiu em defesa de Oriethy Bey na imprensa de Teresina foi o renomado advogado Luiz Gonzaga Soares Viana, em suas colocações o bacharel faz menções ao Código Penal para situar que as práticas do bruxo não se enquadram como o delito de "curandeirismo". Através do posicionamento de Viana, publicado na página 5 do jornal *O Estado* no dia 25 de junho, nos é revelado um outro fato curioso: o sujeito hipnotizado na redação do jornal, quando o bruxo demonstrava seus poderes, foi o repórter J. Barros.

> Luiz Gonzaga Soares Viana, um dos maiores e mais atuantes advogados de Teresina, além de ser respeitável professor da Universidade Federal do Piauí, declarou o seguinte.
> - Não presenciei qualquer função levada a efeito

12 SOBRINHO, J. L. Parapsicologia maiúscula. Teresina: *O Estado,* 27 jun. 1975, p. 3.

> pelo professor Oriethy Bey. Apenas tenho tomado conhecimento de sua atuação em Teresina pelo amplo comentário que, em torno de sua pessoa, se tem feito.
> [...] – Durante a experiência a que se submeteu, na sede de "O ESTADO", o repórter J. Barros, creio que o professor Bey não lhe tenha submetido a nenhum processo que possa identificar-se como a prática do curandeirismo. Aliás, pelo que li, a ação do Prof. submetendo-o a um estado de absoluta inércia, limitou-se ao campo meramente mental, não esboçando o agente qualquer toque, sugestão ou som, o que já desanima a configurar seu trabalho no âmbito do curandeirismo[13].

E prosseguindo com citações do Código Penal, Viana destaca que não considerava Bey um curandeiro pois suas atividades não incluíam a ideia de um *tratamento* contínuo, conduta que tipificava esse delito e tornava indispensável a sua incidência.

> O delito de curandeirismo está no capitulado no art. 284, do Cód. Penal assim expresso:
> Art. 284. Exercer curandeirismo:
> I – Prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;
> II – Usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
> III – Fazendo diagnóstico.
> Pena: detenção de seis meses a dois anos.
> Parágrafo único: Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito a multa de mil cruzeiros a cinco mil cruzeiros.[14]

Podemos observar que Luiz Gonzaga argumenta em defesa de Bey com interpretação levemente enviesada do Código Penal, tendo em vista as orientações do Ministério Público onde aponta-se que as sanções devem ser apli-

13 FAMOSO advogado defende o "bruxo". Teresina: *O Estado,* 27 jun. 1975, p. 5.

14 Idem.

cadas a sujeitos que pratiquem qualquer um dos incisos, não necessariamente todos de forma simultânea. O curandeirismo é considerado uma modalidade do crime de exercício ilegal da medicina, no seu exercício o agente serve-se da credulidade ingênua, da ignorância e, sobretudo da superstição. Observa-se ainda que o crime pode acontecer em associação com o charlatanismo, tipificado no art. 283 do Código Penal, caracterizado pela fraude, engodo, indicando ou propagando a cura por meio secreto e infalível de qualquer doença[15].

Levando em consideração a leitura fria da lei, a própria matéria que narra a chegada do bruxo a Teresina poderia ser utilizada como prova contra sua figura, no texto são narrados seus feitos miraculosos ao curar pessoas e oferecer tratamentos:

> Foi com esses poderes que Bey curou uma muda (Eliane, estudante do Colégio Católico Sana Helena, Estado do Rio de Janeiro) há 4 anos atrás. Ele conta: "a moça teve um problema emocional e perdeu a capacidade de falar. Passou dois anos, aproximadamente sem voz. Foi a minha procura e dentro de um *tratamento* acurado, ela ficou completamente reestabelecida". Outros casos fantásticos, de pessoas curadas pela dinâmica da hipnose foi o de uma moça paralítica e de um menino que dormia profundamente durante dois anos. "Este foi um trabalho bastante sério. Mas usei forças que jorram da parapsicologia e o menino acordou e hoje se encontra gozando de perfeita saúde em São Paulo. Bey diz que além desses casos, outros já passaram em suas mãos. Todos com completo sucesso de curas[16].

Conforme podemos observar, o próprio Oriethy Bey revela em seus depoimentos a sua capacidade de curar pessoas e sua disposição em orientar tratamentos como o realizado com a estudante fluminense, Eliane. Todavia, sua

15 ENTENDA Direito: Curandeirismo e Charlatanismo. Ministério Público do Paraná, 2021. Disponível em: https://mppr.mp.br/Noticia/Curandeirismo-e-Charlatanismo. Acesso em: 07 ago. 2023.

16 BRUXO que cura cegos e mudos encontra-se em Teresina. Teresina: *O Estado,* 22/23 jun. 1975, p. 6.

passagem por Teresina impressionava mais as pessoas pelo caráter pitoresco do que propriamente pelo aspecto delituoso. A presença de um bruxo na cidade causava curiosidade entre aqueles que tinham acesso à informação. Conforme narra Francisco Alcides do Nascimento, a cidade de Teresina dos anos 1970 ainda era marcada pelo clima pacato, as pessoas ainda tinham o hábito de sentar-se às portas para conversar sobre o dia vivido e as novidades que ocorriam na cidade, para estes "um fiapo do cotidiano" era o que bastava para reconstruir as relações do cotidiano e fazer refletir acerca de certos hábitos[17].

Nesse sentido, podemos imaginar que a passagem de Oriethy Bey pela cidade de Teresina teria transformado, pelo menos um pouco, a rotina desse espaço, sobretudo ao destacarmos que suas conferências aconteceram durantes dias ordinários da semana, onde a vida noturna mostrava-se ainda mais acanhada que nos finais de semana. Conforme nos aponta o historiador Alcides Nascimento, até mesmo pontos como as praças acabavam tornando-se apenas lugares de passagem em dias tidos como normais:

> A Pedro II, quase vazia, denunciava-me como um gato pingado, peso inerte. Noutra extremidade, beirando o teatro, cidadão respeitáveis batiam com a língua. Segunda-feira intragável." A vida noturna de Teresina na década de 1970 era tida como acanhada, imagine-se isso numa segunda-feira, uma praça que deixa de ser uma sociabilidade para transforma-se em lugar de passagem, ocupada de bancas de revistas e de livros usados; as casas de cinema funcionando mal e porcamente, rodando filmes pornográficos, o teatro com a apresentação de uma peça ou *show* de quando em vez[18].

A passagem de Bey provocava então um rebuliço nesse cenário pacato do centro teresinense, primeiramente com o fluxo de transeuntes que se dirigiam ao Auditório Herbert Parente Fortes – cabe destacar que sobretudo membros da elite econômica – e em segundo ponto com o "bater de línguas" acerca da

17 NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cidade das letras. In: AVELINO, Yvone (Org.). *Cidades:* representações, experiências e memórias. São Paulo: Olho d' Água, 2017, p. 12.

18 Ibidem, p. 15.

sua passagem. O bater com a língua para falar sobre o bruxo não tardou em converter-se no bater das teclas nas máquinas de escrever, onde sujeitos com espaço na imprensa local manifestaram seus pontos e contrapontos sobre esse sujeito inusitado.

Um dos últimos a adentrar nesse tópico foi o cartunista Gregório Magno Macedo, conhecido como Dodó, que durante a década de 1970 produzia charges no jornal *O Estado.* Caracterizado por um humor ácido, o então estudante de direito e funcionário do Banco do Brasil, não pôde deixar de produzir algo acerca dessa marcante passagem de um bruxo pela capital do Piauí.

Figura 2 - Tirinha de Dodó Macedo publicada no jornal *O Estado*

Fonte: MACEDO, Dodó. Humor. Teresina: *O Estado,* 29/30 jun. 1975, p. 6.

A tirinha humorística de Dodó Macedo busca expor o capítulo final da novela acerca da passagem do bruxo por Teresina, na imagem publicada na edição referente aos dias 29/30 de junho – logo após o último dia de curso de Oriethy Bey –, é publicada uma sátira com o rosto do ilusionista através de uma técnica de bricolagem, isto é, uma foto colada em cima de um desenho produzido pelo artista Dodó.

Em aproximações com Certeau (1994), entendemos o *bricoleur* como praticante que não é passivo, mas que fabrica a partir de tudo que consome. Para Mariana Resende e Cláudia França, entender essa proposição de Certeau (1994) nos leva "a possibilidade de produzir a partir dos objetos produzidos e descartados, assimilando-os, modificando-os e subvertendo-os por meio de práticas cotidianas e artísticas que os ressignificam em uma nova estrutura" (Corrêa, 2014, p. 228).

Nesse sentido, observamos a sátira de Dodó como uma arte que não é "passividade", todavia o texto não se dissocia do contexto, conforme destaca Certeau (1994, p. 49):

> Assemelha-se muito ao que foi feito com a teoria pelos poetas romanceiros medievais: uma inovação infiltrada no texto e nos termos de uma tradição. Imbricados nas estratégias da modernidade (que identificam a criação como invenção de uma linguagem própria, cultural e científica), os procedimentos do consumo contemporâneo parecem constituir uma arte sútil de "locatários" bastante sensatos para insinuar as suas mil diferenças no texto que tem força de lei.

Dessa forma, ao voltarmos para o conteúdo da imagem produzida por Dodó Macedo poderemos observar a ênfase dada a dois procedimentos da parapsicologia: levitação e hipnose. Podemos observar um corpo vestido em um terno suspenso no ar com um balão ao seu lado, no balão observando repetidamente a letra "z", a sequência dessas letras sugere um estado de sono profundo, muito embora o rosto colado no desenho esteja de olhos abertos. A vestimenta da pessoa que levita nos permite uma sútil observação, trata-se de uma referência ao público-alvo das palestras do bruxo, profissionais liberais, empresários, advogados e engravatados em geral que buscavam se afastar da sociedade geral através da vestimenta. O estado de hipnose em que a pessoa se encontra denota o fenômeno causado pela passagem do bruxo por Teresina, colocando em estado de deslumbramento alguns grupos da cidade.

A fascinação pela estadia de Oriethy Bey em terras piauienses ocupou as páginas do periódico *O Estado* por uma semana inteira. Apesar do caráter pitoresco dado a essa narrativa, não podemos ignorar o contexto histórico e o lugar de produção desse diário. O jornal foi fundado em março de 1969, por Venelouis Xavier Pereira e dirigido por Helder Feitosa Cavalcanti e, posteriormente, por Teresinha Belchior Cavalcanti. A edição ficava a cargo de Feitosa Costa, recebendo colaboração de nomes como Francisco Viana, Pedro Alcântara, Elvira Raulino, Climério Lima, Iracema Santos Rocha e Josias Clarence Carneiro da Silva (Bastos, 1994, p. 304).

O jornal era uma extensão do *Estado-CE*, fundado em 1936, por um grupo de políticos do Partido Social Democrata - PSD, tendo, em sua primeira fase, o deputado federal José Martins Rodrigues à sua frente. O jornal possuía caráter substancialmente partidário, alinhado ao PSD. Em 1963, o periódico seria adquirido por Venelouis Xavier Pereira, delegado civil, advogado e jornalista que prometia dar uma nova dinâmica ao jornal, "focado na publicação de notícias, análises, comentários e opiniões que primam pelo pluralismo e pelo apartidarismo, priorizando o interesse do leitor" (Santos, 2016, p. 16). O jornal possuía 10 páginas (salvo em edições comemorativas, quando a quantidade ampliava-se) e custava 1,00 cruzeiro, conforme informação disponível nas suas próprias páginas.

Conforme nosso levantamento historiográfico, o jornal e seus diretores construíram uma árdua conexão com as elites dirigentes de alguns estados, dentre eles o Piauí, como pode ser observado em trecho publicado no livro "*Intimorata: a saga do Jornal O Estado*, *de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira",* fruto da árdua pesquisa desenvolvida por Luís Sérgio Ramos, onde foram levantados dados oficiais, hemerográficos e orais, como entrevistas com Marluce Férrer, esposa de Venelouis Xavier:

> Os anos se passaram, ganhei muita experiência e chegou o momento decisivo em que eu iria fazer os contatos com os governantes, tanto no âmbito estadual como no municipal, para conseguirmos matérias pagas e "levantar" o que ele dizia ser nosso "jornal" — assumi o cargo de publicitária e Diretora Comercial do jornal. E levantamos! Quem trabalhava comigo durante

> o ano de 1975, até eu sair do jornal, foi minha irmã Marilde Férrer. A participação dela em nossos contatos de governo foi fundamental. Viajei várias vezes para algumas capitais do Nordeste como, por exemplo: Teresina, Recife e São Luiz, com grande sucesso. Sempre trazia autorização e material para publicarmos — tanto dos governos dos estados como dos prefeitos das capitais.
> O dr. Alberto Silva, ex-governador do Piauí por dois mandatos, era muito nosso amigo e sempre publicava "Cadernos Especiais" no nosso *O Estado,* que sempre circulava nas Edições Especiais, em datas como 31 de março, aniversário do Jornal, Dia da Independência, Edição de Ano Novo etc. São as que mais lembro. Não conto as vezes em que nestas edições, nosso maquinário deixava a desejar e por conta disso, eu e ele, ajudávamos o pessoal da impressão em algumas coisas, inclusive até dobrar os exemplares, madrugada adentro (Santos, 2016, p. 338).

Nesse enlace, podemos situar que o jornal *O Estado* aproximou-se daquilo que a historiadora Beatriz Kushnir classificou como "cães de guarda", jornalistas que durante o Regime Militar acabaram praticando uma espécie de autocensura, ao não adentrar em temas sensíveis, noticiando apenas pautas que não alterassem o *status-quo* daquele contexto. Dessa forma, jornalistas que tiveram suas pautas influenciadas pelo governo tornavam-se tanto "colaboradores" e "vítimas" dessa conjuntura.

> Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Por isso esses **jornalistas colaboracionistas** são aqui vistos como *cães de guarda.* À soleira, montaram a guarda e fizeram autocensura no governo Médici, e mesmo antes dele, colaborando para construir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país. E seguiram o fluxo quando o tabuleiro do poder mudou a disposição das peças (Kushnir, 2012, p. 52).

Considerações finais

A passagem de Oseso Monteiro, o "super-bruxo", por Teresina nos dá acesso a uma chave de leitura que pode abrir várias portas sobre o Piauí e o Brasil desse período. A sua chegada ao estado com subsídios do governo, suas palestras em auditório e a taxa cobrada para o acesso a esse ambiente nos leva a refletir sobre a desigualdade econômica desse local; a forma de acesso ao lazer ou a informação – dependendo de como se queira definir as palestras do ilusionista – mostra um caráter seletivo e afasta as camadas mais populares.

As narrativas acerca das atividades de Oriethy Bey também abrem diálogo para a ideia de religiosidade desse período, podemos pensar sobre a influência do catolicismo e da figura do Papa, sobretudo no Piauí onde a população era majoritariamente vinculada a essa doutrina da fé. Nesse sentido, observamos que os opositores e apoiadores do bruxo fizeram uso da linguagem do evangelho, tendo por objetivo defender diferentes pontos de vista acerca desse sujeito controverso.

As promessas de cura feitas por Bey abrem possibilidades de interpretação sobre a aplicação do Código Penal nesse período, as pautas de curandeirismo e charlatanismo foram amplamente discutidas nas páginas do jornal *O Estado,* todavia não observamos nenhuma menção de interferência do poder público acerca dessa situação, deixando o debate em aberto no meio civil.

Destacamos ainda a dimensão do humor, através da figura do cartunista Dodó Macedo, entendido nesse artigo como um *bricoleur,* um sujeito que produz arte através das suas apropriações e subjetivação do contexto no qual se insere. A crítica sútil e através do riso mostra-se uma tática dos praticantes cotidianos do tempo.

Por fim, a escrita jornalística sobre esse episódio nos permite pensar o espaço dos jornais, das suas redações e dos seus diretores. Através duma análise desse periódico e das suas pautas podemos o situar dentro ou fora de um projeto político em desenvolvimento pelo comando militar. Afinal, não é possível analisar um texto fora do seu contexto.

Referências

BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico Piauí, VIII Recenseamento Geral, 1970.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: longa duração. **Revista História**, vol. XXX, ano XVI, 1965.

BRUXO deve ser preso. Teresina: **O Estado**, 26 jun. 1975, p. 6.

BRUXO que cura cegos e mudos encontra-se em Teresina. Teresina: **O Estado**, 22/23 jun. 1975, p. 6.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

CORRÊA, Mariana Resende. FRANÇA, Cláudia. A figura do bricoleur em práticas artísticas. **Revista Visualidades**, v. 12 n. 2, jul.-dez. 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Visões do Golpe:** 12 depoimentos oficiais que articulam o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (e-book), 2014.

DENTISTA radicaliza: bruxo deve ser preso. Teresina: **O Estado**, 26 jun. 1975, p. 1.

FAMOSO advogado defende o "bruxo". Teresina: **O Estado**, 27 jun. 1975, p. 5.

MACEDO, Dodó. Humor. Teresina: **O Estado**, 29/30 jun. 1975, p. 6

MÉDICOS e sacerdotes no curso do "Bruxo". Teresina: **O Estado**, 26 jun. 1975, p. 2.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cidade das letras. *In:* AVELINO, Yvone (Org.). **Cidades:** representações, experiências e memórias. São Paulo: Olho d' Água, 2017.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais:** medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). Curitiba: Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR.

SANTOS, Luís Sérgio. **Intimorata:** a saga do Jornal O Estado, de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira. Fortaleza: Omni Editora, 2016.

SOBRINHO, J. L. Parapsicologia maiúscula. Teresina: **O Estado**, 27 jun. 1975, p. 3.

Através das Américas: Brasil Gerson e a América Latina no jornal Tribuna Popular (1945-1946)

Adriano Soares Sampaio[1]

Resumo

A presente pesquisa busca discutir os conflitos, tensões e histórias da América Latina a partir de uma coluna autoral presente no diário comunista Tribuna Popular. Interessa pensar as formas que certos tópicos e temas são divulgados na seção diária ''Através das Américas'', criada no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira e do estado de expectativa concreta do pós-guerra na América. Para fundamentar a investigação, utilizou-se como categoria de análise histórica as perspectivas oriundas da história transnacional para que fosse possível refletir com qualidade sobre as discussões feitas na imprensa na segunda década de 1940. Dessa forma, foi preciso investigar a trajetória do autor da coluna, o escritor e intelectual comunista Brasil Gerson, idealizador da seção ''Através das Américas'', para que fosse possível situar o encontro do produtor com a sua produção cultural no principal jornal do Partido Comunista em circulação no Brasil durante os anos da legalidade partidária, entre 1945 a 1947.

Palavras-chaves: Brasil Gerson; América Latina; Tribuna Popular.

A presente pesquisa insere-se dentro das proposições teórico-metodológicas das áreas da história intelectual, cultural e transnacional. Fundamentada nas discussões de Roger Chartier, Tania de Luca, Maria Capelato, Carlos Altamirano e François Sirinelli, buscamos traçar e desvendar, a partir de uma trajetória individual, a trajetória, redes e espaços de sociabilidades experimentada pelo escritor, dramaturgo, roteirista de cinema, jornalista e intelectual comunista Brasil Gerson entre as décadas de 1930 e 1940, que possibilitaram o seu emprego como redator desde os primeiros números da *Tribuna Popular*,

1 Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: adrianjohist@gmail.com.

considerado o "jornal de massas" do Partido Comunista Brasileiro nos anos da legalidade partidária, durante 1945 a 1947.

Foi elencado para como objeto de pesquisa histórica a coluna *Através das Américas*, fixada na terceira página do jornal, de circulação diária e raras interrupções, entre junho de 1945 a março de 1946. Compreendendo a imprensa como espaço de organização e promoção de projetos políticos, a criação da *Através das Américas*, na edição de número 12 do jornal, representa o surgimento de um espaço dedicado à troca comuns entre o Brasil e os países da América.

Tornou-se necessário, portanto, aprofundar o estudo acerca do intelectual responsável pela seção continental do principal diário do Partido Comunista no país. Quem é Brasil Gerson? Como chegou a ocupar a prestigiada "página nobre" da *Tribuna Popular*, ao lado de intelectuais prestigiados e aclamados pela crítica, como Álvaro Moreyra, Pedro Motta Lima e Benjamin Soares Cabello? Essas foram algumas das perguntas que nortearam a investigação e trajetória de Brasil Gerson, permitindo-o localizar e identificar o seu papel militante durante os anos 30 e 40.

Para isso, é preciso retornar ao começo da década de 20. Brasil Vanderheyden Gorresen nasceu em São Francisco do Sul, em 1904, em família de expressiva influência econômica e política da cidade. Teve acesso a educação formal, aprendeu inglês, espanhol e francês, e aos 17 anos já escrevia crônicas para jornais de São Francisco e Joinville. No começo da década de 20, após a finalização dos seus estudos primários, transfere-se para o Rio de Janeiro para exercer o ofício da imprensa. Trabalhou em alguns jornais por indicação de familiares e, na segunda metade da década, fixou-se em São Paulo e participou dos círculos modernistas junto a nomes da literatura e do teatro. Trabalhou como colunista teatral no *Diário da Noite* e traduz várias peças teatrais para a companhia carioca de Jayme Costa.

Em fins da década de 20, estreou no teatro com a peça *Maldito Tango*, sendo aclamada pela critica e considerada um sucesso modernista na revista *Para Todos*, dirigida por Alvaro Moreyra. Após a ruptura institucional promovida por Getúlio Vargas em 1930, rompeu com o PRP e tornou-se um dos apoiadores da plataforma da Aliança Liberal, por acreditar que a Revolução

de 30 seria o primeiro passo para a transformação social das condições de vida do país e dos trabalhadores.

Rapidamente desiludido com o governo provisório, assim como muitos outros "outubristas", passou a dedicar-se ao estudo do marxismo. Seu status de intelectual, seus contatos e domínio de línguas estrangeiras certamente favoreceram o estudo de obras marxistas (ou sobre o comunismo) de edições inglesas, argentinas, espanholas, barcelonesas e francesas que circulavam por São Paulo.

Consideramos que por meio do exercício do seu ofício de jornalista, a definição de "engajamento político" proposto pela abordagem de Sirinelli, adequa-se a Brasil Gerson, por compor grupos, organizações e associações junto a outros intelectuais que através da sua militância na imprensa e atividades ligadas às áreas culturais, engajam-se na vida pública.

A sua maior intervenção política ocorreu no segundo semestre do ano de 1934, através de artigos na imprensa defendendo Stalin e a União Soviética, e assinando o manifesto de apoio à Comissão Jurídica e Popular de Inquérito, fundada em 22 de setembro de 1934. Ricardo Figueiredo de Castro identificou 409 indivíduos que por intermédio da imprensa, através de abaixos-assinados, declarações e bilhetes, entre eles: Sady Garibaldi Roberto, Henrique Faller Sisson, Pedro da Cunha, Pedro Motta Lima, Paulo da Motta Lima, Orlando Mello, Octaviano Du Pin Galvão, Moesia Rolim, Nise da Silveira, Miguel Costa Filho, Luiz Carpenter, Leônidas de Rezende, José Augusto de Medeiros, Joel Carvalho, Joaquim Correia, Hermes Lima, Francisco Mangabeira, Flávio Poppe, Eugênia Álvaro Moreira, Edgard Sussekind de Mendonça, Duque Estrada, Carlos Lacerda, Campos da Paz Filho, Caio Prado Júnior, Brasil Gerson, Benjamin Soares Cabello, Benigno Rodrigues Fernandes, Armando Laydner, Armanda Álvaro Alberto e Aparício Torelly (Castro, 1999, p. 164-165).

Destes, muitos tornaram-se militantes e dirigentes da Aliança Nacional Libertadora. Desde janeiro de 1935, meses antes da fundação oficial da ANL, Brasil Gerson foi convidado pelo jornalista e humorista Aparício Torelly para fazer parte da organização deste novo movimento político.

Com a fundação de *A Manhã*, órgão oficial de divulgação da ANL no Rio de Janeiro, dirigido por Pedro Motta Lima, o catarinense Brasil Gerson

será um dos colunistas do jornal, escrevendo sobre críticas de cinema e a luta antifascista no Brasil. Meses depois assumiu a direção do vespertino paulista *A Platéa*, a qual já trabalhava desde meados de 1933, tornando-a correspondente da ANL em São Paulo.

Dentro da ANL, participou da fundação da *Liga de Defesa da Cultura* e escreveu para a edição de junho do mensário do seu mensário *Movimento*. Foi preso pela polícia algumas vezes durante o ano de 1935 e após a derrota da revolta comunista de novembro do referido ano, foi processado pelo seu trabalho como diretor em *A Platéa*, condenado em 1938 a pena de um ano e três meses de prisão.

Para fugir das carceragens getulistas, fugiu para Buenos Aires e, meses depois, fixou-se em Montevidéu, onde viveu o seu exílio até 1942. Na nova região na condição de exilado, trabalhou como jornalista político para o periódico uruguaio *La Razón*, participou da seção uruguaia da "agrupación de intelectuales, artistas, periodistas y escritores" e colaborou com a imprensa comunista, socialista e antifascista do Prata.

Acreditamos que desde a sua chegada na região, Brasil Gerson exerceu o papel de intelectual mediador da realidade brasileira, escrevendo sobre a história, política e cultura da sua terra natal, desafiando o desconhecimento que imperava no Prata sobre a realidade brasileira. Dessa forma, buscamos pensar o exílio como um espaço de novas oportunidades para um intelectual comunista, que pôde desfrutar de uma rede de apoio e contatos diante da sua chegada.

É em Montevidéu que contrai o seu único matrimônio e estabelece família com uma professora uruguaia. Participou de encontros, debates, palestras, exposições, peças de teatro e filmagens durante os anos de 1939 a 1942. Retorna após a declaração de guerra do governo brasileiro a Alemanha e Itália, e assim como outros "nacionais-libertadores", cumpre a sua pena na prisão, sendo libertado em 1944.

Com o desmantelamento do Estado Novo e a anistia dos presos políticos, o PCB conquista a sua legalidade e o livre funcionamento da imprensa. Nesse contexto, em maio de 1945, é fundada a *Tribuna Popular*, dirigida por Pedro Motta Lima e Álvaro Moreyra. Convidado para participar dos esforços jornalísticos, Brasil Gerson trabalha como redator desde as primeiras edições

e, tensionando o corpo editorial, assume o comando da sua nova coluna chamada *Através das Américas* na edição de número 12 do impresso.

A seção, como o próprio nome informa, tem como propósito discutir a política através das Américas, como forma de promover a união continental e superar o desconhecimento do público leitor brasileiro sobre as suas irmãs latino-americanas. A *Através das Américas* buscou discutir, majoritariamente, assuntos de ordem política, sinalizando relações entre os partidos comunistas, progressistas, radicais, antifascistas, progressistas, conservadores, liberais e nacional-democráticos da América Latina.

A América representada nas linhas de Brasil Gerson é a de um futuro promissor, em marcha para a democracia, de eliminação dos "restos feudais", o combate ao "capital colonizador" e a caminho do "progresso". Esses termos, comumente mobilizados para a escrita dos problemas político-sociais, estão associados a um arcabouço ideológico do comunismo brasileiro, da solução dos problemas e atrasos no país por meio da formulação de uma tática de via pacífica e não de moldes armados.

A luta pela revolução democratico-nacional, de desenvolvimento do capitalismo na América de "reminiscências feudais", encontra ressonância com os novos aliados dos comunistas: a burguesia progressista. Na coluna, muito tentou-se veicular casos e exemplos na história da América Latina acerca da existência destes sujeitos, de modo a validar o projeto político defendido pelo PCB e demais partidos comunistas da região. Assim, ex-ditadores, burgueses e homens e mulheres da aristocracia são convertidos em aliados de primeira linha na luta pela democracia. A elite agrária e os latifundiários, considerados retrógrados, são postos em oposição às aspirações populares do povo, dos comunistas e da própria burguesia progressista, que já usava nas suas indústrias o esplendor dos métodos técnicos, modernos e tecnológicos.

A ampliação do leque de alianças é justificado em nome da "união nacional das forças democráticas de todos os matizes contra a reação fascista ou fascistizante (Tribuna Popular, Nº 63, 02/08/1945)" com o propósito, no plano continental, atuar conjuntamente a "unidade das grandes potências necessárias à manutenção da paz, a um largo e fecundo desenvolvimento pacifico do mundo segundo a política de Teherán, Yalta e Potsdam (Tribuna Popular, Nº 72, 12/08/1945)".

Observando a sua participação na *Tribuna Popular* por intermédio da sua coluna autoral, contabilizamos o total de 209 artigos publicados entre maio de 1945 e fevereiro de 1946. Destes, a grande maioria discute sobre os países platinos: Argentina e Uruguai. Seguido pelo Paraguai, objeto de várias reportagens e análises políticas. O México, Venezuela, Cuba, Peru, Chile, Colômbia, Haiti e Bolívia são noticiados com certa frequência, e são raros textos sobre o Equador, Panamá, Guatemala e a América Central (com exceção do México).

O levantamento feito nos cinco primeiros meses da coluna, 57 artigos são dedicados à Argentina, 21 ao Uruguai, 11 acerca do Paraguai, 8 sobre México e Venezuela, 5 dedicados a Cuba, 4 sobre Peru, 3 sobre Bolívia e Chile, 2 sobre Colômbia e Haiti, 1 sobre Panamá, Equador e Guatemala. Nos espaços outros do Jornal para além da coluna *Através das Américas*, referentes ao mesmo período, a Argentina é reportada 148 vezes no jornal, seguida de 47 do Uruguai, 43 do Chile, 34 de Cuba, 32 do México, 22 do Paraguai, 17 da Venezuela, 11 da Colômbia, 10 do Peru, 7 da Bolívia, 5 de Equador, Panamá e Guatemala, 3 da Nicarágua, 2 de Honduras e 1 do Haiti e República Dominicana.

A seção *Através das Américas* e a "página intelectual" da *Tribuna Popular* vão, gradualmente, se modificando em princípios de 1946. Publicada desde a primeira semana de circulação, ela será extinguida como coluna diária presente na terceira página na edição de número 235 da *Tribuna Popular*, no contexto das eleições argentinas. Sob a direção de Pedro Pomar, a *Através das Américas* de Brasil Gerson reapareceu em 4 de junho de 1946 assinada por Brasil Gerson, embora não esteja mais na sua tradicional página três, e sim alocado na página dois.

As representações de América forjadas refletem, em grande medida, os interesses dos comunistas nesse contexto. Segundo os interesses políticos-partidários sustentados pelo PCB em 1945, a convocação e instalação de uma Assembleia Constituinte era considerada o primeiro passo para a implantação de um regime democratico e a garantia das liberdades democráticas à sociedade brasileira (Pandolfi, 1994, p. 211).

Costumeiramente as manchetes da *Tribuna Popular* veicularam matérias e reportagens nesse gênero estilístico, como na manchete "Professores e es-

tudantes de direito condenam em reunião a carta de 10 de novembro. Considerava fascista, a Constituição de 37, por não ter emanado da vontade do povo (Tribuna Popular, Nº 131, 20/10/1945)" e a publicização do pronunciamento do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Carris Urbanos do Rio de Janeiro de que "Oito mil trabalhadores dos Carris Urbanos pedem a constituinte" e anunciava os "'Entusiásticos debates na assembleia de ontem - A constituinte é a certeza da democracia (Tribuna Popular, Nº 132, 21/10/1945)".

Dialogando com a perspectiva da constituinte no Brasil e na América Latina, valiosos comentários são feitos na coluna a partir da reportagem *O caminho de Cuba foi a constituinte*. Na seção, Brasil Gerson dialoga com a história cubana retratando que

> [...] primeiro bastou para que toda a nação inteira se convencesse de que a constituinte era a solução mais popular, porque Cuba precisava de uma nova constituição, realmente democrática e de um governo capaz de grandes realizações progressistas. Um ano depois a constituinte trabalhava, e para os cubanos começava já uma nova vida, ficando para trás o tempo dos caudilhos e dos golpistas. Cuba é hoje, com efeito, uma democracia que honra a américa inteira (Tribuna Popular, Nº 131, 20/10/1945).

No excerto acima, podemos pensar a questão das lembranças que se tornam centrais nas abordagens sobre determinadas temáticas. Philippe Artieres no texto *Arquivar a própria vida* destaca a existência das lembranças como uma operação de organização de acontecimentos que pontuam a vida de sujeitos históricos, portanto, as memórias são tratadas de forma a "construir um destino para si mesmo, e de mostrar a perfeita coerência da própria existência em vista dos episódios que a compõem" (Artières, 1998, p. 25).

As temáticas discutidas na coluna não foram publicadas por acaso ou coincidência, existe um objetivo alocado pelo autor na escolha do que é publicado na coluna para ser lido pelo leitor, estratégia de comunicação para convencer o leitor dos problemas apresentados. Importa ao historiador, por-

tanto, compreender como essa ideia de América Latina vai sendo formulada, fundamentada e comunicada no pós-guerra, refletindo como ponto central as tentativas e limites das constituições das Américas *Através das Américas*.

Referências

AGUIAR, Josélia. **Jorge Amado-Uma Biografia.** São Paulo: Editora Todavia, 2018.

ALMEIDA, Paulo Mendes de. **De Anita ao museu.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

AMARAL, Aracy. **Arte para quê?:** A preocupação social na arte brasileira, 1930- 1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

ANTELO, Raul. Doce de abóbra dá chumbo para canhão: Brasil Gerson. **Cadernos de Literatura Comparada**, n. 46, 2022.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista estudos históricos**, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BISSO, Andrés. El antifascismo latinoamericano: usos locales y continentales de un discurso europeo. **Asian Journal of Latin American Studies**. Seul, v. 13, n. 2, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas:** o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração, 1922 –1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DE CASTRO, Ricardo Figueiredo. **CONTRA A GUERRA OU CONTRA O FASCISMO?** as esquerdas brasileiras e o antifascismo (1933-1935). Tese de Doutorado (História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1999.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. **História e memória de um exílio esquecido:** os militares de esquerda brasileiros na Argentina e Uruguai, 1936-1942. Historia, voces y memoria, n. 8, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo:** Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

MARI, Marcelo. Pauliceia nas revoluções: artes visuais e agitação política nas primeiras décadas do século XX. **PORTO ARTE: Revista de Artes Visuais**, v. 26, n. 45, 2021.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A dinâmica de um pensador crítico:** Caio Prado Jr. (1928-1935). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008.

MARTINS, Maria Antonia Dias. **Identidade Ibero-americana em revista:** Cuadernos Americanos e Cuadernos Hispanoamericanos, 1942-1955. 2012. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. Intelectuais no exílio: onde é a minha casa?. **Dimensões: Revista de História da Ufes**, n. 26, 2011.

MORENA, Roberto. Morena por ele mesmo. **Memória & História**, vol. 3. São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Angela Meirelles. Exilados brasileiros nos países do Prata: mediações e luta antifascista (1933-1939). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 19, 2015.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles. **Palavras como bala.** Imprensa e intelectuais antifascistas no cone sul (1933-1939). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. *In:* NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Em Nome da Segurança Nacional: Os Escritores na Mira da Polícia, **Revista Crítica Histórica**, v. 2, n. 3, 2011.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Ser intelectual comunista:** escritores brasileiros e o comunismo, 1920-1945. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

PETRA, Adriana. **Intelectuales y cultura comunista:** Itinerarios, problemas y debates en la Argentina de posguerra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2022.

PESSANHA, Elina Gonçalves; NASCIMENTO, Regina Helena. **PCB:** 1929-1935 - Caminhos da Revolução. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, 1995.

PRESTES, Anita Leocádia. **Da insurreição armada (1935) à união nacional (1938-1945):** a virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas:** mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). *In:* XI JORNADAS INTERESCUELAS. **Anais…** San Miguel de Tucumán: Departamento de História, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, 2007. Disponivel em: http://cdsa.aacademica.org/000-108/758.pdf.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **A "Moscouzinha" brasileira:** cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2007.

O Olindense: práticas e representações estudantis do direito no periodismo do século XIX

Noemia Dayana de Oliveira[1]

Resumo

O presente estudo visa analisar a prática do periodismo acadêmico em Olinda, especificamente no jornal O Olindense, com vistas ao aprofundamento da compreensão de que as representações só podem ser compreendidas se considerarmos as práticas culturais que as geraram. Para tanto, questionamos, inicialmente, como a historiografia brasileira abordou a imprensa periódica? A imprensa brasileira foi estudada muito mais como suporte de representações sociais do que como uma prática cultural. Existem, é verdade, estudos que exploram o periodismo como prática profissional ou literária no século XIX e XX, mas ainda carece de atenção a relação que existiu e existe entre o periodismo e as práticas estudantis. Nesse sentido, pontuamos que as práticas culturais são resultantes de um espaço e tempo comuns entre sujeitos, e no caso aqui estudado, essas relações se desdobram em um ambiente educacional com dinâmicas e desafios próprios, o Curso Jurídico de Olinda, que visou a formação de sujeitos com aptidão para atuar no campo jurídico, administrativo, político, educacional, variados espaços liberais no Brasil oitocentista. Mesmo com essa amplitude de atuação, consideraremos aqui especificamente o Direito, a formação principal dos primeiros cursos jurídicos no país. Para tanto, esse campo prega o discurso da universalidade e objetividade científicas e atua, sobretudo, em linguagem textual escrita, a exemplo do direito originário ou do direito derivado. Dito isto, acreditamos que a prática do Direito no Brasil esteve atravessada pelas concepções de Direito Constitucional português e do Direito Civil alemão, ambos consumidos e praticados dentro do Curso Jurídico de Olinda por professores e estudantes nas décadas de 1830-1840. Para entender isso, escolhemos a imprensa periódica estudantil que é um meio privilegiado de investigação

1 Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora substituta do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Membro do Núcleo de Linguagens e História Contemporânea (NUHLC).

sobre o Direito no século XIX, mais especificamente, o periodismo acadêmico d'O Olindense e as primeiras representações do Direito brasileiro.

Palavras-chave: Curso Jurídico; Estudantes; Olinda; Periódico; Práticas e representações.

I

O Olindense foi um jornal criado pelos irmãos acadêmicos de Direito, Sérgio e Álvaro Teixeira de Macedo. Esse foi o primeiro periódico de estudantes[2] fundado no Brasil e representou um dos primeiros a discutir os métodos e os conteúdos escolares fora dos círculos da Igreja Católica[3]. Esses jovens publicavam semanalmente quatro páginas, as quais custavam 640 réis ou 1$600 trimestral. Inicialmente, foi impresso na Tipografia Fidedigna, situada na Rua das Flores – Recife, e a partir do número 35, ele passou a ser impresso na Tipografia Pinheiro & Cia., Rua do Amparo – Olinda (Vianna, 1945). Atualmente, estão disponíveis digitalmente algumas edições no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional[4].

Para tanto, o presente estudo visa analisar a prática do periodismo acadêmico em Olinda, especificamente no jornal *O Olindense*, com vistas ao aprofundamento da compreensão de que as representações só podem ser compreendidas se considerarmos as práticas culturais que as geraram. Nesse sentido, questionamos, inicialmente, como a historiografia brasileira abordou a imprensa periódica? A imprensa brasileira foi estudada muito mais como suporte de representações sociais do que como uma prática cultural. Existem, é verdade, estudos que exploram o periodismo como prática profissional ou literária no século XIX e XX, mas ainda carece de atenção a relação que existiu e existe entre o periodismo e as práticas estudantis.

2 Afirmação de Vianna (1945).

3 Os primeiros cursos de Direito no Brasil são frutos das Reformas Pombalinas nos estudos superiores, isto é, os primeiros passos para a separação entre as questões religiosas e as de Estado. Apesar disso, o processo de separação e autonomia foi lento e gradual, uma vez que por muitos séculos durante a colonização a Igreja Católica era a única e total responsável pelo provimento da instrução no país. Ver Boto (2010); Saviani (2010).

4 Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

Consideramos que as práticas culturais são resultantes de um espaço e tempo comuns entre sujeitos, e no caso aqui estudado, essas relações se desdobram em um ambiente educacional com dinâmicas e desafios próprios, o Curso Jurídico de Olinda, que visou a formação de sujeitos com aptidão para atuar no campo jurídico, administrativo, político, educacional, ou seja, os variados espaços liberais no Brasil oitocentista. Mesmo com essa amplitude de atuação, focaremos aqui no Direito, um campo que prega o discurso da universalidade e objetividade científicas e atua, sobretudo, em linguagem textual escrita, a exemplo do direito originário ou do direito derivado. Dito isto, acreditamos que a prática do Direito no Brasil esteve atravessada pelas concepções de Direito Constitucional português e do Direito Civil alemão, ambos consumidos e praticados dentro do Curso Jurídico de Olinda por professores e estudantes na décadas de 1830-1840. Para entender isso, escolhemos a imprensa periódica estudantil que é um meio privilegiado de investigação sobre o Direito no século XIX.

II

A imprensa periódica no Brasil surgiu nas primeiras décadas do século XIX e até os dias de hoje possui importante papel econômico, político e social na dinâmica interna do país. No entanto, os primeiros estudos sobre os jornais possuíam análises cristalizadas, como as de que esse tipo de fonte estabelecia uma relação fidedigna com o acontecimento ou a trajetória histórica investigada. Mas essa postura não tardou a ser abandonada, especialmente a partir das mudanças de paradigmas da ciência histórica, que privilegiavam o estudo do socioeconômico e não do "ideológico". Para tanto, as primeiras investigações em jornais apostaram no discurso ou, mais especificamente, no conteúdo veiculado nos jornais.

Os estudos de Hélio Vianna, Nelson Werneck Sodré e José Marques de Melo fazem parte de uma geração de estudiosos que aprofundaram os estudos sobre a imprensa no Brasil, saindo da perspectiva limitada do conteúdo e buscando abarcar o processo de construção, como o surgimento, os sujeitos e o contexto em que foram produzidos os periódicos. Essa perspectiva de "totalidade" do estudo sobre a imprensa foi alterada com a noção de que os jornais são também "agentes históricos" e atuam decisivamente nos acontecimentos,

como é o caso dos estudos de Isabel Lustosa, Cecília Helena e Marcelo Basille, que em diálogo com os campos renovados da História Cultural e História Política, situaram o estudo da imprensa a partir das sociabilidades, da circulação de ideias e de escritos, das transformações e das práticas culturais.

Nesse sentido, em mais de dois séculos de estudos sobre a imprensa no Brasil ela foi estudada privilegiadamente como *fonte* de informações acerca de algum evento ou agente histórico, embora ela possa e deva ser estudada como *objeto*, quer dizer, quando o conteúdo e a prática do jornal são colocados como o problema de pesquisa. Nesse estudo, investigamos o primeiro periódico acadêmico do Brasil (*O Olindense)* como uma prática, isto é, uma atividade cultural que envolveu códigos, comportamentos e instituições comuns aos estudantes de Direito na primeira metade do século XIX, gerando as primeiras representações desse campo, antes mesmo da prática nos foros ou atividades especificamente jurídicas.

III

A atividade do periodismo e outras atividades como as associações literárias e políticas movimentaram a cidade de Olinda nas primeiras décadas do século XIX. Esses espaços de leitura e escrita mobilizaram estudantes e professores em torno de temas caros interna e externamente aos cursos de Direito[5], como a prática do escárnio com os novatos; os métodos de aula adotados pelos professores; a adoção de compêndios do curso de Direito de Coimbra; as revoltas populares ocorridas em Pernambuco; etc.

Nas primeiras edições d'*O Olindense*, os irmãos Teixeira reservaram espaço privilegiado para publicar questões importantes ao Curso Jurídico, incluindo a reprodução de Ofícios e Documentos Circulares emitidos pelo diretor Lourenço José Ribeiro. Esse caminho aberto pelos irmãos Teixeira representou duas coisas: (I) a tomada de consciência e a intervenção no processo de ensino-aprendizagem ao qual estavam submetidos, assim como serviu para (II) reproduzir os interesses de alguns professores, especialmente àqueles mais próximos aos editores do jornal.

5 Foram criados dois cursos de Direito no Brasil em 1827 – um em Olinda e o outro em São Paulo. Em ambas as cidades o periodismo foi uma prática presente. Para o caso de São Paulo, ver Adorno (1988).

Para isso, o principal canal de diálogo aberto pelo periódico com o seu público leitor-consumidor foi a coluna "Correspondências", onde os estudantes recebiam cartas contendo interrogações, sugestões e cobranças acerca do dia-a-dia do Curso. Isso movimentou o periódico durante os dois anos de existência, seja em termos financeiros, rendendo mais vendas avulsas ou assinaturas trimestrais; seja em termos de impulso a produção textual, especialmente se considerarmos as condições dessa prática em uma cidade como Olinda, onde não existiam bibliotecas públicas (a prática da escrita era, portanto, vetada aos estudantes pobres) e, naqueles anos só contava com uma livraria e tipografia, a Pinheiro & Cia.

Se as "Correspondências" *d'O Olindense* representou o cotidiano dos estudantes em suas preocupações acadêmicas (avaliações, leituras, disciplinas, professores), por outro lado despertou a atenção (e a leitura) dos professores como Marcos Antônio de Araújo Abreu (disciplina de Economia Política), que questionou uma publicação[6] dos irmãos Teixeira acerca da prática de violação dos Estatutos por alguns professores. Essas cobranças sobre as práticas institucionais também contou com textos que foram publicados somente com pseudônimos como "O Curioso"[7] ou "Um do 2º ano"[8]. Assinando ou não, os correspondentes do jornal contribuíram com a circulação e, consequentemente, a manutenção física e cultural desse produto.

Se considerarmos o periodismo acadêmico pela perspectiva da sociologia histórica das práticas acadêmicas[9] reconheceremos que as atividades da escrita e da leitura são mais do que uma atividade meramente intelectual (ou abstrata), são práticas culturais determinadas pelos condicionantes históricos e materiais da sociedade onde se desenvolveu. Isso quer dizer que a atividade periodista só pode ser compreendida considerando o suporte, os autores, os leitores e as leituras efetivamente feitas a partir do conteúdo que é dado a ler. Para tanto, o ponto de partida dessa análise até pode ser o texto escrito, mas esta não se esgota no texto, sendo necessário avançar em direção aos outros componentes que são construtos e construtores do texto.

6 JORNAL O Olindense, *Curso Jurídico*, nº 9, 31 de maio de 1831.

7 JORNAL O Olindense, *Correspondências*, nº 21, 12 de julho de 1831.

8 JORNAL O Olindense, *Correspondências*, nº 30, 12 de agosto de 1831.

9 Sob a influência de Chartier (1988) em *Por uma sociologia histórica das práticas culturais.*

Por isso, para entendermos as representações do Direito produzidas pelos estudantes de Olinda, é necessário considerar onde elas foram produzidas e em quais condições elas foram praticadas. E para isso é preciso considerar a vivência no Curso Jurídico com seus problemas:

> É imoral este costume porque a liberdade ampla que se tem de acanhar um novato por meio de palavras, o desejo natural do mofador, de querer passar por bom no seu ofício e os esforços para excitar o riso entre os circunstantes, tudo isto dá lugar a ditos célebres, a expressões que se prestam a malignas e desonestas interpretações. Haverá quem neguem que muito padece a moral com tudo isto? Ninguém de certo. É indigno porque este costume (ainda que não o pareça) é baseado sobre a força, a força não pode justificar o mau trato que se dá a outrem, e maltratar o fraco é de certo ação indigna (Jornal *O Olindense*, nº 5, 17 de maio de 1831).

Nessa edição, os estudantes discorrem sobre o "escárnio" praticado pelos veteranos contra os novatos. O engraçado é notar que o autor se manifestava opondo-se ao escárnio, já que ele e os colegas ocupavam o lugar dos "ilustrados", que deveriam representar o domínio das letras e das luzes, dos acordos, da retórica, enfim, do convencimento contra o uso da força e da violência. Portanto, a partir da prática periodista no curso, as disputas se transformavam de disputas físicas para as disputas no plano das idéias, das leituras, dos autores, dos livros. Esse era o ambiente que o Curso Jurídico e, mais do que isso, o Império brasileiro projetava nas instituições recém-criadas, como a Câmara dos Deputados, o Senado, etc. Obviamente que isso não anulou as violências sociais, nem tão pouco aquelas cometidas entre estudantes veteranos e novatos, embora o jornal e prática periodista tenha servido como meio para denunciar esses acontecimentos, bem como reformular a maneira de se relacionar socialmente.

Sobre o escárnio, é necessário apontar que ela faz parte de um conjunto de práticas mais amplas que pertencem aos ritos simbólicos de passagem de um estudante do ensino secundário para o ensino superior, a exemplo do ato

de raspar o cabelo ou a sobrancelha, das festas ou calouradas e do "trote"[10]. Escrever sobre essas práticas construíram alguns conteúdos do periódico *O Olindense*, impondo uma maneira de escrever e, por que não dizer, denunciar o relacionamento entre os estudantes. O que se torna intrigante na escrita dos irmãos Teixeira nessa edição do jornal foi a responsabilidade condicionada aos portugueses pela prática do escárnio, marcando não só uma distância em relação as práticas sociais entre as Academias, como também a maneira de se relacionar com a escrita e com o direito e dever nos espaços públicos.

Mas as denúncias indicadas na coluna "Curso Jurídico" não estavam relacionadas apenas entre os estudantes novatos e veteranos, estenderam-se aos métodos dos professores da instituição:

> Não é lícito ao professor menosprezar o estudante, atacar o seu amor próprio, envergonhá-lo de propósito, nem mesmo supomos que haja o direito de repreender. Em nenhum artigo dos Estatutos achamos essa doutrina. Quanto a certos chascos que se querem adotar para vexar estudantes de que se não gosta, achamos isso ridículo e efeito de má educação (Jornal O Olindense, nº 9, 31 de maio de 1831).

Nessa edição, os estudantes questionavam a metodologia empregada pelos professores, e consequentemente, a hierarquia comumente estabelecida entre professores e alunos, onde professores determinam e os alunos passivamente aderiam. Com a prática do periodismo, os irmãos Teixeira questionavam a lógica estabelecida entre professores-alunos tornando-a de domínio público. Portanto, os autores questionavam os assuntos relacionados ao ensino e a aprendizagem, tirando-os da tutela católica, tomando outros espaços e sendo tomado por outros sujeitos que não os religiosos. Por esse motivo, os estudantes através do periodismo forjavam uma participação na construção das aulas, dos conteúdos e das leituras selecionadas no curso jurídico, que ainda não estava conquistada, mas começava a ser construída nesses espaços.

10 Tentativa de ridicularização e zombaria entre estudantes.

Nesse sentido, as atividades extra curriculares, como o periodismo, ajudaram a construir a consciência estudantil, isto é, fazer com que os estudantes de Direito de Olinda se entendessem e reivindicassem seus interesses na relação assimétrica entre os professores, diretores e comunidade acadêmica em geral. E de maneira mais ampla, construíssem as primeiras representações de Direito no Brasil, embora nem sempre isso correspondesse ao ao enfrentamento de ideias ou à disputa de interesse, já que os periodistas d'*O Olindense* também reproduziram os interesses dos professores e dos diretores, tornando as páginas do jornal um veículo a serviço da Academia e da publicação dos atos oficiais.

Resta-nos questionar se, (I) a publicação desses atos ocorria porque os redatores se identificavam com o planejamento da instituição, abandonando a crítica e o caráter de enfrentamento dos estudantes em relação aos professores dado a relação assimétrica de poder entre eles, ou, (II) se era resultante de uma arregimentação feita por professores e diretores a partir do incômodo gerado pelo periodismo e os conteúdos do jornal. Independentemente do que ocorreu, o fato é que essa prática marcou não só um periodismo informativo, mas, sobretudo, as primeiras representações do que era o Direito e, mais especificamente, o Direito individual em uma sociedade escravista.

IV

A imprensa pode ser considerada uma fonte privilegiada de interesse pelos historiadores(as) para o desenvolvimento de pesquisas. Essa procura, a nosso ver, se deve a dois fatores. O primeiro está relacionado à renovação teórico-metodológica promovida pela História Cultural, que passou a considerar os jornais como *fonte*, isto é, representações e práticas de diferentes grupos sociais. O segundo está na facilidade que se passou a ter com o acesso aos periódicos digitalizados em *sites* ou *blogs* a partir do advento da internet residencial no final dos anos 1990.

O resultado disso foi a multiplicação de estudos com que utilizaram a imprensa como fonte, considerando as dimensões: História da imprensa – o estudo da história da imprensa –; a história por meio da imprensa – o estudo

de um fato histórico a partir de um periódico –; a história nos impressos – o impresso e os sujeitos em torno dele é o objeto da análise (Luca, 2008).

Nesse estudo, investigamos o primeiro periódico acadêmico criado pelos estudantes do Curso Jurídico de Pernambuco, intitulado *O Olindense*, que foi considerado aqui metodologicamente como uma prática cultural de escrita e leitura, transformada em um instrumento político e um veículo de comunicação da comunidade, publicando diversos temas durante a sua curta existência – a situação do Curso, a abdicação de D. Pedro I, as revoltas regenciais, o sistema político e jurídico imperial, entre outros –, contribuindo assim para a renovação dos espaços de discussão e sociabilidades na cidade de Olinda, além dos espaços dos mosteiros e conventos existentes até hoje. Devido o espaço/tempo deste texto, indicamos pequenos trechos da coluna "Curso Jurídico", considerando que nela desenvolveu-se uma prática de escrita e leitura acadêmica pioneira: as primeiras representações do Direito no Brasil a partir do cotidiano da sala de aula, das ações oficiais e dos questionamentos sobre as práticas como o "escárnio". Portanto, o periodismo foi percebido aqui como uma prática ao mesmo tempo "produtor" e "criador" dos cursos e do Direto no Brasil.

Referências

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BASILLE, Marcelo Otávio Neri de Campos. **O império em construção: Projeto de Brasil e ação política na Corte regencial.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 44, p. 282-299, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2ª ed. Trad. Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

JORNAL **O Olindense**. Olinda, 1831-1832. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/olindense/818895. Acesso em: 10 nov. 2023.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência 1822-1823.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. **O disfarce do anonimato.** O debate político através dos folhetos (1820-1822). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1979.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à História da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Interpretando uma fonte histórica da nossa: estudando, catalogando e digitalizando as Revistas Ilustradas "Encontro" e "Montes Claros Em Foco" De Montes Claros-Mg Projeto ICEB MG na Escola Estadual Zeca Guida

José Vinícius Peres Silva[1]

Resumo

Este projeto pretende inserir os alunos da Escola Estadual Zeca Guida de Francisco Sá/MG no mundo da pesquisa de História. Para isso pretendemos problematizar as revistas ilustradas como produto de mídia da região Norte de Minas Gerais. O trabalho está acontecendo sob a orientação do Professor de História da Escola fazendo parte do núcleo de Iniciação Científica na Educação Básica no Estado de Minas Gerais. Como produto desse trabalho os alunos irão catalogar o acervo pessoal dos dois periódicos "Encontro" 1951 a 1952 e "Montes Claros em Foco" de 1952 a 1988, digitalizar e montar um acervo digital público dessas fontes. Após essa etapa, utilizaremos algumas matérias ilustradas e o uso das imagens para problematizar como elas criam representações sobre o "povo" do Norte de Minas Gerais.

Palavras-chave: Revistas Ilustradas; Representações visuais; Ensino de História.

Introdução

O Norte de Minas Gerais faz parte da região de atuação da Sudene desde o ano de 1959, que pretendeu estimular uma política nacional para desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Montes Claros é atualmente a maior cidade constituindo o centro político e econômico da região. Apesar de ser

1 Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor de História da Rede Estadual de Minas Gerais.

parte integrante de uma sub-região do estado de Minas Gerais, a região Norte sempre esteve ligada socialmente e culturalmente com o Nordeste brasileiro. O que justifica essa semelhança foi principalmente os fatores históricos que a partir do século XVII, desenvolveu um povoamento baseado na pecuária do interior do sertão, ao longo das localidades próximas ao Rio São Francisco que era uma extensão das atividades realizadas no interior do sertão baiano (Costa, 1997).

Parte do imaginário[2] que constitui o povo do Norte de Minas Gerais, e por consequência a cidade de Montes Claros conforme, João Batista Figueiredo (1997), são as imagens das tradições culturais específicas da região. A sua ligação com o campo, com a na religiosidade popular, no Congado e nas tradições de Matriz Africana que refletem aspectos sociais diferentes de outras localidades do Estado. Tudo isso constitui uma parte importante na definição de um Homem Sertanejo, ou Norte Mineiro, mas porque essas imagens definem o Sertão do Norte de Minas?

Laurindo Mekie Pereira, no seu trabalho *Em nome da região, a serviço da capital*: o regionalismo político norte mineiro (2007) aponta uma modernização econômica que a região do Norte de Minas Gerais passou no período a partir da década de 1960. Devido a mobilização de políticos da região do Norte de Minas Gerais as diligências regionais tinham tratamento diferenciado e ou privilegiado junto às instâncias estaduais e nacionais do estado de Minas Gerais. Conforme o autor, acontece uma intensificação de políticas públicas para o desenvolvimento da região. Ao identificar essa alteração, Pereira (2007) percebe que em meados da década 1960, o governo do estado de Minas Gerais desempenha políticas diferenciadas para com a região, que tinha a cidade de Montes Claros como principal foco. Mais do que isso, esse tratamento foi preenchido pelo fato de a Sudene aderir a região, pois o órgão foi criado para estabelecer um desenvolvimento do Nordeste do Brasil, porém toda a área do Norte de Minas Gerais também foi contemplada.

A cidade de Montes Claros passava por várias transformações que eram usadas como motor do discurso regionalista criado pela elite política e inte-

2 O termo "imaginário" refere-se a um conjunto de representações, ideias, símbolos e narrativas que fazem parte da cultura de determinado grupo social em um período histórico específico. Essas construções imaginárias são fundamentais para entender não apenas como as pessoas percebiam o mundo ao seu redor, mas também como interpretavam o passado, o presente e o futuro (Pesavento, 2005).

lectual da cidade. De acordo com Laurindo Mekie Pereira (2007) as intensas mobilizações vindas das políticas de progresso do Governo JK como exemplo foi a construção de Brasília, favoreceram para os políticos locais utilizassem deste ambiente para destacar uma modernização associada a um discurso de valorização da região do Norte de Minas Gerais.

É nesse contexto que, o conjunto de práticas que reforçava o regionalismo foi compartilhado pelos mais influentes órgãos da sociedade civil de Montes Claros destacando os intelectuais da sociedade do período, como foi o caso de Jornalistas, Burocratas, Tecnólogos, Professores e Escritores. Foram criadas algumas instituições públicas e privadas que visavam o fortalecimento da cultura regional utilizando do Norte de Minas. Como destaque tivemos a construção da nova Capela do Rosário em Estilo modernista em 1962, criação do Conservatório de Municipal de Música, ambos em 1962, criação do Centro de Estudos Folclóricos, em 1963, grupo de danças Folclóricas Banzé em 1968, Festival Folclórico em 1978 e Centro de Extensão Cultural em 1979.

A partir disso, o discurso político sobre o regionalismo teve na imprensa de Montes Claros uma grande arma de propagação de suas ideias. Essa imprensa conforme Rejane Meireles Amaral Rodrigues (2013) era caracterizada pela influência da linguagem criada pelo setor intelectual da cidade, que, por sua vez, absorvia o discurso de modernidade presente nas elites locais.

Identificamos aqui em nosso contexto um resgate das práticas culturais e tradição do "Homem Norte Mineiro" ou "Homem Sertanejo", pela imprensa e sobretudo nas revistas ilustradas principalmente com o uso da imagem fotográfica na cidade de Montes Claros. Sobre isso, foi nesse contexto que foram criadas as duas primeiras revistas ilustradas da cidade de Montes Claros e portanto da região Norte do Minas Gerais: As revista *Encontro* e *Montes Claros em Foco*.

Tal como Michel de Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel destacou no livro, *A beleza do morto: o conceito de cultura popular* (2011), sobre como a "cultura popular" no exemplo sobre "colportagens" (folhetins de poesia popular) passa ser um elemento resgatado pela elite após de práticas populares serem inferiorizados em relação ao desenvolvimento de um cultura erudita na França do século XIX. Partindo desse exemplo, produzimos nosso problema de pesquisa: Quando os grupos das elites de Montes Claros estão construindo

as representações de um aspecto da cultura do povo, que faziam sentido para eles, como eram a construção, perspectivas e fundamentação dessas imagens?

Desenvolvimento dos trabalhos

Propomos aqui estabelecer uma proposta de pesquisa que pretende problematizar as imagens fotográficas e ilustrativas que aparecem nas matérias das revistas de Ilustradas da cidade de Montes Claros sobre a cultura popular do Norte de Minas Gerais. Estabelecemos na primeira década (1955 a 1965) de circulação da imprensa ilustrada como marco temporal de estudo. É nesse período escolhido que identificamos algumas transformações sociais e econômicas que refletem no aumento da política desenvolvimentista regional que vigora nesse momento associado ao discurso do regionalismo sobre o Norte de Minas Gerais.

A proposta de tese que explora as representações do Norte mineiro nas imagens das revistas ilustradas é uma investigação interdisciplinar que toca em áreas como história, cultura visual, e estudos regionais. Embora eu não tenha detalhes específicos sobre avanços recentes em uma tese particular (já que essas informações dependem de pesquisas em andamento e não são amplamente divulgadas até a sua conclusão), posso oferecer uma visão geral de como tal estudo pode avançar e o que ele pode abordar.

A colaboração entre historiadores, antropólogos, especialistas em estudos culturais e teóricos da arte pode enriquecer a análise, trazendo múltiplas perspectivas para a interpretação das imagens.Essa proposta de tese, portanto, não apenas contribui para a compreensão histórica e cultural do Norte mineiro, mas também para o campo dos estudos visuais e da teoria da imagem, demonstrando como as imagens atuam como poderosos veículos de identidade, memória e narrativa.

Como hipótese para esse trabalho, as imagens presentes nas matérias ilustradas e na fotorreportagens das revistas que serão estudadas apresentavam diferentes representações do povo e da cultura popular que reforçava a o argumento da preservação dos bens imateriais e ao mesmo tempo noticiava o progresso relacionando com a indústria que chegava na região.

Nossa justificativa para a execução desse trabalho é uma compreensão mais aprofundada da história do Norte de Minas Gerais que não foi abordado ainda sobre a perspectiva historiográfica nacional. As fontes que foram propostas neste trabalho, bem como o objeto no qual nos concentramos é uma novidade e não existem outras pesquisas que ainda as contemplaram. Por sua vez, este projeto foi um desdobramento de pesquisa anterior que abordava uma reportagem sobre as representações das religiões de matriz africana na Revista "Encontro" de Montes Claros que foram aqui apresentadas. Ainda, as fontes que serão utilizadas fazem parte do Projeto de Pesquisa da Iniciação Científica da Educação Básica desenvolvida em uma Escola Estadual da rede de Educação do Estado de Minas Gerais com alunos do Ensino Médio que catalogam, digitalizam e analisam todo o material impresso das revistas ilustradas citadas como fonte aqui nesse plano de trabalho.

A criação da imprensa ilustrada no Brasil aconteceu na segunda metade do século XIX, quando no momento existia uma preocupação política de formação de uma identidade nacional dentro de um contexto turbulento de conflitos de nações da América do Sul. De acordo com Angela Cunha da Motta Telles, em *Desenhando a Nação: Revistas Ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas Décadas de 1860-1870* (2010) os conflitos com a guerra do Paraguai despertaram a necessidade de uma construção da identidade nacional que as fotografias, veiculadas nessa nova imprensa, possibilitaram ilustrar os eventos de grande porte que estavam acontecendo ao mesmo tempo que fortalecia a nação Brasileira daquela época.

Com a capacidade de ilustrar os acontecimentos que até então eram apenas descritos nos textos a Imprensa ilustrada ao inserir imagens nos noticiários impressos possibilitou grande mudança jornalística que modificou a forma de dar a notícia, utilizando a fotografia e ilustração como prova daquilo que está sendo veiculado. Para Gisele Freund em *La Fotografía como documento social* (2006), a fotografia trazia para a imprensa a possibilidade de "apresentar os acontecimentos com a velocidade e o detalhamento que os novos tempos exigiam" (p. 45).

Ainda consoante ao seu surgimento, no final do século XIX, o uso da fotografia como elemento construtivo da narrativa das revistas ilustradas trazia temáticas como "a apresentação de lugares distantes, conteúdos sobre a

glamourização da vida luxuosa das elites bem como seções especializadas sobre as celebridades que faziam parte da popularização do Cinema na época" (Freund, 2006, p. 12). Temas como a guerra, fome e miséria que muitas vezes eram noticiados com a ajuda das fotografias que davam primeiro o impacto associado ao texto. A fotografia nas revistas ilustradas assim, seria nesse começo o típico meio de expressão de uma "sociedade tecnológica", aceito por todos os grupos como instrumento capaz de reproduzir a realidade, a capacidade de expressar os desejos e as necessidades dos grupos sociais dominantes ao mesmo tempo que interpretava à sua maneira os acontecimentos da vida em sociedade (Freund, 2006, p. 12).

Um exemplo dos usos da fotografia nos meios impressos está no trabalho de Marta Emisia Barbosa, *Famintos do Ceará* (2004), que problematizou a revista Ilustrada *O Besouro* no final do século XIX. As fotografias de J. A. Corrêa, produzidas como parte de uma reportagem do Jornalista José de Patrocínio, em 1884, enviado pelo jornal Gazeta de notícias, com sede no Rio de Janeiro, apresentavam até então uma realidade nova para os consumidores de revistas ilustradas. As notícias da fome e seca que aconteciam na Província do Ceará, naquele momento juntamente com as imagens de "flagelados" que fugiam do local como retirante contribuíram para a criação de uma "iconografia da fome" com base nas secas do Ceará e do Nordeste do País. A seca no Ceará assim entra no imaginário da população brasileira onde a venda de imagens sobre esse tema tornou-se um mercado lucrativo para a imprensa da época. Inaugurando a ideia de "sensacionalismo fotojornalístico" (Freund, 2006, p. 36).

A partir dos anos 1930, utilizamos aqui como exemplo do uso da Fotografia nas revistas ilustradas o periódico *O Cruzeiro*, uma das publicações mais importantes e influentes no Brasil que, para Jorge Luiz Romanello (2006), desempenhou um papel significativo nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Fundada em 1928, a revista ganhou destaque durante os anos 1940, consolidando-se como um dos principais veículos de comunicação do país. Conforme Catarina Baptista e Karen Abreu (2010), a Revista *O Cruzeiro* era um veículo que se transformou em um verdadeiro fenômeno de vendagem, dando ênfase às grandes reportagens e destaque especial o fotojornalismo. Estima-se que na década de 1950, a marca de 700 mil exemplares por semana.

Utilizando a revista *O Cruzeiro* como objeto de estudo, Ivete Batista da Silva Almeida em *As Faces do Hércules-Quasímodo: Representações do Nordeste e dos Nordestinos Durante a Era Vargas* (2014) estudou como, na década de 1930, a indústria das revistas ilustradas criou outras representações sobre o Nordeste agora na Revista de circulação nacional. Identificando alguns elementos que eram retratados nos conteúdos visuais da revista, como as fotografias, ilustrações e materiais de publicidade, a autora problematizou como foram representadas as populações vindas do Nordeste do Brasil, destacando os imigrantes nordestinos que viviam nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, polo industrial da época. Desta forma, para a autora as representações visuais produzidas a partir da seca e da fome sobre o Nordeste, que se relacionavam com teorias raciais, a partir da Era Vargas (1930-1945), ganha novos elementos discursivos sobre o Nordestino passando para uma política de valorização da mão-de obra do trabalho e trabalhador.

Descrevemos até o momento, como a imagem e sobretudo a fotografia foi um elemento principal para as Revistas Ilustradas. Situamos a partir de agora nossa fonte de pesquisa do presente projeto que são as revistas ilustradas produzidas em Montes Claros/ MG, fazendo parte do circuito do interior e não de circulação nacional como a revista "O Cruzeiro" descrita anteriormente. Aos poucos, seguindo os caminhos já trilhados pelos periódicos de circulação nacional, a imprensa feita nas regiões do interior do Brasil começou a ampliar o uso da imagem não como um complemento da narrativa noticiada de um determinado fato, mas como elemento chave da informação (Barbosa, 2007).

Devido aos avanços tecnológicos oriundos da modernização que a região passou no nesse período, fotografias, ilustrações, litogravuras e outros formatos de imagens foram inseridos na imprensa do Norte de Minas Gerais. Isso foi muito comum em regiões do interior do Brasil que ainda não acompanhavam as mudanças rápidas das grandes capitais e ainda careciam de recursos financeiros para transformar sua imprensa local da mesma forma que grandes veículos nacionais de peso, como as revistas *O Cruzeiro*, mencionada e *Manchete* que já utilizavam a imagem de forma ampla desde o início do século XX (Barbosa, 2007). Nesse sentido, locais como Montes Claros, cidade mais importante da região do Norte de Minas Gerais, distantes da capital do estado, apareceram as pioneiras revistas ilustradas *Encontro* que vigorou de 1962 a 1965 e a *Montes Claros em Foco* de 1956 a 1988.

As páginas das revistas ilustradas de Montes Claros das décadas de 1950 e 1960 evocam uma cidade em clima de "modernidade". As novidades vindas dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, os novos hábitos de consumo, as novas formas de entretenimento urbano, os novos espaços de profissionalização para os artistas e literatos, contrastavam com as contradições advindas do processo de modernização além da exaltação da cultura popular e a tradição do povo do Norte de Minas Gerais, eram objetivos das matérias ilustradas estampadas nestes periódicos.

No editorial da revista *Montes Claros em Foco* de 1960, foi descrito que os objetivos da revista eram "um empreendimento literário e noticioso considerado avançado para a época". Ainda nesse mesmo texto foi descrito que a *Montes Claros em Foco* não é uma revista da cidade de Montes Claros, e nem vemos que isso seria possível. É uma revista de âmbito regional, fruta do Norte". Sendo assim, seu conteúdo exaltava a importância de falar do Norte de Minas Gerais e da cidade de Montes Claros para os seus leitores da região. Destacando assim como um produto de informação próprio regional.

Com relação a revista *Encontro* conforme Juçara de Souza Nassau em *Montes Claros em contexto: a revista encontro e suas imagens publicitárias* (2023) destaca que segundo um de seus criadores, o empresário mineiro Lúcio Márcio Bemquerer, a revista *Encontro* "nasceu do idealismo de alguns amigos que pretendiam impulsionar o desenvolvimento da cidade através da divulgação de notícias de caráter diversificado e que visassem tanto a expansão cultural quanto realizassem críticas à política local".

Descrevendo o depoimento de Lúcio Benquerer, Juçara de Souza Nassau (2023) destacou que estavam à frente na idealização do projeto da Revista *Encontro* na sua produção Konstantin Christoff, médico de formação que atuava como artista plástico e caricaturistas, Waldyr Senna Batista, Jornalista que liderava o periódico *Gazeta do Norte* e Haroldo Lívio, pesquisador da cultura e professor do Ensino Básico. A produção da revista era feita em Belo Horizonte, capital do estado, embora em Montes Claros era mantida para produção das reportagens e funcionava como departamento da administração do periódico.

O responsável pela fotografia da revista *Encontro*, de acordo Juçara de Souza Nassau (2023), era Waldevino Fátimo, que compunha o departamento

fotográfico da revista. Como destacado, suas atividades não estavam ligadas somente à imprensa, mas mantinham diversos trabalhos como fotógrafo na cidade. Por isso, a proximidade de Waldevino Fátimo com diferentes ambientes e grupos sociais, facilitava na produção de matérias e coberturas de eventos que a revista produzia. O trabalho de fotógrafo de Waldevino Fátimo também aparecia na revista *Montes Claros em Foco*, essa circulação por ambientes diversificados, propiciou o seu repertório visual da cidade, produzindo fotografias que eram inseridas na revista.

As revistas ilustradas de Montes Claros estavam inseridas em um ambiente onde a imprensa escrita era uma realidade desde o final do século XIX. Por isso, destacamos a seguir algumas das características da Imprensa de Montes Claros e do Norte de Minas Gerais.

Os primeiros Jornais de Montes Claros começaram sua trajetória no ano de 1884 com o lançamento de seu primeiro periódico, *O correio do Norte*. Esse jornal manteve suas atividades até o ano de 1914, sendo que conforme Rejane Meireles Amaral Rodrigues em *Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade* (2013), nesse período outros jornais foram abertos e fechados e todos tinham ainda como administradores grupos políticos ou fazendeiros da cidade (Rodrigues, 2013, p. 23). Conforme a autora, cada jornal apresentava seu parecer sobre determinado acontecimento e defendia a causa que lhe convinha.

Caracterizado ainda como uma prática manual e não em escala industrial, a imprensa de Montes Claros ainda no início do século XX tinha a cara dos seus idealizadores e ainda mantinha uma "rede de comunicação" entre os jornais locais com a Imprensa oficial da capital mineira Belo Horizonte. Entre o conteúdo tanto do Jornal *Montes Claros* como da *Gazeta do Norte* eram priorizados assuntos regionais bem como temas nacionais e mundiais. Com relação ao conteúdo dessa primeira Imprensa de Montes Claros, Rejane Meireles Amaral Rodrigues (2013) destaca que, quando convinha, ela retrata o Norte de Minas como atrasado, que precisava se modernizar ao mesmo tempo que mostrava o "progresso" chegando à região (Rodrigues, 2013, p. 76). Esse conteúdo não aponta somente a "dicotomia entre o que era sertão e cidade" mas sim "projetos de modernização" que eram veiculados nos jornais daquela época (Rodrigues, 2013, p. 75).

A partir da década de 1920, conforme César Henrique Porto em *Paternalismo, Poder Privado e Violencia: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República* (2002), existiam continuidade nas discussões em torno do "Progresso" como elemento da narrativa dos periódicos da época. Associado ao discurso político presente no Jornal, Cesar Henrique Porto (2002) identifica a vinda da linha de ferro e a recente inauguração da estação de trem "Central do Brasil" em 1926 como um destaque para as mudanças sociais e políticas da região do Norte de Minas Gerais e da cidade de Montes Claros. Os dois periódicos descritos anteriormente, *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, ainda permaneciam e mantinham as mesmas estruturas políticas por trás de sua organização, tal como definida por Porto. Como o campo político da cidade esteve quase sempre dividido entre as duas facções que se antagonizavam, ambas procuravam estruturar-se com o apoio de jornais que não passavam de instrumentos políticos partidários (Porto, 2002, p. 14).

Nosso referencial teórico da proposta de pesquisa se concentra na análise de sobre as representações visuais da Cultura Popular. No que diz respeito ao conceito de "Cultura popular" utilizamos Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* (1980). No entanto, vale notar que Certeau não desenvolveu uma teoria sistemática específica sobre cultura popular, mas suas ideias sobre práticas cotidianas, táticas e estratégias podem ser aplicadas a esse entendimento. No contexto da cultura popular, Certeau sugere que as práticas cotidianas das pessoas comuns desempenham um papel significativo na criação de significado e resistência. Ele argumenta que, mesmo em face de estratégias culturais impostas pelas instituições, as pessoas exercem táticas criativas para reinterpretar, reutilizar e subverter essas estratégias de acordo com suas próprias necessidades e desejos.

Assim, a visão de Certeau sobre a cultura popular destaca a agência das pessoas comuns na produção de significado cultural, apontando para a criatividade e a capacidade de resistência presentes nas práticas cotidianas. Ele destaca a importância das táticas individuais na negociação e na recriação da cultura, sugerindo que a cultura popular é um espaço onde as pessoas exercem sua liberdade e criatividade mesmo em meio às forças sociais dominantes.

Em *A beleza do morto: o conceito de cultura popular* (2011, p. 9), Michel de Certeau, declaram que a "cultura popular pressupõe uma operação difícil de reconhecer". Centrados sobretudo na experiência dos estudos consagrados

à *colportagens* (conhecidos aqui como literatura de cordel), os autores observam como as elites francesas do século XIX procuraram censurar e patrulhar, por meio da concessão de licenças, o conteúdo desses livros. Vistos como contrários à ordem, à moral e à religião, os *colportages* foram perseguidos, retirados de circulação e condenados ao perecimento. Não obstante, tal medida repressiva deu origem à curiosidade científica. As elites intelectuais se interessam em "salvar" os *colportages*. Para tanto, embalsamaram-nos como coisa inofensiva, exótica e em extinção.

Considerações finais

Dentro desta perspectiva, a cultura popular resultou de uma fabricação deliberada das elites: concordava-se em exaltar a inocência e a importância da cultura popular quanto mais se mobilizava para acelerar sua morte. Os autores falam da "beleza do morto" para se referirem à atitude das elites de só atribuírem valor às manifestações da cultura popular quando estas não representam mais perigo, ou seja, estão mortas. A cultura popular, por essa perspectiva, significa uma "sombra", um "fantasma" e um "enigma da Esfinge". Não é de estranhar que este objeto assuma a imagem de uma origem perdida: a ficção de uma realidade a encontrar mantém a marca da ação política que a organizou". Assim "onde estamos, senão no seio da cultura erudita? Ou, se se quiser: a cultura popular existirá fora do ato que a suprime?"

As formas como a cultura popular foi representada nas revistas ilustradas demonstram essa relação de trazer os elementos próprios das práticas populares como parte da construção de um imaginário que compõe o Norte-mineiro como personagem das reportagens desta revista. Para isso, é importante entender que o suporte utilizado para a construção destas representações é sobretudo a imagem e o texto que acompanha as matérias das revistas. Para isso, foi importante entender a relação da imagem, trazendo o conceito de cultura visual, com esse discurso utilizado.

A cultura visual se estrutura no conjunto de imagens em que a sociedade contemporânea está inserida. Com relação ao mundo visual, as representações, percepções, identidades e papeis sociais encontram-se em construção, tendo por substrato as imagens que são produzidas e ressignificadas, e circulam por diferentes espaços e em diferentes suportes.

Referências

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **As faces do Hércules-quasímodo:** representações do nordeste e dos nordestinos durante a era Vargas. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2014.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BATISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. **A história das revistas no Brasil:** Um olhar sobre o segmentado mercado editorial. Boc.ubi 2010. unisinos/unisul-br.

BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. de. A beleza do morto. *In:* CERTEAU, M. de. **A cultura no plural.** Campinas: Papirus, 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. *In:* SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas:** considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, p. 77-97, 1997.

FELICI, J. M. Propuesta de modelo de análisis de la imagen fotográfica descripción de conceptos contemplados. *In:* **I Congreso de Teoría y Técnica de los Medios Audiovisuales, dedicado en esta edición a "El análisis de la imagen fotográfica", celebrado en Castellónlos días 13**, 14 y 15 de octubre de 2004.

GOMES, Salatiel Ribeiro. Vaqueiros e Cantadores: A desafricanizada cantoria sertaneja de Luís da Câmara Cascudo. **Padê**, Brasília, v. 2, n. 1, 2008.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In:* JODELET, D. (Org.). **As Representações sociais** Rio de Janeiro: Eduerj, p. 17-44, 2002.

LE GOFF, Jacques, **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão -Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEONARDI, V. **Entre árvores e esquecimentos:** história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LINDER, Sophie Van der. **Para Ler O Livro Ilustrado**. Cosac &Naify; Edição: 1ª (28 de março de 2011).

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. Imagem, História e Ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma História Visual. *In:* MARINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs). **O Imaginário e o poético nas Ciências Sociais.** Bauru: Edusc, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PEREIRA, Laurindo Mékie, **Em nome da região, a serviço da capital:** o regionalismo político norte mineiro. Tese de doutorado do programa de pós-graduação em História Econômica. USP, São Paulo. 2007.

PORTO, César Henrique de Queiroz, **Paternalismo, Poder Privado e Violência:** O campo político norte mineiro durante a Primeira República. Dissertação de Mestrado do programa de pós graduação em História da UFMG. Belo Horizonte. 2002.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em Disputa:** Transformando Modos de Vida no Sertão e na Cidade. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

ROMANELLO, Jorge Luiz. **A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro:** paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista 1954-1961. 2006. 251 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente, Companhia de Bolso, p. 41-83, 2007.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. A virada e a imagem: história teóricado pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, p. 1-51. e08, São Paulo, v. 27, ed. e08, p. 1-51, 29/04 2019.

SCHWARTZ, Joan M.; RYAN, James. **Picturingplace:** photography and the geographical imagination. London/New York: I.B.Tauris. 2006.

SILVEIRA E MOREIRA, Yvonne de Oliveira e Maria José Colares. **Montes Claros de Ontem de Hoje.** Publicação da Academia Montesclarense de Letras. 1995.

TELLES, Angela Cunha da Motta. **Desenhando a nação:** revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: Funag, 2012.

Comunidades tradicionais, patrimônio e turismo: o caso da Ilha Do Mel (PR)

Cassiana Sare Maciel[1]

Resumo

Este trabalho busca demonstrar os entrelaçamentos entre patrimônio cultural, patrimônio ambiental, turismo e urbanização da Ilha do Mel (PR) entre as décadas de 1960 a 2000. Território amplo caracterizado por duas porções de terra ligadas por um istmo, a ilha é hoje um ponto integrante do roteiro turístico paranaense e ao mesmo tempo abriga três diferentes tipos de legislação ambiental que limitam o uso do espaço. Ao longo da pesquisa, cuja principal base documental foi o periódico Diário do Paraná (1955-1983), foi possível concluir que a instalação de infraestrutura turística se deu simultaneamente às legislações de restrição sobre o uso do solo durante a ditadura civil-militar brasileira. Essas, por sua vez, afetaram diretamente os moradores nativos da ilha, cuja exploração agrícola de subsistência foi proibida enquanto eles foram deslocados de seus territórios originais em benefício da criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel. Nesse processo, a noção de patrimônio cultural foi fundamental para lançar as bases da "indústria sem chaminés" paranaense e, ao mesmo tempo, das políticas públicas voltadas à natureza a âmbito nacional. Ao contrário do que parece, turismo, proteção ambiental e patrimônio foram convergentes nesse processo. Com o decreto estadual que estabeleceu a Estação Ecológica e a subsequente instalação de infraestrutura turística há décadas planejada, os moradores nativos da Ilha do Mel se organizaram em torno das atividades de veraneio e visitas externas, distribuindo-se entre si conforme a demanda. A categoria de patrimônio cultural surgiu de maneira exógena, em contexto de valorização do que se entendia por cultura popular na década de 1970. As investigações dividiram-se metodologicamente em catalogação, leitura e análises de três tipologias de fonte: legislações ambientais brasileiras, sobretudo ao longo do século XX, ocorrências sobre o termo "Ilha do Mel" nas páginas do Diário do Paraná e testemunhos filtrados dos moradores nativos em trabalhos acadêmicos. Para

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

o exame estrutural do processo que envolveu a Ilha do Mel e se estendeu nacionalmente, foram aplicadas as discussões de Antônio Carlos Diegues sobre o "mito moderno da natureza intocada" e de Cristina Adams, que parte deste e tensiona a categoria de comunidade tradicional empregada pelo autor. Ao fim da pesquisa, constatou-se a ausência da consideração dos moradores em todos os processos envolvendo seu território e sua cultura. Recentemente organizados em torno da identidade caiçara e das noções de patrimônio cultural envolvendo suas práticas – por exemplo, a pesca da tainha –, os moradores nativos têm tensionado as relações historicamente demonstradas pela reivindicação de autonomia na organização da infraestrutura de turismo e da determinação de territórios, cujas decisões não devem excluí-los.

Palavras-chave: História do Paraná; Ilha do Mel; Patrimônio; Turismo; Identidade caiçara.

Introdução

A noção moderna da existência de um paraíso a ser aproveitado como contraponto à realidade urbana exclui do imaginário o processo de urbanização pelo qual passam esses espaços idealizados quando entram em contato com as necessidades turísticas. O bucolismo que alimenta esse contato, do ponto de vista dos viajantes, tende a produzir um congelamento imaginário do tempo que se atribui ao destino, frequentemente entendido como preservado e, no limite, intocado. Esta é parte da premissa do *mito moderno da natureza intocada*, conceito de Diegues (2008) mobilizado neste trabalho.

Essas relações se verificaram em estudo acerca da Ilha do Mel, frequentemente referida como "paraíso paranaense". Com duas porções de terra ligadas por um istmo, a Ilha do Mel é dividida em comunidades e a partir das definições de proteção ambiental. Sua maior parcela, mais ao norte, concentra a Estação Ecológica, cuja costa extrema a noroeste abriga a hoje pequena (outrora de maior densidade populacional) comunidade de Ponta Oeste, acessível apenas por via marítima. Na outra extremidade do território, ao sul, ficam as comunidades de Nova Brasília e Encantadas (ou Prainhas, nas referências mais anteriores), separadas por outra modalidade de proteção ambiental, o Parque Estadual.

Figura 1 - Mapa do terreno da Ilha do Mel

Fonte: *Google Maps*.

Justamente por sua posição estratégica de entrada da baía de Paranaguá, a ilha foi espaço de atenção das administrações colonial e imperial do Brasil. Durante a primeira, foi construída a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, fortificação usada inclusive para a Segunda Guerra Mundial. Já ao longo do Império, foi construído um farol para iluminar a navegação da movimentada baía, o Farol das Conchas. Ambas as construções são hoje patrimônio histórico protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A ilha paranaense passou por urbanização a partir do interesse turístico e instalação de infraestrutura para tal durante as décadas entre 1960 e 1980. Ao longo deste processo, foi possível perceber crescente entrelaçamento e mobilização das categorias de turismo e patrimônio, tendo este último variado entre arquitetônico, ambiental e cultural, em ordem de aparecimento mais acentuado nas fontes. Essas, por sua vez, referem-se às ocorrências pelo termo "Ilha do Mel" nas páginas do Diário do Paraná, periódico ativo de 1955 a 1983, presentes em 568 publicações. Junto do exame das pressões e pautas publicizadas sobre a ilha, também foi desenvolvida pesquisa sobre o espaço através de levantamento bibliográfico e contato com vozes filtradas de seus moradores nativos, ouvidos em diferentes contextos. Por fim, também foi mobilizado um estudo sobre a história das políticas públicas destinadas à natureza. Essa articulação é relativa a estudo monográfico (Maciel, 2023), do qual o presente artigo é um desdobramento. À diferença do foco de interesse anterior, relativo aos interesses que motivaram a definição da Estação Eco-

lógica da Ilha do Mel em 1982, neste artigo será focalizada a problemática patrimonial que apareceu ao longo das análises.

Assim, o problema desta investigação é outro: explorar o papel dos patrimônios no processo de urbanização a partir do turismo na Ilha do Mel, deixando de fora a década de 1950 da análise do periódico. Para tal, são mobilizadas como apoio metodológico as obras de Capelato (1988) e Luca (2008). Ao longo da pesquisa com esses documentos, foi possível concluir que a instalação de infraestrutura turística se deu simultaneamente às legislações de restrição sobre o uso e ocupação de territórios durante a ditadura brasileira. Essas definições afetaram diretamente os moradores nativos da ilha, cuja exploração agrícola de subsistência foi proibida enquanto também foram promovidos processos de desapropriação dessas pessoas em benefício da Estação Ecológica da Ilha do Mel, definição para a qual foi fundamental a noção de patrimônio.

Para apoio conceitual nesse sentido, ocupam destacado espaço as contribuições sobre patrimônio de Zanirato (2018) e Juliano (2020). Os processos de urbanização decorrentes do alavancamento da indústria do turismo nas páginas do jornal, são compreendidos a partir de Adams (2000). Por fim, as comunidades tradicionais são pensadas a partir do tensionamento entre Diegues (2008) e Adams (2000).

Examinada a instrínseca relação entre a "indústria sem chaminés", como era chamado o turismo no jornal, o patrimônio e as comunidades tradicionais na Ilha do Mel, este artigo parte de análises de fontes periódicas do fim do século XX para propor reflexões sobre os desdobramentos dessa história recente no presente.

O Diário do Paraná

A imprensa configura uma força política. É o que nos aponta Capelato (1988, p. 13), quando chama a atenção para a importância dos discursos veiculados em um jornal demonstrarem os interesses e ideias de grupos vinculados a ele. Nesse sentido, também argumenta Luca (2008, p. 140), que enfatiza a natureza coletiva de jornais e revistas, cujos integrantes e discursos

devem ser analisados mediante sua composição e ligação com poderes e interesses financeiros.

Periódico apelidado de "Jornal da Família Paranaense" (Côrtes, 2000, p. 28), o Diário do Paraná repercutiu assuntos de interesse para a elite curitibana e era parte dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. A ligação com a figura destacada de "Chatô" insere o jornal na representação de interesses liberais dos associados, que embora não fossem obrigados a seguir nenhuma cartilha ou viés unilateral, compunham um quadro de "porta-vozes da burguesia que via na associação com o capital estrangeiro a sua grande perspectiva" (Ribeiro, 2000, p. 76). A nível individual, ainda, é relevante compreender o periódico a partir dos interesses econômicos que o patrocinaram. Segundo Côrtes (2000, p. 14), mais de 40% dos acionistas na fundação do jornal eram cafeicultores paranaenses, personagens que viram na fundação do DP uma oportunidade de defesa dos seus interesses. Para além da indústria cafeeira, as publicidades vinculadas também demonstram ligação com outras em desenvolvimento à época: madeireira, mobiliária, automobilística e turística.

Trata-se, portanto, de um periódico de elite, sustentado por diversos interesses econômicos. Assim, também faz sentido observar as menções à Ilha do Mel pela associação entre assuntos que as motivaram. De uma média de 15 edições mencionando o espaço antes de 1970, a década de efetivação do projeto turístico, a nível nacional e estadual, contou com expressividade maior a partir de sua segunda metade, com 30 menções. A explosão de menções, no entanto, ocorreu nos anos de 1980 e 1981, com média de 65 edições mencionando a ilha.

É notável o aumento das menções ao potencial do turismo pensando a Ilha do Mel através do Diário do Paraná. Essa dimensão convive, inclusive, com apoio à ditadura, em editorial no dia seguinte ao da publicação de notícia em comemoração de obras personalizadas na figura do então ministro dos transportes Mário Andreazza, chamado pelo jornal por "aceno do progresso". Tratava-se de promessas de abertura de estradas e do porto de Paranaguá, aliado ao alargamento do canal para comportar embarcações maiores. Em editorial, a equipe do DP opina: "trata-se de compromissos do governo federal, que em outros tempos poderiam ser subestimados como simples promessas, mas que no regime atual são realmente compromissos de execução certa" (Diário do Paraná, 1969b).

Com cada vez mais destaque posicional e imagens anexadas, as menções à ilha variavam de teor ao longo dos anos. De pressões por melhores condições de viagem e aproveitamento do espaço ainda no terreno da insatisfação, as menções passaram por reivindicações mais pragmáticas já concomitantes à sedimentação da posição da ilha enquanto representante do turismo paranaense na década de 1970. Essa, especialmente, viu explodir as associações entre patrimônios e turismo. Já na explosão de referências nos anos iniciais da década seguinte, o conceito de patrimônio exerceu papel fundamental na pressão pelo aforamento do espaço, então propriedade da União, ao estado do Paraná. Nesse contexto, o periódico que embora outrora celebrasse investimentos privados, ecoava preocupações com a segurança nacional diante de acordo pela exploração privada do espaço por empreendimento internacional de turismo de luxo.

A "indústria sem chaminés", patrimonialização, comunidades tradicionais e urbanização

A "indústria sem chaminés" é a referência a que fez o Diário do Paraná acerca da implantação do turismo enquanto indústria na década de 1960. Projeto nacional ligado à ditadura, a sedimentação turística como empreendimento se deu sobre as bases nacionais-desenvolvimentistas que orientaram as políticas do regime.

Ao longo da primeira metade da década de 1960, o Paraná teve no governo uma figura que ecoava essas pautas desenvolvimentistas sobre o estado, justificando uma esfera de influência que excede seus muitos mandatos em diferentes esferas políticas. Governador (1961-1965; 1979-1982), prefeito (1954-1958), senador (1968-1974), deputado (1958-1961) e ministro da Agricultura (1965-1966) e Educação (1974-1978), Ney Aminthas de Barros Braga representa uma figura-chave da política paranaense, comumente associada à modernização e inovação do estado. Com uma política marcada por investimento econômico de tom cepalino aliada à ideologia paranista (Doustdar, 2010), Ney Braga representava o ideal de um capitalismo brasileiro focado na modernização. Essa, por sua vez, estava aliada às diferentes indústrias.

Sob essas influências, nessa década, ainda, o jornal defendia a projeção nacional da Ilha do Mel, chegando a republicar matéria da Folha de São Paulo sob o título "Paraná Será um dos Grandes Beneficiados Com a Construção da 'Estrada do Turismo'" (Diário do Paraná, 1961b). No mesmo ano, por outro lado, empregava discurso de superioridade sobre os pescadores, culpando-os pelo aumento dos preços do peixe nos mercados urbanos. A publicação definia seus métodos de pesca como "processos mais rudimentares" e defendia como solução "aparelhar convenientemente a escola de pescadores da Ilha das Cobras" (Diário do Paraná, 1961a).

O fim da década, por sua vez, já foi terreno para apelos à patrimonialização. A valorização das construções históricas (Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres e Farol das Conchas) já aparecia desde as primeiras menções ainda na década de 1950, mas sem articular a noção de patrimônio. Esta era mobilizada a partir do binômio preservação/turismo, cristalizado em notícia sobre iniciativas de pesquisa, musealização e patrimonialização: "pela finalidade de preservar as riquezas naturais do Paraná para a sua posterior ocupação agrícola, aproveitamento turístico e conservação histórica" (Diário do Paraná, 1969a). Nesse contexto, a aparição da Ilha do Mel foi cada vez mais crescente na seção destinada ao turismo do DP, sustentada sua posição pelas "belas paisagens" e edificações históricas (Diário do Paraná, 1969c), essas últimas sendo o maior foco das fotografias veiculadas nas páginas, presentes inclusive em contexto mais amplo sobre o Paraná.

Em contexto de desdobramento de políticas nacional e estadual sobre o turismo – criação recente da Embratur (1966) e da Paranatur (1969) – a década de 1970 esteve ligada à concretude da desejada "indústria sem chaminés", com mobilizações estaduais para iniciar estudo "para dotar a Ilha do Mel de requisitos que possam torná-la em um dos principais atrativos turísticos do Estado" (Diário do Paraná, 1970a). Gradualmente, houve maior relevância dos assuntos associados à ilha, com as pressões pelo investimento localizadas nas últimas páginas dando lugar a celebrações em torno de iniciativas desenvolvimentistas nas primeiras. Assim, no primeiro editorial da década tem esse como assunto principal, celebrando a relevância do espaço e a possibilidade de parceria com a iniciativa privada para a exploração do "potencial econômico dêsse pitoresco recanto (Diário do Paraná, 1970b). Para a opinião do jornal, naquele momento o patrimônio era entrave ao "aproveitamento do inegável

potencial turístico" do espaço, uma vez que impedia "as obras e adaptações para sua utilização dentro da 'indústria sem chaminés', obviamente também através da iniciativa particular" (Diário do Paraná, 1971).

Ainda celebrando a parceria público-privada, em 1972, ocorria a primeira repercussão de plano de ocupação da ilha, elaborado pelo arquiteto Rubens Meister. A redação celebrou o documento, destacando a preservação do patrimônio natural aliada à exploração turística. As ambições de Meister foram celebradas por querer o arquiteto a produção de uma "anti-urbs", evocando todo o paradigma de pensamento sobre uma natureza intocada a servir de escape da vida urbana: "Será 'uma ilha que oferece sossego para os que necessitam de recuperação. Oferece cultura e recreação para os que pretendem mudar o ritmo de vida. Oferece, de modo permanente a beleza, a atmosfera natural de um mundo que está em processo de destruição'" (Diário do Paraná, 1972).

Ainda assim, esse plano previa, segundo Harder (2014, p. 26), zoneamento residencial a partir de classes sociais: entre A, B e C, os moradores nativos seriam destinados à última zona. O mesmo plano ainda estabelecia áreas de parques turísticos com atrações aquáticas, lojas típicas, restaurantes e comercialização de suvenires culturais. No entanto, na mesma esteira de exibições, aparecem os moradores e sua "vida primitiva", em consonância com as menções anteriores de tutela e desejo de modernização sobre aquelas pessoas, bem como tons de passado dotado de valor cultural. Não a toa, é nesse contexto que a menção a patrimônio cultural apareceu atrelada aos moradores em notícia veiculando o interesse pelo Fandango, com preocupação com seu desaparecimento (Diário do Paraná, 1973). Na mesma década, os moradores aparecem com tom tutelar e como parte de uma *natureza selvagem*: "Os poucos pescadores ali residentes contam estórias fantásticas e apresentam a inocência das pessoas que desconhecem o mundo além do limite da sua ilha. É um passeio para quem ama a natureza selvagem" (Diário do Paraná, 1979). Nesse contexto, eram 864 moradores no espaço, que não contava com saneamento básico. O abastecimento de água potável foi projeto comemorado sem considerá-los; pelo contrário, a evidência foi sobre as condições de atração turística (Diário do Paraná, 1974).

Sob constante atenção, cresciam junto das menções de celebração ao turismo aquelas preocupadas com o patrimônio natural, em pressão por criação de "Parque e Reserva Biológica da Ilha do Mel", referenciado o espaço como "patrimônio de todos os brasileiros", a ser protegido de violações (Diário do Paraná, 1975a). No entanto, as referências apareciam junto da ideia de "reservas turísticas", demonstrando a instrínseca relação entre a preservação e o aproveitamento turístico.

As associações entre turismo, patrimônio e preservação se fortaleceram ainda mais com a elaboração de legislação preventiva pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHA) do Paraná "para evitar sua [da Ilha do Mel] ocupação indiscriminada" (Diário do Paraná, 1975b). Ao mesmo tempo: "o tombamento da Ilha [...] poderá incentivar o turismo na região, conservando sua beleza natural e aumentando as opções turísticas no Estado, com a exploração turística da Ilha do Mel" (idem). Inscrita no Livro Tombo do IPHAPR, a ilha teve em seu processo de tombamento o texto:

> O tombamento tem a finalidade de proteger a flora, fauna e os sambaquis. E pela forma notável com que foi dotada pela natureza os seus pontos característicos, môrros, enseadas, e praias. Toda a nova construção de *infra-estrutura turística,* só poderá ser construída, depois de aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (Harder, 2015, p. 173, destaque ausente no original).

Considerando o texto acima, a inscrição seguiu as motivações de interesse patrimonial conforme o padrão de tombamento, mas considerou a existência de interesses turísticos sobre o espaço. Ou seja, a patrimonialização da Ilha do Mel esteve diretamente ligada às discussões sobre o turismo e ocupação que se intensificaram após a concretização de documentos que acenaram nesse sentido, os planos de ocupação e projeto de lei.

As próximas menções comemoravam a inscrição pelo potencial de melhorar as condições turísticas, bem como o primitivismo foi também evocado. Nas ocorrências, ainda havia tom identitário de afirmação da necesidade de salvaguarda do "caboclo", como eram referidos os moradores da ilha, cujos modos de vida deveriam ser preservados quase como um exemplar da história.

O aparecimento cada vez maior desses discursos, em contraposição aos constantes apelos arquitetônicos, encontra ressonância na história sobre os debates patrimoniais no Brasil. Ao contrário das políticas que orientaram a criação do SPHAN em 1936, quando receberam mais atenção as construções e as artes eruditas, foi a partir da década de 1970 que se começou a discutir sobre o patrimônio cultural atrelado ao popular (Fonseca, 1997, p. 125). Ainda assim, permaneceu a noção de identidade nacional. Acompanhando a mudança de foco, a atenção sobre fatos excepcionais centrada na elite foi deslocada à singularidade popular. É a partir dessa mudança que podemos compreender as matrizes que influenciaram os discursos em relação aos moradores da Ilha do Mel, cujo "primitivismo" ganha tons de valorização. Além disso, a ideia de cultura popular exerceu, durante o regime militar, importante papel sobre o planejamento econômico e desenvolvimentismo militar (Fonseca, 1997, p. 151). O papel do tombamento, nesse sentido, está sendo considerado apenas em sua dimensão atribuída, isto é, com origem em instituições atreladas ao poder estatal. A consideração de ações coletivas em prol da patrimonialização recebe, portanto, outra gama de interpretações ligadas não mais à identidade produzida, mas à identificação (Zanirato, 2018, p. 22). Ainda sob essa perspectiva de bens outorgados, outro marco institucional importante ocorreu na década de 1970. Em 1972, essa mudança sobre o patrimônio foi sistematizada em discussão, via Unesco, no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial. Segundo Zanirato (2018, p. 17), durante o encontro foi destacada a importância da integração do patrimônio à vida coletiva. No ano da Conferência de Estocolmo, junto das "obras do homem" (idem), houve a preocupação com a salvaguarda dos bens naturais, orientada por sua escassez e imprescindibilidade para espécies animais e vegetais sob ameaça de extinção (idem).

No entanto, as associações entre patrimônio, paisagens naturais e turismo são anteriores a essa década. Segundo Juliano (2020, p. 97), foi após a Segunda Guerra Mundial que o turismo teve seu papel tutelar consolidado em relação ao patrimônio natural e cultural. Destacando a notabilidade das belezas naturais, já se fazia presente o movimento de atrelar a atratividade turística aos patrimônios. Nas páginas do Diário do Paraná, vê-se o mesmo movimento, ao passo que diante da crescente atenção turística também se argumentou em favor da patrimonialização. Juliano (2020, p. 98) ainda chama a atenção

para o caráter ambíguo de sentidos do turismo, entre individuais e coletivos, argumentando que se por um lado ele pode romper com o cânone dos patrimônios consagrados, gerando a ativação patrimonial e servindo a pautas de grupos sociais, por outro, pode limitar os sentidos da palavra patrimônio a cenários particulares se atrelado exclusivamente à dimensão comercial.

A partir da patrimonialização, já foram noticiados conflitos sobre os terrenos da ilha. Além de referências a espancamentos, o jornal descreveu o que chamou de conflito entre o Serviço de Patrimônio da União e "posseiros", como eram chamados os moradores dos territórios – já em processo de desapropriação (Diário do Paraná, 1980a).

Embora tenha sido comemorado quando anunciado em 1975 (Diário do Paraná, 1975c), o projeto de parceria público-privada com o empreendimento WARD na figura do arquiteto Ayrton Lolô Cornelsen representou uma mudança paradigmática ao jornal com orientações liberais. Foi a notícia de maior concretização sobre aforamento destinado ao turismo de luxo nos moldes de Açores e Algarve que motivou o aumento vertiginoso nas menções à ilha (Maciel, 2023, p. 106-125). A crescente veiculação de manifestações de oposição ao projeto de "Loloville" gerou a alcunha de "questão da Ilha do Mel" (Diário do Paraná, 1980b). Em reação aos interesses internacionais na figura de ameaça estrangeira, a ecologia, o patrimônio e o próprio turismo entraram na equação de defesa da Ilha do Mel enquanto espaço público de necessária salvaguarda. Em pouquíssimo tempo, após intensa pressão que mobilizou parlamentares, empresários e sociedade civil, a Ilha do Mel teve seu pedido de aforamento ao estado do Paraná encaminhado à União.

Enquanto transcorria o imbróglio de interesses, a população da Ilha do Mel permaneceu ausente dos processos de tomada de decisão, com referências tutelares sobre si. Embora a infraestrutura turística tenha gradualmente se desenvolvido ao longo dos anos anteriores, é notório que sua existência, bem como as mudanças organizacionais que promovem em uma comunidade são transformações de impacto considerável. É o que aponta Adams (2000, p. 151) ao abordar as mudanças de urbanização acelerada com a chegada do turismo sobre territórios das populações caiçaras no litoral. Ademais das mudanças acentuadas na paisagem que não foram tão verificadas na Ilha do Mel pelas proteções ambientais que acompanharam seu estabelecimento enquanto destino ecológi-

co, os processos verificados em outros contextos apontados pela autora foram também observados para este. Além disso, com as definições ambientais, houve a proibição do roçado, com violentos processos de proibição que envolveram, inclusive, o corte deliberado de pés de café cuidados há gerações pelos moradores da comunidade de Ponta Oeste (Harder; Freitas, 2015, p. 146). Essa que era a outrora mais populosa região da ilha (IAP, 2012 p. 296) teve acentuado processo de desterritorialização de seus moradores, que em 2011 somavam 25 homens e mulheres (Harder; Freitas, 2015, p. 238). Ainda, devem ser consideradas as mudanças relativas à fauna marinha provocadas por obras voltadas ao turismo. Para uma população que tem na pesca atividade cultural e econômica importante, isso se faz mais importante ainda.

Essas mudanças decorrentes de urbanização são o argumento de Adams (2000) contra o que ela aponta como visão antropocêntrica na abordagem da relação das comunidades tradicionais com a natureza. Ao passo que Diegues (2008) defende sua relação de pertencimento e, portanto, manejo benéfico dos recursos, a autora sublinha que as mudanças provocadas podem relativizar o entendimento pela alcunha "tradicional".

No entanto, diante do campo de forças em que os moradores da Ilha do Mel se encontram, em desvantagem perante o Estado, é imprescindível que se reconheça a soberania de sua reivindicação sobre si no que diz respeito à identificação enquanto comunidades tradicionais. Categoria útil para reivindicação política no presente, ela não deve depender do que antropologicamente se atribui a essas comunidades. Por sua história e organização social e amparados juridicamente para tal, os "caiçaras" são entendidos e legitimados como povos tradicionais à âmbito estatal. Sobretudo, mais importante ainda para essa legitimação do que qualquer categoria exógena, deve ser o reconhecimento de sua memória.

Conclusão

Diante da exposição acima, é evidente que houve um processo de urbanização que acompanhou a instalação de infra-estrutura turística na Ilha do Mel. Embora a tentativa de planejamento que escanteava as populações via proposta de Meister não lograra, o resultado foi um processo de organização territorial fruto de violências diversas com os moradores nativos. Percebidos

de maneira estereotipada, conforme foi possível notar através das páginas do Diário do Paraná, eles foram desterritorializados e se reorganizaram diante das definições legislativas ambientais sobre o espaço. Essas, por sua vez, também tiveram sua intrínseca relação com o turismo. A própria estrutura de saneamento básico foi mobilizada através do interesse de aproveitamento turístico, indústria em ascensão no período de análise.

Ao longo das ocorrências, foi também notória a mobilização do conceito de patrimônio para o amálgama de interesses entre preservação ambiental, cultural e turismo. Foi ela que, com tons nacionalistas, representou a mudança de posição estabelecida no jornal e ecoou a pressão política pelo aforamento da Ilha do Mel diante de interesses internacionais percebidos como ameaça. O patrimônio também serviu à pressão, nas décadas anteriores, pelo aproveitamento turístico do espaço. Foram, portanto, processos exógenos de atribuição do conceito para interesses comerciais e políticos.

Por isso, é importante recuperar a mesma chave de entendimento de Juliano (2020), supracitada acerca do turismo. Não se trata de definir o patrimônio enquanto algo negativo, mas de reconhecer a importância de ser mobilizado socialmente – neste caso, pelos moradores nativos da Ilha do Mel, inclusive com respeito a sua memória.

À diferença do que transcorreu nos anos examinados, é imprescindível que sejam valorizadas e ecoadas as vozes daqueles e daquelas cuja participação nos processos de seu interesse lhes foi negada historicamente. Junto da identidade caiçara e de comunidade tradicional mobilizada para força de disputas que se desdobram no presente, o patrimônio pode constituir ferramenta importante de reivindicação de sua história e de seus direitos.

Fontes

Agressão à Ilha do Mel. **Diário do Paraná,** Curitiba, 20 maio 1980. Editoriais, caderno 1, p. 4.

Ecologia na AL. **Diário do Paraná,** Curitiba, 13 jun. 1980. Caderno 1, p. 3.

Estado não tem Cr$ 30 Milhões Para por fim à Exportação do Pescado. **Diário do Paraná,** Curitiba, 29 nov. 1961. Caderno 1, p. 6.

Ilha do Mel. **Diário do Paraná,** Curitiba, 16 jun. 1970. Caderno 1, p. 4.

Ilha do Mel. **Diário do Paraná,** Curitiba, 28 jun. 1970. Nossa opinião, caderno 1, p. 2.

Ilha do Mel. **Diário do Paraná,** Curitiba, 14 fev. 1971. Nossa opinião, caderno 1, p. 2.

Ilha do Mel. **Diário do Paraná,** Curitiba, 4 out. 1972. Nossa opinião, caderno 1, p. 2.

Agora, a Ilha do Mel possui água potável. **Diário do Paraná,** Curitiba, 7 nov. 1974. Interior, caderno 2, p. 8.

Ilha do Mel. **Diário do Paraná,** Curitiba, 3 mar. 1979. Passeios, caderno 2, p. 3.

Ilha do Mel. **Diário do Paraná**, Curitiba, 10 abr. 1975. Polinotas, caderno 1, p. 3.

Ilha do Mel terá legislação própria. **Diário do Paraná,** Curitiba, 6 mai. 1975. Caderno 2, p. 1.

IAP; STCP Engenharia de Projetos Ltda. **Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel**. Produto intermediário. Curitiba, PR. Jan. 2012. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/pe_ilha_mel_anexo_4_03.pdf. Acesso em 15 out. 2023.

Museu do Mate no Paraná Logo Será Realidade. **Diário do Paraná,** Curitiba, 15 mar. 1969. Caderno 2, p. 6.

Nosso belo litoral. **Diário do Paraná,** Curitiba, 23 out. 1969. DP turismo, caderno 2, p. 5.

Paraná Será um Dos Grandes Beneficiados Com a Construção da "Estrada do Turismo". **Diário do Paraná**, Curitiba, 23 dez. 1961. Caderno 2, p. 2.

Paranaguá. **Diário do Paraná,** Curitiba, 27 mar. 1969. Nossa opinião, caderno 1, p. 2.

PERON, D. Fandango na festa de Bento Cego. **Diário do Paraná,** Curitiba, 3 abr. 1973. Dp especial, caderno 1, p. 8.

US$ 500 milhões em complexo turístico no PR. **Diário do Paraná,** Curitiba, 17 out. 1975. Economia, caderno 1, p. 6.

Referências

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, v. 43, nº 1. São Paulo, USP, p. 145-182, 2000.

CÔRTES, C. D. **O Diário do Paraná na Imprensa e na Sociedade Paranaenses**. Curitiba, ed. Do autor, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, Nupaub - USP/CEC, 2000.

DOUSTDAR, N. M. **O paranismo atualizado:** a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga. 2010. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ\Minc-IPHAN, 1997.

HARDER, E. **A Constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial**. 183 f. Tese (Doutorado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

HARDER, E.; FREITAS, A. E. C. Envelhecer na invisibilidade: tempo e narrativa na Ponta Oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, ago./dez. p. 238-259, 2015.

JULIANO, T. "Turismo e patrimônio". *In:* CARVALHO, A; MENEGUELLO, C. (Orgs.) **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

LUCA, T. R. "História dos, nos e por meio dos periódicos". *In:* PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, p. 111-154, 2008.

MACIEL, Cassiana Sare. "**Não sei, exatamente, quando foi que comecei a me sentir dono da Ilha do Mel**": estudo sobre a criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel (1955-1982). 134 f. Monografia (Graduação em História) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 2000. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10420>. Acesso em 20 jul. 2023.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Revista CPC,** v. 12, n. 25, p. 7-33, jan./set. 2018.

O percurso político do Padre Mororó (1817-1824)

Francisco Weber Pinto Porfírio[1]

Resumo

O presente trabalho busca refletir a respeito da trajetória e dos posicionamentos políticos do clérigo cearense Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Melo (Padre Mororó) diante de dois dos mais complexos eventos históricos ocorridos no Ceará durante o séc. XIX, a Revolta de 1817 e a Confederação do Equador em 1824. A referida premissa será analisada por meio do uso de documentos impressos e manuscritos: periódicos, ofícios, portarias e demais indícios relacionados ao Padre Mororó e, posteriormente, as comunicações trocadas entre as províncias do Norte no contexto da Confederação do Equador. Destarte, o ensejo referente a utilização dos periódicos nos permite destacar a participação decisiva do sacerdote nos discursos de cunho liberal publicados no Diário do Governo do Ceará em 1824, o qual pretende-se, de acordo com as indicações pontuadas pela autora Tania Regina de Luca (2011), estar atentos especificidades ligadas ao seu lugar de produção, a contribuição de grupos (editores, público leitor etc), seus espaços de circulação e toda minuciosidade do vocabulário político da época. Aliás, as considerações de J.G.A Pocock (2013) na obra "Linguagens do ideário político" serão basilares para compreensão dos discursos propagados no impresso por intermédio do vocabulário político corrente no período. Pois, para o autor, a história das ideias e pensamentos políticos podem ser ponderadas a partir da análise linguística de cada contexto histórico, deste modo, o "contextualismo linguístico", ou seja, o exercício de mover a linguagem (langue) para o discurso (parole), assinalam a possibilidade de identificar sua intervenção na elaboração de novos discursos. As perspectivas metodológicas brevemente aqui explanadas tornam-se fatores pertinentes no tocante a potencialidade que os impressos

1 Doutorando em História Social (PPGH-UFC). O trabalho em questão é uma versão adaptada e modificada do tópico 3.1 intitulado "A Tipografia Nacional do Ceará: o percurso político de Padre Mororó". Texto presente na dissertação de mestrado de minha autoria intitulada "(Re)pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais O Spectador Brasileiro (RJ) e Diário do Governo do Ceará em 1824".

e o vocabulário político possuem de analisarmos suas interferências na construção do cotidiano social e político dos indivíduos.

Palavras-chave: Revolta de 1817; Confederação do Equador; Independência; Brasil Império; Imprensa.

Padre Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Melo (padre Mororó)[2] interveio na política em razão de sua intelectualidade. Teria ingressado, a partir de 1800, no Seminário de Olinda[3], a época sob os cuidados de Dom Azeredo Coutinho[4]. De volta à capitania cearense, proferiu a missa especial festiva na Vila de Fortaleza em prol da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido no dia 12 de outubro de 1816 (Brígido, 1889, p. 30).

Até o segundo decênio do século XIX, padre Mororó dividia o sacerdócio com a função de professor (Gramática Latina), passando por povoados e vilas do interior[5] da província, optando por fixar residência na Vila de Campo Maior (Quixeramobim), nos primeiros anos da década de 1820. Posteriormente, redigiu o *Diário do Governo do Ceará* e os demais papeis impressos na Tipografia Nacional. Diferente de Frei Caneca, referido como um dos

2 Natural do antigo povoado Riacho Guimarães (Groaíras-CE). Nasceu em 24 de julho de 1778 e morreu fuzilado em decorrência de sua participação na Confederação do Equador em 30 de abril de 1825 na cidade de Fortaleza/CE. Ver dados biográficos em BRIGIDO, João. Biographias. Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Mello Mororó. Coronel João de Andrade Pessoa Anta. Primeira Parte. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará.* Ano III. Tomo III. Fortaleza: Typografia Economica. 1889. Disponível em: http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1889/1889-BiografiasGoncaloIgnacioLoyolaAlbuquerqueMello.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

3 Instituição de ensino fundada em 16 de fevereiro de 1800 na cidade de Olinda (PE). Considerada uma das mais importantes escolas de instrução secundária do Brasil no início do séc. XIX. Apesar de pertencer a Igreja Católica, o *Seminário* ficou conhecido por ser espaço de propagação de ideias liberais na região Norte do país graças ao modelo de educação *moderna* que incluía Ciências Naturais e Humanas não limitando-as apenas ao ensino eclesiástico. José Martiniano de Alencar e Frei Caneca também tiveram seus estudos concluídos no Seminário. Ver: QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org). *História Geral da civilização brasileira* (Tomo II- O Brasil Monárquico, v. 3). 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 237-239, 2010.

4 Um dos ilustrados brasileiros formados na Universidade de Coimbra onde posteriormente assumiu cargos eclesiásticos consagrando-se Bispo de Olinda (1794). Idealizador e fundador do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda. Escreveu o Estatuto do Seminário em 1798. Ver: ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4692.pdf. Acesso em: 15 out. 2018

5 Capelão em Boa Viagem (1810) e Tamboril (1814). Nomeado pelo Governador da Capitania do Ceará, Manoel Ignácio Sampaio, para ser professor de Latim na Vila de Aracati em 1818. Ver: MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *Padre Mororó:* o político e o jornalista. Fortaleza: BNB/ACI, p. 24-25, 1985.

mentores intelectuais da Confederação do Equador, teve o padre cearense participação "modesta"[6], mas efetiva na implantação e fortalecimento da Confederação no Ceará.

Em relação à alcunha "Mororó", o autor João Brígido afirma que

> Foi por esse tempo que o padre Gonçalo, á imitação de outros, substituio o seu cognome – Mello pelo de *Mororó*, planta brasileira. Vem dessa época os apelidos de Araripe, Ibiapina, Aréré, Sucupira, Buriti, Antas, Sussuarana, e tantos outros, que se perpetuaram na província e traduzem adhesões á independencia[7] (1889, p. 35).

Pode-se também deduzir que nos anos de 1823/24 os termos continuaram a ter esse papel no processo de formação identitária, estando ele voltado para a autoafirmação referente ao português, contribuindo cada vez mais para destoar e aumentar a rivalidade dos europeus/português em oposição à recente pretensa identidade cearense/brasileira. Esse fato pode ser visualizado nas páginas do *Diário do Governo do Ceará*, sendo noticiado geralmente a "inclusão de nomes" no trecho destinado a *Avizos*.

Os eventos políticos/administrativos que antecederam ao estopim da Confederação do Equador e, consequentemente, de seus desdobramentos, interviram decisivamente no processo de construção de uma "identidade política brasileira", que mesmo em sua fragilidade e usual emprego, de acordo com os arranjos de sua espacialidade, forjou-se cada vez mais distante daquela que o diferenciava do súdito português.

Isso talvez explique as mudanças de concepção política sucedidas em tão pouco tempo (1820-1824) nas vilas e cidades, inclusive, o próprio padre Mororó, o qual agiu a favor da Coroa portuguesa contra as ideias republicanas da Revolta de 1817, e, em menos de oito (8) anos, figurava com primazia entre aqueles que contestavam às ordens vindas da Corte após o encerramento dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte (1823).

6 Referente a sua atuação política e intelectual em comparação ao Frei Caneca.

7 Optou-se neste trabalho por realizar as citações de acordo com a grafia que consta nos textos e demais documentos da época.

Duas atuações, em particular, ilustram bem essa alternância da condição política do sacerdote cearense reportado no parágrafo anterior. Consoante aos fatos levantados pelos seus biógrafos[8], padre Mororó esteve implicado na Revolta de 1817, porém suas convicções eram divergentes daqueles que mais tarde seriam lembrados enquanto "herois", tanto em 1817 quanto em 1824[9].

Em setembro de 1817, padre Gonçalo Ignácio de Albuquerque, o qual ainda não havia adotado o sobrenome "Mororó", em provável demonstração de sua amizade com o administrador da Capitania do Ceará, Manuel Ignácio de Sampaio, teria lhe escrito uma carta a qual descrevia as conversas e as intenções belicosas do Ouvidor Geral da Capitania, João Antônio Rodrigues de Carvalho[10], quando da sua passagem pela Vila de Campo Maior entre 1815/16. Segundo o relato, a intenção do Ouvidor era semear a discórdia em terras cearenses, visando a adesão local à República Pernambucana:

> Em dezembro de 1816 quando voltou de correição a esta Villa procurou-se aliciar-me. Mezas, favores, protestos de amizade, promessas de benefícios, sacrifícios da própria honra, tudo quanto a sagacidade pode inventar para corromper hum coração constante, tudo se me offerceo. Olhei como dantes com prevenção para as coisas pelo lado oposto: e desde então procurei fugir ao Ouvidor e nunca achamos-nos sós. E toda a Villa sabe das suas queixas á meu respeito. Ao principio julgava eu que o Ouvidor do Ceará só queria separar-me da minha firme adhesão ao Governador; mas enganei-me: maior sacrifício se exigia de mim e o alvo do rancor do Ouvidor era o meu Soberano[11].

8 João Brígido (1889) e João Alfredo Souza Montenegro (1985), ver bibliografia.

9 Frei Caneca, Manoel de Carvalho Paes de Andrade ou até mesmo Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, por exemplo.

10 Nasceu no Rio de Janeiro em 1770 vindo a falecer no Ceará em 1840. Bacharel em Direito com seus estudos concluídos na Universidade de Coimbra (Portugal). Foi membro do Supremo Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, Ouvidor Geral da Capitania do Ceará, Presidente da Província de Santa Catarina, Senador do Império, dentre outros. Ver: GIRÃO, Valdelice Carneiro**.** *O Ceará no Senado Federal.* Brasília: [*s.n.*], 1992. p. 15-16. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533155/000135996.pdf?sequence=1. Acesso em: 21 out. 2018.

11 REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Um precioso inédito do Pe. Gonçalo Mororó. *Tomo Especial 1824-1924, 1º Centenário da Confederação do Equador.* Fortaleza, 1924, p. 569. (Colleção

O trecho acima demonstra a urgência do padre em firmar o seu apreço ao Governador Sampaio, o qual, segundo as memórias do professor Manoel Ximenes de Aragão, sobrinho do padre Gonçalo Ignácio, foi o único "que soube domar o coração daquele inexorável governador, de modo que lhe eram satisfeitos todos os pedidos [...]" (1913, p. 56). Contudo, para além da amizade com o Governador Sampaio, foi no modelo de governo conduzido pelo monarca português que o clérigo se mostrou fiel e reforçou seu compromisso em defendê-lo.

As palavras de padre Gonçalo Ignácio, em tom de acusação, visavam atingir a postura e as intenções políticas do Ouvidor Carvalho, entretanto, tais comentários foram repelidos pelo Ouvidor, que em sua defesa, também acusou o clérigo:

> O papel do Pe. Gonçallo Ignacio de Loiola autor de humas corrompidas gazetas, q' dequando emquando apparêcem em louvor do Governador do Seará, não se está vendo q'he calunnia q'nimguem confessou huma conversação por tanto tempo para apoder transladar? Não se vê, q' o autor deste papel he hum comprado boforinheiro em literatura q'anda saltando por cima de ideias? [...][12].

O fragmento destacado indica não somente a repercussão e a depreciação contidas na carta, mas também levantam a hipótese de que sua prisão seria fruto de injúrias do padre Gonçalo Ignácio, devido ao seu envolvimento com o Governador Sampaio. Aliás, segundo o Ouvidor Carvalho, seria este último um dos personagens centrais por trás de toda perseguição sofrida: "Eq' outra couza eraõ os procedimentos do Gov. senaõ huma vergonhoza sede d'accuzar alias sede de criminar o accuzado?[13]. Apesar de acusar o Governador da Capitania e os seus cúmplices, dentre os quais esteve inserido padre Gonçalo Ignácio, o Ouvidor Carvalho continuou preso, sendo posto em liberdade so-

Studart), Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista.php. Acesso em: 30 out. 2018.

12 *Defesa apresentada por João Antônio Rodrigues de Carvalho, indiciado na devassa da rebelião de Pernambu*co, 1817 (Manuscrito digitalizado). Biblioteca Digital-Luso Brasileira, 1817, p. 48-49. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38845. Acesso em: 31 out. 2018.

13 *Ibidem*, p. 48.

mente em 1821, quando voltou para o Brasil na condição de Desembargador da Relação da Bahia.

Os pontos aqui brevemente analisados não intencionam afirmar ou negar a participação do Ouvidor Carvalho no que concerne à participação do Ceará na Revolta de 1817. No entanto, ratifica-se, ou melhor, lançam-se questionamentos que visam compreender o posicionamento absolutista defendido pelo padre Gonçalo Ignácio antes da Confederação do Equador.

É importante levarmos em consideração mais um trecho da carta de defesa do Ouvidor Carvalho, que, nesse contexto, colabora com outra discussão bastante pertinente para a história da imprensa cearense: a circulação de outro periódico administrado pela capitania/província cearense antes do *Diário do Governo* e a contribuição do padre Gonçalo Ignácio na sua efetivação.

Oficialmente, o *Diário do Governo do Ceará* foi primeiro jornal a circular na província cearense, exatamente no dia 01 de abril de 1824, porém, constam debates fomentados no início do século XX, quando intelectuais, membros do Instituto Histórico do Ceará, confrontavam indícios aspirando comprovar a origem da imprensa cearense por meio da eventual circulação de outro jornal impresso (ou não), em 1817, durante o governo de Manuel Ignácio de Sampaio. Trata-se do jornal comumente conhecido pela alcunha de *Gazeta do Ceará*[14], não confundir com o impresso homônimo reconhecido cronologicamente como o segundo jornal cearense, igualmente sob a tutela do mesmo editor, padre Gonçalo Ignácio, editado na Tipografia Nacional em 1824[15].

Algumas menções sobre a circulação de uma gazeta constam em um dos ofícios do próprio Governador Manuel Ignácio de Sampaio, datado em 20 de abril de 1817, enviado a Antônio de Araújo e Azevedo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: "Fiz redigir hua **gazeta** de todo este interes-

14 De acordo com o historiador Barão de Studart: "Nada ha de verdadeiro em tal opinião sinão que realmente houve uma gazeta no tempo daquele notável homem de governo, mas essa não era impressa [...] posso afirma-lo, pois, que tal gazeta faz parte do meu archivo. Chamava-se *Gazeta do Ceará*. Ver: STUDART, Barão de. Os Jornais do Ceará nos Primeiros 40 anos. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo Especial 1824-1924, 1º Centenário da Confederação do Equador (Colleção Studart), Fortaleza, 1924, p. 59. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-OsJornaeseRevistasnosPrimeiros40Annos.pdf. Acesso em: 05 nov. 2018.

15 Têm-se conhecimento apenas de uma edição publicada no dia 06 de abril de 1824. O fac-símile está disponível na obra relativa a origem da tipografia e imprensa cearense do autor Jorge Brito (ver bibliografia).

sante passo, que mandei espalhar em todas as Villas da Capitania" (Oliveira, 1907, p. 24, grifo meu).

A afirmação contida no documento reforça a ideia de que outro jornal tenha circulado no Ceará bem antes da instalação da Tipografia Nacional, em 1824. O problema estaria na ausência de detalhes em relação à produção, à edição e aos demais aspectos funcionais. Neste ínterim, o autor Jorge Brito (2006) abordou brevemente essa tese, retomando as divergências entre João Batista Perdigão Oliveira e Barão de Studart acerca da circulação impressa ou manuscrita de uma gazeta em 1817.

João Baptista Perdigão defendia que esse jornal havia sido impresso mediante a instalação de uma oficina tipográfica no Ceará, enquanto Barão de Studart, argumentava que o jornal seria manuscrito/redigido, portanto, sem a necessidade de uma tipografia, perdendo, assim, seu suposto pioneirismo na história da imprensa local.

Essa discussão não menciona se houve ou não a cooperação do padre Gonçalo Ignácio na composição da gazeta, todavia, ao analisarmos os artigos individuais de João Batista Perdigão Oliveira (1907) e Barão de Studart (1924), percebe-se que os autores atribuiam o surgimento e a edição do referido jornal à pessoa do Governador Sampaio. Segundo João Batista Perdigão:

> E para mais confirmal-o, vem as palavras do mesmo Governador Sampaio de uma – *fiz redigir...e mandei espalhar por todas as Villas da Província (*grifo do autor). Não é um officio, uma carta, uma exposição que Sampaio dirige a certa e determinada pessoa, a certa e determinada autoridade, a esta ou aquella corporação; nada disso, que poderia trazer-nos a ideia de um manuscripto. Ele diz positivamente – *fiz redigir, e espalhar por todas as Villas da Província* (grifo do autor), equivale a dizer que mandei redigir, divulgar, distribuir aqui, ali, em toda a parte (1907, p. 25).

Embora discordem dos fatos que deram "origem" a imprensa cearense, Barão de Studart corrobora com as palavras de João Batista Perdigão, ao afir-

mar que a gazeta seria de responsabilidade do Governador da Capitania do Ceará: "[...] redigia-a o próprio Sampaio, que fazia circular [...] (1924, p. 59). A respeito de um possível editor/autor dos escritos, não há, ou melhor, não havia muitos indícios que indiquem a relação do padre Gonçalo Ignácio com a gazeta.

Essa hipótese chegou a ser deduzida pelo autor Jorge Brito (2006), o qual indicou a provável interferência do sacerdote nos trabalhos do periódico*: "*O padre Mororó, que foi aliado do Governador Sampaio na Revolução de 1817, pode ter inspirado aquele administrador na redação da gazeta que circulou no Ceará"[16].

Apresentado no início desta discussão, o trecho da denúncia do Ouvidor Carvalho reforça os indícios que atestam para o fato de ter sido realmente concebível a existência da gazeta e de sua circulação pelas Vilas da Capitania em 1817. Soma-se a isso a indicativa que implica diretamente a atuação do padre Gonçalo Ignácio como autor dos escritos, o que ocasionaria inferir novas discussões e direcionamentos para a história da imprensa cearense antes da instalação da Tipografia Nacional em 1824, relacionando-o de vez às tramas políticas do Governador Sampaio em defesa do posicionamento político vinculado à Corte.

De todo modo, a ascensão e o destaque de padre Mororó no cotidiano político cearense a partir de janeiro de 1824, mês e ano da proclamação da república na Vila de Campo Maior (Quixeramobim-CE), local onde seu nome esteve vinculado, significou seu segundo momento de atuação política.

Após os conflitos, capturas e detenções dos acusados de tentarem proclamar a república no Ceará em 1817, poucos registros dão conta da presença política do padre Gonçalo Ignácio nos anos seguintes[17]. Seu nome voltaria a

16 BRITO, Jorge. *Diário do Governo do Ceará:* origens da imprensa e da tipografia cearenses. Fortaleza: Secretária da Cultura/Museu do Ceará, 2006, p. 31.

17 João Brigido (1889) relata a passagem de Padre Gonçalo Ignácio por Fortaleza (CE) nas eleições de deputados para o Congresso de Lisboa (Portugal) e para o novo governo provisório da província em 1821. Há também menção de que o Padre estaria à frente do mandado de prisão do Ouvidor José da Costa Pereira Lago em 1822. A detenção do Ouvidor fora motivada pela acusação de ser inimigo da *causa da intendência do Brasil*. Cabe ressaltar que entre 1821/22 o Ouvidor teria movido um suposto processo contra Padre Gonçalo Ignacio e seu amigo Padre Ambrósio Rodrigues por eles terem obstado a execução de açoites destinada à escrava Anna Felícia. Ver: BRIGIDO, João. Biographias. Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Mello Mororó. Coronel João de Andrade Pessoa Anta. Primeira Parte. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará.* Ano III. Tomo III. Fortaleza:

ser citado com mais veemência nos documentos (ofícios, atas, entre outros) relativos ao Governo da Província do Ceará no decorrer da administração de Tristão Gonçalves de Alencar em 1824, quando assumiu a secretaria do governo da província e, posteriormente, da Confederação do Equador. Também esteve relacionado a um conjunto de textos/reflexões editados no *Diário do Governo do Ceará*, na condição de crítico da política ministerial fluminense exercida na Corte e defensor da liberdade do Brasil e das províncias do Norte frente aos rumores que indicavam o interesse dos portugueses em recolonizar o país.

No tocante a essa "nova" postura política, "cuja as ideias não participava a princípio" (Paulino, 1889, p. 04 *apud* Montenegro, 1985, p. 26), o autor João Alfredo de Souza Montenegro disserta incisivamente sobre o momento em que o padre Gonçalo Ignácio teve contato com as críticas escritas dirigidas ao Brasil veiculadas no jornal liberal *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa, entre 1821/22:

> Por certo, o encontro com Hipólito da Costa, através do "Correio Brasiliense", despertou o impulso contido no sacerdote pelos ideais da liberdade nacional, e capacitou-o melhormente para o conhecimento da conjuntura de transição dentro do qual atuava, mostrando-lhe com vivo realismo o que mais convinha a pátria" (1985, p. 27).

As expressões "liberdade nacional" e/ou "Causa do Brasil" passaram a ser demasiadamente utilizadas nos discursos dos liberais cearenses a fim de conseguirem firmar a nação enquanto estado perseguindo os que não correspondiam com a "causa", geralmente portugueses, e se posicionando contrariamente a qualquer tipo de governo despótico que prejudicasse o pacto social, fruto do primeiro trabalho legislativo da nação.

Portanto, há de se considerar a indignação e os efeitos motivados pela dissolução da Assembleia Geral Constituinte (1823), inclusive, justificativa

Typografia Economica. 1889. p. 32-33. Disponível em: http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1889/1889-BiografiasGoncaloIgnacioLoyolaAlbuquerqueMello.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

basilar presente na Ata de proclamação da república da Vila de Campo Maior (Quixeramobim):

> Aos nove dias do mês de janeiro de mil oitocentos e vinte quatro anos nesta villa de Campo-Maior da comarca do Crato, província do Ceará Grande, nas casas da câmara que serve de Passos do Conselho onde se achava o Juiz Presidente e mais officiaes da câmara com adjunto do Clero, Nobreza e Povo para deliberarem sobre a crise actual – Accordarão que visto a horrorosa perfídia de D. Pedro I Imperador do Brazil banindo a força armada as Cortes convocadas no Rio de Janeiro contra mil protestos firmados pela sua própria mão, ele deixava e a sua Dinastia de ser o Supremo Chefe da Nação e se novas Cortes convocadas em lugar tudo assim o aprovarem- [...] (Instituto do Ceará, 1924, p. 355-356).

De fato, o fechamento da constituinte gerou uma onda de insatisfação nas vilas e demais cidades ao Norte do país. É imprescindível frisar que o ato de rebeldia promovido por membros da elite política de Campo Maior aconteceu sete meses antes do desencadeamento da Confederação do Equador, em Pernambuco, e a oito meses da adesão republicana no Ceará.

Esse episódio nos chama atenção para o "radicalismo" liberal dos cearenses antes mesmo do estopim dos conflitos da Confederação do Equador. O nome de padre Gonçalo Ignacio é citado na relação daqueles que testemunharam e assinaram o documento, assim como, o de candidato a assumir o cargo de deputado no recém governo provisório ali formado.

A incógnita contida nas ações de padre Gonçalo Ignacio, já autodenominado padre Mororó, por intermédio das casualidades afloradas com o recente distanciamento do elemento português, em 1822/23, colocaria em dúvida até mesmo a legitimidade de sua conduta enquanto confederado por seus posteriores. O encontro com as palavras impressas do editor Hipólito da Costa aparentemente o levou a "despertar" os mais contidos ideais liberais que

naquele instante remetiam à ruptura política que há mais de trezentos anos unia Portugal e Brasil sob a mesma Coroa.

No entanto, ao que tudo indica, não foi a primeira vez que padre Mororó teria conseguido acesso às convicções de Hipólito da Costa e outros impressos que contestavam a estrutura do governo português exercida no Brasil. Em 1814, o padre teceu suas considerações sobre o conteúdo de dois jornais, o *Portuguez*[18] e o *Braziliense,* ambos "surgidos" em território cearense na época do Governador Sampaio:

> Apparecerão então os jornaes o *Portuguez* e o *Braziliense* (grifo do autor). Investi contra a liberdade licenciosa dos nossos escriptores em Inglaterra, e analisando os jornaes de Junho e de Outubro de 1814, mostrei as funestas conseguencias de seus sistemas fataes- A revolta (disse eu) he o que eles pretendem. O *Português (*grifo do autor), atacando descobertamente ao Soberano e ao Ministerio do Rio de Janeiro, só quer um Governo Parlamentario em Portugal. O *Braziliense* (grifo do autor) insensando ao Soberano põe má fé aos Ministros; e apesar de sua chamada imparcialidade eu descubro nelle hum revoltoso astuto [...] (Instituto do Ceará, 1924, p. 568-569).

Se nos atentarmos para a censura e as tentativas de impedir o desenvolvimento da imprensa no Brasil por parte da Coroa portuguesa, é possível considerar que o jornal *Braziliense,* dos "escriptores da Inglaterra", seja o mesmo editado em Londres por Hipólito da Costa. Entretanto, (ainda) prevalece a ausência de rastros que atestaria se o discurso crítico do *Braziliense,* durante aquela ocasião, tenha estimulado o rompimento dos "impulsos" liberais do padre Gonçalo Ignácio, ao ponto de poder alterar o seu pensamento e seus

18 Jornal editado em Londres pelo português João Bernardo da Rocha Loureiro. Marcado por duas fases, de 1814 a 1822 (primeira) e de 1823 a 1826 (segunda). Apesar de noticiar os fatos sucedidos no Brasil o periódico destinava-se ao público português em Portugal. Ver: FERNANDES, Mário Luiz. *O Discurso de O Português e a Corte Portuguesa no Brasil.* (Relatório de pós-doutoral). Porto/Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5009/1/O%20discurso%20de%20O%20Portuguez%20e%20a%20Corte%20portuguesa%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 03 dez. 2018.

questionamentos acerca do domínio português no Brasil, situação completamente diferente dos ideais bradados e difundidos nas páginas do *Diário do Governo do Ceará.*

A ascensão "liberal" do padre Gonçalo Ignácio coincidiu com o fim do governo de Manuel Ignacio Sampaio, quando este foi nomeado, via Carta Régia, a assumir a Capitania de Goiás em 1820. Desse modo, esse fato nos permite levantar o seguinte questionamento: seria viável acreditar na participação do padre Mororó na Confederação do Equador caso Manuel Ignacio Sampaio estivesse à frente do governo cearense em 1824?

Se a interpelação aqui posta não nos faculta a uma resposta imediata, outras já foram brevemente externalizadas, em especial, as que questionam sua relevância para a instauração da Confederação do Equador no Ceará. Segundo as palavras de Eusebio de Souza:

> Do exposto póde-se concluir: ser imperfeita, como se afirmou atraz, cheia de senões, a historia, emprestando ao padre Gonçalo Ignacio Loyola de Albuquerque Mello Mororó as qualidades de precursor do movimento republicano de 1824, quando a verdade é que sua ação, em face de documentos cuja procedencia está a salvo de qualquer suspeita, foi constrangida, forçado como foi a servir no governo republicano por suggestões do presidente e autor deste systema de governo - Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1922, p. 88-89).

Nota-se, mediante a conclusão do autor, a omissão em discorrer acerca dos ideais republicanos incluídos na proclamação da república da Vila de Campo Maior (1824), a qual padre Mororó fez parte. O evento é descrito apenas em tom de comparação com sua presumida recusa em consentir com os objetivos de Tristão Gonçalves de Alencar:

> Como poder admittir-se um individuo que apregoava, publicamente, theorias republicanas, adcusado até de haver já proclamado a República em Quixeramobim com a exauto-

> ração de Pedro I e a quéda de sua dysnatia e consequente organização de um governo especial para o Ceará, sentindo-se sempre com a coragem precisa para pôr a descoberto os erros de seus semelhantes, aliás em época de terror como aquella resultante da revolução de 1817, quando a occasião se se offerecia em que poderia melhor expandir essas mesmas idéas, tornar em pratica o que até então não passava de theoria, se negasse ao chamado para o posto que lhe competia, como sendo o typo que maior somma de conhecimentos litterários e scientificos armazenava entre os que applaudiam e acompanhavam o seu credo politico? Não se justifica a acção de Mororó" (1922, p. 84).

Nesse excerto, questiona-se o "pioneirismo" republicano de padre Mororó por meio de sua não adesão voluntária à Confederação do Equador, ignorando o efeito do episódio de Vila de Campo Maior para a futura efetivação da república na província cearense. A alegação defendida por Eusebio de Souza fora pautada nas memórias escritas pelo sobrinho do padre Mororó, Professor Manoel Ximenes de Aragão (1913). É deste a afirmação que induz (re) avaliarmos os reais posicionamentos do padre frente às intenções republicanas de Tristão Gonçalves de Alencar:

> Na noite precedente ao dia da partida estando elle conversando com meu pai sobre o assumpto da chamada disse: - Compadre! Até hoje não me tenho querido emportar com esta nova ordem das cousas, o Sr. Tristão quer por força vêr-me envolvido com elle em rascadas, das quaes tenho por certo que não sahirá bem, e segundo meu genio constante a respeito de qualquer cousa a que me proponho estou persuadido de que, se me meter, serei huma das victimas em virtude da revolta, que não tardará, pois nenhum fundamento acho, por onde o Ceará possa proclamar huma república estável e liberal, embora lhe não faltassem meios de defesa, bastava somente a lembrança de que Pernambuco, e o Ceará não se podem sustentar por si

somente (1913, p. 64-65).

O trecho destacado traz uma eventual conversa do padre Mororó com o pai de Manuel Ximenes Aragão. Nela, o autor delineia um sujeito receoso e descrente quanto à *nova ordem das coisas* capitaneadas por Tristão Gonçalves de Alencar, chegando a afirmar que a decisão do padre de contribuir na Confederação do Equador só aconteceu mediante ameaça de detenção:

> [...] tivera noticia do modo com que meu tio se houvera no tempo do governador Sampaio, a prol de quem elle havia desenvolvido seos talentos intellectuaes com maior applauso dos que virão o fructo de seu trabalho, o mandou chamar para seu secretário. Meu tio lhe respondeo que o houvesse de o despensar pois elle era hum padre baldo de conhecimentos, que fazia sua subsistência de capellarias pelo certão, onde estava familiarisado, e por conseguinte encapaz de exercer hum emprego que demandava de muita sciencia, principalmente em o tempo em que tantas dificuldades tinha a vencer-se. Esta resposta, o para melhor dizer, esta desculpa de meu tio não quadrou a Tristão, que presestio em seus chamados até o ponto de ameaçar com prisão a meu tio se continuasse em sua desobidiencia (1913, p. 64).

Embora tenha discorrido superficialmente sobre a narrativa do "movimento rebelde" de 1824 anos depois do conflito, é perceptível o interesse de Manoel Ximenes de Aragão em inocentar as ações, e por que não, reabilitar a imagem do padre Mororó, tendo em vista que o mesmo passou a ser lembrado como mais um insurgente penalizado por atentar contra a nação.

Vale lembrar que alguns dos "republicanos" cearenses, após serem capturados, reportavam a responsabilidade do movimento político e de suas respectivas participações à figura do Presidente da Província do Ceará, Tristão Gonçalves de Alencar. Não obstante, podemos perceber o mesmo argumento na versão de Manoel Ximenes Aragão. Mesmo com todo esforço e impacto de suas declarações a respeito da não espontaneidade do padre Mororó em

participar da Confederação do Equador, a seguinte situação nos instiga a mais uma indagação: padre Mororó agiu de acordo com suas convicções liberais ou também foi coagido a colaborar com a proclamação da República na Vila de Campo Maior?

Impelido ou não, padre Mororó se fez bastante atuante no ano de 1824, particularmente acompanhando as ordens de Tristão Gonçalves de Alencar na condição de secretário do governo provisório, e, posteriormente, confederado, e no cargo de editor do *Diário do Governo.* Suas funções seguiam divididas até o padre anunciar sua despedida do cargo de editor do periódico para se dedicar exclusivamente à Secretaria do Governo: "Emquanto durar no Emprego de Secretario do Governo desta Província; demito da Redacção do Diario, que sera ocupado por pessoa capaz de desempenhar esta laboriosa tarefa"[19]. O anúncio não impediu o jornal de continuar recebendo e publicando cartas dos leitores quase sempre direcionadas ao redator.

Salvo o aviso de sua saída, é muito difícil reconhecer quem assumiu os trabalhos do *Diário do Governo,* se é que realmente outro esteve à frente do cargo. Nenhuma menção que indique a identidade do novo editor é feita nas edições subsequentes. São atípicas as suposições que aludem à presença de um segundo editor ou colaborador na Tipografia Nacional.

Contudo, chama-nos atenção o enunciado do autor João Brígido ao tecer comentários acerca da deposição de Pedro José da Costa Barros do posto de Presidente da Província do Ceará por Tristão Gonçalves de Alencar no dia 29 de abril de 1824.

> Os últimos destes movimentos forão assistidos, aconselhados, e justificados pelo Padre Gonçalo, Luiz Pedro de Mello, e padre Estevão José de Porciuncula, homens de talento e patriotas ardentes, que redigiam as peças officiais; ou escreviam no *Diario do Governo (*grifo do autor), primeira publicação jornalística que vio o Ceará (1889, p. 35).

19 *Diário do Governo do Ceará.* nº 8. Sábado, 22 de maio de 1824. p. *In:* BRITO, Jorge. *op. cit.*, p. 88.

A afirmação de que outros sujeitos coexistiam em companhia do padre Mororó nos trabalhos da Tipografia Nacional/Diário do Governo, fora os integrantes do corpo operacional da tipografia, ainda carece de informações para sua confirmação, o que também não significa dizer que suas suposições possam estar totalmente equivocadas.

Os nomes do Tenente Luiz Pedro de Mello e Cesar e do padre Estevão José da Porciuncula Pereira[20], citados por João Brígido, de fato estão associados de forma bastante atuante a toda efervescência política do período. Por exemplo, além do incidente citado acima que alterou o controle do poder na província, inclusive, com direito à fala inicial da sessão proferida pelo padre Estevão de Porciuncula, ambos figuraram (e assinaram), dentre os mais de 400 nomes que estiveram na reunião do Grande Conselho em Fortaleza, no dia 26 de agosto de 1824, dia em que padre Mororó tornou-se oficialmente Secretário do Governo por meio da proclamação da República no Ceará e da incorporação desta na Confederação do Equador.

Fosse pela *honra*, *pátria* ou receio de ser preso, caso não aceitasse as ordens do Presidente da Província, padre Mororó inseriu nas páginas do *Diário do Governo* diversos artigos, proclamações e reflexões consoantes às convicções dos liberais pernambucanos até a antepenúltima edição publicada no dia 24 de setembro de 1824. As duas últimas edições, editadas nos dias 03 e 17 de novembro de 1824, apresentavam novamente um padre Mororó (caso realmente ainda estivesse na função de editor) fiel aos objetivos da Corte fluminense. Inclusive, reverberando o discurso a favor do Imperador, destoando totalmente dos princípios liberais de autonomia defendidos pelos confederados. O efêmero governo republicano cearense voltava a exaltar D. Pedro I e seu plano de governo para o Brasil.

É plausível considerar que padre Mororó tenha se arrependido de suas atitudes contra a Corte ou talvez tenha procurado apenas se salvar da iminente condenação resultante de sua traição a D. Pedro I e ao Império. Decerto, consta na edição do dia 17 de novembro de 1824, última publicação que se tem conhecimento do *Diário do Governo*, um aviso comunicando sua partida, junto com os demais presos da Confederação do Equador, para o Rio de Janeiro:

20 Na biografia sobre o Padre Mororó escrita por João Alfredo de Souza Montenegro (1985), o autor cita o mesmo trecho retirado da obra de João Brígido aqui transcrito, destarte, sem problematizar a questão de outros possíveis autores/ colaboradores.

> A dispedida para a Corte do Rio de Janeiro, ou para, onde melhor lhe convir, o Padre Mororó beija as maos aos seus amigos, aos quaes não pode vesitar no aperto de sahir dentro de trez dias no Brigue Inglez Laxford. Roga lhes muito não perdoe as nas faltas para se emendar de seos erros políticos tao somente e espera do Publico imparcial verdade, e Justiça[21].

Não houve tempo para tentar "emendar" os erros políticos, tão pouco para convencer seus julgadores e o público, desejando imparcialidade e justiça para si. A Comissão Militar[22] que julgou e o condenou levou em consideração três acusações: 1) ter proclamado a república em Quixeramobim; 2) de ter servido de secretário do Presidente da República no Ceará, Tenente Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe; 3) de ter sido redator do *Diário do Governo do Ceará*[23].

As atitudes políticas do padre Mororó, mesmo as de caráter dúbio, não permitem inseri-lo em controvérsias que almejam ratificar ou excluir um perfil monarquista, se avaliarmos sua participação em 1817, ou republicana de acordo com a Confederação do Equador. Até porque, ouvidores, padres, deputados, juntas governativas, militares e demais componentes do corpo político das províncias expressavam e construíam suas identidades políticas a medida que distinguiam seus posicionamentos em consonância com as discussões e notícias sucedidas em Portugal e no Rio de Janeiro na década de 1820.

Fontes

21 *Diário do Governo do Ceará*, nº 19. Quarta-feira, 17 de novembro de 1824. p. 4 *In:* BRITO, Jorge. *op.cit.*, p. 132.

22 Criada no Ceará só para este fim via Decreto Imperial no dia 05 de outubro de 1824. Porém, efetivada com os seguintes nomes apenas em 21 de abril de 1825. Basicamente composto por um Presidente, o Tenente Coronel Conrado Jacob de Niemeyer; Um Juiz Relator, Manoel Pedro de Moraes Meyer; E cinco vogaes nomeados pelo presidente da comissão, são estes: O português José Gervásio de Queiróz; Os Srs Capitães Cabral, O paraibano João Sabino Monteiro; O alemão João Bloên. Ver em NOGUEIRA, Paulino. Execuções de Pena de Morte no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Ano VIII. Tomo VII. Fortaleza: Typografia Econômica, 1894, p. 17. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1894/1894-ExecucoesdePenadeMortenoCearaI.pdf. Acesso em: 11 nov. 2018.

23 *Ibidem*, p. 18.

Defesa apresentada por João Antônio Rodrigues de Carvalho, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817 (Manuscrito digitalizado). Biblioteca Digital-Luso Brasileira, 1817, p. 48-49. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38845. Acesso em: 31 out. 2018

Diário do Governo do Ceará (1824). *In:* BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará**: origens da imprensa e da tipografia cearenses. Fortaleza: Secretaria da Cultura/Museu do Ceará, 2006.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Um precioso inédito do Pe. Gonçalo Mororó**. Tomo Especial 1824-1924**, **1º Centenário da Confederação do Equador.** Fortaleza, 1924, p. 569 (Colleção Studart), Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista.php. Acesso em: 30 out. 2018.

Termo da Sessão da Câmara da Villa de Campo Maior (Quixeramobim) a 09 de janeiro de 1824. *In:* INSTITUTO DO CEARÁ. Documentos para a história da Confederação do Equador no Ceará colligidos pelo Barão de Studart. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial 1824-1924, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924, p. 355-356. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-AConfederacaodoEquadorDocumentosparaHistoria.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **Azeredo Coutinho.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4692.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

ARAGÃO, Manoel Ximenes de. *Memórias do professor Manoel Ximenes de Aragão*: as phases de minha vida. *In*: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo XXVII, Fortaleza, Typografia Minerva, 1913, p. 56. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista.php. Acesso em: 21 out. 2018.

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. **A Confederação do Equador**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

BRÍGIDO, João. Biographias. Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Mello Mororó. Coronel João de Andrade Pessoa Anta. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo III, ano III, p. 28-50, 1889.

Disponível em: http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1889/1889-BiografiasGoncaloIgnacioLoyolaAlbuquerqueMello.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.

FERNANDES, Mário Luiz. **O discurso de o portugues e a corte portuguesa no Brasil**. Relatório de estágio pós-doutoral). Porto. Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5009/1/O%20discurso%20de%20O%20Portuguez%20e%20a%20Corte%20portuguesa%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 03 dez. 2018.

GIRÃO, Valdelice Carneiro**. O Ceará no Senado Federal**. Brasília: [*s.n.*], 1992.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, p. 111-154, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. **Padre Mororó**: **o político e o jornalista**. Fortaleza: BNB/ACI, 1985.

NOGUEIRA, Paulino. Execuções de Pena de Morte no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo VII, ano VIII, p. 18, 1894. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1894/1894-ExecucoesdePenadeMortenoCearaI.pdf. Acesso em: 11 nov. 2018.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A imprensa no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXI, p. 12-32, 1907. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista.php. Acesso em: 05 nov. 2018.

POCOCK, John G**. Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. *In:* HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da civilização brasileira** (Tomo II- O Brasil Monárquico, v. 3). 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 235-269, 2010.

SOUZA, Eusebio. O Padre Mororó e seus julgadores perante a história. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará,** Fortaleza**,** tomo XXXVI, ano XXXVI, p. 88-89, 1922. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1922/1922-Apresentacao.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

STUDART, Barão de. Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos. **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, Tomo Especial 1824-1924, 1º Centenário da Confederação do Equador. 1924. p. 59 (Colleção Studart), Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-OsJornaeseRevistasnosPrimeiros40Annos.pdf. Acesso em: 05 nov. 2018.

Imagens de luz, imagens de Luíza: o papel da fotografia na performance pública da Primeira-Dama do Ceará (1960-1980)

Norma Sueli Semião Freitas[1]

Resumo

O presente analisa a imagem pública da primeira-dama Luíza Távora, durante as décadas de 1960 e 1980, no Ceará, a partir de fotografias. Luíza soube utilizar bem o lugar de primeira-dama nos espaços de poder para ultrapassar os limites de "bela, recatada e do lar". Isso a partir da perspectiva de que o poder manifesta-se com rituais, posturas e técnicas corporificadas de apresentação da subjetividade. A primeira-dama sabia os segredos e os meandros dessa arte, a hora de sorrir, a hora em que estava sendo fotografada, de modo que, disfarçadamente, muitas vezes, deixava-se fotografar sem mirar diretamente a câmera, para que sua figura aparecesse como natural, e, desta maneira, o poder se naturalizasse em sua figura. Ela teatraliza, mas disfarça o seu teatro. Tem o controle do tempo presente, no qual a foto está sendo feita, e tem o desejo de que o tempo continue, quando a foto fosse vista depois. A sua figura central, altiva, imponente, aparece sempre, ou quase sempre, no meio dos homens de poder, pois ela sabe que naquele momento o lugar público é mais importante. O controle do corpo e do gestual, portanto, coaduna-se com as nuances de sua personalidade, para que fosse rememorada como uma mulher afável, como uma mulher de fácil trato, atenta aos pobres e às suas demandas. O riso não aparece, a não ser quando sabe que o riso vai ser, também ele, expressão do seu poder. Este, nesse caso, não mais como um ato de autoridade ou de autoritarismo, mas como uma estratégia de sedução. Assim, para a construção do nosso trabalho, utilizamos como metodologia a análise das imagens do Fundo Virgílio Távora, no Arquivo Público do Estado do Ceará, e do jornal O Povo, de modo que possamos analisar as

1 Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero (GPEHG) e do Grupo de Pesquisa "História, Teoria e Documento: Reflexões sobre fontes históricas". E-mail: sufreitas2009@gmail.com.

fotografias por uma dimensão natural, espontânea; bem como àquelas que foram estrategicamente posadas, no processo de construção da imagem de Luíza. Desse modo, como resultado parcial percebemos que, o gênero como essencial ao jogo político, foi bem usufruído por Luíza Távora no lugar de primeira-dama. A edificação de sua imagem pública como mãe dos pobres, sobretudo, como estratégia de dominação das classes pobres, associada às ações assistencialistas, ao estereótipo de fragilidade, à maternidade, à caridade, foram atributos utilizados como capital político a serviço do povo.

Palavras-chave: Imagem; *Gênero*; Política; Primeiro-damismo.

Introdução

Este artigo é oriundo de nossa pesquisa de doutorado, cujo objetivo específico é analisar a imagem pública da primeira-dama Luíza Távora, durante as décadas de 1960 e 1980, no Ceará, a partir de fotografias. Em nossos estudos buscamos perceber como as construções sociais fazem parte das percepções do Brasil, que o regime civil-militar[2] se empenhou em estabelecer. Nesse ponto, a edificação da imagem pública de Luíza Távora como "mãe dos pobres" é compreendida como estratégia de dominação das classes pobres, que associada às ações assistencialistas, ao estereótipo de fragilidade, à maternidade, à caridade, foram atributos utilizados como capital político a serviço do povo.

Luíza Távora, sob esse viés, soube usar o lugar social de primeira-dama na seara pública, ao perceber que o primeiro-damismo é um lugar de visibilidade nos circuitos de poder. Ela destacou-se durante os mandatos de seu esposo Virgílio Távora, enquanto ele exerceu o cargo de governador do estado do Ceará, nos períodos de 1963 a 1966, e de 1979 a 1982. Nascida em Fortaleza, em 1923, filha de Luiz Moraes Correia e de Esmerina Silva Correia, Luíza teve uma forte influência de seu pai, um dos grandes magistrados do período e "seguidor dos princípios espirituais", conforme destaca a primeira-dama.

2 O golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil, resultou no afastamento do Presidente da República, João Goulart, tomando o poder o Marechal Castelo Branco. O então regime militar estabelecido, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país, durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Para mais detalhes, ver: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil.* 50 anos do golpe de 1964. São Paulo, Editora Zahar, 2014.

Esse aspecto é enaltecido por Luíza em entrevista concedida ao jornal O Povo, em 06 de agosto de 1983, quando ressalta a fala que seu pai sempre dizia: "ai de quem receber nesta vida, dinheiro e poder, e não usá-los em favor dos necessitados". Para ela, esse ensinamento esteve presente em sua trajetória política e social. Enquanto primeira-dama, mulher de poder, Luíza desenvolveu seu trabalho de ação social como um ato constante de amor ao próximo, ao mesmo tempo que promovia a imagem de Virgílio Távora.

Assim, as demandas políticas de cunho caritativo empreendidas pela primeira-dama, possibilitaram a criação de um cenário que edificou sua imagem ao lado do marido, pois ao tempo que "os meios de comunicação apresentavam Virgílio Távora como o salvador" (Azevedo, 2002, p. 64), Luíza fora alcunhada de "grande mãe", "mãe dos pobres". Isso demonstra como o gênero foi mobilizado por Luíza Távora como estratégia de poder e de afirmação política.

Diante do exposto, *é possível compreender como* Luíza soube transitar entre os espaços do público e do privado nas relações estabelecidas como "santa", "mãe dos pobres". A despeito dessa construção social pautada na caridade, no cuidado, no assistencialismo, é possível perceber como essa manobra possibilita o fortalecimento dos laços de pertencimento e de proximidade com o povo, dispositivos de poder essenciais ao encadeamento da política e gênero.

Nesse ponto, Martins (2015) enfoca que não se pode afirmar de forma indiscutível que a filantropia tenha um gênero, tendo em vista que homens também participaram de ações benemerentes em tempos remotos. Apenas nos séculos XIX e XX que a caridade e a filantropia passaram a ser consideradas práticas de feminilidade, de modo que a bondade passou a ser vista como uma virtude feminina para o embate social.

Sobre o assunto, Martins (2015, p. 18) enfoca:

> Demonstrar por gestos e palavras a excelência moral pela bondade passou a ser [...] uma forma de empoderamento das mulheres [...] que poderiam justificar e legitimar a participação das mulheres no mundo público por meio da educação, da literatura e da ação social, esta ainda fortemente associada à manifestação prática da

caridade.

Se pensarmos a questão da pobreza, elemento crucial na prestação do assistencialismo, a caridade e a repressão coexistem, ora de força ora de fraqueza, haja vista que "a caridade pública, objetiva muitas vezes a sua projeção social, o que se consegue através da imprensa e de seu registro em sermões, discursos [...], independentemente do gênero, se homem ou mulher" (Lapa, 2008, p. 28).

Nesse cenário, a figura de Luíza Távora apresenta-se como constituinte de uma política alicerçada em novas formas de sensibilidade e emoção, de modo que sua imagem de mulher católica, esposa, mãe, integra os valores tradicionais da família brasileira da época. Essa construção social da imagem de Luíza ao mesmo tempo que faz parte da política dos sentimentos arquitetada para o embate da questão social (Martins, 2015), também favoreceu o processo de ereção da sociedade autoritária vigente. Isso sob o ponto de vista que o primeiro-damismo surge, efetivamente, a partir do século XX no Brasil, de tal maneira que as mulheres dos governantes são convocadas a intervir no social, por meio da benevolência, de práticas assistenciais no combate à pobreza.

Partindo dessa premissa, Luíza evoca diversas marcas identitárias, e joga com elas, a fim de erigir e performar a sua personalidade política. E nesse cenário, o que mobiliza não é o gênero, mas a sua figura pública, haja vista que as marcas identitárias (mulher, mãe, católica, direitista, elitista, popular, primeira-dama) são, no fundo, linhas de atração em torno das quais orbita, mobilizada, sua imagem pública.

Nesse sentido, a figura da primeira-dama apresenta-se como componente decisivo para consolidar o poder e a legitimidade do marido mandatário, de forma tal que promove a produção de discursos que são mais aceitos se vistos pelo o papel da mulher (Amaral, 2007).

Gênero e política: a fabricação de uma imagem pública

> Eu nunca tive outra vida, isto tudo que as outras mulheres fazem: enrolar os cabelos, passar um creme no rosto, botar roupão, eu nunca fiz. Desde o primeiro dia em que me casei que o meu quarto era um escritório. Eu nunca tive a hora do almoço e do jantar só para a família. Pela manhã, na minha casa, sempre tinha os políticos, os prefeitos e os vereadores. Eu já amanhecia toda pronta. Se o Virgílio ia se vestir, os políticos iam todos para dentro do quarto. Quer dizer, o meu quarto, pela manhã, passava a ser a sala de Virgílio. Então, essa outra vida eu não sei, porque nunca tive (Cartaxo, 1988).

A fala acima se refere a uma entrevista publicada no jornal O Povo, cuja matéria intitula-se "Depoimento de uma grande dama". Na reportagem, Luíza transita entre o público e o privado quando se mostra desprendida de sua vaidade, de sua privacidade, e atribui essa renúncia ao casamento. Na verdade, ela troca uma ideia de vaidade por outra. Não uma vaidade sobre seu corpo, mas, onde escolhe apresentar-se como uma mulher pública e poderosa, capaz de lidar e conviver com o poder. Aliás, se por um lado o quarto, cujo lugar deveria ser o íntimo e particular do casal, constitui-se, em certa medida, em um lugar público reservado à política; por outro, nos remete ao privado quando os políticos adentram o quarto pela manhã. Além disso, em seu discurso não há momentos dedicados exclusivamente à família. Pelo contrário. Imprime em sua voz uma doação maior ao trabalho, à política, à vida pública de Virgílio. Por intermédio de sua fala, Luíza performa sua imagem recorrendo à simplicidade, à abnegação de sua vida pessoal, privada, e a imprime no público.

Esse ponto de vista demonstra um tensionamento que nos leva a refletir acerca das relações de gênero enquanto relações de poder, e nesse contraponto, a dominação não se estabelece apenas no masculino, mas constituído por meio dos jogos relacionais.

Com base nisso, analisar a atuação de Luíza Távora, a partir da construção de sua figura pública por diversos olhares, inclusive o próprio, nos leva

a refletir como ela mobiliza as relações entre gênero, política e religião, no Ceará. Do mesmo modo, as relações entre o público e o privado estabelecidas por Luíza Távora como "mãe dos pobres", "mãe dos filhos", primeira-dama, gestora de ações do Estado e também do lar, integram os construtos sociais das teias da memória.

Simili (2008), ao estudar a figura de Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, presidente da República do Brasil, nos fornece embasamento para entendermos como se erige a fabricação de uma imagem pública, quando diz:

> Na construção dessa mulher pública, é possível identificar aquilo que Darcy Vargas emprestou e deixou à disposição do Poder no Exercício do presidente: suas habilidades pessoais, sua simpatia, sua maneira de ser, enfim, "seus gestos, posturas, olhares e comportamentos da mulher que ela era". Desses e com esses materiais, foram elaborados seus poderes sociais, políticos e simbólicos", que ela utilizou no exercício de seu poder (Simili, 2008, p. 161).

Aqui se percebe uma apropriação e produção de significados para os corpos, gestos, posturas como capital político e simbólico no processo de construção da mulher pública, os quais foram transformados, assim, em instrumentos das relações de gênero (Simili, 2012, p. 123). Isso nos permite refletir como as relações de poder criam estratégias identitárias "que recrutam sua vontade própria, mas, afora isso, é tributária de construções da teia de identidades tecida por aqueles que o cercam", afirma François Dosse (2015, p. 320) e, ao mesmo tempo, as conduz na busca de uma personagem condizente com discursos, atos e imagens, aos olhos de si e dos outros.

Sposati (2002) destaca essa instrumentalização da memória como "'a arte da política' da esposa do político mostrando o caráter humanitário do governo, agindo como apêndice do governante para área de ação social sob ótica totalmente assistencialista" (Sposati, 2002, p. 09). A autora expõe que se trata de mulheres atuando, por vezes como coadjuvantes, por outras como protagonistas, ou seja, com menor ou maior autonomia, mas agindo em apoio ao governo vigente. Nesse ponto, Luíza demonstra como Virgílio endossava as

atitudes tomadas por ela, de modo que à cumplicidade e confiança perpassava a esfera privada e atravessava a pública, quando ela menciona:

> O Virgílio sempre me deu inteiro apoio em tudo o que faço, principalmente, porque sabe que procuro fazer as coisas certas. Endossamos, sem perguntas, qualquer ato um do outro. Quando, certa vez, inauguravam o retrato seu numa obra, ele pediu para que colocassem o meu, já que fora eu quem tocara aquela obra do começo ao fim. O retrato foi trocado. Conto esse fato, um entre muitos, para demonstrar a segurança e o desprendimento do meu marido (Cartaxo, 1988).

Nas narrativas articuladas por Luíza podemos perceber um culto à autoimagem quando menciona que o retrato de Virgílio foi trocado pelo seu. Ao mesmo tempo, ela tenta empregar um tom de benevolência no trabalho exercido em prol do povo. A filha de Virgílio Távora e de Luíza Távora, Tereza Maria, confirma esta construção na sua declaração ao jornal *O Povo*, de 11 de maio de 2014, na qual afirma: "o vovô achava que quem não vivia para servir não servia para viver. Mamãe seguiu isso desde pequena, muito antes de conhecer papai". Evoca-se, assim, um imaginário familiar que naturaliza as escolhas de Luíza. Suas ações aparecem como resultado das forças da tradição a qual ela pertence. Sua filha, Tereza Maria, enlaça gerações em uma única frase, e projeta as ações de sua mãe, Luíza, para fora do campo da política institucional.

Portanto, o legado de Luíza aparece como àquele que a liga ao cuidado com os filhos e à prática da caridade, de ajuda aos combalidos de toda sorte e do amor cristão ao próximo, valores de uma família adepta do catolicismo (Medeiros, 2012); e não como "obrigação" de primeira-dama, como ela emprega em sua fala, a seguir:

> Gosto sempre de repetir que mulher de governador não é governadora. Não tem obrigação de fazer nada. Isso de primeira-dama é coisa transitória. Melhor ser uma grande dama que é

> coisa permanente, como diz minha irmã Nícia. Portanto não se deve cobrar, nem falar mal de uma primeira-dama que não chegou a realizar aquilo que os outros acham que ela deveria fazer (Brasileiro, 1983).

Dessa maneira, a construção simbólica da imagem pública de Luíza Távora que predomina no imaginário coletivo − também constituída da fala/apresentação de si − de referencial de primeira-dama, benevolente, "mãe dos pobres", faz parte de uma elaboração social em torno de sua memória. Além de uma grande dama, ela busca representar um modelo padrão da mulher de elite do Ceará, casada, mãe de família, católica; e como parte das políticas de gênero, as tramas da monumentalização de sua memória, de sua imagem, dos gestos, dos discursos, das práticas, arquitetam-se os usos sociais que se carregam de significação. Ora, no meio às narrativas de memória com enfoque na forma que Luíza se autoapresenta, se por um lado percebe-se a imbricação de práticas e representações constituídas por aspectos socioculturais e políticos; por outro lado, "[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a 'sua verdade'" (Gomes, 2004, p. 14).

O papel da fotografia na performance pública de Luíza Távora

"A mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta". A frase reflete o pensamento de uma das figuras mais conhecidas de Roma, Júlio César, político e militar, no ano de 63 antes de Cristo.

Sua esposa Pompéia, organizou em sua casa um festival estritamente para mulheres, em tributo a "Bona Dea" (boa deusa). Na ocasião, Públio Clódio Pulcro invadiu o recinto disfarçado de mulher, com o provável intento de seduzir Pompéia. Ele foi pego e processado, porém inocentado, em razão de Júlio César não apresentar quaisquer indícios que incriminasse Públio durante o julgamento. Após isso, mesmo que nenhuma traição tenha ocorrido, César divorciou-se de Pompéa, já que para ele, sua esposa não poderia estar nem sob suspeita. Quase dois mil anos depois, muitas mudanças ocorreram para as mulheres, mas não o suficiente para que nenhuma delas transforme-se

em uma verdadeira Pompéa, cuja imagem precise parecer mais ilibada possível, por ser a "mulher de", "esposa de", isto é, estar associada a vida de um outro alguém.

Essa situação podemos vincular a construção social e imagética das primeiras-damas. Suas figuras são projetadas da esfera privada para a pública, a partir do casamento com um homem político. Nesse momento, como relata Joly (2012, p. 13), ocorre a produção de um sujeito, de uma imagem concreta ou simbólica de uma primeira-dama, que passa por alguém que a produz ou a reconhece. Afinal, a sua imagem não basta parecer de uma primeira-dama, deve parecer como de uma primeira-dama, cuja imagem seduza; e seja capaz de despertar uma centelha de sentimentos e emoções, bem como, espontaneamente, constitua-se de poderes mágicos (Joly, 2012, p. 19).

Essa discussão em torno da imagem do homem como o sexo nobre e dominante, enquanto a mulher aparece construída com atributos de feminilidade, de beleza e fragilidade, é discutida nos estudos de Gilberto Freyre (1936). Para o autor, mesmo que as transformações sociais advindas com o processo de urbanização no Brasil, tenham ensejado o surgimento de perfis de mulheres distintas da subjugada da casa-grande e dos sobrados, "a condição feminina ainda é marcada por estigmas sustentados na ideologia do patriarcado, cujos sinais podem ser apreendidos na naturalização da mulher ao espaço privado, à esfera doméstica" (Pimenta, 2016, p. 54). E a construção da figura da primeira-dama não foge aos padrões de gênero impostos ao feminino.

Nesse processo, os atributos de feminilidade (sensibilidade, cuidado, instinto maternal) não são renegados ao espaço privado. Muito pelo contrário. Eles são apropriados pela esfera pública e muitas vezes exigidos das primeiras-damas. Essenciais ao jogo político, sobretudo, como estratégia de dominação das classes pobres, por meio das ações assistencialistas, o estereótipo de fragilidade, maternidade, caridade, são utilizados como capital político a serviço do povo. Todavia, Bourdieu (1989) nos alerta que a mulher enfrenta um processo contraditório em sua atuação na esfera pública:

> O acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de Double bind (duplo laço): se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da "femini-

> lidade" e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação (Bourdieu, 1989, p. 84).

A despeito de suas marcações sociais (branca e oriunda de família de destaque), Luíza, e outras primeiras-damas, como Darcy Vargas, têm suas imagens construídas que acabam por ter suas vidas relacionadas a do esposo, ao homem público. No caso de Luíza, sua imagem em muitos momentos se desloca do marido, de modo que o assistencialismo praticado por ela promovia a imagem de Virgílio Távora; ao mesmo tempo que fomentou que sua memória permaneça presente no Ceará, sobretudo na capital, Fortaleza.

De um lado, repetidas reportagens e homenagens atravessam o tempo, e, não raro, evocam sua memória, mobilizando os epítetos com os quais ela era tratada, quando ocupava o cargo de primeira-dama. Assim, expressões como "a grande mãe", "a irrepetível", "a mãe dos pobres", são evocadas quando surgem quaisquer referências ao nome de Luíza Távora.

Figura 1 – Missa da Despedida e Embarque para Brasília, 15/05/1982

Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo Virgílio Távora, Série "Documentos Pessoais", subsérie "Luíza Távora", Caixa Nº 15.

Analisando os usos do passado, o processo de elaboração e fabricação histórica da Luíza de tinta e cores da imprensa, possibilita refletir sobre a construção da figura de Luíza Távora, e a relação entre mulheres e imagem.

Essa reflexão retrata como as primeiras-damas, especificamente Luíza Távora, usufruíram da relação marital com homens públicos, de poder, mas também buscaram traçar caminhos e galgar espaços para atuarem como sujeitos de suas histórias.

Jogando com as fronteiras entre o público e o privado, e lidando, a seu favor, com as artimanhas do poder, Luíza encarnava essa personagem de destaque e projetava seu corpanzil. Não raro, ela aproveitava situações públicas para, com arrojo, deixar-se fotografar e impor sua figura na centralidade das cenas, como se vê nas imagens 1 e 2.

Figura 2 - 3º Aniversário do Governo Virgílio Távora, 15/03/1982

Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo Virgílio Távora, Série Figura 2 - "Documentos Pessoais", subsérie "Luíza Távora", Caixa Nº 15.

Na imagem 3, Luíza Távora permanece como figura central entre o presidente do Brasil, Castelo Branco, e seu marido, o governador do Ceará, isto é, entre os homens de poder. Esse posicionamento demonstra como Luíza soube estrategicamente utilizar o lugar de primeira-dama nos espaços de poder para ultrapassar os limites de "bela, recatada e do lar", jogando com as condições impostas pelo primeiro-damismo, como mulher de poder.

Figura 3 - O presidente Castelo Branco em palestra com o casal Virgílio Távora, 1963

Fonte: Jornal O povo, Biblioteca Estadual do Ceará.

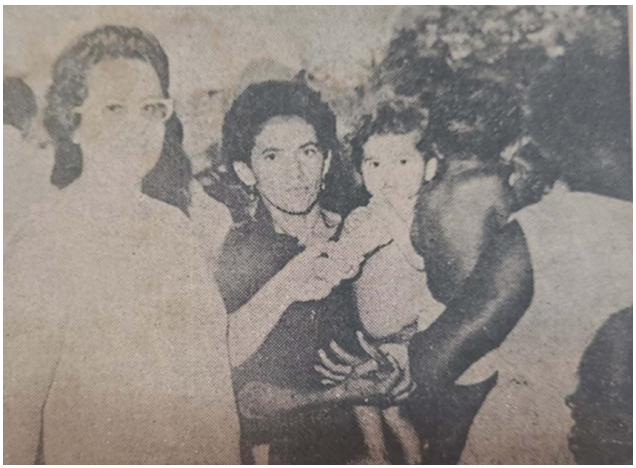
Já na imagem 4, aparece Luíza discursando, algo não tão comum para as mulheres nos anos 60, em plena ditadura civil-militar. Na ocasião, a primeira-dama destaca a frase que foi lema de sua gestão: "desde cedo aprendi a amar os desfavorecidos da sorte". No campo do discurso, Luíza fez o que fez não porque era primeira-dama, mas porque isso era uma tradição de família. Uma família de tradição católica, ligada, portanto, às ações de caridade. Além disso, percebe-se a presença do apelo sentimental e moral que mobilizou mulheres ricas e das classes médias, ao se envolverem com a filantropia (Martins, 2015, p. 19).

Figura 4 - Desde cedo aprendi a amar os desfavorecidos da sorte, s/d.

Fonte: Jornal O povo, Biblioteca Estadual do Ceará.

Enquanto na imagem 5, Luíza Távora aparece junto com outras mulheres e crianças. Na foto, a primeira-dama encerra o natal das Paróquias, evento promovido por ela. A partir dessa imagem, é possível perceber que Luíza transita do centro dos "homens de poder", e se estabelece naquela ocasião "sobre aqueles que permaneciam na esfera de sua benfazeja, influência, como os serviçais e os 'seus' pobres, pessoas atendidas pela dama de caridade, [...], expandindo seu poder para além das fronteiras de 'seu jardim'" (Martins, 2015, p. 21-22).

Figura 5 - Natal das Paróquias, s/d.



Fonte: Jornal O povo, Biblioteca Estadual do Ceará.

Sob essa perspectiva, a atuação de Luíza ultrapassou a esfera do lar. Ora, é fato que a relação marital oportunizou a Luíza trilhar caminhos com participação na dimensão pública como mulher, esposa, mãe, ao lado de um homem-público já coroado na política. No entanto, Luíza por meio de suas ações sociais, encabeçando muitos projetos ao longo dos dois mandatos de governador do marido, cresce em importância e visibilidade social.

Daí observamos que a imagem construída por Luíza ao longo de sua trajetória enquanto primeira-dama não é apenas visual. Está presente como instrumento de comunicação, quando Luíza discursa; e por meio de suas fotografias, construindo a sua própria imagem. E nesse jogo, "as imagens e as palavras se complementam, [...] e as imagens alimentam as imagens", conforme afirma Martins (2015, p. 116) no processo de edificação da imagem de Luíza.

Logo, no processo de elaboração da personalidade pública de Luíza Távora, percebe-se como as fotografias de Luíza revezam-se, interagem, completam-se e sobressaem-se no imaginário coletivo. E não aparecem por acaso. Aparecem como um tipo de linguagem capaz de expressar e comunicar. No caso de Luíza, busca-se construir a imagem de uma mulher forte, ao mesmo tempo de uma mulher sensível, jogando com as condições de esposa, mãe, cristã. Com isso, tanto mobiliza sensibilidades, como formas de reconhecimento e socialização, entendendo-se que essa prerrogativa dá-se pela própria constituição do poder como uma relação social capilarmente construída e movida por interesses e forças diversas.

Referências

AMARAL, Isabel. **Primeira-dama, o que é?** Madrid, 28 de Fevereiro de 2007 (Palestra proferida por Isabel Amaral, na EIP - Escuela Internacional de Protocolo - em Madrid, Espanha, no dia 28 de Fevereiro de 2008). Disponível em: http://br.monografias.com/trabalhos913/primeiradama/primeira dama2.shtml. Acesso em: 13 out. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASILEIRO, Núbia. Luíza Távora – Depoimento. **O Povo.** Fortaleza, 06 ago. 1983. Suplemento Fame.

CARTAXO, Jorge Henrique. Confissão de uma Grande Dama. **O Povo**, Fortaleza, 24 jul. 1988.

DOSSE, François. **O desafio biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro, Record, 1986.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos:** contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2008.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva. **Primeiro-damismo no Ceará:** Luíza Távora na gestão do social. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13 – 28, 1. sem. 2015.

SPOSATI, Adaílza. Prefácio. *In:* TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política:** A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SIMILI, Ivana Guilherme. Políticas de gênero na segunda guerra mundial: as roupas e a moda feminina. **Acervo***,* RJ, v. 25, nº 2, p. 121-142, jul./dez. 2012.

O Ceará-sertão: mapas, produção do território e escrita da história no século XIX

Ana Isabel RP Cortez Reis[1]

Resumo

Esta pesquisa investiga a produção do território/sertão do Ceará a partir de uma sequência de mapas produzidos no século XIX, que demarcavam as fronteiras da Província, mais precisamente os limites do sertão do Ceará. Esta proposta de pesquisa busca compreender os exercícios de poder em que foi constituída/desenhada essa porção da nação, nos oitocentos, a partir da produção de uma consciência do espaço geográfico nos desenhos cartográficos; em que medida esse território, como num palimpsesto, foi demarcado enquanto instrumento aglutinador de um sentimento de pertencimento à nação - que apagava a presença indígena – e instituía as fronteiras para a escrita da História do Ceará, e até que ponto o desenho de linhas políticoadministrativas de um território forjava os autores dos mapas e no âmbito da administração da Colônia e, mais tarde, do Império. Aqui importa estabelecer um esforço de estudo que ultrapasse a concepção do território como espaço vazio, percebendo as diversas formas de relações estabelecidas entre grupos humanos e os demais componentes de um mundo natural. É preciso voltar aos mapas e documentações diversas sobre a produção do território cearense: estudar os jogos de poder por trás das linhas e palavras escritas, dos interesses e disputas pelas terras e propriedades, pelos recursos hídricos, pela gente (mão de obra) e pelos recursos que se esperavam encontrar no território. Mas também dos jogos de poder que envolviam o estabelecimento do Ceará (cuja colonização se deu somente em fins do século XVIII) como espaço a ser incorporado/confirmado ao mapa do Brasil. É preciso, então, estudar com quantos riscos se faz um território ou com quantos traços se fez o Ceará.

Palavras-chave: Ceará; Mapas; Território; Propriedade; História.

1 Professora Adjunto URCA, Pesquisadora INCT – Proprietas.

Este texto é parte de uma pesquisa que investiga a produção do território/sertão do Ceará a partir de uma sequência de mapas produzidos no século XIX, que demarcavam as fronteiras da Província, mais precisamente os limites do sertão do Ceará. Ela busca compreender os exercícios de poder em que foi constituída/desenhada essa porção da nação, nos oitocentos, a partir da produção de uma consciência do espaço geográfico nos desenhos cartográficos; em que medida esse território, como num palimpsesto, foi demarcado enquanto instrumento aglutinador de um sentimento de pertencimento à nação - que apagava a presença indígena – e instituía as fronteiras para a escrita da História do Ceará, e até que ponto o desenho de linhas político-administrativas de um território forjava os autores dos mapas e no âmbito da administração da Colônia e, mais tarde, do Império.

Aqui importa estabelecer um esforço de estudo que ultrapasse a concepção do território como espaço vazio, percebendo as diversas formas de relações estabelecidas entre grupos humanos e os demais componentes de um mundo natural. É preciso voltar aos mapas e documentações diversas sobre a produção do território cearense: estudar os jogos de poder por trás das linhas e palavras escritas, dos interesses e disputas pelas terras e propriedades, pelos recursos hídricos, pela gente (mão de obra) e pelos recursos que se esperavam encontrar no território. Mas também dos jogos de poder que envolviam o estabelecimento do Ceará (cuja colonização se deu somente em fins do século XVIII) como espaço a ser incorporado/confirmado ao mapa do Brasil. É preciso, então, estudar com quantos riscos se faz um território ou com quantos traços se fez o Ceará.

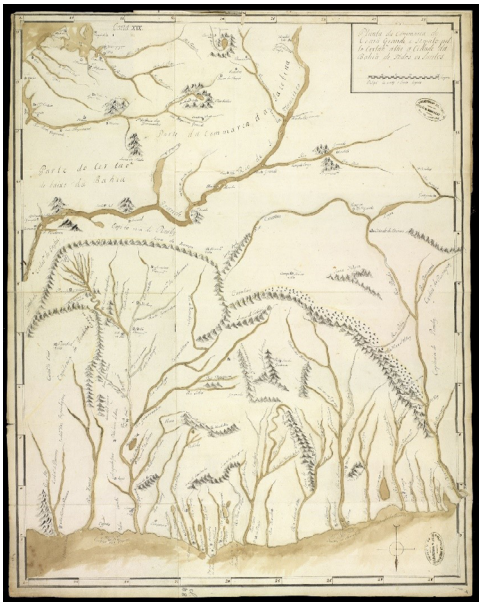
O trabalho com mapas

Esta pesquisa investiga o processo de constituição de um território para o sertão do Brasil, em partes do atual nordeste brasileiro, através da produção de cartografias históricas, no século XIX. Os mapas selecionados para a pesquisa são: 1. a Planta da Comarca do Ceará Grande, de 1801 – vide abaixo; 2. a Carte geographique de Ciará, province de l'Empire du Bresil, 1831, de Martius, Karl Friedrich Philipp von (desenhista), Publicado em Muenchen [Alemanha], Gedruckt bei M. Lindauer; 3. a Carte géographique de Piauhý, province de l'Empire du Brésil, 1828, Martius, Karl Friedrich Philipp von

(desenhista; Spix, Johann Baptist von; Schwarzmann, Joseph; 4. A Carta corográfica das Províncias do Maranhão e Piauhy e partes das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará; e 5. a Carta Geral do Império, 1875.

Neste texto, o destaque será feita com o mapa a Planta da Comarca do Ceará Grande, de 1801. A apresentação desse mapa aqui tem a tarefa de exemplificar as produções cartográficas que serão trabalhadas nesta proposta. Apesar de ser um mapa do Ceará, ele não destaca limites territoriais, 'empurrando' as fronteiras até a Bahia. Na base cartográfica selecionada para esta proposta essas características se repetem no que parece um esforço de apresentar o Brasil sem grandes fronteiras internas. Por isso, importa analisar em que medida essa era uma tentativa de inscrever em mapas a proposta para a escrita da História do Brasil preconizada por Von Martius. Em texto "Como escrever a História do Brasil", que apontava a produção de uma história que destacasse os limites provinciais como prejudicial a formação de uma unidade nacional no Brasil. Ao contrário disso, Von Martius sugeriu uma História do Brasil a partir de cinco grandes regiões, determinadas por seus limites geográficos, ou seu bioma. O espaço recortado para esta pesquisa corresponde a um deles.

Figura 1 - Planta da Comarca do Ceará Grande, de 1801



Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304809_13.jpg.

A escolha dos mapas demarca os anos de 1800 a 1875 como recorte de tempo deste estudo: são produções cartográficas voltadas para a constituição de um território que pudesse contribuir para uma unidade nacional, sem ênfase nas fronteiras provinciais. O início é definido em 1801, mais precisamente, com a Planta da Comarca do Ceará Grande, que apesar do título, o mapa representa os territórios do que é o nordeste brasileiro. E é finalizado em 1875, com a publicação da Carta Geral do Império do Brasil, por Beaupeuare Rohan, que, aparentemente encerrava as discussões sobre a produção de um território para o Brasil.

Por outro lado, a seleção de mapas evidencia o espaço delimitado para estudo neste projeto: ele é amplo, à medida de uma história ambiental, e cujas fronteiras são de papel. Trata-se, especialmente, do território do sertão; do que hoje é o estado do Ceará, mas que, sem fronteiras, se espraia pelo Piauí, Pernambuco, até mesmo Bahia e Maranhão. A definição desse espaço para estudo também considera a indicação dessa região por Von Martius como um dos espaços a partir dos quais deveria ser forjada a História do Brasil, no texto Como escrever a História do Brasil. Sua argumentação visava a produção de uma unidade nacional a partir da constituição de uma narrativa histórica que não estivesse fragmentada em províncias.

As cartografias históricas tinham uma função clara dentro do processo de formação do Estado Nacional, dirigido pelo governo imperial, qual seja: instituir uma consciência do território brasileiro, sobretudo do seu interior. Contudo, essa consciência não se tratava de uma mera representação do espaço. Era, antes, já uma produção do território que trazia elementos para convencer sobre a possibilidade de novas fabricações desse território que contribuíssem com a própria fabricação da nação. Nesse processo, o sertão, tomado como sinônimo de interior do país, conforme entendeu Capistrano de Abreu (1907) em Capítulos de História Colonial, passou a compor as preocupações dos governos imperial e provincial, no contexto de produção da nação brasileira. Era necessário a essa nação brasileira um território, não apenas limites. Era necessário mais que um sertão, era imprescindível que esse sertão se constituísse num Estado territorial, conhecido e manipulável, para que o império brasileiro estivesse cada vez mais centralizado administrativamente.

Os mapas foram os instrumentos primordiais da manipulação desse espaço. Neles, o sertão era devassado, exposto, conhecido, manipulado, fabricado.

Os tracejados presentes nas folhas envelhecidas tinham função definida, não são representações inocentes desse espaço, implicam interesses, jogos de poder, conflitos. Nada nas produções cartográficas está neles impresso por acaso: as cadeias de montanhas, a indicação de rios, as dimensões escolhidas para a produção da cartografia indicam escolhas e interesses. Por isso, toma-se de empréstimo neste texto a expressão 'o fato e a fábula', de Régis Lopes (2012): os traços instituídos nos mapas constituem uma escolha, um fato impresso no papel, e, por outro lado, essa escolha é resultado de um processo complexo de negociações e conflitos que envolviam o governo imperial, os cartógrafos, os donos de sítios e dentre outros personagens.

A cartografia histórica, assim, é fato e é fábula. Nessa 'imprecisão' repousam os interesses desta proposta de pesquisa. Posto que, aqui importa compreender em que medida o Sertão, como parte da Nação brasileira, foi projetado como Estado Territorial nas cartografias oitocentistas; até que ponto o desenhar interior do país consistiu numa invenção do espaço com vistas a apresentá-lo a partir de um ponto de vista moderno, numa cartografia moderna; e, nesse ínterim, analisar o lugar que a projeção de terras e rios têm na produção de um território nos primeiros três terços do século XIX.

Os rios, provavelmente mais do que a terra, ganha centralidade na discussão sobre a organização do território do Brasil no século XIX. Sua integração era um ponto fulcral na produção de um espaço geográfico adequado aos interesses nacionais, sobretudo por sua capacidade de tornar o território coeso. Em 1869, Eduardo Moraes (1869: 49) sugeriu a preocupação em torno das necessidades de aproveitamento da rede fluvial no país e na produção do território nacional: "Não tem o Imperio limites ainda demarcados, seus rios e portos achão-se ainda em o primitivo estado da natureza [...] E, entretanto, a geração que passa, mesquinha e abastardada, trepudía no presente, descuidosa do futuro". Richard Burton, explorador vitoriano em viagem ao Brasil no século XIX, chegou a afirmar que, naquele momento, "a Nação estava diante do inadiável dever de aproveitar seus inúmeros e grandes rios. Era isso o que faltava para completar "o círculo estratégico de que o Império necessita grandemente, agora, para preservar sua integridade" (Burton, 1977, p. 182). E, nesse pensamento, os rios são entendidos, além de um dado da natureza, "como um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país" (Pádua, 2004, p. 28).

Beaupeaure Rohan indicou os rios como elemento central na produção cartográfica de um território, no trabalho de produção da Carta Geral do Império, de que era presidente da Comissão de elaboração, publicada em 1875. Segundo ele observou:

> Nota-se, por exemplo, não só nas nossas cartas, como nos livros que se tem publicado sobre a topographia do Brasil, um grande defeito relativamente a certos accidentes naturaes, aos quais se insiste em dar a denominação de rios, quando em verdade ella não lhes cabe de modo algum. Refiro-me a esses sulcos torrenciaes, que se observam em algumas das nossas Províncias, sobretudo desde a Bahia até o Maranhão, assim como na parte septentrional das de Minas Geraes e Goyaz, os quaes servem de escoadouro ás aguas pluviaes e ficam a secco, logo que passa a estação das chuvas. São elles muitas vezes de grandes dimensões, abrangendo até muitas dezenas de myriamétros de comprimento. Figural-os e descrevel-os como rios provindos de fontes nativas e dotados de curso permanente, é induzir em erro aquelles que procuram estudar seriamente a geographia physica do Brasil.

A preocupação primária do autor da Carta Geral do Império era estabelecer uma definição para os cursos de águas que distinguissem os de caráter permanentes como rios, em oposição ao que chamou de "certos accidentes naturaes" ou "sulcos torrenciais", que, conforme Rohan "servem de escoadouro ás aguas pluviaes e ficam a secco, logo que passa a estação das chuvas". Seu intuito mais imediato era alertar para a perspectiva de erro, de cunho científico, à produção da "geographia physica do Brasil", se houvesse insistência na compreensão que parecia ser senso comum.

Mas sua observação permite perceber os sentidos sociais e econômicos que envolviam a presença de "bons" rios num território: os encontros entre cursos de água são importantes pontos de localização no mapeamento de um espaço. E, também porque a presença de água compõe um aspecto de diferenciação e valorização do espaço geográfico: os rios podiam possibilitar uma circulação

no território que podia garantir o sucesso da interiorização da metrópole, no mundo colonial, e a centralização do poder Imperial, no I e II Reinados. Em termos de propriedade da terra, ou da constituição de um território tendente a prosperidade, a presença de rios era central para projetos e disputa de poder.

Essa centralidade que os rios ganhavam progressivamente nos projetos de poder, no século XIX, terminava por exigir dos cartógrafos e das autoridades governamentais conhecimento sobre os rios do território e as possibilidades de usos deles. A produção cartográfica surge, nas instâncias do poder, como espaço privilegiado para constituição do território e mesmo sua manipulação. Tornando essa documentação em fonte privilegiada para estudo das relações de produção do território e uso dos rios nesse processo. Mas, o documento cartográfico não é suficiente para esse estudo. É necessário associar outras fontes que subsidiem a compreensão dos debates, disputas e embates atinentes a constituição de um sertão para o Brasil do século XIX – entre elas: jornais, relatos de viajantes, correspondência oficial, relatórios de engenheiros e presidentes de províncias e os textos produzidos pelos autores dos mapas que formam a base cartográfica para esta proposta de pesquisa.

O Ceará, o Brasil e o mundo

Os projetos que envolviam a produção de cartografias no Brasil estavam inscritos na tentativa de projeção nacional, em parte motivado pelo desejo de de alinhamento às nações europeias. Na verdade, o país estava envolvido em um processo mundial de ocidentalização com vistas a uma 'universalização do mundo', que implicava numa unificação técnica, política e econômica dos Estados-nações. A construção desse Estado-Nação, conforme Manoel Fernandes de Sousa Neto (2012, p. 50), foi dirigida por aqueles "que controlavam o estado e eram responsáveis, segundo eles próprios, por civilizar as gentes, estabelecer a ordem e realizar o progresso". Simone Petraglia Kropf (1994, p. 202), por sua vez, destacou esse momento como tendo sido marcado pelo movimento de renovação intelectual para quem a palavra de ordem era "modernizar-se, viabilizar o ingresso da nação brasileira no círculo da 'civilização', adequando o país aos horizontes dos 'novos tempos'. Dentro desse processo, a apreensão do Espaço e Tempo nacionais se tornou uma tarefa necessária.

A segunda metade do século XIX, no Brasil, foi o momento de formação do Estado Nacional. O Império Brasileiro estava sedo consolidado no seu Segundo Reinado, com Dom Pedro II, que colocava em prática um projeto de centralização administrativa do país. A impressão de estabilidade social brasileira era experimentada desde 1845, com o término da Guerra dos Farrapos - última revolta de caráter separatista no período imperial brasileiro. Nesse tempo de relativa paz interna, foram implementados projetos que visavam o fortalecimento do poder do imperador e a centralização administrativa do Brasil, como o reconhecimento e demarcação 'mais exata' do que era o território nacional.

Através da apreensão do território brasileiro iniciada pelo governo Imperial, foi projetada a centralização administrativa do Estado, o que contribuía diretamente para forjar a própria nação. A invenção do Brasil, enquanto Estado territorial, foi engendrada no projeto Imperial de centralização administrativa, absorvido pelas Províncias. Tal projeto fundava a necessidade de um conhecimento cartográfico do território, inclusive para projetar seus sistemas viários, através do qual deveria ser instituída a presença do Império em regiões afastadas dos ditames administrativos de Dom Pedro II. Essa centralização estava na pauta dos interesses imperiais que já havia percebido a inviabilidade de uma política regionalizada no contexto do investimento do capitalismo internacional.

Dessa forma, o Império foi organizado, ao longo do século XIX, na hierarquização de escalas necessárias ao seu funcionamento: a Coroa ocupava o topo da escala e era seguido pelos poderes Provincial e Municipal, que foram progressivamente organizados como canais para instituição da administração Imperial nos mais distantes locais do território. Processo iniciado já no início do século XIX, segundo Maria Auxiliadora Lemenhe (1991, p. 108), uma vez que, as Províncias brasileiras teriam assistido a progressiva perda de poder das municipalidades a partir do período Regencial e a ascensão dos presidentes de Província. Estes se tornaram "agentes do poder central[2] na gestão dos assuntos político-administrativos, econômicos e judiciários".

2 Contudo, é de se crer que a atuação desses agentes ultrapassava a administração Provincial (mais tarde estadual), uma vez que esses mesmos homens tinham acesso a outros cargos públicos como os ministérios. A atuação de homens como José Fernando da Costa Pereira Junior, Presidente da Província do Ceará em 1870 e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1874, é indício disso. Certamente que

O processo de produção do Estado Nacional, e de suas Províncias, estava estruturado a partir de, pelo menos, dois eixos principais: pensar a história brasileira de forma sistematizada, e investir na produção do espaço geográfico da nação, sobretudo com base nas técnicas da Cartografia. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, em 1838, com a função de "coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica", era sintomática desse processo. Seus estatutos definidores de um total de 50 membros, constituído por 25 historiadores e 25 geógrafos, sugeria, desde logo, a simbiose dos referidos eixos nesse processo de desvendamento da gênese da Nação Brasileira. No IHGB, conforme Manoel Luiz Salgado Guimarães (1888, p. 15), História e Geografia "forneceriam os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esboço". Eram ainda "os dois momentos do mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integridade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado".

O Ceará, como parte da Nação brasileira, necessariamente devia ter Tempo (passado) e Espaço (território) bem delimitados. Nas palavras de Régis Lopes (2012), esse processo se tratava de uma operação intelectual feita entre os homens letrados da Nação que dava tempo ao espaço e espaço ao tempo. Nesse processo, a cartografia surgia como instrumento de apreensão e de organização do espaço, que informava sobre o território e, ao mesmo tempo, o produzia. Assim, o desenho fabricado cumpria um papel específico de demarcação de propriedade – quando apresentava consciência dele e de relações nele estabelecidas – no interior de tensões constituídas nos marcos da implementação da lei de terras e da expansão ferroviária no Brasil. A relação estabelecida com a cartografia, nesse momento, é de afirmar a posição dos indivíduos diante do território, mas também, e principalmente, de produzir um Estado Territorial.

Contudo, o desenvolvimento desses objetivos somente torna-se possível conquanto a proposta da pesquisa tenha uma perspectiva interdisciplinar, que integre num esforço de estudo histórico as inovações da tecnologia da informação no que diz respeito aos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que permitam a reprodução e análise dos mapas a serem estudados. Nesse

este revezamento de alguns 'agentes do poder central' em cargos públicos contribuía minimamente para a continuidade de projetos nacionais e regionais nas duas instâncias (Cf: Abreu, 1907).

sentido, esta proposta tem caráter interdisciplinar, integrando os conhecimentos inscritos nos campos da História, Informática e Geografia.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 1907. *In:* http://www.4shared.com/office/NKrq5vvx/capistrano_de_abreu__captulos_.html.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira:** história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico.** Apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

CURTIS, P. O novo mundo. *In:* **O TESOURO dos mapas:** a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, p. 24-29, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 4, n. 8, 1991.

FEBVRE, Lucien. **O Reno:** história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.**Tradução de Milton Amado, apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; Sao Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975;

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. N. 1. 1988.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

JOLY, Fernand. **A Cartografia.** 10ed. Campinas: Papirus, 1990.

KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover – A engenharia de um Brasil moderno. *In:* HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs). **A invenção do Brasil moderno:** medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, p. 202-223, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma cidade:** conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MERLEU-PONTY, Maurice. **Palestras.** Lisboa/Portugal: Edições 70, 1940.

MORAES, Eduardo José de. **Navegação Interior do Brasil.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1869.

MOTTA, Márcia Maria M. **O Rural à la gauche:** campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Niterói: Editora da UFF, 2014.

MOTTA, Márcia Maria M.; GUIMARÃES, Elione Silva. **História Social da Agricultura revisitada:** fontes e metodologia de pesquisa. Diálogos, revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, volume 11, nº3, 2007.

MOTTA, Márcia Maria M.; MACHADO, Marina Monteiro. Sobre enfiteuses e outros termos: uma análise sobre os conceitos do universo rural. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 2, jul./dez. 2017.

QUADROS, Eduardo. A Letra e a Linha: a cartografia como fonte histórica. **Rev. Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 27-40, jan/jun, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula:** O Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS, Ana Isabel RPC. **O Espaço a serviço do Tempo:** A Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos para o Império:** os planos de viação do segundo reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2012.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5 ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Políticas de educação integral em tempo integral na rede municipal de educação de Fortaleza

Keile Socorro Leite Felix[1]
Geovanio Carlos Bezerra Rodrigues[2]

Resumo

Em 2014 foi criado por meio da Lei N° 13.005 o Plano Nacional de Educação (PNE). Com um prazo de implementação de 10 anos, esse documento tem por finalidade criar, em parceria entre União, Estados e Municípios, políticas públicas eficazes em âmbito educacional com vistas a reduzir as desigualdades sociais e econômicas do país por meio da melhoria do processo de ensino e aprendizagem, oportunizando às crianças, jovens e adultos um nível educacional adequado. O PNE possui 20 metas que, pela regulamentação, devem ser cumpridas no prazo de 10 anos. Nosso recorte de pesquisa é a Meta 6 do PNE que estabelece a ampliação da oferta de Tempo Integral em pelo menos 50% das escolas públicas. Buscaremos compreender como essa política pública vem sendo estabelecida no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza, bem como analisar os modelos de ampliação da jornada escolar ofertada pela Rede de Ensino, suas propostas curriculares e a qualidade ofertada no processo de ensino-aprendizagem. Utiliza como interlocução teórica FOUCAULT; LUCK, 2013; SAVIANE, 1998 e 2019; REMOND, 1994; VEIGA NETO, 2017. Como procedimentos metodológicos faremos a revisão de fontes da literatura especializada como FRIGOTO, 2007; DIAS SOBRINHO, 2012, dentre outros. Analisaremos como escopo documental: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), a Base Nacional Comum Curricular, o PNE (BRASIL, 2014), os dados disponibilizados pelo Observatório do Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal da Educação (2014) e os relatórios produzidos pelo(a): Conferência Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação de Fortaleza, Plano Fortaleza

1 Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

2 Professor Efetivo da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará.

2040, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP) e dados das avaliações externas.

Palavras-chave: Política Educacional; Tempo Integral; Plano Nacional de Educação.

Introdução

A educação tem papel fundamental no tocante ao desenvolvimento de uma sociedade. Embora essa frase possa parecer clichê e ser bastante comum aparecer nos discursos políticos e daqueles que estão à frente das pastas responsáveis pela implementação das políticas públicas educacionais, a ideia de um Estado colocando em prática ações que visam garantir o desenvolvimento humano por meio da educação é prática recente em um país que por mais de três séculos instituiu-se num cenário social, majoritariamente, baseado na mão-de-obra escrava e no modelo econômico agroexportador.

É com o advento da República, no contexto da busca da modernização do Estado Nacional, que o discurso da educação como campo necessário ao "desenvolvimento do país" passa a ter presença marcante nas propostas de governo, sobretudo a partir da década de 1930. Dentre os acontecimentos mais marcantes na área educacional neste período, destaca-se: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, as Reformas do Ensino Secundário e do Ensino Superior, o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, a Constituição de 1934, dentre outros.

Ressalta-se que essas medidas implementadas na década de 1930 estavam envoltas em debates e concepções políticas divergentes quanto às questões essenciais para a tomada de decisão das políticas públicas educacionais a serem implementadas, dentre esses pontos discordantes podemos destacar: o debate acerca da ampliação da educação pública, a gratuidade, a laicidade e a sua obrigatoriedade.

As reformas educacionais desse período deixam claro que embora tenham havido certos avanços no campo da educação se comparado com os períodos colonial e imperial, a República brasileira inicia-se sendo incapaz de romper

com o elitismo na educação, mantendo-a direcionada basicamente para o atendimento das camadas médias e ricas da sociedade.

O presente texto buscará analisar como se encontra o atendimento da meta nº 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) que trata da ampliação do atendimento dos estudantes matriculados na educação de tempo integral. Inicialmente faremos uma análise do histórico da construção do Plano Nacional ao longo do século XX e XXI nas principais legislações educacionais, analisando suas divergências e contradições e depois trataremos acerca dessa temática nos atuais Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação de Fortaleza, comparando os dados de matrícula em tempo integral no município de Fortaleza no ano inicial de implementação do PNE em 2014 com os dados atuais.

Plano Nacional de Educação - um longo percurso

Embora remonte ao período imperial algumas discussões e proposições acerca da necessidade de criação de um plano de educação que fosse uniforme em todas as províncias e esse debate tenha sido retomado na década de 1920 (Cury, 2015), foi na década de 1930 que as discussões acerca da importância de sistematização de um Plano de Educação que contemplasse a massa, com o ensino laico e que fosse obrigatório e gratuito, pautando-se na cientificidade e valores democráticos, foram efetivadas em maiores proporções. Essas proposições foram defendidas por um grupo de intelectuais progressistas que se colocavam contrários ao projeto hegemônico de educação pautada no ensino bacharelesco e elitista, suas proposições foram registradas no Manifesto dos Pioneiros da Educação (Azevedo, 2015, p. 268).

A Constituição Federal de 1934 também trouxe em seu Art. nº 150 a indicação da criação do Plano Nacional de Educação, apontando que era de competência da União "Fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País (Brasil, 1934). Nesta Constituição ficou estabelecido em seu Art. nº 52 que caberia ao Conselho Nacional de Educação (CNE - Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931) elaborar o Plano Nacional de Educação a ser encaminhado ao Poder

Legislativo para apreciação e aprovação. O Plano Nacional de Educação foi debatido por diversos setores ligados à educação e à política e encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas e ao Congresso Nacional para apreciação em 18 de maio de 1937. O projeto chegou a ser analisado e debatido no Congresso, no entanto, com a instalação do Estado Novo, em 1937, a proposta de sistematização do Plano Nacional de Educação foi novamente relegada a segundo plano.

Essa temática só retornou às discussões a nível oficial em 1961 com a criação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 4.024). A LDB deixou novamente a cargo do Conselho Nacional de Educação a elaboração do Plano Nacional de Educação e em 1962 o documento foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação. O documento continha diagnósticos, objetivos e metas com caráter quantitativos e qualitativos a serem alcançados num prazo de oito anos e possuía dentre seus objetivos os de: elevar os níveis de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino, reduzir as desigualdades sociais e regionais e favorecer a democratização da gestão (Brasil, 1962). No entanto, essa proposta é novamente colocada à margem com a instalação do Regime Militar, em 1968.

A Constituição Brasileira de 1988 retoma novamente em seu Art. nº 214 a necessidade da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) com vistas à, dentre outros aspectos, erradicar o analfabetismo, melhorar a qualidade do ensino, universalizar o atendimento escolar e conduzir a formação para o trabalho.

Essa normativa constitucional foi sistematizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº 9.394, de 1996). Em seu Art. nº 9 é colocado à cargo da União em colaboração com Estados, o Distrito Federal e os Municípios a responsabilidade na elaboração do Plano Nacional de Educação e em seu Art. n º 87 é instituído "a Década da Educação", sendo pontuado que "§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos" (Brasil, 1996).

O não cumprimento do prazo para entrega do Plano Nacional de Educação, conforme previsto na LDB de 1996, fora fruto de intensos e acalora-

dos debates acerca de concepções divergentes sobre o papel da educação, das atribuições que caberiam à União e aos entes federados e sobre a aplicação de recursos para garantir a efetiva implementação das metas, ficando essas concepções diferentes de proposta à educação pública brasileira divididas entre o chamado "PNE da Sociedade Brasileira" (Com foco no fortalecimento da escola pública obrigatória e gratuita, gestão democrática e ampliação dos recursos destinados à educação) e o "PNE do Governo" (Com foco na centralização, sobretudo na esfera federal, da formulação e da gestão educacional e participação da sociedade em ações de políticas educacionais). Com o país recém saído de um regime militar e ainda num contexto de grandes desigualdades sociais reforçadas com a crise econômica vivenciada no período, temos em 2001 a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 10.172, janeiro de 2001). Embora com caráter notadamente conservador e alinhado aos interesses neoliberais, não se pode deixar de observar a importância deste documento para a educação do país ao trazer estudos e dados que revelavam problemas e desafios educacionais a serem enfrentados.

Ao longo desses dez anos, o PNE sofreu alterações de acordo com as novas coalizões políticas que foram assumindo a governança do País (Azevedo, 2015). Dentre os avanços perceptíveis à nível educacional durante a implementação do 1º Plano Nacional de Educação, Janete Azevedo pontua:

> A ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos; a ampliação da educação obrigatória e gratuita que passou a abranger a educação infantil e o ensino médio, além do fundamental; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), destinado ao financiamento dessa ampliação; entre outras. Além disso, houve a ampliação de políticas afirmativas e de inclusão, a expansão do acesso ao ensino superior e a interiorização das instituições federais desse nível, bem como o aumento dos recursos para financiar a educação estabelecido na Emenda Constitucional nº 59,

de 2009 (Azevedo, J. M. Lins de. 2015, p. 272).

Diante o exposto, pode-se argumentar que, embora seja perceptível que a educação e as políticas educacionais continuassem distantes do padrão de qualidade necessário à contemplação de todos os sujeitos sociais e que as metas estabelecidas não foram, em sua maioria, atendidas em sua totalidade prevista no Plano, as mudanças implementadas nesse período por governos que se intitulam de coligações democrático-popular trouxeram avanços significativos à educação do país e possibilitaram a implementação parcial do PNE com as mudanças advindas das novas agendas das políticas educacionais, com ênfase em ações de governo que buscavam expandir a educação pública de qualidade.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Educação em Tempo Integral

Em 2014 foi aprovado, por meio da Lei Nº 13.005, o segundo Plano Nacional de Educação (PNE). Com um prazo de implementação de 10 anos, esse documento traz como diretrizes criar, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, políticas públicas em âmbito nacional de melhorias do processo de ensino e aprendizagem que sejam efetivamente eficazes com vistas à superação das desigualdades sociais e econômicas do país, oportunizando às crianças, jovens e adultos educação de qualidade, com ênfase na promoção da cidadania, na erradicação de todas as formas de discriminação e baseada no respeito aos direitos humano, à diversidade e sustentabilidade socioambiental, visando a formação para o trabalho e para exercício da cidadania (Brasil, 2014).

Cabe salientar que esse Plano Nacional de Educação foi inicialmente proposto baseado em ampla discussão da sociedade por meio dos debates realizados em duas Conferências Nacionais de Educação (CONAE) que contou com participações de vários atores sociais como educadores, estudantes, pais, sindicatos, movimentos sociais, dentre outros. No entanto, seu texto inicial sofreu diversas modificações até a elaboração final. Essas mudanças foram propostas pelo relator do PNE e por Deputados que advogam a concepção da educação pública alinhada à lógica do mercado.

O Novo Plano Nacional de Educação é herdeiro dos debates, das divergências e dos limites e avanços que historicamente têm marcado a educação brasileira e seu planejamento. Ele representa um dos principais instrumentos de implementação de políticas públicas educacionais no país no decênio de 2014 a 2024. Embora se possa fazer ressalvas em alguns pontos de seu texto final, suas metas, estratégias, indicadores e recursos financeiros indicam grandes avanços se comparados ao primeiro PNE.

O PNE (2014-2024) possui 20 metas que, por sua regulamentação, devem ser cumpridas no prazo de 10 anos. Nosso recorte de análise é a Meta 6 do PNE que tem por objetivo "Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica" (Brasil, 2014).

Buscaremos compreender como essa política pública vem sendo estabelecida no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza, bem como analisar os modelos de ampliação da jornada escolar ofertadas pela Rede de Ensino.

Em seu Art. 8º o Plano Nacional de Educação estabelecia que:

> Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.
> § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:
> I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
> II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
> III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

> IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

Atendendo a legislação vigente, o Município de Fortaleza aprovou o Plano Municipal de Educação (PME) em 2015 (Lei nº 10.371, de 24 de junho de 2015). Em seu texto de apresentação o PME, traz que:

> O presente documento materializa o Plano Municipal de Educação (PME) de Fortaleza, que prevê o desenvolvimento de uma política educacional comprometida com a escola municipal de qualidade.
> [...]
>
> Espera-se que, pelo PME, seja instaurada uma cultura de planejamento democrático, científico e sistêmico, que envolva todos os cidadãos em realizações pessoais e comuns cada vez mais qualificadas. Espera-se, especialmente, que o PME se integre ao Plano Diretor do Município e aos Planos de Desenvolvimento Sustentável do Município e da Região, dando-lhes coerência teórica e ideológica e garantindo a efetividade das estratégias e ações de todas as políticas públicas e das atividades econômicas e culturais levadas a efeito pela sociedade municipal (Fortaleza, 2015).

Como se percebe na leitura desses trechos de apresentação do PME, o município se compromete a implantar no prazo estabelecido o cumprimento das metas previstas com o foco de fortalecer a melhoria da qualidade da educação bem como reforça a necessidade da integração dessas metas educacionais ao Plano Diretor do Município, instrumento que tem como objetivo definir as diretrizes da gestão a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida da população por meio das ações das políticas públicas implantadas.

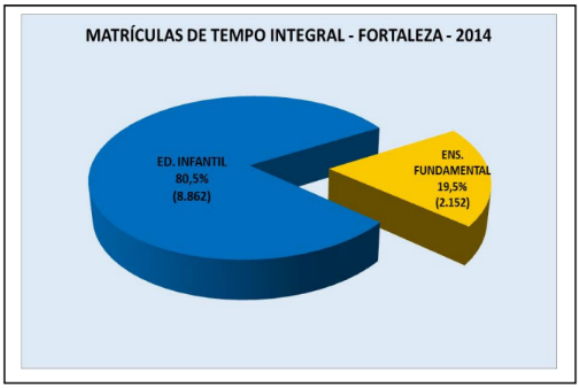
No que concerne à Meta nº 6, o PME traz os seguintes dados do diagnóstico realizado acerca da matrícula de estudantes em tempo integral que

serviriam de marco inicial para as ações que seriam implementadas ao longo do prazo estabelecido (Fortaleza, 2015, p. 34):

TABELA 39
MUNICÍPIO DE FORTALEZA
QUANTITATIVO DE ESCOLA E MATRÍCULAS DE TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
2010 a 2014

Ano	ED. INFANTIL		ENS. FUNDAMENTAL	
	ESCOLAS	MATR.	ESCOLAS	MATR.
2010	160	10.874	3	45
2011	166	10.962	4	35
2012	175	11.259	5	84
2013	180	11.519	5	150
2014	199	8.862	17	2.152

Fonte: SME/Censo Escolar - 2015



Fonte: SME/Censo Escolar – 2015.

Pela análise dos dados, percebe-se que houve um aumento crescente de 2010 a 2014 no número de escolas com atendimento em tempo integral tanto na educação infantil como no ensino fundamental, embora tenha ocorrido uma redução no número de matrículas na educação infantil no ano de 2014, enquanto que no ensino fundamental esse número de matrícula apresentou crescimento nesse mesmo intervalo de tempo. Essa era a realidade apontada pelo município de Fortaleza acerca da matrícula em tempo integral no ano de início de implementação do Plano Nacional de Educação.

Dentre as nove estratégias traçadas pelo PNE para cumprimento desta meta, o PME traz em seu documento seis estratégias, são elas: \

Tabela 1 - Estratégias do PME para alcançar a meta nº 6 do PNE

Meta	Estratégia
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.	Estender progressivamente a política municipal de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo.
	Institucionalizar de forma a garantir e manter, em regime de colaboração, através de programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos, a infraestrutura necessária, bem como os tempos e espaços para a educação em tempo integral.
	Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos da comunidade, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e outros.
	Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede municipal, por parte das entidades privadas de serviço social, de forma concomitante.
	Readequar a estrutura curricular de modo a atender as necessidades do ensino em tempo integral, com atividades integradas ao longo do período escolar, que reúnam práticas lúdicas e disciplinas convencionais.
	Desenvolver de forma transversal, lúdica e integrada atividades de natureza cognitiva, esportiva, cultural, artística e de lazer, tornando a escola interessante e cada vez mais competente no desenvolvimento de sua função social.

Fonte: Fortaleza, 2015, p. 34.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza vem buscando ao longo desse período cumprir as estratégias estabelecidas no PME para atingir o estabelecido na meta aqui analisada. Dentre essas ações estratégicas desenvolvidas destaca-se a construção progressiva de escolas e centros de educação infantil que atendem aos estudantes em tempo integral, requalificação dos equipamentos antigos, criação de projetos implementados em escolas de tempo parcial que ampliam a jornada escolar dos estudantes no contraturno, como: Aprender Mais, Integração, Integração Turmas Avançadas, Escola Areninha, Pró-Técnico, Fortaleza bilíngue, dentre outros. Cada projeto desse possui público

e objetivos diferentes, mas tem como característica comum a ampliação da jornada escolar para no mínimo 7h diárias, atendendo ao disposto na meta nº 6 do PME/PNE.

Além das ações mencionadas acima, a Prefeitura de Fortaleza também vem investimento na compra de materiais que auxiliam a implementação do tempo integral como a montagem dos laboratórios fixos de ciências e de matemática nas escolas de tempo integral e dos laboratórios móveis nas escolas de tempo parcial, construção e requalificação de quadras poliesportivas, implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas da Rede que visam atender aos alunos com deficiência em suas necessidades de fortalecimento das habilidades motoras, cognitiva e de interação. Vem ainda, estabelecendo parcerias e incentivando as unidades escolares a estabelecerem parcerias com espaços do seu entorno que possam contribuir com ações de aprendizagem, lazer, esportes e interação ambiental dentro do conceito de "Comunidade de Aprendizagem" (Fortaleza, 2015, p. 7).

Buscando analisar a cobertura de tempo integral no município de Fortaleza, analisou-se os dados do censo escolar do ano letivo de 2023 referentes ao número de alunos matriculados na rede e os dados relativos ao número de matrículas em tempo integral.

Tabela 2 - Matrículas do Ensino Regular de Fortaleza, 2023

Matrículas inicial de Fortaleza - 2023 Ensino Regular							
CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS	
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
2.713	12.744	29.596	9	32.481	55.404	5.789	69.768

Fonte: Dados Censo Escolar – 2023.

Tabela 3 - Matrículas da Educação Especial de Fortaleza, 2023

Matrículas inicial de Fortaleza - 2023 Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
166	489	1974	5	5.603	597	3.158	1.921

Fonte: Dados Censo Escolar – 2023.

Analisando os dados apresentados pelo Censo Escolar é possível quantificar a matrícula inicial dos estudantes para o ano letivo de 2023. Neste ano, Fortaleza apresenta somando a matrícula geral do Ensino Regular e da Educação Especial um total de 222.417 estudantes. Destes, 81.480 fazem parte do público dos estudantes atendidos no ensino parcial e 140.937 são atendidos em tempo integral, conforme observa-se na tabela abaixo:

Tabela 4 - Matrícula inicial geral de Fortaleza e atendimento no tempo parcial e integral

Matrícula inicial geral de Fortaleza				
Matrícula geral	Atendidos no tempo parcial	Porcentagem atendimento em tempo parcial	Atendidos no tempo integral	Porcentagem atendimento em tempo integral
222.417 estudantes	81.480 estudantes	36.63% estudantes	140.937 estudantes	63.37% estudantes

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do censo escolar de 2023.

Como fica perceptível na análise dos dados de matrícula do censo escolar, pode-se concluir que o município de Fortaleza já conseguiu atingir a meta de nº 6 do PME/PNE ao ter um percentual de 63.37% dos estudantes matriculados em tempo integral.

O Plano Municipal de Educação de Fortaleza prevê, dentre seus objetivos no atendimento ao disposto na meta analisada, "Proporcionar o desenvolvimento de uma educação integral que contemple o pleno desenvolvimento humano (afetivo, cognitivo, artístico, espiritual, esportivo, sociocultural), garantindo a infraestrutura necessária e a ampliação dos tempos e espaços educativos" (Fortaleza, 2015, p. 34).

É salutar diferenciar os conceitos de "educação integral" e "educação de tempo integral". O conceito de "educação de tempo integral" está voltado para a ampliação da jornada escolar para, no mínimo, 7h diárias na qual o estudante tem interação pedagógica com os componentes curriculares da base comum bem como com atividades complementares e que por ter essa ampliação pode possibilitar ou não a criação de um currículo e práticas pedagógicas com foco na educação integral. Já a compreensão de "educação integral" está voltada para a formação integral do ser humano em suas múltiplas dimensionalidades cognitiva, estética, ética, física, social, afetiva (Paro, 2009a) e, mais ainda, perpassando as fronteiras de sua multidimensionalidade "[...] a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo

e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano" (Guará, 2005, p. 16).

Os dados aqui apresentados nos mostram que se pode verificar que o município de Fortaleza atende a meta no tocante à educação em tempo integral. No entanto, compreendemos a importância de analisar qualitativamente o cumprimento dessa meta. Neste sentido, no seguimento da pesquisa pesquisaremos, de maneira mais sistematizada, as ações implementadas pelo município de Fortaleza para atingir a meta estabelecida: quais programas e projetos que foram criados com foco na ampliação da jornada escolar averiguando o quantitativo de matrícula e de frequência de estudantes em cada projeto; como está sistematizado o currículo de cada um deles; realizaremos entrevistas com gestores, professores e estudantes acerca das suas concepções da escola em tempo integral e projetos de ampliação de carga horária; analisaremos dados educacionais; faremos o levantamento do quantitativo de construções de novos equipamentos e adequações realizadas nas escolas já existentes para atender os estudantes em ampliação de jornada escolar com qualidade; que recursos foram destinados a essas ações para que fossem empreendidas e quais parcerias foram estabelecidas analisando se todas as ações implementadas atendem para além da ampliação da jornada escolar à formação do estudante de maneira integral.

Referências

AZEVEDO, J. M. Lins de. Plano Nacional de Educação e planejamento: A questão da qualidade da educação básica. **Retratos Da Escola**, v. 8, n. 15, p. 265–280, 2015. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/441/572. Acesso em: 25 mar. 24.

BRASIL. **Constituição 1934.** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: MEC, 1962.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **PNE - Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936/1937. **Educativa**, Goiânia. v. 17, n. 2. p. 396-424, jul./dez. 2015. Disponível em: Plano+Nacional+de+Educação+1936+1937+Carlos+R.+Jamil+Cury%20 (4).pdf. Acesso em: 26 mar. 24.

FORTALEZA. **Plano Municipal de Educação**, Lei nº 10.371, de 24 de junho de 2015. Diário Oficial do Município, nº 15.549, de 24 de junho de 2015.

GUARÁ, Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec: Educação Integral**, n. 2, São Paulo: Cenpec, 2006. Acesso em: 26 mar. 24.

PARO, V. H. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. *In:* Coelho, L. M. C. C. (Org.). **Educação integral em tempo integral:** estudos e experiências em processo. Petrópolis, RJ: DP *et Alli*, 2009a. p. 13-20. Acesso em: 26 mar. 24.

A chama e a sombra: apontamentos sobre a iluminação a gás (Fortaleza – Ceará, século XIX)

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho[1]

Resumo

Este trabalho tenciona compreender o processo de instalação, funcionamento, consolidação e expansão da iluminação a gás na cidade de Fortaleza, deslindando a incidência desse sistema técnico no ritmo, nas condutas e práticas de grupos variados que compunham a população local. Embora o referido dispositivo de luz artificial tenha vigorado da década de 1860 à de 1930, busca-se no momento situar o enfoque nos oitocentos, quando a concessionária do serviço ainda não enfrentara a concorrência de fontes como a eletricidade, a qual nos primeiros decênios do século XX passou a disputar tanto clientes quanto o prestígio da associação com o assim chamado mundo moderno. Diferentemente do que em geral se presume, a luz de gás suscitou avaliações mais diversificadas do que a exaltação enfática diante de uma "marca do progresso", fosse por debates na imprensa e no parlamento quanto às prioridades atendidas pelos cofres provinciais, fosse por insatisfações duradouras a respeito da qualidade e abrangência dos focos luminosos. Porém, se a adoção do novo aparato favoreceu a construção de uma imagem da capital cearense mais afinada com grandes centros, importa ressaltar que o espaço urbano foi também constituído por outras iniciativas que, no século XIX, se costumava designar de "melhoramentos materiais" (retificação de logradouros, pavimentação de vias, aparelhamento de portos, implantação de ferrovia, rede de abastecimento de água etc.). Em meio a esse conjunto de obras e equipamentos que contribuíram para a transformação do ambiente construído e exigiram, dos habitantes, um persistente aprendizado no contato e manejo de novos potenciais de movimento, energia e comunicação, a iluminação a gás se notabilizou, entre outras razões, pela abertura de possibilidades outrora desconhecidas para a fruição do tempo livre e o incremento de sociabilidades noturnas. Marcas dessa presença

1 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Ceará (UFC).

técnica na paisagem são discerníveis na iconografia urbana, difusa em álbuns de vistas, revistas e postais. A análise, ora em curso, de um domínio da luz pautado em procedimentos da era industrial não deixa de assinalar, também, uma gama de artefatos e materiais que coexistiram com o gás, ou com ele disputaram potenciais consumidores, desde a queima da lenha e velas produzidas em âmbito doméstico até o querosene, sugerindo a multiplicidade de culturas técnicas que permeavam o cotidiano. Todavia, além da inovação nas formas de obtenção de luz, investigar o percurso de implantação do sistema do gás possibilita um exame específico dos desafios institucionais que, nomeadamente no Segundo Reinado, envolviam a regulação dos serviços públicos exercidos por companhias particulares, sugerindo não poucas dificuldades no estabelecimento formal de atribuições e responsabilidades para a taxação, fiscalização, sanção e recolha de multas aplicadas. Nessa medida, a infraestrutura que sustentou um padrão tecnológico de iluminação urbana teve de ser acompanhada por um quadro administrativo que, em tensões e acordos com interesses privados, fazia incidir sobre determinado campo de atividade a autoridade do Estado. A pesquisa se apoia no mapeamento, cotejo e análise de um conjunto heteróclito de documentos, entre os quais narrativas de viagem, almanaques, relatórios, jornais, livros de memória, estatísticas e crônicas históricas.

Palavras-chave: Cultura material; História das técnicas; História dos sentidos; Segundo Reinado.

No romance *A afilhada*, cuja trama se desenrola na cidade de Fortaleza na década de 1870, descreve-se a caminhada de um personagem pelas ruas, tarde da noite:

> Seguia pelas calçadas desertas. A sua sombra estampava-se nítida na parede, ia crescendo, duplicava, obscurecia, apagava-se na equidistância dos lampiões, renascia tênue, desdobrando, pintava-se outra vez ao vivo, e tornava a repetir o mesmo, por aquela atonia das desoras, onde só as suas passadas feriam o soturno da noite (Paiva, 1993, p. 190-191).

A obra literária veio a lume em 1889 como folhetim, publicado no rodapé do jornal *O Libertador*. Na passagem citada a ênfase recai sobre a forma cambiante assumida pela sombra do jovem que se deslocava no espaço urbano: o volume, a densidade e a nitidez daquela marca fugidia se reconfiguravam de acordo com a posição que o corpo em movimento estabelecia diante da fileira de combustores a gás que guarneciam a iluminação pública. À medida que o habitante percorria os logradouros, um rastro mais discreto e volátil que seus passos se projetava na superfície dos imóveis; a metamorfose daquelas aparições resultava do jogo de proximidade e distância entre os lampiões dispostos à beira dos passeios. Mas essa variação, enquadrada numa sequência fixa de alternâncias, provavelmente acabaria gerando, após instantes, certa indiferença por parte de um observador da cena noturna. Afinal, as sombras do transeunte desenhavam sempre o mesmo conjunto de alterações; embora multiformes, pareciam desprovidas de surpresa, algo solidárias à monotonia e, portanto, carentes de maior interesse. É possível que a breve descrição construída pelo escritor Manuel de Oliveira Paiva se prestasse, também, a um exercício do olhar a partir da leitura. Sua menção aos contornos de escuridão que mudavam de aspecto talvez ajudasse a despertar, em seus leitores, a atenção para os focos luminosos que, se permaneciam fixos no alto dos combustores, faziam transmutar as silhuetas. Como se o deslocamento pelas ruas carregasse consigo não apenas o corpo do pedestre, mas também pontilhasse a paisagem com vestígios fugazes e silenciosos, todavia acessíveis à percepção de quem estivesse preparado para vê-los. Daquela narração literária se salientava o vínculo entre a chama de uma luz moderna e a sombra que testemunhava seu alcance. Difícil saber se aquele aprendizado da visão constituía um dos objetivos do romancista. Fato é que, quando da publicação de *A afilhada*, a capital do Ceará já contava há mais de vinte anos com o gás para fins de iluminação. Desde sua inauguração em setembro de 1867, aquele sistema se converteu no principal meio de redução do escuro noturno, ao menos nas vias públicas do perímetro central da cidade. Para a geração que cresceu sob a presença do equipamento urbano em apreço, não seria implausível o pouco caso ou eventual distração quanto aos efeitos visuais por ele fabricados. Mas o contato com o romance poderia diminuir a excessiva familiaridade da luz de gás, contribuindo para que uma impressão renovada do ambiente prevalecesse, momentaneamente, sobre hábitos e noções arraigadas.

Embora mais notória, a aplicação do gás não se restringiu a ruas e praças, implicando seu usufruto por uma fração das residências, clubes, lojas, cafés e restaurantes. A iluminação para fins particulares também envolveu um novo repertório de ações cotidianas. Um vestígio delas se encontra em cena de um texto ficcional do escritor Antonio Sales, intitulado "Álbum de estudos" e divulgado no periódico da agremiação literária Padaria Espiritual:

> Chegando a sua porta, abriu-a, riscou um fósforo, abriu o registro do gás e subiu a escada que dava para o sótão onde dormia.
> Acendeu um bico de gás e despiu-se, recostando-se em seguida à janelinha quadrada onde não caberiam duas pessoas (Jornal *O Pão*, 1 dez. 1895, p. 2).

Nessa sequência de movimentos ordinários aparece a intimidade gradativamente conquistada no trato com o gás. Entre as cautelas requeridas estava o fechamento do registro, ao se deixar um imóvel, para prevenir vazamentos ou acúmulos do fluido em recintos fechados. Daí porque, chegando a casa, o personagem acende um fósforo depois de aberta a porta e, fazendo recuar com essa pequena chama a escuridão circundante, aciona o registro para em seguida pôr a funcionar uma lâmpada em seu dormitório. A depender da disposição interna da habitação, a liberação do gás não se traduzia em imediata claridade do ambiente (experiência distante da instantaneidade contemporânea no manuseio de interruptores elétricos); no caso em apreço, o percurso da entrada ao quarto era secundado pela modesta luz de um fósforo. E o convívio desses dois recursos de iluminação apontava para o aprendizado, pelo usuário, de uma integração entre noções de tempo e espaço com requisitos próprios: o gás, acessível em pontos fixos, era avesso a demoras – uma vez aberta sua válvula, impunha-se logo o acendimento, sob pena de acidentes; já o fósforo, de natureza portátil, aliava a rapidez de seu efeito a um sentido de duração. Como observam estudos de história das técnicas, a substituição de um artefato por outro ou a articulação de ambos, longe de ser evidente ou sustentada por uma tendência natural, configura um processo multifacetado e envolvido na teia de relações sociais, hábitos e modos de fazer de uma determinada coletividade (Akrich; Méadel, 1999).

Entre tantos outros, os textos de Oliveira Paiva e Antonio Sales assinalam que Fortaleza pertenceu a um grupo restrito de cidades brasileiras dotadas da luz de gás no fim do século XIX, o qual incluía Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, Belém, São Paulo, Porto Alegre, Santos, Campinas, Petrópolis, Campos e Rio Grande (Telles, 1994, p. 370). Esse usufruto de um domínio mais sistemático sobre a obtenção de luz, experimentado em casos pontuais desde o começo dos oitocentos, conheceu expansão relevante a partir dos anos 1830, com sua implantação em diversas capitais europeias. No meado do século XIX um guia de Paris divulgava determinada classificação das cidades tendo por base o consumo de gás, tornado à época um sinal de modernidade (Roncayolo, 1999). Ao dispor daquele sistema de iluminação desde 1867, a capital cearense obteve um predicado que não apenas fortalecia sua posição na hierarquia urbana de um país com forte preponderância rural, mas guarnecia seu ingresso imaginário num conjunto de cidades valorizadas por seu progresso e cosmopolitismo.

No caso do Brasil e de outros países sul-americanos, a história da iluminação a gás é parte de um processo mais amplo e diversificado: o da expansão e penetração do capital, das empresas e dos produtos sobretudo britânicos nos mercados nacionais. Com vistas ao atendimento da necessidade capitalista de reinversão dos lucros no financiamento de setores potencialmente atrativos, recursos privados foram crescentemente aplicados, desde meados dos oitocentos, na abertura de estabelecimentos especializados (bancos, firmas de seguros, casas comerciais), na criação ou aprimoramento da infraestrutura das principais cidades (abastecimento de água, canalização de esgotos, pavimentação de ruas, aparelhamento de portos, implantação de bondes, produção e fornecimento de gás e, posteriormente, eletricidade) e na composição de uma rede ferroviária e de comunicações para mais rápido escoamento de gêneros primários exportáveis destinados ao mercado mundial (Decca, 2000; Hobsbawm, 1992; Saes, 2002). Em compasso com essa dilatação de raio da economia capitalista, verificou-se uma notável ampliação dos investimentos britânicos na América Latina durante a segunda metade do século XIX e alvores do seguinte, saltando de 179 milhões de libras em 1880 para 999,3 milhões de libras em 1913. Desse montante, a fração destinada ao Brasil conheceu elevação relativa ainda maior, multiplicada por mais de cinco vezes, passando de 38,8 para 223,9 milhões de libras. No bojo da exportação de capitais, equipa-

mentos e bens de consumo britânicos se inseriu o aparecimento de empresas dedicadas à prestação de serviços públicos que gradativamente concorreriam para alterar a paisagem das maiores cidades do país, como também certos hábitos de sua população. Assim, em 1876 companhias de gás pertencentes a ingleses estavam em operação no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belém, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre. No fim dos oitocentos havia, no setor de utilidades públicas em diferentes partes do Brasil, 12 firmas com expressiva participação britânica e capital nominal de 3,3 milhões de libras; em 1927 elas eram 33 e totalizavam 94,7 milhões de libras (Graham, 1973). Diante desse quadro não surpreendia que a Ceará Gas Company – à qual o governo provincial autorizou a transferência do contrato de iluminação inicialmente firmado com dois homens de negócios – houvesse sido organizada em 1865 em Londres, a partir da reunião de investidores ingleses. O melhoramento que em poucos anos incidiria sobre a capital cearense dificilmente pode ser compreendido fora da teia difusa e articulada de crescentes fluxos britânicos de maquinaria, matérias-primas, serviços bancários, transporte marítimo e aplicações financeiras, dirigidos ao exterior e submetidos ao imperativo de reprodução do capital.

Em 1868 estavam implantados 700 combustores nas ruas e praças da capital cearense (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província*, 1868, p. 31). Improvável qualquer aumento significativo desses focos na década seguinte, especialmente por conta do forte impacto da seca de 1877-1879 na economia provincial. Nessa medida, é plausível que a maioria dos bicos de gás em funcionamento no princípio do período republicano houvesse sido instalada a partir de 1880, dada a existência, aludida pelo historiador Geraldo Nobre (1981, p. 82), de dificuldades técnicas no assentamento dos canos por conta do traçado e do nivelamento de algumas ruas.

A modernidade do gás está relacionada a fatores diversos. Um deles reside na qualidade da luz obtida, a qual, até o advento da lâmpada elétrica, era considerada superior à de todas as fontes conhecidas, no que tange ao brilho, à uniformidade e à regulação da chama. Sua maior eficácia serviu ao estabelecimento de condições economicamente viáveis para estender, no interior das fábricas, o tempo de trabalho, emancipando-o dos limites naturais de incidência da luz solar (Schivelbusch, 1995). Correlatamente à dilatação do registro temporal para a produção, a iluminação a gás valorizou o espaço pú-

blico, ao projetar seu brilho sobre praças, jardins, ruas e fachadas de edificações, desde então relativamente disponíveis à fruição noturna dos transeuntes (Castro, 1982). Além disso, o novo equipamento contribuiu para o gradual abrandamento da longeva separação entre o ambiente de dentro, fechado sobre si mesmo, e o de fora, que era tão característica da noite em lugares onde não se podia contar com focos luminosos (Akrich; Méadel, 1999, p. 8).

Embora o gás de iluminação tenha provocado incremento ponderável nas demandas por carvão mineral, do qual era obtido, países dotados de amplas reservas de vegetação, como o Brasil, mantiveram uma duradoura relação de dependência da lenha para a consecução de atividades variadas, tanto no âmbito manufatureiro quanto no recesso doméstico, de tal maneira que, em 1940, aquele antigo combustível ainda constituía a fonte de aproximadamente três quartos da energia empregada no território nacional (Leite, 2007, p. 36).

Uma gama de recursos empregados para mitigar a escuridão noturna, anteriores e concomitantes ao gás, era conhecida pelos moradores de Fortaleza: desde a queima de madeiras resinosas até lamparinas abastecidas com óleo de mamona, passando por velas de composição variada – de sebo, de cera de abelha, de espermacete, de cera de carnaúba, estearinas. Nesses artefatos era notório um elemento que rapidamente identificava sua serventia: o pavio ou a torcida de algodão, graduando a combustão da matéria iluminante ao longo de algumas horas. Essa convergência tradicional entre o fio torcido e a chama trouxe certo embaraço à implantação inicial do sistema de gás, pois, entre as reações despertadas pela divulgação daquela novidade, aflorou a incredulidade diante de uma luz que, conforme se dizia, dispensava o uso do pavio (*Licht an!*, [s.d.], p. 5). Com demonstrações sucessivas da viabilidade do novo princípio de iluminação, foi perdendo vigor, ao menos parcialmente, a rejeição ao gás: sua posterior disseminação contribuiu para prescindir da milenar presença do pavio como requisito à obtenção de um foco duradouro de luz. Todavia, a descrença que o gás chegou a provocar em homens e mulheres habituados a métodos cediços de iluminação permite refletir sobre a importância de saberes e rotinas consolidadas em face de tecnologias novas que, por sua dinâmica própria, tendem a desestabilizar, fragilizar, suspender ou mesmo abolir alguns traços persistentes do quadro perceptivo em dada época e lugar. Com a chama sem pavio a inovação do gás desafiava os referenciais em voga,

eventualmente dilatava as bordas da imaginação e requeria um aprendizado das vantagens e perigos desse sistema técnico.

Com a iluminação a gás, algumas características do mundo industrial se estenderam mais nitidamente sobre o cotidiano de Fortaleza. A mais saliente delas implicou o recuo ou a substituição tendencial de materiais e fontes naturais de energia (como a madeira, a água, o vento, a tração animal) por congêneres de procedência mineral ou sintética (Schivelbusch, 1986). Uma vez que o combustível para iluminar ruas e praças era extraído do carvão de pedra, foi necessário construir uma usina destinada a esse processamento (dotada de fornos, retortas e purificadores), erguer um grande reservatório para armazenagem do produto e montar uma rede de distribuição que fizesse fluir o gás até os combustores (Telles, 1994). Esse conjunto de operações dependia da organização de uma empresa capaz de reunir pessoal especializado e de captar investidores para o financiamento da custosa infraestrutura. Dado o vulto, centralização e complexidade desse tipo de empreendimento, sua concessão envolvia o monopólio do serviço pela contratante, cuja atuação passava a afetar o cotidiano de milhares de pessoas. Por conseguinte, esse novo fornecimento de luz guardava afinidade com outras tecnologias urbanas (como o abastecimento de água canalizada e o transporte coletivo por bondes a tração animal) que, ao longo da segunda metade do século XIX, alteraram as condições de vida dos habitantes da capital cearense e inscreveram o impacto abrangente de determinadas companhias na paisagem da cidade.

Para uma capital com as dimensões de Fortaleza, que no princípio dos anos 1870 contava pouco mais de 20 mil habitantes, a concessionária da iluminação apresentava um porte substancial, mormente em cotejo com outras firmas. Segundo um relatório de 1868 da comissão da indústria manufatureira e fabril do município, a Ceará Gas Company tinha 50 empregados, entre os quais maquinistas, foguistas, operários, serventes, acendedores de lampiões, estando sob a direção de um engenheiro britânico. Estimara-se em 200 contos de réis o custo das obras e, para seu funcionamento anual, a fábrica consumia 70 toneladas de carvão de pedra, com uma produção mensal média de 500 mil pés cúbicos de gás, destinado tanto aos logradouros quanto, em menor proporção, a imóveis particulares (*Jornal do Ceará*, 19 abr. 1868, p. 1). Todavia, esse empreendimento abrangeu mais que investimentos estrangeiros e competências profissionais previamente integradas. Pois, além da

inovação nas formas de obtenção de luz, investigar o percurso de implantação do sistema do gás possibilita um exame específico dos desafios institucionais que, nomeadamente no Segundo Reinado, envolviam a regulação dos serviços públicos exercidos por companhias particulares, sugerindo não poucas dificuldades no estabelecimento formal de atribuições e responsabilidades para a taxação, fiscalização, sanção e recolha de multas aplicadas. Nessa medida, a infraestrutura que sustentou um padrão tecnológico de iluminação urbana teve de ser acompanhada por um quadro administrativo que, em tensões e acordos com interesses privados, fazia incidir sobre determinado campo de atividade a autoridade do Estado.

O contrato de iluminação da capital foi assinado em janeiro de 1864 com dois negociantes que, no ano seguinte, receberam autorização para transferir o privilégio a uma companhia inglesa, incorporada para este propósito (Studart, 2001). Até o início daquele serviço em 1867, a cidade dispunha, desde 1848, de lampiões à base de azeite de peixe, que reconhecidamente forneciam uma luz de baixa qualidade (Nogueira, 1939). Pouco mais de quatro anos após a adoção do gás, entre autoridades da província já se fazia reparo quanto à falta de regularidade daquela fiscalização, pois a Repartição de obras públicas, a que fora designada a tarefa, estava então limitada, em termos de pessoal, a um engenheiro comissionado; no meado da década anterior o órgão era composto de quatro funcionários e se sugeria inclusive a contratação de mais um, o que denota ter havido redução de seus quadros em simultâneo ao aumento das atribuições (*Relatório da passagem da administração da província*, 1872, p. 25; *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província*, 1865, p. 23).

Em paralelo aos frequentes reclamos divulgados nos jornais quanto ao serviço ruim da Ceará Gas, merece atenção o percurso tortuoso das tentativas oficiais de controle sobre a iluminação. Um regulamento de 1867 incumbia da fiscalização o engenheiro chefe da Repartição de obras públicas, podendo alterná-la com o engenheiro ajudante; todavia, acrescentava-se a possibilidade de comunicação de problemas nos combustores por meio de inspetores de quarteirão, rondas, patrulhas, comandantes de postos de guarda, os quais deveriam prestar informações ao chefe de polícia ou ao engenheiro fiscal. Se essa previsão normativa parecia fortalecer a ingerência dos agentes públicos sobre a concessionária, é difícil concluir pela efetividade da medida; afinal, após

quase dois anos da implantação da luz de gás, o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante reportava ao presidente João Henriques não haver recebido qualquer comunicação daquele teor (*Relatório do engenheiro chefe da Direção de Obras Públicas*, 1869, p. 6-7).

Em 1870 o engenheiro chefe da província Henrique Theberge comentara que, estando vago o cargo de engenheiro ajudante, acentuou-se-lhe a sobrecarga de atividades, que compreendiam despachos diários, elaboração de orçamentos e cláusulas contratuais, inspeção de obras na capital e noutras localidades da província, preparo de plantas, registro de observações meteorológicas, composição das tabelas de acendimento e apagamento dos combustores e fiscalização da iluminação pública. Sua proposta para esta atribuição era deixá-la sob o encargo de uma só pessoa, pois os empregados a seu comando trabalhavam durante o dia como qualquer outro funcionário público, afora o acompanhamento de obras em regime de administração, não lhes sendo possível "com muita satisfação e dedicados entregarem-se ao trabalho durante a noite, até altas horas, precípue quando por isto não percebem gratificação alguma" (*Relatório do engenheiro chefe da Direção de Obras Públicas*, 1870, p. 4). A ressalva deixa entrever a dificuldade, da parte do poder público, no cometimento zeloso e diário de fiscalizar a companhia do gás.

Em março de 1873 um novo regulamento para a iluminação visava a confrontar o desempenho bastante falho do serviço. Na abertura dos trabalhos da Assembleia provincial o presidente Francisco de Assis Oliveira Maciel aludiu à iniciativa parlamentar de criar inspetores para aquela atividade e frisou que, sem isso, mais gravosa teria sido a incúria da empresa no cumprimento das obrigações. Em suas palavras, "[a] intensidade da luz, que apresenta cada combustor, é constante e sensivelmente inferior à que se estipulara no contrato. Este abuso ainda se torna mais notável, depois de 9 horas da noite" (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província*, 1873, p. 15). Entretanto, em agosto de 1874 a lei provincial n. 1606 suprimiu os quatro postos encarregados daquela fiscalização. Dois meses depois novo preceito, sob a rubrica n. 1655, transferia, das autoridades policiais da capital e do engenheiro chefe das obras públicas à Câmara municipal, a inspeção do serviço (*Relatório da passagem da administração da província*, 1874, p. 12-13). Contra a medida se manifestou a concessionária britânica, alegando que o encargo não poderia recair sobre a edilidade; o presidente da província

manteve a determinação e frisou sua compatibilidade com o contrato "que dá à província o direito pleno de ter agentes de sua confiança, sem prejuízo do direito que tem o representante da companhia de reclamar contra a imposição de multas que lhe pareçam menos justas, nos termos do mesmo regulamento" (*Relatório da passagem da administração da província*, 1875, p. 23).

Na década de 1880 ainda eram numerosas as queixas sobre a qualidade da luz artificial nos logradouros, todavia a incumbência de fiscalizar conheceu outra mudança, retornando à alçada da Repartição de obras públicas da província. Ao reconhecimento largo da insuficiência daquele mister se conjugava o pleito pela necessidade de aquisição de aparelhos para a eficiente inspeção da companhia do gás pelo engenheiro fiscal. Assim, recomendou-se que o fotômetro e o manômetro solicitados fossem postos na própria residência do engenheiro, para a averiguação da qualidade da luz e da pressão do gás a qualquer hora (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província*, 1881, p. 50). Tal perspectiva enfatizava a presença de instrumentos técnicos na regulação de um serviço cujos parâmetros de funcionamento exigiam uma precisão orientada por escalas abstratas de valor matemático, portanto inacessíveis à percepção humana. A proposta também se valia de uma propriedade funcional do sistema de gás: pois seu encanamento em rede permitia que, de qualquer ponto da distribuição, se fizesse a verificação da pressão e da intensidade luminosa, sugerindo mesmo o monitoramento de um equipamento público a partir do ambiente privado de um profissional investido dessa prerrogativa – o engenheiro atuando em seu domicílio. É possível mesmo que essa busca de prevalência do tempo sobre o espaço oferecesse alternativa aos costumeiros deslocamentos noturnos para a inspeção dos combustores, cuja dinâmica usualmente ensejava infrações salvaguardadas da aplicação de multas. Ora, o regulamento da iluminação estabelecia que as inspeções tinham de ser acompanhadas por um representante da firma inglesa e condicionadas por um aviso escrito, indicando horário e local de seu início. Se a princípio a norma protegia a empresa do eventual arbítrio da autoridade, em termos práticos ela rebaixava o ato fiscalizador a mera formalidade, tornava-o inócuo na defesa do interesse público. Daí o frágil rigor do serviço de fiscalização; segundo o engenheiro ajudante da província, por força das exigências do regulamento, restava ineficaz o empenho na indução da companhia a cumprir seus deveres contratuais:

> Ora, exigindo o mesmo regulamento a assistência do representante da empresa, no ato da inspeção prática da iluminação, e tendo, por conseguinte, esta direção de o avisar por escrito, com antecedência e designação da hora e lugar em que deve começar a fiscalização, é claro que, com a maior facilidade, pode ser completamente iludida toda a atividade e solicitude que se empregar em semelhante serviço, e frustrado o bom êxito dele, visto que o representante da companhia pode (como já se tem dado) mandar aumentar, logo que receber o aviso, a pressão do gás no respectivo gasômetro; e assim, durante as horas de visita aos combustores, se encontrará sempre boa luz (*Relatório do ajudante da Repartição de Obras Públicas da província do Ceará*, 1872, p. 11-12).

Esses breves registros documentam, na província do Ceará, a dificuldade dos órgãos públicos de levar a efeito sua tarefa de fiscalizar e fazer cumprir os termos do contrato de iluminação. Carência de pessoal, sobreposição de atividades, geração e supressão de cargos, efemeridade de medidas legais, diferentes atribuições da competência fiscalizadora, ausência de aparelhos de medição, regulamentos inibidores da aplicação de sanções efetivas: diversos foram os entraves ao exercício do controle da administração sobre um equipamento urbano pertencente a uma entidade privada e custeado com recursos públicos (inclusive já desde as obras de instalação, visto que a companhia britânica obteve isenção de tarifas de importação para vários de seus materiais e dispositivos). Não se tratava de uma despesa módica. Pouco mais de um ano após o começo daquele serviço, constatava-se o vulto do dispêndio com os 700 combustores instalados em Fortaleza: "A província está pagando bem caro este melhoramento, restrito à sua capital. Mais da décima parte de suas rendas esvai-se este ano em gás" (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província*, 1868, p. 31). Nos anos 1870, com a queda nos proventos oriundos da lavoura algodoeira e a perda de competitividade do principal gênero de exportação – à espera da acalentada ferrovia que, conforme um senador, traria redução no transporte das zonas de cultivo ao porto da capital (Mello, 1999, p. 180-201) –, o gasto com a iluminação

configurou uma pressão duradoura sobre as receitas da província modesta, inclusive porque o montante pago tendia a se elevar com as oscilações cambiais.

No início do período republicano um trabalho do historiador e jornalista Antonio Bezerra de Menezes, em torno da formação histórica e da situação contemporânea da capital do Ceará, documentou e coligiu informações relacionadas a diferentes dimensões da vida urbana – ruas e praças, templos religiosos, instituições oficiais, estabelecimentos de ensino, prédios públicos, meios de comunicação e transporte, órgãos de imprensa, sociedades profissionais, agremiações intelectuais, fábricas e oficinas, locais de entretenimento. Publicada em 1895 na *Revista do Instituto do Ceará*, a "Descrição da cidade da Fortaleza", por sua precisão e abrangência, chegou a ser considerada o mais importante texto até então dedicado à expressão da fisionomia daquele núcleo urbano, alçando-se como referência primacial para os interessados em sua crônica histórica (Girão, 1992, p. 32; Girão, 2000, p. 32). Ao tratar da iluminação da capital, o autor registrou:

> Conta 1607 combustores, e é sem dúvida a iluminação nesse gênero a mais elegante no país, já pelos combustores, todos fincados no solo à beira dos passeios, com mangas de vidro pequenas, simples, em forma de campânula, já pela proximidade entre os mesmos, correspondendo a intensidade de luz de cada um a um foco de 10 velas estearinas (Menezes, 1895, p. 149-150).

Em suas quase três décadas de funcionamento o sistema do gás havia mais que duplicado a quantidade de focos luminosos, ampliando o perímetro atendido pela chama que dispensava pavio e movia a dança das sombras. No entanto, a sinopse redigida por Antonio Bezerra sugere uma condição mais lisonjeira do que se poderia apreender na leitura de certas folhas e documentos oficiais. Em um periódico que fazia oposição à oligarquia de Nogueira Accioly, o articulista denunciou em 1907 a iniciativa do governo estadual de promover o calçamento de determinados trechos da rua do Imperador onde moravam o presidente e membros de sua parentela; junto com a nova pavimentação se procedeu à extensão do encanamento de gás. "Vê o público que, onde o sr. Accioly faz algum

melhoramento, aí reside um filho ou pessoa de sua família" (*Jornal do Ceará*, 26 jan. 1907, p. 1-2). A crítica, em compasso com indícios dos relatórios aqui tratados, sugere que ligações tortuosas entre o poder público e concessionárias de serviços urbanos se firmaram durante o regime monárquico, e sobreviveram a ele. Suas ressonâncias, aparentemente robustecidas na quadra republicana, apontam para nexos da história urbana com a trama dos arranjos políticos. O caráter permeável desses domínios anuncia a fecundidade das investigações históricas em torno do sistema de iluminação a gás.

Referências

AKRICH, Madeleine; MÉADEL, Cécile. Histoire des usages modernes. *In:* **Energie, l'heure des choix.** Paris: Les Editions du Cercle d'Art, 1999. [Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00082059. Acesso em: 11 fev. 2011].

CASTRO, José Liberal de. Cartografia urbana fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários. *In:* FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Fortaleza:** a administração Lúcio Alcântara, março 1979 / maio 1982. Fortaleza, 1982.

DECCA, Edgar de. O colonialismo como a glória do império. *In:* REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX.** V. 1: O tempo das certezas: Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica.** [1983]. Apresentação de Antônio Martins Filho. Ed. especial. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 2000.

GIRÃO, Raimundo. Introdução. *In:* MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza.** [1895]. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914).** Tradução de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914).** Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEITE, Antonio Dias. **A energia do Brasil.** [1997]. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Licht an! Wie das Licht elektrisch wurde. Edição de Gabriela Kilian. Hannover: Museum für Energiegeschichte(n), [s.d.]. [Disponível em: https://www.energiegeschichte.de/content/dam/revu-global/energiegeschichte/images/BilderNeu/UnserePublikationen/Sammelblaetter/Sammelblatt%20Licht%20an.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020].

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império 1871-1889.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MENEZES, Antonio Bezerra de. Descrição da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 9, 1895. [1 CD-ROM].

MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza.** [1895]. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

NOBRE, Geraldo. **Ceará:** energia e progresso. Apresentação de Eduardo Campos. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

NOGUEIRA, João. Iluminação da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 53, 1939. [1 CD-ROM].

PAIVA, Manuel de Oliveira. A afilhada. *In:* **Obra completa.** Introdução e pesquisa bibliográfica de Rolando Morel Pinto. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província – 1865: Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. Fortaleza: Tipografia Brasileira de J. Evangelista, Paiva & Cia, 1865. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3119?from=000001&to=000127. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província – 1868: Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Fortaleza: Tipografia Brasileira de J. Evangelista, 1868. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3125?from=000001&to=000046. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província – 1873: Francisco de Assis Oliveira Maciel. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1873. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3131?from=000001&to=000140. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província – 1881: senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3140?from=000001&to=000140. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório da passagem da administração da província – 1872: do conselheiro barão de Taquary para o comendador Joaquim da Cunha Freire. [publicado como anexo do *Relatório da passagem da administração da província – 1872*: do comendador Joaquim da Cunha Freire para o comendador João Wilkens de Mattos.] Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1872. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3205?from=000001&to=000041. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório da passagem da administração da província – 1874: do barão de Ibiapaba para Heráclito de Alencastro Pereira da Graça Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1874. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3207?from=000001&to=000036. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório da passagem da administração da província – 1875: de Heráclito de Alencastro Pereira da Graça para Esmerino Gomes Parente. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1875. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3160?from=000001&to=000028. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório do ajudante da Repartição de Obras Públicas da província do Ceará – 1872 [Apenso F]. *In:* **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província – 1872:** comendador João Wilkens de Mattos. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1873. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3130?from=000001&to=000184. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório do engenheiro chefe da Direção de Obras Públicas – 1869: J. P. Albuquerque Cavalcante. *In:* **Apensos ao Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província – 1869:** desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1870. [Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3127?from=000001&to=000117. Acesso em: 9 mar. 2020].

Relatório do engenheiro chefe da Direção de Obras Públicas – 1870: Henrique Theberge [Anexo 11]. *In:* **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo presidente da província – 1871:** conselheiro barão de Taquary. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1871. [Disponível em: http://

ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/3129?from=000001&to=000299. Acesso em: 9 mar. 2020].

RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Tradução de Eveline Boutellier Kavakama. **Projeto História**, São Paulo, n. 18, 1999.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. *In:* SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **História econômica da Independência e do Império**, 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Ed. Usp; Imprensa Oficial, 2002.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. **Disenchanted night:** the industrialization of light in the nineteenth century. Tradução de Angela Davies. Berkeley; Los Angeles: The University of California Press, 1995.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. **The railway journey:** the industrialization of time and space in the 19th century. Berkeley: The University of California Press, 1986.

STUDART, Guilherme (barão). **Datas e fatos para a história do Ceará.** T. 2. [1896]. Apresentação de Frederico de Castro Neves. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil,** v. 1: séculos XVI a XIX. [1985]. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

O relato em Maus: análise do uso de uma graphic novel no ensino do Holocausto Judeu na Segunda Guerra Mundial no Colégio Estadual Liceu de Caucaia

Christiana Vitória Soares Lopes[1]

Resumo

O presente trabalho busca analisar a utilização da graphic novel Maus em turmas de 3º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Liceu de Caucaia como um material de estudo sobre o Holocausto Judeu ocorrido durante a Segunda Grande Guerra Mundial, sobre a perspectiva da ampliação dos usos de materiais para o ensino de História em sala de aula além do livro didático. Maus, publicada em 1986, sendo inicialmente veiculada em publicações semanais na Raw, uma revista que reunia publicações de artistas dos Estados Unidos e da Europa, editada por Artie Spiegelman (também autor da obra) e Françoise Mouly e publicado pela editora Mouly durante o período de 1980 a 1991, a graphic trata da história do pai do autor, Vladek Spiegelman, um judeu polonês e das memórias deste durante o período entre 1930 a 1945. Por se tratar de uma obra com mais de duzentas páginas, foram escolhidos trechos chaves da obra, que são distribuídos entre os alunos, que ficam organizados em 10 equipes. Depois do momento de leitura, há um momento de debate sobre os principais acontecimentos que chamaram a atenção dos alunos e também sobre o uso de Maus como uma fonte histórica sobre o Holocausto Judeu, buscando entender a complexidade da narração dos fatos e fazer com que o estudante analise o material como fonte histórica, mas também como um objeto que não foi criado inicialmente com esse propósito. Ao trazer a obra Maus para sala de aula, busca-se que o estudante leia a graphic novel de forma crítica, ampliando o debate sobre as políticas desegregação e extermínio do governo nazista e buscando despertar o sentimento de empatia entre os alunos para com as vítimas do Holocausto.

Palavras-chave: Ensino de História; Holocausto; Segunda Grande Guerra Mundial; História em Quadrinhos.

1 Mestranda pelo ProfHistória na Universidade Federal do Ceará.

Introdução

A Segunda Grande Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 a 1945, é um período que desperta o fascínio dos alunos. Em minha experiência docente, já me deparei várias vezes com a pergunta "É nesse ano que vamos estudar Segunda Guerra Mundial?" por parte dos alunos. Quando a resposta é positiva, há um entusiasmo. Porém, o ensino de um período tão conturbado politicamente, especialmente no continente europeu, com o uso de apenas aulas expositivas e livro didático podem se tornar enfadonhas. Dessa forma, o uso da *graphic novel*[2] Maus se apresenta como um recurso didático para dinamizar a aula, além de possibilitar que o aluno tenha contato com um relato, mesmo que de forma indireta, de um sobrevivente das perseguições que os judeus sofreram durante o período.

Maus, publicada inicialmente de forma seriada entre 1980 e 1991 na Revista Raw e depois como um *graphic novel* dividida em duas partes em 1986 e 1991, apresenta Vladek Spiegelman, um judeu polonês narrando as perseguições nazistas e seu tempo no campo de concentração de Auschwitz para seu filho, o autor Art Spiegelman. Através desse relato biográfico, é possível perceber os detalhes e horrores da guerra.

De acordo com Setemy,

> Na prática escolar, a construção de um conhecimento histórico comprometido com a educação em direitos humanos significa que o professor deve não apenas abastecer os alunos de informações e dados sobre os acontecimentos, fatos, personagens e processos relacionados a temas traumáticos, como escravidão, guerras, regimes fascistas e ditaduras, mas conduzir uma problematização que oriente os alunos no sentido de perceber a violência e as violações de direitos que caracterizam os fatos, acontecimentos e processos constitutivos de tais circunstâncias (Setemy, p. 21, 2021).

2 O uso do termo *graphic novel* ao invés de história em quadrinhos/HQ vai de encontro com a definição de Eisner (2010) onde o autor diferencia essas obras das histórias em quadrinhos por se tratarem de obras mais longas que podiam abordar assuntos de ficção ou não-ficção. Contudo, a bibliografia usada para embasar esse trabalho usa a termologia história em quadrinhos/HQ, e com isso, pode aparecer no trabalho.

Dessa forma, ao se utilizar Maus em sala de aula como recurso didático, objetiva-se que os alunos compreendam a violência e a violação dos direitos humanas através das políticas perseguição e extermínio implantadas pelo governo nazista tiveram vítimas com nomes e histórias interrompidas pela guerra.

Para a elaboração teórica das discussões foi feito um levantamento bibliográfico acerca do ensino de eventos traumáticos, do uso de relatos de experiência da Segunda Guerra Mundial e nas suas implicações sobre a memória e esquecimento, assim como da utilização de imagens e HQs em sala de aula.

A experiência de ensino de passados traumáticos: o holocausto judeu e a HQ MAUS

O ensino de passados traumáticos é uma abordagem pedagógica complexa e desafiadora, que requer sensibilidade, ética e cuidado. Ao tratar de temas considerados espinhosos, busca-se proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda e crítica dos momentos traumáticos que marcaram a história da humanidade, a fim de promover a reflexão sobre as causas e consequências desses eventos e estimular o desenvolvimento do pensamento histórico.

De acordo com Rosemberg,

> Trabajar estos problemas en el aula puede contribuir a generar "una trama que colabore para que la memoria no cristalice en imágenes fijas que ya no se interrogan por el presente y el futuro de la vida común, pues en ese caso, la brecha que separa a las generaciones se ensancharía, difi cultándose aún más la construcción de espacios propicios para el diálogo intergeneracional (Rosemberg, 2010, p. 11).

Ao utilizar Maus como um material didático, busca-se trabalhar com os alunos uma "descristalização" da memória acerca do Holocausto, mostrando esse como uma política do estado nazista que se deu através de um processo iniciado com a desumanização dos inimigos (nesse caso, os judeus), o isola-

mento em guetos, os campos de trabalho forçados até chegar no genocídio, a chamada "Solução Final". Além disso, Maus mostra que dentro dos campos de concentração haviam formas de resistência e estratégias de sobrevivência elaboradas pelos prisioneiros.

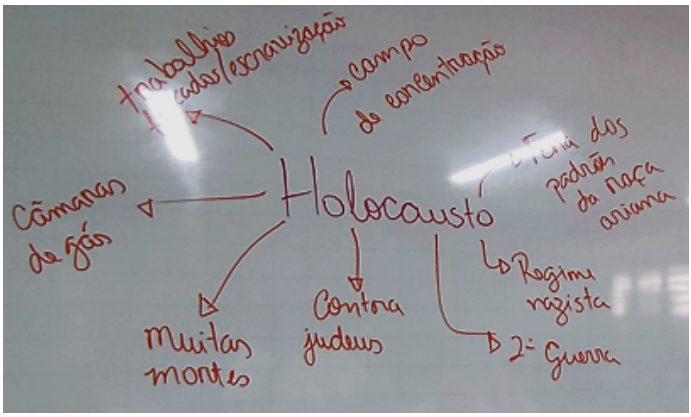
Apesar de não existir um manual dizendo a forma certa ou errada de utilizar materiais com arte sequencial, Palhares (2008, p. 4) diz que "uma organização deverá existir para que haja um bom aproveitamento de seu uso no ensino podendo desta forma, atingir o objetivo da aprendizagem." No contexto deste estudo, a abordagem do Holocausto Judeu ocorrido durante a Segunda Grande Guerra Mundial considerou os conhecimentos prévios dos alunos acerca desse evento histórico. Foi desenvolvida uma sequência didática composta por quatro horas-aula distribuídas ao longo de dois dias para a implementação desse plano com duas turmas do terceiro ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Liceu de Caucaia. Inicialmente, conduziu-se uma aula expositiva-dialogada com foco na ascensão do nazifascismo na Europa, contextualizando historicamente e destacando as características desses regimes totalitários.

Na aula subsequente, o processo foi dividido em dois momentos distintos. O primeiro estágio foi o questionamento aos alunos sobre seu conhecimento prévio a respeito do Holocausto e se haviam tido alguma experiência assistindo ou lendo com mídias relacionadas a esse tema. Nessa etapa, foi-lhes entregue um primeiro questionário e, baseado nas respostas dada pelos alunos, foi elaborado um mapa mental com as respostas dos discentes. No segundo momento, os estudantes foram organizados em dez equipes, cada uma composta por quatro ou cinco alunos, e receberam trechos selecionados da *graphic novel* "Maus". Posteriormente, responderam a um questionário elaborado com base na leitura desses trechos e compartilharam suas impressões.

No tocante sobre o questionário realizado no primeiro momento, a maioria dos alunos respondeu afirmativamente à primeira pergunta, associando o Holocausto ao genocídio do povo judeu promovido pelas políticas de perseguições nazistas. Por outro lado, em resposta à segunda pergunta, a maioria dos estudantes relatou ter tido contato recente com a obra cinematográfica "O Menino do Pijama Listrado" durante a disciplina de Literatura. Entretanto, houve alunos que revelaram desconhecimento acerca do Holocausto, o que os impossi-

bilitou de relacionar quaisquer obras midiáticas que tivessem consumido sobre o tema. Em cada uma das turmas em que a atividade foi aplicada, existiram 6 alunos em turmas de 43 alunos que demonstraram esse desconhecimento sobre o assunto, o que não impediu a construção do mapa mental na lousa baseado nas respostas dadas pelos alunos.

Figura 1 – Mapa mental elaborado sobre o que os alunos sabiam sobre o holocausto – 3º ano C



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das respostas dos alunos, pode-se notar que a associação comum do Holocausto acontece de forma unânime sobre os judeus. Contudo vale destacar que em uma das turmas quando surgiu o apontamento "Fora dos padrões da raça ariana", um dos alunos questionou se isso não se estenderia para além dos judeus. Com isso, a professora pode destacar que existiam outros grupos perseguidos além dos judeus, como opositores políticos do regime nazista, principalmente comunistas, povos ciganos e pessoas com deficiência.

Após esse momento de debate, que durou por volta de 25 minutos, os alunos foram divididos em grupos de 4 ou 5 alunos, onde cada grupo ficou com um trecho de Maus. Por se tratar de uma obra dividida em 2 partes que somando, totalizam 296 páginas, optou-se por escolher trechos considerados cruciais para a compreensão das políticas nazistas de perseguição e extermínio judeu. Cada equipe então ficou com um dos dez trechos selecionados. Nesse caso, o desafio seria os grupos que ficaram com trechos de pontos mais avançados da história fazerem uma interpretação dos fatos e fazerem o reconhecimento dos personagens. No momento da entrega dos trechos, também

foi entregue uma ficha catalográfica sobre a leitura, para avaliar se os alunos tinham sido capazes de fazer essa identificação de personagens e fatos. Foi também escolhido um relator, para socializar as respostas da equipe com o restante da turma.

Figura 2 – Ficha catalográfica/questionário sobre a leitura DE MAUS

Sobre o trecho da *graphic novel* Maus, responda as questões a seguir.

01. Quais os personagens a equipe conseguiu identificar?

_____

02. O que mais chamou a atenção da equipe no trecho lido?

_____

03. Você acha que relatos de sobreviventes do Holocausto podem ser utilizadas como fontes históricas? Por quê?

_____

04. Baseado no trecho lido, você leria a *graphic novel* Maus por completo? Por quê?

_____

Fonte: Elaborada pelo autor.

Foi reservado um tempo de 25 minutos para a leitura e preenchimento da ficha. Após esse tempo, iniciou-se uma socialização das respostas da ficha catalográfica. Todas as equipes conseguiram distinguir os personagens e algo que foi citado por todos foi a forma como o autor quis representar os judeus como ratos e os nazistas como gatos. Com um auxílio de um projetor, a docente mostrou que essa foi uma escolha proposital do autor, já que os nazistas normalmente representavam os judeus como ratos.

Além disso, outro ponto que chamou atenção foi a existência de judeus que auxiliavam nazistas nas políticas de perseguição. Com isso, foi chamado a atenção que as políticas de perseguição não se fazem somente pelo grupo inquisidor, mas que eles encontram aliados nos grupos perseguidos. No caso da história narrada em Maus, os judeus que ajudavam os nazistas faziam isso por acreditarem que não teriam o mesmo destino daqueles que eles estavam perseguindo.

Figura 3 – A atuação dos judeus como aliados dos nazistas na Segunda Grande Guerra Mundial

Fonte: Spiegelman (1986, p. 87).

Uma das obras mais citadas na primeira parte da aula foi o filme "O Menino do Pijama Listrado", de 2008 que retrata o contato de um menino judeu preso em um campo de concentração e um filho de um oficial nazista. No filme, há a retratação de que nos campos os judeus seriam uma massa homogênea, que realizariam as mesmas tarefas e tinham a mesma falta de privilégios. Porém, outra passagem citada foi o fato de que Vladek ganhou privilégios por saber falar inglês, como um café da manhã farto. Ademais, também foi citado o fato de que Vladek foi transferido entre campos e desempenhou diferentes papéis nos campos de trabalho forçado.

Figura 4 – Vladek consegue privilégios no campo de concentração por falar inglês

Fonte: Spiegelman (1995, p. 32).

Em ambas as turmas, esses dois trechos geraram debates mais profundos sobre como funcionava as políticas de perseguição do governo nazista. Pelo fato de Maus retratar um relato de um sobrevivente e não ser uma obra de ficção, os alunos tenderam a considerar mais o relato de Vladek do que a obras de ficção citadas como a verdade.

Isso leva a 3º pergunta da ficha, sobre o uso da *graphic novel* como fonte histórica. Conforme Setemy (2021, p. 16),

> Duas décadas após o fim da Segunda Guerra, as vozes dos sobreviventes passaram não apenas a ser ouvidas, como ganharam grande repercussão pública. Seus relatos ganhavam uma maior carga emotiva em meio a um "espetáculo testemunhal", com ampla cobertura da imprensa, e na medida em que se reforçava a ideia de que o genocídio era um evento judaico e não um crime contra a humanidade.

Dessa forma, muitos alunos leram o relato de Vladek como uma "história de superação" e que existem vários relatos de sobreviventes que não se contradizem entre si e apresentam similitudes, como o fato da existência das tatuagens que marcavam o número dos prisioneiros nos campos de concentração. Pelo fato de apresentar sobrevivente narrando sua vivência no período de domínio nazista, todas as equipes viram como possível a utilização de relatos como fonte histórica sobre o período, inclusive considerando a *graphic novel* um importante instrumento de publicização desses relatos. Segundo José de Assunção Barros,

> [...] são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador (Barros, 2019, p. 1-2).

Contudo, os alunos não apontaram o fato de que a obra além de poder ser lido como fonte, poderia ser um produto de análise e crítica do historiador. Esse debate, porém, não foi feito devido o tempo já avançado de aula.

Conclusão

A utilização da graphic novel "Maus" como ferramenta de ensino do Holocausto judeu em turmas de ensino médio demonstra ser uma abordagem eficaz e impactante para sensibilizar os alunos em relação a esse acontecimento histórico. A obra de Art Spiegelman não apenas oferece um relato detalhado e emocionante da experiência de seu pai sobrevivente, Vladek, mas também lança mão de um estilo narrativo visual que facilita a compreensão e a empatia dos alunos com os personagens e as situações apresentadas. O uso das imagens e das metáforas visuais na narrativa gráfica estimula a interpretação crítica e a reflexão sobre as complexidades do Holocausto e suas implicações na sociedade contemporânea. Setemy diz que

> O objetivo do processo é que, por meio do estudo das catástrofes e tragédias históricas, o aluno possa ser despertado e conscientizado dos valores relacionados à liberdade individual, a partir de um processo indutivo de conhecimento em que o próprio aluno, orientado pelo professor, torna-se sujeito do conhecimento e passa a se reconhecer como sujeito histórico e sujeito de direitos (Setemy, 2021, p. 19).

Ao adotar "Maus" como uma ferramenta de ensino, os professores de História têm a oportunidade de explorar uma ampla gama de tópicos interdisciplinares. Além de abordar os eventos históricos do Holocausto, a *graphic novel* permite uma análise aprofundada de temas como discriminação, preconceito, intolerância, trauma e memória. O debate de questões éticas e morais é levantado pelo livro, além de proporcionar reflexões sobre o papel das testemunhas na preservação da história.

De acordo com o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) "Um dos compromissos dos historiadores aponta no sentido de contribuir

para a formação de alunas/os mais comprometidos com o exercício da cidadania e da luta pela emancipação humana." (DCRC, 2021, p. 231). Isto posto, "Maus" fornece uma oportunidade valiosa para explorar as conexões entre o passado e o presente. Os alunos podem ser desafiados a considerar como os eventos do Holocausto ainda ecoam na sociedade atual, examinando as manifestações contemporâneas de ódio e intolerância. Ao relacionar o Holocausto com questões atuais, os estudantes podem desenvolver uma compreensão mais profunda da importância da lembrança e da promoção da justiça social.

Por fim, a abordagem pedagógica de "Maus" estimula o desenvolvimento de habilidades críticas e literárias, como a análise de texto e imagem, a interpretação simbólica e a síntese de informações complexas. Os alunos são desafiados a considerar não apenas o que está presente na página, mas também o que está ausente e implícito. Isso os capacita a se tornarem leitores mais críticos e conscientes em um mundo cada vez mais visual.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos.** *In:* 2º Encontro Internacional 'História & Parcerias', 2019, Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2019, p. 1-17. Disponível em https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_ARQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará – Ensino Médio.** Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza, Setembro de 2021. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial:** princípios e práticas do lendário cartunista. Trad. Luís Carlos Borges, Alexandre Boide. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. 248 p.

GERMINARI, Geyso Dongley. Empatia Histórica. *In:* SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros (Org.). **Competências do Pensamento Histórico.** Curitiba, W.A Editores, 2020 (Coleção Educação Histórica, 2).

MOYA, Álvaro de. **História da história em quadrinhos.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO. L, S; SANTOS, M. **Imagens do holocausto em Maus, de Art Spiegelman, e em Os Emigrantes, de W. G. Sebald:** O que os quadrinhos e a literatura nos ensinam sobre a realidade e a ficção. Cordis. Cronistas, Escritores e Literatos, São Paulo, n. 9, p. 189-212, jul./dez. 2012.

LOPEDOTE, Maria Luiza Galle; GIRARDI, Lucas Werlang. Trabalhando o tema da diferença em sala: noções dos alunos sobre concepções nazistas nos séculos XX e XXI. **História&Ensino**, v. 19, p. 325-341, 2013.

PALHARES, Marjory Cristiane. **História em quadrinhos: uma ferramenta pedagógica para o ensino de História.** 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br. Acesso em: 06 set. 2023.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O Que e Como Ensinar. *In:* Leandro Karnal (org.). **História na Sala de Aula:** conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, Cap. 1. p. 17-36, 2022.

ROSEMBERG, Julia. **Educación, Memoria y Derechos Humanos:** orientaciones pedagógicas y recomendaciones para su enseñanza. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2010.

SETEMY, Adrianna. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos. **Revista História Hoje**, v. 10, p. 12-29, 2021.

VERGUEIRO, Valdomiro. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

Possibilidades para o Ensino de História e Educação Patrimonial: a relação da comunidade com o Museu Casa de Quinca Moreira

Igor Mário Rodrigues Benedito[1]
Antônio Gilberto Ramos Nogueira[2]

Resumo

Busca-se nesse trabalho compreender a relação dos alunos da rede municipal de educação, residentes na comunidade denominada Salgado dos Moreiras, e a articulação do ensino de história na escola local com o Museu Quinca Moreira, localizado na casa que já foi a antiga sede da fazenda Salgado dos Moreiras, que dá nome à comunidade. A casa, que foi edificada na década quarenta e construída em taipa, abrigava o proprietário e sua família, sendo visitada diariamente por pessoas que moravam próximos à fazenda ou que passava ali pela comunidade. Hoje, mais de oitenta anos após a edificação do prédio, possui em seu espaço um acervo de objetos e itens que mantém a memória da comunidade e a história da Fazenda Salgado dos Moreiras. Dispõe ainda de uma biblioteca, local para exposições e ambiente destinado para apresentações artísticas. Para a obtenção das informações necessárias para a construção da pesquisa, conversamos com os professores de história da escola da comunidade para que respondessem um questionário estruturado sobre a relação do ensino com o Museu. Realizamos entrevista com o responsável pelo espaço, o professor e historiador Roberto Moreira, que nos possibilitou conhecer a iniciativa que deu origem ao Museu e como é realizado o trabalho junto à comunidade. Durante a pesquisa, percebemos que o ensino de história numa perspectiva de educação patrimonial poderia ser melhor articulado, dando oportunidade para que a comunidade escolar tivesse a oportunidade de conhecer melhor o Museu e a história da região por meio de seu acervo. Não há na esfera administrativa do município a existência de um mapeamento cultural ou patrimonial que desse maior visibilidade ao

1 Aluno do curso de curso de pós-graduação em nível de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

2 Doutor em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

trabalho desenvolvido no equipamento museológico. Contudo, percebe-se que o Museu Quinca Moreira, localizado no distrito do Cágado, é uma importante fonte de história e memórias daquele povo e de uma época em que o contexto era diferente do atual.

Palavras-chave: Museu; Quinca Moreira; Ensino de História; Educação.

Introdução

O presente trabalho é uma análise das possibilidades e das metodologias utilizadas nas aulas de História na Escola municipal de educação básica da comunidade Salgado dos Moreiras localizada na zona rural do município de São Gonçalo do Amarante, litoral oeste do estado do Ceará, distante aproximadamente 70km da capital cearense.

Tem como objetivo compreender a relação dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar com o Museu Casa de Quinca Moreira, por meio da articulação entre o ensino de História e o equipamento patrimonial museológico, como recurso para o ensino de História sobre a comunidade, possibilitando a compreensão sobre o percurso histórico da comunidade Salgado dos Moreiras e a manutenção da memória local.

A ausência de museus, centros culturais, memoriais e outras fontes de conhecimento histórico museológico, dificulta a compreensão do passado e a manutenção da memória do município de São Gonçalo do Amarante se pensarmos por esse lado. Às gerações atuais não é disponibilizada a oportunidade de vivenciar tais experiências.

Diante da necessidade de elaborar o inventário de fontes para a construção da pesquisa de mestrado sobre o patrimônio cultural material e imaterial e a articulação para o ensino, obtemos informações por meio de populares sobre a existência do Museu Casa de Quinca Moreira na comunidade acima citada. A partir de então, surge a necessidade conhecer o contexto em que Escola e Museu estão inseridos, e como o espaço é utilizado para o ensino como perspectiva para a educação patrimonial que é "uma dimensão da educação cujo principal objetivo é promover a sensibilização sobre a importância do patri-

mônio, e de sua preservação, na formação de sujeitos de sua própria história (Bezerra, 2021)".

A oportunidade de discutir a realidade do ensino de História em uma escola da zona rural do município, diante de uma aula de campo oportunizada pela visita ao Museu, nos permite refletir sobre a construção de uma educação histórica fundamentada no contexto em que alunos e alunas estão inseridos.

Ensino de História e Educação Patrimonial: abordagens para uma aprendizagem significativa

> O ensino de História e o patrimônio cultural tornaram-se, nos últimos anos, temas de grande interesse de professores e pesquisadores que frequentemente utilizam a expressão "educação patrimonial" para nomear diversas práticas educativas escolares e não escolares. De acordo com alguns autores, essa expressão é herdeira da concepção inglesa nomeada *Heritage Education,* difundida no Brasil no início dos anos de 1980, durante um seminário promovido pelo Museu Imperial de Petrópolis, quando foi empregada pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, ao tratar da incorporação do Patrimônio Cultural nas ações educativas dos museus (Machado; Monteiro, 2010, p. 32).

A articulação empreendida entre o Ensino de História e o patrimônio cultural, tem sido extremamente significativa, pois experiencia na prática a vivência sobre o que é palpável e capaz de instigar a curiosidade, a imaginação e as emoções de alunos e alunas diante da relação com o patrimônio cultural material e imaterial do seu próprio contexto e realidade.

Se pensarmos o Ensino de História tendo o currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como parâmetro, certamente não seríamos capazes como professores de possibilitar uma aprendizagem significativa, principalmente no que diz respeito às habilidades empregadas para o desenvolvimento do componente curricular de História, que de longe deixa de atender às

demandas para a compreensão dos conteúdos de forma reflexiva. Entretanto, as fragilidades estruturais encontradas na BNCC nos têm permitido desbravar novos caminhos para uma aprendizagem significativa por meio da autonomia de professores e professoras em possibilitar novas abordagens ao ensino de História, dando ênfase à História local e o patrimônio cultural.

Apesar das fragilidades constatadas na estrutura que envolve o ensino, os professores têm possibilitado uma aprendizagem repleta de conhecimentos e vivências, mesmo que os instrumentos didáticos disponibilizados para o trabalho pedagógico sejam limitados no que diz respeito aos conteúdos e as atividades propostas.

No ensino fundamental da educação básica, compreendido entre o 1º e o 9º, o tema patrimônio cultural é quase imperceptível ao analisarmos a estrutura dos conteúdos presentes nos livros didáticos conhecidos popularmente nas escolas de ensino fundamental como PNLD[3], e notadamente não diz respeito à realidade dos alunos atendidos diariamente nas instituições escolares.

Não é segredo que uma das discussões mais atuais e que se estendem por diversas partes do território nacional e local é a composição dos conteúdos presentes nos livros didáticos, que não atendem as demandas da realidade do contexto dos estudantes brasileiros. Com isso, novas abordagens são postas em prática para superar a ausência desses recursos para que sejam supridas de forma qualitativa as demandas por uma educação de qualidade, sendo que as proposições postas pelos docentes possibilitam ainda mais oportunidades para uma aprendizagem necessária seguindo um percurso estruturado para obtenção das aprendizagens.

> No projeto de ensino-aprendizagem interagem o educador-orientador e os educandos pesquisadores que compartilham entre si responsabilidades e possibilidades na proposição de desafios e execução de ações que possibilitem construção coletiva do conhecimento. Ao educador cabe planejar e supervisionar as atividades de

3 O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD é o programa responsável pela distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias para os alunos da rede pública de ensino. Criado em 1985 com o objetivo de substituir o antigo PLIDEF – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental.

> pesquisa dos educandos, identificar as limitações e apontar as estratégias a serem experimentadas na solução de desafios encontrados pelos educandos (Pacheco, 2017, p. 37).

A fala do autor traz para a discussão um tema necessário para os processos de ensino aprendizagem, que trata de quem está no centro do processo, tendo o aluno como principal sujeito nesse laboratório de desenvolvimento e obtenção do conhecimento. Por outro lado, não devemos esquecer o papel fundamental e necessário de professores e professoras para uma aprendizagem que possibilite experiências e vivências que não se limitem ao espaço da sala de aula.

Nessa discussão, sentimos a necessidade de abordar a importância dos docentes em relação as metodologias praticadas diante de um cenário sem recursos para o ensino, pois quando o espaço da sala de aula e da escola não possibilitam uma aprendizagem significativa, além dos muros da escola há diversas possibilidades para o ensino e a aprendizagem em espaços não escolares, como memoriais, ambientes de práticas culturais, vivências artísticas e museus, permitindo o trabalho voltado para a educação patrimonial, necessária e pertinente ao público alvo da educação, alunos e alunas que corriqueiramente não conhecem ou reconhecem o patrimônio cultural do contexto em que vivem. Assim, guiá-los por um caminho em que seja possível essa relação direta entre o patrimônio cultural e os educandos, é possibilitar por meio da educação patrimonial e seu "caráter transformador e emancipatório" (Bezerra, 2021), que haja valorização do patrimônio local e a manutenção da memória dos seus respectivos espaços de existência dentro da própria comunidade.

Conheceremos no próximo tópico experiências educativas que abordam a relação dos alunos e alunas com o patrimônio cultural, material e imaterial na comunidade Salgado dos Moreiras, Zona Rural do município de São Gonçalo do Amarante e os resultados colhidos diante da experiência por meio de projetos e a educação patrimonial.

Projeto Salgado dos Moreiras: histórias, vivências e experiências

No ano de 2023 tivemos a oportunidade de acompanhar de perto vários projetos por todo o território do município de São Gonçalo do Amarante, entretanto, o que nos chamou mais atenção, certamente foi o projeto denominado "Salgado dos Moreiras: Histórias, vivências e experiências" realizado na Escola de Ensino Fundamental João Moreira Barroso[4], tendo como colaboradores e articuladoras os professores **A e B**, que desde o início do planejamento das atividades e ações voltadas ao projeto, tinham como objetivo enaltecer e valorizar a memória da comunidade por meio do seu patrimônio local.

Segundo a professora A, a motivação dos alunos para a realização das atividades foi determinante para o sucesso ao final do projeto. Ao saberem que abordaríamos sobre a história da própria comunidade, os alunos e alunas começaram espontaneamente a especular os que temas que seriam abordados nas pesquisas sobre a comunidade. Assim, a professora informou que seguiriam um passo-a-passo que contemplasse todas as etapas do projeto, articulando a participação de diversas pessoas que fazem a comunidade escolar.

O desenvolvimento das ações deu-se por meio das abordagens iniciais durante as aulas de História na referida turma do terceiro ano do ensino fundamental, sobre fatos ocorridos na comunidade, populares, pessoas que fazem parte da história do lugar e o Museu Casa de Quinca Moreira um dos mais importantes patrimônios culturais e lugar de memória daquela comunidade e de seu povo.

Após as ações realizadas em sala, os professores decidem iniciar os trabalhos de pesquisa através de uma visita ao Museu Casa de Quinca Moreira, e foi de lá que surgiram os caminhos para o desenvolvimento do projeto durante todo o seu percurso, contribuindo significativamente para instigar os alunos e alunas a desenvolverem trabalhos repletos de história e memória sobre o lugar em que vivem e seus antepassados.

4 Importante produtor rural no século XVIII e vereador do município de Paracuru – CE, era proprietário de terras na região do Vale do Curu. Pai de Quinca Moreira, o qual doou as terras para a construção da escola e outras edificações da comunidade de Salgado dos Moreiras.

O Museu Casa de Quinca Moreira é um projeto idealizado e desenvolvido pelo professor Roberto Moreira[5], está localizado na casa que já foi a antiga sede da fazenda Salgado dos Moreiras, que dá nome à comunidade. A casa, que foi edificada na década quarenta e construída em taipa, abrigava o proprietário e sua família, sendo visitada diariamente por pessoas que moravam próximos à fazenda ou que passavam ali pela comunidade. Hoje, mais de oitenta anos após a edificação do prédio, possui em seu espaço um acervo de objetos e itens que mantém a memória da comunidade e a história da Fazenda Salgado dos Moreiras. Dispõe ainda de uma biblioteca, local para exposições e ambiente destinado para apresentações artísticas.

A inciativa dos professores pedagogos responsáveis pelo projeto em proporcionar a visita ao Museu por meio de uma aula de campo permite que essas crianças tenham contato com o passado de suas famílias, surgindo vários questionamentos por meio da interatividade com o espaço, as fotografias e todos os objetos que compõe o Museu Casa de Quinca Moreira, e diante dessa abordagem trazemos o pensamento de Franco (2019), que diz que:

> [...] a educação patrimonial é um excelente meio para uma educação crítica, para que patrimônios culturais sejam objeto de aproximações sensíveis, com o objetivo de sensibilizar o indivíduo para a valorização destes bens que precisam ser preservados, amparados, apropriados pelos citadinos que com eles convivem. Para tanto, conhecer os patrimônios, entender sua relevância para a identidade cultural do indivíduo e de sua comunidade, são pontos essenciais para a consolidação de uma postura crítica, consciente frente este rico universo que está próximo, mas que nem sempre é percebido.

É por meio dessas ações que há significado no que as crianças e adolescentes aprendem, e a educação patrimonial está para além de possibilitar apenas encontros entre os sujeitos e o patrimônio cultural, mas sim estabelecendo

5 Professor, Historiador e Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, é o idealizador e fundador do Museu Casa de Quinca Moreira.

um ambiente de reflexão, identificação e conexão com o patrimônio estudado.

Ao conversar com a professora A sobre como as crianças se comportaram durante a visita ao Museu, ela nos relata que o momento foi definitivamente enriquecedor não só para as crianças como também para os professores:

> A visita ao museu partiu da iniciativa de realizar o projeto Salgado dos Moreiras: Histórias Vivências e Experiências, pois a história de Salgado dos Moreiras dar-se início justamente a partir da pessoa do seu Quinca Moreira nome pelo qual recebe o Museu. O museu foi o ponto de partida, foi o primeiro lugar de visitação para ali os meninos despertarem a curiosidade de conhecer um pouco da história da comunidade. A visita deles foi algo que os deixou curiosos, maravilhados, entusiasmados pelo projeto em si, porque eles se encontraram dentro daquela história, porque ali havia pessoas das famílias deles que os avós já haviam falado, pessoas que os pais haviam falado para eles, então foi aquele momento encantador. Fizeram muitas perguntas e tiraram dúvidas sobre os objetos, sobre a história da comunidade, sobre o local (Museu). Eles haviam sido instruídos que poderiam fazer isso (fazer perguntas), então eles anotaram tudo (Professora A, responsável pelo projeto).

Após a visita ao Museu, diversas atividades foram realizadas dando prosseguimento às atividades do Projeto, como rodas de conversa, entrevistas com populares e pessoas idosas da comunidade, entre outras pessoas que colaboraram durante as pesquisas das crianças:

> As atividades foram se tornando cada dia mais prazerosas para eles, e o museu foi citado durante todo o percurso do projeto. Dentro do projeto havia uma construção de cordéis, um concurso de cordéis que relataram a história, e em quase todos os cordéis o museu era citado,

> porque realmente é a pura história da localidade de Salgado dos Moreiras (Professora A, responsável pelo projeto).

Ao final da realização das atividades do projeto que envolvia visitação ao espaço, rodas de conversa, entrevistas, produção textual e desenho, chegou o grande dia da culminância para a exibição das produções realizadas ao longo do trabalho. O produto final ficou definido como produções de literatura em cordel sobre a comunidade, tendo como base a experiência da visita ao equipamento museológico. Sobre a culminância a professora A relata:

> Convidamos as famílias, foram convidados membros da secretaria de educação. Nós fomos ao museu e fizemos a culminância do projeto junto com os pais das crianças. Foram fazer a visitação dentro do museu, e nesse dia as próprias crianças foram os guias, até porque eles já tinham até uma certa propriedade para falar mais um pouco dali, né? De uma coisa e outra ali, aí eles foram mostrando aos pais ou isso aqui né? Olha aqui que o senhor tinha falado, isso aqui serve para isso aqui. Veja aqui a rede do seu Quinca Moreira. Foi um momento muito lindo, eles cantaram para os visitantes e familiares, e também recitaram o cordel ganhador, pois decidimos realizar um concurso sobre as produções (Professora A, responsável pelo projeto).

O entusiasmo da professora A ao falar sobre todo o desenvolvimento das atividades nos mostra como é possível ressignificar o ensino e torná-lo significativo, ainda mais propondo atividades que desafiem os alunos e alunas a alcançarem os resultados por meio do contato com o patrimônio local.

Considerações finais

Desafiar-se todos os dias é significativo para professores e professoras da educação básica, diante de cenários cada dia mais dificultosos para a educação

pública, principalmente em um contexto em que é cada vez mais escassa a quantidade de estudantes capazes de pensar criticamente.

A possibilidade de aprender por meio da relação e experiência com o patrimônio cultural é a oportunidade dos alunos e alunas conhecerem e perceberem como aqueles símbolos, edificações e práticas se relacionam com suas próprias histórias enquanto cidadão e com a história de suas famílias, permitindo assim um espaço de compreensão sobre a comunidade, os percursos ao longo do tempo, e principalmente a manutenção da memória.

Portanto, conhecer essa experiência numa escola pública de educação básica da zona rural, com todo o engajamento disposto de toda a comunidade escolar, é infinitamente satisfatório, dada as circunstâncias fica evidente o distanciamento das organizações da zona urbana para com a zona rural.

Referências

BEZERRA, Márcia. **Dicionário Temático de Patrimônio – Debates contemporâneos.** Campinas – SP. Editora Unicamp – 2021, p. 63.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, Patrimônio e Cultura local:** concepções e perspectivas pedagógicas. Editora CRV. Curitiba – PR, 2019, p. 38.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre educação patrimonial. *In:* BARROSO, Vera Lúcia M. *et al.* (Org.). **Ensino de História.** Desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST/Exclamação. Anpuh/RS, 25-37, 2010.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural:** Um percurso docente. 1. Ed. –Jundiaí – SP.

Narrativas de prostitutas no Brasil: prostituição e feminismos em debate

Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo[1]

Resumo

Este trabalho se propõe a refletir sobre os embates travados entre feministas radicais e putafeministas sobre suas posições em relação à prostituição. Esta reflexão se dará a partir da análise das autobiografias de Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada e Amara Moira., analisando como essas narrativas mobilizam um acalorado debate sobre sexualidade, moral e papeis de gênero no Brasil. Gabriela Leite e Lourdes Barreto foram pioneiras no debate da prostituição para a sociedade brasileira com uma fala em defesa da escolha das mulheres pelo seu próprio destino e da luta permanente contra a marginalização. Já Monique Prada e Amara Moira trouxeram à tona os embates travados por prostitutas dentro e fora do movimento feminista, liderando o Putafeminismo no país. Numa disputa entre conservadores e progressistas sobre a temática da prostituição, nota-se que as prostitutas não encontram espaço em nenhum dos lados, tendo que traçar o seu próprio campo, o Putafeminismo, que reivindica um caminho sem as tutelas dos discursos salvacionistas. As narrativas das lideranças deste movimento ajudam a compreender um pouco desse caminho que se anuncia com possibilidades de agência e emancipação. Diante deste contexto, as reflexões que se quer desenvolver nesta pesquisa giram em torno das questões levantadas por essas narrativas sobre o meio prostitucional e os embates dentro do movimento feminista no Brasil, nas últimas três décadas. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise das fontes, firmando um diálogo com a teoria, através das técnicas de análise de conteúdo e de análise do discurso. A pesquisa utilizará como principais fontes as obras de Gabriela Leite – Eu, mulher da vida (1992) e Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta (2009); de Lourdes Barreto - Puta Autobiografia

1 Universidade Federal do Ceará. Mestra em História Social. Apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap.

(2023); de Amara Moira - E se eu fosse puta (2023) e de Monique Prada – Putafeminista (2018).

Palavras-chave: Prostituição; Putafeminismo; Feminismos; Autobiografia.

Considerações iniciais

> Entrei na prostituição por rebeldia e desobediência à regra geral das coisas. Hoje demonstro essa mesma rebeldia e desobediência, quando digo que gosto do trabalho de prostituta. Pago um preço por isso, um preço sério e pessoal, no meu dia a dia (Leite, 1992, p. 18).

Gabriela Leite foi uma das pioneiras a trazer o debate da prostituição para a sociedade brasileira de forma totalmente aberta, não a partir de um ideal vitimista, mas de uma fala em defesa da escolha das mulheres pelo seu próprio destino e da luta permanente contra a marginalização e pelo acesso à direitos fundamentais. Como diz no trecho acima, esse seu posicionamento de "Madalena não arrependida" a fez pagar um alto preço, já que a Igreja e várias outras organizações, inclusive feministas, estavam preparadas para receber as prostitutas arrependidas, acolhê-las e salvá-las desse meio, mas não para receber as que defendem a profissão e a própria escolha. A sociedade estava querendo de Leite uma confissão e ela, na verdade, lhe entregou um "puta manifesto", dizendo o que ninguém queria ouvir: "Quando as prostitutas disseram o que pensavam, com um puta manifesto, o pau comeu" (Leite, 1992, p. 114).

A partir deste manifesto (elaborado pelas putas em rebelião num encontro da Pastoral da Mulher Marginalizada), dos Encontros Nacionais de Prostitutas e de uma série de outras ações por todo o Brasil, Gabriela Leite e Lourdes Barreto foram se juntando à outras prostitutas das diversas regiões do país, fomentando discussões e intensificando os debates, para que mais putas trouxessem suas narrativas à público, para que saíssem das sombras, dos becos, para que viessem contar a sua versão dos fatos. Como Monique Prada e Amara Moira, que trazem à tona, mais recentemente, também com

um manifesto, os embates das putafeministas com o feminismo radical, que não tolera a sua existência e permanência tanto na profissão como dentro do movimento feminista.

Quando essas mulheres decidem colocar a boca no mundo, contar de si, trazer as suas histórias, cada uma dessas narrativas cai como uma bomba, não só no pensamento conservador brasileiro, mas também no seu viés mais progressista. Já que ambos acabam se atrelando quando a pauta é prostituição. Têm-se um engodo de pensamentos e ações, que misturam julgamentos com falas salvacionistas. Por um lado, tem-se a culpabilização da prostituta e por outro a dos clientes. Têm-se colocações que vitimizam essas mulheres, como as "escravas" do mundo atual, e falas que as vilanizam, demonizam, como desviadas do caminho das moças direitas, das mulheres de respeito. Em ambas as posições, as prostitutas são tratadas não como agentes da sua própria história, mas como seres que não souberam ou não puderam escolher e devem ter as suas vidas tuteladas, pela criminalização ou pela "salvação" com a saída da zona.

Portanto, pretende-se refletir sobre as seguintes questões ao longo desta investigação: como essas mulheres se narram? Qual a história do movimento de prostitutas e do Putafeminismo no Brasil? Como se lançam no debate sobre abolição ou regulamentação da profissão? Como se veem e como são recebidas nos movimentos feministas? Como as suas narrativas contam sobre as mulheres marginalizadas numa sociedade marcada pela herança colonial? Quer-se compreender, portanto, como as publicações autobiográficas de Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada e Amara Moira pautaram a discussão sobre prostituição e feminismos e como suas narrativas contam sobre a trajetória do movimento de prostitutas no pais.

Metodologia

A pesquisa se deu a partir de revisão bibliográfica e análise das fontes firmando um diálogo com a teoria, por meio da Análise de Conteúdo e da Análise do Discurso. De acordo com Bardin (2004, p. 41), a Análise de Conteúdo trata-se de uma "análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens,

indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". Pode ser compreendida, portanto, como um conjunto de instrumentos metodológicos que tem como objetivo analisar diferentes aportes de conteúdo através de sistematização e análise de dados (Sousa; Santos, 2020). Já a técnica de Análise do Discurso será usada para se compreender o contexto sócio-histórico e ideológico das narrativas, considerando elementos tanto da Linguística como das Ciências Sociais. Segundo Fernandes (2020), a Análise do Discurso propicia uma reflexão sobre a relação da ideologia com a língua, já que é através do discurso que se encontra uma mediação na relação da linguagem com o mundo, tendo em mente que não há neutralidade no uso da linguagem.

A pesquisa utilizou, como principais fontes, os livros autobiográficos de Gabriela Leite – *Eu, mulher da vida* (1992) e *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (2009); de Lourdes Barreto - *Puta Autobiografia* (2023); de Amara Moira - *E se eu fosse puta* (2023) e de Monique Prada – *Putafeminista* (2018).

As múltiplas narrativas de/sobre prostitutas

> Todo mundo é puta (Barreto, 2023, p. 158).

Segundo Benjamin (1994, p. 205), narrar-se é a arte de contar novamente uma história, contudo, essa arte "se perde quando as histórias não são mais conservadas... porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história". Por isso, o lugar da pesquisadora que pretende acessar essas histórias para compreender as metamorfoses da identidade e as reverberações dessas narrativas, "é o de tecelão que assume a tarefa de tecer a rede em que está guardado o dom narrativo" (Lima; Ciampa, 2017, p. 6). Sendo por isso importante pautar e analisar essas narrativas, já que a narrativa de si é uma forma de permanência no tempo e de afirmação das mudanças ocorridas nesse intervalo. Ela se faz por meio de uma constelação de acontecimentos significativos que tomam cena e podem confirmar as trajetórias e reafirmar uma imagem

de si, a qual é muitas vezes idealizada e conta mais do presente, da visão do presente, do que realmente sobre o passado. Essas narrativas podem ser pensadas, então, como uma espécie de sutura realizada a partir de vários instantes rememorados dos fragmentos de uma vida, que garante um senso próprio de identidade (Lima; Ciampa, 2017). Por isso a importância de analisar e refletir sobre esses relatos de mulheres à margem em meio a esse silenciamento da sua fala, dos seus corpos.

Quer-se, portanto, compreender esses relatos a partir de uma Epistemologia Feminista, lançando um olhar atento para as diversas perspectivas que vem à tona à medida que se tem a história contada por uma mulher, a partir das suas particularidades, firmadas num contradiscurso, como salienta Rago:

> O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultura diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (Rago, 1998, p. 3).

As narrativas autobiográficas destas lideranças do putafeminismo no Brasil têm a potencialidade de trazer essas mulheres, tão malditas pela sociedade, para o centro do debate público como sujeitos de agência. Como afirma Giddens (1998, p. 161), "o indivíduo na sociedade não é simplesmente um receptáculo passivo das formas sociais, mas um agente ativo". A fala das prostitutas em defesa dos seus direitos coloca essa lógica de vitimização em cheque, reivindicando não só o entendimento da prostituição como profissão e com isso melhores condições de trabalho, mas uma visão destas mulheres como agentes que refletem, planejam e organizam a sua prática, tendo portanto

consciência das contradições que envolvem o seu trabalho e a necessidade de mudanças. A defesa de suas posições passa pela perspectiva dessas mudanças serem feitas nos seus termos e não mediante o discurso da Igreja ou do feminismo radical, por exemplo. Gabriela Leite (1992, p. 170, 171) traz uma reflexão a esse respeito ao afirmar:

> Minha luta é para a gente ter liberdade de escolher e de seguir essa profissão. E estando na prostituição, que possamos perceber a possibilidade de estar sem nos tornarmos escravas. [...] Nossa batalha é a mesma de outro trabalhador qualquer. [...] O que acaba com uma prostituta, o que tira a sua dignidade e sua saúde, não é transar, não é fazer sexo profissionalmente. O que acaba com ela é a falta de condições de trabalho: não tem água para se lavar, o quarto não tem condições de higiene, tem percevejo andando pelas paredes; se ela não trabalha um dia ou mais, vem a cafetina dizer que ela tem que trabalhar para pagar pelo dia de trabalho e pelas faltas, e a prostituta fica devendo um monte de dinheiro. Vira escrava da cafetina. Não há regra para nada, nenhuma legislação que a ampare. Aposentadoria, nem pensar. A gente cansa de ver prostitutas que, depois de trabalharem a vida inteira, acabam como mendigas, na rua, porque a "vida útil" delas terminou.

Corroborando com as reflexões de Leite sobre a precariedade do trabalho sexual e afalta de apoio na luta por direitos trabalhistas, Monique, Amara e Lourdes afirmam em suas autobiografias:

> A ideia de que as prostitutas são sempre pessoas infelizes com os seus trabalhos, usando essa obrigatoriedade da felicidade no trabalho para negar direitos trabalhistas (que é algo lembrado apenas quando se fala em trabalho sexual remunerado, vejam bem, ninguém se oporia a PEC das Domésticas usando para isso o fato de que é um trabalho precário e que a maioria das

> trabalhadoras, se pudesse, o trocaria por outro) podendo acabar sendo entraves sérios para as nossas lutas.
> [...] Algumas falas dentro do movimento feminista cobram fortemente que o trabalho sexual seja, de alguma modo, empoderador, até mesmo algumas trabalhadoras sexuais e ativistas adotam esse discurso. Não é uma linha que me representa, já que considero que nenhum trabalho exercido por mulheres de baixa escolaridade e classe social possa realmente ser considerado empoderador ou emancipatório. Não há nenhum questionamento sobre o empoderamento alcançado por mulheres que exercem outros trabalhos precários (Prada, 2018, p. 47, 58).

> É pra isso aquela conversinha de "vida fácil", de "faz porque gosta" serve, diminuir os valores de uma atividade essencial para sociedade patriarcal (Moira, 2023, p. 34).

> Fazer prostituição não é crime, é um trabalho como outro qualquer. [...] Nós somos, eu sou a favor que lutemos mais ainda pelos nossos direitos, pra que essa profissão seja regulamentada e a gente tenha garantia da nossa aposentadoria. Vou lutar por isso. Luto por isso. Nós lutamos por isso (Barreto, 2023, p. 99).

As reflexões das autoras trazem questões importantes sobre a análise de prostitutas sobre a precariedade do trabalho no meio prostitucional, mostrando que ao contrário do que grandes setores do movimento feminista e de organismos conservadores argumentam a respeito de uma deliberada romantização da prostituição pelas prostitutas que reivindicam a regulamentação da profissão, estas se afirmam lutando contra as violações que passam no exercício da profissão nesse ambiente clandestino, reivindicando regulamentação para o alcance de direitos. Mostrando a análise um tanto rasa e estigmatizante destes grupos a respeito das reflexões e ações destas mulheres na sua luta por espaço e direitos. Prada traz à tona uma reflexão básica, mas que se perde nas muitas divagações a respeito da pauta, a de que: "como em qualquer

outra profissão, as prostitutas também têm conflito profissional", no caso, principalmente se tratando de trabalhos precarizados e criminalizados. Amara Moira também traz a importante questão de que a marginalização deste trabalho serve ao sistema patriarcal e capitalista, que fazem com que a regra seja baixa remuneração (principalmente no universo de prostitutas transexuais) e ambientes propícios para o exercício da violência mais brutal contra estas mulheres.

Numa sociedade estruturalmente patriarcal e misógina, as mulheres sofrem uma permanente opressão e deslegitimação desde o nascimento. Mulheres como Gabriela, Lourdes, Amara e Monique, que contam sobre sua sexualidade que desvia da norma instaurada, são alvo preferencial da política de disciplinamento de corpos. O estigma da puta é uma ameaça a todas as mulheres, ameaça de violência, de desprezo, de exclusão do rol das mulheres honestas, dignas de um homem, dignas de matrimônio, como reflete Prada (2018, p. 65) ao dizer que "todas as mulheres que de algum modo contrariam a ordem das coisas na sociedade patriarcal se arriscam a sofrer por conta desse estigma: a Ofensa Madre, parecer uma puta, ser confundida com uma puta, ser chamada de puta". O termo "puta" está sempre relacionado ao engano, à perversidade, ao pecado carnal. E é justamente essa repulsa ao termo, às suas pretensas significações e às putas em si, ligado a todo o aparato simbólico da misoginia, que torna muito difícil a construção de uma luta permanente, forte e articulada pelos direitos das prostitutas. Sobretudo num momento como este de acirramento político, polarização e avanço do conservadorismo no Brasil (Sulz; Cardoso, 2019). Por isso, Lourdes Barreto reivindica, desde o início da sua militância no movimento de prostitutas, ainda na década de 1980, pelo uso do termo puta, reivindicando esta identidade, nomeando com todas as letras o indizível. Tatuando em sua própria carne o tão abominável socialmente e guardado em segredo por muitas: "Eu sou puta".

> Eu passei muita forma de violência da sociedade, pelo fato de ser mulher, ser nordestina, e depois eu tive que assumir que era puta. E essa palavra, ela me trouxe um legado, me trouxe coisas importantes na vida, porque eu sei que estou quebrando estigma de uma palavra que uma sociedade toda usa - filha da puta, puta

> que pariu -, e eu resolvi fazer essa tatuagem alguns anos atrás. Essa frase 'eu sou puta', ela me traz um retrato de uma sociedade que machuca, fala, fala mal da prostituição, mas não consegue viver sem a prostituição (Barreto, 2023, p. 23).
>
> Gosto dessa palavra puta! Porque é uma palavra de identidade. Então, a luta é essa. Essa palavra. Desde que eu cheguei muito jovem na zona, eu percebi que eu tinha que lutar pelo direito de usar essa palavra onde eu quisesse, aonde eu chegasse. Eu fiz uma tatuagem no Congresso Brasileiro de Aids, lá na Paraíba, em João Pessoa, com essa palavra, "Eu sou puta", porque, quando eu digo que sou puta, estou afirmando uma identidade que pra sociedade ainda é difícil de lidar (Barreto, 2023, p. 99).

O termo puta é tão maldito que Amara Moira teve que modificar o título de sua autobiografia, censurando o "puta" num momento de avanço da extrema direita no país, para conseguir divulgar sua obra.

> [...] cheguei à decisão de retornar ao título original com a *puta* de novo ocupando lugar de destaque. Se quero estar em paz com o fato de ter escrito esta obra, e ao mesmo tempo colaborar com a superação desse estigma pernicioso, é preciso que antes de mais nada, eu não tente esconder a minha *puteza* por trás de *pureza* nenhuma, ainda que o disfarce seja só jogo de cena. Possível que em 2018, com a eleição do inominável e tudo o que isso representou, fosse sensata a alteração do título original de *E se eu fosse puta* para *E se eu fosse puRa* (com esse érrão bem destacado, em cima do têzinho, bem rasura, censura mesmo - a versão "errada", como a denominei), mas agora a situação é outra e eu preciso fazer a minha parte para que a profissão, não digo a mais antiga do mundo, mas com certeza a mais maldita, amaldiçoada, ainda que também a mais incontornável, deixe de meter

medo à sociedade (Moira, 2023, p. 11-12).

Portanto, uma das questões que se pode levantar, a partir deste relato de Amara, é que falar sobre as narrativas dessas mulheres é, sobretudo, falar sobre silenciamento, censura e estratégias de resistência. Problematizar a marginalização das mulheres e dos seus relatos é se colocar a refletir sobre como uma história eurocêntrica e patriarcal priorizou a memória gloriosa de homens de uma determinada classe social, lugar e cor. Pesquisar a narrativa de mulheres à margem num país do sul global é exatamente quebrar com essa lógica, é tentar pôr em prática as reflexões de Natalie Zemon Davis e Edward P. Thompson com a perspectiva historiográfica da história vista desde os de baixo.

Ao contar sobre suas trajetórias de vida, estas mulheres estão contando a história do movimento de prostitutas no Brasil, de seus primórdios aos dias atuais. Com isto estão trazendo perspectivas importantes sobre o pensamento coletivo sobre a prostituição, as mudanças nos padrões sexuais e quais os corpos tidos como dignos de respeito e de legitimidade de suas reivindicações. Nos trechos a seguir, Lourdes e Amara contam um pouco sobre os intuitos de suas obras e sobre essa militância pelo direito à fala pública de mulheres colocadas às margens.

> Esta *Puta autobiografia* é pra dizer pra sociedade que nós existimos, que nós vamos continuar. Que nós somos mulheres antes de ser puta. Nós somos mulheres! (Barreto, 2023, p. 159).
>
> Foi muita luta! Às vezes eu fico perguntando até onde eu vou com essa luta, com esse coração cheio de felicidade e de vontade de continuar na luta. Acreditando que deixo essa história. Minha história de vida e história de luta é um corpo só. Uma grande onda. Eu falo sem parar essas histórias pra lembrar a sociedade que a nossa existência tem um sentido. E que falar é como andar, cansa. Mas preciso. Falar é escrever a nossa história (BARRETO, 2023, p. 243).
>
> Quanto vocês saberiam da vida por trás dos panos da profissão mais mal falada do mundo não fosse por mim? Venho sendo entrevistada em tudo quanto é canto, convidada pra dar palestra

> em universidade, dividir mesa com vereador, capa de jornal importante, revista, participar de documentário, e não é à toa... quem toca esse discurso assim, na caruda, doa a quem doer, são poucas no Brasil, loucas como eu (Moira, 2023, p. 81).

A luta destas mulheres pela fala, por serem ouvidas, sinaliza a importância deste debate ter um alcance para realmente pôr em xeque as estruturas de opressão que trava o diálogo e que marginaliza e criminaliza essas mulheres. Elas refletem que a fala pública e a escrita em obras realmente divulgadas para o grande público pode ser o que faça realmente o movimento avançar em suas pautas mais concretas e cotidianas, como salienta Lourdes ao explicar o mote do Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas encabeçado por ela e Gabriela Leite, no Rio de Janeiro, em 1987.

> O lugar de fala das prostitutas tem que ser em todos os lugares, em todas as instâncias da sociedade, em todos os ambientes - no trabalho, na rua, na avenida, no cabaré, no parlamento. Onde ela estiver, ela tem o direito de falar (Barreto, 2023, p. 125).
> O nosso primeiro encontro de prostitutas foi em 1987, o tema foi "Fala, mulher da vida", porque a gente não falava, a gente tinha vontade de falar. Nós só falávamos para os nossos clientes, dentro do quarto ou para alguma colega nossa. Mas a gente não podia falar publicamente por causa do estigma, do preconceito e da discriminação (Barreto, 2023, p. 134).

A fala de Lourdes mostra a reivindicação por outros espaços, não mais o das sombras, do quarto fechado, das quatro paredes. Amara corrobora ao explicitar onde a sua escrita a levou. Sua autobiografia a fez adentrar espaços ditos não seus anteriormente, gerando um debate público para romper com o estigma e a criminalização da sua profissão e da sua luta permanente pelo direito de ser uma puta-trans-escritora. O "Fala, mulher da vida" é um verda-

deiro marco nessa luta pela palavra, pelos lugares, luta que continua viva hoje com o Putafeminismo.

O Putafeminismo e os conflitos com o feminismo radical

Para estas mulheres dissidentes do papel imposto pelas noções de gênero nessa sociedade, como aponta Sueli Carneiro (2003), as pautas e análises do feminismo hegemônico não fazem muito sentido, pois, ao mesmo tempo que afirma querer resgatá-las da exploração e da violência brutal sobre os seus corpos, também as silenciam, julgam e excluem, como no caso das prostitutas que permanecem reivindicando o direito ao feminismo e tem ele negado. Como analisa a socióloga Adriana Piscitelli (2018, p. 21), neste fervilhante contexto político atual, esses diversos coletivos de mulheres pouco considerados anos atrás no Brasil, reivindicam cada vez mais os seus direitos à igualdade e à resistência, em face da colonização dessas diferenças pelos feminismos hegemônicos. Chamando atenção nesse caso para as putafeministas, que, apesar de estarem presentes na luta e sofrerem nos seus corpos com a opressão patriarcal e colonial, enfrentam grandes dificuldades para obter solidariedades feministas. Vê-se, portanto, que, para enveredar-se pelos estudos interseccionais, é essencial abandonar a visão das mulheres como um grupo homogêneo, já que se deve procurar compreender os reais motivos "de algumas serem marginalizadas e estigmatizadas e outras gozarem de benefícios e direitos, sendo um caminho potente para a análise das violências" vivenciadas pelas prostitutas dentro e fora das zonas de prostituição (Silva; Ximenes, 2017, p. 185).

Sulz e Cardoso (2019) refletem que nessa disputa de narrativas e representações, as feministas radicais travam uma ferranha luta contra, não só a prostituição, mas principalmente contra as prostitutas que afirmam que tem algo a dizer sobre si e sobre os seus direitos. Estas feministas apresentam argumentos em sua maioria assentados nas noções de "exploração do corpo", "objetificação da mulher" e "manutenção dos interesses do patriarcado", justificando mediante esses argumentos sua radical oposição à regulamentação da prostituição. Sendo, portanto, como o maior ponto de conflito entre as putasfeministas e as radfem, a narrativa de que a prostituição, independente de sua regulação ou clandestinidade, só pode possibilitar experiências de violência

e exploração contra as mulheres. Essa corrente do feminismo desconsidera a fala e a escolha da prostituta, numa insistência permanente de um ideal de resgate destas mulheres, numa perspectiva de orientar a emancipação das prostitutas contra a opressão do meio prostitucional. Numa fala que recrimina a forma como as prostitutas lidam com seu próprio corpo e sexualidade. Tendo a prostituição como um dos grandes temas deste movimento, contudo sem a escuta das prostitutas e de suas pautas, acabam por reproduzir um discurso salvacionista muito parecido com o das instituições religiosas e da política conservadora. Além da política de difamação perpretada por estes movimentos contra as feministas que defendem a regulamentação da prostituição, onde se coloca essas mulheres sob suspeita, lugar este que o patriarcado reserva para as Evas e Madalenas, as que desvirtuam do dito caminho da verdade. Como Monique e Lourdes comentam nos trechos a seguir:

> [...] temos o que no Brasil se costuma chamar de feminismo radical, mas que eu prefiro chamar de feminismo conservador [...] Um feminismo que nos vitimiza e que pretende nos resgatar, negando nossa autonomia e nossa capacidade de escolha, e rechaçando violentamente a possibilidade de diálogo com aquelas de nós que não desejam a salvação oferecida (Prada, 2018, p. 33).

> Foi dentro da prostituição que eu aprendi a ser mulher, que identifiquei a minha sexualidade, que lutei pelos direitos sexuais e reprodutivos, e lutei contra algumas feministas radicais que na época faziam crítica por eu exercer o trabalho sexual como uma profissão (Lourdes, 2023, p. 33).

Segundo as autoras, essa corrente do feminismo nega a agência das prostitutas ao oferecer a estas somente a perspectiva da "salvação" da prostituição e não de um diálogo com abertura para partilhas e ações conjuntas. Já que se pautam por uma práxis baseada na verticalidade dos corpos hegemônicos, onde os corpos socialmente marginalizados devem apenas obedecer silenciosamente ao mando desse Outro que se entende como de consciência mais elevada, portador de um feminismo puro, superior. Esse ideal de erradicação

da prostituição não é algo novo, mas que vem se renovando. Tendo como base a pauta da abolicão da prostituição no Brasil, tem-se a noção de que esta permanece voltada para um discurso e prática higienista que só se presta a criar leis que servem unicamente para isolar, para colocar as prostitutas em guetos, "em situações mais precárias e inseguras" do que mesmo a que esses setores denunciam (Prada, 2018, p. 33). Numa lógica que intercala uma série de violações vinculadas às categorias de gênero, raça, classe social e sexualidade, categorias estas que são determinantes para se compreender em que proporção vai a violência de Estado contra essas mulheres. Já que hoje se compreende, de forma muito objetiva, que as vivências de uma "puta de luxo" - universitária, classe média e branca em sua absoluta maioria, são quase totalmente outras em relação as putas do chamado "baixo meretrício". Amara consegue explicitar esses dilemas da marginalização ao falar sobre a transfobia aliada à fotofobia que impacta violentamente a vida das mulheres trans, que por parte deste feminismo conservador nem se enquadrariam na categoria mulher: "A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplifica a exclusão a que já estamos sujeitas meramente por existir" (Moira, 2023, p. 134).

Por isso, as putafeministas defendem "um feminismo de todas as mulheres e para todas as mulheres", um feminismo que abranja a luta das prostitutas. Tendo em mente, contudo, que "lutar pelos direitos das trabalhadoras sexuais não implica esquecer os casos de opressão, exploração e abuso que as mulheres, sendo putas ou não, sofrem". Sendo importante, portanto, realizar um redirecionamento do olhar para as prostitutas que precisam de segurança para exercerem sua profissão, como Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada e Amara Moira defendem nas suas autobiografias e militância política (Sulz; Cardoso, 2019). O Putafeminismo reivindica, portanto, que se paute os "temas relativos ao trabalho sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista" (Prada, 2018, p. 68). E as narrativas dessas mulheres mostram um caminho cheio de possibilidades de emancipação.

Considerações Finais

> Estou aqui contando a história do movimento brasileiro de prostitutas, curtindo a vida e sonhando com uma sociedade mais democrática, mais fraterna, onde todos e todas as pessoas possam viver bem (Barreto, 2023, p. 158).

A partir da análise dessas autobiografias de prostitutas, conclui-se que, primeiramente, é preciso ter em mente a importância do desaparecimento do conceito de mulher universal, como salienta a socióloga Virgínia Olesen (2007). Sendo necessário guiar o olhar para a mulher situada, histórica e culturalmente, levando-se em consideração que todo conhecimento está localizado num espaço, tempo e sociedade específica. As narrativas destas mulheres contam sobre a trajetória de mulheres marginalizadas que lutam pelo seu espaço no debate público. Mulheres que reivindicam sua identidade puta até que um dia essa palavra não seja mais um palavrão, mas uma jeito de ser e estar no mundo de forma legítima e respeitada.

Estas autobiografias ao contar sobre a vida destas mulheres na prostituição ajudam a gtraçar um panorama histórico do movimento de prostitutas no Brasil e ao redor do globo, mostrando as suas interfaces com outras questões sociais que assolam a nossa sociedade e que historicamente foram pautadas por essas mulheres que estão à margem lutando por direitos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Lourdes. **Puta Autobiografia.** São Paulo: Claraboia, 2023.

BENJAMIN, **Walter. Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In:* Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. Introdução. *In:* **História das Mulheres no Ocidente.** Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

FERNANDES, Alan Tocantins. O que é a Análise do Discurso? **Roseta,** mar., 2020. Disponível em: https://www.roseta.org.br/2020/03/25/o-que-e-analise-do-discurso-como-pode-ser-usada-e-o-que-a-difere-de-uma-analise-gramatical/.

GIDDENS, Anthony. "Durkheim e a questão do individualismo". *In:* **Política, sociologia e teoria social.** São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta:** A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, A. F. História oral e narrativas de histórias de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In A. F. Lima & N. Lara (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antonio da Costa. **Sem pedraS o arco não exiSte**: o lugar da narrativa no eStudo crítico da identidade. Psicologia & Sociedade, v. 29, 2017.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta.** São Paulo: n-1 edições, 2023.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. *In:* Norman K. DENZIN, Yvonna Lincoln (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2.ed. Porto Alegre: Artmed; p. 219-257, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da Antropologia Feminista. **Cuadernos de antropología social,** n. 36, p. 11-31, 2012.

PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018.

RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. *In:* Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Orgs.) **Masculino, Feminino, Plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres,1998.

SILVA, Lorena Brito; XIMENES, Verônica Morais. Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE. R. Inter. Interdisc. **INTERthesis,** Florianopolis, v. 14, n. 1, p. 176-194, Jan.-Abr. 2017.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação,** v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559.

SULZ, Juliana Albuquerque; CARDOSO, Frederico Assis. Putafeminismo: um caminho pelo direito de todas as mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 344-348, abr./jun. 2019. [Seção] Resenhas. Resenha da obra de: PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018. https://doi.org/10.1590/198053146283.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** São Paulo: UNICAMP, 2001.

Mortalidade e contágio na epidemia de varíola durante a seca de 1878

André Ribeiro Totti[1]

Resumo

O presente trabalho visa observar a experiência histórica da epidemia de varíola ocorrida em 1878, durante a seca que assolou o Ceará entre 1877 e 1879. Dentro do quadro de estudos sobre a seca, objetiva-se analisar como o governo e a opinião pública, através de jornais (Constituição, Pedro II e Cearense), lidaram com a presença incômoda das aglomerações de retirantes, considerados vetores de doenças e culpados pela propagação da varíola em Fortaleza. Nesse sentido, atentando para a mortalidade durante o ápice da epidemia, busca-se problematizar como o direcionamento das políticas públicas e as demandas da opinião pública podem ter contribuído para o enorme obituário de retirantes. Assim, pretende-se analisar a experiência da mortandade a partir do conceito de Necropolítica (MBEMBE, 2003/2016), observando como as relações políticas de classe e raça estabelecidas em relação aos migrantes possam ter determinado um aumento das mortes. Para tanto, realizou-se a análise das seguintes fontes históricas: por um lado, os relatórios e as falas do presidente provincial em gestão, José Julio D'Albuquerque Barros; por outro lado, as edições dos jornais Constituição, Pedro II e Cearense, referentes aos anos da vigente seca. A partir dos jornais, foi possível apreender os discursos dos habitantes abastados de Fortaleza sobre os retirantes, o que permitiu analisar as demandas de repúdio/apartheid das classes superiores em relação a esses sujeitos marginalizados. Já no que se refere aos relatórios presidenciais, foi possível estudar a prática governamental durante a epidemia, o que tornou possível analisar o direcionamento político do governo em relação a como lidar com os migrantes. Observando as demandas expressas pelos jornais, tornou-se evidente que o principal objetivo das classes superiores era se proteger do contágio da varíola. Nos noticiários, em momentos nos quais morriam centenas de retirantes diariamente, as principais medidas

1 Licenciado em História (UFC). Mestrando em História Social (PPGH-UFC). Professor de Olimpíadas Científicas (Ouro-ONHB 14; Prata ONHB 15; Prata, OCHE 2022/ 2023).

requeridas pela imprensa conservadora (Constituição, Pedro II) eram impedir a presença de migrantes nas principais ruas do centro e afastar as habitações desses sujeitos para sotavento da cidade, com fins de impedir o contágio aos abastados. De maneira semelhante, a prática governamental, conforme exposta pelo relatório do presidente provincial, tendia a dirigir ações de higienismo e controle social, mediante a organização de abarracamentos em locais distantes e a remoção forçada de retirantes do centro. Desse modo, após analisar a opinião pública e a prática governamental, concluiu-se que havia uma relação de inimizade dos abastados da cidade referente a como lidaram com a presença dos migrantes, considerados incômodos e perigosos. Essa relação agiu como uma tendência das práticas governamentais, que se pautaram não em salvar a vida dos migrantes, mas em isolá-los e impedir o contágio aos abastados. Assim, propõe-se a hipótese de que as finalidades das políticas públicas contribuíram para um aumento no número de mortes de migrantes, pois objetivaram preservar a vida dos abastados das cidades, ao invés de salvar os migrantes da varíola.

Palavras-chave: Seca; Varíola; Necropolítica.

> Acaba-se o resto da população, porque cresce o flagelo com uma fúria pasmosa, e a administração da província deixa correr tudo ao abandono! (Constituição, 14/11/1878).

O momento de maior mortalidade durante a seca de 1877-79 certamente ocorreu no período compreendido entre os meses de outubro, novembro e dezembro de 1878, nos quais vigorou a epidemia de varíola, responsável por matar centenas de pessoas todos os dias, a partir de novembro. Portanto, nos referidos meses, mais do que no ano inteiro, acostumou-se com a morte no cotidiano. Na conjuntura da varíola, os jornais conservadores *Pedro II* e *Constituição*, em críticas à gestão provincial, afirmavam morrerem diariamente até 600 pessoas em novembro e mais de 800 em alguns dias de dezembro.

O ápice da epidemia ocorreu em dezembro, quanto "foi de 500 a média de óbitos por dia em Fortaleza", segundo o Barão de Studart (1909/1997, p. 45). Mas o momento de maior mortalidade foi o "dia dos mil mortos" (8/12/1878). Nesse dia, Studart afirma que 1008 cadáveres foram enterrados

no cemitério da Lagoa Funda, enquanto muitos outros não foram contabilizados, pois morriam abandonados e insepultos nas ruas e nos arredores da cidade. O referido episódio é bastante divulgado na atualidade por jornalistas e professores historiadores, mas, se observarmos o conjunto das mortes, infelizmente, será possível constatar que esse dia não foi uma exceção, mas o ápice de um obituário crescente responsável por matar centenas de pessoas de maneira cotidiana. No total, segundo Studart (Op. Cit. p. 9), morreram em Fortaleza, durante o ano de 1878, 57.780 pessoas, pelas mais várias moléstias e pela fome. Inscrito nesse quadro mais amplo de obituário, 24.844 foi o número de vítimas da varíola.

No presente tópico, pretende-se analisar a experiência de convívio com a mortalidade causada pela varíola sob a perspectiva de que a morte de milhares de retirantes empobrecidos tenha se tornado algo banalizado no cotidiano. Precisamente, objetiva-se refletir sobre o contexto observando-o como uma experiência *Necropolítica* (Mbembe, 2003/2016), no sentido que a "população fixa", isto é, as camadas aburguesadas da cidade, tenham demandado a sua sobrevivência, como pauta mais importante do que a salvação dos retirantes pobres. Desse modo, tanto a prática governamental como também os discursos jornalísticos se destituíram de preocupação humanitária durante os momentos mais críticos da epidemia, de maneira a influenciarem no crescente obituário de retirantes.

Compreende-se que as políticas de socorros realizadas durante a gestão de José Júlio de Albuquerque Barros e a opinião pública expressa pelos jornais não tinham como prioridade impedir a mortalidade do contingente de migrantes que habitavam Fortaleza, mesmo que eles morressem aos milhares, mensalmente, desde o começo do ano de 1878. Ao contrário, a "opinião pública", composta pelos setores abastados da cidade, esteve alinhada na necessidade, considerada urgente, de impedir o contágio variólico à "população fixa", ao passo que definia como principal objetivo da gestão provincial o afastamento dos grupos de retirantes para longe do "coração da cidade".

Trata-se de uma tendência das práticas e dos discursos da *Vida Qualificada* (Agamben, 2007) – comerciantes, letrados, profissionais liberais e servidores públicos – com relação aos retirantes adventícios em Fortaleza. Apesar de haver radical oposição política entre os jornais conservadores e o governo

liberal, é notável haver semelhanças em suas práticas, pois esses grupos, desde o começo, demandaram atitudes com ênfase no controle e isolamento dos retirantes.

Durante toda a vigência da seca, a preocupação dos abastados era a de se afastar do contato com a multidão retirante, considerada "a causadora de tantos insustentáveis sofrimentos" (Mbembe, 2017, p. 73), nos quais se condenava tanto a "imoralidade" dos costumes sertanejos como também era temida a possibilidade de as aglomerações propagarem doenças aos habitantes das cidades. Nesse sentido, segundo Neves (2000), o medo da *Classe Perigosa* (Chalhoub, 1996) orientou as práticas governamentais, no sentido de demandar controle, trabalho e isolamento em relação a esses sujeitos.

Essa tendência, nos momentos críticos da epidemia da varíola, se manifestou mediante um discurso público e uma prática governamental direcionados com a prioridade de evitar o contágio epidêmico à cidade de Fortaleza como um todo, enquanto relegava a salvação das vidas de retirantes ao segundo plano. Portanto, mais do que impedir a morte dos empobrecidos, objetivou-se preservar a vida dos "qualificados".

Ao constatarem a propagação da varíola à "população fixa" de Fortaleza, os jornais conservadores Pedro II e Constituição, opositores ao governo liberal, criticaram o abandono, a inércia e o descaso do poder público como fatores que contribuíram para o crescimento e a perpetuação da epidemia de varíola. Ambos os jornais sustentam um discurso de acusação ao governo como responsável pela enorme quantidade de mortes, vide o seguinte trecho do Pedro II:

> [...] a molestia que se manifestou á principio por casos isolados, desde logo encontrou na desidia do presidente da provincia gordo pasto para alimentar-se, crescer até as proporções em que a vemos horrorisados; encontrou na ausencia quasi absoluta de efficazes providencias um meio facil de progogar-se (Pedro II, 10/11/1878).

O discurso da imprensa conservadora sugere que a ausência de ação governamental resultou na mortalidade e no contágio pela varíola. Certamente, não se trata, na pesquisa, de adotar "ao pé da letra" o discurso da imprensa partidária em oposição ao governo da situação. Mas, observando o contexto de enorme propagação da varíola, deve-se analisar como a gestão pública estabeleceu práticas determinantes na experiência da epidemia, no qual o direcionamento político das atitudes em relação aos migrantes pode ter influenciado na propagação e nas mortes causadas pela doença.

Compreende-se que o governo provincial tenha efetivado práticas de controle e isolamento dos pobres, com o objetivo de defender os interesses dos grupos abastados. Desde o começo da seca, os habitantes da cidade repudiaram a presença dos migrantes, ao que se efetivou nas ações do poder público em remover os pobres das ruas e isolá-los nos abarracamentos. Concomitantemente, conforme Cândido (2014), o uso da mão de obra retirante em grandes obras, como a Estrada de Ferro de Baturité, visou tanto ao "progresso" da província como à remoção de enormes contingentes de migrantes de Fortaleza. Dessa maneira, entende-se que a prioridade política do Estado não foi a finalidade humanitária de salvar da morte os retirantes que morriam pela fome e pela doença. Em contrapartida, a prática do governo visou a impedir o contágio aos abastados e a fomentar o crescimento econômico da província.

É precisamente esse enviesamento das políticas públicas que permite considerar as práticas de controle social como dispositivos disciplinares contribuintes para a enorme mortalidade de retirantes. Certamente, as condições de superlotação das cidades foram determinantes para o surto da varíola. Mas, também, deve-se rejeitar a ideia de que a ocorrência da epidemia com suas elevadas taxas de óbitos fosse algo inevitável, dada a dificuldade da situação.

Na presente pesquisa se propõe atentar, ao contrário, para um entendimento que considera a ocorrência do surto de varíola a partir de condições muitas vezes propiciadas pela anuência da gestão pública e pelo discurso jornalístico responsável por demandar o isolamento dos migrantes como pauta principal em detrimento do salvamento das vidas retirantes. Desse modo, propõe-se a hipótese de que as políticas governamentais e a opinião pública, direcionadas para a preservação dos interesses dos grupos abastados, atuaram

como fatores que influenciaram o aumento da mortalidade dos migrantes, causada tanto pela fome como pelas doenças.

Compreende-se que os jornais conservadores, opositores ao governo liberal de José Julio de Albuquerque, mantiveram posicionamentos semelhantes em relação ao trato com as multidões de milhares retirantes que habitavam as cidades. Apesar de serem veementemente críticos do governo provincial, os jornais da oposição utilizaram os mesmos argumentos da situação: a necessidade de isolar os migrantes para que não propagassem doenças. O teor da crítica jornalística, responsável por apontar o governo como culpado pelas mortes, se refere à consideração das falhas do governo em alcançar por completo os objetivos de isolamento das aglomerações, consideradas responsáveis por espalhar a varíola pela cidade inteira.

Deve-se, então, analisar a atuação do governo e o discurso jornalístico como forças que contribuíram para a enorme mortalidade de retirantes durante a epidemia. Com essa finalidade, torna-se necessário refletir sobre a postura das autoridades e da imprensa desde o começo do ano, observando como lidaram com a mortalidade de retirantes que, cada vez mais, tornou-se algo banalizado. Afinal, no obituário de 1878, as mortes causadas pelas mais diversas moléstias são constantes desde o início, já que os migrantes, em condições de fragilidade imunológica, morriam de maneira cotidiana.

Se explorarmos o contexto geral, em que mortes e doenças foram comuns durante todo o ano, atingindo sobremaneira os retirantes, é possível perceber que elas se tornaram naturalizadas na opinião pública. Ao mesmo tempo em que aconteciam as mortes, no momento em que elas se tornaram acontecimentos comuns no dia a dia, as autoridades públicas tinham outras demandas no momento: impedir as aglomerações na cidade e remover os abarracamentos considerados focos de infecção.

Com pretensão de analisar a prática governamental da gestão de José Julio de Albuquerque Barros como presidente provincial (1878-1880), deve-se examinar a *Falla* com que o gestor abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial, em 1º de novembro de 1878, no momento em que a varíola já começava a assumir um caráter epidêmico em Fortaleza e os jornais de oposição acusavam o governo de ser ineficiente na prevenção do contágio,

ao ponto em que morriam diariamente de 100 a 300 pessoas por causa da moléstia, segundo os dados dos jornais.

A publicação do relatório visou realizar uma prestação de contas perante o ministério imperial, com fins de expor as políticas empreendidas durante o primeiro ano de governo provincial, de maneira a também defender a gestão diante das acusações da oposição. Nesse sentido, dentre outros objetivos, veio para justificar a quantidade enorme de gastos e amenizar a culpa do governo em relação ao aumento da epidemia de varíola.

O documento argumenta que, em abril, no momento em que José Julio de Albuquerque Barros assumia a presidência provincial, "mais 200 mil emigrados do interior existiam agrupados nas cidades e villas do littoral", referindo-se ao contingente de multidões de retirantes residentes nas ruas e nas praças em cidades do litoral. Particularmente, sobre o contexto vivido em Fortaleza, Barros afirma que a capital "carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos", bem como prédios como "o lyceu, o quartel de polciia, as escholas publicas [..] serviam de alojamento de retirantes", no quais "em cada um delles se apinhavam centenas de indivíduos quasi inanidos" (Barros, 1878/1879, p. 37).

Critica-se, portanto, o fato de a cidade estar povoada por milhares de migrantes empobrecidos a ocuparem as ruas, as praças e os prédios. Sobre os abarracamentos, construídos sob o pretexto de abrigar os retirantes e distribuir os socorros públicos, o presidente provincial afirma que "eram immundos, e não tinham commodos sufficiente, nem enfermarias". Nesse sentido, considera que "tudo fomentava a propagação das epidemias reinantes" (*ibid.*).

Situação semelhante era vivida em outras cidades interioranas como "Sobral, Granja, Quixeramobim, Acaracú, Aracaty, Baturité, Pacatuba e Maranguape", nas quais existiam "várias moléstias de feição epidêmica", com "crescido numero de victimas". Por sua vez, em Fortaleza, "onde a agglomeração era maior", o presidente considera que se destacaram "proporções extrardinárias no aumento do obituário" (*Op. Cit.*, p. 36).

No começo da gestão de Barros, em abril de 1878, era um momento em que, segundo os dados referidos no relatório de novembro, "faleciam de 3 a 4 mil pessoas por mês" principalmente em Fortaleza, mas também em Aracaty com "quase igual número". Diante do contexto de ocorrência de epidemias

responsáveis por matar mensalmente milhares de migrantes, quais atitudes tomou o governo para remediar a situação e impedir as mortes? No decorrer do relatório, o presidente provincial expõe as ações que o governo realizou com vistas a resolver o problema das aglomerações na cidade:

> Immediatamente tractei de promover por todos os meios á meu alcance a limpeza da capital, de retirar para fóra della os indigentes;
> […]
> mandei remover para sotavento da cidade todos os abarracamentos existentes do loado opposto; Em circular de 29 de abril recommendei a todos os commissarios de soccorros: [..] 6º que se prohibisse a mendigação de grupos de indigentes nas ruas da cidade (Barros, 1878/1879, p. 36).

Segundo as palavras da presidência em outra seção do relatório, tais práticas de isolamento e controle tiveram pretensão de "evitar que a cidade continuasse repleta de uma multidão de mendigos, que trazia desassosego a todos os habitantes, e gravemente prejudicava o estado sanitário" (*Op. Cit.*, p. 48). Após essas atitudes, o governo argumenta que o conjunto das providências realizadas diminuiu a intensidade das doenças (*Op. Cit.*, p. 38). Quando chega o momento de justificar o porquê da ocorrência da varíola, o gestor argumenta que "a população adventícia pronunciou-se contra a vacinação, […] que entendia ser antes a causa do mal do que um salutar preservativo" (*Op. Cit.*, p. 38).

Analisando o todo, permite-se inferir que o foco, portanto, do referido relatório, é expor as soluções adotadas pelo governo para reduzir a ocupação dos migrantes nas ruas e para "higienizar" os abarracamentos, com fins de afastar as aglomerações, consideradas vetores de doenças. Apontou-se a existência da mortalidade, mas o foco governamental não era resolvê-la, e, sim, impedir que ela se propagasse para outros grupos sociais residentes nas cidades. Objetivou-se proteger esses grupos, de maneira concomitante em que se buscou realizar o isolamento dos migrantes para longe, e não nas ruas da cidade, onde potencialmente espalhariam doenças aos habitantes dela.

Portanto, a gestão de Barros buscou efetivar o isolamento dos retirantes nos abarracamentos. Além disso, o presidente afirma ter realizado a remoção dos abarracamentos a barlavento, potencialmente considerados vetores da epidemia em direção ao coração da cidade. Em contrapartida, sobre os discursos da imprensa conservadora, é perceptível que ela critica que o governo aplicou essas medidas de maneira falha, ao passo que considera esses erros como as causas fatais de propagação da epidemia na cidade.

Atentando para a atuação dos jornais conservadores Pedro II e Constituição durante o mês de outubro, eles apontam como ineficiente a atuação do governo em "retirar os abarracamentos para os bairros á sotavento da cidade". Nesse sentido, o jornal Pedro II indica o abarracamento do "Pajehú" como o foco dos males: "onde é extraordinária a agglomeração dos retirantes, de especuladores, comboeiros, muito breve teremos ali a bexiga em larga escala". Solicita-se, então que o "Sr Dr. José Julio, por amor as nossas vidas, tratasse de dividir o pessoal indigente, e fizesse retirar com urgencia todos abarracamentos existentes para as bandas do meirelles, S. Luiz e Pajehú" (Pedro II, 27/10/1878).

De maneira semelhante, ambos os jornais, Pedro II e Constituição criticam a "falha" do governo em evitar que os retirantes ocupassem as ruas centrais de Fortaleza. O Pedro II afirma, sobre a mão de obra retirante, ser "preciso evitar também a passagem d'esses trabalhadores pelas ruas mais públicas", e indica que ela passe "por fora das ruas", considerando que seria um melhor trajeto "por terem com mais liberdade gritar e saltar" (Pedro II, 27/10/1878).

O jornal Constituição, por sua vez, acusa, sobre o governo, que "todos dormem o sono profundo de uma indiferença criminosa", diante da ocupação de retirantes na rua General Sampaio, considerada central em Fortaleza. Afirma-se que "tudo se faz n'essas malditas calçadas: bebe-se, come-se, joga-se, dorme-se; assim o consente a nossa polícia!". Reclama, portanto, que a polícia remova esses indivíduos das ruas, com o objetivo de "deixar transitar o cidadão" (Constituição, 3/10/1878).

O incômodo e a ojeriza da *Vida Qualificada* em relação ao convívio forçado com os migrantes ocorrem desde que estes chegavam às cidades, em 1877, quando os abastados conviveram intensamente com a insegurança e o medo em relação às multidões. É evidente, portanto, que o foco da crítica aos

jornais não é o fato de estarem morrendo centenas de retirantes diariamente, mas a presença desses mesmos migrantes nas ruas centrais da cidade e em abarracamentos considerados "a barlavento". Em suma, o problema não é os retirantes morrerem, mas as possibilidades de contágio e a presença incômoda para os habitantes residentes na cidade.

Isso é exposto com bastante explicitude na edição do Pedro II em 7 de novembro de 1878. Na referida edição, em um tópico intitulado "Bexiga", presente na 2ª página, afirma-se que morrem diariamente de 150 a 200 pessoas por causa da varíola no segundo mês de casos da doença. Contudo, na notícia com maior evidência na primeira página, intitulada "Varíola", pouco se fala em medidas para atenuar as mortes. Pelo contrário, solicita-se, novamente, a necessidade de remover os abarracamentos a barlavento: "A remoção desses abarracamentos, ha tanto tempo reclamada pela imprensa, é sem contestação a medida hygienica de maior alcance dentre todas as que instantemente pede o nosso deploravel estado sanitário" (Pedro II, 7/11/1878).

Considera que o abarracamento do Pajehú se transformou em um "vasto foco de contagio variolico", responsável por levar a doença pelo vento ao restante da cidade. Portanto, mais do que um lamento pelas perdas de centenas de vidas, a referida edição do Pedro II clama por proteção em relação ao contágio da varíola. No lugar de requerer medidas para salvar as vidas dos milhares de migrantes que habitavam os abarracamentos pela cidade, solicita-se que o abarracamento do Pajehú seja removido para que ele não infeccione o restante da cidade com os "ventos de L'este que soprão sobre as nossas casas".

No momento em que a imprensa conservadora clama por salvação, em relação a quem, precisamente, ela solicita a proteção do contágio? Para responder essa questão, acerca de quem são os indivíduos reais que buscam se afastar dos retirantes, é pertinente observar o noticiário do dia 17 de novembro de 1878 do Pedro II.

Na referida edição, momento de crescente mortalidade causada pela varíola, ao ponto de o contágio atingir também os abastados, o jornal acusa o governo de ter ignorado uma "representação, [..], assignada pela elite da sociedade cearense, inclusive o corpo comercial". Nesse documento, a autointitulada "elite da sociedade cearense" solicitou a remoção dos abarracamentos. O jornal, por sua vez, afirma que o "ingresso do mal no interior de nossas

casas" foi causado pela "imprevidência da administração, que despresou o poderoso recurso do isolamento" (Pedro II, 17/11/1878).

Portanto, as preocupações da "elite da sociedade cearense", em nome da qual fala o Pedro II, requerem o estabelecimento de um "cordão sanitário", com pretensões de impedir "toda a communicação entre os affectados e os não affectados", entre o pessoal do lazareto […] e a cidade", tudo com o objetivo de "salvar as nossas vidas de uma moléstia tão hedioda". Nesse sentido, recomenda, em nome da "população fixa", a vacinação, o "maior aceio nas casas e nas ruas" e a construção de "maior número de lazaretos e mais amplos" (*Ibid*.).

No próximo noticiário, em 19 de novembro, quando o jornal afirma que "morrem diariamente só e só de bexiga quinhentos retirantes", reclama-se que "nada se tem feito, até este momento, no sentido de supprimir os numerosos focos de infecção de que estamos sitiados". Sobre o "nós" que busca se proteger do contágio, o Pedro II afirma que "seremos nós, a população fixa ou da cidade de pedra, serão as nossas esposas e os nossos filhinhos que pagarão o último tributo á inepcia do Sr. José Julio". Portanto, novamente, mais do que impedir as mortes e realizar um lamento pelas perdas de centenas de migrantes da "população adventícia", propõe-se a adoção de medidas de isolamento que restrinjam o contágio a essa "população fixa" (Pedro II, 19/11/1878).

Na mesma edição, em um tópico intitulado "página gloriosa da administração do Sr. José Júlio", enumera-se uma série de casos de cadáveres insepultos pela cidade, comunicados por "distintos" cidadãos da cidade. O "Sr. solllicitador João Manoel de Britto", por sua vez, afirma que os moradores da rua da Palma, onde jazia o corpo de um retirante morto pela varíola, "estavam soffrendo muito com o fedor insupportavel que o mesmo cadáver exhalava". A redação, após enumerar casos de dezenas de mortos insepultos pela cidade, conclui o tópico afirmando que "enterrar os mortos é uma obra de misericórdia, e salvar da morte os que ainda restam, é dever imprescindível da primeira autoridade da província" (*Ibid*.) Analisando esses noticiários, percebem-se com evidência os interesses pelos quais a imprensa conservadora age em defesa. No ápice da varíola, durante a primeira metade de dezembro, o jornal Constituição deixa bem claro qual é o seu lado:

> Já não é somente a população adventícia e desprotegida da fortuna que cahe victima de seu envenenado vírus, é tambem a população fixa […] De um canto a outro da cidade estremecem-se todos os corações, abatem-se todos os espíritos, e a mortalidade cresce descommunalmente para attestar a omnipotência do mal! [...] O governo [...] deixou que o terrivel flagello dominasse impavido a cidade, penetrasse em todos os lares e levasse o terror e a morte ao seio de todas as famílias; e já hoje se sente impotente para refriar-lhe a fúria! (Constituição, 6/12/1878).

Em consonância com o discurso do Pedro II, o jornal Constituição demonstra os interesses da "população fixa", que agora tem seus lares invadidos pela varíola, em sentimentos generalizados de insegurança. A argumentação não é contra a mortalidade de retirantes. Pelo contrário, o problema é o contágio das mortes também se estenderem à *Vida Qualificada*. Portanto, esses discursos instituem a vida dos retirantes como de menor importância em relação à preservação dos qualificados: deve-se proteger a "população fixa", pois "já não é somente a população adventícia e desprotegida da fortuna que cahe victima de seu envenenado vírus" (*Ibid*.).

Observando o teor desses discursos, é possível evidenciar o funcionamento do necropoder. Mbembe reflete sobre como a soberania exerce controle sobre a mortalidade e define "a vida como a implantação e manifestação de poder" (Mbembe, 2003/2016, p. 123), no sentido de que a relação de inimizade implica "relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto" (*Op. Cit.*, p. 135). Em síntese, a necropolítica classifica pessoas de acordo com diferentes categorias, de tal maneira que a soberania se torna "a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é" (Mbembe, 2003/2016, p. 135).

Com efeito, no contexto da epidemia de varíola de 1878, é notório como a imprensa e as autoridades construíram um *Desejo de Apartheid* em direção aos retirantes, a "percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida" (*Op. Cit.*, p. 128), em um discurso necropolítico responsável por suscitar que, "por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da

perda" (Mbembe, 2017, p. 65). Em suma, a relação necropolítica resultou na tendência das práticas dominantes em isolar as aglomerações de migrantes, na prioridade de afastar o contágio à "população fixa", de tal maneira que a valorização da *Vida Qualificada* implicasse no abandono das vidas da "população adventícia", enquadradas como uma categoria subalterna de indivíduos.

Fontes

Constituição, Fortaleza, 1878.

Pedro II, Fortaleza, 1878.

BARROS, José Julio de Albuquerque. **Falla com que o ex.mo sr. dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878** (66 pag). Fortaleza, Typographia Brasileira, Rua Formoza, n. 23, 1879.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o Poder Soberano e a Vida Nua. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Tese (Doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na Cidade do Sol:** o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do Século XIX. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. [2003]. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº 32, dezembro 2016.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução: Marta Lança. Lisboa. Antígona. 2017.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

STUDART, Guilherme Barão de. **Climatologia epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Funcação Waldemar Alcântara, 1909/1997.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou uma planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, [1978], 1981.

Ensino de História Local e protagonismo estudantil: a formação integral por meio da produção de pesquisa científica

André Luiz Henrique Tavares de Melo Rodrigues[1]

Resumo

Busca-se com este artigo analisar a maneira pela qual os protagonistas estudantis das turmas de segundos e terceiros anos da Escola de Ensino Médio em tempo integral João Alves Moreira, localizada na zona rural de Aracoiaba, recorreram à produção de pesquisa científica sobre temas relacionados às realidades históricos-sociais de suas comunidades, no processo de desenvolvimento de pensamento crítico, contribuindo assim para a sua formação cidadã. Apesar dos diversos desafios, como a pouca disponibilidade de fontes secundárias e historiográficas locais, os jovens estudantes foram orientados a realizar pesquisa de campo, buscando fontes documentais primárias e a partir de suas análises e escritas em caderno de campo a historiografia fosse produzida. Os estudantes pesquisadores, orientados pelo professor da disciplina Eletiva de Ciências Humanas, com a temática história local da Escola João Alves Moreira, compilaram nos arquivos públicos e privados e analisaram fontes imagéticas, orais e escritas, realizando investigação sobre movimentos sociais em que historicamente seus próprios familiares participaram de forma ativa. Os protagonistas aprenderam sobre conceitos utilizados na construção de investigação histórica em sala de aula para que fosse possível utilizar esse aprendizado, juntamente à interpretação de texto e análise de fontes na apresentação de projetos dentro e fora do ambiente escolar, realizar tarefas e obter êxito em questões de provas de caráter científico que ocorreram no primeiro semestre como: a Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB), além da Olimpíada de Ciências Humanas do Estado do Ceará (OCHE), da ONHB-A e Ceará científico no segundo semestre do ano de 2023. Em todos esses eventos os jovens protagonistas da EEMTI João Alves Moreira obtiveram resultados significativos, não só com recebimento de medalhas de ouro e prata, mas ao observarmos o desenvolvimento integral de

1 Graduado em História pela Universidade Federal do Pará.

formação de cidadãos conscientes de seus direitos, contribuindo a partir de então na própria divulgação da luta por uma educação pública de qualidade, utilizando a aprendizagem histórica compreendida dentro de sala de aula como ponto de partida para a busca de uma sociedade mais justa e com equidade, partindo de práticas dos próprios estudantes.

Palavras-chave: História Local; Protagonismo Estudantil; Formação Cidadã.

Introdução

Este artigo é uma análise de experiências promovidas por estudantes da EEMTI João Alves Moreira fruto no município de Aracoiaba/Ceará, das contribuições dessas ações ao processo de formação cidadã dos estudantes de ensino médio, além de estudos bibliográficos voltados a livros e artigos que dialogam com autores do campo da História Local, do ensino de História e da educação. Desde já é importante frisar que estas experiências, vivenciadas na disciplina Eletiva de Ciências Humanas na temática História Local, só se tornaram possíveis pelo apoio imprenscindível da gestão escolar e dos professores de diversas áreas de conhecimento, além da assistência fundamental dos servidores da EEMTI João Alves Moreira nesta trajetória.

O estímulo às práticas escolares realizadas por professores na rede básica de ensino devem contribuir para o enfrentamento de desafios e a busca por possibilidades voltadas principalmente ao crescimento do interesse dos alunos, tanto em relação ao aprendizado em História, quanto em outras disciplinas.

A relevância das experiências estabelecidas nas práticas estudantis, juntamente à análise pretendida por este artigo, se dá pela integração de propostas metodológicas que incentivem a participação estudantil em programas do Estado do Ceará e Olimpíadas Científicas Nacionais voltadas para a aquisição do conhecimento histórico e a formação da cidadania. São exemplos de eventos científicos os promovidos pela UNICAMP, IFCE e SEDUC, partindo da produção de pesquisa científica produzida pelos próprios alunos, estimulando assim o protagonismo estudantil desses sujeitos históricos e a consequente contribuição na formação cidadã.

Esta é a forma que este trabalho tenta ressignificar o ensino de História Local, mediante desafios, reconhecendo que o processo pedagógico deve ter dinamicidade, onde não somente os conteúdos, mas também as práticas pedagógicas podem ganhar um novo sentido ao serem reinventadas.

Diante disso, a História Local, dentre muitas possibilidades, é um caminho para que os alunos se entendam como parte da História, se percebam como sujeitos históricos e assim de várias formas se aproximem do conhecimento histórico e de sua realidade social. De forma ativa os estudantes exercem seu protagonismo a partir da busca, análise, interpretação de fontes históricas, voltadas para propagação do conhecimento produzido em sala de aula e expandindo além dos muros da escola, participando de eventos que estimulam o trabalho coletivo e a equidade de oportunidades entre escolas públicas e particulares.

> Um dos princípios constitutivos da História Local é possibilitar um olhar indagador sobre o mundo do qual fazemos parte, no intuito de sabermos mais sobre o sentido das coisas. Tanto como conteúdo, quanto como recurso didático, a temática da dimensão local na construção do conhecimento histórico contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa que começa a ser construída no espaço familiar e vai-se ampliando aos poucos (Viana, 2016).

Vale ressaltar que a busca por novas metodologias de ensino de História, voltadas para o estímulo no processo ensino-aprendizagem, não é algo novo. Após análise de trabalhos de diversos autores podemos perceber que em vários momentos da história do ensino de História, ocorreu a necessidade de "buscar a superação da teoria e de práticas que tradicionalmente informaram o exercício da disciplina histórica" (Nadai, 1993), no intuito principalmente de buscar estimular o interesse do aluno, por historicamente em sala de aula existir o desinteresse dos discentes em disciplinas como a de História, mesmo com diversos meios tecnológicos abrangentes no ensino, sendo necessário e possível através dos usos das fontes e das aulas de campo uma maior interação dos sujeitos com seus objetos de estudo.

> A disponibilidade de recursos tecnológicos certamente proporciona um avanço nas práticas de ensino, no entanto, somente com recursos tecnológicos não resulta em um ensino mais significativo, pois se as ferramentas são usadas durante as aulas como simples projeções em substituição ao quadro de giz, o fundamento da aula continua sendo o mesmo, ou seja, permanece uma aula descontextualizada, sem interação com os sujeitos e sem vínculo com a realidade. Neste contexto, as aulas continuam desinteressantes e os alunos apáticos em relação aos assuntos abordados, pois, não há uma integração entre os componentes que compõem o processo de ensino e aprendizagem (Cainelli; Santos, 2014).

Nesse sentido é importante salientar que tanto as Olimpíadas científicas de História do Brasil quanto a de Ciências Humanas do Estado do Ceará promovem o uso das chamadas TIC's, que consistem no tratamento da informação, articulados com os processos de transmissão e de comunicação, potencializando o processo ensino-aprendizagem, estabelecendo papel fundamental no estímulo ao interesse do aluno no conhecimento histórico e nas Ciências Humanas em geral, estabelecendo assim o seu protagonismo.

> É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018).

No âmbito da Rede Estadual de Ensino do Estado do Ceará, através da Lei número 16.287 de 20 de julho de 2017, fica instituída a Política de En-

sino Médio em Tempo Integral e a partir dela são inseridos os Itinerários Formativos e em sua composição permeiam: Unidade Curriculares Eletivas (UCE). Nessa perspectiva os itinerários formativos "possibilitam opções de escolha aos estudantes e permitem a construção de um percurso formativo com a oferta de diferentes arranjos curriculares" (BNCC). Na busca por ampliar as aprendizagens em uma ou mais áreas de conhecimento na formação profissional temos entre as UCE as Eletivas de Ciências Humanas com a temática História Local e assim como muitas outras temáticas propostas, foi inserida de modo geral no currículo do ensino médio brasileiro a partir da implementação do Novo Ensino Médio, programa que vigora no Ceará e em todo Brasil, inclusive nas escolas de ensino médio em tempo integral, as chamadas EEMTI's (Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral).

> Os itinerarios formativos (IF) configuram "cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituicoes e redes de ensino que possibilitem a/ao aluna/o aprofundar seus conhecimentos" nas areas de Linguagens e suas Tecnologias Ciencias Humanas e Sociais Aplicadas; Ciencias da Natureza e suas Tecnologias; Matematica e suas Tecnologias e Formacao Tecnica e Profissional, conforme as novas Diretrizes Nacionais para o Ensino Medio (Brasil, 2018).

É nesse contexto de implementação das EEMTI's que se encontra no município de Aracoiaba a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral João Alves Moreira, com suas edificações construídas mais precisamente nos distritos de Vazantes (sede) e Ideal (anexo), que "atende aproximadamente 340 alunos dos distritos de Vazantes, Lagoa de São João, Ideal e localidades circunvizinhas, adolescentes, jovens e adultos. Na escola, é ofertada a modalidade Ensino Médio Integral, com turmas de 1ª, 2ª e Ensino Médio Regular com as 3ª séries, nos turnos matutino e vespertino" (PPP, 2022).

Diante o exposto, com o objetivo de promover a formação cidadã dos jovens protagonistas atendidos pela instituição educacional, aplicando contribuição como professor da Educação Básica, especificamente de Ensino Médio, propondo participação em eventos científicos, aliando e relacionando objetos de conhecimentos vinculados à História Local, buscando incentivar

o aluno à prática da pesquisa científica, a percepção quanto sujeito, o aproximando do conhecimento histórico e promovendo o protagonismo (e com isso o sentimento de pertencimento), a partir de propostas pensadas na disciplina Eletiva de Ciências Humanas, na temática História local, que em si são parte integrante dos Itinerários Formativos, inseridos no currículo escolar nacional, a partir da implementação do Novo Ensino Médio, mas já presente na educação cearense desde 2017, segundo a lei de número 16.287-17.

O tema História Local é um entre os muitos disponíveis no catálogo das Eletivas ao qual o aluno tem a possibilidade de escolher a temática a ser trabalhada ao longo de 6 meses. São 450 temas que devem ser escolhidos pelos alunos de forma democrática no início e no meio do ano letivo, optando por um tema tanto em Eletiva de Ciências Humanas, quanto outros temas nas eletivas de outras áreas de conhecimento, sendo que todas tem como objetivo promover o protagonismo estudantil nas escolas de ensino médio do Ceará. Desse modo o aluno tem já na escolha da Eletiva a possibilidade de escolha.

> Nessa perspectiva, o Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas do ano de 2023, oferece ao jovem estudante das escolas estaduais de ensino médio do Ceará, um leque maior de opções para formar seu itinerário formativo a partir da escolha de 450 Unidades Curriculares Eletivas (UCE) conforme seus interesses..." (Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas, 2023, p. 5).

Na busca constante e necessária de provocações para a mobilização intelectual dos alunos é de suma importância dar sentido ao ensinar/aprender história no ensino básico nos dias atuais. Criar aulas mais dinâmicas, tornando a disciplina mais envolvente, é um dos passos a serem dados e a relevância desse trabalho se dá nesse sentido. As Eletivas de Ciências Humanas com a temática História Local, na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral, foi o percurso realizado e exposto nessa obra, evidenciando a orientação docente aos alunos, para utilização de fontes históricas em sala de aula e construção do conhecimento a partir da análise e percepção destes documentos, buscando investigar, por exemplo, movimentos sociais na história e na atualidade das comunidades.

A utilização de documentos em sala de aula estimula o conhecimento mais amplo sobre um determinado objeto, assim o ensino de História se torna menos um repositório de datas e nomes e cada vez mais um instrumento de promoção de conhecimento que faça sentido à vida dos estudantes. Nesse sentido, é necessário "viabilizar o uso de fontes variadas e múltiplas, com o objetivo de resgatar discursos múltiplos sobre temas específicos. A finalidade tem sido fazer aflorar diferentes tradições históricas; fazer emergir o diálogo (contraditório, complementar, divergente) da história oficial com a memória social" (Nadai,1993).

Questionamentos e opiniões surgiram nas conversas em sala de aula, a partir da utilização de fotos, mapas, leis e outros documentos, o que favoreceu discussões a respeito do tema, ligadas à importância do conhecimento sobre os fatos relacionados às fontes encontradas, do contexto social e histórico no qual foram encontrados alguns documentos. Durante essas discussões, foi possível perceber que muitos alunos desconhecem a história de suas comunidades, até mesmo da cidade sede Aracoiaba. Nesse sentido, cabe uma análise a respeito de qual memória social tem sido construída ao longo do tempo, através da produção de trabalhos de história das comunidades ao longo da trajetória da própria Escola e o que se pensa sobre a História na própria comunidade, assim como, analisar se existe uma representação e identificação das diversas classes e grupos sociais com as fontes produzidas ao longo dos anos.

É perceptível a tendência de uma história contada por membros das elites locais, que além de marginalizar os nove distritos ligados à sede Aracoiaba, como Ideal e Vazantes, invisibiliza sujeitos e grupos importantes no processo de construção histórico-social na região. Dessa forma, foi necessário resistir à essas versões historiográficas de caráter memorialista, como o livro "Aracoiaba em Retalhos", escrito pelo sujeito considerado "papa da educação da região do Maciço de Baturité", estimulando a pesquisa e possibilitando outras visões historiográficas, possibilitando a democratização do acesso e a possibilidade de valorização de grupos mais próximos dos familiares desses alunos.

Nesse contexto se faz necessário o cuidado com a utilização das fontes em sala de aula, estimulando sempre o aluno a entender que a produção de um determinado documento tem uma finalidade, um intuito e sobretudo uma intencionalidade do sujeito e que para uma análise mais cuidadosa desse

material, esses aspectos devem ser considerados e redimensionados, pensando sempre nas possibilidades desses interesses da criação do documento no passado e da preservação no presente. Estimular o aluno a pensar e refletir sobre a preservação de algumas fontes e que outras se "perderam" ao longo do tempo é também provocar o pensamento crítico sobre os silenciamentos na historiografia e na produção e manutenção de algumas fontes.

> Os alunos que reconhecem que as fontes precisam de ser interrogadas são, muitas vezes, ensinados a verificar a credibilidade da fonte através de questões colocadas acerca de quando foi produzida, por quem, porquê, e quem era a audiência esperada para a fonte. Estas são, obviamente, questões importantes na exploração das compreensões acerca da natureza da fonte que está a ser examinada. Contudo, este tipo de análise crítica de fontes não pode ser um fim em si mesmo. As respostas a estas questões podem levar os alunos a noções simples e imprecisas e à inútil designação das fontes como credíveis e não credíveis. Uma vez rotulada de não credível, a fonte tornar-se-á sem préstimo no pensamento de muitos alunos que ' a mandarão para o balde do lixo'. As fontes não podem por si próprias ser rotuladas deste modo. Elas só podem ser designadas de válidas, ou não, no contexto do seu uso como evidência (Lee, 2003).

A aplicação de leis educacionais se faz necessária para que o aluno possa perceber na legislação o direcionamento de suas práticas e o sentido em garantir a cidadania a partir da lei colocada em prática. As leis e diretrizes da educação básica brasileira, como a LDB e os PCNs, publicados na década de 90 do século XX e a Base Nacional Comum Curricular publicada em 2017, além das leis de implementação de escolas de Tempo Integral no Ceará, destacam a necessidade de utilização de diversas fontes e documentos, salientando a necessidade de trabalhar novas possibilidades na educação básica.

A história local vem sendo indicada como extremamente necessária para o ensino por possibilitar a uma melhor compreensão do aluno, identificando

o passado sempre presente nos vários espaços de convivência (escola, casa, comunidade, trabalho e em ambientes de lazer) igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (Bittencourt, 2008, p. 168).

De acordo com Silva, 2009 os estudos nesse âmbito podem contribuir grandemente para a formação dos estudantes da educação básica, pois incentivao conhecimento sobre as memórias dos seus antepassados, reflexões sobre o lugar em que vivem, assim como um sentimento de fazer parte daquela localidade, em oposição à ideia de" [...] um espaço para a história oficial, na qual os agentes visíveis no movimento social eram o Estado e as elites" (Nadai, 1993, p. 152).

Nessa perspectiva, o estudo da história local passa a ser inserido como uma estratégia pedagógica capaz de viabilizar a transposição didática do saber histórico para o saber escolar. De acordo com esse ponto de vista:

> Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão interligados no conjunto do conhecimento (Vazquez, 1994 *apud* Schmidt; Cainelli, 2009, p. 139).

A partir desse ponto de vista e percebendo que "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (Freire, 2000) levamos em consideração a enorme dificuldade de construir uma prática pedagógica crítica e transformadora, e é com esse desafio que a disciplina Eletiva de Ciências Humanas, com o tema História Local, tem o objetivo de contribuir em uma nova perspectiva de estimular a pesquisa científica em sala de aula por meio de fontes familiares a ele e de seus familiares, dando sentido à aprendizagem histórica e colocando em prática a aprendizagem sobre aná-

lise de fontes nas tarefas olímpicas e na pesquisa para o Ceará Científico nos anos de 2022 e 2023.

Além de problemáticas como a ausência da historiografia local como meio de apropriação do conhecimento para contribuir no processo de ensino aprendizagem, temos outro fator desafiador: a ausência de material didático adequado para o ensino de História Local no âmbito do ensino médio, seja ele regular ou em tempo integral na rede pública de ensino. Muitas dissertações, inclusive encontradas a partir de pesquisa aos arquivos e repositórios, são direcionadas ao ensino de história local nos anos finais do ensino fundamental. Além de um slide com atividades e um outro propondo uma dinâmica com uma representação cinematográfica, através do catálogo da UCE pude ter contato com uma ementa, constando justificativa, método de avaliação, metodologia, objetivo e a bibliografia sugerida na aplicação da História Local como temática em Eletiva de Ciências Humanas, o que se torna muito vago, não somente nos dias de hoje, mas ao longo da história do ensino de História Local essa ausência de material se dá de forma constante.

> A opção pelo tema leva em conta as limitações que o ensino de história local proporciona aos professores dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, tendo em vista que os materiais sejam eles livros didáticos ou outros meios utilizados pelo professor não dão conta do assunto, criando, nesse sentido, um vácuo no que tange o estudo das histórias locais (Cainelli; Santos, 2014).

Co-existem as possibilidades de contribuir para o aprendizado dos alunos a partir de minha formação e os aspectos desafiadores, como a priori foi o não reconhecimento da história da localidade ao qual me encontrava para ensinar História Local, o que provocou a partir disso a busca pelo uso dos documentos históricos para a produção de conhecimento, a partir das práticas dos alunos, impulsionando assim ao protagonismo histórico e juvenil tão pensado e debatido no ambiente escolar em nossa atualidade, além de provocar mobilização intelectual entre os alunos que vivenciam essas práticas, possibilitando o exercício de autonomia no processo de ensino-aprendizagem,

diminuindo qualquer relação de hierarquia em sala de aula e no processo de construção de conhecimento da História Local e no seu eventual diálogo com a História do Ceará, do Brasil e a "História Universal" nos eventos científicos mencionados. Dessa forma a produção de conhecimento local se faz de forma mais democrática e, como diz Antônio Torres Montenegro: não "compartimentalizada".

> O aumento dos saberes que permitem compreender o mundo favorece o desenvolvimento da curiosidade intelectual, estimula o senso crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir. Aprender a conhecer garante o aprender a aprender e constitui o passaporte para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida (PCN, 2000).

O projeto científico elaborado para participação no evento denominado Ceará Científico em 2022 e 2023 nas turmas dos segundos e terceiros anos do Ensino Médio, em consonância com a disciplina de Eletiva de Ciências Humanas seguiu os seguintes passos: elaboração do projeto da categoria Ciências Humanas; planejamento e socialização de ideias em sala; aulas nas ruas, em espaços públicos e privados das comunidades; construção de planilhas com questionários produzidos pelos alunos para realização das entrevistas dentro da própria escola e nas comunidades; apoio de moradores e representantes das instituições como escola, igreja, centros comunitários, além da efetiva contribuição de professores, tudo vivenciado em tempo integral o dia a dia ao longo dos cinco dias da semana nos turnos da manhã e tarde.

Ao longo do ano de 2022 os alunos das turmas de segundo ano apresentaram projeto representando os alunos da EEMTIJAM e conquistaram medalhas de prata no Ceará Científico em etapa regional realizada na cidade de Baturité, movimentando os distritos nos Distritos de Ideal e de Vazantes com resultados muito positivos no sentido de estimular a produção a partir da pesquisa científica, aprendizagem efetivada sobre os conceitos trabalhados e o interesse dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Em 2023 veio a medalha de ouro e a tão sonhada final realizada no Centro de Eventos em

Fortaleza, concorrendo com as outras 22 equipes da categoria de Ciências Humanas de todo o Estado do Ceará.

Em cada etapa planejada e aplicada juntamente aos alunos da EEMTI-JAM é evidenciada a formação cidadã. Uma outra atividade realizada por grupos de alunos que chegaram à final da Olimpíada de Ciências Humanas do Estado do Ceará foi a produção de mini documentário sobre os movimentos sociais ativos nas comunidades. Seguindo orientação os protagonistas utilizaram o conhecimento sobre investigação, aplicando entrevistas e efetivando a pesquisa sobre a busca da aplicabilidade das leis e sobre o acesso à direitos básicos como água e energia, aplicando questionários e entrevistas, valorizando a oralidade de sujeitos importantes para grandes conquistas que hoje beneficiam os próprios estudantes.

É importante salientar que nas últimas ações ficou evidente que os alunos se interessavam de forma gradativa e que o trabalho de orientação foi essencial, pois os alunos promoviam debates em suas casas, com suas famílias, buscando sempre investigar e entender o contexto histórico-social e cultural de suas realidades. As medalhas de prata e ouro conquistadas foram merecidas por estes estudantes protagonistas é claro, mas o processo de construção da formação cidadã que se deu em cada etapa com certeza é o ponto fundamental nessas práticas metodológicas.

Fontes

Base Nacional Comum Curricular

Catálogo das Eletivas, 2023

Diário de Eletivas da Disciplina História Local da EEMTIEJAM

Documento Curricular Referencial do Ceará

Documentos de avaliação dos alunos sobre as atividades realizadas em História Local

Fontes Históricas dos Distritos de Vazantes e Ideal no município de Aracoiaba.

Legislação educacional brasileira

Parâmetros Curriculares Nacionais

Política de Tempo Integral Plano Estadual de Educação do Estado do Ceará

Programa Ceará Educa Mais

Projeto Político Pedagógico da EEMTI João Alves Moreira

Referências

ARAÚJO, Marisnanda Mota. **"Tenho muito para contar, dizer que aprendi":** o ensino de história através da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e da Olimpíada de Ciências Humanas do Estado do Ceará (OCHE)-práticas docentes e aprendizagem histórica (2018 a 2022), 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília ministério da educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME,2017.Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/

BITTENCOURT, Circe Marie Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Marie Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo, tradução de Magda Lopes, Editora Unesp, 2011, p. 138.

CAINELLI, Marlene *et al*. O ensino de História na formação da consciência histórica: um estudo com alunos do Ensino Fundamental. **Cadernos de pesquisa:** pensamento educacional, Curitiba, v. 9, n. 21, p. 158-174, jan./abr. 2014

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica:** Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CRUZ, Sandoval Matoso. **História Local e Ensino de História**: Um estudo do modo de pensar o espaço da cidade de Fortaleza e sua relação com a ditadura 1964-85**.** UFC, 2023.

HALDANE, J. B. S. **Everything has a History**. Londres, 1951.

LEE, Peter. "Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé": compreensão das pessoas do passado. *In:* BARCA, Isabel. **Educação histórica e museus.** Minho/PT: Centro de Investigação em educação: Instituto de Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MENDES, Murilo. **A História no curso secundário**. São Paulo, Gráfica Paulista, 1935.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

SEGAL, André. **Pour une didactique de la duré**. *In:* Moniot, Henri (Org.). Enseigneur I' Histoire des manuels à la mémoire. Berne, Peter Lang Ed., 1984.

SILVA, Kalina *et.al.* **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2005.

Escritas autobiográficas e experiências ditatoriais: tensões, rupturas e resistências na escrita de si no Brasil pós-anistia (1980 – 2018)

Caio Brito Barreira[1]

Resumo

O tema central deste trabalho é a disputa e legitimidade das narrativas e memórias testemunhais sobre regimes ditatoriais da América Latina no século XX através das escritas, edições, reedições e leituras de autobiografias. Assim, problematiza-se a elaboração do passado através de autobiografias, sobre como essas elaborações articulam diversas relações com a "verdade", com a "ficção", com a "história", com o "presente", com as sociedades onde foram escritas e lidas. Este também é um trabalho sobre uma contradição na produção de memória do nosso recorte: no Brasil da segunda década do século XXI, "lemos" um panorama conflituoso quando nos debruçamos sobre as narrativas das ditaduras. Por um aspecto, temos avanços significativos na abertura de arquivos relacionados à produção documental oficial da ditadura brasileira, bem como das ditaduras da Argentina e do Uruguai', além disso, as Comissões da Verdade, espalhadas por todo o continente, já publicaram os seus relatórios "finais", a nossa Comissão da Verdade, "atrasada" se comparadas a outros países da América Latina, também havia sido publicada. Nesse sentido, a extensa produção autobiográfica, característica da época em questão, possui relação direta com a abertura e mesmo elaboração desses arquivos. Ao mesmo tempo em que o volume de produções sobre memória testemunhal aumentou, e aqui está o cerne da contradição, também expandemse as relativizações sobre essas narrativas. A medida em que o número de relatos materializados aumenta, a relação que estes possuem com a expectativa de verdade pelos leitores e, ou, consumidores é abalada. Nosso objetivo é então entender esse abalo a partir da elaboração presentificada do passado nas escritas autobiográficas, e questionar quais foram as mudanças e/ou permanências na sociedade brasileira que estão na trama processual de causa e consequência desses abalos dessa relação.

Palavras-chave: Autobiografia; Ditadura Militar; Memória testemunhal.

1 Doutorando em história pela Universidade Federal do Ceará, com pesquisa financiada pela CAPES.

Esta é uma pesquisa sobre a elaboração do passado através de autobiografias, sobre como essas elaborações articulam diversas relações com a "verdade", com a "ficção", com a "história", com o "presente", com as sociedades onde foram escritas e lidas. É também um trabalho referente à escrita sobre o trauma, sobre a violência de regimes ditatoriais autoritários no Brasil, no Uruguai e na Argentina na segunda metade do século XX. Além disso, a disputa e legitimidade dessas memórias no século XXI, presentificadas através das autobiografias, é aqui tema central.

Escrever sobre a escrita é sempre um ato metalinguístico. Produzo um texto sobre o que levou sujeitos históricos a produzirem textos autobiográficos sobre suas experiências com ditaduras na América Latina. Essa produção é, ao mesmo tempo, um estudo da sociedade brasileira a época de suas escritas, das épocas quando os regimes autoritários estavam no poder e da nossa contemporânea sociedade, momento em que escrevo as análises.

No Brasil da segunda década do século XXI, então, "lemos" um panorama conflituoso e até contraditório quando nos debruçamos sobre as narrativas das ditaduras. Por um aspecto, temos avanços significativos na abertura de arquivos[2] relacionados à produção documental oficial da ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985), bem como das ditaduras da Argentina (1976-1983) e do Uruguai (1973 – 1985), além disso, as Comissões da Verdade, espalhadas por todo o continente, já publicaram os seus relatórios "finais", a nossa Comissão da Verdade (BRASIL, 2014), "atrasada" se comparadas a outros países da América Latina, também havia sido publicada. Nesse sentido, a extensa produção autobiográfica, característica da época em questão, possui

2 Em 2009 foi fundado o Banco de dados Memórias Reveladas: "O banco de dados Memórias Reveladas reúne, de forma cooperativa, informações sobre o acervo arquivístico relativo à repressão política no período 1964-1985 custodiado por diferentes entidades brasileiras, públicas e privadas. As informações sobre esses fundos e coleções organizados pelas entidades participantes são exibidas em planilhas descritivas que obedecem à norma brasileira de descrição arquivística. O banco proporciona, portanto, um panorama do acervo disponível à consulta em diferentes pontos do país e permite acompanhar a inventariação das fontes documentais. À medida que se inserem registros, as buscas por temas, nomes e/ou datas favorecem o cruzamento e a confrontação de dados, assim como a reconstituição de fatos e processos. Apresentadas em até cinco níveis de detalhamento (fundo ou coleção, série, subsérie, dossiê e item), as informações sobre o acervo acham-se em constante atualização. Ao mesmo tempo, os documentos vêm sendo gradualmente digitalizados e suas imagens associadas aos registros. Dessa forma, por meio da pesquisa digital, já é possível visualizar cartas, processos, mapas, desenhos, fotografias, folhetos e panfletos" (BRASIL, 2009). Além desse arquivo temos outras iniciativas como a lei de acesso a informação número 12.527 de 18 de novembro de 2011 e os processos relacionados a escrita do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

relação direta com a abertura e mesmo elaboração desses arquivos. Ao mesmo tempo em que o volume de produções sobre memória testemunhal aumentou, e aqui está o cerne da contradição, também expandem-se as relativizações sobre essas narrativas. A medida em que o número de relatos materializados aumenta, a relação que estes possuem com a expectativa de verdade pelos leitores e, ou, consumidores é abalada. Entendemos esse processo histórico a partir da chave interpretativa da "crise de memória" como elaborada por Suleiman:

> Sobre a palavra "crise", *Roget's Theasaurus* apresenta as seguintes acepções, entre outras: momento crucial. Ponto de transformação, pressão, dilema. "Crise" e "crítica" possuem a mesma raiz grega: *krinein*, discriminar, separa, escolher. Uma crise de memória, na minha acepção do termo, é um momento de escolha e algumas vezes de dilema ou conflito em relação às lembranças do passado pertencentes a indivíduos ou grupos. O que está em discussão numa crise de memória é a autorrepresentação: a forma como como nos vemos e nos representamos para os outros é indissociável das histórias que contamos sobre o nosso passado (Suleiman, 2019, p. 11).

A parir da análise das fontes produzidas durante o recorte temporal da pesquisa, constatamos essa "crise de memória" na sociedade brasileira, porém não nos propomos a postular, em uma relação de causa e consequência, os possíveis motivos para o início dessa crise. Entretanto, procurando costurar um panorama de indicações que pode nos auxiliar a entender o processo, partimos para o central objetivo do trabalho que pode ser posto como a utilização especificamente do gênero autobiográfico para analisar justamente essas contradições e produzir um novo entendimento sobre a sociedade brasileira que elaborou essas narrativas.

A partir das escritas autobiográficas pretendemos entender e discutir as relações entre arquivos, produções e trabalhos de memória (Jelin, 2013) e os pactos autobiográficos (Lejeune, 2014) na cultura brasileira. A partir das lei-

turas e pesquisas podemos inquirir uma crescente tensão entre a necessidade de apresentar a documentação da época referida, que é verdade tem seu acesso cada vez mais facilitado, e a defesa da relação entre produção de memória e verdade. Entramos como sociedade brasileira nas efemérides dos 60 aos do Golpe Militar de 1964 e as personagens históricas, "testemunhas oculares" encontram cada vez mais dificuldade em serem lidos como produtores de uma narrativa real sobre o passado.

Esse processo pode ser percebido nas críticas literárias e entrevistas com autores relatadas em diversos meios jornalísticos no período citado e também nas narrativas sociais que extrapolam a literatura e a palavra escrita. Nossa pesquisa, entretanto, debruça-se apenas sobre a produção autobiográfica e nos seus dialogismos (Bakhtin, 2017) editoriais. Nossa intensão não é hierarquizar a tipologia citada, ou mesmo utilizá-la como uma "janela para o passado". Nossa escolha passa pelo entendimento da autobiografia como uma fonte única e capaz de produzir sentidos a realidade presente em suas relações com os passados experienciados pelos autores. É sobre essa produção de sentido, ou tentativa de produzir sentido, que trabalhamos a nossa escrita histórica.

Para isso estão sendo examinados, até o momento da apresentação da pesquisa no presente seminário, um conjunto de 26 autobiografias em contexto de primeiras publicações, reedições ampliadas ou revisadas e reimpressões, entre 1980 e 2017, todas publicadas originalmente no Brasil. É importante ressaltar ainda que algumas obras são referentes aos contextos de ditaduras na América Latina, Argentina e Uruguai. Entretanto, são problematizadas aqui como publicações dentro do mercado editorial brasileiro, traduções e publicações originais, assim, sendo parte do nosso objeto relativo à sociedade brasileira.

A questão do Pacto Autobiográfico

> Ora, no pacto autobiográfico, como, aliás, em qualquer "contrato de leitura", há uma simples proposta que só envolve o autor: o leitor fica livre para ler ou não e, sobretudo, para ler como quiser. Isso é verdade. Mas se decidir ler, deve-

> rá levar em conta essa proposta, mesmo que seja para negligenciá-la ou contestá-la, pois entrou em um campo magnético cujas linhas de força vão orientar sua reação. Quando você lê uma autobiografia, não se deixa simplesmente levar pelo texto como no caso de um contrato de ficção ou de uma leitura simplesmente documentária, você se envolve no processo: alguém pede para ser amado, para ser julgado, e é você quem deverá fazê-lo. [...] A diferença de outros contratos de leitura, o pacto autobiográfico é contagioso. Ele sempre comporta um fantasma de reciprocidade, vírus que vai pôr em estado de alerta todas as defesas do leitor (Lejeune, 2014, p. 85).

O "pacto autobiográfico" é um conceito do historiador francês Philippe Lejeune, mobilizado pela primeira vez em 1975. Ler Lejeune é uma experiência histórica, no sentido de ser uma leitura que proporciona uma relação direta entre tempo e mudança. Em 1975, o autor escreve um manifesto, uma carta aberta à academia francesa que tinha como objetivo legitimar a autobiografia como gênero literário passível de estudos científicos. A proposta é então uma escrita séria e objetiva, o autor diz textualmente que sua tese propõe questões iniciais, pontos de partida e não de chegada. Entretanto, o que se vê no texto é exatamente o contrário: a afirmação de um conceito (o pacto autobiográfico) e a adequação, ou não adequação, de diversas obras a ele.

Ao longo de vinte e cinco anos, Lejeune vai reeditando o próprio manifesto, bem como publicando novos trabalhos, e alterando também o próprio conceito. Em 2014, quando a última versão da obra *Pacto Autobiográfico* é publicada em português no Brasil, o autor já constrói essa ideia potente de pensar o conceito como um "campo gravitacional" e não mais como um simples acordo firmado entre duas partes. Esse também é o nosso entendimento. Não percebemos o pacto como uma relação de imposição de sentido, mas sim como uma construção histórica entranhada na sociedade ocidental contemporânea que versa muito mais com a expectativa ou melhor dizendo as "chaves de leitura"[3]. Assim, mesmo com a existência do pacto, ainda pode-

3 Entendemos o conceito a partir da leitura de Ginzburg que o define como: "a rede que Menochio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a página impressa um filtro que fazia enfatizar certas

mos discutir as contradições apreendidas nessas escritas autobiográficas e suas relações entre arquivos, produção e trabalho de memória (Jelin, 2013); os diferentes "Pactos Autobiográficos" da cultura brasileira.

Para isso estamos realizando um levantamento de fontes através de teses e dissertações que trabalhassem a narrativa autobiográfica nos contextos de testemunhos referentes aos regimes autoritários na América Latina, tendo em foco Brasil, Uruguai e Argentina. A partir desses trabalhos[4], tais como as teses de Silva (2019) e Lincarião (2021), estamos tendo acesso a obras autobiográficas publicadas no Brasil que já estiveram em foco em outras pesquisas e discussões. Privilegiamos, metodologicamente, obras que tenham capilaridade social dentro do recorte estabelecido, temos, por exemplo, alguns vencedores do prêmio Jabuti[5], um forte indicativo de vendas na sociedade brasileira; ao mesmo tempo, selecionamos obras que possuíssem diversas edições e reedições também como uma metodologia de análise.

Além disso, selecionamos três obras específicas, ainda na fase de projeto para o início desta pesquisa. Essa primeira seleção é, portanto, anterior à estruturação em si do objeto da pesquisa (as alterações nas relações entre a produção autobiográfica sobre as ditaduras no Brasil, Argentina e Uruguai, e o "verídico", "verossímil" e "verdadeiro" na narrativa testemunhal) e partiu de anseios subjetivos e pessoais em conjunto com discussões e debates sobre a ideia inicial de hipótese com minha orientadora. Então, as três obras que originaram a pesquisa e anteriores ao levantamento bibliográfico são: A noite anterior, de Rogério Machado, de 2009; Batismo de Sangue, de Frei Betto[6],

---

passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menochio deformando a sua leitura" (2006, p. 72).

4 Os textos estão citados na bibliografia, são referentes a Programas de Pós-Graduação em história, literatura e ciências humanas nas seguintes universidades: UFC, UNB, UFMG, UFRJ, UFPB e UFPE.

5 "O Prêmio Jabuti foi criado em 1958, por iniciativa da Câmara Brasileira do Livro. Nesse período de existência, houve muitas mudanças, como por exemplo, o número de categorias. Segundo o Regimento Interno, de 1959, eram apenas sete categorias de premiação: literatura, capa e ilustração, editor do ano, gráfico do ano, livreiro do ano e personalidade literária. Com o passar dos anos, o Prêmio Jabuti foi tomando uma dimensão maior, tornando-se "patrimônio nacional" (Prêmio Jabuti, online), como se autodenomina no site oficial. Cada categoria conta três jurados especializados na área de avaliação, que definem a lista de premiados em: primeiro, segundo e terceiro colocados" (Vaz, 2014, p. 15).

6 Segundo texto de seu próprio *site*, Frei Betto é "autor de 74 livros, editados no Brasil e no exterior, Frei Betto nasceu em Belo Horizonte (MG). Estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia. Frade dominicano e escritor, ganhou em 1982 o Jabuti, principal prêmio literário do Brasil, concedido pela Câmara Brasileira do Livro, por seu livro de memórias Batismo de Sangue (Rocco)". Ver: https://www.freibetto.org/perfil/ Acessado em 6 de março de 2024. Durante os anos 1970, Frei

de 1982; e Os Carbonários, de Alfredo Sirkis[7], de 1980. É a partir dessas três obras, e suas reedições, no caso de Betto e Sirkis, que o objeto é incialmente construído. Entretanto, o desenrolar da pesquisa nos possibilitou a ida a outras obras quando construímos o corpus documental.

A questão do sujeito

> A velha, que tomara na palma da mão a perna de Ulisses, ao apalpá-la, reconheceu a cicatriz; largou o pé, que caiu dentro da bacia, o bronze ecoou, o vaso oscilou e a água derramou-se pelo solo. Então, seu coração, a um tempo, foi tomado de tristeza e de alegria, os olhos se lhe encheram de lágrimas, a voz se lhe tolheu na garganta. E tocando no queixo de Ulisses, disse: 'sem dúvida, tu és Ulisses, meu filho querido! E eu não te reconhecia! Foi preciso primeiro ter tocado no corpo do meu amo! (Gagnebin, 2006, p. 107).

Gagnebin escreve no início do século XXI sobre a cicatriz de Ulisses e as relações entre a memória, a elaboração do passado e a testemunha. O corpo que possui o passado na pele em forma de cicatriz é o tempo encarnado, "sem dúvida". A autora trabalha essa relação como um aspecto histórico da cultura ocidental, o local da "testemunha" na contemporaneidade europeia. Entretanto, como nos mostra a professora, já nas narrativas elaboradas com o fim da Segunda Guerra mundial e a "descoberta" dos campos de concentração, esse local foi questionado. O próprio nazismo em seu ímpeto de apagar os re-

Betto, em conjunto com outros dominicanos, participou das resistências contra a Ditadura Militar no Brasil, ajudando, entre outras funções, perseguidos políticos e militantes na clandestinidade a fugirem do país. Ele também teve papel fundamental nas primeiras denúncias das práticas de tortura perpetuadas pela Ditadura, em seu livro *Cartas da Prisão* (2017) expõe ao mundo as terríveis torturas através do seu relato e da narrativa de outros dominicanos.

7 Alfredo Sirkis é natural do Rio de Janeiro, participou na juventude da resistência contra a Ditadura Militar, após a anistia e a redemocratização deu continuidade sua participação política no Brasil como autor e político ambientalista. Faleceu no dia 10 de julho de 2020 em decorrência de um acidente de carro. Sirkis também foi vencedor do prêmio jabuti, em 1981, com a obra analisada nesta tese.

gistros durante a "solução final" tinha como um dos objetivos descredibilizar os testemunhos dos sobreviventes do holocausto[8].

Entendemos, a partir da discussão trabalhada pela autora e de nossa própria leitura das fontes, que a elaboração do passado a partir das memórias testemunhais sempre esteve em disputa e nunca foi uma unanimidade. Porém, buscamos problematizar essa relação a partir do pacto autobiográfico, historicizando suas permanências e rupturas. A testemunha nunca foi um constructo cultural cristalizado e intocável, as disputas existem em farta documentação, em diferentes processos. Pretendemos historicizar, porém, as fissuras no recorte desta pesquisa.

Falar sobre produções de narrativa testemunhal sobre o passado é então estabelecer esses recortes perante os processos históricos, temas e problematizações, como toda pesquisa em história. Além disso, nos é necessário demarcar sobre qual sujeito histórico nossa análise se debruça. As análises sobre as relações entre as leituras e elaborações sociais do passado e o pacto autobiográfico na sociedade brasileira podem variar de forma significativa a depender desses recortes e suas historicizações. Pretendemos abrir aqui um preâmbulo, ao discutir justamente a cicatriz de Ulisses, para levantar a questão do "sujeito militante", o "trabalhador das memórias" (Jelin, 2013), ao qual nossa pesquisa se refere.

Todas as autobiografias analisadas durante a pesquisa e a produção desse texto foram escritas ou reeditadas entre 1980 e 2017, sendo produções sobre as resistências contra as ditaduras militares na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Todas elas têm como autores os militantes dessas resistências que sofreram violências originadas pelas ditaduras, ou filhos de militante que presenciaram, através do ato em si ou do trauma, a violência afligida sobre os pais. Nos é imperativo, então a elaboração dessa dor em uma narrativa autobiográfica e sua relação com as leituras que supõe veracidade. A marca do processo histórico está aqui na violência causada pelas ditaduras àqueles que lutaram de forma organizada contra suas políticas autoritárias, é nesse local que tentamos estudar a narrativa autobiográfica.

8 "Primo Levi insiste, desde as primeiras linhas de *Os afogados e os sobreviventes,* sobre a vontade nazista de destruir a possibilidade mesma de uma história dos campos. Eles deveriam se tornar duplamente inenarráveis: inenarráveis porque nada que pudesse lembrar sua existência subsistiria e porque, assim, a credibilidade dos sobreviventes seria nula" (Gagnebin, 2006, p. 46).

Pensamos ser interessante, então, demarcar como existem diversos outros sujeitos produzindo "narrativas do eu" durante os mesmos processos históricos, mas que não entram no recorte dessa pesquisa por possuírem outras relações estruturais com os seus textos, lugares sociais ao longo dos processos e consequentemente outras relações com os pactos autobiográficos. Não significa, porém, que não existam aproximações, mesmo que em alguns casos sejam aproximações pela diferença. Silva (2019), por exemplo, discute, entre outras, a escrita dos militares sobre a ditadura; Licarião (2021) a produção da memória sobre o período ditatorial através das escritas ficcionais; Sarlo (2007) trabalhando o também o "narrador militante", mas fora da escrita autobiográfica, a partir da perspectiva biográfica.

Existem ainda, narrativas do eu, dentro do mesmo recorte temporal determinado, que se relacionam de forma completamente diferente com o pacto autobiográfico se comparadas as histórias produzidas pelos militantes ou mesmo militares. Não nos debruçaremos sobre elas por não considera-las dentro do recorte estabelecido na pesquisa. Entendemos, porém, sua relevância literária, histórica e social dentro da produção autobiográfica brasileira.

O livro como uma fonte histórica

> A materialidade do livro é inseparável da materialidade do texto, se o que entendemos por este termo são as formas nas quais o texto se inscreve na página, conferindo à obra uma forma fixa, mas também mobilidade e instabilidade. A "mesma" obra não é de fato a mesma quando muda sua linguagem, seu texto ou sua pontuação (Chartier, 2014, p. 11).

Nossa principal referência metodológica para pensarmos as autobiografias como fontes históricas materializadas em complexos processos socio-culturais foi Roger Chartier. O autor nas obras *A história cultural: entre práticas e representações* e *A mão do autor, a mente do editor* trabalha a perspectiva do livro, e do próprio ato de ler, como fontes históricas. São essas obras que nos auxiliam a perceber as nuances e diferenças entre edições e reedições. A análise das quartas capas, resumos, sinopses, sumários, prefácios e posfácios

é realizada tendo como principal base Chartier. O trecho destacado acima, e suas discussão desenvolvida pelo autor, é a principal base para a estratégia metodológica de comparar as reedições dos livros selecionados. Tal comparação é feita justamente sob a perspectiva de que cada obra é uma especificidade histórica, uma reedição é, assim, presentificada no seu tempo histórico e pode nos proporcionar com problematizações e questionamentos ligados a como a sociedade brasileira, a partir do final do século XX, elabora o seu passado através da escrita autobiográfica.

Realizamos então, como afirma Certeau (2015), uma história da diferença, relacional em princípio, método e escrita. Buscamos entender o passado no presente da escrita dos livros trabalhados:

> Obras como *Dom Quixote* ou as peças de Shakespeare foram criadas, encenadas, publicadas e apropriadas num tempo diferente do nosso. Recolocá-las dentro de seuas próprios contextos históricos é um dos objetivos do presente livro. Para isso, tentamos identificar as descontinuidades básicas que transformam a circulação da palavra escrita, tanto literária como não literária (Chartier, 2015, p. 9).

Identificar as descontinuidades é, assim, também uma estratégia metodológica adotada na nossa escrita, principalmente quando tratamos das obras que possuem diversas reedições ao longo do recorte temporal estabelecido.

Para pensar as questões específicas da autobiografia nos apropriamos das discussões, além do já citado Lejeune, de Kanzepolsky e Izarra (2009), uma coletânea com textos de diversos autores que versam sobre as inúmeras possibilidades da autobiografia, e Duque-Estrada (2009), uma tese de doutoramento em Estudos de Literatura defendida na PUC-Rio. As obras nos auxiliam com novas perspectivas sobre a fonte autobiográfica, debatendo inclusive o próprio Lejeune, e principalmente nas relações entre autobiografia, memória e história.

> Conta-se que o poeta francês Lamartine, depois de ter escrito um de seus mais famosos poemas autobiográficos, no qual evoca a casa onde

> nascera em Milly, visitou-a e deu-se conta de conta que sua fachada e jardim pouco se assemelhavam à casa que a sua memória criara. Sob o impacto de perturbação trazida por esta não coincidência entre a sua memória e aquilo que reviu, Lamartine viu-se diante da urgência de reconstruir a casa onde passara a sua infância, de modo que ela se mostrasse fiel ao seu poema. Era preciso que o arquivo de sua memória emprestasse realidade à casa onde nascera e crescera (Duque-Estrada, 2009, p. 13).

Além das obras citadas nominalmente aqui, utilizamos outras autobiografias para construís nossas problematizações. Estas estão dispostas nos eixos temáticos e capítulos assim como as já citadas. São trabalhadas apenas como referências e correlações de mercado editorial ou letrado. A escolha para esse recorte é estratégica e metodológica: um trabalho que analisasse de forma profunda tantas obras diferentes seria irreal tanto para escrita, pesquisa ou mesmo estudo. Além disso, partimos da concepção de Roudinesco sobre o arquivo como um horizonte o historiador: sua totalidade é inalcançável, porém, simultaneamente, nunca pode-se perdê-lo de vista.

Para além das obras literárias também utilizamos três tipografias específicas de fontes com o objetivo de aprofundar as problematizações das autobiografias (nossas fontes primárias), são elas: o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, fontes hemerográficas relacionadas a resenhas das obras e entrevistas com os autores.

As fontes hemerográficas nos auxiliam no entendimento possível das recepções das obras, através delas discutimos a crítica literária no momento da publicação, os debates que os livros provocaram nos contextos históricos da publicação das primeiras edições e também nas matérias referentes as novas edições. Além disso, a repercussão dos prêmios conquistados pelas obras e das adaptações para outras mídias. Pinsky (2007) e Luca (2008) são nossas principais referências para as especificidades das fontes hemerográficas.

A Comissão Nacional da Verdade[9] produz um relatório final em 2014 com todos os seus processos, documentos, entrevistas e discussões especificados em mais de 1000 páginas dívidas em três volumes. Esse documento possui um carácter único, não é um livro, um simples relatório, uma ata ou um tratado, por exemplo. Assim, as referências metodológicas para sua leitura e análise são possíveis somente a partir de autores que já o estudaram especificamente ou se debruçaram sobre outros relatórios de comissões da verdade em países latino-americanos. Encontramos em Gallo (2014, 2016 e 2021) ambos os casos e a partir de suas análises propomos nossa pesquisa.

Considerações finais

Esta pesquisa se propõe a estudar a crise de memória na sociedade brasileira através de suas relações com Pacto Autobiográfico, das alterações, permanências, rupturas, tensões e disputas nessas relações a partir do recorte da anistia e dos processos de redemocratização do Brasil após a ditadura civil-militar de 1964. No atual andamento da pesquisa nós percebemos a necessidade de ampliar o corpus documental em questão, analisando obras autobiográficas ainda não referenciadas e o início de um trabalho com textos autobiográficos produzidos pelos militares, como um tipo de contraponto nas disputas de memória com a esquerda que resistiu à Ditadura.

O nosso objetivo final é entender essa alteração na "força gravitacional" do Pacto que o atraía para uma expectativa de verdade dentro da construção das memórias sobre a ditadura na sociedade brasileira. Pensamos que um dos caminhos para construir esse caminho de inteligibilidade é a forma como nós, como sociedade, a partir principalmente do século XXI; lidamos com as memórias da Ditadura. Como ao mesmo tempo anistiamos militares e militantes; como foi realizada uma Comissão da Verdade, mas nenhum torturador foi ao menos indiciado; como muitos políticos em ativa atualmente

9 "Instalada em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade procurou cumprir, ao longo de dois anos e meio de atividade, a tarefa que lhe foi estipulada na Lei no 12.528, de 18 de novembro de 2011, que a instituiu. Empenhou-se, assim, em examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional" Brasil, 2014. Esta pesquisa se propõe a estudar e analisar o relatório de forma mais aprofundada no capítulo 4 "Aqueles que não puderam contar: autobiografia a partir da biografia, a escrita de si através da narrativa do outro".

iniciaram suas carreiras legislativas ainda na ditadura, na ARENA e no MDB; por fim pela forma com que o tema é discutido, ou deixa de ser, nas escolas.

Para Cordeiro (2015) e Motta (2021) os processos citados estão imbricados no que durante uma década ficou conhecido pelo "senso comum" como "vitória da esquerda" sobre os militares, representam muito mais a forma como que a Ditadura organizou sua distensão "lenta e gradual" (Motta, 2021, p. 246) tomando um controle dos processos de redemocratização e inclusive em parte da própria Assembleia Constituinte. A produção de memória sobre esse período, e suas relações com o Pacto Autobiográfico, teve participação também dos militares e civis que construíram a Ditadura. Pretendemos entender e problematizar essas participações para aprofundar nossos estudos sobre as leituras da narrativa de si como um local de testemunha do passado ditatorial. Para isso, o trabalho continua em desenvolvimento dentro do programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal do Ceará e tem previsão para conclusão no segundo semestre do ano de 2025.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** São Paulo: editora 34.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre:** comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015.

DA SILVA ROIZ, Diogo. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, 302p. **Anos 90**, v. 14, n. 26, 2007.

DE CERTEAU, Michel. **História e psicanálise:** entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmem da Silva:** o feminino na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória:** O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976 – 1979). Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. **Devires autobiográficos:** a atualidade da escrita de si. Rio de Janeiro: NAU/Editora PUC-Rio, 2009.

FARGE, Arllete. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALLO, Carlos Artur. [org.]. **Nas trincheiras da memória:** lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul. Rio de Janeiro: Oficina Raquel. 2021.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

JELIN, Elizabeth. Memoria y democracia. Una relación incierta. **Política. Revista de Ciencia Política**, v. 51, n. 2, p. 129-144, 2013.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à internet**.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LICARIÃO, Berttoni. **Sintomas de precariedade:** a memória da ditadura na ficção de Bernardo Kucinski e Micheliny Verunschk - Brasília, 2021. 295 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Literatura) -- Universidade de Brasília, 2021.

LUCA, Tânia Reina de. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá [organizador]. **Ditaduras militares:** Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **O escorpião através do espelho:** a tortura no regime militar de 1964 e o declínio da narrativa. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Wellington Sampaio da**. Livros em guerra:** a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978 - 2015). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2019.

SILVERMAN, Malcom. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Porto Alegre/São Carlos: Editora da UFRGS; Ed. Universidade de São Carlos, 1995.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. **Prêmio Jabuti:** do incentivo à leitura à promoção da cultura brasileira. **Bibliocom**, v. 5, n. 1, p. ág. 15-23, 2014.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

WHITE, Heyden. **Meta-história:** a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.

O Mito das "Portas Abertas": imigração, imprensa e legislação sobre estrangeiros na Primeira República

Guilherme Borges da Silva[1]

Resumo

Entre o final do século XIX e o início do século XX percebemos a constante e avolumada chegada de imigrantes ao Brasil. Naquele contexto de transição entre a derrocada da monarquia e do escravismo e a ascensão do regime republicano e do regime de trabalho livre, muitas questões passaram a suscitar a formação da identidade nacional brasileira. Na imprensa, os debates em torno da composição étnica ideal para a sociedade brasileira ganhavam cada vez mais notoriedade. Ao mesmo tempo, a proscrição dos imigrantes tidos como "indesejáveis" também se sobressaia. O alarde, em torno das populações "não europeias" produziriam uma retórica de "ameaça" ou mesmo de perca da "ordem civilizatória" pela adição de elementos considerados "não-civilizados" ou mesmo inferiores. A imprensa do período, teria dessa forma mobilizado grande parte da opinião pública para reprimir ou mesmo desencorajar a chegada dos imigrantes "indesejáveis" ao país. A mobilização em torno desse objetivo, motivaria mais tarde a promulgação de uma série de leis restritivas e circunscritas aos imigrantes não-europeus, demonstrando historicamente a irrisória e rasa percepção do Brasil como um país que recebeu de "portas abertas" todos aqueles que aqui tinham como destino.

Palavras-chave: Imigração; Imprensa; Legislação.

Durante o período denominado de "República da Espada" no Brasil, que teve início com a Proclamação da República em 1889 e se estendeu até 15 de novembro de 1894, a legislação referente aos imigrantes foi marcada por uma série de medidas que buscavam regular a entrada e permanência de estrangei-

1 Especialista em Direito Internacional pela PUC-Minas, mestre e doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ros no país, mas que também refletiam os interesses políticos e econômicos, à época, tomados diariamente pela imprensa.

Desde o seu advento em 1889 o regime republicano apresentava todo um quadro de contradições e incertezas relacionados as políticas de imigração e seus debates veiculados a fim de mobilizar a opinião pública do período. Após a noite de 15 de novembro, a situação sofrera uma mudança radical. O inicial decreto do Governo Provisório sobre censura à imprensa, datado de 23 de dezembro de 1889, não adotava meias medidas. Ele intensificava a polarização do regime recentemente estabelecido, contrastando a República com a anarquia, em um texto intimidador, cujo tom enfatizava precisamente o uso do medo (Martins, 2001, p. 121). A partir deste decreto, todos os indivíduos que conspirassem contra a República e o seu Governo, aconselhando ou promovendo, por palavras, escritos ou atos, incentivo a quaisquer atos de revolta civil ou indisciplina seriam julgados militarmente por uma comissão militar e punidos com as penas militares de subversão. Entretanto, o domínio sobre a palavra impressa não se restringia apenas ao texto da legislação. A repressão da época foi incisiva, confrontando diretamente os formadores de opinião e os veículos de imprensa (*Ibidem*, p. 122-124).

Foram numerosos os casos de restrição à imprensa que incluíram jornalistas que colaboravam com o governo vigente. Uma série de violações violentas do regime se manifestaram através de inúmeras detenções de jornalistas. Existia evidentemente uma pressão para que os meios de comunicação estivessem alinhados as mais díspares propostas de governo (*Ibidem*, p. 124).

Durante o período em que o país foi governado pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (1889-1894), a imprensa desempenharia um papel crucial na formação da *opinião pública* e na disseminação de ideias políticas e sociais. Esse período também fora marcado por manifestações de xenofobia e aversão a determinados grupos de imigrantes por parte de alguns veículos de comunicação, refletindo as tensões e preconceitos presentes na sociedade da época.

Durante a República da Espada, uma parte significativa da imprensa frequentemente retratava determinados grupos de imigrantes como uma ameaça à identidade nacional e aos interesses dos brasileiros nativos. Em muitos casos, os imigrantes eram alvo de estereótipos negativos e de narrativas que os

ligavam a problemas sociais, como desemprego e criminalidade. Essas representações acentuavam as diferenças culturais e étnicas, alimentando o crescimento do sentimento xenofóbico (Seyferth, 2002).

Além disso, a imprensa muitas vezes instrumentalizava a xenofobia como parte de estratégias políticas e econômicas. Por exemplo, em momentos de crise econômica ou de disputas por recursos escassos, os imigrantes eram frequentemente utilizados como bodes expiatórios, culpados pelos problemas enfrentados pela população local. Essa retórica xenofóbica servia para desviar a atenção das verdadeiras causas das dificuldades sociais e econômicas.

Em fevereiro de 1890 o boletim *A Immigração*, órgão da Sociedade Central de Imigração do Rio de janeiro publicaria em seu editorial diversos trecho da obra de Emilio Gouchon como estratégia para respaldar a defesa de seus ideais contra a imigração chinesa para o Brasil. Os trechos publicados acusavam os "chins" de comportamento violento que poderiam "levar ao suicídio", relacionando-os também à "atrozes crimes, ao envenenamento em massa e ao incêndio dos engenhos, fazendas, colheitas e plantações" (Gouchon, 1890, p. 3-4).

No mais, as opiniões expressas no *boletim* alocavam grande parte dos grupos de imigrantes asiáticos como perturbadores de "toda a economia social dos povos civilizados". Acolhê-los no país representava sobre essa ótica verdadeiro "crime de leso-americanismo" e de "ofensa a civilização". Essas ideias, no entanto, não podem ser consideradas foras de seu contexto (*Ibidem*).

Os discursos e movimentos de rejeição à imigração asiática e africana no Brasil encontrava inspiração em diversas fontes externas, contudo, era principalmente o paradigma norte-americano que servia de luz para os discursos e defensores da instauração de uma República no Brasil. Nos primeiros anos da República, a política externa brasileira buscou inspiração nos Estados Unidos, modificando o polo político, econômico e cultural que tradicionalmente fora construído pela monarquia, centrado na Europa (Pereira, 2009).

Alguns anos antes, nos Estados Unidos, foi aprovado o *Chinese Exclusion Act*, em 1882, que foi a primeira lei imigratória do país a banir estrangeiros com base na raça e nacionalidade. O nome da lei é autoexplicativo: ela visava exclusivamente um grupo específico, os chineses, proibindo sua entrada no país pelos próximos dez anos. A lei proibia especificamente a entrada de tra-

balhadores chineses de baixa qualificação, enquanto comerciantes, diplomatas, estudantes e professores estavam isentos, embora também fossem sujeitos a uma fiscalização imigratória rigorosa (Dos Santos, 2020).

Ao mesmo tempo, grande parte dos órgãos de imprensa exerciam uma espécie de pressão sob o governo republicano alimentando constantemente as narrativas que fomentavam a adoção de medidas mais rígidas para o controle dos chamados "indesejáveis". Conforme destacado por Célia Marinho Azevedo, os opositores declarados da imigração chinesa, assim como de qualquer sistema que se assemelhasse à semi servidão, estavam principalmente representados na Sociedade Brasileira de Imigração, na Sociedade Central de Imigração, e nos jornais *O Paiz*, liderado por Joaquim Nabuco, e *Gazeta de Notícias*, de José do Patrocínio. Ambos os jornais foram fundados com o propósito de promover a imigração de europeus (Azevedo, 2008).

No periódico d'*o Paiz,* constantemente se noticiava a ação de outros países em relação as restrições e expulsões impostas aos referidos migrantes (*O Paiz*, 20/07/1890, p. 3). No boletim *A Immigração*, notícias sobre a proibição de "chins" na República do Equador serviam como modelo a ser almejado. As restrições políticas, no entanto, não se restringiam apenas à chineses, mas também turcos, sírios e africanos, assim como a quaisquer outros grupos que fossem considerados à época em potencial "ameaças" à consolidação da identidade nacional do país e a sua estrutura socioeconômica (*A Immigração*, 02/1890, p. 5).

É importante ressaltar que as múltiplas manifestações de xenofobia na imprensa da Primeira República não se limitavam apenas aos imigrantes. Grupos étnicos e culturais minoritários dentro do próprio país, como os afro-brasileiros e os indígenas, também eram frequentemente alvo de discriminação e estigmatização pela mídia da época. A imprensa desempenharia durante o período um papel significativo na perpetuação de preconceitos e estereótipos, contribuindo para a manutenção de uma atmosfera de hostilidade e exclusão para com aqueles considerados dessemelhantes e estranhos. Esse comportamento presente na imprensa refletia não apenas as tensões sociais e políticas do período, mas também os desafios enfrentados na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural (Lima, 2017).

Apesar de não representarem unanimidade pública ou mesmo no parlamento, as ideias em torno da coibição e da expulsão de estrangeiros considerados ameaças angariava grande parte da opinião pública do período. Proliferavam-se naquele contexto a republicação de livros e obras que se davam a tratar diretamente do tema. Não se podia mais fugir dos debates que a questão promovia. Grande parte das mobilizações que militavam a favor de maiores restrições aos grupos "não-europeus" resultaria mais tarde na adoção pelo governo republicano de medidas que restringiam a entrada no país dessas populações (Camargo, 2020).

A questão dos estrangeiros foi desde sempre uma das primeiras preocupações do governo provisório estabelecido após a Proclamação da República. A partir da segunda metade do século XIX, a introdução de trabalhadores europeus livres foi incluída nas propostas de modernização do país e vista como um meio para alcançar o "progresso" e a "civilização". Com o progressivo aumento da presença de estrangeiros foi necessário também a elaboração de um conjunto legal destinado a estabelecer procedimentos para entrada, naturalização e reconhecimento de direitos. A legislação para imigrantes no Brasil refletia não apenas a tentativa de regulamentar a entrada e permanência de estrangeiros no país, mas também os interesses políticos e econômicos da época, além de uma atmosfera de discriminação e eugenia que permeava a sociedade brasileira e as diretrizes das políticas de Estado (*Ibdem*).

O governo republicano recém instaurado buscou de diversas maneiras estabelecer o controle político-jurídico da situação. O Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889, em certo sentido, replicou o que foi estabelecido após a Independência e consolidado na Constituição de 1824. Esse decreto determinou a naturalização de todos os residentes no país em 15 de novembro de 1889, ou que estivessem habitando aqui por pelo menos dois anos, a menos que apresentassem declaração contrária perante a municipalidade (*Ibdem*).

Os naturalizados, conforme estipulado por esse ato, regulamentado mais tarde pelo Decreto nº 396, de 1890, tornava estes últimos iguais possuidores dos direitos civis aplicáveis aos cidadãos natos, incluindo a capacidade de ocupar qualquer cargo público, exceto o de chefe de Estado. A chamada "lei da grande naturalização" logo se tornou alvo de críticas nos discursos públicos e também na imprensa, até que voltasse a ser discutida novamente duran-

te a Assembleia Constituinte, dividindo opiniões e sendo contestada, seja integralmente ou em parte por vários grupos de diversos segmentos sociais (Bastos, 1925).

Ao mesmo tempo, o decreto encontrava também seus apoiadores. O referido ato era defendido de forma veemente pela bancada paulista, que com o apoio de outros grupos, vislumbravam em na sua manutenção possíveis vantagens eleitorais futuras, considerando que São Paulo se tornara o estado que mais havia recebido imigrantes em todo o país (Boná, 2008). No entanto, antes mesmo a constituição de 1891 a questão dos estrangeiros sofreria um novo revés.

Um exemplo disso foi a aprovação do Decreto nº 528 em 28 de junho de 1890. Uma medida subvencionada pelo então ministro da agricultura Francisco Glicério de Cerqueira Leite, e ratificada pelo presidente Deodoro da Fonseca. A "Lei Glicério", como ficou popularmente conhecida, regulamentava o serviço de introdução e localização de imigrantes, permitindo a livre entrada de indivíduos aptos para o trabalho, desde que não estivessem sujeitos a ações criminais em seus países de origem, com exceção dos "indígenas da Ásia ou da África", cuja permissão só seria concedida mediante autorização do Congresso Nacional (Camargo, *Op. cit.*).

Esse controle ficaria sob a responsabilidade policial, que teria o poder de proibir o desembarque de pessoas que não preenchessem as condições estabelecidas pela nova lei. O decreto estabelecia também que imigrantes, famílias de agricultores, trabalhadores agrícolas, operários e artesãos do sexo masculino, com idades entre 18 e 50 anos, poderiam contar com descontos no preço ou concessão de translado pelo governo federal. Com esses benefícios, uma categoria preferencial de imigrantes estava sendo evidenciada, os quais também seriam capazes de contribuir para o desejado "branqueamento" da população, por meio da miscigenação racial associada à ideia de assimilação, embora nem todos os europeus fossem considerados aptos para esse propósito (Seyfert, *Op. cit.*, p. 129).

Junto com os benefícios socioculturais trazidos para o país, a contínua entrada de estrangeiros no país cada vez mais suscitavam preocupações entre as autoridades. O perigo representado pelo imigrante corrompido por todos os "vícios" ou contrário aos princípios conservadores da sociedade era

frequentemente mencionado nos relatórios dos chefes de polícia, que prontamente clamavam por medidas como a expulsão destes do território nacional (Domenech, 2015).

As medidas restritivas adotadas refletiam uma ideologia enraizada na superioridade biológica, intelectual e cultural dos europeus, que estava bastante presente nos debates da época. No caso dos asiáticos, especialmente japoneses e chineses, as restrições foram de curta duração, sendo revertidas mais tarde em 1892 já sob o governo de Floriano Peixoto através da Lei nº 97, que permitiria sua livre entrada (Carneiro, 2018).

O impedimento da entrada de Asiáticos e Africanos decretada em 1890 por Deodoro da Fonseca, fizera parte de uma série de medidas para a regularização do serviço de introdução e localização de imigrantes na então República dos Estados Unidos do Brasil. Algumas dessas medidas, no entanto, seriam revertidas mais tarde devido as premissas liberais que pautavam a constituição de 1891 e também aos interesses políticos e econômicos do Governo de Floriano Peixoto na questão e tratamento dos imigrantes no país.

Ao renunciar ao cargo de presidente com apenas nove meses de mandato, o Marechal Deodoro da Fonseca abriria espaço para a ascensão de Floriano Peixoto no comando da nação no período entre 1891 a 1894. De acordo com a Constituição de 1891, se o presidente da República não pudesse mais governar antes de completar dois anos de mandato, uma nova eleição para a presidência seria realizada. Apesar disso, Floriano Peixoto, em manobra política, assumiria a presidência (Brasil, 1891).

Essa ação resultou em intensos ataques e críticas de seus oponentes políticos, incluindo generais, governadores e a Marinha. Por outro lado, Floriano contava com o apoio dos fazendeiros ricos, proprietários de cafezais, que o defendiam em troca de um governo que beneficiasse seus interesses, incluindo a facilitação burocrática dos temas acerca da imigração. Além disso, para conquistar o apoio das camadas populares, Floriano implementou uma série de medidas que beneficiavam os mais pobres, como a redução do preço do pescado, carne e outros alimentos, além da diminuição do valor dos aluguéis das casas dos operários. Essas medidas conseguiram agradar a alguns grupos, mas outros permaneciam igualmente contrariados.

Foi nesse escopo de medidas que houve, portanto, uma pressão dos fazendeiros de café interessados em trazer imigrantes chineses, que levariam o governo de Floriano Peixoto a sancionar a Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892, abolindo a proibição do ingresso de imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa no país. A referida lei permitia a livre entrada no território da Republica, imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa, contanto que, desde que não fossem "indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à acção criminal em seus paizes" e fossem ainda "válidos e aptos para trabalhos de qualquer industria" (Dezem, 2005, p. 110).

Tendo em mente o modelo ideal de "bom trabalhador", o governo de Floriano Peixoto enviaria ainda uma missão diplomática ao Oriente Médio com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. O encarregado dessa missão, José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, optou pelos japoneses, considerando-os "mais trabalhadores e econômicos", enquanto expressava certa preocupação com os chineses. Esse veredito direcionou o foco para o Japão (Carneiro, *Op. cit.*, p. 124).

A mesma lei de 1892, autorizava o governo a promover a execução do tratado celebrado com a China em 5 de setembro de 1880, a celebrar um tratado de comércio, paz e amizade com o Japão e a estabelecer agentes diplomáticos e consulares em ambos os países, afim de manter com eles boas relações e também responsabilizá-los de fiscalizar em seus territórios, de modo eficaz a evitar abusos, a imigração que desses países se pretendesse dirigir ao Brasil (Nnomiya, 1996).

Apesar de um afrouxamento nas restrições a imigração no governo de Floriano Peixoto, algumas autoridades e órgãos da imprensa permaneciam ainda em parte hostis as ideias e as medidas menos restritivas à imigração. No entanto, as situações recentes nas lavouras fizeram muitos deles aceitar a imigração chinesa com restrições e cautela. A magna questão do momento era "prover a grande propriedade de braços".

Um exemplo disso é percebido no discurso de Afonso Pena, então governador de Minas gerais, transcrito no *Gazeta de Notícias* em 28 de janeiro 1893, três meses após o anúncio da Lei nº 97. Neste dia o periódico noticiara extensivamente os discursos e as ações que marcaram a reunião com membros do governo, da comissão de imigração asiática e também de representantes do

Jornal do Commercio, *O Paiz*, *Tempo* e *Diário de Notícias* acerca das novas leis e medidas sobre a imigração. Nesta reunião o discurso do Dr. Afonso Pena apresentava um contraditório em relação a posição majoritária dos presentes no recinto. Segundo ele a imigração chinesa "do ponto de vista sociológico" era "muito prejudicial e perigosa", e que se incentivada, fosse aos poucos e com extrema cautela (*A Gazeta de Notícias*, 28/03/1893, p. 1).

Os novos ares para os rumos da imigração e do reconhecimento dos direitos dos imigrantes, no entanto encontrariam ao fim de 1893 um novo obstáculo. A implosão da Revolta da Armada em unidades da Marinha ocorrida entre setembro de 1893 e março de 1894 fizera o governo de Floriano Peixoto revisitar muitas das concessões dadas aos grupos migrantes e estrangeiros no território nacional. No contexto do estado de sítio decretado pelo vice-presidente Floriano Peixoto em virtude da Revolta da Armada, o decreto n. 1.566, de 13 de outubro, ampliou os requisitos que poderiam levar à expulsão, tendo como justificativa a defesa da soberania nacional (Carvalho, 2012).

A parti dali seriam deportadas pessoas responsáveis por infrações contra a segurança e a tranquilidade públicas, incluindo aqueles que incitassem à desobediência às leis ou à revolta e guerra civil; promovessem ódio e atos de violência entre ou contra as diferentes classes sociais; ou cometessem crimes contra a liberdade de trabalho. O Decreto nº 1.566 facilitou a expulsão de dezenas de estrangeiros, sendo muitos deles por crimes políticos e a maioria sob acusação de anarquismo. Mesmo após a sua revogação, que ocorreu pouco tempo após sua entrada em vigor, em 15 de dezembro de 1893, pelo Decreto nº 1.609, a prática continuou, muitas vezes ignorando os limites legais e deportando indivíduos sem formação de culpa ou mandado de prisão (*Ibidem*).

Em suma, durante a República da Espada (1889-1894), a legislação para imigrantes e todo seu âmbito de debate e de mobilização da opinião pública através da imprensa no Brasil refletiam não apenas a tentativa de regulamentar a entrada e permanência de estrangeiros no país, mas também os interesses políticos e econômicos da época, além de uma atmosfera de discriminação e xenofobia que permeava a sociedade brasileira em seus diversos segmentos sociais.

Cabe-nos compreender também, que grande parte dos órgãos de imprensa desempenharam um papel crucial na perpetuação de preconceitos e es-

tereótipos, contribuindo para criar e manter uma atmosfera de hostilidade e exclusão em relação àqueles considerados "diferentes" ou "estranhos" aos projetos de nacionalidade que se almejavam. Essa xenofobia presente na imprensa refletia não apenas as tensões sociais e políticas do período, mas também os desafios enfrentados pelos imigrantes na busca pela existência de uma sociedade que fosse mais inclusiva e diversificada.

Fontes

A Immigração – Boletim da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)

A Gazeta de notícias - RJ

O Paiz - RJ

Referências

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. 3. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2008, p. 147.

BASTOS, José Tavares. **Naturalização**. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

BONFÁ, Rogerio Luis Giampietro. **Com lei ou sem lei:** as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Legislação sobre estrangeiros na Primeira República.** Arquivo nacional - Memória da administração pública brasileira, 2020. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/964-legislacao-sobre-estrangeiros-na-primeira-republica#:~:text=_____.-,Decreto%20n.,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil. Acesso em: 02 mar. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, p. 115-130, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DEZEM, Rogério. **Matizes do" Amarelo":** a Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração" indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 25-29, 2015.

DOS SANTOS, Marco Aurélio. Chineses no vale do Paraíba cafeeiro: projetos, perspectivas, transições e fracassos–século XIX. **Almanack**, n. 25, p. 1-41, 2020.

LIMA, A. B. A imigração para o Império do Brasil: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, v. 5, n. 2, p. 26–36, 2017. DOI: 10.55602/rlic.v5i2.155. Disponível em: https://ws2.institutoivoti.com.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/126. Acesso em: 31 mar. 2024.

MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e práticas culturais em tempos de República.** São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp/Fapesp, 2001.

NINOMIYA, Masato. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. **Revista USP**, n. 28, p. 245-250, 1996.

PEREIRA, Gabriel T. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002.

Exposições didáticas e protagonismo estudantil: registros de práticas adotadas nas escolas municipais de Itapissuma-PE

Paulo Fillipy de Souza Conti[1]
Jesanias Rodrigues de Lima[2]

Resumo

Em 2022, em razão da efeméride do Bicentenário da Independência do Brasil, a Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, por meio de sua equipe pedagógica, desenvolveu uma exposição itinerante voltada para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Na mencionada ação, buscamos destacar personagens amplamente reconhecidos pela historiografia brasileira, símbolos nacionais e outros sujeitos históricos que, apesar de serem objeto de estudos nos últimos anos, ainda não são muito conhecidos no contexto escolar. Tendo os professores de História como colaboradores diretos para a orientação das atividades nas escolas, foram montadas equipes de estudantes para mediar a exposição. Essa proposta, bem recebida nas unidades de ensino, também provocou um interessante processo de identificação dos estudantes com alguns personagens históricos elencados nas telas, principalmente as personagens femininas. Para essas alunas, ter a possibilidade de falar de Maria Felipa de Oliveira, por exemplo, foi uma forma de buscar um lugar de protagonismo, no discurso e nas ações, por serem as representantes de suas escolas naquela atividade. Em Itapissuma, a maior parte da comunidade escolar é composta por pessoas negras e de baixa renda, o que reforça a importância de apresentar aos estudantes sujeitos históricos que não estão incluídos nos padrões costumeiramente expostos nos livros didáticos. Por isso, diante dos bons resultados da primeira experiência, passamos a desenvolver materiais voltados para a história local, ainda muito fragmentada e pouco explorada pela historiografia. Sendo Itapissuma um dos mais jovens municípios pernambucanos, cuja emancipação política data de 1982, desenvolvemos no

1 SME Itapissuma-PE. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

2 SME Itapissuma-PE. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

ano de 2023 uma exposição sobre esse evento, tendo por base reportagens jornalísticas coletadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Devidamente contextualizadas, essas reportagens foram distribuídas em um conjunto de oito telas e enviadas para as escolas. O material passou a fazer parte do acervo permanente das unidades de ensino, o que facilita a utilização pelos professores e permite a elaboração de ações interdisciplinares. A estratégia de proporcionar aos estudantes o protagonismo de mediar a exposição foi replicada. E, a exemplo do que aconteceu com a primeira experiência, os resultados positivos não ficaram restritos ao componente de História. Na verdade, os participantes foram estimulados a pesquisar mais sobre as temáticas, o que possibilita o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida escolar e posterior ingresso em cursos técnicos e/ou universitários. Acreditamos que tais informações nos permitem reforçar a importância e a possibilidade de utilização de recursos didáticos diversificados no contexto da Educação Básica, principalmente na Rede Pública. Esperamos, na mesma medida, que as exposições didáticas, com conteúdo histórico nacional e local, desenvolvidas nas escolas municipais de Itapissuma, possam inspirar ações em outras pequenas cidades brasileiras e, com isso, abrir maior espaço de protagonismo e autonomia para os estudantes no processo de construção do conhecimento.

Palavras-chave: Exposição didática; Protagonismo estudantil; Ensino de História; Itapissuma.

Introdução

O presente artigo trata de ações executadas pela Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma. Nos anos de 2022 e 2023, a Divisão de Ensino levou para as escolas municipais exposições didáticas com temáticas vinculadas à história nacional e local. As atividades, que passaram por um cuidadoso processo de pesquisa e preparação, tiveram como público-alvo os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Mas antes de cuidarmos diretamente dessas ações, permitam-nos rapidamente apresentar o lugar.

O município de Itapissuma, localizado no litoral norte do Estado de Pernambuco, possui população de 27.749 habitantes, divididos entre as zonas rural e urbana (IBGE, 2022). Apesar de ser um espaço de ocupação anterior

ao processo de colonização portuguesa, a sua história foi por muito tempo colocada em segundo plano, quando observamos a cobertura historiográfica dadas aos seus vizinhos, por exemplo.

Além da dificuldade de encontrar informações históricas sobre o município nos livros, a comunidade como um todo é afetada negativamente pela ausência de espaços de conservação da cultura material, tradições e memória. Ainda que ao ar livre seja possível a construção ou indicação desses espaços, infelizmente, são raras as referências aos lugares onde ocorreram eventos diretamente ligados à identidade local.

Consideramos ainda nesta reflexão a importância dos museus para que os estudantes possam entrar em contato com objetos e informações relacionadas à história nacional e de outros povos. Os museus são espaços de aprendizado inestimáveis que oferecem uma experiência educacional única e enriquecedora. Através de suas exposições, atividades e programas, os museus contribuem para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida, complementam a educação formal e promovem a preservação da cultura e da história.

Consoante entendem Verlaine Fátima Wazenkeski e Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, quando um grupo de estudantes visita um museu e participa de uma atividade educativa, o objetivo principal não é apenas "ensinar", mas sim transmitir informações de maneira simples e lúdica, permitindo que cada aluno aprenda enquanto se diverte (Wazenkeski; Costa, 2015, p. 72).

Já no que concerne aos docentes, as autoras apontam que antes da visita à instituição, os professores devem garantir que as atividades propostas estejam alinhadas com o currículo escolar, transformando o museu em um instrumento de troca de conhecimento e reflexão crítica sobre a história, além de uma oportunidade para ação prática. Isso permite que alunos e professores desenvolvam sua própria compreensão dos temas discutidos, identificando quais são mais relevantes para um aprendizado mais eficaz. Essa abordagem promove uma comunicação mais fluida entre os visitantes e a instituição (Wazenkeski; Costa, 2015, p. 72).

Diante desse entendimento, a nossa consideração partiu da necessidade de estimular a criação dos espaços de preservação e memória no município e, principalmente, diversificar as estratégias de abordagens metodológicas em

Ciências Humanas. Outro ponto fundamental nesse processo foi contextualizar os eventos aos quais nos debruçamos na montagem das mostras científicas nas escolas. Por isso, antes de observarmos diretamente as ações executadas pela Rede Municipal de Educação de Itapissuma, precisamos explorar, ainda que de forma concisa, os fatos sob análise.

O Bicentenário da Independência do Brasil

Em 2022, em razão da efeméride do Bicentenário da Independência do Brasil, a Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, por meio de sua equipe pedagógica, desenvolveu uma exposição itinerante voltada para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Na mencionada ação, buscamos destacar personagens amplamente reconhecidos pela historiografia brasileira, símbolos nacionais e outros sujeitos históricos que, apesar de serem objeto de estudos nos últimos anos, ainda não são muito conhecidos no contexto escolar.

Quando a Família Real portuguesa chegou ao Brasil em 1808, praticamente fazendo cumprir a profecia seiscentista do Pe. Antonio Vieira sobre a construção de um Império no Novo Mundo (Vieira, 1855), o território lusitano nas Américas mudou de status. A colônia passou a fazer parte do Reino Unido de Portugal e se tornou sede da monarquia. Com a passagem do tempo e o acirramento das disputas entre diferentes grupos de interesse, D. João VI foi obrigado pelas Cortes portuguesas a retornar ao continente europeu. A comitiva do príncipe deixou o Rio de Janeiro no dia 25 de abril de 1821, deixando seu filho, D. Pedro, como regente do Brasil (Malerba, 1999, p. 16).

As Cortes que levaram D. João VI de volta a Portugal também eram compostas por deputados brasileiros, cujo acesso e capacidade de decisão eram bastante restritos. Esses deputados, na verdade, registram as crescentes tensões entre os representantes do Brasil e de Portugal e, na mesma medida, entre o povo (Schwarcz, 2015, p. 213). Igualmente tensas e confusas eram as informações sobre as Cortes que chegaram ao Brasil. Concretamente, elas "reduziram a autoridade do Príncipe e mandaram processar quem se colocasse contra a política de Lisboa. Tal reação acabou gerando o 7 de Setembro" (Malerba, 1999, p. 20).

Nesse contexto, alguns personagens e símbolos merecem destaque, por serem fundamentais para compreender o processo de Independência do Brasil. Ao listar tais personagens e símbolos, ensejamos a oferta de informações que despertam nos estudantes da Rede Municipal de Ensino o exemplo de patriotismo demonstrado por tais atores históricos e a importância da luta pela preservação da Pátria. Alguns, inclusive, com destaque anterior ao 7 de setembro (Santos, 2011). Por sua vez, os símbolos nos servem como elementos caracterizadores da formação da identidade nacional, "unindo elementos mais tradicionais aos novos símbolos da terra" (Schwarcz, 2015, p. 225-226).

Como a temática em foco é bastante explorada pela historiografia, o levantamento de informações sobre eventos e personagens não foi um obstáculo. Na verdade, a maior preocupação era construir um material, baseado em fontes sólidas e capaz de interessar os estudantes. Era igualmente importante possibilitar o entendimento da Independência do Brasil como um processo histórico e não como um fato que acontece de forma definidora e desassociada dos interesses dos personagens envolvidos.

Consideramos ainda que os personagens elencados para fazer parte da exposição deveriam possuir características que permitissem a aproximação entre eles e os estudantes matriculados nas escolas de Anos Finais da Rede. Logo, a ação buscou quebrar a lógica de abordagem heroica e apresentou ao lado de figuras como D. Pedro I e José Bonifácio de Andrada, outras personagens como a Madre Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e Maria Quitéria de Jesus (Conti, 2022).

A estratégia de escolha dos personagens considerou a participação de cada um no processo que levou à Independência do Brasil, mas, conforme mencionado, serviu para aproximar os estudantes dessa iniciativa pedagógica. A presença de personagens negros em destaque, por exemplo, entendíamos como fundamental. Afinal, 79,5% da população de Itapissuma se declara como preta ou parda (IBGE, 2022).

Em um primeiro momento, os dados da exposição chegaram às escolas em forma de portfólio. Os professores de História foram colaboradores diretos para a orientação das atividades nas escolas, onde foram montadas equipes de estudantes para mediar a exposição. Essa proposta, bem recebida nas unidades de ensino, também provocou um interessante processo de identificação

dos estudantes com alguns personagens históricos elencados nas telas, principalmente as personagens femininas. Para essas alunas, ter a possibilidade de falar de Maria Felipa de Oliveira, por exemplo, foi uma forma de buscar um lugar de protagonismo, no discurso e nas ações, por serem as representantes de suas escolas naquela atividade.

Figura 1 - Exposição "Semana da Pátria: Bicentenário da Independência do Brasil" montada na Escola Municipal Dilma Cecília da Silva

Fonte: Os autores (2022).

Em Itapissuma a maior parte da comunidade escolar é composta por pessoas negras e de baixa renda, o que reforça a importância de apresentar aos estudantes sujeitos históricos que não estão incluídos nos padrões costumeiramente expostos nos livros didáticos. Por isso, diante dos bons resultados da primeira experiência, passamos a desenvolver materiais voltados para a história local, ainda muito fragmentada e pouco explorada pela historiografia.

A história local nas páginas dos jornais

As discussões sobre história local nos currículos não são recentes, muito pelo contrário. Maria Auxiliadora Schmidt (2007, p. 188-189) mostra que ao menos desde a década de 1930 essa abordagem esteve presente nas Referências Curriculares e Instruções Metodológicas da educação brasileira. Já na década de 1970, passou a ser vista como recurso didático que ajudaria a aproximar os estudantes de uma visão comunitária e capaz de articular ações em História e Geografia.

A redemocratização trouxe um novo quadro para o país e por consequência para o ensino de História. Abriu-se mais espaço para a visão marxista do fazer histórico, em curso desde o século XIX, e principalmente para a Escola dos Annales, que problematizou a História na sua relação com as demais ciências sociais. Assim, fatos e sujeitos diversos puderam se tornar protagonistas do processo histórico e com isso romper a lógica positivista dos heróis e grandes eventos (Pernambuco, 2019, p. 513).

É diante desse contexto que emergem as produções dos currículos de História do Ensino Fundamental. Entre as propostas educacionais apresentadas durante a redemocratização política no Brasil, estava a de formar pessoas não apenas como mão de obra, mas, também como cidadãos, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, art. 208).

Com a década de 1990 e a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o objetivo de uso da história local era a construção do sentimento de pertencimento nos alunos, o que não se converteu em prática pedagógica de maneira imediata (Schmidt, 2007, p. 189). Tais alterações curriculares, como aponta Circe Bittencourt (2008, p. 100-101), não foram um fenômeno unicamente brasileiro. Outros países do Mercosul, além de Portugal e Espanha na Europa, por exemplo, também adotaram modelos submetidos à lógica de mercado e passou-se, em parte, a entender a escola diante de uma perspectiva utilitarista.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se entende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental como momento ideal para a construção do sujeito. São incluídas unidades temáticas voltadas para o "mundo pessoal" dos estudantes, a comunidade, grupos de pessoas e transformações das cidades, culturas e linguagens etc., a formulação de políticas públicas que integrem esta fase com a fase seguinte, pode favorecer a formação de cidadãos mais conscientes dos seus direitos e mais conscientes da sua história (Brasil, 2017, p. 403, 406-415). Ou seja, o público-alvo das nossas ações voltou a ter contato com essa experiência pedagógica que permite observar o "eu" e o "outro".

Logo, as bases legais e direcionamento oficiais favoreciam a consideração da equipe pedagógica pela elaboração de uma ação em história local. Sendo Itapissuma um dos mais jovens municípios pernambucanos, cuja emancipação política data de 1982, desenvolvemos no ano de 2023 uma exposição

sobre esse evento, tendo por base reportagens publicadas no Diário de Pernambuco e coletadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Devidamente contextualizadas, essas reportagens foram distribuídas em um conjunto de oito telas e enviadas para as escolas. Dessa forma, surgiu a exposição "A Emancipação Política de Itapissuma nas páginas dos jornais".

A estratégia de proporcionar aos estudantes o protagonismo de mediar a exposição foi replicada. E, a exemplo do que aconteceu com a primeira experiência, os resultados positivos não ficaram restritos ao componente de História. Na verdade, os participantes foram estimulados a pesquisar mais sobre as temáticas, o que possibilita o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida escolar e posterior ingresso em cursos técnicos e/ou universitários.

Figura 2 - Exemplo de composição das telas da mostra "A Emancipação Política de Itapissuma nas páginas dos jornais"

Fonte: Os autores (2023).

O material passou a fazer parte do acervo permanente das unidades de ensino, o que facilita a utilização pelos professores e permite a elaboração de ações interdisciplinares. Inclusive, foram inseridos *QR-codes* nas telas para que os estudantes e professores pudessem acessar as referidas páginas de jornais diretamente no site da Hemeroteca Digital.

Devemos destacar ainda que ao tratar da história local, os estudantes se tornam mais integrados as suas respectivas comunidades. Ao aprender sobre figuras históricas ou eventos significativos em sua própria área, os estudantes

podem se inspirar em modelos locais de liderança e ativismo, como os itapissumenses que lutaram pela emancipação. Isso pode ajudá-los a perceber que também podem fazer a diferença em suas comunidades, estimulando o protagonismo e a iniciativa pessoal.

Considerações finais

Acreditamos que tais informações nos permitem reforçar a importância e a possibilidade de utilização de recursos didáticos diversificados no contexto da Educação Básica, principalmente na Rede Pública. Oferecer diferentes formas de aprendizagem aos estudantes é fundamental no mundo contemporâneo, sobretudo por meio de ações que visam integrar suportes distintos, como o analógico e o digital.

As exposições realizadas até aqui foram eficientes quanto a suas finalidades e estimularam professores e estudantes a pesquisarem e executarem projetos na área de Ciências Humanas. Assistimos, como consequência direta dessa aproximação, ao interesse em participar da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB), expandindo assim o cardápio de olimpíadas oferecido pelas escolas da Rede.

Na verdade, as mostras didático-científicas nos ajudaram a consolidar uma visão sobre Educação que acredita ser inaceitável que uma escola, uma sociedade ou uma família não promova o desenvolvimento do protagonismo em crianças, jovens e adultos. Todos deveriam ter a oportunidade de assumir o papel principal em suas s vidas, enfrentando obstáculos, alcançando sucessos e lidando com dúvidas.

Nas escolas, quando esse protagonismo não consegue ser explorado, devemos refletir sobre como poderíamos ter motivado e incentivado os estudantes. Daí a necessidade constante de pensar em recursos e estratégias para estimular a curiosidade, desafiando-os a buscar respostas não apenas para perguntas feitas pelo professor, mas também para as que surgem em sua própria mente. Afinal, "um protagonista, ao encarar o desafio de ter autonomia em suas investigações, ressignifica seu papel na escola, construindo saberes que serão importantes na e para sua vida" (Volkweiss; Mendes De Lima; Ramos; Ferraro, 2019, p. 20).

Em suma, acreditamos que o exemplo da Rede Municipal de Educação de Itapissuma pode inspirar pequenos, médios e grandes municípios a oportunizar cada vez mais aos estudantes espaços de protagonismo e de construção do conhecimento científico.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos / Circe Maria Fernandes Bittencourt - 2.ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação, 2017.

CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **Bicentenário da Independência do Brasil**: eventos, personagens e símbolos nacionais (1822-2022). Itapissuma: Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889):** Panorama da história do Brasil no século XIX / Jurandir Malerba. – Maringá: Eduem, 1999.

SANTOS, Antônia da Silva. Joana Angélica saindo dos papéis à beatificação. **Cadernos do CNLF**, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/161.pdf.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil:** uma biografia / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIEIRA, Antonio, 1608-1697. **Historia do futuro:** livro ante primeiro, prologomeno a toda a historia do futuro, em que se declara o fim e se provam os fundamentos della : materia, verdade, e utilidades da historia do futuro. Lisboa: J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, 1855. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/555727.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco**: ensino fundamental / Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação; coordenação Ana Coelho Vieira Selva, Sônia Regina Diógenes Tenório; apresentação Frederico da Costa Amâncio, Maria Elza da Silva. – Recife: A Secretaria, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. *In:* MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

VOLKWEISS, A.; MENDES DE LIMA, V.; RAMOS, M. G.; FERRARO, J. L. S. Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e29112, 2019. DOI: https://doi.org/10.15448/2179-8435.2019.1.29112. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/29112.

WAZENKESKI, V. F.; COSTA, H. H. F. G. DA. A importância das ações educativas nos museus. **Ágora** [ISSN 1982-6737]. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 64-73, jul./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.17058/agora.v17i2.6336.

A dinâmica entre intelectuais e políticos envolvidos no processo de regionalização do espaço acadêmico da FURRN (1968-1973)

Maria Clara Barbalho de Mendonça[1]

Resumo

O presente trabalho, ainda em andamento, deriva de uma pesquisa de Mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. A proposta é compreender como redes políticas e intelectuais nos âmbitos municipal, estadual e federal fiadas no espaço da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, localizada em Mossoró/RN, e objeto da pesquisa, contribuíram para a regionalização deste espaço acadêmico entre o ano de sua fundação, 1968, e 1973, quando termina o reitorado de seu primeiro gestor, João Batista Cascudo Rodrigues. Interessam para compor o contexto em que estas relações se deram, as questões políticas iniciadas pela instalação da Ditadura Militar que também ressoaram no setor educacional de forma grandiosa, principalmente a partir da promulgação da Reforma Universitária, responsável por mudar todo o aparato do ensino superior universitário brasileiro. Integram o quadro teórico os conceitos de Memória (Rossi, 2010; Didi-Huberman, 2013), Espaço (Certeau, 1998; Koselleck, 2014), Região (Barros, 2006; Albuquerque Júnior, 2008), Intelectual (Sirinelli, 2003; Gomes; Hansen, 2016) e Lugar Social (Certeau, 1982). A maior parte das fontes ainda está em processo de catalogação, mas serão, em suma, jornais da época (O Mossoroense e Diário de Natal), livros de memórias, documentações oficiais da UERN (à exemplo da Revista Expressão) e relatórios de gestão dos governadores do estado do RN. A metodologia se baseia na Análise de Discurso, o qual compreende o "discurso", ou seja, a escrita e até mesmo as formas de comunicação audiovisuais, como objetos sócio históricos, capazes de conter em si significados advindos do contexto social, cultural e histórico,

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

até mesmo pessoal, em que foram produzidos e que extrapolam o sentido objetivo do texto, como afirma, mais atualmente, Eni Orlandi (2003) em sua obra Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos, e como postula Michel Foucault (1996) em seu livro A ordem do discurso.

Palavras-chave: UERN; Regionalização; História Política; Intelectuais.

Introdução

O presente artigo deriva de dissertação de mestrado ainda em processo de construção. O objeto a ser investigado surgiu como fruto de indagações acerca de leituras sobre temas conectados à Memória e Instituições, ainda durante a graduação no curso de Licenciatura em História: a própria instituição de ensino que me formava, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, inicialmente denominada Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte – FURRN, situada em Mossoró, no Rio Grande do Norte. À época, para o trabalho de conclusão de curso exigido para obtenção do diploma, debrucei-me sobre a memória veiculada oficialmente sobre a universidade por si mesma, interessada em descobrir de que maneira essa narrativa foi construída, por quais mãos e sob quais intenções.

À guisa de resumo, a partir das bibliografias disponíveis sobre este espaço, pude entender que o processo de construção da narrativa memorialística da instituição estava intimamente associado com a atuação de seus reitores, em particular o seu primeiro: João Batista Cascudo Rodrigues. Isto posto, trabalhei com a ideia de que a escrita de seu "Pai-fundador" - presente sobretudo em seu livro de memórias *Interiorização da Universidade* (Rodrigues, 2001, p. 166) - sobre a universidade confundiu-se com uma escrita sobre si mesmo, resultando em um movimento de expressão de memória individual que, pela repetição e alcance, se tornou coletiva (Halbwachs, 1990). A essência desta memória ressoou nas ideias de progresso, pioneirismo e senso de comunidade atribuídas à UERN por si própria até os dias atuais (como estava expresso no site da universidade no momento de realização da pesquisa).

A dimensão da memória universitária, no entanto, abriu espaço para outros caminhos de reflexão, principalmente no que dizia respeito às relações políticas envolvidas no processo de criação da instituição: enquanto a narrati-

va oficializada pela instituição se mostrou higienizada dessas conexões, o livro de Cascudo Rodrigues era permeado por elas (Costa; Mendonça, 2022). Foi neste sentido que o objeto a ser pesquisado na dissertação permaneceu sendo a FURRN[2], mas sob a luz de uma história política.

A proposta para essa nova pesquisa, portanto, é compreender como redes políticas e intelectuais nos âmbitos municipal, estadual e federal fiadas no espaço da FURRN contribuíram para a regionalização deste espaço acadêmico entre o ano de sua fundação, 1968, e 1973, quando termina o reitorado de seu primeiro gestor, João Batista Cascudo Rodrigues. Para compor o contexto em que estas relações se deram, foi preciso considerar as questões políticas iniciadas pela instalação da Ditadura Militar que também ressoaram no setor educacional de forma grandiosa, principalmente a partir da promulgação da Reforma Universitária em 1968, responsável por mudar todo o aparato do ensino superior universitário brasileiro.

Dentro dos aspectos teóricos que embasam a pesquisa até este momento, estão os conceitos de Memória (Rossi, 2010; Didi-Huberman, 2013), de Espaço (Certeau, 1998; Koselleck, 2014), de Região (Barros, 2006; Albuquerque Júnior, 2008), de Intelectual (Sirinelli, 2003; Gomes; Hansen, 2016) e também Lugar Social (Certeau, 1982). A metodologia do trabalho se dará a partir das considerações de Orlandi (2003) e Foucault (1996) sobre Análise de Discurso.

A maior parte das fontes a serem utilizadas para a produção do trabalho ainda estão sendo coletadas, mas, em geral, consistem em reportagens dos jornais O Mossoroense e Diário de Natal entre os anos de 1967 (um ano antes da criação da FURRN, para buscar articulações políticas que indicassem a sua fundação) e 1973; relatórios de gestão dos governadores do Rio Grande do Norte que estiveram à frente do cargo no período estipulado; o primeiro e segundo volumes da Revista Expressão, a qual funcionou como relatório das atividades e gestão da FURRN, correspondendo respectivamente aos anos de 1968 (publicado em 1969) e 1969 (publicado em 1970); o livro de memórias de João

2 Por ter sido esse o primeiro nome e sigla utilizados para nomear a instituição e por se tratar de uma pesquisa que trabalha sobretudo o momento de sua fundação, optei por chama-la majoritariamente dessa forma ao longo do texto. O nome e sigla Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, denominação mais atual, poderá ser utilizado eventualmente para sinalizar a universidade no tempo presente.

Batista Cascudo Rodrigues - primeiro Reitor da universidade -, intitulado "Interiorização da Universidade", publicado em 2000 pela Coleção Mossoroense.

Sobre a Fundação Universidade Regional do Rio Grande Do Norte - FURRN

A Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte – FURRN foi criada em 1968, com a assinatura - pelo então Prefeito Raimundo Soares de Souza - da Lei Municipal n.o 20/68, de 28/09/1968, esta por sua vez ancorada na Lei 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela teve sua fundação vinculada à prefeitura de Mossoró, mas já no início da década de 1950 a universidade vinha sendo gradualmente idealizada e foi precedida pela criação de cursos menores, tais como as Faculdade de Serviço Social – FASSO, Faculdade de Ciências e Letras de Mossoró – FAFICIL, e a Faculdade de Economia – FACEM (Filgueira, 2006, p. 42).

Proposta como uma solução à falta de instituições de ensino superior no interior potiguar, a criação da FURRN além de ser uma demanda educacional, se provou também política, pois seus quadros administrativo e docente foram majoritariamente ocupados pelos mesmos indivíduos que a fundaram (Filgueira, 2006). Verificou-se, desde seu nascimento, que as funções próprias de uma universidade foram sobrepujadas pelo papel social que ela passou a cumprir no município, tornando-a um centro comunitário de atendimento e proposição de projetos para resolução de problemas gerais, voltados às atividades para as quais a instituição dispunha de cursos nas áreas, como a do serviço social.

A sonhada Universidade Regional logo passou a representar, sobretudo para os intelectuais mossoroenses, um meio de legitimar-se diante da sociedade, através de uma construção memorialística imbricada de heroísmo, benfeitoria e comprometimento com o povo que também muito dialogava com a memória criada para a própria cidade de Mossoró[3]. É possível inferir que a FURRN cresceu, então, tanto como uma real ampliação do acesso à educação

3 Sobre este tema, ler mais em FALCÃO, Marcilio Lima. *No labirinto da memória:* fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002). 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

no município e suas cercanias, quanto como uma realização particular daqueles que a gestaram e a geriram ao longo dos anos.

Desse modo, um nome em especial se destaca dentro da dinâmica de fundação da universidade: João Batista Cascudo Rodrigues, seu primeiro Reitor (1968-1973). Rodrigues teve uma carreira intelectual marcada pela dedicação ao magistério, ao ofício de produção e publicação de escritos sobre Mossoró e a educação, e uma representatividade acadêmica proeminente dentro dos quadros docente e administrativo da FURRN. Além disso, como já mencionado, esteve diretamente envolvido na fabricação de uma memória para a universidade e sobre seu próprio reitorado nestes primeiros anos de vida.

No entanto, a FURRN não foi um projeto bem-sucedido de início. A recém-criada universidade cresceu sem reservas financeiras que a tornasse independente: além de um auxílio recebido pelo governo municipal, a reitoria contava com o pagamento de mensalidade dos estudantes para fechar as contas ao final do mês e manter a instituição em funcionamento. Devido a incerteza de verbas, a FURRN passou por problemas relacionados à precariedade de suas instalações físicas e ao pagamento em dia de seus funcionários (Filgueira, 2006). O quadro de instabilidade financeira da instituição somente veio a melhorar e tornar-se estável após a recente concessão de autonomia de gestão financeira e patrimonial sancionada segundo a Lei 11.045/2021, pela governadora Fátima Bezerra.

A questão política: âmbito local, estadual e federal

O panorama político brasileiro precisa ser exposto para melhor contextualizarmos o momento de criação da citada universidade. Numa análise retrospectiva, é possível compreender a década de 1960 como um barril de pólvora. Com a renúncia de Jânio Quadros à presidência em agosto de 1961, João Goulart, vice-presidente da chapa vencedora e membro do Partido Trabalhista do Brasil (PTB), respeitando os direitos previstos na Constituição de 1946, assumiu a posição deixada ao voltar de uma viagem com interesses diplomáticos na China em um contexto tomado pela tensão da Guerra Fria (Ferreira, 2003).

Jango, apelido pelo qual ficou conhecido popularmente, foi pressionado pela oposição brasileira representada pela União Democrática Nacional (UDN), pelas forças militares e também pelos Estados Unidos, devido a neutralidade que o país assumiu diante do conflito ideológico entre os norte-americanos e a União Soviética. Seu alinhamento ao projeto político trabalhista e o prosseguimento das Reformas de Base – lembradas sempre pela polêmica e criticada reforma agrária – pensadas para serem colocadas em prática durante os quatro anos do mandato também foram gatilhos para a desestabilidade política neste período. Esses antecedentes justificam minimamente a iminência do golpe que depôs João Goulart e instalou a Ditadura Militar em abril de 1964 (Ferreira, 2003).

O golpe civil-militar de 1964 demarcou o início de um período de transformações no Brasil que extrapolou o campo político, garantindo a permanência do autoritarismo e a configuração de uma nova ordem social no Brasil pós-golpe. As mudanças alcançaram inclusive o setor da educação superior. Movimentou-se, ainda durante o mandato do general Castello Branco (1965 e 1967), ações que apontavam para um projeto de reforma da educação, a fim de modernizar este campo. Devido à instabilidade do MEC na época, cuja competência dos gestores não correspondiam às expectativas do regime, tais planos não vigoraram (Motta, 2014).

Em 1968 há a definição do que ocorreria nos próximos anos com relação ao destino das universidades, pois, "em meio ao aguçamento da crise política, o comando militar decidiu-se por implantar efetivamente uma reforma, levando às autoridades educacionais a reboque" (Motta, 2014, p. 75). A Reforma Universitária toma forma concreta em 28 de novembro de 1968, quando é instituída pela Lei Federal no 5.540. A FURRN, vale lembrar, foi fundada dois meses antes deste evento.

O texto de Introdução do primeiro volume da Revista Expressão, há um trecho que bem exemplifica a importância imediata que a Reforma Universitária adquire para a universidade recém-nascida:

> A reformulação da estrutura universitária no Brasil será o passo que há de marcar a própria integração da Universidade Regional nos interêsses (sic) da comunidade sociocultural a que serve, através

> de Faculdades, Escolas, Institutos, o Centro de Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte – CENDERN e o Colégio Universitário "Jerônimo Rosado" (Expressão, 1969, p. 12).

A expectativa era de que a Universidade Regional se inserisse de forma concreta na sociedade local por meio da Reforma Universitária, que propiciava exatamente a interiorização do ensino no país e, nesse sentido, se alinhava ao intuito da nova universidade de oferecer oportunidades aos estudantes que viviam no interior do estado. O que se esperava, fica evidente, era que as modernizações na estrutura universitária chegassem à Mossoró e colaborassem com o desenvolvimento, inclusive financeiro, da FURRN, e para isso era preciso afinar os interesses da administração da instituição com os interesses do Governo Federal.

No âmbito estadual, onde tradicionalmente predominavam as práticas das oligarquias locais declaradamente reguladoras das políticas estadual e municipal, os ânimos também estavam acalorados. Em 1960, foi eleito Governador do Estado Aluísio Alves pelo Partido Social Democrático (PSD), um nome político aliado ao futuro Presidente Jânio Quadros. Já como Prefeito de Natal, a Capital, a figura de Djalma Maranhão integrante do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e militante do Partido Comunista, ascendeu em 1961 para um segundo mandato. Alves se manteve no cargo até 1965, um ano após instaurado o regime militar, já Djalma Maranhão teve seu mandato cassado e ficou impossibilitado de exercer a carreira política por dez anos devido a, dentre outros motivos, ser publicamente favorável à democracia e, por consequência, ao governo deposto de João Goulart (Batista, 2019).

Em Mossoró, sede do primeiro campus da FURRN, o passado de domínio político das elites ressoou com mais insistência. O consistente volume de trabalhos acadêmicos que tratam da Família Rosado[4] justifica uma breve apresentação de seu histórico de autoridade e influência na política do muni-

4 A família Rosado, liderada pelo farmacêutico Jerônimo Rosado e sua esposa Isaura Rosado Maia, é significativa para a história de Mossoró por ter dominado o cenário local durante décadas, estabelecendo uma tradição política perpetuada no município pelos seus vinte e um filhos até os dias de hoje. Para saber mais, consulte FERNANDES, Paula Rejane. *A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia:* arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História / UFES, 2014.

cípio. Em meados do século XX o patriarca Jerônimo Rosado chegou à cidade por intermédio de Francisco Pinheiro de Almeida Castro, médico de renome local, político e líder do Partido Liberal em Mossoró, com planos de fundar uma farmácia em parceria com Castro. Com a ampliação de seus negócios e vencimentos, adquiriu prestígio social e, acompanhando seu influente colega, o farmacêutico passou a inserir-se com mais nitidez em ambientes onde havia circulação de pessoas e ideias caras à política local. Nesse ínterim, ocupou o cargo de Intendente entre 1908 e 1910 e de Presidente da Intendência duas vezes, entre 1917 e 1922 (Fernandes, 1994, p. 95).

Alguns autores concordam que Jerônimo Rosado fundou uma oligarquia muito particular, a urbana, tipo que fugia das comuns elites agrárias do Rio Grande do Norte. Entre 1945 e 1955, as movimentações que ocorreram em âmbito nacional possibilitaram a emergência de novas figuras e lideranças políticas locais não somente restritas ao espaço rural. Aliado a isso, o passado marcado pela pecuária gradativamente foi substituído pelo emergente comércio que se desenvolvia e conformava a cidade ao seu redor no início do século XX, fator que, juntamente à produção intelectual, transformou aos poucos Mossoró em uma cidade burguesa. Conforme Silva, é no

> [...] contexto de cidade burguesa que se desenvolve a mais tradicional das oligarquias do Estado, uma oligarquia urbana, ligada à indústria e ao comércio exportador de gipsita – matéria prima para a fabricação de cimento – e, que se utiliza de todos os meios para chegar ao poder com o intuito de cumprir o vaticínio do pai (2001, p. 15).

Estando ou não nos planos do velho Rosado que seus vinte e um filhos – cujos nomes em francês faziam jus à sequência numérica em que nasceram – perpetuassem a tradição política que instaurou em Mossoró, o que se sabe, no entanto, é que a maior parte de sua prole o fez mesmo assim, utilizando-se com frequência de estratégias pensadas pelo pai, a exemplo do projeto "Batalha da Água"[5] proposto pelo patriarca da família:

5 Iniciativa que visou aplacar o problema de abastecimento de água em Mossoró, inicialmente proposta por Jerônimo Rosado em 1908, e posteriormente pelo seu filho, Dix-Sept Rosado, na década de 1940, quando ocupou o cargo de prefeito da cidade (Fernandes, 2014).

> [...] a ideia de batalha era utilizada por Jerônimo Rosado para se colocar como benfeitor de Mossoró e para se projetar politicamente. Essa estratégia também foi usada por seus filhos que se colocaram na política fazendo uso da ideia de que tinham um projeto modernizador para a cidade e que eram seus benfeitores (Fernandes, 2014, p. 96-97).

Parece-nos que a imagem propositalmente criada por Jerônimo Rosado para representar a si próprio como um homem com ideias inovadoras, abnegado, dedicado e humilde, trabalhando à serviço de Mossoró e de seu povo, foi reaproveitada por seus filhos, que adentram a esfera da política local em 1945, quando finda o Estado Novo e o Brasil inicia um processo de redemocratização. As disputas eleitorais que ocorreram nessa década marcaram as vitórias de Vingt Rosado, filiado à UDN, como vereador entre 1948-1950 e 1950-1953 e, de Dix-Huit Rosado, também membro da UDN para deputado estadual em 1947, cujas gestões influenciaram positivamente a candidatura de Dix-Sept Rosado Maia em 1948, pelo mesmo partido do qual faziam parte seus irmãos, para Prefeito de Mossoró contra Sebastião Gurgel Filho (PSD), disputa da qual saiu vencedor (Fernandes, 2014).

Dix-Sept rapidamente coloca em prática, com a ajuda de seu irmão Vingt-Un Rosado, projetos que serviriam para a manutenção e construção da cultura e história do município por meio da ação dos intelectuais locais: a construção da Biblioteca e do Museu Municipal e a fundação da Coleção Mossoroense, atividades propiciadas pelo que ficou conhecido como "Batalha da Cultura". Apesar de seus vários planos, o então Prefeito interrompeu seu mandato em Mossoró no ano de 1950 para concorrer às eleições para Governador do Rio Grande do Norte, agora como membro do Partido Social Democrático (PSD). Tendo vencido o pleito, assumiu o cargo em 1951 e se viu mais uma vez interrompido, desta vez por obra do destino, posto que morreu em um acidente aéreo em julho do mesmo ano (Fernandes, 2014).

Um fato que chama atenção para a atuação dos Rosados em Mossoró é o seu grande potencial de mover-se com facilidade em ambientes diferentes e adversos. Ao longo da história da cidade, pelo menos a partir do século XX, membros da família aparecem sempre em lugares de destaque na política, na

economia – a exemplo de Dix-Neuf, que fazia parte do ramo de indústrias (Filgueira, 2006) – e na cultura – como o intelectual Vingt-Un Rosado, interessado na produção e manutenção de conhecimento sobre a cidade e região e, por vezes, seu próprio autor. Em todos esses espaços os irmãos Rosado souberam coexistir com outras figuras importantes para o município – quando não as sobrepuseram –, e neles deixaram suas marcas. Conforme Maciel Filgueira, a permanência dos Rosados nos holofotes mossoroenses se deve justamente à capacidade de metamorfose às conjunturas que se apresentaram ao longo dos anos. À essa qualidade, aliou-se uma interessante

> [...] capacidade de estabelecer alianças e negociações com grupos e partidos políticos distintos. Assim, a família Rosado acaba por se constituir, ela própria, uma espécie de partido político que se articula com governo e oposição visando assegurar a manutenção de seu espaço de poder. Na realidade, lhe agrada mais ser governo (2006, p. 23).

No entanto, ocorre que no ano de fundação da Universidade Regional como também nos anos em que as outras faculdades que a antecedeu e a Escola de Agricultura Superior de Mossoró (ESAM) foram criadas, outra pessoa ocupava a Prefeitura de Mossoró: Raimundo Soares de Sousa. Sousa apareceu no cenário político de Mossoró e do estado quando se candidatou para as eleições de 1953, na qual entrou como membro da oposição e perdeu o pleito para Vingt Rosado. Entre 1955 e 1959 foi Deputado Estadual pela UDN e, anos depois, chegou ao cargo de Deputado Federal como primeiro suplente, onde permaneceu entre 1960 e 1962. Em 1962 disputou novamente a Prefeitura de Mossoró como um nome apoiado pelo Rosado que o derrotou, agora em um confronto acirrado contra o médico Duarte Filho, do qual saiu vencedor. Em âmbito estadual, o Governador eleito nas eleições de 1965 foi Walfredo Gurgel, o qual ocupou o cargo entre 1966 e 1971.

A passagem de Soares de Sousa pela Prefeitura de Mossoró entre os anos de 1963 e 1968 é sintomática de um período marcado por transformações de cunho social que visavam o incremento da educação, principalmente de nível superior, e da cultura do município. À época da fundação das várias escolas

de ensino superior, seu nome foi celebrado pela população e pelos intelectuais que as idealizaram. No primeiro volume da Revista Expressão, a qual data de 30 de setembro de 1969, por exemplo, nos tópicos que rememoram e comemoram a criação da FASSO, FACEM e FAFICIL, sua figura é lembrada com respeito (Expressão, 1969, p. 19).

É possível identificar que o avanço no setor da educação durante o mandato de Soares de Souza marcou sua figura e sua passagem pela prefeitura. Entretanto, esse avanço não é atribuído somente ao então prefeito. Uma análise mais aprofundada é capaz de identificar a presença constante dos Rosados neste momento histórico, mesmo que não no centro do cenário político municipal e estadual. A recorrência de um nome vinculado a esses acontecimentos em leituras acerca da FURRN e da atividade cultural de Mossoró, alguns textos dos quais é o próprio autor, salta aos olhos: Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia.

Vingt-Un Rosado tentou, seguindo o exemplo de seus irmãos, adentrar o ambiente político de Mossoró. Candidatou-se para Prefeito em 1968, como membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e foi derrotado por Antônio Rodrigues de Carvalho, o qual disputou pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Obteve êxito, entretanto, no pleito em que concorreu para vereador pelo mesmo partido, entre 1972 e 1976. O destaque de sua trajetória, porém, está no ofício intelectual que desempenhou na cidade.

Preocupou-se não somente em organizar a memória já produzida sobre Mossoró, mas em criá-la, a partir da atuação de sua família – principalmente de seus irmãos na política – e de seu próprio trabalho "a serviço" do município. A "Batalha da Cultura", e principalmente a construção da Biblioteca Municipal, a primogênita deste projeto, é emblemática no que diz respeito ao esforço de resgatar a cultura e a história de Mossoró feito pelos Rosados, projeto ao qual o nome de Vingt-Un esteve vinculado e se tornou referência. Nas palavras do próprio Raimundo Soares de Sousa em 1958, na ocasião do aniversário de dez anos da dita Batalha:

> Mas não seria justo deixar de por aqui, em seu devido relevo, o incansável trabalho do dr. Vingt-Un Rosado, que, sem remuneração ou recompensa de qualquer espécie, é, sem favor, o

> grande artífice da organização e consolidação da Biblioteca Pública Municipal de Mossoró, desde os seus primórdios. [...] Qualquer depoimento que visasse, pelo menos, diminuir a inestimável contribuição do dr. Vingt-Un Rosado para o êxito da Biblioteca, teria a repulsa de todos, a cujos olhos é palpável, concreto o seu trabalho, intimamente ligado à trajetória luminosa desta casa (Rosado *apud* Fernandes, 2014, p. 111).

Na esteira dos vários projetos pensados por ele, está o estímulo ao crescimento de escolas dedicadas ao ensino superior em Mossoró. É possível vislumbrar sua presença na criação de todas as faculdades que antecederam a Universidade Regional e também na Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM. Entretanto, a FURRN é, aparentemente, a instituição com que mais sonhou. Em seu livro "Pelos Caminhos da Universidade", publicado em 2000 pelo selo da Coleção Mossoroense, Rosado relembra o período da criação da FACEM, da ESAM e da Universidade Regional. Além de se reconhecer como um soldado destacado na luta pela preservação da memória e história de Mossoró, coloca-se também como soldado partícipe e importante na batalha pela fundação da universidade:

> Sonhei a Universidade em 1949, num discurso de paraninfo dos Técnicos em contabilidade da União Caixeral. 'Sonho Imortal' chamou-o generosamente, João Batista Cascudo Rodrigues, o construtor da Saga Imortal da Universidade Regional do Rio Grande do Norte (Rosado, 2000, p. 123).

O sonho da instituição de ensino superior, por exemplo, é seu, apesar de não negar à Cascudo Rodrigues os méritos da gestão universitária. Em outros momentos, insere-se junto ao Reitor-fundador e ao reitor que liderou o processo de estadualização da URRN – Sátiro Cavalcanti Dantas – em um rol de importância para a universidade:

> Em síntese um gigante na história da nossa Universidade seria JOÃO BATISTA CASCU-

> DO RODRIGUES, um segundo nome, seria JERÔNIMO VINGT-UN ROSADO e o terceiro comandante da estadualização, PADRE SÁTIRO CAVALCANTI DANTAS, o primeiro da Faculdade de Filosofia, que foi instalada dia 13 de dezembro de 1966 (Rosado, 2000, p. 50).

A URRN encontrava-se, então, no momento de sua criação, envolta num cenário político e social composto por indivíduos que, satisfeitos com a fundação de uma instituição de ensino que supriria necessidades regionais do ponto de vista educacional, também viu nela a oportunidade de alcançar prestígio e reconhecimento, seja involuntariamente, como parece ter sucedido com o Prefeito de Mossoró à época, ou voluntariamente, como o exemplo de Vingt-Un Rosado demonstra.

O que se esclarece, então, é que as relações políticas são intrínsecas à fundação da FURRN, visto que as iniciativas de estímulo ao setor cultural e educacional derivam de um projeto político encabeçado pela família Rosado, e que elas continuam a desempenhar papéis no próprio desenvolvimento da universidade, a qual concede prestígio àqueles que se utilizam de sua imagem e do objetivo maior de oferecer educação de nível superior de qualidade para os potiguares do interior do estado, como afirmação de uma vida política e social bem sucedida, o que só é possível se houver afinamento entre as figuras de poder local e o corpo administrativo da referida instituição, à época gerida pelo primeiro reitor, João Batista Cascudo Rodrigues.

Considerações finais

Diante do exposto, fica evidente que há uma imbricação dos círculos políticos, sociais e intelectuais de Mossoró na articulação pela construção de uma instituição de ensino superior. Portanto, o que proponho para esta pesquisa é compreender como essas redes de sociabilidade e de intelectualidade fiadas no espaço da universidade e fora de seus muros, entre expoentes políticos locais, estaduais e federais, auxiliaram ou de alguma forma impactaram o processo de regionalização deste espaço acadêmico, oportunizando-o.

Longe de apresentar uma conclusão, o presente artigo abre caminhos para o desenvolvimento de análises acerca do tema, incluindo aí a experiência de pesquisa de mestrado que será concluída com a escrita da dissertação em andamento. Assim, espera-se ser possível mapear as relações, estratégias e aproximações políticas entre diferentes sujeitos que possibilitaram não só a fundação de uma universidade batizada como "regional" no interior do Rio Grande do Norte, como também a própria regionalização de seu espaço acadêmico.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga:** algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 460-476, 2006.

BATISTA, Bruno Soares. **A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER**: Nacionalismo, educação e cultura popular em Natal – RN. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Porto Alegre, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Aryana; MENDONÇA, Maria Clara Barbalho de. João Batista Cascudo Rodrigues e a UERN: intelectuais, escrita de si e memória institucional. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 434-460, 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A história da arte como disciplina anacrônica. *In:* **Diante do tempo:** história da arte e anacronismo das imagens. São Paulo, 2013.

EXPRESSÃO. **Expressão:** Revista da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte. Mossoró, v. 1, 1969.

EXPRESSÃO. **Expressão:** Revista da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte. Mossoró, v. 2, 1971.

FERNANDES, Paula Rejane. **A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia:** arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005. 2014, 210f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Vitória, 2014.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe-civil militar de 1964. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano – Volume 3.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. **Dominação política e universidade.** Mossoró/RN: Fundação Vingt-un Rosado, 2006 (Coleção Mossoroense, série C, v. 1508).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. 1 Ed. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Editora Contraponto, PUC-Rio, 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** Princípios & Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **Interiorização da Universidade**. 2 Ed. Mossoró-RN:[s/n], 2001. 166p. (Coleção Mossoroense; v. 290).

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. *In:* **O Passado, a Memória, o Esquecimento:** seis ensaios da história das ideias. São Paulo: EDUNESP, 2010.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Abertura Pós Estado Novo e a Estratégia de Poder no Rio Grande do Norte:** o caso da família Rosado em Mossoró (1945-1964). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História / UFPE, 2001.

O patrimônio das secas: a produção arquitetônica no Ceará a partir da seca de 1877-79

Nauhan dos Santos Dias[1]
Antônio Luciano da Silva Júnior[2]

Resumo

O texto tem por objetivo discorrer sobre a produção arquitetônica no Ceará impulsionada pela Seca de 1877-79, conjuntura que desencadeou as migrações em massa de retirantes para a capital da província em busca de sobrevivência. Nesse cenário, viu-se urgente necessidade em prestar os socorros públicos aos retirantes, ao mesmo tempo, em que se via na sua força de trabalho uma oportunidade de promover o desenvolvimento da província. Diante dessas circunstâncias, iniciou-se a implementação de diversas obras públicas no Ceará. As medidas tomadas em torno da problemática das secas no semiárido resultaram na criação de um plano de assistencialismo que se baseava na construção de asilos de mendicidade e de alienados, orfanatos, campos de concentrações, entre outros, com o intuito de promover os socorros aos "flagelados" da seca; do Plano Ferroviário estruturado no desenvolvimento econômico através do comércio de algodão e outros artigos agropecuários, em um contexto de explosão de vendas desses artifícios; e da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), órgão responsável pela implantação das obras de engenharia que buscavam amenizar o impacto dos longos períodos de estiagem. Para a execução desses três planos, a mão de obra retirante foi amplamente aproveitada pelas instituições responsáveis, e por esta razão, o debate se dará em torno desses três grandes projetos de desenvolvimento. A partir do levantamento de fontes e análise da produção bibliográfica de autores que se debruçam sobre esse tema, pretende-se, além de apresentar a produção arquitetônica, discutir o desenvolvimento urbano no Ceará a partir dessas políticas públicas, identificando como as narrativas desses grandes empreendimentos estão contextualizadas na literatura, com a

1 Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural. Bolsista CAPES. E-mail: nauhandias@gmail.com.

2 Universidade Federal do Ceará, Brasil. Historiador. E-mail: antoniolucianodsj@gmail.com.

finalidade de inserir tais questões nos debates sobre a memória dos retirantes e historiografia das grandes secas no Ceará.

Palavras-chaves: Retirantes; Obras Contra as Secas; Socorros Públicos.

Introdução

Conhecida como a "Grande Seca" por sua duração de três anos, a seca de 1877-79 foi a principal responsável pelas migrações em massas de camponeses para a capital da província cearense. Os denominados retirantes[3], flagelados pela seca que assolava os sertões, buscavam oportunidade de trabalho nos centros urbanos na tentativa de sobreviver ao cenário que se apresentava no final do século XIX.

Com a chegada das caravanas de retirantes, a população da capital, que em 1876 era de 30 mil habitantes, já utrapassava os 130 mil habitantes em 1878 (Ponte, 1999, p. 84), onde se contabilizava um total de 986 mil pessoas na província (Souza, 2015, 184). Segundo levantamento concluído sob comando do presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, haviam mais de 80 mil retirantes na capital em 1878[4]. Diante das condições de indigência, vê-se urgente necessidade em prestar assistência aos sertanejos que se aglomeravam nos centros urbanos, sendo estes, considerados pelas elites, uma ameaça à ordem, segurança e saúde pública.

Diante da Constituição do Brasil de 1824, que previa os socorros públicos, o estado se viu obrigado a oferecer assistencialismo em resposta às questões de indigência decorrentes do longo período de seca. Para isso, foram instaladas comissões de socorros públicos que eram responsáveis pela distribuição de alimentos e alistamento dos retirantes nas obras públicas. Nessa conjuntura, viu-se na Seca de 1877-79, uma oportunidade para implementar o progresso no Ceará, surgindo assim, o Projeto Pompeu-Sinimbú, que objetivava equilibrar a economia das províncias do Norte e do Sul do Brasil utilizando-se da

3 Nome que faz analogia a retirada do gado e refere-se ao desvalido que busca assistência longe de sua terra.

4 Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1878 / José Julio de Albuquerque Barros, p. 43.

mão de obra retirante para execução de obras públicas, em contrapartida ao assistencialismo oferecido pelas Comissões de Socorros Públicos.

Os camponeses que chegavam aos subúrbios eram alojados nos abarracamentos, construções improvisadas em palha, carnaúba e adobe, onde poderiam ser classificados como indigentes "válidos" ou "inválidos", segundo a condição física em que se encontravam para execução do trabalho nas obras da província (Souza, 2015, p. 192).

O prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité foi a mais significativa obra do final do século XIX, se aproveitando da força de trabalho de cerca de 30 mil operários retirantes (Cândido, 2019, p. 36). Para o presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, era "urgentíssimo retirar da cidade para o campo uma parte da população adventícia, a fim de manter a ordem e melhorar o estado sanitário." Segundo ele, este era o serviço de maior aproveitamento para a província, onde se poderia "empregar maior número de braços" e que mais prometia retribuir os "sacrifícios" do estado.[5] Além disso, os operários sertanejos eram empregados na indústria na construção de telhas, tijolos e produção de cal; nos reparos em edifícios públicos e nas obras de infraestrutura, como ruas, estradas, ladeiras, açudes e poços.

> Em março de 1878, sob sua inspeção [do engenheiro Henrique Theberge] trabalhavam 1.130: 800 encarregados nos transportes de pedras do Mucuripe para os serviços de calçamento da estrada de Messejana; outros 160 trabalhando na construção do Asilo de Mendicidade, no bairro do Outeiro; 50 homens executavam o aterramento do "enorme barreiro sito no *boulevard* da Conceição"; 40 erguiam barracas para abrigo de novos retirantes no "sítio denominado Aldeota"; mais 30 imigrantes trabalhavam nas obras da capela de São Benedito; e, finalmente, outros 50 serviam na "edificação de casas de taipa cobertas de telha na Rua das Trincheiras". Entre esses retirantes estavam a maioria daqueles que posteriormente seguiram, desde o distrito do Meireles, para as obras de prolongamento da Baturité (Cândido, 2019, p. 42).

5 *Ibidem*, p. 58.

José Júlio de Albuquerque Barros, o então presidente da província do Ceará, afirma em fala provincial que as obras públicas em construção na província durante o ano de 1878 poderiam ser consideradas "todas obras de socorro, porque em todas elas são empregados operários indigentes"[6].

Dentre as obras que utilizavam a força de trabalho dos retirantes, estão as instituições com caráter assistencialista construídas, a partir da seca de 1877-79, com a finalidade de afastar a pobreza da capital. Além dos abarracamentos, que eram construções temporárias e improvisadas na periferia, surgem as edificações permanentes que poderiam ser lugares de passagem ou internação, dentre as principais obras do final do século XIX, pode-se destacar a *Colônia Orfanológica Cristina* (1880), para os órfãos da seca, o *Asilo de Alienados São Vicente de Paula* (1886), para aqueles considerados loucos, o *Asilo de Mendicidade* (1886) e o *Dispensário dos Pobres* (1886), sendo apenas este último, lugar de passagem. Essas instituições de internação eram resultado do sentimento de rejeição das autoridades e das elites em relação à pobreza, refletida na criação de políticas de controle e isolamento da população de camponeses que se aglomeravam na capital da província.

Os operários retirantes também foram alocados nas obras contra as secas, construções de canais de irrigação, açudes, barragens, entre outros. Entretanto, até o final do século XIX, pouco se tinha feito nesse sentido, e mesmo que a problemática das secas fosse uma discussão recorrente entre os intelectuais da época, os projetos não saiam do papel. Apenas as obras do Açude do Cedro, no município de Quixadá, haviam sido iniciadas no período oitocentista. Somente a partir de 1906, com a institucionalização dos socorros públicos e criação do órgão que viria a se chamar DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), novas construções seriam impulsionadas.

Arquitetura de Assistencialismo

A arquitetura de assistencialismo da Seca de 1877-79 pode ser dividida entre arquitetura temporária, como era o caso dos abarracamento; e arquitetura permanente, que eram, em sua maioria, espaços asilares. Essa arquitetura

6 Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1878 / José Julio de Albuquerque Barros, p. 58.

também pode ser classificada como lugares de passagem (hospitais, dispensários, etc) ou lugares de permanência (asilos, pensionatos, manicômios, etc). A construção dessas obras era realizada através da disponibilidade da mão de obra retirante, composta por homens, mulheres e crianças em situação de indigência, sendo posteriormente, recolhidos por esses mesmos lugares.

No caso dos abarracamentos, estes eram divididos em distritos. Dezenas de abarracamentos foram construídos ao longo dos três anos de seca e eram nesses espaços que se distribuíam comida em troca da mão de obra dos sertanejos. Segundo o artigo "Secas e Socorros Públicos no Ceará: Doença, Pobreza e Violência (1877 - 1932)", de José Weyne Freitas Souza, nos distritos funcionavam três tipos básicos de comissões

> [...] o Pronto Socorro encarregado de fornecer alimento aos indigentes recém chegados e distribuí-los pelos abarracamentos de acordo com os respectivos comissários; a Comissão de Emigração incumbida de alistar os desvalidos que quisessem emigrar para fora da província; e uma Comissão Domiciliária para alistar as famílias que chegassem do sertão, e decidir sobre o socorro que deveria ser distribuído semanalmente a cada uma delas (Souza, 2015, p. 187).

Se contabilizaram 12 abarracamentos distribuídos em 12 distritos da capital, com cerca de 111.540 pessoas. Entretanto, essa estrutura não era suficiente para comportar todos os sertanejos. Planejava-se um 13° distrito onde existiam 400 famílias à espera de alistamento e 100 crianças à espera de matrícula na escola (Souza, 2015, p. 187).

No final de novembro de 1878, encontravam-se abarracadas nos subúrbios da capital 27.518 famílias, totalizando 114.404 pessoas,distribuídas nos seguintes abarracamentos: Meireles (11.435); São Luiz e Aldeiota (10.102); Pagehu (5.996); Boa Esperança (2.476); Alto da Pimenta (20.035); Bemfica (23.750); São Sebastião (13.800); Tejubana (6.237); Alto do Moinho (9.213); Alagoa-Secca (2.236); Jacarecanga (7.039); Via-Férrea e dos Engenheiros (2.085). Desses indivíduos, 29.944 estavam alistados nos serviços organizados pela Presidência (Lima, 2004, p. 67-68).

Mesmo com o fim da seca e a queda das primeiras chuvas, a situação na capital não melhorava, os abarracamentos eram desmontados e os retirantes eram obrigados a voltar para o sertão. Entretanto, muitas viúvas e órfãos permaneciam pelas ruas de Fortaleza pedindo esmolas (Souza, 2015).

Nesse contexto, as obras em torno da construção do *Asilo de Alienados São Vicente de Paula* (1886), do *Asilo de Mendicidade* (1886) e da *Colônia Cristina* (1880) surgem como ferramentas de controle social, estando inseridas numa mesma proposta de assistencialismo público, localizadas em lugares estratégicos, longe das elites fortalezenses e do centro de poder. Além disso, no caso do asilo de alienados e de mendicididade, suas localizações eram próximas às estações da Via Férrea de Baturité, local de relações comerciais e sociais entre o interior e a capital, e onde era possível o impedimento da chegada dos retirantes até o centro da cidade (Oliveira, 2011, p. 123).

Outra obra motivada pela situação de calamidade provocada pela seca foi a construção do *Dispensário dos Pobres* (1886), que diferentemente das outras instituições, era um lugar de passagem.

As obras contra as secas

No ano de 1877, o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro iniciou um movimento cultural, onde diversas reuniões foram feitas para discutir o problema das secas e buscar soluções. Segundo Alves (2003, P. 238), as discussões se davam em torno da implementação do *Plano Gabaglia*, que objetivava a construção de açudes, estradas, portos e o reflorestamento. Entretanto, o *Plano Gabaglia* não chegou a ser executado. Após a "Grande Seca", o Açude do Cedro em Quixadá foi a primeira grande obra de açudagem do período oitocentista, sendo concluída em 1906. A partir de 1906, os socorros públicos e as obras contra as secas passam a ser oferecidos por instituições criadas com essa finalidade, como a Secretaria de Estudos e Obras Contra as Secas (SEOCS), a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919 e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945.

Em 1879, uma Comissão de Açudes[7] se instala na província cearense com o intuito de estudar e escolher um local mais adequado para a construção de um reservatório, sendo o sertão de Quixadá escolhido. Segundo Monteiro (2019, p. 4)

> [...] para além dos fatores topográficos e técnicos, levou-se em consideração a proximidade daquela paragem com a cidade de Fortaleza, o que facilitaria o transporte dos materiais, o menor valor orçamentário e, sobretudo, a influência dos políticos de Quixadá, que indicaram aquele espaço físico como o local mais propício para a construção de uma barragem.

As construções do Açude do Cedro foram iniciadas em 1884, sob comando do engenheiro inglês Jules Jean Revy. Segundo Cândido (2011, p. 182), em 1889, podiam ser empregados 3.000 operários na construção do reservatório, entretanto foram empregados apenas 300 trabalhadores retirantes na obra da barragem de Quixadá. Apesar da grande quantidade de retirantes à espera de trabalho e assistência pública, o número reduzido de operários deveu-se ao fato do engenheiro Jules Jean Revy acreditar que uma maior quantidade de retirantes empregados na execução do reservatório não agregaria mais produtividade ao trabalho, preferindo optar por uma mão de obra mais especializada.

O plano ferroviário

A primeira via férrea do Ceará, a chamada Estrada de Ferro de Baturité começou com um projeto que se estendia do Centro de Fortaleza, passando por Arronches - hoje Parangaba - e indo até Pacatuba e Maranguape, logo após acordos entre o Governo Provincial e o grupo responsável por sua construção, ficou decidido que essa estação iria até a cidade de Baturité, tendo suas primeiras construções datadas da segunda metade do século XVIII. De acordo com Cândido (2002), "os trabalhos de construção da Estrada de Ferro de Baturité tiveram início após solenidade de inauguração que aconteceu no

7 Comissão organizada e dedicada à construção de açudes no Ceará.

dia 20 de janeiro do ano de 1872", tendo seus trabalhos ancorados em um contexto de modernização, marcando suas produções no ambiente comercial e produtivo da então província.

Vale lembrar dos impulsos ocasionados pela Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos que, à época, era o principal concorrente do Brasil e, por conseguinte, do Ceará, na produção de algodão, que gerou um avanço significativo nas formas de escoamento desse bem agrícola, que contaram com melhoramento dos portos cearenses, além de profundas mudanças na condução do artigo que vinha dos interiores para a parte litoral, por fim, surgindo a implantação da via férrea, assim como afirma Tyrone Cândido, ao escrever sobre a Estrada de Ferro de Baturité seria as primeira via de ligação férrea entre litoral e interior do Estado:

> O processo de construção da ferrovia de Baturité demarcou o início de uma fase de profundas transformações na infra-estrutura comercial e produtiva da província. O vertiginoso crescimento das exportações do algodão durante os anos de 1860 indicou o caminho do aprimoramento material através da necessidade de se contar com meios mais eficazes para o escoamento da produção agrícola do sertão (Cândido, 2002, p. 84).

Nesse processo, a Estrada de Ferro de Baturité foi um projeto que angariava recurso e atenção tanto de empresas privadas, como fundos provinciais que, com o tempo, foram ficando mais à frente dos processos de tutela dessa e de outras viax férreas posteriormente construídas e que, contavam com a seas e o trabalho de retirantes para sua construção, como seria o caso da Estrada de Ferro de Sobral, alguns anos depois.

Como afirma Benedito Magnésio Ferreira (1989), em 1870 "foi constituída a 'S.A. Companhia Cearense da Via-Férrea de Baturité' e assinado o contrato entre a mencionada Companhia e o Governo Provincial do Ceará" (Ferreira, 1989, p. 32) de modo que em 1878, em decorrência da chegada da seca, ocorre o "encampação assinado entre o Governo Imperial e a Companhia [...] Por este ato o Governo assume domínio total" (Ferreira, 1989,

p. 33); esse domínio total se referia a domínio sob a construção da estrada de ferro, de modo que o trabalho seria dividido, primordialmente, entre os retirantes que estavam em constante retirada para o centro do Estado, ou seja, Fortaleza.

Dentre os objetivos almejados pela construção da via férrea, entre proporcionar o maior desenvolvimento da lavoura, e ligar o Ceará ao Sul da República, por meio do Rio São Francisco, estava também almejado uma estratégia para minorar os efeitos das secas. Dessa forma:

> A Estrada de Ferro de Baturité era um projeto político da província do Ceará. Sua construção deveria beneficiar os interesses do poder público. Eles, inclusive, parecem se sobrepor a demarcação do terreno empreendida pelos engenheiros da Companhia, que haviam fincado as estacas marcadoras do percurso. Nesse ínterim, se percebe a tensão entre um saber que se construía dentro dos moldes da técnica moderna, a engenharia, e o poder das oligarquias cearenses. Sendo os últimos atendidos em sua vontade, à medida que a Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité estava subordinada ao poder provincial (Cortez, 2013, p. 3).

É necessário apresentar que os interesses provinciais também estavam no controle social exercido a respeito dos retirantes que não paravam de chegar ou desenvolvem outras formas de sustento e/ou sobrevivência. Após esses processos burocráticos, "para os serviços preliminares foram deslocadas as primeiras turmas de trabalhadores que tiveram por desafio transformar a paisagem da caatinga seca em terreno apropriado para os canteiros de obras. Estabelecia-se, desse modo, os abarracamentos de retirantes" (Cândido, 2023, p. 62).

A extensão da Estrada de Ferro de Baturité foi a maior obra daquela seca, tendo papel inestimável na constituição das políticas de socorros públicos de então. Foi responsável pela organização de grandes abarracamentos e, ainda, por submeter os retirantes aos novos códigos de trabalho e convivência. Por conseguinte:

> a condição dos *proletários das secas* foi desse modo se firmando nos anos da passagem do século XIX e o que inicialmente era visto como uma situação excepcional para os flagelados passou aos poucos a constituir o próprio horizonte de expectativas dos trabalhadores rurais sertanejos" (Cândido, 2014, p. 24).

Tendo em vista o que foi apresentado, é justo dizer que era muito difícil a condução desse controle social por parte das forças provinciais visto que os sertanejos não eram sujeitos que estavam prontos para serem moldados, mas tinham também suas exigência e formas de atuação em busca de melhores formas de trabalho e sobrevivência, pois "a miséria extrema pela qual esses sertanejos passavam não os condicionava a passividade" (Cândido, 2002, p. 86). Nesse contexto, diferentes formas de atuação "rebeldes" serão observadas a partir dos retirantes.

Além dos trabalhadores estarem passando por novas mudanças na forma de trabalho, aprendendo técnicas diferentes e se baseando em uma ética trabalhista que não era a mesma daquela aos que estavam acostumados até então. Nesse contexto, é interessante notar que:

> [...] a fome, a necessidade de sobrevivência, a cobrança por auxílio do Estado, passaram a ser recorrentes, posto que os retirantes cobrassem tudo como se fosse "direito" deles, e estes motivos foram o ponto de partida para os motins (Silva, 2013, p. 91).

Era imperativo que houvesse uma imposição de ordem perante os *proletários da seca*, não obstante, para esta ação existia uma reação, frequentemente existiam choques de forças, o "conflito inevitável diante das condições impostas ocorreu por conta dos interesses em disputa. Os engenheiros, no alto de sua prepotência e exploração sobre os trabalhadores, criaram neles as possibilidades de revoltas" (Silva, 2013, p. 92). Dito isso, é importante salientar que a memória ferroviária é ampla e cheia de contornos multifacetados de disputas, pois:

> [...] entender as ações empreendidas por estes trabalhadores, nem sempre organizadas, mas constantes, é buscar compreender o processo de conflitos que deixaram experiências nas memórias, que levaram a lutas posteriores e que estas lutas se deram (e ainda se dão) sob condições independentes da determinação destes trabalhadores no cotidiano (Silva, 2013, p. 92).

Conforme afirma o historiador austríaco Michael Pollak:

> embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais freqüência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (Pollak, 1989, p. 5).

Diante dessa afirmação, urge pensar-se em como esse "grupos minoritários" e essa "sociedade englobante" atuam conforme aos usos do passado encontrados por todo o estado do Ceará, tanto nas construções físicas como nas construções memoriais de um passado pouco conversado, debatido. Resta a questão: como o Estado lida com as memórias das secas? Essas e outras indagações necessitam de debates que podem e devem ser suscitados perante aos novos desmontes e remontes de uma memória oficial em confronto com outros pontos de atuação e embates mnemônicos.

Referências

ALVES, Joaquim. **História das Secas** – Séculos XVII A XIX. Fundação Waldemar Alcântara, Fortaleza, 2003.

CÂNDIDO, T. A. P. **A ótica da seca:** considerações sobre o Album da Estrada de Ferro de Baturité (1880). CENTÚRIAS - Revista Eletrônica de História, Limoeiro do Norte, v. 1 n. 3, 2023. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/centurias/article/view/11496.

CÂNDIDO, T. A. P. **Os trilhos do progresso:** episódios das lutas operárias na construção da estrada de ferro de Baturité (1872-1926). Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 83-101, 2002.

CÂNDIDO, T. A. P. **Proletários das secas:** arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

CÂNDIDO, T. A. P. Operários das Secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011, p. 176-193.

COSTA, M. C. L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.jan-abr, p. 57-74, 2004.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. A Construção da Estrada de Ferro de Baturité: alteração da paisagem e a produção de outras fronteiras no Ceará (1870-1926). *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 22-26 jun. 2013, Natal (RN). **Anais...** Natal (RN): ANPUH, 2013. Tema: Conhecimento histórico e diálogo social.

COSTA, M. C. L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.jan-abr, p. 57-74, 2004.

FERREIRA, Benedito Genésio. **A Estrada de Ferro de Baturité:** 1870-1930. Projeto História do Ceará, Política, Indústria e Trabalho 1930-1964. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações, 1989.

LIMA, A. C. P. **Infância e recolhimento:** a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

SILVA, Wendell Guedes da. **A todo vapor!** Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880) / Wendell Guedes da Silva. — 2013.

SOUZA, J. W. F. Secas e Socorros Públicos no Ceará. **Projeto História**, v. 52, p. 1-70, 2015.

MONTEIRO, RENATA FELIPE. Um monumento ao sertão? Expectativas diversas em torno da construção do açude Cedro, em Quixadá-CE (1884-1906). **Revista Mundos do Trabalho** (online), v. 12, p. 1-15, 2020.

OLIVEIRA, C. F. **A Institucionalização da Loucura no Ceará:** o asilo de alienados São Vicente de Paula (1871-1920). 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021. v. 1. 307p.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque:** reforma urbana e controle social. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999. [2a Ed.] p. 84.

STUDART, G. **Datas e factos para história do Ceará.** Fortaleza: Typographia Studart, 1896. p. 234.

Capoeira a volta que o mundo deu: construção simbólico de uma brasilidade afrobrasileira (1930 a 1950)

Diego Bezerra Belfante[1]

Resumo

No início do período republicano, logo em seu primeiro código penal, a capoeira figurou no código penal. Sendo perseguida pelas forças de representação do Estado. No decorrer do século XX, principalmente a partir das décadas de 1930, a capoeira passou de uma prática repreendida para uma arte sinônimo de brasilidade. Sendo assim este trabalho tem como objetivo discutir como esse processo se deu, compreendo a agencia dos capoeiristas como fator principal para tal mudança.

Palavras-chave: Capoeira; Brasilidade; Afro-brasilidade.

Introdução

A prática da capoeira existe dentro de uma relação temporal especifica. Seus praticantes ao realizarem o ritual da roda tornam a reencenar um jogo cíclico onde o ausente se faz presente e um por vir se abre a visão. Agachados a pé do berimbau ou batendo palmas todos naquele espaço são perpassados por uma energia, a qual os capoeiristas chamam de Axé. Tomam emprestado o nome da força vital dos Orixás para dar a ele o sentido de potência que anima o jogo. Assim quando o jogo de capoeira está a fluir e o cantador enche de emoção a roda com sua cantiga o Axé se faz presente. Animando e motivando os jogadores, permitindo com que façam aquilo que achavam impossível, mas que na atmosfera da roda com um canto bem entoada e sobre a palmas bem ritmadas os capoeiristas se soltam. Em um vai e vem cadenciado onde os dois agem como um em plena sincronia. Assim a capoeira com sua historicidade

1 Aluno de doutorado em História Social pelo Programa de História Social da Universidade Federal do Ceará e bolsista Capes.

se desenvolveu em um espaço marcado por suas dinâmicas socioculturais. Desta maneira este texto busca discutir sobre como a capoeira que de prática perseguida passa a sinônimo de brasilidade.

Sendo a década de 1930 um marco nesse processo se busca compreender quais as transformações sociais permitiram que na década de 1950 a capoeira já não figurasse entre as práticas criminalizadas pelo código penal ao ponto de ser um elemento constitutivo do que se convenciona chamar de brasilidade. Para tanto o recorte espacial escolhido foi a Bahia, principalmente a região metropolitana de Salvador. Em outros períodos históricos a capoeira se destacava principalmente no Rio de Janeiro, onde estava fortemente associada as maltas, mas devido à forte repressão sofrida a capoeira carioca perdeu destaque. Sendo que a capoeira baiana com sua ritualística conseguiu sobreviver e se tornar sinônimo de capoeira. Assim devido as ações dos mestre baianos de capoeira o estado da Bahia tornou-se como um centro de peregrinação para os capoeiristas.

Da Bahia de Todos os Santos ao Brasil

"Bahia, nossa Bahia, capital é Salvador, quem não conhece a capoeira não pode dar seu valor" (Pastinha, 1969), mas o que significa conhecer a capoeira? Será este o mesmo que praticá-la? Talvez, afinal, em trecho posterior a cantiga coloca que todos podem aprender capoeira inclusive generais e doutores. O que é interessante como dito anteriormente, até o início década de 1940 a capoeira figurava no código penal brasileiro sancionado em 1890, no artigo 404 que tratava dos vadios e dos capoeiras. Algo intrigante, ou talvez não, foi o fato que o código penal é anterior à promulgação da primeira constituição republicana. Que foi promulgada apenas um ano depois em 1891. O que sinaliza a necessidade dos governantes em reprimir a população das classes sociais mais baixa. Uma vez que não foi apenas a capoeira, mas sim uma série de manifestações culturais populares foram perseguidas e criminalizadas, muitas dessas práticas inclusive têm origem em matriz cultural de origem africana. Assim eram reprimidos o samba, os batuques, benzedeiras, os terreiros de candomblé entre outas manifestações. As justificativas iam desde crimes como a saúde pública, contra ordem, curandeirismo, charlatanismo. De certa forma o popular, se não era criminalizado, estava sobre a mira da

vigilância das instituições de segurança. Os capoeiristas eram tidos como os valentes, por diversas vezes sobre vigilância das autoridades. Dentre eles nas lendas dessa era anterior está Besouro, capoeira cantado em diversas cantigas de capoeira. Segundo Caldas:

> As histórias de Besouro possuem muitas variações, no entanto, pode-se dizer que existe uma estrutura narrativa básica. Besouro teria sido um homem bom e justo, no entanto, era valentão. Além disso, tinha poderes sobre-humanos. Besouro era um homem bom e justo porque não admitia atos de injustiça contra os mais fracos, e ele mesmo não se envolvia em luta com pessoas mais fracas que ele, pelo contrário, é contadas(SIC*) histórias nas quais enfrenta os ricos e poderosos em defesa dos pobres e humildes (Caldas, 2018, p. 81).

Assim a figura de Besouro marca esse arquétipo de um herói popular. Mas essa visão não era compartilhada pelas autoridades e elites governantes baianas. Desta maneira, as elites, não apenas baianas, buscavam controlar e reprimir o povo. Mesmo quando catalogavam e observavam tais manifestações, agentes estatais agiam com o intuito de controlar e combater tais manifestações. Sabemos que o código penal de 1890 vigorou até 1940, quando foi substituído por um novo código penal que não contemplará a capoeira em seus artigos. Vinte e nove anos separam esse novo código e a gravação do LP de Mestre Pastinha. Nesse tempo a capoeira já tinha se transformado em um fenômeno nacional. Desse modo, fica a pergunta como em pouco menos de três décadas a capoeira se tornaria algo que chamou a atenção de pessoas da alta sociedade não apenas baiana como brasileira. Deixando assim de ser uma pratica ligada ao mundo do crime? Primeiramente, devemos colocar que o fato da cantiga afirmar que a capoeira é pra general também doutor não significa que desta maneira não o foi. Entretanto, também devemos ter em mente que o fato de ter saído do código penal em 1940 não significa que já anteriormente não existisse certa aceitação ou no mínimo leniência da sociedade para com a capoeira. Na verdade, a saída da capoeira do código penal

deve-se em boa medida a transformações que a sociedade brasileira estava sofrendo no decorrer das primeiras décadas do século XX.

Foi durante as décadas de 1930 e 1940 que a capoeira começou seu processo de institucionalização onde capoeiristas como Bimba, Pastinha, Waldemar da Paixão, Samuel Querido, Juvenal, Trairá, Totonho da Maré, Noronha, entre outros tratavam de obter apoios para suas práticas. Alguns mestres buscaram inicialmente burlar a perseguição estatal, tirando a capoeira da rua e levando para espaços como terreiros e barracões. Mestres como Pastinha e Waldemar por exemplo obtinham alvarás para praticar capoeira em recintos fechados. Bimba além desse subterfujo também utilizou o nome de Cultura Física Regional da Bahia. Entretanto, existiam aqueles que se mantinham na prática da capoeira em espaços como o cais do porto e Mercado Modelo. Usando de uma tática que aproveitava da leniência das autoridades e da simpatia dos intelectuais para garantir esse espaço. Foi nesse ambiente de transformações que o imaginário sobre a capoeira se formou e a figura do mestre ganhou os contornos que vemos hoje. Não é que a função de mestre de capoeira não existisse anteriormente. Mas quando falamos de capoeira o que vinha a mente eram as maltas quando falamos do Rio de Janeiro durante o período joanino e Império (Soares, 1990) e na Bahia durante a Primeira República quem dominava o cenário da capoeira eram os valentes (Pires, 2007). Além do mais o mestre estava indissociavelmente ligado a figura do discípulo. Ser mestre era ser mestre de. Diferente do que notamos hoje que este é um título de graduação. Um grau a ser obtido na carreira do capoeirista, um posto de prestigio a ser atingido no decorrer da trajetória na capoeira.

Até a década de 1920 reina a imagem do malandro e do valentão como sinônimos de capoeira. Mas hoje essas figuras perderam importância no discurso e sobre a capoeira. Enquanto os metres de capoeira se tornaram a figura central na vida social da capoeira. De tal forma que quando ouvimos falar em capoeira a figura do mestre de capoeira logo vem a nossa mente. Parece que é impossível pensar sobre a capoeira sem que a frente de um grupo de capoeiristas esteja um capoeirista experiente com o título e ou função de mestre a conduzir, orientar e ensinar de forma padronizada a capoeira para seus alunos. Tanto que a categoria do oficio de mestre de capoeira foi inscrita no Livro de Registro de Saberes do IPHAN no ano de 2008. Segundo o próprio IPHAN tal tipo de registro é dado como reconhecimento... "***é exercido por***

aqueles detentores dos conhecimentos tradicionais dessa manifestação e responsáveis pela transmissão de suas práticas, rituais e herança cultural" (IPHAN, 2008). Aqui devemos lembrar esse é um reconhecimento dado sob certas circunstancias e características reconhecidas entre os capoeiristas a tal ponto que passam a ser também os parâmetros que instituições estatais utilizam em suas políticas públicas referentes a capoeira.

Algo aconteceu para que no decorrer da década de 1930 a capoeira fosse vista como um fenômeno baiano por excelência. Fatores como a perseguição estatal na então capital do Império e posteriormente capital da República contribuíram para o desaparecimento quase que total da figura do capoeira bom malandro carioca. Poderíamos ainda aventar que as formas mais agressivas e menos ritualísticas da capoeira carioca, em relação com a capoeira baiana, colaboram para não sobrevivência da capoeira carioca até o momento em que o interesse da intelectualidade nacional voltasse sua atenção para a capoeira com outros olhos, não mais na pena do memorialista, literato e escrivães de polícia que narram os feitos temerários dos capadócios. Não nos cabe aqui formular hipóteses sobre as razões que levaram a capoeira carioca deixar de ser a manifestação predominante quando tratamos do imaginário popular sobre a capoeira. Ficando apenas como uma pálida lembrança na memória social. Deixamos tal tarefa para aqueles que realizem pesquisa sobre a capoeira carioca durante a Primeira República. Voltemos nossa atenção para os subsídios que permitiu que a capoeira baiana se tornasse o sinônimo de capoeira. Sendo um desses elementos a aproximação dos intelectuais com os capoeiristas baianos, que se intensificou na década de 1930, quando uma nova fase foi se instaurando. Onde não apenas a capoeira se tornou algo baiano como também os mestres baianos passaram a serem requisitados pelos intelectuais como autoridades a serem consultadas. Mesmo que essa fosse uma relação baseada em uma desigualdade entre as partes.

Mas nessa relação coisas como o jogo ao invés da violência das maltas passam a ser valorizado. Ao ponto que a narrativa dos feitos extraordinários de destreza corporal passa fazer parte das características narradas e aclamadas por intelectuais como Edson Caneiro: "O bom jogador de capoeira, não obstante movimenta-se muitas vezes paralelamente com o chão, não suja a roupa nem perde o chapéu" (Caneiro, 1977, p. 7). Edson Carneiro fez parte dos grupos de intelectuais que no início do século passou a ter um interesse renovado

sobre a cultura dita popular. Mudando o foco de intelectuais como Nina Rodrigues onde é notável um discurso marcado por fortes tendências eugênicas. Algo que ainda era presente em menor grau na geração de intelectuais das décadas de 1920 a 1940. Onde talvez a busca de uma preza cultural de manifestações congeladas no tempo sejam uma maneira de aprisionamento das camadas populares. No entanto é interessante notar que diferente de outros intelectuais Edson Caneiro percebia as transformações que a capoeira tinha sofrido. O que não significa que sua leitura de mundo não seja marca por sua posição social. Como já situamos antes a relação entre intelectuais e capoeiristas é uma relação entre desiguais. No entanto ainda assim essa postura de entender a capoeira como um fenômeno no tempo é algo que o permite observa as transformações na capoeira não como uma simples degradação. O que difere por exemplo de Jorge Amado como é colocado por Antônio Liberac Cardoso Simões Pires em texto de 2010. "A meu ver, o que importa aqui é o fato de Amado tomar uma posição ao lado da capoeira 'pura', contra atitudes mais radicais que almejaram transformar a capoeira em uma luta marcial competitiva" (Pires. 2010, p. 8). Já Caneiro coloca a capoeira angola no bojo dessas transformações. Mesmo que colocando com um dos jogos com mais constância fica claro que na observação de Carneiro um processo de transformação na capoeira:

> Neste século, e após a sua transformação em jogo, surgiram inúmeros estilos de capoeira. Os mais constantes são Angola, São Bento[2], o jogo de dentro e o jogo de fora. O de Angola, calculado, manhoso, quase coreográfico, contrasta com o São Bento, um assédio mútuo em movimentos rápidos e contínuos, tendo por estribilho o nome do santo, enquanto a proximidade ou a distância entre os oponentes distinguem o jogo de dentro do jogo de fora, o primeiro quase uma luta, o segundo uma exibição acrobática. Reconhecíveis pelo ritmo e pela canção, esses estilos,

2 Acreditamos que ao se referir a São Bento, Edson Carneiro, está fazendo alusão o estilo regional. Sendo esse o nome de um dos toques principais da capoeira regional. Acreditamos nisso pois, apesar tanto da capoeira angola como a regional possuírem toques com esse nome, no caso da angola sendo o são bento grande e pequeno de angola e na regional apenas o são bento grande de Bimba, a referência a capoeira angola seguida por são bento com suas características opostas criam essa imagem de contra partes.

> com outros de menor duração, já desaparecidos ou a caminho do desaparecimento, não basta para modificar a fisionomia exterior da capoeira (Caneiro,1977, p. 5).

Mas não devemos esquecer que os capoeiristas eram sujeitos ativos, de maneira que se os intelectuais se voltaram para os capoeiristas isso só é possível porque esse grupo social tinha o que oferecer em termos de uma experiencia social que permitia a busca da "essência da nação". Esses mestres foram agentes ativos nessa construção. Suas experiencias em conjunto com as táticas[3] possíveis moldaram o que entendemos como capoeira. De tal maneira quando falamos sobre a capoeira e seus antigos mestres famosos nos lembramos de nomes como Bimba, Pastinha, Waldemar, Leopoldina, João Pequeno, João Grande, Trairá entre outros. São nomes conhecidos na comunidade dos capoeiristas e mesmo fora dela. Suas histórias se misturam com a da capoeira. Ao ponto de serem confundidas. Tornando impossível que se fale sobre a capoeira sem falar sobre esses mestres. No, entanto, nem todos os mestres que aturam para que capoeira conseguisse subsistir e superar as perseguições estatais tem hoje seus nomes reconhecidos. Existiram muitos mestres que entre as décadas de 1930 a 1960, com participação decisiva no que chamamos de institucionalização, que entretanto tiveram seus nomes esquecidos. Talvez estejamos diante de um processo de apagamento dessas figuras em conjunto ou não como movimentos de ressignificação e transformações na e da memória coletiva da comunidade dos capoeiristas. Onde as noções de uma pratica social comunitária passou a conter como figura central elemento central de sua prática a instituição do mestre. Onde o personalismo e o culto a personalidade talvez passaram a configurar a prática social da capoeira.

O Brasil nas primeiras décadas do século XX estava sofrendo um processo acelerado de modernização onde acreditavam os intelectuais que essas práticas populares estavam ameaçadas pelo progresso. Algo que foi acelerado pelas

3 Usamos aqui a noção de tática e estratégia de Michel de Certeau. Sendo as táticas utilizadas para burlar as estruturas de poder daqueles que detém o poder de controle sobre as estratégias. Devido a posição de quem empreendem essa forma de resistência ela deve ser flexível. Desta forma as táticas são a maneira de lutar dos sem quarteis. Em quanto a estratégia pode ser entendidas como a forma de enquadra e regular as lógicas de dominação. Atuando de forma rígida para garantir o controle social. Para maior aprofundamento ver: Certeau, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

transformações sociais que a modernização da Era Vargas estava trazendo ao acelerar o ritmo de industrialização do país. Fenômeno que se deu antes do Estado Novo as grandes cidades e capitais como Rio de Janeiro buscavam espelhar-se na Europa. Moda, arquitetura, vida social noturna, aos moldes franceses, eram ambicionadas por prefeitos que pretendiam transformar suas cidades em uma Paris nos trópicos. Era um momento de belle époque, seguido pela euforia advinda do crescimento industrial. Tal crescimento nas atividades industriais se consolidou na Era Vargas. Fábricas que exigiam cada vezes mais mão de obra e a expansão urbana fizeram com que a cidades se tornassem polos de atração para populações que moravam em vilarejos e freguesias próximos as cidades. Algo potencializado pelas dinâmicas capitalistas que criam concentração de renda onde a existência de palacetes luxuosos em bairros nobres se dá em conjunto com o aumento de favelas nas zonas periféricas. Será nesse cenário social que os intelectuais verão que aquilo que entendem como tradicional estava a ponto de desaparecer, cabendo-lhes registrar, antes que acabe. Foi nesse instante que os intelectuais se voltaram para capoeira com outros olhas. Será então durante um governo de exceção, como foi o governo Vargas, que uma prática tida como criminosa ganhará visibilidade e sairá do código penal.

Um período marcado por regime autoritário, entretanto, por mais contraditório que possa parecer durante um governo que deu abertura para que a capoeira pudesse se institucionalizar socialmente. Como dito ante será durante o primeiro governo Vargas o momento em que a capoeira sairá da ilegalidade. O que não significa que anteriormente os capoeiristas não buscassem burlar a proibição a capoeira. Antes do novo código penal de 1940 os capoeiristas buscavam nas brechas da lei formas de escapar da repressão estatal, com o uso de alvarás para prática de capoeira em recintos fechados ou por meio de indultos, por exemplo. Com a exclusão da capoeira do código penal os capoeiristas finalmente poderiam praticar a capoeira em espaços turísticos sem o medo de serem presos. Ao menos isso era o previsto na lei. É interessante notarmos que muito do que é configurado como tradicional na capoeira terá nesse momento um espaço de difusão criando aqui a imagem que surge ao pronunciarmos a palavra capoeira.

Essas transformações sociais que criaram a possiblidade da proximidade entre os intelectuais e os capoeiristas baianos no início do século XX. Foi

também o momento em que os capoeiristas se inseriram com mais intensidade em um longo processo de legitimação social perante a sociedade. Passando assim de uma prática criminalizada pelo primeiro código penal da república para um dos sinônimos de brasilidade ao final do século XX. Tal transformação não ocorreu sem a participação ativa dos próprios capoeiristas. Foram mestres como Bimba, Pastinha, Tráira, Waldemar da Paixão entre outros que se movimentaram tecendo relações com intelectuais, agentes de Estado e figuras públicas notáveis. Esse movimento de alianças com setores sociais com ligações com as elites intelectuais e ao Estado permitiu que muitos desses capoeiristas viessem a se tornarem mestres reconhecidos na época como portadores de um saber socialmente valido capaz de falar sobre o ser brasileiro.

Muitos desses nomes, que passaram serem conhecidos primeiramente na Bahia posteriormente no resto do país, ainda são referências hoje em dia quando falamos sobre a capoeira. Nomes como Bimba e Pastinha se sobressaem aos demais. Enquanto a outros de igual importância caíram no esquecimento, é o caso por exemplo de Metre Juvenal Engraxate. O curioso caso de mestre Juvenal: As transformações sociais e os processos de legitimação na capoeira ente as décadas de 193 a 1970, faremos um breve estudo de caso sobre mestre Juvenal. Acreditamos que ao observarmos a trajetória desse mestre podemos compreender melhor como se deram as interações entre a sociedade e a capoeira. Bem a historicidade do sucesso das táticas de legitimação social que os mestres de capoeira ultimavam. Uma vez que durante a década de 1930 a 1940 mestre Juvenal era uns capoeiristas reconhecido não apenas entre os capoeiristas como para fora dessa comunidade. Mestre Juvenal chegou a dar entrevista em 1940 para a revista de maior circulação nacional, O Cruzeiro, sendo reconhecido e respeitado. No entanto nas décadas seguinte sua memória será apagada. Compreender esses processos pode auxiliar no entendimento de como a sociedade brasileira e os capoeiristas interagiram como passar do tempo.

Quando se observa a figuras com mestre Bimba e Mestre Juvenal de forma compara pode-se quem sabe compreender como e porque determinadas estratégias na busca pela legitimidade foram em determinados momentos mais frutíferos do que em outros. Juvenal praticava uma capoeira mais ligada a uma noção ritualística da capoeira. Chama a atenção sobre a performance de Juvenal capitada por Turner. Apesar se dar nos ritmos próprios da ca-

poeira quase sua totalidade é de cânticos de louvação aos orixás. Pontos do candomblé de caráter ritualístico. Ou seja, o mestre utiliza de toques da capoeira como São Bento Grande para compor sua peça de louvação aos orixás. Quantos mestres de capoeira agiam desta maneira e não deixaram registros. É uma questão difícil de responder, tudo o que temos são alguns indícios que essa prática possuía alguma recorrência na capoeira. Seja por muitos dos mestres de capoeira da época serem praticantes de religiões de matriz africana como é o caso de Bimba, que além de filho de santo era um ogã, o seja pela existência de trechos de louvações de ladainhas de capoeira angola que fazem referências a orixás. Mas nada tão massivo e expressivo como o material que Turner recolheu com mestre Juvenal O que faz com que essa gravação possua maior ligação com o objeto de pesquisa de Turner. Deve-se ter em mente que o objetivo principal a constituir seu acervo de gravações na Bahia estava ligado prioritariamente como as línguas africanas. Sendo a capoeira um objeto secundário:

> O material foi pesquisado nos anos 40 pelo linguista norte-americano Lorenzo Turner, que esteve no Brasil na época com seu objeto de pesquisa voltado às línguas africanas – estas que teriam influenciado no gullah, idioma crioulo falado nas Sea Islands, nos Estados Unidos. Na época, os idiomas fon e iorubá eram falados fluentemente em alguns terreiros tradicionais de candomblé, em Salvador/BA, e Turner visitou os principais, registrando os traços da cultura negra no Brasil. O resultado consistiu em centenas de fotos, documentos, entrevistas e áudios sobre os costumes e línguas utilizadas nos candomblés, o fon (originário do Dahomé) falado pela nação jejê, o iorubá (região iourubana na Nigéria) das nações ketu e ijexá, além do quimbundo e kibongo falados na nação angola. Tais registros também representam uma amostra importante das mudanças do candomblé no Brasil, e como a cultura oral está em constante transformação (Negrão, 2018, p. 11).

Já a relação de Bimba e sua academia era de caráter marcadamente mais disciplinar e marcial como coloca Vieira (Vieira, 1996), não que não existisse a ritualística na prática de Bimba, mas essa era encaixada dentro da busca pela eficiência de combate e padronização. Assim 1932 quando Bimba começou a ensinar na primeira academia que fundou no bairro do Engenho Velho de Brotas ele criou as bases para uma forma de ensino que sistematizava o aprendizado da capoeira criando estágios de aprendizado. Isso fora fundamental para que a lógica dos grupos de capoeira pude ser gestada. Mestre Bimba não foi o único a ensinar capoeira e academias, mas diferente de mestre Pastinha, Waldemar, Caiçara entre outros, ele construiu um método disciplinar voltado para a educação física. O que atendia as expectativas do Governo Vargas. Curioso pensar que foi durante um período ditatorial que Bimba e sua capoeira obtiveram reconhecimento. Sendo exatamente o oposto que seria esperado. Afinal uma luta que tem origens durante o período da escravidão sendo fortemente associada a luta dos escravizados por liberdade deveria ser coibida por um governo ditatorial. Mas o estilo regional baseado em um método de ensino disciplinar marcial caia bem as pretensões varguistas.

Portanto o ensinar aos filhos da elite Bimba teve acesso a espaços antes vetados para os capoeiras do passado. Estaríamos aqui diante de um traidor? Não é nosso objetivo encontrar traidores. Nem ao menos essa não seria a pergunta correta. Mas útil as nossas intenções de pesquisa talvez seja perguntar o que significou para capoeira essa aproximação não apenas de Bimba com as elites. Devemos ter em mente que não foi apenas Bimba que se relacionou com as elites nomes como Pastinha. Caiçara, Waldemar da Paixão entre outros teceram relações com a elite intelectual baiana. Mas esses teceram com base na ideia da tradicionalidade de seus saberes. Bimba por outro lado tinha na eficiência de sua capoeira a marca de distinção. No discurso de Bimba ele não negava a tradição. Mas dizia que a capoeira de seu tempo tinha perdido suas características de luta. Então ele seria um restaurado alguém que institui uma nova tradição. Mesmo que para isso ele tenha que buscar nos elementos de uma cultura disciplinar a inspiração para fazer com que a capoeira volte a ser uma luta eficiente. Essa busca pela eficiência na regional será algo que permitirá seu uso na lógica dos grupos. Podendo ser mais facilmente usados em métodos padronizados de ensino da capoeira. Diferente por exemplo das formas dos capoeiristas de rua. Capoeiristas como Juvenal. Que durante o

período em que folcloristas e intelectuais buscavam encontrar o que acreditavam ser uma capoeira pura (por mais que a capoeira seja um fenômeno dinâmico e fluido se adaptando aos circunstancias sociais que seus praticantes se encontram) viam em capoeiristas como Juvenal um sinônimo dessa capoeira. Mas Juvenal era muito rebelde até para eles. Assim com a derrubada dos governos de Jango pelo golpe militar de 1964 caia mais ao gosto do Estado uma capoeira mais disciplinada. Mas não em si a de Bimba uma versão domesticada, que usam a Regional baiana de Bimba como base, mas que deixava a africanidade desta.

Referências

BRASIL. IPHAN. **Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil (Parecer).** Brasília, 2008.

CALDAS, Alan. **VALENTIA E LINHAGEM:** uma história da capoeira. 1. ed. -2018 Curitiba: Appris, 2018.

CARNEIRO, Edison. **CAPOEIRA.** Cadernos de folclores (1), Ministério da Educação e Cultura, 1975.

CERTEAU, Michel de. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO:** artes de fazer. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NEGRÃO, Camila. **PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA:** Oralidade condutora do Axé no Terreiro Axé Ilê Obá. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Comunicação e Semiótica, sob a orientação da Prof.ª Dra. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo,2018.

PASTINHA, Vicente Ferreira. **Mestre Pastinha e sua academia:** capoeira angola. [S.l.]: Philips, 1969. 1 LP.

PINHEIRO, Bruno. IMAGENS DA CAPOEIRA NA REVISTA O CRUZEIRO. *In:* **X EHA - Encontro de História da Arte** – 2014.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **Movimentos da cultura afro-brasileira:** a formação histórica da capoeira contemporânea 1890-1950. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. OS INTELECTUAIS, A CAPOEIRA E OS SÍMBOLOS ÉTNICOS NO BRASIL. *In:* **VI ENECULT:** Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição:** os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1990.

TURNER, Lourenzo Dow. **MEMÓRIAS AFRO ATLÂNTICAS:** As gravações de Lorenzo Turner Bahia, Brazil 1940-1942. Disponivel em: https://soundcloud.com/memoriasafroatlanticas.

VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo de capoeira: cultura popular no Brasil.** Rio de Janeiro: Sprint. 1996.

História e historiografia sobre as "marchadeiras" de 1964

Eduardo dos Santos Chaves[1]

Resumo

Nesta presente comunicação pretendo discutir a escrita acadêmica sobre as organizações cívicas de mulheres de direita que surgiram no Brasil na primeira metade da década de 1960, em apoio à conspiração que desembocou no golpe de 1964 e, posteriormente, em adesão à ditadura civilmilitar. A proposta é apresentar um quadro geral do que foi escrito no campo acadêmico em relação a esses grupos femininos, até o presente momento, levando-se em consideração os contextos em que tais trabalhos foram produzidos, as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, as fontes e os locais de pesquisa. Como resultado, identifiquei duas perspectivas historiográficas cujo ponto de divergência principal reside na forma pela qual compreendem quem eram essas mulheres, o que as moviam e, sobretudo, quais foram seus papéis entre o golpe de 1964 e o regime ditatorial. Ou seja, se nos anos 1980 elas foram vistas como "instrumentos" das classes dominantes para a tomada do Estado em 1964, a partir do final da década de 1990 elas passaram a figurar como sujeitos políticos com autonomia suficiente para assumirem posições golpistas e autoritárias. Cabe ainda destacar que as perspectivas não são contemporâneas, sendo que o conjunto de textos foi produzido em momentos distintos: o primeiro em pleno processo de redemocratização, e o segundo a partir de governos democraticamente eleitos. Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração que elas partem de duas áreas das ciências humanas – a Ciência Política e a História – cujas preocupações e indagações nem sempre foram as mesmas, embora tenham estabelecido diálogos profícuos ao longo do tempo. Por último, demonstro que ainda haverão de ser descortinadas as complexas trajetórias dessas entidades e de suas associadas, seja apoiando, distanciando-se e/ou acomodando-se à ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Mulheres; Direitas; Ditadura.

---

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC). Este texto foi escrito com material coletado e com financiamento do CNPq - processo nº 404662/2021-8 - MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020).

O presente texto busca discutir a escrita acadêmica sobre as organizações cívicas de mulheres de direita que surgiram no Brasil na primeira metade da década de 1960, em apoio à conspiração que desembocou no golpe de 1964 e, posteriormente, em adesão à ditadura civil-militar. A proposta é apresentar um quadro geral do que foi escrito no campo acadêmico em relação a esses grupos femininos, até o presente momento, levando-se em consideração os contextos em que tais trabalhos foram produzidos, as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, as fontes e os locais de pesquisa. Como resultado, identifiquei duas perspectivas historiográficas cujo ponto de divergência principal reside na forma pela qual compreenderam quem eram essas mulheres, o que as moviam e, sobretudo, quais foram seus papéis entre o golpe de 1964 e o regime ditatorial. Ou seja, se nos anos 1980 elas foram vistas como "instrumentos" das classes dominantes para a tomada do Estado em 1964, a partir do final da década de 1990 elas passaram a figurar como sujeitos políticos com autonomia suficiente para assumirem posições golpistas e autoritárias. Cabe ainda destacar que as perspectivas não são contemporâneas, sendo que o conjunto de textos foi produzido em momentos distintos: o primeiro em pleno processo de redemocratização, e o segundo a partir de governos democraticamente eleitos. Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração que elas partem de duas áreas das ciências humanas – a Ciência Política e a História – cujas preocupações e indagações nem sempre foram as mesmas, embora tenham estabelecido diálogos profícuos ao longo do tempo. Por último, demonstro que ainda haverão de ser descortinadas as complexas trajetórias dessas entidades e de suas associadas, seja apoiando, distanciando-se e/ou acomodando-se à ditadura civil-militar.

A *primeira perspectiva* corresponde a três estudos da primeira metade da década de 1980, resultantes de investigações das ciências políticas e orientados pela perspectiva teórica marxista gramsciana, na qual se analisou o papel da "elite orgânica" de orientação empresarial no processo que culminou no golpe de 1964 (Dreifuss, 1981; Simões, 1985; Starling, 1986). Segundo essa perspectiva, este foi um "golpe de classe". Em suma, esses trabalhos entenderam que as mulheres aglutinadas nesses grupos foram "manipuladas" pelo capital, cuja finalidade era a derrubada do governo de João Goulart e a tomada do Estado. Ou seja, as teses foram de que o golpe foi fruto da ação da classe dirigente, burguesia nacional e bloco multinacional associado, que através do

complexo IPÊS/IBAD[2], agiu como uma espécie de "partido da burguesia". Sendo assim, os atores nacionais, militares e grupos civis, como as mulheres organizadas em associações, que impulsionaram o golpe, teriam sido meros instrumentos das classes dominantes (Dreifuss, 1981, p. 292).

De acordo com essa perspectiva, o trabalho do IPÊS foi determinante até mesmo na maneira pela qual essas mulheres se apresentavam no espaço público, como "donas de casa da classe média". Sendo assim, entendia-se que elas teriam sido usadas pelo IPÊS como "potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart [...]" (Dreifuss, 1981, p. 294), que as apresentavam como mães, esposas e irmãs na luta contra o "comunismo". Era como se elas, organizadas e ocupando o espaço público, estivessem apenas respondendo aos anseios das "classes dominantes", sem consciência e/ou motivações próprias que as mobilizassem.

Dessa forma, essas mulheres foram compreendidas como instrumentos da burguesia nacional que, por sua vez, aliada ao capital estrangeiro, investiram pesadamente na montagem e estruturação de inúmeras organizações femininas espalhadas pelo país. De acordo com Simões (1985, p. 43), elas "foram, antes, incumbidas por homens de uma missão que era a de arregimentar a opinião pública para o golpe militar de 1964". Ou seja, essas mulheres, mesmo que provenientes de setores medianos e altos da sociedade, foram manipuladas/orquestradas por sujeitos ligados ao IPÊS, como militares, empresários e políticos, que financiavam pesadamente boa parte de suas atividades.

Mesmo que esses trabalhos tenham contribuído com o manuseio de fontes de pesquisa até então inéditas[3] e, portanto, avançado na compreensão do emaranhado golpista em 1964, inclusive apontando para os aspectos regionais brasileiros, como foi o caso do estudo de Heloisa Murgel Starling (1986), as conclusões não parecem ter percebido diferenças importantes na atuação dos sujeitos, na formação dos grupos e na configuração das redes sociais existentes.

2 O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) foi criado em novembro de 1961; e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado em maio de 1959. Para maiores informações, ver: DREIFUSS, 1981.

3 A maior parte da documentação consultada foi o arquivo do IPÊS.

Isto é, embora as três investigações – Dreifuss (1981); Simões (1985); Starling (1986) – tenham dado os primeiros passos, fornecendo um quadro geral das entidades femininas de direita criadas a partir dos anos 1960, a impressão é a de que esses grupos foram homogêneos, variando muito pouco entre uma região e outra do Brasil. Mesmo Starling (1986, p. 153), que forneceu elementos interessantes sobre a "mineiridade" das mulheres da Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE), afirmou que nas organizações femininas, "em todas elas, as mulheres atuaram de forma semelhante [....]". Era como se tivessem replicado células de um organismo central, União Cívica Feminina (UCF) e Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), em várias partes do país, sem que isso também tenha partido das mulheres daquelas localidades. Os autores buscaram mostrar que esse foi o principal objetivo das duas primeiras associações, ou seja, criar entidades semelhantes em outras regiões do país, com outras denominações e militantes, obedientes às lideranças centrais e aos homens que comandavam o IPÊS.

Outro ponto que advém dessa perspectiva diz respeito à ausência de autonomia desses grupos de mulheres na realização de suas atividades e na tomada de posições em dois contextos importantes: no pré-golpe de 1964 e durante a ditadura civil-militar. Não descarto a influência que receberam, nem mesmo o forte investimento despendido pelo IPÊS às associações femininas. Porém, é preciso dimensionar as influências para não torná-las determinantes no entendimento da trajetória desses grupos espalhados pelo Brasil. Na minha compreensão, um elemento chave na mobilização dessas mulheres, sobretudo em um primeiro momento, foi o sentimento anticomunista que tomava suas mentes. A ojeriza ao "comunismo" não era apenas fruto da propaganda muito bem elaborada pelo IPÊS para convencê-las a ocupar ruas e praças, mas um sentimento proveniente de crenças de parte da sociedade brasileira anteriores ao contexto dos anos 1960. Ou seja, fazia parte da cultura política dessas entidades, do seu repertório político.

A *segunda perspectiva* historiográfica tem sua origem em trabalhos acadêmicos realizados a partir do início da primeira década de 2000. Se compararmos com a primeira leva de análises, é um conjunto maior de estudos produzidos, em sua maioria, pela área de História e influenciado por outras reflexões e abordagens em torno do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar. Posso dizer que essa "influência" ocorreu a partir do final dos anos 1990 e

início da década seguinte[4], quando as análises começaram a problematizar os comportamentos sociais e políticos durante a última ditadura brasileira, procurando entender a longevidade do regime político instaurado em 1964, para além do aparente antagonismo ditadura *versus* sociedade, que, por sua vez, permeava parte importante da produção acadêmica. Ou seja, era preciso compreender que, assim como havia aqueles que ousaram a desafiar a ditadura, postando-se na resistência, tantos outros e outras se sentiram ou dispostos a defender o arbítrio, ou transitaram entre esses dois pólos, acomodando-se conforme as dinâmicas políticas e sociais da época. Esses questionamentos, no entanto, não estavam isolados, desconexos do campo acadêmico. Eram inquirições que refletiam concepções teóricas e metodológicas voltadas para o imaginário e as representações políticas; às relações entre história e memória; à história social do político; e às culturas políticas. De maneira geral, elas foram definidoras na elaboração de pesquisas de dissertações e teses nos anos seguintes.

Em relação à produção acadêmica dessa segunda perspectiva historiográfica, elencamos três conjuntos de estudos que abordaram e/ou tangenciaram a respeito das organizações de mulheres de direita.

O primeiro deles data de início dos anos 2000 e buscou analisar as manifestações públicas por meio das quais essas entidades femininas ganharam notoriedade: as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* (Silva, 2002; Presot, 2004; Codato; Oliveira, 2004; Mendes, 2005). Não foram pesquisas interessadas em analisar especificamente os inúmeros grupos de mulheres que surgiram no início dos anos 1960, nem mesmo a entender a continuidade dessas entidades durante o regime. Em suma, nesses estudos as entidades femininas foram abordadas como construtoras das *Marchas*, isto é, como sujeitos políticos que contaram com o apoio de outros segmentos para viabilizar essas manifestações por todo o país. Para tanto, os trabalhos apontaram que o forte sentimento anticomunista, que tomava não apenas as mentes dos grupos femininos conservadores, como também outras camadas sociais, foi crucial para o sucesso desses desfiles. Segundo esse conjunto de análises, esse sentimento de ojeriza ao comunismo não foi criado nesse contexto com vistas

4 As efemérides em torno dos 30, 40 e 50 anos do golpe de 1964, realizadas em formato de congressos, seminários e palestras, ilustram esse aspecto. Nessas ocasiões foram realizados amplos e profícuos debates em relação a temas importantes sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar.

a desgastar o governo Goulart. Ele fazia parte de um imaginário construído muito antes, mas que na década de 1960, em plena Guerra Fria, sofreu modificações importantes.

Apoiando-se em documentos dos grupos femininos, da imprensa e de entrevistas, esses estudos trouxeram importantes reflexões em torno das construções de memória sobre o golpe e a ditadura a partir das *Marchas* (Silva, 2000); inovaram ao distinguir minuciosamente os desfiles ocorridos antes e após o 31 de março de 1964: os primeiros com características mais combativas e voltados para a desestabilização do governo Goulart, diferentemente dos posteriores que, por seu turno, buscaram legitimar o golpe, assim se parecendo mais com eventos festivos, atos comemorativos e/ou celebrações (Presot, 2004); e demonstraram a complexidade do contexto pré-golpe de 1964 e a importância em se examinar universos políticos regionais, como foi o caso da União Cívica Feminina Paranaense (UCFP), entidade que planejou e organizou a manifestação da cidade de Curitiba, não havendo, dessa forma, como identificar que setor social deteve "[...] a hegemonia política e a hegemonia ideológica sobre o processo" (Codato; Oliveira, 2004, p. 295). Pelo contrário, o que se pode notar é que houve relativa autonomia por parte de alguns desses grupos na condução dessas manifestações, como foi o caso da UCFP (Codato; Oliveira, 2004, p. 295).

Em certa medida, esses trabalhos compreenderam que, embora seja necessário considerar o peso do IPÊS nas mobilizações anti-Goulart, também é preciso levar em conta os desdobramentos de 1964, como o Comício da Central e a Revolta dos Marinheiros, na re-atualização das agendas das direitas, sobretudo das organizações femininas (Mendes, 2005). Esse aspecto refere-se à forma pela qual esses autores entenderam as mobilizações das direitas, não tão amarradas e obedientes ao IPÊS.

De modo geral, o que se depreende desse primeiro conjunto de análises é que as associações de mulheres de direita, mesmo que tenham sido influenciadas pelo IPÊS e por outras entidades "classistas" na condução de suas ações, como no caso das *Marchas*, tiveram autonomia para a tomada de decisões e para construção de agendas próprias. Evidentemente que isso não quer dizer que elas não tenham estabelecido ações em conjunto com outros organismos e/ou que não tenham dependido de financiamento. No caso das *Marchas*, por

exemplo, as organizações femininas contaram com o apoio de empresários, setores do catolicismo e militares, o que ficou evidente em ambas as perspectivas aqui sublinhadas. Contudo, como destacou Janaina Cordeiro (2021, p. 4), o desafio ainda é verificar os "[...] distintos contextos e tradições, locais e regionais" dessas manifestações, que, por sua vez, expressavam "[...] anseios e receios cotidianos e indicavam os limites que a proposta reformista do governo Goulart encontrava, principalmente entre as elites, mas não apenas". Ou seja, é necessário que novas pesquisas, com base em outras fontes e abordagens, investiguem o papel que as direitas, sobretudo as entidades femininas conservadoras, tiveram nas *Marchas*.

O segundo conjunto de trabalhos dessa segunda perspectiva historiográfica diz respeito a pesquisas mais específicas sobre alguns desses grupos femininos conservadores, entre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar (Sestini, 2008; Cordeiro, 2009; Sousa, 2016). Mesmo que tenham sido trabalhos importantes e instigantes para pensar essas entidades a partir de outras perspectivas teóricas, eles ainda refletem a necessidade de se investigar esses segmentos durante a ditadura. Por outro lado, são estudos que desafiaram a perspectiva que compreendia essas organizações como meras extensões do IPÊS, ao demonstrar que as militantes desses grupos agiram conscientemente, imbuídas de forte sentimento de repulsa ao comunismo.

A primeira contribuição desse conjunto de trabalhos foi ter verificado de que maneira as entidades femininas de direita ocuparam o espaço público como extensão do seu próprio lar (Sestini, 2008). A compreensão dos estudiosos foi de que esse discurso não era retórico, uma vez que foram os elementos do mundo privado, sobretudo o entendimento das supostas ameaças que corriam suas famílias e seus lares, os principais motivos a mover as militantes dessas organizações.

A segunda contribuição foi ter analisado os dois grupos femininos mais atuantes da época, a UCF e a CAMDE, verificando os caminhos percorridos por essas mulheres durante a ditadura, o que até então não havia sido realizado. O estudo de Janaina Martins Cordeiro sobre a CAMDE, por exemplo, demonstrou a ativa participação da entidade nos governos dos generais presidentes, seja na construção da legitimidade, do consenso e/ou do consentimento (Cordeiro, 2009, p. 83).

Sendo assim, tais análises discutiram as complexas relações estabelecidas entre ditadura e sociedade, distanciando-se da perspectiva anterior que compreendia o comportamento dessas mulheres sob a lógica da manipulação das classes dominantes sobre os segmentos medianos da sociedade (Cordeiro, 2009). Ou seja, a atuação do grupo foi marcada pela atuação consciente, "[...] fruto da realização de escolhas específicas em favor de determinadas demandas políticas" (Cordeiro, 2009, p. 119). Portanto, para Cordeiro (2009, p. 119), as relações dos grupos femininos com outras instituições resultaram mais em "[...] trocas de experiência e compartilhamento de ideais do que propriamente manipulação. Até mesmo de ajuda financeira, sem que esta significasse manipulação política".

O trabalho de Cordeiro (2009) é o mais representativo dessa segunda perspectiva, ao demonstrar de maneira mais clara a militância como ação consciente e que resultava de escolhas e crenças políticas dessas mulheres que perfilaram as mais diferentes entidades brasileiras. A autora entendeu que a lógica da manipulação/coerção não era suficiente para explicar a adesão destas mulheres à ditadura civil-militar. Cordeiro (2009, p. 120) defendeu que elementos da cultura política compartilhados por esses segmentos sociais precisam ser levados em consideração "[...] se quisermos compreender o consentimento e atuação das mulheres com relação à ditadura civil-militar". Para a autora, essa é a chave-explicativa para que possamos entender a militância de direita como uma opção que se apresentava não apenas às mulheres, mas também a outros segmentos sociais (Cordeiro, 2009, p. 120).

A terceira contribuição desse segundo conjunto de trabalhos foi a de compreender que a ditadura foi possível porque justamente encontrou grupos e sujeitos dispostos a colaborar com o poder estabelecido a partir de 1964, como foi o caso das agremiações femininas. Esses estudos chamaram a atenção para o fato de que estas mulheres não apenas difundiam ideais e valores cívico-patrióticos entre a população, como também partilhavam dessas perspectivas com outros segmentos sociais (Sousa, 2016, p. 201).

Para além dos dois conjuntos de trabalhos mencionados nessa segunda perspectiva, destacamos um terceiro, cuja contribuição para o conhecimento das organizações femininas de direita brasileiras está relacionada a uma perspectiva global. Trata-se dos trabalhos da historiadora norte-americana

Margaret Power (2014), cuja principal contribuição foi verificar o impacto que brasileiras e chilenas de direita tiveram sobre as mulheres conservadoras norte-americanas ao longo dos anos 1960 e 1970. Longe da ideia de que os Estados Unidos desempenharam o único papel na luta anticomunista nas Américas, Power (2014), explorando as diferentes fontes de imprensa dos EUA, concluiu que as mulheres brasileiras foram pioneiras nesse caminho.

Os trabalhos de Margareth Power perfilam essa segunda perspectiva historiográfica ao apontar para a autonomia desses grupos de mulheres de direita – brasileiras, chilenas e norte-americanas –, desde a elaboração de agendas políticas próprias, na conquista de novas militantes, na organização de manifestações públicas e, principalmente, na construção de redes transnacionais. Ela entendeu que não se deve desmerecer os financiamentos de agentes externos, nem mesmo os incentivos aos grupos femininos por parte dos governos dos Estados Unidos e dos demais países. Contudo, a pesquisa de Power (2014) considerou que o anticomunismo foi um elemento central na configuração das direitas femininas, uma vez que o universo privado dessas mulheres (donas de casa, mães e esposas) parecia ruir diante da suposta "ameaça vermelha".

***

Por fim, é preciso dizer que as duas perspectivas historiográficas acerca dos grupos femininos, sem dúvidas, levaram em conta a forma pela qual se compreende o próprio golpe de 1964 e a ditadura civil-militar. Se a primeira perspectiva compreendia o golpe como a tomada do estado pelo bloco multinacional e, dessa forma, os grupos femininos como "braços" da burguesia para orquestrar os segmentos medianos da sociedade, que, por seu turno, atuariam no desgaste do governo Goulart, a segunda perspectiva entendeu que há uma complexidade muito maior de agentes e interesses envolvidos na deposição de Jango. Como ficou claro, para os estudiosos da segunda perspectiva os grupos femininos não eram agentes, que em nome da burguesia, organizaram manifestações públicas e atos contra o governo Goulart. Para eles, essas mulheres realmente acreditavam que o comunismo representava uma ameaça ao seu mundo e, por isso, seria indispensável sua presença nas ruas, em atividades públicas, como comícios e passeatas. Mas elas não esmoreceram em 1964 e,

como algumas poucas pesquisas apontaram, continuaram em atividade sob os governos da ditadura civil-militar.

Se foram manipuladas/instrumentalizadas, ou se eram conscientes de suas ações, o que ficou evidente nesse breve balanço historiográfico é que o anticomunismo foi o elemento central a mobilizar essas organizações no pré-golpe, mais precisamente entre 1962 e 1964. A questão, no entanto, é a compreensão desse fenômeno – anticomunismo – mediante as ações desses grupos. Ou seja, eram crenças próprias desses segmentos – classes médias – que entendiam que seu universo (religião, país e família) corria perigo, e, portanto, era preciso agir contra o "comunismo", ou o anticomunismo desses grupos refletiam a forte propaganda empregada pelo IPÊS como estratégia de mobilização das classes médias?

Já em relação às trajetórias dessas associações após 1964, o quadro historiográfico demonstrou que foram analisados apenas três grupos femininos que permaneceram dispostos a colaborar com a legitimidade da ditadura e a trabalhar para a construção de consensos em torno das políticas do regime civil-militar (UCF-SP, UCFP e CAMDE). Esse dado é revelador do quanto ainda é preciso avançar nas análises sobre os comportamentos sociais sob regimes autoritários, sobretudo daqueles segmentos situados à direita do espectro político. E avançar no sentido de compreender melhor as formas pelas quais se constituíam esses apoios, bem como outros tantos comportamentos expressos por esses grupos.

Referências

CODATO, Alexandre Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto. A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento:** a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENDES. Ricardo Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade. O "13 de Março" das Direitas. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 234-249, 2005.

POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita: Brasil, Chile e Estados Unidos. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 67-83, 2014.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SESTINI, Dharana Pérola. **A "mulher brasileira" em ação:** motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Evelyn Chaves. **Memória, esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família:** as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **República das mulheres de virtude:** um estudo sobre as bases sociais de apoio ao governo dos militares (1964-1985). 2016. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

STARLING, Heloísa Murgel. **Os Senhores das Gerais:** os novos Inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

Reflexões sobre o passado ditatorial no Rio Grande do Sul: uma análise dos relatórios comissionais em sala de aula

Natália Centeno Rodrigues[1]

Resumo

O passado ditatorial brasileiro (1964-1985) reverbera de modo significativo em nossa sociedade. As ações repressivas e as práticas violentas institucionais deixaram marcas no tecido social e influenciaram nos parâmetros democráticos, nos mecanismos transicionais adotados e nas memórias sociais construídas a partir dessa vivência. O cenário transicional brasileiro ficou marcado por uma demora institucional, pois as medidas só começaram a ser implementadas pelo Estado brasileiro em meados da década de 90. Primeiro, foram feitas medidas reparatórias, focando nas indenizações aos familiares e no reconhecimento dos óbitos. Posteriormente, alargou-se o escopo de tais medidas e somaram-se medidas simbólicas e apenas em 2011, por meio da Lei nº 12.528, tivemos a implementação de medidas de justiça, com a criação da Comissão Nacional da Justiça (CNV). Órgão que atuou sem função jurisdicional, mas se encaixa como medidas de justiça, já que a CNV buscou estabelecer a verdade sobre os fatos e sua atuação criou condições para julgamentos futuros. A partir da criação da CNV, inúmeras comissões foram criadas com a função de conhecer os fatos ocorridos durante a ditadura brasileira. No Rio Grande do Sul, não foi diferente; em 2012, a Comissão Estadual da Verdade (CEVRS) e em 2015, tivemos a criação da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça (SMVJ), junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado. Ambas buscavam conhecer a verdade sobre o passado ditatorial e a atuação repressiva no estado. Nesta comunicação, buscamos analisar como os relatórios da CEV-RS e SMVJ podem ser utilizados em sala de aula e suas potências. Assim, os relatórios são tomados como fontes históricas e servem para contextualizar, problematizar e aproximar os educandos das situações

1 Professora substituta da disciplina de História do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) Câmpus Bagé. Mestra em Direito em Justiça Social (FURG), Bacharela em História e Direito (FURG). Licenciada em História (UNICESUMAR).

relatadas. Os relatórios são compostos por textos, depoimentos, fotografias, mapas, possuem um potencial sensibilizador e podem realizar a ligação entre o momento de produção e de análise. Para alcançarmos o objetivo proposto, metodologicamente realizamos uma aula oficina, na qual os educandos foram divididos em grupos e receberam um conjunto documental – composto por fragmentos textuais e fotografias, e tiveram que analisar os documentos e produzir algo sobre os relatórios analisados. A aula oficina foi aplicada com os educandos de uma turma do ensino médio, de uma escola pública localizada em Bagé/RS. Quanto aos resultados, a atividade pedagógica foi bem recebida pelos educandos. Muitos se surpreenderam com a repressão ocorrida no estado, enquanto outros abordaram questões sensíveis, como a negação e/ou legitimação da violência estatal. Fato que problematizados, discutidos intragrupos. Quanto às produções dos educandos, a maioria dos grupos optou por se expressar artisticamente. Criaram recursos visuais, como colagens, desenhos, charges sobre os documentos analisados. Assim, vimos que os relatórios se apresentaram como fontes significativas, pois a partir deles os educandos refletiram sobre a ditadura no estado do Rio Grande do Sul, ampliaram seu conhecimento histórico, compreenderam sobre o processo transicional brasileiro e frisaram o potencial mnemônico dos relatórios, visto que apresentam recursos diversos para abordar esse tema sensível de nossa história.

Palavras-chave: Ditadura cívico militar no Rio Grande do Sul; Relatórios comissionais; Memórias repressivas; Ensino de história.

Introdução

O passado ditatorial brasileiro (1964-1985) reverbera de modo significativo em nossa sociedade. As ações repressivas e as práticas violentas institucionais deixaram marcas no tecido social e influenciaram nos parâmetros democráticos, nos mecanismos transicionais adotados e nas memórias sociais construídas a partir dessa vivência. O cenário transicional brasileiro ficou marcado por uma demora institucional, pois as medidas só começaram a ser implementadas pelo Estado brasileiro em meados da década de 90. Na última década, a instauração de comissões da verdade marcou o cenário brasileiro, a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei nº 12.528, em 2011, vemos a implementação de medidas de justiça. No

Rio Grande do Sul, seguindo a tendência nacional, a Comissão Estadual da Verdade (CEVRS) foi estabelecida em 2012, seguida pela criação da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça (SMVJ) em 2015, junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Considerando o exposto, o presente artigo busca analisar como os relatórios finais da CEV-RS e SMVJ podem ser utilizados em sala de aula e as potencialidades dessa utilização. Para isso percorremos o cenário transicional brasileiro, as políticas de memória implementadas e a atuação das comissões estaduais da verdade. Os relatórios são tomados como fontes históricas e servem para contextualizar, problematizar e aproximar os educandos das situações relatadas.

Na primeira parte do artigo, apresentamos as abordagens conceituais que elucidam o cenário transicional brasileiro e suas relações com os objetos de estudo. No segundo momento, abordamos a estrutura dos relatórios finais estudados, seu processo de elaboração e disponibilização a sociedade civil. A terceira parte, ocorre a exposição da aula oficina realizada com base nos relatórios finais da CEVRS e SMVJ da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Este estudo busca explorar a aplicação pedagógica dos relatórios como um importante compêndio de testemunhos e materiais que abordam o passado repressivo no Rio Grande do Sul. Assim, defendemos a utilização desses relatórios como documentos fundamentais para o entendimento de nossa história. Pesquisas que versam sobre as medidas transicionais e sobre os direitos fundamentais – à verdade, à memória, à justiça e à reparação, são essenciais para o fortalecimento do Estado democrático. Pois, só o conhecimento histórico e a adoção de medidas transicionais eficazes consolidam uma sociedade democrática.

A transição à brasileira

O período ditatorial brasileiro durou mais de duas décadas (1964 – 1985) a saída dos militares do comando do país consistiu em um longo processo, que resultou em uma transição negociada, caracterizada pela continuidade, permanência, uma conciliação quase (im)posta (Cunha, 2010). Essa continuidade ocorreu com relação as lideranças políticas e nas permanências ins-

titucionais, nossa transição não foi marcada pela ruptura (Arturi, 2002). A transição política consiste em um processo de negociação que leva a substituição do poder e estabelece regras para o exercício no futuro (Carrilo, 2009) e no caso brasileiro, os militares participaram ativamente dessa construção que nos encaminhou para um novo regime de cunho democrático.

Nosso processo de transição foi fortemente controlado, marcado pela continuidade e conservação, sem revanchismo (Missiato, 2019; Pereira, 2010). A elite judicial e os militares que ocuparam um papel central durante o passado repressivo e mantiveram-se no centro da construção das interpretações desse passado.

A Lei nº 6.683 de 1979, conhecida como Lei de Anistia, foi peça-chave na construção do discurso jurídico-político sobre o passado repressivo. Tal lei foi interpretada como uma lei de autoanistia, que impossibilitou a responsabilização e a investigação das violações ocorridas durante a ditadura militar. Assim, o judiciário interpretou a lacuna legal contida no parágrafo 1º do artigo 1º da lei, o chamado crimes conexos, conexão interpretada de modo que os agentes repressivos não fossem responsabilizados criminalmente pelas violações cometidas. Foram os agentes repressivos cobertos por um manto de impunidade gerado pela interpretação jurídica criada. Os equívocos do passado, não precisam seguir ocorrendo podendo a interpretação jurídica ser revista (Da Silva, 2014).

A justiça de transição é um conceito que teve as primeiras menções realizadas na década de 90 do século passado, pela jurista argentina naturalizada estadunidense, Ruti Teitel e buscou oferecer uma concepção de justiça para os momentos de transições políticas. Pode ser entendida como um conjunto de procedimentos e processos adotados após um período demarcado pela violação aos direitos humanos e/ou por uma ruptura democrática, e visa construir meios de lidar com os legados autoritários dessas experiências (Teitel, 2011). A centralidade está no modo como o Estado e toda a sua institucionalidade vão agir para consolidar a democracia, promover e respeitar os direitos humanos e realizar as reformas institucionais. Podendo ser implementada durante ou após o período excepcional, é caracterizada por adoção de medidas de natureza judicial ou extrajudicial (Ambos, 2009).

Por estar relacionada com a forma de atuação do Estado para consolidar a democracia, vemos que comumente a justiça de transição apresenta quatro dimensões, que são expressas através de um direito/dever do Estado: direito à memória e à verdade, direito à reparação, direito à justiça e o direito a instituições verdadeiramente democráticas (Abrão; Torelly, 2010). Renan Quinalha (2013) explicita que o processo transicional visa promover os direitos humanos e a não repetição de passados violentos, com vistas de concretizar a transição democrática e fortalecer as instituições.

Por se tratar de um conceito historicamente situado, a justiça de transição, possuíra contornos próprios em cada país. Visto que a experiência violenta é singular e cada país cabe pensar o modelo transicional adequado ou possível para o caso concreto, levando em consideração os crimes praticados, vivências traumáticas experienciadas, o modo como a transição política ocorreu e extensão do poder dos criminosos no novo regime (Mezarobba, 2009).

A justiça de transição apresenta uma natureza bidimensional, pois se mostra retrospectiva e prospectiva. Ao olhar para o passado, buscando resgatar a memória e reconstruir narrativas sobre períodos de violência, direciona-se também para o futuro ao estabelecer bases para a responsabilização dos envolvidos e para a prevenção de novas violações - no sentido de não repetição (Gallo, 2020). Dessa forma, a justiça de transição dialoga com as políticas de memória, que são ações através das quais visamos efetivar os direitos à memória, à verdade, à reparação e à justiça, e fortalecer a democracia e promover os direitos humanos.

As políticas de memória consistem no conjunto de medidas políticas implementadas pelo ente estatal – governo, com a intenção de interpretar o passado e reparar as vítimas. Elas se direcionam ao presente e ao modo como o passado será apropriado socialmente, tornando possível falar sobre esses temas sensíveis do passado, visando fortalecer a democracia. As políticas de memória são classificadas conforme sua destinação, podendo ser medidas simbólicas, de reparação ou de justiça (Sólis Delgadillo, 2015).

As medidas simbólicas são aquelas que buscam resgatar a memória das vítimas, de seus familiares e da sociedade (Sólis Delgadillo, 2015). Como exemplo, temos o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, criado pela Portaria Interministerial nº 205 de 2009.

Já as medidas de reparação são aquelas destinadas a indenizar as vítimas diretas e seus familiares, até certo grau de afinidade, podendo ser de cunho econômico ou benefícios (Sólis Delgadillo, 2015). No caso brasileiro, no âmbito federal, temos a criação da Comissão Especial de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140 de 1995) e a Comissão de Anistia (MP nº 65 de 2001 e Lei nº 10.529 de 2002), como exemplos dessas medidas.

Por fim, temos as medidas de justiça, que consistem em medidas que buscam apurar a verdade dos fatos e criar condições para julgar e punir, através do devido processo penal, os responsáveis pelas violações (Sólis Delgadillo, 2015). No Brasil, a primeira medida de justiça foi a criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV, pela Lei nº 12.528 de 2011.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi uma política de memória que adotou medidas de justiça, buscando revelar a verdade sobre o passado autoritário para estabelecer condições para futuros julgamentos e punições dos perpetradores. No caso brasileiro, a CNV focou em efetivar o direito à memória e à verdade histórica, embora tenha mantido o discurso conciliador estabelecido pela Lei de Anistia e no julgamento da ADPF nº 153, que impediu a responsabilização criminal dos agentes da ditadura civil-militar.

O comissionismo brasileiro foi caracterizado por uma proliferação de comissões da verdade em diferentes níveis de governo e instâncias extra estatais, em contraste com a tradicional organização nacional dessas comissões em outros países. Cristina Buarque de Hollanda (2018), cria esse conceito para explicitar o processo ocorrido no Brasil, demarcado pela proliferação de comissões no âmbito municipal, estadual, em universidades, em sindicatos e associações profissionais. Esse fenômeno ocorreu sem uma coordenação central, impulsionado por iniciativas locais de imitação institucional. Embora a CNV tenha desempenhado um papel pioneiro, não assumiu um papel diretor nesse processo. A natureza heterogênea do comissionismo foi influenciada por variáveis institucionais, temporais, partidárias e de redes (Hollanda; Israel, 2019). Nesse fenômeno de proliferação de comissões que se encaixam os relatórios finais da CEVRS e da SMVJ, demonstrando a capilaridade que o processo comissional alcançou em nosso país. No próximo item textual, analisaremos sobre a atuação das CEVRS e da SMVJ e os seus respectivos relatórios.

As Comissões Gaúchas da Verdade e seus respectivos relatórios

A Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul – CEVRS foi criada pelo Decreto nº 49.380, de 17 de julho de 2012. Composta de modo plural, por cinco integrantes, quatro homens e uma mulher. A maioria dos seus membros, três eram ligados a área do direito, além disso tínhamos um sociólogo e uma historiadora. A CEVRS não possuía função jurisdicional e penalizadora. O relatório final informou que foram coletados oitenta e um depoimentos, realizadas 09 audiências públicas e 27 audiências internas.

Quanto a estrutura o relatório é composto por seis textos temáticos, que abordavam a repressão aos militares legalistas, a repressão aos integrantes dos grupos de onze, o caso das mãos amarradas, Porto Alegre: os anos de chumbo, o caso do "Herzog gaúcho": a morte de Ângelo Cardoso da Silva e o cerco militar ao acampamento em Encruzilhada Natalino. Contém ainda, uma listagem com os locais da repressão e detenção citado nos depoimentos. Após constam as recomendações e essas divididas em quatro eixos: justiça de transição, leis e instituições do país, ensino e memória e à política de comunicação. E no final, constam algumas imagens para ilustrar o relatório, desse modo se estruturou a publicação.

Os textos temáticos do relatório foram academicamente elaborados, buscando relatar eventos específicos do período ditatorial no Rio Grande do Sul. Não apresentam transcrições diretas dos depoimentos, mas sim uma abordagem que integra a perspectiva histórica enriquecida pelas informações fornecidas pelos depoentes. O objetivo foi construir narrativas históricas para os seis casos selecionados, utilizando uma lógica depoimental para estabelecer uma ordem cronológica e fundamentada em fatos históricos lineares. Isso reflete a preocupação da comissão com a veracidade e consistência dos relatos, em contraste com a perspectiva testemunhal, enfatizando a importância da escuta e da recepção das vivências traumáticas (Gagnebin, 2006).

Sobre a publicidade do relatório da CEVRS, todos os materiais produzidos pela comissão, incluindo transcrições, atas de reuniões e o relatório final, estavam originalmente disponíveis no site da Casa Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, em maio de 2016, o acesso eletrônico a esses documentos foi retirado, e eles foram transferidos para o

Arquivo Público do Estado para conservação. O relatório final da CEVRS foi publicizado no "Relatório Azul de 2014", obra que possuí como subtítulo 50 anos do golpe no Brasil, produzido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativo do Rio Grande do Sul.

O segundo relatório analisado é o Relatório Final da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça - SMVJvinculada à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Esta Subcomissão foi estabelecida em 11 de março de 2015, com base no artigo 74 do Regimento Interno da ALERGS, a pedido do deputado estadual Pedro Ruas, do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL. Surgiu logo após o término dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (2012-12/2014) e foi composta por 4 parlamentares, presidida e relatada pelo proponente, e seus demais integrantes foram: a deputada Manuela D'Ávila (PcdoB), Jeferson Fernandes (PT) e Alvaro Boessio (PMDB). Com previsão de duração de 120 dias, atuou de abril a agosto de 2015. Seu objetivo era reunir informações sobre violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar no estado. O relatório da comissão, intitulado Relatório Final, é um resumo do documento completo arquivado junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Houve um distanciamento entre os trabalhos e a publicação do relatório, que só foi entregue em 09 de abril de 2018 por outra composição da comissão.

De acordo com o relatório, a Subcomissão ouviu treze pessoas, incluindo vítimas diretas e indiretas da repressão estatal. É observado ao longo do documento que mais pessoas poderiam ter contribuído com o trabalho, porém, devido ao tempo limitado de funcionamento, apenas esses depoimentos foram coletados.

Com relação a estrutura o relatório apresenta cento e cinquenta páginas, divididas em quatro capítulos, acompanhadas de prefácio e sumário. O primeiro capítulo oferece uma contextualização histórica, discutindo os direitos humanos, o direito à memória e à verdade, além de descrever o período ditatorial no estado e os eventos que o antecederam, incluindo a transcrição de documentos trazidos pelos depoentes. O segundo capítulo consiste nos depoimentos dos participantes, intercalados com análises da Subcomissão. O terceiro capítulo aborda a análise de documentos, focando no caso de gaúchos

detidos na Operação Bandeirantes em São Paulo (OBAN/SP) e o papel dos médicos nas sessões de tortura. O último capítulo apresenta conclusões e detalha dezesseis recomendações. Nos anexos, são listados os nomes de gaúchos e outras pessoas desaparecidas ou mortas, os locais de tortura no Rio Grande do Sul e os responsáveis pelas violações de direitos humanos no estado.

O relatório destaca a existência e experiências enfrentadas durante o período de terrorismo do Estado ditatorial brasileiro. Pode ser considerado um acervo composto por vários registros, organizados de forma a seguir uma lógica histórica que respeita a cronologia, os fatos e uma narrativa linear. A terminologia "depoimento", utilizada pela Subcomissão, busca reconstruir a verdade histórica, seguindo uma visão cronológica e procurando validar o que é relatado, em consonância com uma lógica depoimental para reconstituir o passado. Os treze depoentes tinham a esperança de que suas palavras contribuíssem para fortalecer a democracia, afirmar a resistência como um direito legítimo e denunciar os abusos cometidos pelo Estado brasileiro como forma de responsabilizá-lo.

O relatório destacou as experiências vivenciadas e revelou a extrema crueldade dos agentes estatais. Evidenciou-se a utilização da perspectiva depoimental, que se distancia da abordagem testemunhal, a qual se baseia na alteridade e na singularidade. Enquanto a lógica testemunhal desafia a linearidade histórica e permite a co-criação, transitando entre o que é dito e o que não é dito, abrindo espaço para os aspectos subjetivos das experiências traumáticas (Conte, 2014). Sobre a publicidade o relatório da SMVJ está de fácil acesso na internet sendo possível o acesso através de uma busca simples. O próximo item textual abordará a atividade realizada com base nos relatórios comissionais analisados.

A realização da Aula oficina sobre a ditadura no Rio Grande do Sul

A realização da aula oficina parte da perspectiva teórica de Isabel Barca (2004), na qual a educação histórica é concebida como uma construção que se apoia tanto no saber acadêmico quanto no escolar, buscando aliar teoria e prática e considerando todas as possibilidades para a sua elaboração. Na au-

la-oficina, no primeiro momento, o educador avalia o conhecimento prévio dos educandos sobre o assunto e, a partir desses saberes, planeja atividades problematizadoras, dando protagonismo ao saber dos educandos e rompendo com os padrões tradicionais. Dessa forma, cabe ao educador explorar ideias e tarefas, tornando o espaço da aula mais dinâmico e utilizando instrumentos associados à pesquisa histórica (Barca, 2004).

O conceito de aula-oficina foi desenvolvido para dinamizar a sala de aula, uma vez que a centralidade do processo reside no educando, demandando uma atualização constante por parte do educador. Cabe a este organizar e elaborar atividades e questionamentos, disponibilizando o contato com as fontes, de modo que os alunos possam construir uma interpretação histórica do passado. É importante ressaltar que o passado exerce reflexos no presente e pode até contribuir para um projeto de futuro (Barca, 2004).

Metodologicamente, estruturamos a aula oficina para abordar a ditadura civil-militar brasileira. Assim, partimos do conhecimento prévio dos estudantes, os quais foram compartilhados em sala de aula, considerando a existência de diversos saberes sobre o tema. A intervenção foi planejada com múltiplos recursos disponíveis, incluindo um conjunto documental extraído dos relatórios finais da CEVRS e SMVJ, contendo fotos, textos e testemunhos. Com esse conjunto, os educandos deveriam apropriar-se do material e criar um produto.

A aula oficina foi aplicada com os educandos de uma turma do ensino médio, em uma escola pública localizada em Bagé, município do sul do Rio Grande do Sul. Os estudantes foram divididos em grupos. Quanto aos resultados, a atividade pedagógica foi bem recebida pelos educandos. Muitos se surpreenderam com a repressão ocorrida em seu estado, enquanto outros abordaram questões sensíveis, como a negação e/ou legitimação da utilização da violência pelo aparato estatal. Esses temas foram problematizados e discutidos intragrupos. Quanto às produções dos educandos, a maioria dos grupos optou por se expressar artisticamente. Criaram recursos visuais, como colagens, desenhos e charges com e sobre o conjunto documental analisado. Parte superior do formulário

Por fim, vemos que os relatórios se apresentaram como fontes significativas, pois a partir deles os educandos refletiram sobre a ditadura no estado do Rio Grande do Sul, ampliaram seus conhecimentos históricos, compreende-

ram sobre o processo transicional brasileiro e ressaltaram o potencial mnemônico dos relatórios, visto que apresentam recursos diversos para abordar esse tema sensível de nossa história.

Reflexões conclusivas

Como vimos, o Estado brasileiro implementou medidas públicas para lidar com as consequências da ditadura civil-militar em um momento posterior, observa-se que a transição para tais políticas foi adiada. Isso ocorreu porque as políticas de memória só foram efetivamente adotadas mais de dez anos após a transição política, em virtude da natureza negociada que caracterizou o período de transição.

Inicialmente, o Estado brasileiro implementou políticas de memória reparatórias, oferecendo compensações econômicas às vítimas da repressão estatal, reconhecendo assim as violações dos direitos humanos cometidas pelo próprio Estado. Somente mais tarde, políticas de memória foram adotadas visando efetivar o direito à memória e à verdade. Durante sua atuação, as comissões estudadas adotaram uma postura conciliatória, uma vez que não tinham competência para buscar a responsabilização penal, alinhando-se assim à lógica discursiva brasileira de reconciliação. Apesar de os relatórios das comissões concluírem com apelos pela responsabilização dos perpetradores, esse não era o foco central de suas narrativas e as mesmas não ocorreram.

Os relatórios abordam o direito à memória e à verdade como a centralidade discursiva dos textos, buscando construir uma verdade histórica que dê voz aos sujeitos afetados pela repressão estatal brasileira. Ambos os direitos são considerados na confecção dos relatórios, uma vez que é impossível separar um do outro; assim, a verdade está intrinsicamente ligada à efetivação de uma memória histórica. Os órgãos oficiais brasileiros buscaram reconectar-se com o passado autoritário ao recontar a história dos indivíduos diretamente afetados pelo terrorismo estatal, elaborando relatórios que se concentram nos eventos narrados, na ordem cronológica e em uma narrativa linear.

Com relação aos relatórios pesquisados, enfrentou-se limitações, incluindo a limitação de acesso, visto que o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul não está disponível diretamente no site oficial;

para acessá-lo, é necessário realizar uma busca detalhada. Observou-se que as narrativas elaboradas pelos relatórios sobre o passado ditatorial não ecoam amplamente na sociedade civil gaúcha, permanecendo restritas aos afetados, aos pesquisadores e aos seus círculos de socialização. Tal fenômeno pode ser explicado pela falta de responsabilização criminal dos perpetradores que violaram os direitos humanos durante a ditadura.

Com a realização da aula oficina foi possível observarmos que os relatórios se destacaram como fontes de grande importância, pois permitiram aos educandos uma reflexão mais profunda sobre o período ditatorial no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, contribuíram para a ampliação dos conhecimentos históricos dos estudantes, ajudando-os a compreender o processo de transição política no Brasil. Também foi ressaltado o valor mnemônico dos relatórios, pois oferecem uma variedade de recursos para explorar esse tema delicado de nossa história. E cumprem uma função primordial, que consiste em auxiliar na compreensão do cotidiano ditatorial pois isso é fundamental para desvendar suas estratégias de controle, a ausência de proteção estatal e a participação de estruturas governamentais na perseguição política e combatem a desconexão geracional promovida pelos regimes autoritários, fazendo com que os jovens tenham acesso a esse passado.

Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As razões da eficácia da Lei de Anistia no Brasil e as alternativas para a verdade e a justiça em relação as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985). R**evista do Instituto de Hermenêutica Jurídica.** Vol. 8, n. 8, p. 184-216, 2010.

AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. *In:* MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Edit.). **Justicia de Transición:** con informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, p. 23-129, 2009. ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política** [online]. n. 17, p. 11-31, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-44782001000200003. Acesso: ago. de 2022.

BARCA, Isabel. Aula-Oficina: do Projeto à Avaliação para uma educação de qualidade. **Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, CIED, Universidade do Minho, p. 131 –144, 2004.

CARRILLO, Félix Reátegui. Memória Histórica: o papel da Cultura nas Transições. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição.** n. 2, (jul./ dez. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, p. 32-49, 2009.

CONTE, Bárbara de Souza. Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e reconstrução de memórias. *In:* **Clínicas do testemunho:** reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, p. 23-27, 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. *In:* **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, p. 15-40, 2010.

DA SILVA, Juremir Machado. **1964**. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 4ª edição, 2014.

GALLO, Carlos Artur. Pensar o passado, construir o futuro, fortalecer a democracia: políticas de memória e memória da ditadura no Brasil *In:* ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton (Org.). **Sombras no extremo sul**: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho [recurso eletrônico]. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, p. 165-188, 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer** - São Paulo: Ed. 34, 2006.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. **Rev. Sociol. Política**, v. 27, n. 70, e006, 2019.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

MEZAROBBA, Glenda. "O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro". *In:* SOARES, Inês Virgínia Prado, KISHI, Sandra Akemi Shimada (Org.). **Memória e Verdade**: A Justiça de Transição no Estado Democrático Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Fórum, p. 37-53, 2009.

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. Tortuosas transições: a preservação de autonomias militares no Brasil e no Chile. *In:* GALLO, Carlos Artur (Org.). **No rastro das transições**: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no Cone Sul e no Sul da Europa. Pelotas: Editora da UFPel, p. 157-173, 2019.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUINALHA, Renan. **Justiça de transição:** contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

SÓLIS DELGADILLO, Juan Mario. **Los tiempos de la memoria en las agendas políticas de Argentina y Chile.** Buenos Aires: Eudeba, 2015.

TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça de Transição. *In:* REÁTEGUI, Félix (Coord.). **Justiça de Transição:** manual para a América Latina. Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, p. 135-170, 2011.

Documentos

Relatório Azul 2014 – Edição Especial – 50 anos do Golpe no Brasil. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 54ª Legislatura, 2015.

Relatório Final da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 54ª Legislatura, 2017.

Considerações sobre fantasmagoria e testemunho: linguagem visual e imagens dialéticas na apreensão da violência política

Thiago Possiede[1]

Resumo

Esta pesquisa propõe refletir e desenvolver categorias de análise sobre testemunhos decorrentes de experiências traumáticas. A abordagem visa estreitar e atualizar as relações entre os conceitos de trauma (Sigmund Freud) e fantasmagoria (Walter Benjamin). A noção de fantasmagoria da violência encontra paralelos em estudos (Jaime Ginzburg) sobre memória e literatura, articulando formas de linguagem, como a repetição de metáforas, analogias, gestos, ocultamentos, silêncios, atos-falhos e imagens que surgem da expressão e esforço de estruturar o testemunho como exposição do horror. Investigar testemunhos de tortura, por exemplo, tensiona o processo metodológico da pesquisa histórica para pensar o relato como linguagem visual (Aléxia Bretas), estabelecendo vínculos e suporte de imagens dialéticas. Buscar como essas imagens surgem na linguagem, sendo, ao mesmo tempo, forma e conteúdo da experiência traumática e fantasmagórica é a problemática atual desta proposta. Nossa hipótese sinaliza que elas descrevem e revelam tempos históricos, podem ser compreendidas como indicadores e, dispostas em conjunto, diagnóstico de tempo, uma vez que denunciam as contradições da realidade em termos de barbárie e catástrofe, por isso a característica dialética. Assim, a pesquisa metodológica que se apresenta aqui se fundamenta em uma base empírica de testemunhos de torturas, ocorridas durante a ditadura militar chilena.

Palavras-chave: Testemunho; Violência; Pesquisa histórica; M*étodo*.

1 Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor da graduação em História, Universidade Estadual do Paraná, campus Paranaguá.

O objetivo deste trabalho é desenvolver e atualizar categorias de análise sobre testemunhos de experiências traumáticas. O esforço se concentra em estreitar as relações entre o que Sigmund Freud apreendeu a respeito do *trauma* e o que Walter Benjamin produziu com e por meio da noção de *fantasmagoria*[2]. Em pesquisas acerca do período da Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 e 1985, Jaime Ginzburg tem se dedicado a análises que articulam memória e literatura, pensando a experiência traumática e suas formas de expressão. Nesse sentido, se propõe aqui um diálogo, atualização e refinamento da problemática presente em Ginzburg, de modo a sugerir paralelos da discussão com o que se busca aprofundar através da categoria de *fantasmagoria da violência.*

No texto *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, publicado em 1915, Sigmund Freud apresentou reflexões sobre as consequências da Primeira Guerra Mundial, em específico, a produção de sofrimento psíquico e as ressonâncias do sofrimento nas relações sociais. A guerra "[...] destrói todos os laços comunitários entre os povos que combatem uns aos outros, e ameaça deixar um legado de amargura que por longo tempo tornará impossível o restabelecimento dos mesmos" (Freud, 2010, p. 215), é este *legado de amargura* e sua impossibilidade de restabelecimento que nos interessa nesta pesquisa, pois nos coloca, de início, diante de um espaço de experiência onde se acumulam camadas de tempo subjetivas, singularizadas e, ao mesmo tempo, coletivas.

A História dos Conceitos, na chave de Reinhart Koselleck (2006), promoveu o estudo dos tempos históricos tendo, como orientação metodológica, a análise dos conceitos considerados como singular-coletivo. Se em sua obra ficou demonstrada a possibilidade de acesso à realidade pela via dos conceitos históricos, haveriam condições de possibilidade para adentrar ao singular-coletivo por meio daquele *legado de amargura* e compreender os sofrimentos psíquicos e sociais de um tempo histórico? Sim, ao longo do século XX, ficou demonstrado, de diferentes maneiras, a apreensão dos sofrimentos por diversas linguagens, formas e métodos. Na psicanálise de Freud; nos estudos de Walter Benjamin, de Theodor Adorno; na literatura de Franz Kafka, de

2 Este texto é desdobramento e continuidade de pesquisas que tenho desenvolvido sobre violência política. Um capítulo de livro escrito por mim encontra-se em fase de publicação. Assim, a proposta aqui é comunicar a busca pelo refinamento e atualização dos instrumentos teóricos e metodológicos que proponho discutir no campo da pesquisa histórica.

Primo Levi; na poesia de Paul Celan; nos escritos de Jean Améry; nos testemunhos coletados e organizados por Svetlana Aleksiévitch; observam-se o sofrimento visto por prismas alternados.

Podemos considerar, partindo de Freud, que a guerra permite a aceleração do sofrimento e a produção e alargamento de novas fronteiras de dor, brutalidade, morte e violações, transformando a experiência da morte em novos significados, estendendo o legado de amargura, ressentimento, rancor e ódio no tempo.

> O Estado beligerante se permite qualquer injustiça, qualquer violência que traria desonra ao indivíduo. Ele se serve, contra o inimigo, não apenas da astúcia autorizada, mas também da mentira consciente e do engano intencional, e isso numa medida que parece ultrapassar o costumeiro em guerras anteriores. O Estado requer extremos de obediência e sacrifício de seus cidadãos, privando-os ao mesmo tempo de sua maioridade por um excesso de sigilo e uma censura da comunicação da expressão, que deixa o ânimo daqueles assim oprimidos intelectualmente indefeso ante qualquer situação desfavorável e todo rumor sinistro. Ele se desliga dos tratados e garantias mediante os quais se comprometera com os outros Estados, admitindo desavergonhadamente sua cobiça e seu afã de poder, que o indivíduo deve então aprovar por patriotismo (Freud, 2010, p. 216-217).

O Estado beligerante é esta máquina de produção de morte, máquina de dilacerações, de esquartejamento das emoções e sentimentos, forçando os sujeitos históricos a se encontrar, diante de si e dos outros, em um abismo de angústias, agonias, desgraças e aflições. Os tempos históricos são permeados por diversas imagens e linguagens do sofrimento. Freud, neste mesmo texto, indica que *a história humana é uma história de assassinatos*, um processo onde as pulsões se entrecruzam e precipitam-se em violências que produzem e se reproduzem em padrões de comportamento, também plurais e diversos, descontínuos e contraditórios.

Injustiça, mentira consciente e engano intencional. Obediência e sacrifício dos cidadãos, privação de direitos e censura de qualquer expressão. Um conjunto de violações que se apresenta como legítimo, pois é gerado em um ordenamento jurídico e legislativo, em determinada cultura política que projeta na Constituição, nos códigos penais e processuais, relações sociais desiguais e violentas. Para Walter Benjamin (2016, p. 13), a cultura carrega a barbárie, para cada ato legítimo do Estado, em nome da garantia da Ordem, ocorre a produção da crueldade. Nessas relações onde as contradições entram em circulação, se espera que o indivíduo *deva* aprovar a Ordem por patriotismo e agir em defesa da pátria.

Esse *dever,* como formação e padronização da cultura capitalista, os indivíduos passam a sentir como necessidade e a assimilar como eixo central na significação da vida. Assim, a transição de uma ética religiosa para uma ética secular da cultura capitalista também conflui para os sentidos e sentimentos de pertencimento e identidade na Era dos nacionalismos. Sentir a nação e a pátria, o dever de estar disposto a sacrificar-se e defender o Estado-nação são elementos fundamentais do patriotismo.

Com este espaço de experiência, Freud estava ouvindo as consequências da Primeira Guerra Mundial em seus pacientes. O que é estarrecedor e, ao mesmo tempo, óbvio, é que o modo como esse Estado beligerante, descrito no fragmento destacado acima, torna-se a forma permanente de operação das ditaduras do século XX. Max Weber havia sinalizado no texto *Ciência e Política, duas vocações* (2003), na conferência datada de 1919, a característica de progressiva burocratização do aparelho estatal com o capitalismo industrial do final do século XIX. Isso estaria presente não apenas nas economias capitalistas, mas também nas possíveis sociedades comunistas que viriam a surgir no começo do novecentos. Esse aspecto indica que as tendências violentas do aparelho repressivo do Estado não estariam circunscritas em tempos de guerra, se colocariam como a lógica mesma de ação, se atualizando com as Doutrinas de Segurança Nacional, nos países da América Latina, principalmente a partir da década de 1930.

As experiências do terror em guerra, práticas e táticas de eliminação do inimigo, seriam também atualizadas e disseminadas nas ditaduras do século XX. A ditadura nazista na Alemanha, e sua ocupação bélica em outros países,

bem como a ditadura fascista na Itália são exemplos clássicos dessas experiências. O uso da propaganda, como modelo de transformação progressiva da linguagem para localizar bodes expiatórios na sociedade, como judeus, anarquistas, socialistas, comunistas, sindicalistas, ciganos, negros, homossexuais, pessoas com deficiências físicas e mentais, também modificou as estratégias e métodos políticos na disseminação de mentiras para gerar pânico, medo, desconfiança e ódio. A propaganda como guerra psicológica, a partir de 1945, intensificou o anticomunismo e a perseguição a movimentos, partidos, sindicatos e políticos de esquerda, tornando-se tendência política hegemônica.

Segundo Marina Vahle (2012) e em diálogo com Freud, o trauma se conecta com a fantasia, uma vez que os sintomas (e a repetição da experiência traumática) abrem vias de acesso na compreensão de *constelações traumáticas* que constituem o sofrimento. O que são as diversas experiências do Terrorismo de Estado, na produção em massa de vítimas, senão repetições e atualizações de passados traumáticos que se acumulam em destruição dos desejos e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, alimentam novos desejos de transformação e superação do sofrimento infligido?

A memória dos passados traumáticos é açoitada, mutilada, violada, contudo, seu retorno é sempre presente, mesmo que cada tempo histórico se esforce em calar as memórias. Estas, como fantasmagorias, assombram a ação e o silenciamento daqueles que atentam contra sua manifestação. A expressão da fantasmagoria retorna como assunto inacabado, em latência. "O trauma não é apenas um acontecimento pontual que se esgota em si mesmo, ele conserva psiquicamente seus efeitos, por meio da lembrança, de modo a poder se manifestar muito tempo depois, ou somar-se a traumas posteriores" (Vahle, 2012, p. 8).

Walter Benjamin (2016) problematiza essas questões em suas conhecidas teses sobre o conceito de História. Na "Tese V", por exemplo:

> A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento. "A verdade não nos foge. Essa fórmula de Gottfried Keller assinala, na concepção da his-

> tória própria do historicismo, precisamente o ponto em que essa concepção é destruída pelo materialismo histórico. Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela (Benjamin, 2016, p. 11).

Ou na famosa "Tese VI" em que evoca os mortos em perigo:

> Articular historicamente o passado não significa reconhece-lo "tal como ele foi". Significa apoderarmo-nos de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão num momento de perigo. Ao materialismo histórico interessa-lhe fixar uma imagem do passado tal como ela surge, inesperadamente, ao sujeito histórico no momento do perigo. O perigo ameaça tanto o corpo da tradição como aqueles que a recebem. Para ambos, esse perigo é um e apenas um: o de nos transformarmos em instrumentos das classes dominantes. Cada época deve tentar sempre arrancar a tradição da esfera do conformismo que se prepara para dominá-la. Pois o Messias não vem apenas como redentor, mas como aquele que superará o Anticristo. Só terá o dom de atiçar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer (Benjamin, 2016, p. 11-12).

As duas Teses acima repetem e se reforçam enquanto imagens dialéticas e fantasmagorias. O conceito de História que Benjamin esboça e apresenta, neste texto chave da historiografia do século XX, está estruturado na forma como a experiência traumática se expressa. A "recordação" que surge como um clarão num momento de perigo; "a verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento"; "ao materialismo histórico interessa-lhe fixar numa imagem do passado tal

como ela surge": as analogias que Benjamin realiza, "iluminando" a lembrança, a memória, a recordação com um "clarão", com a luz de um trovão, um relâmpago que descarrega uma intensa luminescência em um lapso de tempo, abrem as cicatrizes das feridas que querem ser expostas.

Como imagens fixadas, mas ainda em movimento, o passado se mostra como um fotograma recortado de uma película de cinema ou de um *frame* fotográfico. Já seria suficiente para nós compreendermos os passados traumáticos nesta leitura como *linguagem visual,* porém, há mais a ser dito. Assim como as imagens do passado se impõem para nós pela imaginação histórica e pelas experiências singulares de nossas vidas, num esforço de reconhecimento das experiências do outro em nós, o relâmpago não apenas ilumina, ele ressoa, se faz ver e ouvir.

Nesse sentido, a "Tese IX" condensa uma sombria visão e escuta do tempo.

> Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (Benjamin, 2016, p. 14).

As ruínas e os mortos se acumulam em uma catástrofe sem fim. Ouvimos gritos de agonia, lágrimas de dor, clamores de misericórdia, berros aterrorizantes e mais gritos sobre gritos de desolação, vozes se cruzando, pedidos de

ajuda e mais gritos de dor e angústia. A catástrofe se acumula e mais mortos nos olham, nos comunicam pelos fragmentos que são lançados ao tempo histórico, se estilhaçam. Corpos e mais corpos são empilhados. Nos cabe ver e ouvir, no presente, as catástrofes que nos cercam. Benjamin escreveu as teses sobre o conceito de História a partir de sua experiência simultânea com o nazi-fascismo dos anos 1930, suas reflexões nos ajudam a pensar o Terrorismo de Estado aqui na América do Sul, como está demonstrado no largo campo das pesquisas sobre as ditaduras militares.

Esta pesquisa tem como principal banco de dados uma reunião de testemunhos de ex-presos políticos, colonos alemães e cidadãos chilenos torturados na *Colonia Dignidad*, no sul do Chile e nos centros de tortura na capital do país, Santiago de Chile, principalmente nos anos 1970. O fragmento a seguir demonstra o nosso trabalho de investigação em andamento, a partir de uma longa entrevista coletada pela *Universidade Livre de Berlin* com uma ex-presa política nos centros de tortura da ditadura militar chilena, iniciada em 11 de setembro de 1973. Precisamente, o testemunho revela os tormentos e violações cometidas contra ela:

> [...] y después empiezan a subir el nivel de tortura y en un momento, entonces, me vienen a buscar a la pieza y me llevan [...] Todo esto, digo, ya llevaba 48 horas sin comer, sin tomar agua. Eh, me llevan a "la Torre", que se llamaba. "La Torre" en Villa Grimaldi, era donde ejecutaban las peores torturas.
> En realidad, colgaban a muchos compañeros allí, tenían todo un sistema de cuerdas donde los mantenían en el aire, enseguida se seguía picando corriente, el cuerpo se movía de una manera impresionante. Horrible.
> Eso, me llevaron a "La Torre" y cuando iba en el camino hacia la torre, hay un compañero que se acerca. Yo lo visualizo que venía caminando alguien así, estaba sin venda. Y pasa por el lado mío y me le empieza a buscar conversación al guardia que me llevaba y en eso me mete en el bolsillo.
> Me dice "Toma, tómate esto" y me había puesto dos pastillas. Eh, posteriormente yo supe quién

> era y todo. Era Lautaro Videla, el hermano de Lumi Videla, que en esos momentos estaba allí en Villa Grimaldi. Él me dice "Tómate esas pastillas y trata de dormirte, dormirte cómo sea, donde te tienen ahí."
> Y efectivamente, seguí su consejo, me tragué inmediatamente las pastillas, el tiempo que me llevan a la torre. Me hacen esperar un poco afuera, porque tenían a otra gente torturando. Me hacen escuchar los gritos, todo lo que le hacían a la otra persona y después me entran y allí me cuelgan también.
> Eso fue uno de las peores torturas que tuve, y me pasaron un palo entre las articulaciones aquí de las rodillas y me pusieron en una posición fetal. Todo esto amarrado con cuerdas (R., 2021).

Diante da imagem que o testemunho da tortura nos provoca a produzir, é ela, a tortura, que nos olha também, é a reminiscência do sofrimento e da violência do terror que nos atravessa. O testemunho também é resquício de mundos oníricos, quando aquele que testemunha se reencontra com suas experiências traumáticas. Ao falar, estrutura esses mundos oníricos pela linguagem, provocando a imaginação no outro, daquele que escuta, expõe suas impressões e repressões, relata o Terrorismo de Estado de forma particular, mas revela, ao mesmo tempo, padrões de funcionamento e operação da violência.

Os torturadores aparecem para nós, os vemos e escutamos por meio do testemunho articulado pela memória da pessoa torturada. Conseguimos imaginar e nos aproximar desse passado traumático. Como fantasmagorias, como aparições espectrais, os sujeitos históricos provocam a nossa sensibilidade, é preciso compreender esse acúmulo e dispersão de violências, de constelações traumáticas, de imagens dialéticas que circulam em nosso tempo, que estão dispostas a serem apreendidas através da pesquisa histórica, e que esta seja capaz de ouvir essas camadas de tempo e desejos desejados que chegam a nós no presente.

Referências

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. 2ª ed. Trad. Joao Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

BRETAS, Aléxia. **Fantasmagorias da modernidade**: ensaios benjaminianos. São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte [1915]. FREUD, Sigmund. *In:* **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Trad. Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Obras Completas Volume 12.

GINZBURG, Jaime. Ditadura e estética do trauma: exílio e fantasmagoria. *In:* VIANA, Chico (Org.). **O Rosto Escuro de Narciso**: Ensaios sobre literatura e melancolia. João Pessoa: Ideia, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Mass, Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora Puc-Rio, 2006.

R. María, Entrevista cd057, 12.10.2021, **Colonia Dignidad**. Un archivo de historia oral chileno-alemán, https://archiv.cdoh.net/es/interviews/cd057

VAHLE, Marina de Andrade. **O trauma na obra de Freud**: ramificações conceituais e consequências clínicas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WEBER, Max. **Ciência e política, duas vocações**. Trad. Leonidas Hegenberg, Octany da Mota.Rio de Janeiro: Cultrix, 2003.

A escrita instituinte de Abdias Neves sobre as lutas pela independência no Piauí em *A Guerra do Fidié*

Teresinha Queiroz[1]
Rodrigo Thadeu Paiva Dias[2]

Resumo

Este texto analisa a obra A guerra do Fidié (1907), de Abdias Neves, obra instituinte na historiografia sobre as lutas pela Independência no Piauí. O autor foi um dos mais destacados intelectuais piauienses da Primeira República, com inúmeras contribuições à cultura escrita, tendo na década inicial do XX se debruçado sobre a documentação disponível nos arquivos estaduais a respeito dos eventos ocorridos em 1822 e 1823. A análise empreendida neste trabalho considera o contexto historiográfico no qual Abdias Neves escreveu sua obra, quando ainda era reduzido o número de pesquisas que tratavam da Independência no Piauí, bem como a construção narrativa em seus traços peculiares, como a posição de narrador participante adotada pelo intelectual. Ao observar privilegiadamente o passado com os filtros do presente reflete sobre os possíveis da História. Outro traço marcante de A guerra do Fidié é a presença das ideias evolucionistas nas quais acreditava o autor, norteando sua leitura da psicologia coletiva das populações que participaram daquele processo. Com o objetivo de potencializar as análises realizadas, são estabelecidos diálogos com Monsenhor Chaves (2005) e Paulo Gutemberg de Carvalho Souza (2010).

Palavras-chave: Abdias Neves; Independência no Piauí; A guerra do Fidié.

---

1 Possui Licenciatura Plena em História (1977) e Bacharelado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Federal do Piauí, Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia Piauiense. E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br.

2 Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2021). Atualmente (2023-2025) realiza Mestrado em História do Brasil, na Linha de Pesquisa História, Cultura e Arte, pela Universidade Federal do Piauí. Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual, História e Literatura, História e Imprensa. E-mail: rodrigothadeu20@gmail.com.

Abdias da Costa Neves[3] foi um dos principais pensadores piauienses do início do século XX. Para além de sua atuação como político, professor e magistrado, o intelectual deixou registrada na cultura escrita uma ampla produção que engloba temáticas e gêneros diversos, desde considerável produção literária em poesia e prosa, passando por textos jornalísticos e exegeses religiosas, até estudos historiográficos sobre alguns dos principais eventos vivenciados pelos piauienses no século XIX.

Este artigo se debruça sobre o mais destacado trabalho historiográfico de Abdias Neves, o livro *A guerra do Fidié* (1907), no qual são narradas as disputas travadas no Piauí pela Independência do Brasil: processo marcado por forte belicosidade, tanto nos campos de batalha nos quais os independentistas enfrentaram as tropas de João José da Cunha Fidié,[4] quanto nos gabinetes políticos, onde cada posição de poder foi disputada por representantes de diferentes interesses.

O exercício de olhar os eventos de 1822 e 1823 à luz dos escritos de Abdias Neves possibilita decodificar a tentativa do autor de construir, através da fórmula artesanal inerente ao ofício do historiador, o seu próprio relato sobre aqueles acontecimentos. Tal relato, pode-se observar, é norteado pelas preferências intelectuais do autor à época em que escreveu seu texto – como o evolucionismo, por exemplo. Além disso, é percebida no trabalho a adoção de uma perspectiva historiográfica que se aproxima de modelos do século XIX, nos quais era empreendida a ambiciosa missão de alcançar a verdade histórica, a partir do arrimo de forte empiria, de modo que os documentos (em especial os documentos oficiais) contribuíssem para a reconstituição do

3 Abdias da Costa Neves (1878-1928) foi bacharel em Direito, político, magistrado, professor e intelectual de grande destaque no Piauí da Primeira República. Tornou-se perene na história piauiense através de sua atuação na política partidária, chegando a ser senador da República entre 1915 e 1924, e na cultura escrita, publicando diversas obras, entras quais se destacam: *A guerra do Fidié* (1907), *Um manicaca* (1909) e *Psicologia do cristianismo* (1910).

4 Militar português nascido no século XVIII e falecido em Lisboa em 1856. Participou da guerra contra os franceses que invadiram Portugal, forçando a vinda de D. João VI para o Brasil em 1808. Nomeado Comandante de Armas da Província do Piauí em 1822, tinha como missão manter o domínio português na região. Sua participação nas lutas da independência no Piauí e no Maranhão está amplamente documentada e discutida em toda a bibliografia sobre o tema. Deixou uma memória que trata de sua participação nesses eventos, localizada por Hermínio Conde na Secção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Após a queda de Caxias, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro e de lá para Portugal. Foi diretor do Colégio Militar de Lisboa e faleceu com a patente de general. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande dicionário histórico-biográfico piauiense*: 1549-1997. Teresina: [s.n.], p. 144-146, 1997.

passado da maneira o mais fidedigna possível ao real desenrolar dos acontecimentos. A esse respeito, esclarece Abdias Neves (2006, p. 88) aos seus leitores: "E me seja lícito acrescentar que, sempre que possível, estribarei as minhas afirmações em documentos da época. Nessas peças, escritas logo após os acontecimentos, é onde o investigador curioso pode encontrar os elementos dispersos da história da campanha".

Em relação à publicação da obra propriamente, antes de se tornar livro, o texto de *A guerra do Fidié* foi publicado no *Almanaque Piauiense*, com o título *Apuntos históricos sobre a Independência do Piauí*. O almanaque era similar ao produzido por Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco ainda no século XIX, tratando-se de um grande volume no qual o leitor encontrava notícias, biografias, propagandas, charadas, palavras cruzadas e lendas populares. O impresso era como que um livro para a família, contendo escritos considerados socialmente adequados para cada potencial leitor: as moças, os rapazes, as senhoras e os homens. A iniciativa de dar materialidade a uma nova versão da ideia de Miguel Borges Castelo Branco foi do próprio Abdias Neves, em parceria com Matias Olímpio, Miguel Rosa e João Pinheiro, que, à época, eram jovens homens públicos em ascensão na vida política e nos principais círculos culturais piauienses. Somente em 1907, *A guerra do Fidié* passa a circular no formato de livro.

Quando a obra foi escrita, é importante destacar, não havia uma ampla bibliografia disponível sobre as lutas pela Independência no Piauí. Abdias Neves acessou a documentação disponível dos arquivos governamentais, recorrendo ao mesmo procedimento realizado anteriormente por José Martins Pereira de Alencastre e Francisco Augusto Pereira da Costa, o que lhe ofertou a possibilidade elaborar o texto tomando como roteiro a própria correspondência do brigadeiro Manuel de Sousa Martins[5] (futuro barão da Parnaíba),

5 Manuel de Sousa Martins nasceu em 1767, na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, de Jaicós. Grande proprietário rural, criador e negociante de gado, ocupou diversos empregos públicos e fez carreira militar. Foi nomeado sucessivamente alferes, tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel das milícias do Piauí. Em 1820 atingiu o posto de brigadeiro e entrou para a reserva. Em 1821, como vice-presidente da província, passou a fazer parte da junta do governo provisório que atuou de 21 de outubro de 1821 a 7 de abril de 1822. A 24 de janeiro de 1823 tornou-se presidente da nova junta de governo temporário da província, em decorrência da adesão de Oeiras à independência do Brasil. Teve notável participação no processo de independência no Piauí e no Maranhão. Em 1825 recebeu o título de barão da Parnaíba e em 1841 foi elevado à dignidade de visconde. Administrou a província do Piauí de 1823 a 1843, com pequenos interregnos no final dos anos 1820 e início da década de 1830, quando foi substituído por João José Guimarães e Silva (15 de fevereiro de 1829 a 17 de fevereiro de 1831).

quando este esteve à frente da junta de governo que comandava o aparato burocrático provincial e resistia às tropas do militar português João José da Cunha Fidié. Abdias Neves, portanto, constrói um texto referendado pela documentação oficial, o que se deve não somente à forma como o intelectual concebia a disciplina História, mas também às limitações a serem contornadas para a realização da pesquisa. Sobre a questão, o autor observa que: "Por esse ano, 1823, não tinha, ainda, no Piauí um jornal que registrasse os sucessos. A imprensa foi introduzida em Oeiras doze anos depois (1835) e os fatos vivem, apenas, por metade, nos arquivos. Não há, porém, outra fonte em que me vá abeberar" (Neves, 2006, p. 88). A partir de tal determinação, o trabalho se aproxima de uma espécie de história da Independência por meio da ação do Estado, tendo a documentação primária como fonte principal, gerada no âmbito da própria burocracia estatal através das movimentações da junta de governo. Mesmo que quisesse ou necessitasse ampliar seus horizontes documentais e dialogar com outros pesquisadores, as opções disponíveis a Abdias Neves, à época da feitura da obra, eram escassas. A historiografia sobre as lutas pela Independência no Piauí ainda era muito pequena.

A primeira referência a esse processo aparece em 1857, quando José Martins Pereira de Alencastre publica *Memória cronológica, histórica e corográfica na província do Piauí*, trabalho no qual o autor realiza breve síntese dos acontecimentos, posicionando os deslocamentos espaciais de João José da Cunha Fidié e suas tropas no centro da narrativa.[6] Em obra publicada no ano de 1878, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco tratou tangencialmente da Independência nas biografias que escreveu sobre destacadas lideranças políticas piauienses do século XIX, entre as quais se encontra Manuel de Sousa Martins. O trabalho é um compilado de textos biográficos publicados na imprensa e posteriormente reunidos, onde se percebe um padrão na escolha dos personagens históricos contemplados: são todos patriarcas, membros de famílias influentes na política provincial (Castelo Branco, 1879). Quem apresentou ao público leitor piauiense discussões historiográficas mais detidas

Faleceu na cidade de Oeiras em 1856. castelo branco, Miguel de Sousa Borges Leal. Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí. Teresina: Tipografia d'A Imprensa, p. 49-52, 1879.

6 Alencastre, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 20, 1857.

sobre a questão foram Francisco Augusto Pereira da Costa[7] e Clodoaldo Freitas,[8] a partir de artigos publicados em jornais nos anos 1880.

Percebe-se, portanto, que um dos maiores méritos do livro de Abdias Neves é o seu pioneirismo. Até aquele momento, o início do século XX, eram escassos os escritos sobre a participação do Piauí na Independência e o autor recorreu à obra *História da Independência na província do Maranhão*, de Luís Antônio Vieira da Silva, o grande modelo disponível naquele momento. Vieira da Silva realizou sua pesquisa tomando como base a documentação existente em São Luís acerca do processo, especialmente a documentação pública, arquivada e produzida pela junta de governo no Maranhão (Silva, 1972).

Nas décadas que sucederam a publicação de *A guerra do Fidié*, nota-se que o livro foi bastante festejado pelos historiadores. Entre os contemporâneos de Abdias Neves, no entanto, ficaram registradas algumas críticas contundentes que se esquivavam, em diferentes níveis, do conteúdo da obra propriamente dito, especialmente por não haver ainda contraste possível: provavelmente, ninguém havia examinado a documentação disponível; ao menos não com a profundidade demonstrada por Abdias Neves. Pode-se dizer, em relação a alguns dos críticos, que suas leituras possivelmente eram condicionadas pelas dissidências políticas e utilizadas nas disputas simbólicas em torno dos cargos político-administrativos.

Entre essas leituras, a de maior destaque foi a realizada pelo dentista Anísio Brito, que considerava *A guerra do Fidié* um plágio de *História da Independência na província do Maranhão*. Em 1923, época em que Abdias Neves ocupava o cargo de senador da República e morava no Rio de Janeiro, Anísio Brito escreveu artigos nos quais negava ao então parlamentar qualquer mérito pela feitura de *A guerra do Fidié*. Segundo as acusações, o texto seria mera imitação do que fez anos antes Vieira da Silva ao estudar o Maranhão. A crítica recorria a títulos como "Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva",

7 Costa, Francisco Augusto Pereira da. Uma página de história: o dia 24 de janeiro de 1823. *A Imprensa*, Teresina, ano 20, n. 852, 25 jan. 1885; Costa, Francisco Augusto Pereira da. D. João de Amorim Pereira. *O Télefone*, Teresina, 10 abr. 1885; Costa, Francisco Augusto Pereira da. Comando das Armas do Piauí. *A Imprensa*, Teresina, ano 20, n. 862, 11 abr. 1885.

8 Freitas, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. A Imprensa. Teresina, ano 20, nº 853, 31 jan. 1885; Freitas, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. A Imprensa. Teresina, ano 20, nº 854, 7 fev. 1885; Freitas, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. A Imprensa. Teresina, ano 20, nº 855, 12 fev. 1885.

"Abdias Neves correndo com a sela" e "Abdias Neves é mero colaborador" para dar publicidade à suposta imitação, fazendo o serviço de revisor ou crítico historiográfico.[9] Os artigos de Anísio Brito elucidam alguns aspectos referentes à recepção dispensada por parte do público leitor ao livro *A guerra do Fidié*, podendo-se perceber os tipos de críticas suscitadas, quais aspectos do livro foram valorizados e quais não foram; assim como também se evidencia uma disputa no campo historiográfico, visto que Anísio Brito também era historiador.

No tocante às inspirações intelectuais de Abdias Neves, aos pressupostos teóricos com os quais foram estabelecidos os diálogos que nortearam as interpretações contidas na obra, salta aos olhos a operacionalização de algumas das teorias em voga entre os pensadores do final do século XIX e início do século XX. O autor dá feições interdisciplinares ao seu texto, quando se aproxima de áreas como a Psicologia e a Biologia para argumentar que a fauna, a flora, a geologia e o clima oferecidos pelo território do Piauí foram determinantes para a constituição da população que se convencionou chamar de piauiense, com todos os traços culturais e sociais, as virtudes e os defeitos que lhe são peculiares. Paulo Gutemberg de Carvalho Souza observa que: "Ele fala de um lugar que associa as instâncias do saber científico às esferas de poder político e social" (Souza, 2010, p. 262).

Nesse sentido, Abdias Neves destaca o que seriam características psicológicas comuns a esse povo, descrito como um conjunto humano "essencialmente firme nas convicções, constante nos hábitos, moderado nos impulsos. Não é reformador, nem sofre arrebatamentos. É um reflexo do meio" (Neves, 2006, p. 263). Tal constituição, estabelecida pela interação com a natureza, teria se dado da seguinte forma:

> O criador – o fazendeiro – para auferir todo o resultado de sua simples empresa, tinha, apenas, que cruzar os braços e ceder à fatalidade das circunstâncias. Não era preciso a sua intervenção. Nenhum esforço se lhe exigia. E como por toda parte abundavam frutas, sobrava caça,

9 Brito, Anísio. O Dr. Abdias Neves é mero colaborador. *O Piauí*. Teresina, ano 34, n. 681, 9 ago. 1923; Brito, Anísio. O Dr. Abdias Neves compilou Vieira da Silva. *O Piauí*. Teresina, ano 34, n. 683, 16 ago. 1923; Brito, Anísio. Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva. *O Piauí*. Teresina, ano 34, n. 686, 23 ago. 1923; Brito, Anísio. Abdias Neves correndo com a sela. *O Piauí*. Teresina, ano 34, 30 ago. 1923.

> e serpenteavam os rios piscosos, a luta pela vida não tinha grandes exigências e o homem, amolentado pelo calor, perdia, pouco a pouco, os traços de seu caráter de origem. De irrequieto, corajoso, aventureiro e esforçado, fizeram-no o calor, a facilidade dos meios de subsistência e a vida monótona das fazendas um temperamento morno, um caráter passivo, um tipo indolente. Montesquieu já dizia que o calor definha o corpo e entorpece a vontade: é certo. Ele entorpeceu a vontade do nosso sertanejo, fê-lo fraco ao querer, e tardo no agir. E como suas necessidades eram prontamente satisfeitas, desde que encontrava ao alcance da mão o gado, as frutas, a caça e a pesca de que se alimentava e se alimenta; como se vestia e se veste de algodão grosseiro (tecido em rústicos aparelhos de madeira) e do couro curtido dos veados; como de nada mais necessitava, foi recuando cada vez mais o horizonte das ambições e perdendo o espírito de iniciativa. A necessidade é que faz a função, esta faz o órgão. Não tinham os nossos matutos a necessidade de trabalhar: ficaram indolentes. Não tinham que se fazer empreendedores, uma vez que tudo obtinham sem esforço: perderam a iniciativa. A concorrência na luta pela vida era insignificante; não tinham que disputar ferozmente a sua cota: tornaram-se passivos (Neves, 2006, p. 264-265).

A explicação de Abdias Neves a respeito da constituição histórica dos piauienses explicita a aproximação do autor com perspectivas evolucionistas, a partir das quais é defendida a ideia de que a natureza exerce uma ação imperiosa sobre os coletivos humanos. A generalização apresentada é alicerçada na tese de que a identidade é concebida em consonância com a interação entre homem e meio. Cultura, sociedade e economia, portanto, seriam historicamente construídas orbitando fortes condicionantes ou, mesmo, determinações.

O perfil psicológico apresentado, segundo a análise de Abdias Neves, impactou a participação dos piauienses nas lutas pela Independência. Ao passo que a falta de arrojo era um limitador, a passividade contribuía com a coesão

das tropas e a manutenção da disciplina. Os cearenses, ao contrário, fizeram-se povo comprimidos entre a Ibiapaba[10] e o oceano; em um território flagelado por secas periódicas e, portanto, também por dificuldades para desenvolver a agricultura e a pecuária. Tais condições fizeram das populações do Ceará mais dadas a tentativas de subsistência longe da terra natal, mais desprendidas, corajosas, mais ativas em relação à interação com a natureza. Por essas características, os cearenses que engrossavam as tropas independentistas, apesar de terem dado importantes contribuições, também se mostraram, em diversas ocasiões, indisciplinados, chegando mesmo a protagonizarem saques a fazendas na região norte do Piauí quando dispensados pela junta de governo (Neves, 2006).

Tais formulações de Abdias Neves trazem à tona um importante debate: a discussão a respeito do amadurecimento identitário piauiense durante o século XIX. Na narrativa de *A guerra do Fidié,* está contido uma espécie de épico, com personagens principais não necessariamente heroicizados. O autor é crítico em relação à maior parte dos potenciais heróis presentes na história. São heroicizadas, na verdade, ideias-conceito como liberdade e patriotismo, que teriam servido de inspiração para o empreendimento de significativo esforço coletivo em favor da causa emancipacionista, por parte daquele grupo de pessoas que nutria sentimentos em comum de pertencimento ao mesmo território.

A prosa, pois, contém uma narrativa fundante, um relato que objetiva dar liga às identidades particulares e formar uma identidade coletiva a partir desse momento fundador, que é a participação nas lutas pela Independência. O texto é produzido do ponto de vista de Oeiras, local de origem da maior parte da documentação analisada por Abdias Neves. As fontes possibilitam acompanhar a atuação da junta de governo, que esteve operante entre março de 1822 e janeiro de 1823.

A partir da documentação produzida pela junta, o autor apresenta as ações determinadas pelas lideranças, as expectativas, os medos e as soluções encontradas para os desafios que surgiam. A documentação, por ser majoritariamente composta por correspondências, dá movimento à obra. O leitor é levado de Oeiras para Marvão,[11] de Parnaíba para Campo Maior, de Campo

10 A Serra da Ibiapaba é uma região montanhosa localizada entre os estados do Piauí e do Ceará.

11 Atual município de Castelo do Piauí, localizado no Centro-Norte do estado e distante cerca de cento e oitenta quilômetros da capital Teresina.

Maior para o Estanhado,[12] assim como para Caxias, no Maranhão. A leitura é como que um passeio pelos acontecimentos, sendo possível perceber questões como: as dificuldades em manter coesas e disciplinadas as tropas; a lentidão na comunicação entre a junta de governo e os homens no campo de batalha, reunidos para resistir a Fidié; a escassez de recursos para financiar a resistência; os desafios impostos pelo meio natural; a necessidade de realizar longos percursos, em terreno árido, sob forte sol. Acompanha-se, então, através da leitura da obra, uma dinâmica territorial. Muda-se de vila, de cidade, de espaço; segue-se as ordens da junta de governo e as decisões de Fidié, no embalo das vacilantes estratégias militares.

Para além das dificuldades administrativas, entre a população civil que assistia ao desenrolar daquele processo, os portugueses e seus descendentes fixados no Piauí sentiram recair sobre si um forte sentimento antilusitano. O clima de guerra que pairava no ar contribuiu para o desenvolvimento de uma aversão àqueles sujeitos e a situação culminou em uma considerável quantidade de portugueses assassinados, saqueados, expulsos de suas próprias casas, enfim, expostos às mais distintas formas de violência. Esse é um aspecto ainda pouco estudado na historiografia piauiense sobre a Independência, os que trataram da questão de maneira mais detida foram o próprio Abdias Neves e, posteriormente, Monsenhor Chaves (2005).

A narrativa brasileira, de maneira geral, contrapõe-se à lusitana. Percebe-se a criação – na vida cotidiana da época e, *a posteriori*, nos textos de Abdias Neves – de uma dicotomia entre os brasileiros (aqueles que estavam lutando pela libertação do Brasil) e os portugueses (aqueles que defendiam a manutenção do relacionamento injusto com Portugal). Essa dicotomia, como relatado, não foi apenas retórica. Antes e depois da Batalha do Jenipapo, os portugueses foram submetidos a variadas formas de coerção. Tratava-se da ação de multidões exaltadas, que culpavam os portugueses – elemento exógeno na constituição do Brasil – por muitas das mazelas enfrentadas nos trópicos. Sobre a forma como Abdias Neves tratou da questão, Paulo Gutemberg de Carvalho Souza faz a seguinte crítica:

> A postura de Abdias Neves de dicotomizar os conflitos da Independência entre brasileiros e portugueses não o permitiu ver outras clivagens

12 Atual município de União, localizado a cerca de sessenta quilômetros de Teresina.

> sociais entre fazendeiros e as camadas sociais menos favorecidas e o impediu de perceber outros possíveis interesses ou sentidos em disputa, especialmente aquilo que chamou de 'tropelias e violências' perpetradas pelas massas embrutecidas (Souza, 2010, p. 264).

A visão do pesquisador é uma releitura realizada, já no século XXI, dos documentos interpretados por Abdias Neves na primeira década do século XX. Segundo Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, o intelectual percebe o antilusitanismo como um dos ingredientes que colaboraram na construção do patriotismo brasileiro e do sentimento comum de pertencimento ao território piauiense.

Um outro aspecto importante da obra a ser mencionado é que as inspirações intelectuais, para além de contribuírem com a maneira a partir da qual as fontes históricas foram analisadas para a feitura de *A guerra do Fidié*, também, estão presentes na própria construção narrativa do texto:

> A escrita de *A guerra do Fidié* é entremeada de conceitos científicos (raciológicos e evolucionistas), delineamento de fatos previamente configurados e imagens literárias descritivas da paisagem local, o sertão, tendo em vista a compreensão pelo grande público. A estrutura do texto combina história, literatura e ciência, mesclando narrativa histórica, visões do autor sobre a massa popular e os governantes [...]. São comuns no texto explicações dos fatos históricos como se fossem fenômenos psicossociais, inspiradas provavelmente na leitura de *A psicologia das multidões*, de Le Bom (Souza, 2010, p. 265).

Nesse sentido, é uma característica marcante de *A guerra do* Fidié a postura de narrador participante adotada por Abdias Neves – elemento também percebido em outros historiadores que, nas décadas seguintes, debruçaram-se sobre o mesmo processo, como Wilson Brandão (1971), Monsenhor Chaves (2005) e Odilon Nunes (1966). Esses autores, em diferentes graus, através de

uma mediação documental, construíram suas narrativas como que se incluindo nos acontecimentos, misturando-se, opinando em relação ao desenrolar dos fatos, especulando sobre os possíveis da história, explorando a relação entre presente e passado, ao lançarem mão do olhar privilegiado de quem observa do futuro.

Abdias Neves assume a posição de gestor da guerra. O intelectual "conserta" as ações, indica os caminhos que teriam maior possibilidade de sucesso, os erros estratégicos cometidos de lado a lado, critica movimentações realizadas por Manuel de Sousa Martins, por Fidié e pelos parnaibanos. Ou seja, é percebida uma postura na qual o historiador se mune de autoridade sobre o passado, interferindo e julgando os fatos segundo a forma como teriam ocorrido. Estabelece-se íntima relação entre passado e presente, a partir de uma atitude ativa, quase como se o autor estivesse no campo de batalha disputando a gestão da guerra com os personagens que vivenciaram os eventos estudados.

Para além dessa característica, é possível encontrar em *A guerra do Fidié* uma série de arroubos ou floreios literários que atravessam toda a construção do texto, ocupando por vezes páginas inteiras. O autor recorre à imaginação e às inclinações para a prosa ficcional em sua tentativa de reconstituição da "verdade histórica" (NEVES, 2006, p. 202), apresentando aos leitores um bom número de adjetivos e interpretações intuitivas, nem sempre coladas à materialidade da documentação.

Como dito anteriormente, Abdias Neves inventa o que pode ser chamado de um épico da história do Piauí. O autor demonstra a intenção de construir e atribuir valor ao que seria o ato fundador da piauiensidade: as lutas pela Independência e, em particular, a Batalha do Jenipapo: "Não há, aliás, em toda a luta pela Independência no Ceará, nesta província e na do Maranhão, uma página mais pavorosamente grandiosa que a da batalha do Jenipapo – a mais importante das que foram feridas" (Neves, 2006, p. 145).

Segundo a construção narrativa do autor, em todo esse processo, tão rico em importância e significado, deve-se olhar mais atenciosamente às ideias que pairavam pelo território brasileiro (como a crescente valorização da liberdade e a ascensão de sentimentos patrióticos) do que à atuação dos indivíduos.

Em relação a Manuel de Sousa Marins, por exemplo, Abdias Neves considera ter o futuro visconde da Parnaíba aderido à causa independentista como

uma forma de vingança pessoal, por ter sido preterido na composição da primeira junta de governo, fiel a Portugal. Após a destituição desta, a criação da nova junta (favorável à Independência) e a nomeação de Sousa Martins como líder do governo, o historiador considera que, na prática, o poder estava concentrado monocraticamente nas mãos do futuro barão da Parnaíba. Abdias Neves diminui a importância política, do ponto de vista da tomada de decisões, do grupo que compunha a junta de governo. O chefe da coalisão independentista teria adotado postura ditatorial, de alguém incapaz de integrar uma ação coletiva e democrática (Neves, 2006).

Em relação a Fidié, sua participação nos eventos de 1822 e 1823 é descrita na narrativa de Abdias Neves como um compilado de equívocos estratégicos – a começar pela decisão de desguarnecer a capital, Oeiras, e marchar para Parnaíba: atitude que teria desencadeado todos os outros erros do lado português e orientado o rumo que tomaria o conflito em sua escalada até a Batalha do Jenipapo:

> Que pensar, entretanto, da nova resolução tomada pelo sargento-mor João José da Cunha Fidié? Parece-me que feriu de morte os interesses de Portugal nesta província. Se foi um erro grave abandonar Oeiras à mercê dos acontecimentos, erro menor não foi abandonar Campo Maior, rompendo qualquer probabilidade de ir em socorro da capital na hipótese de o exigirem as circunstâncias. Não é menos digno de censura ter ficado inativo por quatorze dias em Campo Maior, refazendo-se da marcha, no entanto que a evolução emancipacionista se precipitava, num surto assombrosamente avassalador (Neves, 2006, p. 77).

Evidencia-se, portanto, a postura crítica adotada por Abdias Neves em relação às ações de dois dos mais destacados nomes envolvidos naquele processo: o militar português Fidié e Manuel de Sousa Martins. Pareciam ser mais dignos de destaque os sentimentos que teriam motivado os populares, a gente comum do sertão piauiense, a se dirigir às margens do riacho Jenipapo, em Campo Maior, no dia 13 de março de 1823. Para o autor, "só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados" (Neves, 2006, p. 145).

Um dos poucos personagens que tem protagonismo realçado por Abdias Neves é Leonardo de Carvalho Castelo Branco, que possui capítulo inteiro na obra dedicado aos seus feitos como defensor da Independência.

Em *A guerra do* Fidié, salta aos olhos do leitor atento as peculiaridades através das quais Abdias Neves interpreta os eventos. O autor distribui diferentes significados aos fatos, de modo que personagens são apresentados submersos por algumas camadas de discurso, que servem ao objetivo de valorizar ou diminuir em importância determinados sujeitos históricos. É construído pelo autor um modelo historiográfico fortemente inspirado em *História da Independência da província do Maranhão*, de Luiz Antônio Vieira da Silva, que serve de base para os historiadores que, nas décadas seguintes, viriam a estudar as lutas pela Independência no Piauí[13].

É importante observar que toda narrativa surge em um determinado tempo-espaço. Compreender o contexto no qual o historiador produz seus escritos é essencial para perceber porque certas coisas possuem uma feição e não outra, porque alguns discursos são postos no mundo enquanto outros permanecem silenciados; assim como quais especificidades temporais condicionaram cada obra. Olhando para o caso de Abdias Neves, o autor não economizou em relação às críticas direcionadas às classes dominantes, embora estivesse ele próprio, durante a primeira década do século XX, transformando-se em um membro da elite política e intelectual piauiense (Pinheiro, 2003).

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 20, 1857.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: COMEPI, 1971.

13 Nesse sentido, *A guerra do Fidié* pode ser considerado um trabalho instituinte na historiografia sobre as lutas pela Independência no Piauí, ao lançar algumas diretrizes posteriormente seguidas por outros historiadores, como a estrutura narrativa. Queiroz, Teresinha. A história da Independência no Piauí: das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações. *Humana Res*, v. 1, n. 5, p. 59 à 81, jan. a ago. 2022.

BRITO, Anísio. O Dr. Abdias Neves é mero colaborador. **O Piauí**. Teresina, ano 34, n. 681, 9 ago. 1923.

BRITO, Anísio. O Dr. Abdias Neves compilou Vieira da Silva. **O Piauí**. Teresina, ano 34, n. 683, 16 ago. 1923.

BRITO, Anísio. Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva. **O Piauí**. Teresina, ano 34, n. 686, 23 ago. 1923.

BRITO, Anísio. Abdias Neves correndo com a sela. **O Piauí**. Teresina, ano 34, 30 ago. 1923.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. **Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí**. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879.

CHAVES, Monsenhor. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Comando das Armas do Piauí. **A Imprensa**, Teresina, ano 20, n. 862, 11 abr. 1885.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. D. João de Amorim Pereira. **O Telefone**, Teresina, 10 abr. 1885.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Uma página de história: o dia 24 de janeiro de 1823. **A Imprensa**, Teresina, ano 20, n. 852, 25 jan. 1885.

FREITAS, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. **A Imprensa**. Teresina, ano 20, nº 853, 31 jan. 1885.

FREITAS, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. **A Imprensa**. Teresina, ano 20, nº 854, 7 fev. 1885.

FREITAS, Clodoaldo. História do Piauí: as lutas da independência. **A Imprensa**. Teresina, ano 20, n. 855, 12 fev. 1885.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense:** 1549-1997. Teresina: [s.n.], 1997.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié.** 4. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí.** Teresina: Imprensa Oficial, 1966.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **O desmoronar das utopias:** Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política nas três primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

QUEIROZ, Teresinha. A história da Independência no Piauí: das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações. **Humana Res.**, v. 1, n. 5, p. 59 à 81, jan. a ago. 2022.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da Independência da província do Maranhão:** 1822-1828. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1972.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e identidade:** as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

Reflexões sobre os desafios do ensino e aprendizagem na disciplina de História a partir de um estudo de caso

Ingrid Oliveira Moreira[1]
Ana Amélia Rodrigues de Oliveira[2]

Resumo

O artigo tem como objetivos refletir, a partir de um estudo de caso, sobre o ensino-aprendizagem em história, destacando a sua construção como disciplina e identificar os desafios docentes relacionados a questões como: a desvalorização do professor; o distanciamento entre a escola e academia e os transtornos emocionais dos estudantes. Discutimos os reflexos da pandemia no ensino de história, buscando produzir um conhecimento histórico baseado não apenas em aspectos teóricos, mas na vivência de quem consideramos serem os principais sujeitos da educação: professores e alunos.

Palavras-Chave: Ensino de história; Desafios docentes; Estudo de caso.

Introdução

Nas últimas décadas, vêm se discutindo importantes questões acerca do ensino de História; seus desafios, limites e principalmente, como melhorar o seu desenvolvimento prático na sala de aula. Num contexto onde a educação passa por vários problemas estruturais, suas práticas precisam ser repensadas e melhor adaptadas. Discutir seus objetivos, seus métodos, os desafios do professor e, especialmente, sua ligação com o universo acadêmico; torna-se imprescindível se queremos melhorar o ensino- aprendizagem na disciplina de História.

1 Mestranda do Profhistória/UFC – ingridoliveiraiom@gmail.com.

2 Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2008) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará - ana amelia.oliveira@ifce.edu.br.

O presente artigo nasceu de reflexões teóricas e metodológicas feitas a partir de uma bibliografia específica; discussões dos textos trabalhados nas disciplinas do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) e de experiências em atividades de ensino/aprendizagem realizada na EEMTI Milton Façanha Abreu, localizada em Mulungu, região do Maciço de Baturité.

Para que serve a História? É uma pergunta feita para alunos da academia e que também se estende ao universo escolar, aqui, pretendemos analisá-la como fruto da defasagem do ensino de História. Portanto, compreender o processo histórico da disciplina de História, também nos ajuda a refletir sobre como ela vai se instituindo nas escolas, principalmente no período da Ditadura Civil-Militar, e como seus efeitos refletiram na educação básica.

Também refletimos sobre alguns dos desafios que os professores enfrentam no exercício da docência como: a desvalorização da sua profissão; a distância entre a escola e a academia, na medida em que destacamos a importância da ampliação dos diálogos entre o conhecimento escolar e o acadêmico e a saúde mental dos alunos, esta, podendo ser colocada como uma das dificuldades para que se tenha uma aprendizagem histórica satisfatória.

Ainda será evidenciado reflexos da pandemia no o ensino de história. Para isso, realizamos entrevista não-estruturada com professores, da respectiva escola pública, sobre os reflexos da pandemia no ensino-aprendizagem em história no contexto pandêmico.

O trabalho nos ajuda a perceber como estar a compreensão desses estudantes acerca da história e dos desafios que os professores têm enfrentado para promover uma educação histórica.

O ensino de história em reconstrução

O ensino de história no período da Ditadura Civil-Militar se resumia a uma Educação Moral e Cívica sem qualquer espaço para a reflexão e crítica. É importante entender que o civismo se instituía na sociedade desde o advento da República, em que "cresceram muitas biografias como forma de exaltar indivíduos exemplares no amor e doação a Pátria, já como forma de concretizar o sentimento cívico nacional" (Pires João, 2010, p. 10). A implantação da disciplina foi estabelecida tanto no ensino básico, quanto no superior.

Todavia, é importante ressaltar que, na contramão desse ensino militarizado, atuaram educadores do porte de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Pachoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros.

No período da Ditadura, percebemos que a disciplina de História foi instituída por precárias reformas educacionais nas décadas de 60 e 70, sobretudo na lei 5692/41, em que sob tutela do Conselho Federal da Educação, propunha mudanças curriculares no ensino de 1° e 2° graus, na medida em que se adotaram os Estudos Sociais como detentor dos assuntos de História e Geografia para os alunos de 1° grau. Também nesta época já estavam sendo implantados em instituições públicas e privadas os cursos de licenciatura curta e longa em Estudos Sociais visando formar professores de Moral e Cívica e Estudos Sociais.

> Segundo as concepções do próprio Conselho Federal de Educação a finalidade básica dos Estudos Sociais seriam ajustar os alunos ao seu meio, preparando-o para a 'convivência cooperativa' e para suas futuras responsabilidades como cidadão, no sentido do 'cumprimento dos deveres básicos para com a comunidade, o Estado e a nação. Nesta concepção os homens não aparecem como construtores da História; ela é conduzida pelos 'grandes vultos', cultuados e glorificados, como os únicos sujeitos históricos" (Fonseca, 1998, p. 57-58).

Assim, a disciplina escolar de História foi despojada de todo olhar crítico, e serviu de "arma ideológica" para o Estado que, com seu estudo, visava o desenvolvimento de um patriotismo exacerbado e de submissão ao Estado. Ainda é notável os trágicos reflexos desse processo no ensino de História atual, a partir dessa experiência de cursos aligeirados de formação dos professores.

Refletir sobre este período, que utilizou a educação como manobra de controle da sociedade, ainda que contornada por resistência de alguns aqui já citados, nos ajuda a entender porque durante mais de 30 anos essa história lecionada nas escolas, ensina a decorar datas, nomes e fatos, criando, por

parte dos alunos, antipatia em relação ao componente curricular. Apesar dos avanços na disciplina, a história como narrativa dos acontecimentos e seletiva sobre quem e o que falar, ainda é encontrada nos livros didáticos. Sobre essa história tradicional o autor Peter Burke (1992, p. 12) nos fala:

> [...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.

Essa concepção de uma história vista de cima, ainda é muito presente e isso se reflete não só na disciplina de História, mas na forma em como ela é estudada. Para muitos alunos, é vista como uma matéria decorativa, que estuda apenas o passado. Tivemos esta percepção, a partir de uma atividade sobre "O que é História? " com alunos do 1º ano do Ensino Médio. Fizemos um diálogo com os estudantes e propomos uma atitude teórico-metodológica que levasse em consideração o aluno como um ser consciente e ativo no processo de aprendizagem e que se baseia numa "educação como prática da liberdade" e do livre pensar (Freire, 2007, p. 47).

Diante de respostas dos alunos, que vinculavam a História apenas ao passado e aos grandes eventos; buscamos problematiza-las, tentando esclarecê-los quanto ao "ídolo das origens" (Block, 2001, p. 30), ou seja, os heróis, os grandes marcos que ainda estão presentes na concepção de História para os estudantes.

A importância de se estudar história possui um caráter tão subjetivo para a sociedade e consequentemente para os alunos que se faz necessária responder à pergunta: Para que serve a História? Sobre essa necessidade de legitimação da História o autor Manoel Salgado nos diz:

> Pensar, portanto, a relação entre ensino e história é já se colocar em certo momento da história da história, perceber suas particularidades e as demandas que estão na base de um projeto que veio a se tornar comum para as sociedades mo-

> dernas: a necessidade de ensinar história e torna-la parte obrigatória de um currículo (Guimarães, 2009, p. 88).

Ao contrário de disciplinas como Matemática, Química ou Geografia; a História ainda luta por seu espaço e aqui não me refiro a apenas fazer parte de um currículo, mas de ter sentido para a sociedade, assim como ela dá sentido ao passado das sociedades humanas.

O professor, por sua vez, é um dos principais pilares para a construção de uma nova concepção do conhecimento histórico na sala de aula, é ele quem vai através de uma metodologia, instigar nos alunos a capacidade de crítica, de problematizar os assuntos e promover as habilidades e competências no ensino de história contidas na BNCC (Base Nacional Curricular). Entre elas, trabalhar conceitos como identidade, memória, cidadania, tempo analisar e questionar as fontes escritas, não escritas e abrir relações interdisciplinares.

A atuação pedagógica do educador traz consigo uma gama de significados e simbolismos produzidos na sua trajetória de vida. Essas representações irão atuar de forma significativa na vida e na formação do educando, através da relação deste com o educador e seu trabalho. Nesse contexto, a prática pedagógica do professor de história:

> [...] ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas (Schmidt; Cainelli, 2004, p. 30).

Assim, a aula de história possibilita a construção do saber histórico através da relação interativa entre educador e educando, transformando essa prática

em ato político, no sentido de transformação consciente do fazer histórico. Nesse contexto, salienta-se a importância de o professor ser também um pesquisador, produtor do conhecimento e não apenas um mero executor de saberes já produzido.

O ensino de história pode desempenhar vários papéis na formação de cidadãos e inclusive na orientação para a vida no campo político. Mas para isso, o aluno precisa identificar-se com o seu ensino, a inserção não ocorre de maneira automática, a mudança precisa inicialmente pautar-se no cotidiano. O estudante precisa ter a História como uma disciplina útil para sua vida, algo que possa ser usado no seu dia-a-dia, logo, é preciso partirmos do cotidiano, da realidade vivida, para depois atingirem conceitos amplos.

Nesse sentido, os recursos metodológicos se tornam imprescindíveis para uma melhor produção do conhecimento histórico; fazer o uso crítico do livro didático e problematizar outras fontes, inclusive de espaços como museus. Não podemos cometer "*o primeiro pecado capital* do mau historiador o *positivismo"* (Rojas Aguirre, 2007, p. 15), onde o trabalho do historiador se limita ao trato dos documentos escritos e às críticas inerentes a eles, contribuindo, desta maneira, para que a história seja vista como a "ciência que estuda o passado".

Precisamos promover um ensino que haja pluralidade das fontes, que desnaturalize pensamentos e comportamentos. Segundo Burke " Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. " Ou seja, nossa visão de mundo é limitada, atravessada por várias camadas e cabe a história lançar luz sobre elas.

O professor de história e alguns desafios da sua prática

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais "[...] cabe ao professor a responsabilidade última e pessoal de elaborar programas e selecionar os conteúdos para a sua prática pedagógica" (Brasil, 2002, p. 28). O documento deixa claro o papel de articulador do professor no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, quais a condições de trabalho tem o professor para cumprir esta função? Será que essa notória desvalorização da figura do

professor, pode refletir no ensino e aprendizagem de História? Até que ponto questões salariais; a falta de tempo para planejamento das aulas pode interferir no seu trabalho como educador?

Não é objetivo do artigo responder todas essas questões, mas elas podem ser pensadas na medida em que se observa diferenças de como a História e consequentemente, o professor de história são vistos pelos alunos e a sociedade. No livro *Conversas com um jovem professor*, o autor Leandro Karnal, salienta as dificuldades enfrentadas por esses profissionais que vão desde a problemas salariais até a má administração escolar. O autor também tenta responder uma pergunta que muitos professores hoje fazem ou já fizeram: Por que eu continuo professor? "Porque eu faço muita diferença na vida de muita gente. Por mais babaca que pareça para muitos, esse é o meu tijolo na parede da cidadania que estamos construindo no Brasil. Essas coisas me fazem feliz. Sou professor porque sou feliz" (Karnal, 2012, p. 58).

Essa pode ser uma saída para que a desvalorização da profissão não atrapalhe no trabalho como professor, para que suas pesquisas, aulas tenham sentido para os alunos, é necessário que o professor de história se autovalorize, dê sentido a sua caminhada e tenha na disciplina um compromisso com as questões do social.

Outro elemento que, a partir de investigações, principalmente com entrevistas realizadas com professores, surge inerente a esse processo de defasagem da disciplina de história é o distanciamento entre o professor e o pesquisador "fica clara certa relação de poder entre quem produz conhecimento - a academia - e quem reproduz conhecimento - o professor em sala de aula" (Cabrine, 1987, p. 96). Esta relação pesquisa e ensino podem ser observados até pela separação que ocorre na prática, no curso universitário, entre as chamadas "disciplinas históricas", e as "disciplinas pedagógicas", estas, aparentemente desvalorizadas tanto por alunos quanto por alguns professores dos cursos de História.

O motivo pelo qual se ensina História nas escolas não se justifica pela simples existência desse conhecimento, ele precisa ter algum objetivo prático na vida dos alunos. Segundo Rüsen (1987, p, 276), a separação entre a pesquisa e a educação histórica, como atividades independentes, herança das primeiras formulações científicas da História, afastaram o conhecimento histórico de sua utilidade prática na vida cotidiana. O autor explica que "A didática da his-

tória já não se situava no centro da reflexão do historiador sobre sua própria profissão. Foi substituída pela metodologia da pesquisa histórica. A 'cientificação' da História requereu um estreitamento consciente de perspectiva, uma limitação do propósito e do objetivo da História" (Rüsen, 1987, p. 276).

A implantação de programas de iniciação à docência como o Pibid ou de pós-graduações voltadas ao ensino de história como o Profhistória, tem servido como uma ponte entre a academia e a escola. Ao perguntar aos professores sobre que fontes, para além do livro didático, costumam trabalhar os conceitos históricos, percebemos que os docentes que participaram de pelo menos um desses programas relacionados à docência, tinham uma maior facilidade de pensar em metodologias que atendessem a proposta.

Os desafios aqui citados como desvalorização de professores e a distância que há entre a escola e a academia, são dificuldades que existem há algum tempo, são "velhas conhecidas nossas". Mas, nos últimos anos, os professores têm se deparado com outro grande desafio: a saúde mental dos alunos.

Crises de choro, apatias, desanimo, automutilações e até pensamento suicida, infelizmente, tem sido frequente no ambiente da sala de aula. A autora Eduarda Cabral (2022, p. 158) nos fala que "dentro do contexto escolar, observa-se não somente a ideação suicida ligada aos contextos sociais vivenciados pelo educando, mas também ao contexto tecnológico". Assim, as fragilidades emocionais, dos adolescentes, podem estar relacionadas a várias questões como familiares, de transformações no corpo e de não auto aceitação, que se potencializam num mundo tecnológico movido a telas.

É notável e até compressível que estes transtornos prejudiquem a aprendizagem desses alunos. Mas o que os professores podem fazer para superar mais este desafio? Segundo Eduarda Cabral:

> A comunidade escolar, que além de política e democrática, também visualiza o educando como sujeito de ação de contexto escolar e de sua própria vivência, necessita da formação continuada para a compreensão das diversas interseccionalidades que abordam a temática do suicídio, assim, acolhendo e trazendo a psicoeducação para o processo de aprendizagem (Cabral, 2022, p. 159).

É fundamental que os docentes tenham suporte de formações continuadas que sejam voltadas a temáticas que se relacionam com os transtornos emocionais, das quais já fazem parte do cotidiano escolar. O professor não pode ser um agente solo, é preciso que haja um acompanhamento de profissionais qualificados e um engajamento maior da comunidade escolar, sobretudo, da família que é essencial nesse processo.

O autor Leandro Karnal tem uma frase que nos diz: "Cabe ao professor, especialmente ao educador, tirar os obstáculos entre a pessoa e o conhecimento, e que ela sinta, no professor e educador, como o professor transformou aquela pessoa. " Apensar de a frase ser passível de algumas discussões como a nomenclatura professor/educador, ou a centralização das ações no professor; ela nos faz refletir sobre os vários desafios que os professores são expostos diariamente e que, para além de identificarmos os problemas, também é preciso que busquemos as soluções.

Reflexos da pandemia no ensino de história

A pandemia afetou diretamente a educação brasileira. Ficou clara a importância da escola como espaço de convivência, interação, de troca com professores e alunos e do próprio acesso à educação. Mas em relação ao ensino de história, como ela impactou o processo de ensino-aprendizagem?

Direcionamos essa questão aos professores da escola Milton Façanha Abreu. Segundo eles, durante a pandemia, a aprendizagem foi bastante prejudicada, o ensino remoto era algo novo não só para os alunos, mas para os professores também. Ainda destacaram: "Poucos alunos entravam nas aulas virtuais, e menos ainda os que interagiam"; "Muitos só tinham o celular dos pais, que nem sempre estava disponível, para se conectar"; "Tive que aprender a utilizar vários recursos digitais, inclusive preparar aulas com imagens, vídeos para ver se facilitava a aprendizagem"

As falas dos professores, reforçam como a pandemia contribuiu para uma defasagem no ensino de história, na medida em que tivemos que enfrentar "às dificuldades de letramento digital de professores e de estudantes; as dificuldades socioeconômicas; às limitações de equipamentos e de acesso adequado

a internet; ao excesso de atividades online e o consequente cansaço físico e mental [...]" (Costa; Zalla, 2022, p. 252).

De acordo com os autores Aryana Costa e Jocellito Zalla (2022, p. 253), os chamados "nativos digitais" não acontecem naturalmente, é preciso considerar como as diferentes condições sociais afetam a relação com a tecnologia. Ou seja, apesar do letramento digital fazer parte do tempo presente, o seu acesso ainda não é democrático, no que afetou diretamente a aprendizagem dos alunos durante o ensino remoto no período da pandemia.

Apesar das dificuldades que os professores estão tendo com o ensino de história, mediante a aprendizagem que foi prejudicada durante a pandemia, percebemos que os professores estão utilizando novas metodologias, visto que, a pandemia potencializou os recursos digitais como ferramentas pedagógicas. Segundo alguns professores entrevistados, eles atualmente fazem o uso do Google Forms para a aplicação de provas; passaram a utilizar mais slides com imagens, inclusive de mapas e realizam atividades de pesquisas online em tempo real. É válido ressaltar que essas mudanças não foram somente na sala de aula, mas na própria rede estadual de ensino que fez " um trabalho de reinvenção coletiva das dinâmicas e práticas educativas" (Costa; Zalla, 2021, p. 256).

Sabemos que a pandemia não trouxe barreiras apenas para o ensino de história, como já falamos, ela afetou toda a educação brasileira. Contudo, a disciplina de história enfrenta entraves desde a sua implementação como componente curricular, portanto, é importante estarmos atentos a todas as suas mudanças e desafios.

Conclusão

Apesar de ser tão discutido, há muito o que se estudar sobre o ensino de história, existem muitas especificidades e dilemas que precisam ser investigados. Acreditamos que a pergunta "Para que serve a História? " ainda vai demorar a desaparecer das instituições, mas enquanto houver a necessidade de ela existir, os professores que também devem ser pesquisadores, terão o compromisso de respondê-la, não de uma maneira dada, mas construída.

Ao analisarmos a experiência que tivemos com os alunos e docentes, percebemos algumas das várias dificuldades que envolvem o ensino de história. Os professores, por sua vez, são protagonistas no enfrentamento desses desafios e no processo de evolução da disciplina de História; à sua formação, motivação e principalmente seu compromisso com a educação são fundamentais para que o ensino e aprendizagem dos alunos sejam satisfatórios.

Ainda temos muito a avançar no ensino de história, no entanto, já percebemos que não podemos nos limitar ao quadrante da universidade, é preciso ir a campo para vermos como o ensino de história está sendo construído nas escolas e propagado na sociedade.

Referências

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Editora Contexto 2002.

BITTENCOURT,Circe. Conteúdos e métodos de ensino de história: breve abordagem histórica. *In:* **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 3. Ed. 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In:* **A escrita da História, novas perspectivas.** 7ª Ed. São Paulo. Unesp, p. 7-38, 1992.

CABRAL, Eduarda. O debate acerca da saúde mental e ideação suicida no contexto escolar: uma abordagem acerca da aprendizagem significativa. *In:* SILVA, Silvio César Lopes (Org.). **A sala de aula e a Prática do Professor:** Experiências e desafios contemporâneos. 1ª Ed. Mato Grosso do Sul: Inovar, p. 155-174, 2022.

CABRINI, C. **O ensino de História.** São Paulo, Brasiliense. 1987.

COSTA, Aryana; ZALLA, Jocelito. Pandemia de *lives*: ensino remoto, mídias digitais e História Pública. *In:* MELO, R. A.; MENESES, S.; WANDERLEY, S. M. A. I. (Orgs.). **Ensinar com História Pública desafios, temas e experiências.** Série Diálogos da História ensinada, v. 2. Sobral-CE: Sertãocult, p. 249-268, 2022.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **Historia & Ensino de Historia.** Belo Horizonte: Autêntica,1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 30º Ed., 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. *In:* ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca (Org.). **A escrita da história escolar:** memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor.** São Paulo: Editora Contexto, 2012. Parâmetro Curriculares do Ensino Médio http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencia.pdf.

PIRES, João. **Os desafios do ensino de História no Brasil.** Artigo. http://www.funedi.edu.br/revista/files/edicoesanteriores/numero1/OsdesafiosdoensinodehistorianoBrasil.pdf.

PLAZZA, Rosimary. **O ensino de História durante a Ditadura Militar.** Artigo. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf.

REIS, Carlos Eduardo. A formação do professor de História. Artigo. **Perspectiva**. Florianópolis, *v.* 17, n. Especial, p. 49 -63, jan./jun. 1999.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Antimanual do mau historiador:** Ou como se fazer uma boa história crítica. Londrina: Eduel, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: Teoria da História, Fundamentos da ciência histórica. [trad.Estevão de Rezende Martins] Brasília: Editora da Unb, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo:Scipione, 2004.

ZASLAVSKY Susana Schwartz. Dificuldade aprendizagem em história e a construção do conhecimento histórico. **UNIrevista**, v. 1, n. 2, abril 2006.

Saúde e doenças: suas múltiplas representações na Imprensa de Teresina na década de 1880

Márcia Castelo Branco Santana[1]

Resumo

A década de 1880, no Brasil, tem a imprensa como uma de suas características marcantes, que representa uma forma de expressão e locus privilegiado de vários discursos para a sociedade, principalmente, o de ordenamento social e higienista que encontrou seus ecos a partir da escrita de intelectuais nos jornais. Esse discurso foi sentido com mais vigor, nesse período, em virtude dos debates que floresciam com intensidade à medida que as ideias republicanas e abolicionistas circulavam mais no país. Era perceptível uma maior receptividade para com as questões das ciências, o que envolvia uma grande preocupação com um saber mais ligado à medicina com relação a saúde e as doenças. Esses jornais, apesar de possuírem um cunho político, deram abertura para que os intelectuais emitissem críticas e escrevessem sobre a realidade local. Os "homens de letras" se viam com a "missão social" de traçar essas novas perspectivas na vida da população de forma a incentivar, pela inscrita nos jornais, a implementação das mudanças sociais que as províncias precisavam. Observando esses discursos, compreendemos que os jornais teresinenses, que circularam na cidade na década de 1880, possuíam uma gama importante de questões relativas aos discursos das mudanças que deveriam ser operacionalizadas na sociedade, entre as quais estavam a maneira de se lidar com as doenças e epidemias que gracejava em Teresina e sobre as práticas higienista e de saúde presentes na cidade. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi pensar o contexto social no qual se dava essa escrita, além de analisar o posicionamento dos seus redatores e colaboradores para termos uma compreensão das questões relativas a esse processo de modernização, higienização, saúde e doenças como pontos correlacionados às ideias de progresso e civilidade daquele período. Dessa forma, trabalhamos com análise das representações e narrativas históricas construídas nos jornais A Imprensa,

1 Professora Adjunta II do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)/Campus Clóvis Moura.

A Época e O Telefone sobre as questões relativas à saúde e às doenças em Teresina na década de 1880. O procedimento abordado pela análise das fontes hemerográficas possibilitou na compreensão da emergência dessas questões em Teresina e das complexidades do campo social em que essas falas se engendraram, assim como na apropriação de um campo diverso de fontes para reflexões sobre as concepções elaboradas e difundidas sobre à saúde e as doenças na sociedade piauiense, os conflitos, aproximações e rejeições que norteavam esse universo. Nesse percurso, entendemos que as questões relativas à saúde e às doenças ampliaram o campo de visibilidade desse tema, bem como a ampliação da análise de um acervo hemerográfico a partir dessas problematizações. Desse modo, conhecemos, tanto a trajetória profissional dos médicos, quanto a história da cidade em um ângulo que alia a história ao campo da saúde e da medicalização nas ações de organização de seus espaços a partir das doenças que acometiam a urbes.

Palavras-chaves: Doenças; Saúde; Imprensa; Teresina.

O presente trabalho é uma continuidade de pensar sobre os discursos produzidos e propagados sobre as doenças e como cuidar da população, bem como sobre questões relativas à saúde na cidade. A relação do trabalho com o Simpósio está ligada a questão de pensar os caminhos de produção de conhecimento sobre a saúde-doença associado as fontes e métodos para a história da saúde e das doenças. A pesquisa tem seus primeiros passos no doutorado quando foram usadas as fontes hemerográficas disponíveis no PET/NUPEM da UFPI.

A busca por resposta à problematização presente foi formulada partir de um *corpus* documental e bibliográfico que foi coletado e analisado durante uma pesquisa de iniciação científica e que resultou em um material relevante para ser mencionando, enquanto um bom arcabouço para formulação de olhares diferenciados para história da saúde e das doenças no âmbito da História e nos seus desdobramentos nos estudos historiográficos no Piauí. Enquanto um campo de discussão que já tem toda uma trajetória constituída em outros espaços acadêmicos do Brasil, no Piauí, a discussão passou a agregar suas primeiras questões aos trabalhos na área de história no início do século. Nesse percurso, nos deparamos inicialmente com um material narrativo ou

documental que permitiu uma melhor troca de ideias entre os pesquisadores, fomentando interesses sobre esse campo.

Como já foi possível mapear uma documentação hemerográfica produzida por diferentes sujeitos ligadas à cidade se tornou fundamental para a elaboração do trabalho e foi o ponto de partida. Desse material foi possível analisar que os jornais selecionados para análise do problema se mostraram relevante o que permitiu uma base empírica fundamental das respostas as problematizações. Assim, entendemos ser pertinente que as temáticas discutidas no trabalho se constituírem relevante para compreensão do pensamento histórico relativo ao que a sociedade da província piauiense expressava e compreendia como elementos que giravam em torno das questões relativas à saúde e às doenças, ampliando o campo de visibilidade desse tema.

A análise do acervo hemerográfico partiu das problematizações formuladas e identificação nas páginas dos jornais por meios de notícias relativas à saúde e doenças e sobre expressões dessas questões tais como, artigos, notas ou propagandas sobre medicamentos. Desse modo, nos foi dado a percebermos a história da cidade em um ângulo que alia a história ao campo da saúde e da medicalização nas ações de organização de seus espaços a partir das doenças que acometiam a urbes.

Ao conseguirmos coletar e analisar o material, produzido com o procedimento de digitalização, tivemos a possibilidade de construir pontos no texto que abordaram a temática e que foi usado com os desdobramentos de outras questões. Assim, priorizamos uma análise desse material, com vista a percebermos as falas construídas pelos sujeitos envolvidos diretamente em todo esse processo, entre eles, os médicos. Isso foi possível com as matérias dos jornais, em suas diferentes modalidades, e que traziam alguma informação dessas doenças e como acometiam a população. Da mesma forma, enfatizamos a fala de intelectuais e jornalistas que se expressaram por meio de diversos aportes da escrita, a exemplo de memórias e agradecimentos, de como tinham sido curados em algum momento que eram acometidos por uma enfermidade.

Nesse contexto, o trabalho teve como base de pesquisa o uso de uma plataforma para o acesso aos jornais, pois contém muito do material que não está muito acessível ou no Arquivo Público (impressos) ou no NUPEM por problemas como armazenamento e disponibilidade do acervo digitalizado.

Já se tinha conhecimento do projeto Memória do Jornalismo Piauiense desenvolvido pelo NUJOC o que nos impulsionou a escolhermos a plataforma para a pesquisa. Segundo o site que abriga a projeto este:

> [...] tem objetivo de democratizar o acesso dos periódicos aos pesquisadores e comunidade em geral. O acervo digitalizado é colocado à disposição por meio do Espaço Integrado da Memória da UFPI e do Arquivo Público do Piauí. Teve início em 2011 com o processo de digitalização e tratamento dos periódicos. Entrega em 2013 de 20 DVDs com 324 edições de jornais, revistas e almanaques do século XIX e XX; Entregas em 2014 e 2016; No total foram já digitalizados mais de 100 títulos de impressos e o lançamento da plataforma (www.memoriadojornalismo.pi.com.br).

Escolher entre os vários periódicos que circulavam na cidade na década de 1880 partiu da questão inicial de que em outro momento já tínhamos desenvolvidos pesquisa em jornais, e os selecionados para esse trabalho não tinham sido, naquela oportunidade, analisados. Segundo, em virtude de serem jornais que circulavam com certa regularidade na década de 1880 na cidade e se projetaram como periódicos que tiveram um certo peso na sociedade em relação ao que publicavam. São jornais também que se colocam a partir de 3 perspectivas de posicionamentos: O jornal *A Imprensa* se coloca com um órgão do Partido Liberal e, portanto, é perceptível uma veiculação de fatos a partir de sujeitos e grupos ligados ao Partido Liberal da Província do Piauí; já o jornal *A Época* se colocava como um jornal do órgão conservador e nos seus exemplares era notório que muitas das suas questões giravam em razão de expor e defender as ideias do Partido Conservador. Por último, pesquisamos também no jornal *O Telefone* que já se coloca com um órgão imparcial e apresenta em seus números artigos de diferentes posicionamentos, ao tempo que retrata mais as questões da província em suas vertentes sociais. É um jornal que aborda temas mais literário e de questões mais gerais.

Os 3 jornais não direcionam uma coluna ou página voltada para as questões das doenças ou relativa a saúde, mas nos esforçamos em ir costurando ao

longo do trabalho, nos exemplares da década de 1880, como essas questões aparecem nas páginas dos jornais. Para tanto procedemos uma busca no site em todos os números disponíveis dos jornais para o nosso recorte temporal, que foi pensado a partir das questões históricas que permeiam a década de 1880, bem como as fortes crises econômicas e sociais provocadas pelas secas e as epidemias noticiadas na província.

Ao todo são em média 15 números por páginas no site. Para década de 1880 identificamos 52 páginas ao procedermos a busca por década. Dessas, 43 páginas envolve os jornais que pesquisamos. O maior número de jornais é do periódico *A Imprensa* (21 páginas) seguido pelas páginas do jornal *O Telefone* (18 páginas) e por último *A Época* (5 páginas). Todos os 3 jornais possuem de 3 e 4 páginas por cada número publicado. Na primeira e segunda página, geralmente, aparece notícias de vertente política. Na terceira página identificamos notícias de questões mais variadas ou de cunho literário. Na quarta página informações de natureza mais individual como: notícias de casamento, falecimento, despedidas de pessoas que estavam saindo da cidade, notícias de formatura e sobre algumas doenças. É nessa página que, geralmente, identificamos o maior número de notícias relacionadas a nossa proposta do presente trabalho e foi a partir de delas que desenharam nossa análise. Aqui também encontramos as propagandas de remédios ou sobre consulta e clínicas de médicos que nos deixam muito a ver da nossa problematização: como nesses jornais circulavam as questões sobre doenças e saúde?

É perceptível que ao longo dos exemplares pesquisado há uma gama de questões relativas à nossa problemática, entre elas as novas práticas higienistas no que concerne a organização e limpeza da cidadá. Nesse ponto, o destino do lixo, a limpeza das ruas (A Imprensa, Teresina, Ano XXIV, 1 set. 1888), a ação da Inspectoria Geral da Hygiene proibindo a venda de alguns produtos (O Telefone, Teresina, Ano V, n. 213, 15 maio 1887, p. 4), bem como do estado sanitário da província e a contenção da epidemia do cholera (O Telefone, Teresina, Ano V, n. 212, 7 maio 1887, p. 1) são notícias que eram relatadas geralmente na primeira página, pois faziam parte do que categorizamos como o "contexto social" nos pontos relativos ao processo de modernização, higienização e saúde da urbe daquele período.

No que concerne as narrativas e representações construídas nos jornais pesquisados sobre as questões relativas a saúde e as doenças percebemos em

nossa pesquisa que: As doenças são trazidas em narrativas ligadas ao falecimento de alguma pessoa na província, quando nas notas de falecimento são expressas as causas da morte por doença, como febre perniciosa, febre tiphica, congestão cerebral etc. Mas também, nas propagandas de boticas e farmácias que trazem anúncios de remédios para tratamentos de doenças como moléstias do peito, estômago, anemia etc. (O Telefone, Teresina, Ano V, n. 213, 15 maio 1887, p. 4), bronquite, tosses (A Época, Teresina, Ano X, 9, n. 510, jul. 1888, p. 3).

Em relação as doenças, identificamos por meios de notas de agradecimentos ou despedidas da cidade, publicadas por algumas pessoas da sociedade, que elas estavam com alguma doença e agradeciam a estadia ou que precisavam se retirar para outro local ou vieram em busca de tratamento na cidade. É perceptível o agradecimento ao médico que ajudou no tratamento da doença no qual muitas delas trazem o nome do médico (A Imprensa, Teresina, Ano XXIII, n. 1029, 14 jul. 1888, p. 3); (A Época, Teresina, Ano VIII, n. 378, 7 nov. 1888, p. 4). Devemos identificar nesse ponto que tais pessoas eram detentoras de algumas posses e tinham um poder aquisitivo que lhe permitia agir no sentido de pagar pelos serviços tanto do médico que o acompanhava no tratamento da doença como de ir para outros locais em busca de tratamento. Nesse momento, o saber médico já se fazia importante para muito dessas pessoas, principalmente, para as que se viam curadas. Ao agradecer em notas publicadas nos jornais e expor o nome dos médicos nesse processo de tratamento e cura deixavam ver como o tratamento das doenças, a luz do saber da medicina, era importante. Os jornais, ao circularem com essas notícias mesmo que entre os letrados, amplia o campo da visibilidade desses médicos e sua atuação na cidade.

Outro ponto que analisamos diz respeito as notícias sobre a carreira de alguns médicos, bem como a formação acadêmica. Aqui, por exemplo, encontramos sobre o médico Jacob Gayoso (A Imprensa, Teresina, Ano XXIII, n. 1029, 14 jul. 1888, p. 3) e a formação do médico Marcos Pereira de Araújo. Da tese defendia pelo médico Manoel Domingues Gonçalves Pereira (O Telefone, Teresina, Ano VII, n. 295, 13 fev. 1889, p. 4) e do médico Tibério S. Bularmaque (A Época, Teresina, Ano X, n. 514, 02 ago. 1888, p. 4).

Em 1881, a partir de uma breve nota, o Jornal *A Imprensa* divulgou o balanço do número de alunos matriculados nas faculdades, no início dos anos de 1880, apontando o peso de um curso superior na vida de um brasileiro e o sentido que tinha para a sociedade. O diploma significava conforme a nota: "ser apóstolo da sciencia e do progresso" (Quantos Doutores, A Imprensa, Teresina, Ano XVI, n. 693, 20 jul. 1881, p. 3), revelando a importância que os futuros "doutores" tiveram em vários lugares do Brasil. Nesse contexto, o Curso de Medicina aparecia como peça-chave nas instituições superiores:

> Na faculdade de Medicina da Corte estão matriculados 1.057 estudantes, sendo: no curso de médico 890, no farmacêutica 163, na obstétrica 2. - Na faculdade de direito de S. Paulo também achão-se matriculados 539 estudantes.
> A este número de 1596 alunnos de medicina e sciencias jurídicas, acrescenta-se outra cifra quase egual dos estudantes da Academia de Medicina da Bahia, de Direito do Recife e de Engenharia da Corte, que teremos seguramente uns quatro mil homens de pergaminho, *apóstolos da sciencia e do progresso* (grifo nosso) (*A Imprensa*, Teresina, Ano XVI, n. 693, 20 jul. 1881, p. 3).

Percebemos, afinal, um número significativo e constante de brasileiros que se formavam nos bancos das duas principais Faculdades de Medicina, à época, que eram a do Rio de Janeiro e a da Bahia. Segundo a mesma nota do jornal, esses números eram consideráveis, inclusive quando já era visível a presença de outros cursos. Ideias não muito distantes das famílias abastadas de Teresina que investiam na formação dos membros jovens em uma profissão de destaque como Medicina ou Direito, dada a relevância que tinham no cenário nacional. Essa era inclusive uma realidade presente em boa parte das províncias do Brasil[2].

2 De acordo com o trabalho de Jonas Moreira Vargas, as elites provinciais do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, desenvolveram uma nítida política de aproximação com a Corte. A análise do autor aponta que as estratégias criadas para esse objetivo consistiam em investimentos na formação acadêmica dos filhos, na diversidade profissional entre outros fatores. A partir desses pontos é possível pensarmos como, nesse processo, o ingresso de jovens em curso superior configurava-se fator importante de projeção social, política e econômica na província, e sua relação com membros que ocupavam cargos importantes tanto na esfera local como nacional. Nesse contexto, podemos

No Piauí, a atuação dos médicos seria notada com força a partir de sua presença em atendimentos privados, nas enfermarias militares, onde se atendiam os presos e soldados e no Hospital de Caridade. Sua formação vinculava-se, também, às Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, e seu retorno era bastante prestigiado pela sociedade. Muitos dos médicos tiveram um papel relevante na sua profissão; outros ganharam destaque na área Política e das Letras. A documentação nos aponta que podiam ser identificados atuando como clínicos, como legisladores, jornalistas e literários, não se restringindo apenas ao papel social de médicos (Pereira Neto, 2001).

Fica notório também nas páginas dos jornais que a figura do médico recebe essa relevância na sociedade ao ser enaltecido a trajetória profissional de alguns desses sujeitos que atuaram na cidade. Destaca-se entre seus feitos o local de formação, a dedicação destinada a profissão e o conhecimento que detinha para a cura das enfermidades. Nesse sentido, visualizamos notas como: "Regressou a está capital o nosso distinto amigo dr. Tibério Burlamaque há pouco diplomado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Cumprimentando-o e desejamo-lhes todas as felicidades em sua nobre e honrosa carreira" (A Época, Regresso. Teresina, Ano X, n. 514 2 ago. 1888. p. 4).

Ao tempo que parabenizava o recém-formado médico há o destaque na nota da relevância da diplomação, a faculdade em que ocorreu a valorização da carreira médica com a atribuição de que o médico encontrasse sucesso ao exercer uma função "nobre e honrosa" que era a da medicina.

Na construção do mapeamento dessas questões foi possível visualizar por notas de agradecimentos os tipos de doenças que acometiam a população e como era as formas de tratamento mais empregada. Nesses exemplos, fica mais uma vez evidente como o saber médico é vislumbrado como algo importante para a sociedade piauiense na década de 1880 na medida que ao destacar o tipo de formação e as ideias defendidas por esses médicos há aí uma representação muito clara como e quais as pessoas deveriam tratar as doenças.

O reforço dessa ideia ganhava peso quando uma parte da sociedade, que era letrada, identificava nessas páginas notícias relativas as receitas para certa indigestão (A Imprensa, Teresina, Ano XXIII, n. 1026 25 jun. 1888, p. 3).

---

abordar que o ingresso dos jovens teresinenses em um curso superior representaria sua projeção tanto na cidade como possivelmente em outras regiões (Vargas, 2007).

Identificamos narrativas de como uma pessoa foi diagnosticada de forma errada, pois não tomou a medicação certa não passando bem e, quando procurar um médico, foi que este lhe receitou a medicação correta na medida que fez o devido diagnóstico para obtenção da cura (O Telefone, Teresina, Ano V, 213, 02 maio 1887, p. 3). E por fim de como a Santa Casa de Misericórdia da Corte fundou o Instituto Pasteur, destinado exclusivamente a aplicação do tratamento preventivo da raiva nas pessoas que eram mordidas por animais infectados pela doença (A Época, Teresina, Ano X, n. 504, 3 maio 1888, p. 3) e da importância desse ato. Esses são reforçadores de como podemos visualizar uma mudança da sociedade piauiense em relação as doenças e as formas de tratá-las. Ao nos depararmos com esses periódicos encontramos ao longo dos seus exemplares as notícias que nos deixam ver esses posicionamentos e nos respondem algumas das questões problematizadoras aqui pesquisadas.

Nesse sentido, identificamos nos números dos jornais pesquisados notícias que tratam desde a preocupação das autoridades locais com endemias que podiam surgir na província, bem como informações de doenças que provocaram o falecimento de pessoas e que a sociedade precisava ficar atenta para os cuidados necessários na prevenção dessas enfermidades. Durante as pesquisas observamos as práticas higienista adotadas pela câmara municipal no que se refere a limpeza da capital da província do Piauí. O inspetor de higiene pública visitava diversos estabelecimentos comerciais, fiscalizando gêneros expostos para o consumo público e impedindo a venda de outros por considerarem nocivos à saúde. O jornal O Telefone reconhece que a saúde pública não era tratada como prioridade e faz agradecimentos ao sr. Dr Inspetor de higiene (O Telefone, Teresina, Ano V, n. 219, 5 jul. 1887, p. 1). Durante uma sessão na câmara municipal foi recomendado aos fiscais que estavam presentes que cumprissem as condutas do município visto que, as ruas da capital encontravam-se um grande número de cães e porcos.

Uma preocupação dentro dessa vertente se relacionava ao transporte fluvial, pois esse era utilizado tanto para viagens como para o transporte de alimentos e remédios na capital da Província. Diante disso, no dia 17 de março de 1887 o presidente da província do Piauí foi informado, pelo Ministro do Império, que a cólera se manifestou nas divisas de Goiás e Mato-Grosso e era necessário que a fiscalização sanitária fechasse todos os portos para evitar a entrada da doença na província. As inspeções de limpeza das vilas e cidades

eram atribuições das câmaras municipais o que deixa claro que a capital da província adotou medidas para a fiscalização da saúde pública.

As mudanças na sociedade teresinense em relação a saúde ficam evidente ficavam também evidente com a postura da câmara municipal, pois em um anúncio no jornal o Dr. Raimundo de Aréa Leão Inspector de Higiene relata que a prática de vacinação e revacinação, que antes exigia das autoridades as forças policiais para obrigar a população a se vacinar, nesse momento é feita de forma gratuita. Nesse sentido, observamos o anúncio: "Científico a todos os habitantes desta capital que pratico a vacinação e a revacinação todas as segundas e sextas-feiras em casa de minha residência a rua de S. José n. 7. Dr. Raimundo de Aréa Leão" (A Época, Teresina, Ano X n. 515 8 ago. 1888. p. 2).

Portanto, apesar das dificuldades iniciais do poder público, a tentativa de informar a população era por meio dos jornais. Ao enfatizar esses pontos, queremos ventilar aqui as primeiras que as ideias defendidas por alguns sujeitos são falas muito bem delimitadas e originadas de um lugar social[3] de representantes do poder. Podemos inferir que tal questão era presumível, se considerarmos o fato de que já se delineava nesse período uma discussão de como as cidades deveriam ser configuradas por um traçado e por vivências mais próximas do que se almejava para uma cidade moderna, entendida por nós a partir da discussão feita por Maria Stella Martins Bresciani no texto *Metrópoles: as faces do Monstro urbano.*

Nesse contexto, a defesa pela criação dos Códigos de Posturas do município, as denúncias de ambientes sem o mínimo de higiene e as transformações espaciais que a cidade deveria sofrer formavam o conjunto de medidas e caminhos que corroboravam as formas de assegurar a defesa de uma Teresina mais civilizada. Projeto que seguia uma política presente no Brasil desde meados do século XIX no que concerne à formação de uma nova nação com a transformação do espaço urbano, e de formas de se adequar as propostas maiores dessa política à vida dos indivíduos em completa harmonia com esses objetivos. A interferência sanitária na cidade se coadunava com a ideia não só de higiene, como de eliminação de focos de doenças, bem como do processo

3 Aqui pensamos lugar social como Michel de Certeau definiu lugar social em uma pesquisa historiográfica, quando se refere a "um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...]. É em função desse lugar que instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam (Certeau, 2011. p. 47).

de uma vida mais civilizada e de uma cidade organizada com base em um modelo higiênico formulado naquele período para muitas cidades brasileiras.

Não resta dúvida de que as diretrizes postas pelos médicos, no que concerne à higiene pública, constituía-se a partir de uma Medicina social encaminhada dentro de uma nova concepção em que se pensavam as questões de doença e saúde. O médico, como portador desse conhecimento, adquirido nas faculdades de Medicina, apregoava essa luta e procurava cada vez mais colocar em prática tais questões. Nesse sentido, ocupar os cargos de médico do Partido Público e atuar junto às autoridades traduz em bom termo estratégias usadas por muitos deles para conseguir a promoção de uma nova visão da Medicina.

Yonissa Marmitt Wadi afirma que essa foi uma luta demorada, porém "[...] contínua por parte dos defensores dessa nova Medicina para alterar as relações e concepções vigentes no país quanto a questões de doença e saúde" (Wady, 2002, p. 89). E que se mostrou também como uma luta para projetar cada vez mais esse conhecimento na sociedade, mas apenas possível de ser realizada por homens portadores desse conhecimento adquiridos nas faculdades. Um conhecimento aplicado pelos médicos nas mudanças de costumes, em uma intervenção nos mais diversos lugares públicos como hospitais, mercados, cadeias e cemitérios, além de regular a atuação da venda de medicamentos e desenvolver estudos para o controle das diversas doenças, das epidemias e endemias.

Referências

A Imprensa, Teresina, Ano XXIV, 01 set. 1888.

A Imprensa, Teresina, Ano XXIII, n. 1029, 14 jul. 1888, p. 3.

A Imprensa, Ano XXIII, n. 1026, 25 jun. 1888, p. 3.

A Época, Teresina, Ano X, n. 510, 09 jul. 1888, p. 3.

A Época, Teresina, Ano VIII, n. 378, 7 nov. 1888, p. 4.

A Época, Teresina, Ano X, n. 514, 02 ago. 1888, p. 4.

A Época, Teresina, Ano X, n. 504, 03 maio 1888, p. 3.

A Época, Teresina, Ano X, n. 515, 08 ago. 1888, p. 2.

ARAÚJO, M. M. B. de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: EDUFPI, 2010.

BRESCIANI, M. S. M. Metrópoles: as faces do monstro urbano. As cidades no século XIX. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], v. 5, n. 8-9, p. 35-68, set. 1984 a abr. 1985.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. *In:* CERTEAU, M. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHALHOUB, S. *et al.* (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos da história social. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

O Telefone, Teresina, Ano V, n. 212, 7 maio de 1887, p. 1.

O Telefone, Teresina, Ano V, n. 213, 15 maio, 1887, p. 3.

O Telefone, Teresina, Ano V, n. 213, 15 maio, 1887, p. 4.

O Telefone, Teresina, Ano V, n. 219, 05 jun, 1887, p. 1.

PEREIRA NETO, A. de F. **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

QUANTOS DOUTORES, **A Imprensa**, Teresina, Ano XVI, n. 693, 20 jul. 1881, p. 3.

SANGLARD, G. **A construção dos espaços de no Brasil**: entre a caridade e a medicalização. Revista Esboços, n. 16, Santa Catarina, p. 11-33, 2006.

VARGAS, J. M. **Entre a paróquia e a corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

WADI, Y. M. **Palácio para guardar doidos**: uma história das lutas pela construção do Hospital de Alienados e da Psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

Experiências em educação patrimonial e ensino de história em uma escola no interior do Ceará, uma breve discussão das diretrizes da Carta de Ouro Preto

Vandelson Lima Aguiar[1]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo, discutir experiências em educação patrimonial nas aulas de história, na Escola de Ensino Médio e Tempo Integral Antônio Custódio em Frecheirinha - CE, assim como, realizar breve discussão das diretrizes da Carta de Ouro Preto, com prioridade as diretrizes 03, 06 e 21, visto a maior aproximação com o tema da referida pesquisa. A investigação analisou as seguintes ações realizadas nas práticas de educação patrimonial: aulas de campo em espaços culturais locais e regionais como o Parque Nacional de Ubajara, Casas de Farinha e Engenhos de Cana de Açúcar da região, feiras culturais idealizadas pelos alunos e para a comunidade escolar, aula teórica com discussão dos temas de patrimônio, memória, identidade, patrimônio cultural material e imaterial e exposições fotográficas a partir da visão dos estudantes sobre o conceito de registro, enquanto ferramenta metodológica contou com pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas com grupo focal de alunos dos primeiros anos A e B da referida instituição, sobre os conceitos básicos de história, história local, patrimônio cultural, cultura e identidade. Buscou-se referendar e analisar os conceitos a partir de interpretações da Constituição Federal, Carta de Ouro Preto, conceitos já apresentados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC, além de teóricos como CASTRO e BITTENCOURT. Contudo, fica evidente a necessidade de formação continuada aos professores especialmente de Ciências Humanas e a produção de materiais didáticos sobre Patrimônio Cultural, conforme previsto no currículo escolar, entendendo tais materiais como ferramenta de garantia e direito a própria história e memória.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Memória; Identidade; Ensino de História.

1 Especialista em Acessibilidade Cultural; NEPAC.

Introdução

As discussões em torno da Educação Patrimonial e o Ensino de História cada vez mais têm ganhado palco nos debates acadêmicos, assim como por docentes da área, especialmente no ambiente escolar, isso em virtude da necessidade latente em trabalhar sobre a temática de forma a minimizar os desinteresses constantes pelos discentes com o tema, marcado pelo processo de aculturamento, contribuindo com perca da identidade cultural.

O espaço da sala de aula que se constitui como ambiente propício para entender e apresentar culturas, manifestações, patrimônios cultuais materiais e imateriais, correm risco iminente de se perder, para além da desvalorização há de se destacar a necessidade de formação continuada aos professores e material didático estruturado em Educação Patrimonial.

Ainda que permeadas de dificuldades, essa pesquisa discute as ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas aulas de história nas turmas de 1º ano A e B da Escola de Ensino Médio e Tempo Integral Antônio Custódio – E.E.M.T.I.A.C. as práticas ali desenvolvidas elencam noções básicas e conceitos mínimos na área.

Ao tomar como referência Educação Patrimonial nas aulas de história a proposta tem como base os saberes cultuais no ceio familiar ou comunidade em geral que os discentes fazem parte, perpassando pelas histórias de lugares, prédios históricos, manifestações culturais importantes para a comunidade e manifestam risco de perder-se.

Uma discussão que se faz necessária é pensar a relação das ações de Educação Patrimonial na Escola investigada e a relação dessas ações com as diretrizes 03, 06 e 21, elencadas na Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural, produto do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, realizado em Ouro Preto em abril de 2023.

Haja vista tamanha explanação reflete-se sobre os primórdios das primeiras falas sobre Patrimônio Cultural que remetem ao Decreto – Lei nº35, de 30 de novembro de 1937que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Tal instituição foi fundamental para pensar e criar instrumentos de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Nessa mesma linha estamos falando de Educação Patrimonial, tema de fundamental importância, que não é novo entre órgãos e instituições que lidam com o patrimônio cultural, mas ainda pouco frequentam na agenda dos sistemas educacionais brasileiros (IPHAN).

As noções de reconhecer-se, respeitar e, principalmente, preocupar-se em preservar um patrimônio cultural encontram-se intrinsecamente ligadas aos sentimentos de pertencimento e reconhecimento e é este o principal fato que caracteriza as discussões atuais acerca da noção de patrimônio, onde foi a partir de constatações nesse sentido que se deram as principais mudanças que caracterizam o abrangente conceito atual de patrimônio (Castro; Bittencourt; Maltêz, Martins; Miranda; Sobrinho, 2010).

A reflexão apresentada nessa pesquisa discute ainda Educação Patrimonial nas aulas de história como proposta interdisciplinar a partir de documentos oficiais do Governo do Estado do Estado do Ceará, provoca reflexão em cima de diretrizes da Carta de Ouro Preto, elenca ações de Educação Patrimonial da E.E.M.T.I.A.C. e analisa conhecimento de discentes das turmas investigadas sobre conceitos básicos, tais como identidade, memória e Patrimônio.

O que dizem os documentos oficiais sobre educação patrimonial na educação cearense

A garantia de acesso e proteção da cultura como patrimônio do povo brasileiro, assim como a construção da identidade cultural é prevista na Constituição da República de 1988 ao afirmar que:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
> 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (Brasil, 1988).

Constitui Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico (Brasil, 1988).

> O que se considera patrimônio cultural de um povo não vai ser algo dado, mas sempre o produto de uma escolha – a escolha do que é significativo para aquele povo. E, como se sabe, obras de arte, edificações ou qualquer objeto vão ter usos e significados diferentes para indivíduos e comunidades diferentes. [...] Assim, é importante percebermos que as decisões sobre a conservação do patrimônio cultural lançam mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural (Castriota, 2009, p. 42-43).

Nessa perspectiva a Educação Patrimonial pode ser compreendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Neste caminho, ainda nas palavras da autora, o contato direto com as evidências e manifestações da cultura proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999).

No Estado, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC-CE o Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC apresenta a Educação Patrimonial como processo permanente e sistêmico de reconhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

A proposta da SEDUC apresenta a Educação Patrimonial de forma transversal no currículo escolar das instituições educacionais, tendo como objeti-

vo, possibilitar que crianças, jovens e adultos se apropriem e possam valorizar sua herança cultural, de modo que busque capacitar para usufruto dos bens cultuais, propiciando a produção de novos conhecimentos em processo contínuo e profícuo de criação cultural.

Na educação cearense a Educação Patrimonial é entendida como instrumento pedagógico de compreensão do mundo como de resgate da própria identidade cultural de uma sociedade. A compreensão de tais conhecimentos é entendida como processo de autoconhecimento dos indivíduos e a valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Nesse sentido Horta; Grunberg; Monteiro (1999, p. 6), afirmam que: "[...] a Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita, ao indivíduo, fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido".

Observando tais discussões entende-se que a Educação Patrimonial é ferramenta primordial na contribuição do entendimento de cultura, identidade e patrimônio cultural na vida dos estudantes.

O Catálogo de Componentes Eletivos da SEDUC – CE prevê a eletiva de Educação Patrimonial como uma das opções a serem implementadas aos estudantes das escolas públicas cearenses, na justificativa para implementação deste componente curricular prevê que:

> O patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da nossa sociedade. Envolve as formas de expressão, as rupturas e permanências, as apropriações culturais e históricas, as tradições, os festejos, a religiosidade as relações afetivas. Assim, estudar o patrimônio cultural com a perspectiva de construção de identidades e como prática inclusiva é relevante para o entendimento do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação para as futuras e atuais gerações.

> Desse modo, instiga um olhar reflexivo para as histórias e as expressões culturais e artísticas, ampliando a capacidade de valorização de patrimônios locais (Ceará, 2021, p. 138).

O programa de Educação Patrimonial do Ceará reconhece tudo isso, compreende a necessidade de projetos voltados para Educação Patrimonial, onde busque discutir o conhecimento das pessoas em relação aos saberes, construindo consciência em relação ao valor de bons, históricos e culturais.

As diretrizes da Carta de Ouro Preto, breves discussões

As produções em torno da Educação Patrimonial e do Direito do Patrimônio Cultural ainda que tenham avançado significativamente, se apresentam bem restritas no sentido da produção científica, a comunidade científica tem buscado promover debates e produções significativas.

Observados os cenários em torno das discussões sobre Direito do Patrimônio Cultural, uma das experiências de discussão e produção em torno da temática se deu em virtude do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, realizado em abril de 2023, pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, por meio do Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural – NEPAC na cidade de Ouro Preto.

O seminário aprovou a Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural, que é destinada entre outros aos representantes de órgãos públicos, agentes de estrutura executiva, judiciária e legislativa brasileira, pesquisadores, especialistas, conselheiros, detentores de saberes tradicionais e sociedade civil organizada.

Nessa perspectiva a Carta de Ouro Preto apresenta conclusões e diretrizes que orientam as múltiplas ações e medidas de aperfeiçoamento da vasta legislação brasileira em torno do Patrimônio Cultural. No conjunto das 33 ações previstas na Carta de Ouro Preto, entende-se que três fazem referência direta com as ações de Educação Patrimonial desenvolvida na E.E.M.T.I.A.C. conforme análise.

> DIRETRIZ 03. Estar atenta à compreensão do "direito à memória", distinguindo-o, no que couber, do direito ao patrimônio cultural (acesso, fruição e criação) de modo a melhor orientar as ações que versem sobre justiça restaurativa, patrimônios sensíveis ou de dor, direito ao esquecimento, entre outros aspectos.

A referida diretriz é discutida nas aulas de história especialmente quando citados os espaços de memória sensível como campos de concentração nazista, senzalas, espaços de tortura de grupos minoritários, espaços de tortura da Ditadura Civil Militar, assim como a manutenção de vestígios de comunidades primitivas, sítios arqueológicos, conteúdos que os discentes passam a entender como importantes para a construção da memória coletiva.

> DIRETRIZ 06. Assegurar a participação da comunidade na seleção, promoção, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, de forma que a sua colaboração (§ 1º, do art. 216 da Constituição da República) à atuação do poder público seja efetivada por uma relação de cooperação e voltada para assegurar a referencialidade do patrimônio cultural com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Os momentos desenvolvidos em Educação Patrimonial na E.E.M.T.A.C. nos últimos anos sempre contou com a participação da comunidade escolar, ressalta-se a pesquisa realizada pelos alunos quando foram convidados a identificarem na comunidade a partir de registro fotográfico o conceito de cultura local, memória e identidade, a participação da comunidade onde os discentes estão inseridos se fez de forma ampla e democrática manifestando saberes e conhecimentos sobre cultura e patrimônio.

A terceira e não menos relevante diretriz identificada é a DIRETRIZ 21. Estabelecer parâmetros para inclusão, nas grades curriculares do ensino formal, de conteúdos transversais voltados para a "educação patrimonial", com enfoque nos bens culturais materiais e imateriais regionais e locais.

A relação entre as três diretrizes identificadas e as práticas de Educação Patrimonial realizadas na referida Escola tem grande aproximação e dialogam conjuntamente, pois buscam a construção de visão critica dos estudantes, sobre seus modos de vida, cultura, saberes, compreendendo os espaços e pessoas enquanto guardiões de memórias.

Ações de educação patrimonial na E.E.M.T.I. Antônio Custódio

O cenário inicial pensado para as primeiras discussões em Educação Patrimonial nas aulas de história são o bairro, a comunidade, rua e a cidade em que residem os estudantes, segundo Fernandes (2012):

> A cidade disponibiliza uma série de signos e com nossa vivência nela e com as experiências do cotidiano nas relações e interações entre sujeitos, coisas e objetos atribuímos significado e criamos sentidos para aquilo que damos o nome de lugar em que vivemos e habitamos (Fernandes; Groppo; Park, 2012, p. 7).

A cidade assim é vista como espaço educativo, múltiplo culturalmente, além de representar a primeira identidade que tais discentes buscam como referência. "Cidades múltiplas que se descortinam aos olhos daqueles que se dispõe a conhecê-las. Esse é um dos caminhos possíveis para a formação cultural – aguçar o olhar para o entorno" (Leite, 2008, p. 71).

Sobre o conceito de Educação Patrimonial e o professor como mediador desse conhecimento o IPHAN, conforme previsto na publicação "Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos":

> A perspectiva de educação que aqui se apresenta é a que entende que educadores são mediadores para a apropriação do conhecimento e para a sua construção coletiva, que reconhece as comunidades como produtoras/detentoras de saberes locais, e que os bens culturais estão inseridos em um contexto de significados lo-

> cais associados às memórias dos lugares. Essa perspectiva é diferente daquela que entende a educação como reprodutora de informações e as comunidades como meras consumidoras e "público-alvo" das ações educativas (Florêncio *et al*, 2014, p. 27).

Essa fala é importante com o intuito de perceber os ambientes na cidade que fazem parte da cultura da comunidade e que são aparato para se pensar a Educação Patrimonial, conforme passa descrever estes espaços em Frecheirinha e região.

Aula de Campo em Engenho do Sr. Luis Antônio.

A aula de campo com turmas do 1º ano do ensino médio ao engenho de cana de açúcar do "Sr. Luis Antonio" se mostrou como oportunidade indispensável para pensar os princípios da educação patrimonial, em visita compreenderam a tração animal que há poucos anos foi substituída pela força elétrica deixando marcas históricas ainda observáveis, foi possível conhecer equipamentos artesanais, saberes na produção da rapadura preta, melaço de cana, garapa de cana, todos esses são conhecimentos que os discentes adquiriram em aula de campo e que os fazem compreender aquele espaço como mantenedor de uma determinada cultura.

A proposta contou com visita guiada explicando e apresentando todas as etapas de produção que tem origem no corte da cana, entendendo a história desde a instalação do engenho perpassando por todas as fases de transformação e refletindo sobre a contribuição econômica e cultural para a comunidade local.

Exposições fotográficas

A realização de exposição fotográfica com as turmas teve como laboratório de registro o dia a dia no ceio familiares, as rotinas de trabalho, formas de produção e os saberes praticados.

Os estudantes apresentam tais registros que depois de selecionados foram revelados e dispostos para toda a comunidade escolar, nesse aspecto foram

refletidos sobre os conceitos de cultura local, memória, registro, identidade e patrimônio cultural material e imaterial.

Feira Cultural

A proposta de trabalho apresentado em feira cultural realizada em ambiente escolar prezou por analisar a cultura das casas de farinha e dos engenhos de cana de açúcar.

O registro de saberes desde a colheita da mandioca até o produto final, todo o processo de produção, organização da comunidade em torno da "farinhada", as músicas cantadas nas casas de farinha e a compreensão da importância da farinha, tapioca, beiju e goma na alimentação da comunidade local. A produção dos engenhos de cana de açúcar, o corte da cana, os saberes na produção da rapadura, melaço e garapa são apenas parte dos conhecimentos adquiridos.

A partir de pesquisas realizadas por discentes puderam ser compartilhados com toda a comunidade escolar em feira cultural, assim como degustação de produtos da culinária brasileira nos engenhos de cana de açúcar e nas casas de farinha.

Aula de Campo Parque Nacional de Ubajara

A localização fronteiriça do Parque Nacional de Ubajara - PNU com a cidade de Frecheirinha se coloca como excelente potencial para ampliação dos conhecimentos em Educação Patrimonial.

Os estudantes foram convidados a conhecerem sobre a história de registro e ampliação do PNU, percorreram as trilhas que padres jesuítas e desbravadores abriam, entendendo a importância cultural e social, visitaram cavernas com ajuda de guia onde entenderam a importância dos espelhos geológicos e de que forma o conjunto que o Parque engloba é considerado Patrimônio Histórico.

As práticas listadas fazem parte de um conjunto ações em Educação Patrimonial que são realizados nas turmas investigadas, a cada ação são discutidos conceitos tais como memória, identidade, cultura e patrimônio cultual, os

estudantes são convidados a apresentarem pesquisas que aprofundam ainda mais seus conhecimentos.

Análise e discussão dos resultados

A realização da pesquisa como especificado outrora foi realizada na E.E.M.T.I.A.C., onde teve como laboratório a turma do 1º ano A e B, Matutina, 62 alunos participaram da pesquisa, todas as ações foram realizadas nas aulas de história.

A aplicação de questionário semi estruturado via Google formulário buscou compreender as expectativas, anseios e nível de conhecimento dos estudantes sobre tema como nível de afinidade com o ensino de história, experiências exitosas e frustradas nas aulas de história, visão sobre a contribuição das aulas de campo para o ensino de história, influência do professor de história para aulas mais dinâmicas, uso de tecnologias nas aulas de história, nível de conhecimento sobre a história da própria cidade, compreensão sobre o conceito de cultura e identidade.

Nessa perspectiva quando foram questionadas sobre o conceito de identidade as afirmações são vagas, diversos estudantes manifestaram que não sabem nada sobre o tema, outros estudantes afirmam que identidade são as características e alguns poucos estudantes se referem a identidade como algo que os representa.

Não é de longe que os estudantes manifestam desconhecer conceitos aparentemente simples, o processo de desvalorização histórica e a perca de identidade cultural é apenas alguns responsável por esse fenômeno.

Ao serem questionados sobre o conceito de cultura os estudantes afirmam em sua visão são coisas importantes; costumes de país ou região; elementos importantes que marcam a história e marcam até hoje; cultura é arte, vida e conhecimento; histórias antigas, histórias da cidade e muitas outras coisas.

Observa-se que diferentemente do conceito de identidade, agora ao afirmarem sobre cultura já se é possível maior interação e participação, seja por compreenderem as suas referências culturais, como pelo pluralismo que o tema exige, ressalta-se como parte dos alunos argumentaram sobre os conhe-

cimentos do dia a dia, saberes e práticas de fazeres cotidianos, tidos como cultura popular.

Os estudantes foram convidados a responderem se sabem o que é Patrimônio Cultural, 34 alunos (54,8%) afirmam que sabem, enquanto outros 28 alunos (45,2%) não sabem. Tais dados não aparecem fieis quando solicitados a explicarem e darem exemplos de patrimônios material e/ou imaterial, onde poucos sabem exemplificar ou não participam.

Quando se refere aos conhecimentos sobre a história da cidade onde moram os alunos apresentariam seu nível de conhecimento entre péssimo, baixo, bom ou excelente, 2 alunos (3,2%) acreditam ter excelente nível de conhecimentos sobre o tema, enquanto 43 alunos (69,4%), dizem ter bom conhecimento sobre a história da cidade, outros 17 alunos (27,4%) afirmam baixam nível de conhecimento sobre o mesmo assunto.

O percentual de 69,4% de alunos que afirmam ter bom nível de conhecimento sobre a história da cidade é otimista e pode ter relação direta com a oferta de material didático estruturado para as turmas, haja vista que a rede municipal de ensino elaborou e adotou livro sobre a história local.

Considerações finais

As políticas de Educação Patrimonial, conforme observado em toda a discussão anterior é instrumento primordial na valorização e consequentemente no reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, no entanto, ainda tem largo percurso a ser trilhado. Se por um lado as referências em Educação Patrimonial no Ceará avançam, em outros estados permanecem obscuras, a educação como percebido pode ser esse elo entre o patrimônio cultural e a preservação da identidade.

A carta de Ouro Preto se mostrou fundamental para a consolidação do Direito do Patrimônio Cultural, observado o diálogo com os diversos setores da sociedade, se apresentando como orientador para as proposituras em percursos. As ações em Patrimônio Cultural na E.E.M.T.I.A.C. continuam e os resultados mudam no decorrer desse processo, mas precisam ser ampliadas para todas as turmas, é possível que este seja o maior desafio a ser superado se analisado a carência de formação continuada de professores em tal temática.

Esta pesquisa não esgota as discussões, apenas faz recorte de todas as ações realizadas até então, ao paço que se desenham novas formas de abordagem com outras turmas e a comunidade, além de instrumentos mais eficazes de preservação do Patrimônio Cultural pesquisado.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

CASTRO, Magali; BITTENCOURT, Daphne Lorene Alves; MALTÊZ, Camila Rodrigues; MARTINS, Lilian Nascimento; MIRANDA, Kelly dos Reis; SOBRINHO, Cristiane Paula Corrêa. **Educação e Patrimônio:** O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural.

CEARA, **Documento Curricular Referencial do Ceará:** educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019.

FERNANDES, Renata Sieiro; GROPPO, Luís Antonio; PARK, Margareth Brandini. Cidade: **Patrimônio educativo.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia. *et al*. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999.

IPHAN, **Educação patrimonial:** orientações ao professor. 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

LEITE, Maria Isabel**.** Experiência Estética e Formação Cultural: Rediscutindo o papel da cidade e de seus equipamentos culturais. *In:* MAKOWIECKY, Sandra; OLIVEIRA, Sandra Ramalho e. **Ensaios em torno da arte.** Chapecó: Argos, p. 55-74, 2008.

OURO PRETO, Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural. **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural.** Ouro Preto, 2023.

Por uma explicação cibernética do negacionismo da ditadura no tempo presente: contribuições docentes no ProfHistória (2021-2023)

André Fialho de Oliveira[1]

Resumo

Na última década, o processo de plataformização do cotidiano fez-se presente com o uso crescente das redes sociais, contribuindo para a formação dos modos de sociabilidade e sensibilidade no tempo presente. Neste novo cenário, questões como a legitimidade da história enquanto disciplina e o fenômeno dos negacionismos – ainda que longe de serem novidades – alcançaram novas proporções. Intensificada a sensação de crise disciplinar, temáticas como o avanço do negacionismo histórico da ditadura de 1964 têm atraído a atenção de docentes em pesquisas sobre o ensino de história na era digital. Este trabalho busca traçar um panorama a partir de três dissertações disponibilizadas entre 2021 e 2023, por professores-pesquisadores do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Mais do que um levante historiográfico de produções recentes, escritas em um contexto pandêmico, sua finalidade é demarcar as contribuições a partir das diferentes escolhas teóricas utilizadas e dos direcionamentos de tais produtos. Assim, partindo do debate ético-político envolvendo ensino e teoria da história em tempos digitais, este estudo aponta como tais percursos – embora descontínuos – enfrentam a referida sensação de desorientação, por meio de reflexões intradisciplinares e de diálogos transdisciplinares no campo cibernético, inventando caminhos para o pensamento histórico diante da arquitetura babélica das plataformas.

Palavras-chave: Ensino de história; Negacionismo; História pública digital; Cibernética.

A proposta deste texto surgiu de um desencontro. Na passagem de 2022 a 2023, correndo contra o tempo para finalizar e defender minha dissertação,

1 Professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE), mestre em Ensino de História (ProfHistória) pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

tive contato com outras duas recém-defendidas que, apesar dos diferentes caminhos teórico-metodológicos, se aproximavam das temáticas com as quais trabalhei. Esforcei-me para trazê-las às discussões presentes em minha escrita, mas senti que faltou um diálogo mais aprofundado. E por mais que este pequeno texto não vise suprir tal falta – seria necessário um esforço maior do que o desprendido aqui –, ele inicia este assunto para uma discussão posterior.

Como eixo principal, as três versam sobre o fenômeno do negacionismo histórico da ditadura de 1964 na era digital e os problemas enfrentados pelo ensino de história nesse contexto. Como habitual às pesquisas do Mestrado Profissional em Ensino de História, apresentam ao fim das dissertações o chamado "produto final", com intervenções sugeridas frente à questão. No entanto, ainda que compartilhando interesses em história pública digital e ensino de história, cada uma optou por escolhas diversas para descrever e analisar o problema, assim como para seus propósitos didáticos. A concepção do que será apresentado aqui visa esquadrinhar os avanços e os limites de cada uma, a fim de enriquecer o debate.

Assim, longe do habitual resumo de capítulo de dissertação, trata-se de uma rápida recapitulação de pesquisas produzidas pelo ProfHistória no período pandêmico e então disponibilizadas pelo repositório nacional – desatualizado à época desde 2022 –, com apontamentos para o desenvolvimento do tema a partir de diferentes escolhas teórico-metodológicas. Em outras palavras, um texto mais motivado pela diversidade quanto às abordagens, desencontradas em um período conturbado, do que pelas minuciosidades exigidas para um levantamento historiográfico.

* * *

As pesquisas sobre as novas formas do negacionismo histórico da ditadura de 1964, com o advento da digitalização e da plataformização, e seus impactos no ensino de história extrapolam a periodização escolhida para este trabalho. As razões para tal recorte, no entanto, advém primeiramente do interesse em pensar as produções cuja escrita se deram durante a recente experiência de isolamento pela pandemia. Afinal de contas, a crise manifestada

pelos negacionismos históricos não é indiferente àquela pelo negacionismo da Covid-19, pelas *fake news* sobre vacina ou mesmo sobre o alegado tratamento precoce (sem evidências científicas). Não era a toa a alta frequência da pergunta sobre o que fazer quanto aos negacionismos nas inúmeras *lives* transmitidas virtualmente à época e destinadas a docentes pesquisadores e pesquisadoras.

Em segundo lugar, pela própria lentidão quanto à atualização do repositório de dissertações do ProfHistória (que, antes de estancar em 2022, já não seguia um ritmo adequado), a escolha por essa periodização abarca o período da escrita da minha própria dissertação, a qual acabou não dispondo de um capítulo sobre o estado da arte da temática. Neste trabalho, ela é uma das selecionadas para fins de análise comparativa, no intuito não apenas de justificar minhas próprias escolhas perante as percorridas nas outras dissertações, mas de repensar novos percursos para a discussão sobre o tema pesquisado a partir da justaposição das três produções escolhidas.

A primeira dissertação, intitulada "Histórias públicas e ditadura militar: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história", foi escrita por Rosenilde Alves de Lima (2021), na Universidade Regional do Cariri. Apontando para a convergência entre a história pública digital e o ensino de história, a autora relata seu interesse pela temática anos antes de ingressar no ProfHistória, quando instigada ainda em 2015 pelo avanço dos negacionismos históricos em sala de aula e, por outro lado, pela sugestão de elaboração de conteúdos simplificados, curtos e diretos – aos moldes de *youtubers* como Débora Aladim.

Sua pesquisa disserta sobre as noções de história, memória e verdade nas narrativas historiográficas em sala de aula e nas narrativas negacionistas de ampla circulação nas redes sociais, expondo os elementos de sua estrutura discursiva e o lugar social de sua produção. Estas, entendidas enquanto continuidade de uma memória engendrada ainda durante o período ditatorial, são analisadas em fontes como o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de Leandro Narloch, e o documentário *1964 – O Brasil entre armas e livros*, da produtora Brasil Paralelo (disponível no YouTube, com a participação de diversas personalidades da extrema direita brasileira contemporânea, como Olavo de Carvalho). Mas o destaque da parte empírica reside

nos memes coletados através do Google Imagens, expostos e examinados no miolo da dissertação. *Tour de force* notável, mais de 40 imagens são disponibilizadas e destrinchadas em sua composição. Classificadas como memes de persuasão, discussão pública ou ação popular, sua distinção no trabalho se dá pela visibilidade deste tipo de linguagem, em termos de difusão das narrativas negacionistas.

Amparada por leituras que atravessam as denominações *Didática da História*, *Educação Histórica* e *Aprendizagem Histórica* – cujas fronteiras, por mais que alegadamente existentes, parecem tão porosas por seus adeptos e adeptas no Brasil –, Lima se apropria de parte das discussões sobre o ensino de história que floresceram na última década. Busca entender como tais fontes interferem na progressão da aprendizagem da disciplina. De forma que, por mais que alegue não responder como promover a *literacia histórica* ao fim da dissertação, seu esforço ao longo da escrita aponta para várias contribuições, também alicerçadas por leituras da teoria da história, para desarmar elementos mobilizados nos memes e propor a aprendizagem de conceitos estruturantes do conhecimento histórico.

A segunda dissertação, intitulada "Perspectivas docentes: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da Ditadura Militar em sala de aula", foi escrita por Deyvison dos Santos Oliveira (2022), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Semelhante à escolha de Lima, Oliveira aponta a urgência da temática do negacionismo histórico da ditadura na era digital como desafio para a história enquanto disciplina escolar, a partir de uma estrutura narrativa que investiga o problema a partir da continuidade de uma memória histórica construída ainda durante o regime e que ganha novas proporções com o advento da internet.

Para tanto, elege três ângulos diferentes, que, no entanto, se complementam: textos digitalizados de Olavo de Carvalho em seu *website* e em páginas que o homenageiam, o livro *Entre Mitos e Verdades: a História do Regime Militar* e o já referido documentário da Brasil Paralelo e os livros de memórias do coronel Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio* e *A Verdade Sufocada*. Convergências e divergências listadas, as narrativas negacionistas são postas em perspectiva e analisadas em seu processo de elaboração argumentativa e em suas estratégias persuasivas. Dentre as estruturas que se repetem, Oliveira

enfatiza o maniqueísmo e o exagero típico das teorias da conspiração, ainda que em variadas nuances: desde a verborragia do olavismo à pretensão de imparcialidade da produtora, passando pela clara apologia ao regime na memória militar.

Por priorizar o padrão dos construtos argumentativos na guerra de narrativas alavancada pelas redes sociais, Oliveira propõe como produto final, na forma de quatro planos de aula, uma desmistificação dos elementos discursivos do negacionismo histórico da ditadura, a partir da contraposição entre trechos das produções negacionistas analisadas e de fontes primárias e documentos oficiais, dentre outros recursos. Assim, visando desmascarar tais imposturas históricas, as evidências corroborariam a partir do *metier* da disciplina para combater narrativas como "o regime só perseguiu bandido" e "todos apoiavam o regime", tão popularizadas ao longo da última década, marcada pela popularização da internet e pela crise política brasileira.

Por fim, a terceira dissertação, intitulada "Pequeno mapa do tempo de crise: ensino de história, afetos e negacionismos na era digital", foi escrita por mim, André Fialho de Oliveira (2023), na Universidade Federal do Ceará. Como as demais, circunscrita na interseção entre a história pública digital e o ensino de história – ainda que também abarcando materiais não apenas digitais, mas também digitalizados –, segue, no entanto, caminhos teórico-metodológicos diversos. Mais interessada pelo caráter contingencial das novas formas de negacionismo histórico, a escrita parte das discussões do giro ético-político que tem animado historiadoras e historiadores na última década (Rangel; Araújo, 2015; Turin, 2018; Ávila; Nicolazzi; Turin, 2021; Ávila, 2021) para pensar a noção de crise atravessada por linhas internas e externas à própria disciplina. Afinal, se é possível indagar se esta não esteve em crise, em algum momento – entendendo-a também como campo de disputas em outros tempos –, a sensação de desorientação que permeia parte das discussões atuais vem das novas proporções que a noção de crise traz, em um contexto de intensa plataformização do cotidiano.

Este contexto não se resume a um maior acesso às redes sociais, pela popularização de dispositivos como *smartphones*, mas abarca um fenômeno convergente à neoliberalização em uma esfera epistêmica, em que o *marketing* vira a palavra-chave (Deleuze, [1990] 2013; Dardot; Laval, [2009] 2016;

Chun, 2016; Cesarino, 2021a; Cesarino, 2022). Dessa maneira, para examinar os impactos da arquitetura digital no tempo presente, torna-se mais interessante uma análise interdisciplinar do modo de subjetivação envolvido nas relações humano-maquínicas.

Para tal empreitada, em minha dissertação, priorizei não as personagens, mas os *topoi* enquanto lugares discursivos centrais na arquitetura babélica das redes sociais – por exemplo, desde a experiência pessoal, ou eu-pistemologia [*i-pstemology*] como "origem de toda a verdade" (Zoonen, 2012, p. 1), até a acusação de doutrinação contra docentes de história. Para isso, utilizei-me de fontes tanto digitalizadas, quanto digitais, como vídeos e postagens – em especial, os comentários em redes sociais para pensar o consumo e a (re)circulação dessas informações.

Nesta tarefa, contudo, interessa à minha dissertação não apenas os elementos discursivos em si, mas em especial os afetos, tão centrais para as plataformas digitais, guiada pela economia da atenção (HARSIN, 2015). Entendidos em sua dimensão pré-representacional, constituintes do corpo humano em seu agir relacional (Spinoza, [1677] 2020; Deleuze, [1981] 2002; Deleuze, [1978] 2019), os afetos enquanto força se situam em um plano pré-representacional, o qual é enfatizado segundo a lógica algorítmica da infraestrutura técnica das redes.

Além disso, sua importância para a questão dos negacionismos aponta para um caminho não explorado pelas escolhas teóricas antes explicitadas: os modos de circulação da linguagem não se limitam à argumentação, mas se estendem à dimensão afetiva (Safatle, 2017). Responder aos negacionismos bradando o estandarte da razão, embora seja uma atitude compreensível, parece insuficiente. É preciso investigar os afetos e, em vez de negligenciá-los, rebatê-los (também) na mesma esfera.

Por esse motivo, o produto final de minha dissertação mostra-se menos assertivo que planos de aula, optando por direcionamentos mais erráticos. Chamado de ensino por errâncias, trata-se de uma escolha teórica, de caráter ético-político, em que, por um lado, se repense a dimensão afetiva no ensino de história em geral e, mais especificamente, no combate ao negacionismo da ditadura em sala de aula; e por outro, não se esquive da problematização do modo de subjetivação relacionado às redes e se aproprie de trabalhar formas

de letramento histórico digital – seja quanto à temporalização atualista (Araújo; Pereira, 2019), seja quanto às questões de alienação técnica (Simondon, [1958] 2020).

Dito isso, defendo que a relação entre o processo de plataformização do cotidiano e o negacionismo histórico da ditadura pode ser compreendida não apenas por meio de uma ampliação de uma memória gerada ainda durante o regime, entendido de forma linear; mas de uma outra problemática em termos da dinâmica entre produção, circulação e consumo. Operadas segundo uma nova configuração, os negacionismos em geral não apenas se proliferam com a popularização da Web 2.0 e suas plataformas, mas também ganham uma nova forma. É necessário pensar uma topologia que abarque a contingência desse fenômeno na era digital. Tal leitura torna-se possível através de um entendimento interdisciplinar, pela abordagem cibernética.

* * *

Originalmente elaborada como uma superciência, a partir de um esforço transdisciplinar no início do século XX semelhante à tectologia, a cibernética aqui é entendida de acordo com os trabalhos desenvolvidos desde 2018 pela antropóloga Letícia Cesarino – os quais tive contato ainda no início do ProfHistória, em 2020. De caráter sistêmico, trata-se de "um tipo de sensibilidade, de atenção ao mundo enquanto uma composição de sistemas não lineares coemergentes" (Cesarino, 2021b, p. 308).

Entendida como uma abordagem mais recomendável em quadros de instabilidade, a cibernética mostra-se como um caminho privilegiado para a análise dos circuitos de informação que já não mais se configuram à maneira do mundo pré-digital: noções como retroalimentação [*feedback*] e ressonância ajudam a entender um enquadramento diferenciado, em que até a temporalidade das redes é estruturada pela noção de crise – paradoxalmente permanente, em que "o AGORA constantemente perfura o tempo, à medida que o novo se rapidamente se torna velho e o velho é encaminhado mais uma vez como (um tanto) novo" (Chun, 2016).

A partir dessa abordagem, a crise manifesta na proliferação dos negacionismos históricos – e, em particular, do negacionismo da ditadura – pode ser vista como sintoma de um panorama maior. Não meramente fruto da popularização das redes sociais, ainda sem regulamentação e fiscalização; mas da própria relação sociotécnica com a infraestrutura digital e suas implicações em termos de subjetivação, num processo em que plataformização e neoliberalização formam um só fenômeno. Mais que isso: através desse tipo de sensibilidade, que, em detrimento de uma visão linear de causalidade, envolve mudar "não o recorte empírico, mas a *Gestalt*: ou seja, olhar para o mesmo objeto, mas ver primeiro o sistema, as relações a partir das quais ele emerge" (Cesarino, 2021b, p. 308), a desorientação que perpassa a história disciplinar é a mesma crise do sistema de confiança nos especialistas, das ciências em geral, da mídia profissional, da democracia realmente existente (Cesarino, 2022).

Dessa forma, se o campo de pesquisa em ensino de história pode ser considerado como um lugar de fronteira (Monteiro; Penna, 2011), sua abertura à cibernética, em especial para questões da história pública digital e dos negacionismos históricos, se mostra como condição valiosa para os avanços dos debates, abarcando não apenas a esfera da argumentação e do contexto sociohistórico, mas também dos afetos e da materialidade técnica no que diz respeito à relação humano-maquínica (Cesarino, 2022). Junto ao debate ético-político da teoria da história, as pesquisas em ensino de história e história pública digital só têm a ganhar entre os fluxos transdisciplinares da cibernética.

Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus H. F. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. 2a edição. Vitória: Editora Milfontes/Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

ÁVILA, Arthur Lima de. **A História no labirinto do presente**: ensaios (in) disciplinados sobre teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Org.). **A História (in)Disciplinada**. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 2a ed. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

CESARINO, Letícia. "Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética". **Ilha** – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2 fev. 2021a.

CESARINO, Letícia. "Antropologia digital não é etnografia: Explicação cibernética e transdisciplinaridade". **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 2, p. 304-315, 24 ago. 2021b.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHUN, Wendy Hui Kyong. **Updating to remain the same**: habitual new media. Cambridge: MIT Press, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, [2009] 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Tradução: Peter Pál Pelbart. 3a ed. São Paulo: Editora 34, [1990] 2013.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)**. Tradução: Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Francisca Evilene Barbosa de Castro, Hélio Rebello Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino. 3a ed. Fortaleza: EdUECE, [1978] 2019.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. Tradução: Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, [1981] 2002.

LIMA, Rosenilde Alves de. **Histórias públicas e ditadura militar**: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Regional do Cariri. Crato, 206p. 2021.

MONTEIRO, Ana Maria; PENNA, Fernando de Araujo. "Ensino de História: saberes em lugar de fronteira". **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

OLIVEIRA, André Fialho de. **Pequeno mapa do tempo de crise**: ensino de história, afetos e negacionismos na era digital. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 158p. 2023.

OLIVEIRA, Deyvison dos Santos. **Perspectivas docentes**: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da Ditadura Militar em sala de aula. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 153p. 2022.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdei Lopes de. "Apresentação - Teoria e história da historiografia - do giro linguístico ao giro ético-político". **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 318-332, abr. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i17.917.

SAFATLE, Vladimir. "É racional parar de argumentar". *In*: DUNKER, Christian *et al*. **Ética e pós-verdade**. São Paulo; Porto Alegre: Dublinense, 2017. *Ebook*.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1958] 2020.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, [1677] 2020.

TURIN, Rodrigo. "Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades". **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, maio/agosto 2018.

ZOONEN, Liesbet van. "I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture". **European Journal of Communication**, [*s.l.*], v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.

A História vai a guerra novamente: a utilização de filmes históricos de guerra na produção de conhecimento histórico no ambiente escolar, o filme Círculo de Fogo (2001) como exemplo

Fabiano da Silva Sousa[1]
Jailson Pereira da Silva[2]

Resumo

Este trabalho tem por objetivo desenvolver um material didático que servirá de suporte aos professores de história do Ensino Médio para a utilização de filmes como fonte para o Ensino de História. Como ponto de partida de nossas reflexões, utilizaremos o filme: "Círculo de fogo" (Enemy at the gates, 2001) que tem como pano de fundo um dos momentos mais importantes da Segunda Guerra Mundial, a batalha de Stalingrado, enfocando as ações do atirador de elite Vassili Zaitsev. Como sabemos, os jovens, particularmente, vivem em um mundo dominado pelo campo das imagens. O professor de História não pode estar alheio a essa realidade, por isso, se torna necessário educarmos estes estudantes contribuindo para que estes façam uma leitura mais apurada do universo audiovisual. Será possível que, utilizando conceitos como filme histórico, consciência histórica e didática da História, façamos nossos estudantes se apropriarem da epistemologia da História e construir conhecimento histórico autônomo a partir de filmes históricos? Além da mera ilustração de aula previamente lecionada, que lições nossos alunos podem aprender quando se acercam da forma como se produz conhecimento histórico utilizando o filme como fonte histórica junto ao seu professor? Ainda que não possamos responder a todas essas (novas e velhas) perguntas, acreditamos que debater temas como esses contribuem bastante para a

1 Mestrando em Ensino de História pelo programa ProfHistória -Universidade Federal do Ceará (UFC) - Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará - (UECE). Especialista em Metodologias do Ensino de História (UECE) – fabianolcc696@gmail.com.

2 Professor no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará- UFC - Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

validação do conhecimento histórico como fundamental na construção de uma sociedade mais justa e atenta às demandas do seu tempo.

Palavras-chave: Ensino de História; Filme histórico; Consciência histórica; Segunda Guerra Mundial.

Introdução

Cada vez mais, filmes vêm sendo utilizados de forma constante no ensino das mais diversas disciplinas, em história, não é diferente. O cinema possibilita a alunos e professores, estudantes de história e acadêmicos, certo imaginário sobre o passado, que talvez, não se tenha conseguido antes, até o surgimento do cinema. Percebemos em sala de aula, que nossos alunos vivem em um mundo cada vez mais permeado por imagens, mesmo até em suas relações sociais com outros indivíduos em sua vida cotidiana.

Portanto, o cinema pode vir a propiciar uma linguagem que pode despertar no aluno, além do simples interesse, a vontade de se envolver e aprender história, construindo de fato conhecimento histórico autônomo. Vale destacar que a construção de um imaginário sobre o passado pelo cinema é poderosa, e exige de nós professores, todo um cuidado para se trabalhar com tal fonte histórica no ambiente escolar.

A falta de instrumentos mínimos necessários para a utilização de filmes já ocorreu e vem ocorrendo em salas de aula Brasil afora. Em uma outra pesquisa realizada na escola em que leciono percebemos que isso é uma realidade: Notamos o pobre uso pedagógico do filme, seja este, ficção ou documentário, por vários professores de história, em sala de aula. Criou-se então, uma necessidade cada vez maior, seja na graduação ou na pós-graduação, de perceber todo o potencial que o filme tem na construção de conhecimento histórico no ambiente escolar.

A utilização do filme pode vir a ser um importante instrumento de construção de memória nas sociedades de massa existentes hoje no mundo, e que apesar das críticas que historiadores possam fazer esta ou aquela representação fílmica, segundo Silva & Leão (2015, p. 92), "[...] o cinema, embora, não só ele, é um poderoso concorrente e muito popular, do historiador [e] disputa

o monopólio da descrição do passado, quase sempre com grande sucesso". O cinema se torna, portanto, um poderoso veículo que ainda requer do historiador certa habilidade para lidar com ele (o cinema), novamente nos afirma Silva e Leão (2015, p. 92),

> Assim, o fascínio do historiador pelo cinema – afinal, trata-se do único laboratório de recriação do passado, mesmo como simulacro, disponível para o historiador – adensa-se na capacidade, e na liberdade, da narrativa fílmica, impondo ao historiador o desconforto de mover-se, no mais das vezes, consciente de seu atraso, em temas e polêmicas colocadas por instâncias autônomas e concorrentes de narrar o passado recente.

Além destas premissas básicas, o filme pode ser utilizado mais do que mera "ilustração" das aulas anteriores, pode ser encarado tanto como fonte passível de problematização para produção histórica acadêmica, como ser utilizado para proporcionar elementos aos alunos, que podem, por meio da metodologia histórica, construir conhecimento histórico sobre o passado e sobre o presente, no caso do "filme histórico". Essa forma de trabalho é interessante, para que de fato os alunos consigam compreender como se realiza a história.

É preciso fazer com que o aluno perceba o filme histórico como uma "narrativa histórica possível" e que pode ser problematizada como tal. É importante salientar que o filme histórico, pode ajudar ao aluno a compreender a relação passado-presente – que é uma das funções principais do professor de história em sala de aula.

O filme histórico pode e até deve ser problematizado de diversas maneiras no ambiente escolar, mostrando toda a riqueza deste. Por isso o desenvolvimento de cada vez maior de materiais didáticos para o uso dos professores em sala de aula se faz hoje mais que necessário para potencializar todas as possibilidades da utilização de filmes históricos, como por exemplo, em um tema tão recorrente em filmes históricos: A guerra, aqui me refiro a uma guerra em especial, a Segunda guerra mundial.

Percebemos, que como qualquer fonte, para além de mera ilustração da aula, de conteúdo já trabalhado em dia anterior, a problematização desta im-

portante fonte histórica e as múltiplas possibilidades de se construir conhecimento histórico junto aos alunos a partir do filme pode ser melhor explorada pelos docentes de história.

Mas é possível mesmo construir conhecimento histórico autônomo a partir da utilização de filmes em sala de aula, utilizando o filme, mais do que mero instrumento didático, mas também como fonte histórica? Será que o professor de história se ancorando nos pressupostos da "consciência histórica" pode utilizar filmes históricos como fonte histórica e construir conhecimento histórico com seus alunos? É possível, a partir de conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema Segunda Guerra Mundial, produzir conhecimento histórico por meio de filmes que retratam esta época, utilizando a epistemologia da ciência histórica?

Como o uso do conceito de "consciência histórica" pode contribuir para o aprendizado de nossos alunos, quando formos fazer uma atividade com um filme? E que lições nossos alunos podem aprender quando se acercam da forma como se produz conhecimento histórico, utilizando o filme como fonte para o ensino junto ao seu professor? Não são perguntas fáceis, mas que poderemos apontar algumas possibilidades de respostas ao longo de nosso trabalho.

Reflexões sobre o ensino de história e o cinema: a forma como o filme se constrói como fonte histórica e a utilização de filmes como fonte para o ensino de história

O cinema é, mas não só, imagem, no caso "imagens em movimento" e consideramos importante, antes de tudo, problematizar a imagem e sua relação com a História. Os profissionais da história tiveram muita dificuldade em encarar alguns vestígios do passado como músicas, imagens e o cinema como fontes históricas. As imagens sejam elas quais forem: pinturas, pôsteres, fotografias, charges e o próprio cinema, tiveram num passado recentes dificuldades em serem aceitas como fontes históricas.

Mas a imagem ganha cada vez mais importância em um mundo dominado por ela, seja através de televisores, passando por aparelhos celulares com suas multifunções como fotografar e filmar e, até o acesso irrestrito a *internet*,

onde aplicativos como *youtube, tik-tok* com seus bilhões de usuários toma conta cada vez mais do dia a dia (e mesmo das horas mais e mais dedicadas à essas ferramentas). Encarar o filme, como importantíssima fonte histórica, se torna uma necessidade para nós profissionais da História.

Marc Ferro, que compôs o que ficou chamado como "terceira geração da Escola dos Annales", percebeu o potencial do filme como nova fonte histórica e iniciou suas pesquisas acerca dessa temática, nos remetendo às dificuldades que os historiadores, de modo geral, encontram no trato do filme como um novo documento histórico. Este historiador francês, não só notou o grande potencial do filme como novo documento histórico, como tentou em boa parte de sua produção histórica, problematizá-lo, segundo Ferro (1995, p. 114 -115):

> O filme não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem socio-histórica que o autoriza [...] E a crítica também não se limita ao filme, ela se integra ao mundo que o rodeia e com o qual se comunica, necessariamente [...] deve-se analisar no filme tanto a narrativa quanto cenário, a escritura [...] o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão da obra, mas também da realidade que ela representa.

Para Marc Ferro, justamente a complexidade do cinema faz com que seja uma rica fonte histórica, por possibilitar diversos questionamentos e o levantamento de hipóteses, considerando a especificidade dessa fonte imagética. Para Ferro o filme precisa ser problematizado como documento histórico, pois pode dizer muito sobre o lugar social do qual ele está inserido. Dessa forma, o cinema se torna uma das grandes possibilidades de se entender a história.

Tentando avançar nessa relação sobre o cinema e a História, Marcos Napolitano relata as possibilidades dessa interação entre os dois, atentando para a existência de pelo menos três possibilidades de encarar essa relação para poder assim realizar produção histórica, segundo Napolitano (2010, p. 241):

> O cinema *na* história; a história *no* cinema e a História *do* cinema. Cada uma das três abordagens implica uma delimitação específica: O cinema *na* História é o cinema visto como fonte primária para a investigação historiográfica; a história *no* cinema é o cinema abordado como produtor de "discurso histórico" e como intérprete do passado"; e finalmente a História *do* cinema enfatiza o estudo dos "avanços técnicos" da linguagem cinematográfica e condições sociais de produção e recepção de filmes.

Sobre o conceito de filme histórico, Robert Rosenstone em seu livro *A história nos filmes, os filmes na história*, vai além nesta questão da utilização dos filmes como fonte histórica. Considerando que os filmes dramáticos que retratam um momento da história – normalmente deixados de lado por uma parte de historiadores, considerando estes filmes como "menos fidedignos" aos acontecimentos – podem ser chamados de filmes históricos. este tipo de filme deve ser tratado de maneira diferente, nas palavras de Rosesntone (2006, p. 23):

> Também é possível encarar o filme histórico como parte de um campo separado de representação e discurso cujo objetivo não é fornecer verdades literais acerca do passado (como se a história escrita pudesse fazê-lo), mas verdades metafóricas, que funcionam, em grande medida, como uma espécie de comentário, e desafio, em relação, ao discurso histórico tradicional.

É a partir de toda essa discussão de filme como fonte histórica, que podemos agora discutir a relação ensino de história e filme histórico. Apesar de há várias décadas vermos os chamados filmes históricos sendo utilizados em sala de aula, ao redor do mundo, sua utilização é muitas vezes considerado complemento de uma aula anterior, podemos até dizer com todas as letras, que o filme é para estes professores: "Uma mera ilustração". Nós pelo contrário, acreditamos que as potencialidades do filme em sala de aula, foram e vem

ainda não são suficientemente aproveitadas, sobre isso Magalhães (2011, p. 251-252) nos afirma que

> O cinema está geralmente associado aos momentos de lazer e na escola às aulas mais 'leves' e, regra geral, os filmes são projetados sem uma preparação prévia e exploração posterior do filme visionado, sobretudo os de ficção [...] o constante 'namoro' que os media fazem aos jovens com propostas atrativas que vão desde jogos a filmes [...] levam os professores, a procurar formas de as integrar na sua prática letiva para tornarem-na mais aliciante e, no caso concreto da disciplina de História, despertar nos alunos o gosto pelo conhecimento da vida humana presente e passada. [mas] em suma, o cinema é uma arte essencialmente pública, pelo que necessita de um público informado e preparado para compreender seus valores comunicativos.

Assim, como um pesquisador que se depara com suas fontes, e precisa problematizá-las, fazê-las diversas perguntas, o professor deveria também se perguntar qual o intuito dele em "passar" aquele filme, naquele dia específico; por que aquele e não outro filme e se preocupar em como os alunos podem absorver aqueles minutos de "encanto" que o filme pode proporcionar. Nesta estrutura, onde ficava a formação docente na utilização de filmes? Seja como recurso didático ou como fonte histórica? Notamos que a formação docente tem se mostrado mais dramática. Ferreira (2018, p. 53) nos diz:

> Apesar do papel cada vez mais relevante da cultura audiovisual na sociedade, as matrizes curriculares das licenciaturas em História costumam não contar com disciplinas relativas ao cinema/história ou audiovisual de modo ampliado e à educação. Nas universidades em que predomina uma organização curricular mais aberta, com possibilidades de cumprir créditos por meio de matérias eletivas ou optativas, essa lacuna pode ser minimizada caso algum professor ofereça a disciplina afim. Essa oportunidade é menos

> viável em cursos de matriz curricular mais fechada [...] definitivamente, não é um cenário desejável.

Portanto, se torna importante que estes docentes possam ser munidos de toda uma gama de possibilidades da utilização desse mundo audiovisual com seus alunos, visando junto a estes, construir conhecimento histórico autônomo. Novamente Ferreira (2018, p. 54) afirma:

> Mesmo que o diálogo com o filme seja prática recorrente entre os docentes, acreditamos que refletir sobre o cinema nas aulas de História, é uma oportunidade que se faz para multiplicar seu potencial uso como mediador para a educação do conhecimento histórico.

Acreditamos que o filme pode ser utilizado como fonte para o Ensino de História passível de problematização para proporcionar elementos aos alunos, que podem, por meio da metodologia histórica, construir conhecimento histórico sobre o passado como também sobre o presente em que o filme foi realizado. Essa forma de trabalho é interessante, para que de fato os alunos consigam compreender como se realiza a História.

É preciso fazer com que o aluno perceba o filme histórico como uma "narrativa histórica possível" e que pode ser problematizada como tal. É importante salientar que o filme histórico, pode ajudar ao aluno a compreender a relação passado-presente – que é uma das funções principais do professor de história em sala de aula.

O "filme histórico" pode e até deve ser problematizado de diversas maneiras no ambiente escolar, mostrando toda a riqueza deste, para isso nos amparamos nas dicas de Almeida (2018, p. 110) que nos apresenta estas possibilidades:

> A análise fílmica em sala de aula pode contemplar duas dimensões interdependentes [...] Como uma possibilidade metodológica, a partir da comunicação entre os elementos internos

> (narrativa fílmica) e os externos (processo de produção e divulgação), consideramos cinco perspectivas que contribuem para a reflexão do filme em sua relação com a história: 1) contextualização do tema; 2) contextualização da produção; 3) produção financeira; 4) repercussão; 5) narrativa fílmica.

Estes conjuntos de elementos (narrativa fílmica e processo de produção e divulgação) são muito importantes, para que o professor possa usufruir de toda a riqueza que o filme histórico pode proporcionar em sala de aula. Para o projeto que desenvolveremos ao longo deste trabalho dois destes quatro elementos são caros para nós: a contextualização histórica e a contextualização da produção.

A contextualização histórica já é algo intrínseco a nossa profissão de professores de história, por isso é necessário ter o domínio sobre o fato histórico representado no filme, para quem quer utilizá-lo como fonte histórica. O diálogo do filme com o material didático e o próprio arcabouço sociocultural dos alunos, se torna uma etapa importante. Almeida (2018, p. 115) nos diz sobre isso

> O êxito da realização desse procedimento nos permite analisar o [filme histórico] como elemento colaborador na construção do conhecimento histórico, por exemplo [...] da Segunda Guerra Mundial. Significa considerá-lo como uma fonte, um documento que pode ser tão importante para a educação histórica quanto os textos acadêmicos.

Contextualizar a produção, também nesse caso, é um passo importante para o trabalho com filme em sala de aula. Identificar lugar de origem, as ideais e valores que o cineasta defende, e os valores dominantes ou em debate presentes da época em que o filme é produzido, nos ajuda a compreender este de uma forma melhor. Podemos com isso perceber o filme como fonte para a compreensão de sua própria época. Assim "o filme não somente representa o

homem no tempo, como termina por documentar o contexto em que ele foi realizado" (Almeida, 2018, p. 116).

Nós professores de história devemos estar atentos aos discursos produzidos cinematograficamente, mas não menosprezando-os ou apenas os contrapondo à "história verdadeira", definindo ao aluno o que é "falso" ou "verdadeiro" no filme. Tomar esta atitude é fazer o contrário daquilo que pretendemos com a utilização do filme em sala de aula. Apesar disso a intervenção pedagógica do professor de história se torna necessária, quando encontramos distorções graves que podem culminar em "revisionismos" ou "negacionismos, é o caso do anacronismo, sobre isso Napolitano (2013, p. 38) nos diz

> O professor deve levar em conta [...] armadilhas no uso do cinema na sala de aula: o anacronismo [...] ou seja, o que é visto e assimilado como verdade absoluta. O anacronismo ocorre quando os valores do presente distorcem as interpretações do passado e são incompatíveis com a época apresentada [...] respeitar e valorizar as abordagens (e interpretações) plurais de um mesmo fato ou processo histórico não significa se eximir diante do anacronismo, muito comum em alguns filmes. O professor deve [...] não cobrar a "verdade histórica" nos filmes, porém não deve deixar de problematizar eventuais distorções na representação fílmica do período ou da sociedade em questão.

Por fim, esse processo de utilização do filme requer do professor o exercício constante de fazer os alunos adquirirem determinadas competências e habilidades suficientes para que, quando se depararem com determinados fatos históricos, estes fatos retratados em filmes possam ser lidos, interpretados, a fim de que os estudantes construam o conhecimento histórico de forma autônoma e crítica.

No próximo tópico, pretendemos trazer para o primeiro plano uma reflexão sobre a construção da memória a partir de filmes históricos de guerra, utilizando como grande exemplo, o filme "Círculo de fogo" (Enemy at the gates) de 2001, filme esteja utilizado por nós em sala de aula.

A Batalha de Stalingrado diminuída: anacronismo, anticomunismo no filme Círculo de Fogo (2001)

O filme "Círculo de fogo" (o título original é "Enemy at the gates" que teria a tradução literal "Inimigo às portas") foi dirigida por Jean-Jacques Annaud e lançado em 2001, uma produção conjunta entre EUA/Inglaterra/Alemanha, mas lançado pelo poderoso estúdio de Hollywood, Paramount Pictures. É um dos raros "filmes ocidentais" que tratam da participação da União Soviética na Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em uma das batalhas mais decisivas desta guerra, a "Batalha de Stalingrado". A história do filme busca personalizar na figura do atirador de elite soviético Vassili Zaitsev (vivido no filme pelo ator Jude Law) o conflito entre a União Soviética e a Alemanha nesta importante batalha.

O filme é baseado no livro "Enemy at the Gates" de William Craig, que segundo o historiador Antony Beevor (2014):

> Havia acreditado na história propagandística do longo duelo [de Zaitsev, na batalha de Stalingrado], com um franco-atirador [alemão] e nas pretensões fantasiosas de Tania Chernova [personagem vivida pela atriz Rachel Weisz] de que ela também teria sido franco-atiradora e amante de Zaitsev. [Annaud] me convidou a ver seu filme com a vã esperança de que eu não fizesse muitas críticas. Eu o havia advertido claramente sobre qual era minha posição.

O filme abre amplas possibilidades para o professor de História problematizar esta fonte em sala de aula. Logo após o filme abrir com uma suposta lembrança de infância de Zaitsev, vemos um trem que parece cruzar a vasta URSS e levando soldados e civis, que faz uma parada e agora ruma para o campo de batalha com apenas militares. E vemos a partir daqui uma sequência de cenas que trazem um forte cunho ideológico.

A maneira como os soldados do Exército Vermelho são retratados, onde aparecem levados como gado, são bastante semelhantes às cenas de filmes como "A Lista de Schindler", onde judeus são levados presos em vagões su-

perlotados. Certamente por sua enorme covardia tem de ser trancados nos vagões para não tentarem fugir. Ao serem puxados de seus vagões para fazerem a travessia do Rio Volga, são embarcados e quando são atacados pela artilharia aérea alemã no meio da travessia, vários se jogam no rio para não serem atingidos pelas balas alemãs. Os que fazem tal ato são executados pelos "impiedosos oficiais soviéticos" ali mesmo no rio. No desembarque das tropas na cidade de Stalingrado, os oficiais gritam frases como: "em nome da União Soviética não deem um passo atrás ou atiraremos", "os desertores serão mortos" ou "não há perdão para covardes".

Vendo estes primeiros momentos citados no filme, é impossível concluir quem são mais cruéis e assassinos, os nazistas ou os próprios soviéticos. Essa lógica de "embate entre dois demônios" e equiparação de ambas as forças em conflito tem profundo viés ideológico, o expectador fica até sem compreender como forças "tão iguais" estão em encarniçada luta, o filme confunde mais que esclarece.

Os soldados soviéticos aparecem como verdadeiros suicidas. Ao desembarcarem percebem que existe um rifle para cada dois soldados, o outro carrega apenas munição. Quando aquele que carrega o rifle morre, um deles recolhe a arma do morto e apenas aí passa a se defender e atacar, o que passa a ideia do total amadorismo e falta de capacidade industrial-militar de atender seu exército, sem chance nenhuma, por tanto, para enfrentar o bem armado exército alemão.

A problematização que podíamos fazer em sala com nossos alunos é: Como foi possível que os soviéticos derrotassem os alemães não só em Stalingrado, mas como é que a URSS vencerá a Segunda Guerra Mundial tendo "meia arma" para cada soldado? O filme esclarece isso no transcorrer de suas ações? Se não, por que o diretor deixou esta lacuna enorme que acarreta em percepção equivocada sobre os desdobramentos do conflito.

Na cena a seguir os soldados do exército vermelho ao recuarem do bem equipado exército alemão são alvejados, pasmem, pelos próprios oficiais em pleno campo de batalha, tratados como "covardes" e sobretudo, "desertores". A problematização que podíamos fazer é: Porque não desertar de fato? Tanto faz ser alvejado por balas alemãs ou soviéticas, não é mesmo? Há pelo menos duas problematizações aqui que o professor de história pode realizar com seus alunos.

De fato, o exército alemão foi bem recebido por partes da população em certas partes da URSS (como na Ucrânia) e visto (diga-se de passagem, por pouco tempo) como "libertadores", mas é bem diferente como boa parte dos ucranianos podiam se sentir (oprimidos pelo poder central russo) e como os russos, em seu território, viam a invasão alemã. Os relatos dos próprios alemães são de que a resistência era enorme quando estes adentraram o território russo propriamente dito. Só pra entenderemos: Na Rússia, a Segunda guerra mundial é chamada por eles próprios de "*A Grande Guerra Patriótica*". Analisando no geral, o filme distorceu o sentimento do povo russo na defesa de seu território.

Outro fato, Segundo Beevor (2003, p. 199) "dos mais de 1,5 milhão de soldados, 13,5 mil foram executados como desertores" mesmo que demonstre a brutalidade dos oficiais diante da deserção (que muitas vezes se dava por "motivos pequenos") ainda assim é 0,9% do exército utilizado em Stalingrado, mas não há relatos de "execução de desertores em pleno combate".

Quando Kruschev pergunta a um oficial (que em instantes terá de suicidar-se "para evitar a burocracia" de ser executado, como afirma Kruschev) sobre o fracasso até aquele instante, da resistência em barrar o avanço nazista, o oficial argumenta: "os alemães tem artilharia, aviões, tanques, e o que eu tenho?" Não há nenhuma evidência de que alto oficial algum "se suicidou" sob pressão de Kruschev.

Na cena seguinte, Kruschev, tem uma pequena reunião com os chamados comissários políticos soviéticos, representados como personagens típicos de comédia: apalermados, com físico ou muito acima do peso, ou muito baixos em estatura, outros exageradamente magros. No entanto, todos tem uma coisa em comum: a covardia. Será que algum filme de guerra já retratou oficiais norte-americanos de maneira tão caricata como os oficiais soviéticos são apresentados? E há um problema que pode ser explorado de erro mesmo, "o cargo de comissário político, foi extinto em início de agosto de 1942" (Beevor, 2003, p. 197). O filme se passa a partir de fins de setembro de 1942. Nesta mesma reunião o "Comissário Danilov" (vivido pelo ator Joseph Fiennes), tem a solução mágica: "dar esperança aos soldados", "precisamos é de heróis". Kruschev ficou em êxtase, finalmente encontrou a "solução" para vencer os nazistas.

Assim, a divulgação das façanhas de Zaitsev, alçado à condição de herói e exemplo por conta do serviço de "relações públicas" do Comissário Danilov foi a alternativa encontrada para que a resistência soviética começasse a combater efetivamente o inimigo. Assim o Exército Vermelho encontrou o seu "Rambo", que pode ganhar a guerra[3]**.** Segundo Beevor (2003, p. 236) "É certo que [Zaitsev] foi transformado pela propaganda soviética em homem a ser seguido e que o povo soviético, mesmo não tendo suas habilidades, poderia pegar um rifle e lutar contra os invasores." Mas daí o filme "*resumir*" a história da batalha à isso, fazer o espectador se esquecer da importância dos centenas de milhares que lutaram ali, na batalha que decidiu a sorte do continente europeu, é no mínimo inaceitável por nossa parte. Trata-se de uma simplificação grotesca.

Os filmes históricos muitas vezes nos dizem mais sobre a época e a sociedade em que foi feito o filme do que sobre a época representada, o filme "Círculo de Fogo" parece não fugir a essa "regra". 45 anos de guerra fria e de fortíssima disputa ideológica entre os EUA (líder do "mundo capitalista") e a União Soviética (líder do "mundo socialista") tomaram de assalto o enredo do filme e o tornaram não uma "homenagem" aos que resistiram à máquina de guerra nazista ou ao "herói" Vassili Zaitsev (sua família quis impedir do filme ser exibido na Rússia e ele foi "odiado" por vários veteranos de guerra russos) mas um libelo de denúncia as atrocidades do "regime comunista de Stálin".

Nada contra a suposta "denúncia ao stalinismo", mas ao enfocar demais neste fato, o filme acabou se perdendo e devendo muito à História, num dos momentos mais delicados para a humanidade nos últimos tempos.

Nós professores de história devemos estar atentos aos discursos produzidos cinematograficamente, e aqui não se trata apenas de contrapor à "história verdadeira", definindo ao aluno o que é falso ou verdadeiro no filme. Mas problematizar as lacunas, ausências ou propósitos de retratar tal personagem

3 Na verdade, assinala o historiador, as façanhas de Zaitsev foram muito exageradas e ele não foi nem mesmo o melhor franco-atirador soviético em Stalingrado. Este teria sido o sargento Anatoli Chekhov, a quem o grande Vassili Grossman entrevistou e até acompanhou em uma missão em Mamaiev Kurgan, uma das zonas quentes da batalha, para observar como atuava. Diferentemente de Zaitsev (que Grossman também conheceu), Chekhov, que usava uma espécie de silenciador, não mirava no rosto, mas no uniforme do inimigo. Em seu primeiro dia matou 9 alemães; no segundo, 17; em oito dias, 40. No total, eliminou 256 inimigos em Stalingrado (Zaitsev matou 242 soldados, segundo ele mesmo).

daquela forma ou porque enfatizar tal aspecto daquele exército ou soldado. Isso ajuda nossos alunos a pensar historicamente, e assim contribuiremos para a construção de saber histórico autônomo de nossos alunos.

Acreditamos que os estudos realizados por autores ancorados em conceitos como "consciência histórica", "educação histórica" e "didática da história", podem nos ajudar na leitura que possamos fazer de filmes como o acima e na construção deste saber histórico. É o que pretendemos desenvolver no próximo tópico.

"Leitura audiovisual" dos filmes históricos a partir da ótica da educação histórica e da consciência histórica: possibilidades em formato de sequência didática utilizando o filme Círculo de Fogo (2001)

Como vimos, não existe um modelo ou única metodologia para a utilização de filmes em sala de aula, existem na verdade, várias propostas pedagógicas para a utilização dos filmes na disciplina de história. Podemos utilizar o chamado "filme histórico", ou seja, um filme produzido na atualidade que faz uma representação do passado, podendo este mesmo ser utilizado como fonte sujeito à análise de nossos alunos como tal, fazendo-os perceberem os valores e a mentalidade de uma determinada época (a representada e a época de produção).

Mas, é importante salientar que certos elementos devem ser considerados pelo professor, por si só não são suficientes para a utilização do filme no processo de compreensão de determinado fato histórico, pois existem outras abordagens importantes que temos que considerar ao utilizarmos essa linguagem.

Esse processo de utilização do filme requer do professor o exercício constante de fazer os alunos adquirirem determinadas competências e habilidades suficientes para que, quando se depararem com determinados fatos históricos, estes fatos retratados em filmes possam ser lidos, interpretados, a fim de que os estudantes construam o conhecimento histórico de forma autônoma e crítica. Consoante Nóvoa (1995, p. 7):

> O cinema pode ser utilizado na aula de História como instrumento auxiliar da formação histórica com a finalidade de integrar, orientar e estimular a capacidade de análise dos estudantes. Trata-se de utilizar películas já existentes como fontes para a discussão de temas históricos de analisar o cinema como agente da história e como documento e, mais ainda, de preparar estudantes para a pesquisa.

A partir do que Nóvoa disse, acreditamos que, mas que um mero recurso didático, o filme pode ser utilizado como "fonte" para o ensino de história, percebendo todas as suas possibilidades e contribuindo para a construção de conhecimento histórico de nossos alunos. Acreditamos que o conceito de "educação histórica" pode nos ajudar nesse processo da utilização do filme como fonte histórica para que o aluno, orientado pelo professor, posa de fato conseguir produzir conhecimento histórico a partir desta fonte riquíssima que é o filme.

Ao longo dos últimos 35 anos, vem sendo desenvolvido diversos estudos, em países como Alemanha, Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, Canadá e Brasil, sobre como se opera e como podemos melhorar o aprendizado de história de nossos alunos, e é sobre do que trata se trata a "Educação Histórica", Barca (2005, p. 15):

> Nestes estudos, os investigadores têm centrado a sua atenção nos princípios, tipologias e estratégias de aprendizagem histórica, sob o pressuposto de que a intervenção na qualidade das aprendizagens exige um conhecimento sistemático das idéias históricas dos alunos, por parte de quem ensina (e exige também um conhecimento das idéias históricas destes últimos).

Neste sentido a própria epistemologia da ciência histórica pode contribuir no aprendizado do aluno. Portanto se reconhece uma forma própria de se aprender história, e, a partir disso, pesquisadoras e pesquisadores dos mais diversos lugares compreendem que a melhor maneira de se aprender história,

deve ser ancorada na epistemologia da história. Pesquisadores e pesquisadoras como Maria Auxiliadora Schmidt e Isabel Barca, contribuíram e muito no desenvolvimento dessa teoria. Uma das melhores formas de contribuir no desenvolvimento desse conceito, é comparando esta e com outras formas de aprendizado da disciplina história, sobre isso Schmidt (2009, p. 10), nos diz:

> As preocupações da Educação Histórica com as questões relacionadas aos princípios e finalidades do ensino de História, não podem ser identificadas com algumas proposições atuais, centradas na problemática da aprendizagem, e que têm como suporte teorias educacionais do tipo "a aprender a aprender". Pelo contrário, a adesão da Educação Histórica a essas preocupações, está intrinsecamente articulada à valorização de uma sólida formação na ciência de referência, pois, no caso de professores de História, o conhecimento que têm da disciplina e o modo pelo qual eles vêem suas estruturas interagem com suas estratégias de ensino.

Outro conceito que pode ser utilizado e que pode contribuir neste processo de construção de conhecimento histórico próprio do aluno mediado pelo professor e suas próprias percepções é o da Consciência histórica. Nosso conceito se baseia nas ideias de Jörn Rusen em que para este, a consciência histórica seria a definição de uma identidade pessoal e coletiva, a partir da percepção que a pessoa tem sobre suas relações com o tempo (passado-presente e até futuro) e ação desse indivíduo no mundo em que este está inserido. A consciência histórica, resumidamente nas palavras do próprio autor seria "a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo" (Rusen, 2001, p. 57).

Acreditamos que este conceito (o da consciência histórica) tem um papel fundamental na compreensão das "operações cognitivas" que nossos alunos (e também professores) podem fazer no entendimento do passado histórico dando-lhes um sentido. Sobre isso nos afirma também Schmidt (2005, p. 10):

> Portanto, a consciência histórica tem uma "função prática" de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica.

Então, trazemos aqui, uma contribuição com a construção de conhecimento histórico no ambiente escolar a partir do filme, "*Círculo de fogo",* de 2001, para obter aprendizado sobre o tema Segunda guerra mundial, como bem do momento em que ele foi realizado.

Pretendemos criar uma série de sequências didáticas, que será destinada aos professores de história para utilizarem com alunos dos 3º anos do ensino médio, propondo um cronograma de ações, utilizando os pressupostos da educação histórica, da consciência histórica, onde os filmes serão utilizados como fontes históricas, visando ao final, construir conhecimento histórico novo sobre o tema Segunda guerra mundial, bem como a época de produção do filme: Um mundo pós-guerra fria, "unipolar", de "triunfo" do capitalismo sobre as utopias (ou realidades) socialistas.

A série de sequências didáticas terá uma pequena ficha técnica, com informações sobre os dois filmes, contendo: Imagens sobre estes; informações sobre os dois diretores; informações básicas sobre o contexto histórico dos EUA, no início do século XXI; pequena resenha sobre a Segunda Guerra Mundial, com informações mais detalhadas sobre a batalha retratada no filme; um breve conceito do filme como fonte histórica, e suas possíveis utilizações no caso deste filme; Apresentação de possibilidades de seleção de cenas do filme (Como já trabalhamos em sala de aula, sugerimos: Entre 2 minutos e 50 segundos e 28 minutos e 40 segundos) apontando que trechos (já citados no tópico anterior) podem ser comentados com os alunos durante o filme, se assim desejar o professor; orientações com possibilidades de condução de um debate após a exibição do filme, sobre a utilização da violência em filmes de guerra e a discussão de questões de ordem moral; e instruções básicas sobre a preparação da turma para a utilização do filme.

A série de sequências didáticas conterá instruções e sugestões de quando se deve ou não parar o filme, de quantas horas-aulas será necessário para a uti-

lização do filme, se ele pode usar isso como minicurso ou em outra atividade proposta, que trechos podem ser comentados com os alunos durante o filme, se assim desejar o professor, possibilidades de condução de um debate após a exibição do filme e atividades avaliativas comparando as abordagens utilizadas nas duas obras entre si e com a própria aula ministrada anteriormente e compreender as intenções dos autores dos filmes, problematizando as duas obras cinematográficas, como também formas de construir conhecimento histórico sobre o tema da segunda guerra mundial e uma melhor compreensão sobre os EUA e sobretudo o mundo que existia no contexto do primeiro ano do século XXI de forte hegemonia norte-americana.

Nos procedimentos arrolados, após duas horas-aulas sobre a Segunda guerra mundial, o professor fará um questionário com seus alunos, baseado na ideia de "consciência histórica" de apreender os conhecimentos dos alunos sobre o tema, e sobre sua cultura cinematográfica. Por fim utilizaremos também um questionário, a partir das sugestões de Michel Thiollent, segundo o qual os questionários devem levar em consideração a realidade dos alunos, sobre isso nos afirma (Thiollent, 2011, p. 13),

> A "pesquisa-ação", dentro da metodologia da pesquisa social, é uma linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva e orienta-se em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação. Em utilização dessa técnica de pesquisa, o pesquisador atua com a consciência de que está buscando uma mudança na realidade pesquisada.

O questionário tem como objetivo conseguir dados de caráter qualitativo, os quais ajudam o professor a responder as perguntas sobre "o que acham os alunos sobre filmes de guerra?"; "A violência apresentada em filmes que retratam um dos momentos mais tenebrosos da história da humanidade (60 milhões de mortos, holocausto etc) devem ser apreciados apenas como diversão?"; "Guerra deve ser retratada em filmes apenas como diversão?" Se a resposta for não, porque ele se torna produto de entretenimento, em especial nas produções cinematográficas de Hollywood/EUA?" "Você conhece algum filme de guerra que não tem produção realizada por Hollywood/EUA? Etc."

Por fim, a série de sequências didáticas conterá atividades avaliativas comparando as abordagens utilizadas nas duas obras, com a própria aula ministrada anteriormente e compreender as intenções dos autores dos filmes, problematizando as duas obras cinematográficas, visando fazer o elo entre os filmes e o tema Segunda Guerra Mundial, mas também, compreendendo o filme como fonte histórica que possibilita compreender a época em que filmes foram produzidos.

Conclusão

Ao longo deste artigo tentamos demonstrar porque o cinema, em especial o filme histórico, se tornou uma opção importante e rica de aprendizado dos alunos sobre determinado assunto histórico. Problematizamos o filme histórico como fonte histórica e como ele pode ser usado no ambiente escolar, mas não apenas como recurso didático como vemos normalmente sendo feito, mas como fonte para o ensino de história, utilizando como suporte conceitos como consciência histórica e como se opera este aprendizado a partir da perspectiva da Educação Histórica.

Atentamos para o fato de que o professor ao utilizar o filme histórico, deve estar atento à uma série de informações e orientações necessárias que muitas vezes são sonegadas, ou por formação inadequada ou por ir penas por "intuição" de como deve ser problematizado o filme histórico. E como vimos, não é bem assim.

O filme Círculo de fogo de 2001, já utilizado por nós em sala de aula, é um filme que pode contribuir e servir de exemplo na utilização de filmes históricos de guerra, onde conceitos como "anacronismo", "anticomunismo", "ética", "violência nos filmes" podem ser explorados e problematizados pelos profissionais de história.

Referências

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação? *In:* **VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História.** Londrina: Atrito Art, p. 15-25, 2005.

BEEVOR. **Stalingrado**. 4º Edição. Rio de Janeiro. Editora Record, 2003, 558p.

BEEVOR. **"Vassili Zaitsev: '**Matava quatro ou cinco alemães todos os dias'". *In:* https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/25/cultura/1390667674_489908.html. Acesso: 27 jan. 2023.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**: **Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2014.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz, Câmera e História:** Práticas de ensino com o cinema. 1º ed. Autêntica. Belo Horizonte. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Ed. Contexto, 2º Ed. 2010. 304p. ISBN: 9788572442958.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura é currículo:** Análise de filmes em sala de aula. Palestra proferida durante a Orientação técnica: Em cena: o cinema, o teatro e ação. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=n1UTnjFnBws. Acesso em: 15 jan. 2019.

MAGALHÃES, Olga. O cinema como recurso pedagógico na aula de história. *In:* **Educação histórica:** teoria e pesquisa**.** Ijuí: Ed. Unijui, 2011.

MORETINN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *In:* CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos. **Cinema e História:** Dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda editora, 2º Ed. 2011. 392p.

NÓVOA, Jorge. Apologia da Relação cinema-história *In:* **Olho da História:** Revista de História Contemporânea, n. 1, 1995.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2010, 264p. ISBN: 8577531147.

RUSEN, Jörn. **Razão histórica:** os fundamentos da ciência da história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Literacia histórica:** Um desafio para educação histórica no século XXI. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11424. Acesso em: 30 jan. 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. *In:* **CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade**, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. Campinas. 2005.

SILVA, Francisco Carlos Texeira & LEÃO, Karl Schurster Sousa. A Segunda guerra mundial (1939-1945): Heroísmo e tragédia. *In:* VALIM, Alexandre Busko (Org.). **O cinema vai a guerra.** Ed. Elsevier. Rio de Janeiro. 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Os heróis sangram: técnicas do corpo e narrativa dos vaqueiros de Elesbão Veloso Piauí (1980-2023)

Maria Helena Alves Ferreira[1]

Resumo

O estado do Piauí ascende por meio das fazendas de gado, os bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão são apontados como responsáveis por fundar as primeiras fazendas da região. No cenário onde a economia ganadeira tornou-se protagonista, desabrocha o vaqueiro. Devido aos proprietários na maioria das vezes optarem por residir em suas fazendas nas regiões próximas ao litoral, a esse sujeito passou a ser confiado a administração das fazendas, cabia a ele cuidar do trato dos animais, conduzi-los ao curral e zelar por quaisquer demandas que surgissem na propriedade. O vaqueiro aquista uma relevância social, cultural, política e econômica fulcral para o desenvolvimento do Piauí. Do sertão semiárido, da vegetação tortuosa e do solo seco desponta o sertanejo forte, corajoso e viril descrito por Durval Muniz de Albuquerque Júnior e pelo literato piauiense Francisco Gil Castelo Branco. Entretanto, ao seguir os rastros e olhar atentamente as narrativas literárias, orais e as manifestações culturais como a música, os esportes da vaquejada e as corridas de pega de boi no mato e no limpo, percebe-se um vaqueiro com os pés na tradição familiar (Hobsbawm, 2022), que o compõe como esse sujeito cheio de destreza, mas que também é um ser dinâmico e plural (Hall, 2011). É diante desse indivíduo múltiplo que enxergamos as técnicas do corpo passadas de geração para geração, os sentimentos, a angústia, o medo, a frustração, as alegrias e dores sentidas pelos vaqueiros. O ambiente em que os sertanejos se inserem impele riscos, e apesar de eles manterem a postura sobre a qual se constituíram como sujeitos, eles também sangram e sentem dores e as desvelam em seus trejeitos, narrativas e nos olhos que transbordam sentimentos. A pesquisa então arrimada na metodologia da história oral (Freitas, 2006), nas fontes literárias, no aparato documental e no conceito de memória (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992) objetiva apresentar

1 Possui Licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2022). Atualmente (2023-2025) realiza Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) na Linha de Pesquisa História, Arte e Cultura, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.

como funcionam as técnicas desses vaqueiros Elesbonenses e como esses corpos são múltiplos. Nas narrativas empreendidas pelos vaqueiros do município de Elesbão Veloso localizado na região sul do estado do Piauí, é perceptível essa forte tradição, esses corpos treinados, que sentem e se permitem sentir.

Palavras-chaves: Vaqueiro; Piauí; Corpo.

A figura do vaqueiro é constituída sob o sol forte e o solo duro, entre as árvores tortuosas e o clima semiárido. Em meu imaginário, essa classe foi constituída como um conjunto de heróis; sujeitos com a pele marcada pela muitas vezes violenta interação com a natureza, que deixa registradas cicatrizes e traumas, mas também oferece a oportunidade de se aventurar em um meio que desafia os limites de seu corpo e inspira liberdade.

Esse herói, foi forjado em minha memória pelo meu avô, Manoel Ferreira da Silva[2], vaqueiro durante dezoito anos de sua vida na região que viria a ser o município de Elesbão Veloso.[3] Suas narrativas, transmitidas oralmente, eram as mais diversas. Falava sobre noites distante de sua casa a pedido de seu pai, também vaqueiro, para vender a rês conquistada ou à procura do gado que se aventurava pelo solo semiárido. Havia relatos em que ele mencionava a frustração oriunda de determinadas situações, quando o seu corpo franzino, de um jovem que acabara de se tornar vaqueiro, impelia e delineava no imaginário dos demais vaqueiros a incapacidade de alcançar o boi na mata e derrubá-lo. Ao mesmo tempo, havia felicidade e satisfação ao conseguir o feito de dominar o boi e se provar um bom vaqueiro, um vaqueiro "de raça"[4];

2 Manoel Ferreira da Silva nasceu em 1926 na região do hoje município de Elesbão Veloso localizado na região centro-sul do estado do Piauí. Durante os anos de 1940 e 1958 foi vaqueiro seguindo os passos de seu pai, também vaqueiro. Mané Zeca possuía escolaridade e após encerrar sua carreira preservou a admiração e o amor pela cultura do vaqueiro nos cordéis, nas cantigas de viola e repente escutadas em seu rádio e nos objetos utilizados em seu trabalho nos anos em que se aventurou a ser vaqueiro, sendo estes uma materialização de sua memória. Mané Zeca é pai de 15 filhos e faleceu em 2020 aos 93 anos.

3 O município de Elesbão Veloso está localizado na região centro-sul do Piauí, cerca de 168 km da capital Teresina. A cidade possui uma população de 13.607 habitantes segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2022.

4 O termo vaqueiro de raça refere-se ao sujeito que é de uma boa família, que possui em sua herança sanguínea outros sujeitos que foram vaqueiros.

afinal, ele era filho de Zeca Polino um dos maiores vaqueiros na região de Elesbão Veloso.[5]

O retrato do vaqueiro posto a mim por Mané Zeca, apresenta uma gama de cenários que reforçam os estereótipos do homem forte, corajoso e viril. Era ele o grande vaqueiro, perspicaz e corajoso, capaz de correr mata adentro de dia ou à noite, enfrentar morros e riachos, era ele capaz de pôr no laço e derrubar um animal quase cinco vezes mais pesado e forte que ele.

O vaqueiro contemporâneo guarda ainda semelhanças com a tela pintada por meu avô, ele apresenta esse corpo forte e as mãos grossas do trabalho, a postura e as feições duras em demonstração de coragem, os traquejos e técnicas do cotidiano. O vaqueiro replica a tradição e a cultura da masculinidade do século XVII à primeira metade do século XX, pois essa se faz presente na máquina de funcionamento desses corpos. Durval Muniz observa que:

> O gesto é uma figura, um esquema corporal, pois é fruto da educação das carnes, da formatação cultural dos corpos. O gesto possui um sentido que depende de cada contexto cultural em que é realizado. O gesto implica o aprendizado de uma gramática corporal que, por vezes, foi gestada secularmente (Albuquerque Júnior, 2023, p. 5).

Esses sujeitos aprendem desde sua infância as técnicas do trabalho e do corpo, eles recebem e apreendem essa tradição. São os seus pais, avôs e bisavôs que os introduzem nesse universo dos vaqueiros. "Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. Eis em quê o homem se distingue antes de tudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral" (Mauss, 2003, p. 407). Esses indivíduos mais velhos são como espelhos para os demais que seguem a tradição e a cultura do vaqueiro, é neles em que se inspiram e é com eles que compreendem as técnicas.

As transformações da temporalidade proporcionam também mudanças nas técnicas, nos gestos e nas culturas, os corpos são fluídos e móveis. Defron-

5 A narrativa apresentada encontra-se no cordel *"A primeira 'letra' do vaqueiro Mané Zeca"* escrito por Paulo Henrique Alves Ferreira, filho do vaqueiro Manoel Ferreira da Silva. Escutando as narrativas do pai, Paulo Henrique propôs-se a transformar as histórias em cordéis.

te a isso, as manifestações se modificam, permitem-se acompanhar as areias do tempo, as metamorfoses políticas, sociais, culturais e econômicas.

A conservação de memórias transmitidas oralmente e de uma série de tradições, é forte característica dos vaqueiros. A partir da construção da memória é que o vaqueiro encontra o caminho para não ser esquecido, quanto mais feitos um sujeito acumula, mais ele será mencionado nas narrativas orais, tornando-se afamado (Pereira, 2020). Nessa mecânica, a tradição é fundamental para dar continuidade às práticas culturais. Cledson Pereira elucida e enfatiza em sua narrativa o quão importante considera a tradição e a cultura, afirmando que, para ele, é uma cultura que jamais deveria acabar, porque se trata de saberes transmitidos de avô para pai, de pai para filho. O cotidiano do vaqueiro, as vaquejadas[6], pega de boi[7] e corrida de pareia[8], são as vivências que preenchem as memórias de infância do sertanejo.

> Desde que me entendi no mundo foi vendo vaquejada, pega de boi, era corrida de pareia.
> Mas pra mim é uma cultura que não é pra ter acabado nunca, porque a gente vem de filhos, de neto, de avô, pai. Pra mim é uma tradição muito boa. Eu não queria que acabasse não essa cultura[9].

É nessa dinâmica que esses corpos educados e treinados desde a infância são diversos, transbordam nos gestos, trejeitos, olhares e narrativas, nos sentimentos, nas emoções. A fragilidade e o medo se desvelam no cotidiano. Os mesmos vaqueiros que apresentam uma postura forte e viril, ingerem cachaça e a usam como meio entorpecente para a dor e para dar coragem ao desafio que estão prestes a enfrentar. Os corpos provam-se frágeis no chocar-se com uma árvore ou rasgar-se com a vegetação seca; eles suam e sangram. Afinal, até mesmo os heróis sangram.

6 Prática que consiste em pegar o animal em um espaço aberto, adentrando a vegetação. Se assemelha a forma como era realizado nos séculos XVII ao XIX.

7 Prática que consiste em pegar o animal dentro de um espaço limitado.

8 Disputa entre 2 a 6 cavalos, geralmente em um espaço de 300 a 500 metros.

9 Pereira, Cledson. *Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira no município de Elesbão Veloso,* 2023.

A sombra do boi que eu quero alcançar: técnicas e estratégias dos corpos dos vaqueiros

> Assim como na colheita / Que se demora a plantar / A justiça tem que ser feita / Mesmo que possa tardar / Pois o caboco do sertão / Que é justo de coração / A verdade tem que falar (Pereira, 2018, p. 1).

Por meio da memória e da narrativa o vaqueiro atina e experimenta a sensação de permanência. Através das narrativas de suas empreitadas é que o sertanejo encontra sua verdade e a materialidade de suas práticas e vivências. A memória é seletiva, a sua exposição é o meio em que o vaqueiro encontra de tornar seus feitos palpáveis. Segundo Michael Pollak (1992, p. 5): "[...] é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si".

É nessa reconstrução de si, na busca de uma coerência e da identidade do indivíduo ou do grupo, que as técnicas do corpo se operam. As práticas cotidianas do vaqueiro nos proporcionam um entendimento da técnica do seu campear e a estratégia que utiliza em seu corpo, que funciona quase como uma máquina, para se equiparar ao animal que compete e objetiva vencer, o boi.

Para realizar o seu trabalho primeiramente, é fundamental para o vaqueiro contemplar a natureza, entendê-la e estar em plena harmonia com ela. O trabalho e a lida do vaqueiro não se fazem sozinho, primeiramente é necessário a ele um bom cavalo, um animal que saiba e esteja ao encalço do boi, e o corpo do vaqueiro precisa estar em sintonia com o cavalo, seu corpo e sua postura deve se igualar e compreender o animal.

A percepção e o entendimento do meio natural são de fundamental importância para o trabalho do vaqueiro, mas a consciência corporal dos seus limites e de como preservar o seu corpo são fulcrais. A demanda de um vaqueiro que corre em campo exige coragem, destreza e resistência, porque,

o sertanejo não consegue se alimentar e nem beber durante o processo de empreitada na mata. A má digestão pode atrapalhar a orgânica de seu corpo o fazendo passar mal durante a agitação de perseguir o gado. "Em síntese, o trabalho do vaqueiro exige uma economia do corpo. Uma forma de regê-lo, preveni-lo e prepará-lo" (Pereira, 2020, p. 935).

Segundo o vaqueiro Walteir Sousa ser vaqueiro não é para todo mundo, você pode almejar ser um vaqueiro, porém talvez não sirva para a profissão. Para o sertanejo o campo requer muita coragem e resistência corporal, os dias na mata longe de casa sem comer e beber é algo que demanda muita perspicácia."É porque é difícil, hoje você acha que a vida é fácil, a vida de ser vaqueiro, mas amanhã é difícil. Cê sai de casa de noite, passa o dia sem comer" (Sousa, 2023).

O constructo político dos corpos dos vaqueiros está alicerçado em estereótipos culturais da masculinidade e virilidade. Os corpos desse sujeito devem responder a esse "padrão" para adaptar-se ao ambiente e responder a tradição e cultura construída sobre ele. O corpo do vaqueiro se adapta ao ambiente e procura equiparar-se ao animal, seu corpo se transmuta, fortalece-se e adapta-se (Albuquerque Júnior, 2023).

O corpo é o instrumento de trabalho do vaqueiro, ele é treinado desde a infância, aprendendo a acostumar-se com as quedas e ferimentos, a montar a cavalo, a segurar as rédeas e controlá-las, os melhores caminhos e formas práticas de trabalho que tornem o seu cotidiano mais "fácil" e menos arriscado (Mauss, 2003). Para ser vaqueiro é preciso ter uma ciência do corpo e do meio externo.

Quanto aos instrumentos externos o vaqueiro empenha-se em encontrar formas que o auxiliem no campo. A roupa de couro, ou terno de couro[10], é uma vestimenta leve que não pesa junto ao seu corpo, além de protegê-lo da vegetação seca que o corta ou até pode cegá-lo. Além disso, usa a faca para se defender caso o boi seja muito arredio, a corda para amarrá-lo e a careta[11] para imobilizar o animal.

10 Roupa utilizada pelos vaqueiros. Recebe o nome de terno por ser o vestuário completo, gibão, chapéu, perneira, chinelo e espora de couro.

11 Instrumento posto sob os olhos do boi para atrapalhar a sua visão e garantir o controle do vaqueiro sobre o animal.

Novamente na obra de Francisco Gil Castelo Branco, Ataliba, utiliza diversas ferramentas de trabalho que contribuem para o seu trabalho ser mais bem realizado:

> Com efeito, as suas perneiras, o seu guarda-peito, o seu gibão e o seu chapéu com tracelim e as borlas de fios de cor eram finas peles de bezerros, lavradas a esmero por hábeis mãos de mestre. Um maço de cordas de couro adunco, dobrado em vários círculos, passava-lhe do pescoço por sob o braço esquerdo: era sua faixa de honra, era o famoso laço com que prendia a rês rebelde à porteira do curral ou necessitada de algum cuidado. O bacamarte também lhe vinha a tiracolo e via-se-lhe à cintura uma larga faca de cabo prata metida na bainha. A arma de fogo e a lâmina de aço são companheiras inseparáveis do sertanejo; são seus instrumentos de trabalho, de combate e de vingança! (Castelo Branco, 2012, p. 36).

A partir do trecho da obra literária é possível perceber como o vaqueiro utiliza-se de ferramentas externas para dar o suporte necessário ao seu trabalho, além do seu corpo que é seu principal instrumento de lida, ele ainda precisa dos equipamentos para tornar o seu ofício mais prático, ágil e garantir que seu serviço seja bem executado.

Como discutido anteriormente a tradição e a cultura acompanham as metamorfoses do tempo, a sua dinâmica proporciona fluidez e movimento a elas. Entretanto, ambas não perdem a ligação que possuem com o passado, com os costumes e símbolos, em um certo nível passado e presente somam-se (Hobsbawm, 2022). A partir das mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas, a mecânica cultural se modifica, assim como os corpos que fazem parte dessa orgânica.

O vaqueiro Walteir Sousa ao rememorar o início de seu trabalho, descreve como a lida era mais laboriosa, o gado era posto para pastar nas redondezas da fazenda, quando não em longas distâncias, após a pastagem o vaqueiro precisava reconduzir e campear o gado ao retorno dos currais. Ao refletir sobre a

realidade mais próxima, para o vaqueiro o ofício tornou-se mais fácil, porque o vaqueiro atualmente não campeia como anteriormente e o pasto é realizado com o gado próximo ou dentro de um espaço cercado. Essa conduta mais privada e prática, termina por transformar o corpo do vaqueiro, realmente ele não necessita mais de um corpo resistente e forte para a lida.

> É, o campo do tempo que eu comecei a campear, que a gente, eu não me acho tão velho, mas hoje já tá diferente os campo, né. Porque de primeira você soltava o gado no pasto né, aí soltava na costa da fazenda e eles iam pastar longe, aí o vaqueiro saia todo dia, quer dizer uma vez duas por semana, conforme seja, campear aquele gado. Ele trazer faz rebanhar lá por longe e trazer o gado. O patrão queria um boi, aí tinha, tal dia pra o açogo, pra feira, que chamava açogo naquele tempo, matutagem, aí a gente ia buscar, a gente ia correr atrás do boi, ir lá pegar, botar careta, chucai e trazer tocando. Hoje é nos pastos, é nas roça, roça de capim. É hoje tá mais fácil pros vaqueiro. É, tá mais fácil, é carreira praticamente quase não tem mais, é tudo é dentro dos pastos, a maioria dos vaqueiros hoje anda é de moto dentro dos pastos, é só chegar gritar o gado que o gado vem pra os curtisal, olha.[12]

O vaqueiro ainda afirma como a estética da figura do vaqueiro transformou-se. No cotidiano o vaqueiro contemporâneo não utiliza mais o terno de couro, de acordo com Walteir Sousa o número de vaqueiros que campeiam com a vestimenta de couro está reduzido, não corresponde à realidade do tempo de seu avô. Os vaqueiros trajam-se da vestimenta de couro na maioria das vezes em eventos e festas, como as vaquejadas, cavalgadas, pegas de boi no mato e no limpo.

> Até a figura do vaqueiro hoje encourado como antigamente no tempo do meu avô que assim

12 Pereira, Cledson. *Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira no município de Elesbão Veloso*, 2023.

> eu ainda alcancei um pedacim do tempo, tá pouco, é poucos vaqueiro que campeia com terno de couro, é bem pouco. É hoje é dentro das roça de capim como eu falei, não precisa terno, muitos tem terno, mas muitos lugar não usa terno mais, de couro[13].

A partir dos relatos do vaqueiro é possível apreender como as técnicas de trabalho e do corpo transmutaram-se, colocando em xeque a figura do vaqueiro, fazendo-a se reconstruir. Porém, o vaqueiro ainda tem como âncora a tradição, é a relação dinâmica entre ela e a cultura que nos permite ainda avistar vaqueiros do tempo do avô de Walteir Sousa.

Esse vaqueiro plural que tem como principal ambição vencer o boi, independente das circunstâncias leva-nos a discussão do próximo ponto desta pesquisa. Como esses vaqueiros, plurais, com corpos fluídos que transbordam gestos e sentimentos, lidam com a posição de coragem e com as cicatrizes e dores que essas terminam por trazer para suas vidas. O vaqueiro agora precisa defrontar seus medos e a sua masculinidade, diante das dores. Essas carnes pulsam, choram, sangram e ganham cicatrizes.

O vício e os riscos: medos e cicatrizes dos vaqueiros

A imagem do vaqueiro é edificada nas bases dos estereótipos da masculinidade e virilidade, e circundadas pelos sentimentos de coragem e perspicácia. Assim, como mencionado nas discussões anteriores realizadas no capítulo, ao mencionarmos a palavra vaqueiro automaticamente o nosso imaginário recebe o *start* de pôr luz a todas essas características. Fechamos os olhos e visualizamos a vegetação seca do sertão, o sertanejo encourado de postura rija e forte, com expressões duras de destreza e coragem.

Nessa perspectiva, o vaqueiro se forma e desenvolve em um universo regado desses símbolos de masculinidade. Na infância ao observar os vaqueiros mais velhos o jovem vaqueiro é imerso nos trejeitos, gestos, palavras e atitudes que alimentam a masculinidade desses sujeitos. A masculinidade funciona

13 Pereira, Cledson. *Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira no município de Elesbão Veloso*, 2023.

como uma confirmação de que o sertanejo atende as demandas práticas, sociais e culturais de ser vaqueiro. Demonstrar os medos, angústias, dores e aflições, é quase inalcançável para esses sujeitos, são nas entrelinhas que os percebemos. Os olhares, os gestos, a voz embargada e as cicatrizes na memória e nos corpos terminam por entregá-los.

Antes de abordar mais especificamente a questão do vício, riscos, medos e cicatrizes, é preciso demonstrar como essa pintura dos corpos fortes, corajosos, perspicazes, que carregam a responsabilidade de representar essa masculinidade, se fabricam nesses indivíduos e em nosso imaginário. Durval Muniz anuncia o sertanejo nordestino da seguinte forma:

> [...] homem encourado, vermelho, com guarda--peito encarnado desenhando-se o busto forte e as longas perneiras ajustadas ao relevo poderoso das pernas; uma rajada de saúde e força; músculos salientes e mãos calosas; mãos que seguram o fumo de corda e o canivete com que faz o cigarro de palha; mãos que manejam o chicote, o rebenque e a repetição, que manejam os facões, os machados e as foices, derrubando árvores e homens, jogando para longe matas, inimigos e assombrações; rostos picados de bexiga, fechados e soturnos, contraídos de raiva, que veem raios e ouvem trovões, escutam o miado das onças e o silvo das cobras; cabra macho que luta como Lampião, que enfrenta um batalhão, que trabalha de sol a sol, que de noite vai pro sermão, que reza para Padre Ciço e fala com Frei Damião; homem que prefere morrer a ser desonrado [...][14].

A partir da descrição do homem sertanejo nordestino realizada pelo historiador Durval Muniz, torna-se palpável esse constructo do "cabra macho" nordestino. Esses indivíduos inseridos nesse meio necessitam responder aos

14 Albuquerque Jr., Durval Muniz. *Nordestino:* invenção do "falo": uma história do gênero masculino (1920- 1940). 2.ed. São Paulo: Intermeios, 2013. Apud. Almeida, José Américo de. A bagaceira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988; Cunha, Euclides da. Os sertões. 30.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981; Queiroz, Rachel de. O quinze. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948; Rêgo, José Lins do. Meus verdes anos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

padrões postos pela tradição, pela cultura e pelo meio social a qual estão presentes. É o homem de corpo másculo, forte, que transborda virilidade, e que prefere morrer a ser desonrado. Para o vaqueiro a desonra e a covardia são os maiores desatinos.

> No limite, se o que está em jogo é o próprio 'prestígio' do vaqueiro, deixar o boi fugir quando se está tão próximo dele é nada mais que uma ação imprudente e 'covarde' [...] Portanto mante-se no ritmo da 'carreira' é, a despeito do que possa acontecer, respeitar quem o carrega. Não fariam sentido saudar o 'sofrimento', as horas sob o sol escaldante e se reverenciar como 'vaqueiro de verdade' se todo imprevisto, toda dificuldade ou qualquer obstáculo cedessem lugar à desistência. Desistir, portanto, mais do que um ato 'covarde', é uma atitude ineficaz (Pereira, 2020, p. 942).

Na citação o prestígio do vaqueiro se põe a prova, a partir de astúcia em relação a perseguição do seu maior inimigo, o boi. Desistir do objetivo de vencer o animal é um desrespeito com o seu maior aliado, o cavalo, e com os demais vaqueiros. Para ser considerado um 'vaqueiro de verdade' é preciso ter coragem e sagacidade. O prestígio para o vaqueiro é algo fundamental, ele precisa provar-se capaz diante do seu ofício, e esse é conquistado apenas quando o sertanejo leva ao chão o gado.

O ato de perseguir e dominar o boi é uma prova de sua masculinidade. Pensar em um indivíduo que pesa em torno de 60kg a 70kg em cima de um cavalo que é dez vezes mais pesado que ele, em busca dentro de uma mata fechada, seca, que o fere e corta, de um animal que é três ou cinco vezes mais pesado que o vaqueiro, é um ato de coragem. A profissão do vaqueiro acaba por o conceder essa necessidade dos corpos em forma, treinados, que tem como uma base a tradição de uma técnica. Em consequência disso, desenvolve-se os estereótipos antes mencionados.

Mesmo diante dessa ideação, o vaqueiro não pode ser enxergado como algo único, restrito, fechado e pertencente apenas a uma identidade. Os vaqueiros são indivíduos para além do herói imaginado, são pessoas de carne e

osso, que se machucam e sangram, que sentem as emoções, o medo, a angústia, a raiva, a dor. Esses sertanejos são indivíduos plurais, que se identificam e sentem de maneiras diferentes. Durval Muniz (2013, p. 23) enuncia que:

> [...] as experiências e vidas de homens numa região onde "ser macho" é um imperativo podem ser um excelente ponto de partida para fazer a história dos homens, não mais como indivíduos ou partícipes de feitos coletivos, mas como gênero, não a história de homens como agentes do processo histórico, mas como produtos deste mesmo processo, a história de homens construindo-se como tal, a história da produção de subjetividades masculinas, em suas várias formas, a história da multiplicidade de ser homem.

Diante dessa elucidação, podemos compreender que dentro desse cosmos da masculinidade existem subjetividades e uma multiplicidade do que é ser esse homem. Os vaqueiros que são sujeitos múltiplos e diversos, permitem-se transbordar e externalizar os seus sentimentos e o seu olhar sobre a profissão do que é ser vaqueiro. Eles narram os riscos do trabalho, a coragem fulcral para a lida e expõe as cicatrizes que vivem em suas memórias e em seus corpos feridos e marcados pelas circunstâncias do seu ofício.

O vaqueiro Walteir Sousa ao relatar algo que mais o marcou em sua vida deixa claro as cicatrizes no seu corpo físico que limitam o seu trabalho e ainda causam dores, e as cicatrizes em sua memória. Para o sertanejo foi muito marcante as feridas que adquiriu em campo, seu braço foi quebrado quatro vezes, sua perna também foi lesionada assim que acabara de casar e adquirir o seu primeiro cavalo, após vender a primeira rês que ganhou na fazenda em que trabalhava. Com a impossibilidade de trabalhar e para cuidar de si, o vaqueiro precisou trocar o seu cavalo por um saco de arroz.

> É... eu tenho umas histórias do tempo que eu campiei, é... que eu me quebrei quatro vez, é... isso me marca muito, eu nunca vou esquecer. Quando eu me casei, com um mês e quinze dia eu quebrei uma perna correndo atrás de boi, isso aí tá muito marcado, eu nunca vou esquecer. Eu

> tinha comprado um cavalo que eu achava quando eu era menino que eu nunca ia comprar um cavalo meu, com meu dinheiro, que eu nunca ia andar num cavalo meu e nem tirava leite de uma vaca minha, que era pobrezinho. Hoje graças a Deus eu num sou mais daquele jeito né, tão pobre graças a Deus né, agradeço a Deus e a essa mulherzinha minha, que nois, quando eu me casei nois num tinha nada. Aí eu tinha um cavalo, fui ser vaqueiro, primeira rês que eu tirei na fazenda, eu comprei um cavalo, um garrote, ganhei um garrote e uma cabra, aí eu comprei um cavalo. Com um mês e quinze dia que eu tinha me casado eu quebrei uma perna, aí vendi o cavalo por mei saco de arroz, e esse mei saco de arroz nunca acabou, só aumentando, só aumentando. Daí pra cá eu já possui muito animal bom, é assim né, bom pra meu uso né, de campo. Hoje eu tenho minha propriedade, tenho minha casa, tenho meus animais, gado, cavalo né, pouco mais tenho, num sabia nem o que era banco, mais tenho uma poupançazinha pequena no banco, mais tenho, tem dias que não tem dinheiro, mais tem, e tamo rico de saúde[15].

Mesmo defronte as dificuldades financeiras e físicas enfrentadas o vaqueiro conseguiu adquirir uma estabilidade de vida. Além disso, Walteir Sousa elucida em sua narrativa que apesar das marcas, cicatrizes e dores, ainda ama e adora correr no campo, para ele a ansiedade de correr atrás do boi é muito prazerosa.

O relato do vaqueiro lança luz aos sentimentalismos presentes no ofício do vaqueiro, como a paixão pelo ato de campear, a ansiedade sentida ao correr atrás do gado, como o ambiente da corrida e do campo são prazerosos. Esse transvazar de sentimentos que levam o vaqueiro ao prazer, sendo o ofício quase um vício.

15 Silva, Walteir Sousa da. *Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira no município de Elesbão Veloso*, 2023.

Na realidade, as práticas do vaqueiro nas últimas décadas do século XXI desprendeu-se da obrigatoriedade da profissão. Obviamente o vaqueiro atua de maneira profissional, todavia, para além disso as práticas do vaqueiro tornaram-se um *hobby*, um esporte para determinados indivíduos. Há vaqueiros que correm apenas nas vaquejadas, pegas de boi no mato e no limpo, a procura desse prazer, do divertimento de correr, dos momentos festivos proporcionados pelos eventos, a música, a bebida e as amizades. O vaqueiro Walteir Sousa afirma esse prazer proporcionado pela corrida:

> Me quebrei, é difícil vida de vaqueiro. Quebrei duas perna correndo atrás de boi, quebrei um braço, quebrei um ombro, meus joei saiu do lugar, meus dois joei, aqui oh, aqui é ferro, aqui dói, eu não corro de pé, entendeu. Eu não aguento correr por causa de minhas perna. Tem dia que eu sofro muita dor nas minhas perna, tem dia que eu não trabalho, porque eu não aguento. Mas é bom, cê correr atrás de um boi no mato, é um prazer grande, pro vaqueiro é uma ansiedade, ele vai pegar um boi amanhã, hoje a noite ele não dorme de ansiedade de correr no mato, num cavalo bom, é muito bom. Eu já pissui muitos cavalo bom, é... eu tenho gosto, eu tenho prazer. Tenho 51 anos de idade, mas eu tenho prazer de campear[16].

O vaqueiro Cledson Pereira confessa que a sua lida é correr atrás do gado, é o que gosta de fazer, mesmo os acidentes o afastando do seu trabalho, assim que pode retornar, Cledson Pereira não hesitou. Uma das maiores felicidades sentidas em sua vida vem do campear, essa felicidade que resulta em prazer leva o vaqueiro a confessar que correr em campo é quase como um vício para ele.

> É, é perigoso. É arriscado bastante. O cara só vai porque tipo, é igual a dizer um cara que bebe uma cachaça, é tipo um vício, né. O cara não vai, o cara fica doente pra ir, quando ver o outro

16 Silva, Walteir Sousa da. *Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira no município de Elesbão Veloso*, 2023.

> passando pro campo diz "Oh rapaz se fulano tivesse me chamado eu tinha ido.". Mas é assim mermo, eu acho bom demais. Acho bom[17].

O vaqueiro confessa os riscos e perigos, admite que as práticas são perigosas. Entretanto, compara o campear com o vício em bebida alcoólica, a partir do momento em que aquele indivíduo não pode correr ele se sente doente e frustrado, sente a falta e abstinência de realizar a prática.

O constructo dos corpos másculos, rijos e heroicos que respondem a uma tradição de masculinidade que se faz presente na ambiência dos vaqueiros, encontra uma ruptura quando analisamos esses indivíduos através das suas subjetividades. A pintura heroica e comparada a um deus recebe uma gama de cores que demonstram corpos que sentem emocionalmente e fisicamente. Os corpos desses sertanejos são múltiplos em diversos aspectos, eles sentem dores, medos, angústias, frustrações, vícios, alegrias, felicidade e prazeres, esses corpos sangram e são marcados por cicatrizes.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. A mobilização das carnes: história, desejo e política ao rés dos corpos. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-23, 2023.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **Nordestino**: invenção do "falo": uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro**. 11ª ed. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

DANTAS, Cledson Pereira. **Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira**. Elesbão Veloso, PI, 2023.

FERREIRA, Paulo Henrique Alves. **Mané Zeca pegou no capricho**. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Venice, 1990.

17 Pereira, Cledson. *Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira no município de Elesbão Veloso*, 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições** (Org.). Trad. Celina Cardim Cavalcante. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. *In:* MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PEREIRA, Renan Martins. Velejar e descobrir: considerações sobre vaqueiros, corpos e lembranças. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 931 - 956, 2020.

POLLAK, Michael. Memórias e identidade social. *In:* **Estudos históricos**. Rio de janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

SILVA, Walteir Sousa da. **Entrevista concedida a Maria Helena Alves Ferreira**. Elesbão Veloso, PI, 2023.

Fora do tempo: Joy Division e o tempo do "No Future"

Gladyson Salvador Araújo[1]

Resumo

Apresentação de pesquisa histórica sobre a experiência de tempo da juventude Punk na cidade de Manchester (RU) no final dos anos 1970, evidenciada como uma temporalidade de "Crise de Tempo" e num tempo de crise diante da consolidação das políticas neoliberais que suplantaram o chamado "Estado de Bem Estar". A juventude no final dos anos 1970 foram as crianças das duas décadas anteriores (1950 e 1960), portanto cresceram durante a chamada "Era de Ouro", cujas principais características foram a ascensão do poder de consumo da classe trabalhadora, o "Pleno Emprego" e o estabelecimento da juventude como importante agente político e cultural na chamada "Contracultura", além do surgimento da cultura de massa, que majoritariamente era de modas juvenis como o próprio Rock. A Juventude do final dos anos de 1970 passa por uma experiência gradual de quebra de expectativa, sendo a Cultura Punk evidência dessa temporalidade. Tal juventude é, portanto, gestada nesse tempo de crise em que se afirma o "fim do futuro" com a expressão "No Future", mobilizando demandas da Juventude Além de ser uma cultura formada por jovens e para jovens, o Punk ordena uma perspectiva de tempo e experiência, possibilitando uma forma de reagir a condições compreendidas como decadentes, representando não só um caminho identitário ou estética, mas uma saída política e econômica, diante da escolha deliberada de encarnar-se como sintoma desse mesmo tempo, dessa crise. Ostenta a decadência como "grito", explicitando as contradições da passagem do tempo entre infância e fim da Juventude. Assim, esta pesquisa objetiva compreender processos de historicidade da Juventude no desdobramento da chamada "Crise da Civilização Moderna".

Palavras-chave: Juventude; Temporalidade; História Contemporânea.

1 Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Capes.

"O que você vai ser quando crescer?". Uma pergunta comum feita para crianças, mas que insiste em retornar ao longo dos anos. A pergunta vem no avançar dos anos escolares, ao menos essa é uma marcação possível ao considerar que a educação pública se generalizou como um dever do estado (mesmo que é sabido haver grandes exceções), logo é um curso mais ou menos comum entre nós, preservando as diferenças, no percorrer desse caminho escolar o caráter da pergunta vai se alterando, deixando progressivamente, ao custo desses anos, de ser uma brincadeira até se tornar uma preocupação, numa emergência e finalmente um fardo, a pergunta deixa de ser uma curiosidade e se transforma em uma cobrança, algo como um "o que você vai fazer agora?", o tom muda já que a parte indagada, ou interrogada, já cresceu, ao menos em tese, pois que crescer não necessariamente coincide com o amadurecimento, simplesmente sobreviver, que é única coisa necessária para atingir os 18 anos da maioridade, não garante o que se entende por adulto, ou maduro, portanto não é apenas uma questão cronológica, ou biológica como também não se resume a uma questão jurídica do pleno direito e dever.

Sendo assim, como nos tornamos adultos? O que é necessário para sermos reconhecidos como adulto e nos reconhecermos como tal? Aqui encaro essa questão como histórica, como uma historicidade das fases da vida e as temporalidades relativas às infâncias, juventudes, maioridades e senioridades, mas meu ponto é especificamente a passagem da menoridade para maioridade, do jovem ao adulto, esse meio que não é um nem outro, onde vocabulários forjaram a expressão "jovem-adulto", algo que não alivia o dilema dessa "zona cinzenta". Mas posso dizer que a possibilidade de enunciar esse termo "jovem-adulto" em nosso tempo e localizarmos de forma evidente quem seria esses sujeitos na casa dos 20 anos, desempregado, sem experiência de trabalho e que ainda mora com os pais, logo adulto pela idade, jovem pela condição, revela mudanças significativas no nosso entendimento sobre maturidade.

Avançando mais no século XXI observa-se uma certa banalização desse fenômeno, "jovem-adulto", com a aumento de pessoas que vivem com os pais até os 30, que mesmo com certa "estabilidade" (empregado) permanece em casa, já que ser assalariado não é suficiente para comprar uma moradia ou sustentar o custo de aluguéis, fazendo com que o intervalo entre dependência familiar e a autonomia seja alargado pelo aumento do custo de vida, pela dificuldade de garantir emprego estável e a alta probabilidade de en-

dividamento, sendo essa a faixa etária (30-40) (conhecidos *millenials*) que diante das responsabilidades da vida adulta tem indicado o maior aumento de endividamento do mundo em termos relativos são hoje a faixa etária mais vulnerável a adversidades na economia. Em resumo: está demorando mais para se conquistar a autonomia individual do seio familiar, pois está mais custoso essa conquista pessoal e a qualificação necessária requer mais tempo que a escolaridade básica provê diante da demanda do mercado.

Sim estou falando de agora, poderia dizer dos últimos 20 anos que se acumulam no século XXI, e talvez esteja enviesando minha análise pelo meu presente, podem muito bem me indagar "e os anos 70?", e aqui ouso responder que vejo muito dessas angústias na juventude que chega no final dos anos 70 nesse momento de quando se completa 18 anos inicia-se a metamorfose, onde o lugar social se deforma e as demandas da vida adulta invadem a porta. As origens dessas pressões que os empurraram para o mundo do trabalho provinham de velhos discursos, de velhas pessoas e velhas ideias, logo o passado povoa a imaginação sobre a vida adulta, mas justamente ali nesse ponto do tempo do período que alguns chamam de "Era de Ouro", "Anos Dourados" (ou de forma mais técnica dos nascidos no pós-guerra), os jovens são tomados de surpresa, a experiencia do passado quase não se conecta mais com as demandas do então presente, a dita "prosperidade" que se via no vigor do aumento do consumo da classe trabalhadora, dá lugar a uma crise que arrebatou o *Welfare State* no decorrer dos anos 70 (Sennett, 2012). O discurso da solução das crises foi como uma cobrança sobre a classe trabalhadora, o investimento publico deveria ser devolvido com sacrifícios, os "gastos" cortados e "benefícios" encerrados e na prática ao longo daquela década deu-se início às reformas neoliberais até sua consolidação nos anos 80 (Antunes, 1994) (Harvey, 2007).

Isto posto, disponho agora o óbvio: esses jovens de 20 anos no final dos anos 70 são os adultos trabalhadores ou desempregados da década seguinte, mas também eram as crianças dos anos 60 e essas são três décadas icônicas, 60, 70 e 80, se pensarmos no protagonismo juvenil (Judt, 2008, p. 493). É o período da curva ascendente da indústria cultural, que atravessa a cultura de massas dos jovens, que muitas vezes é a cultura de massas como um todo, sendo o jovem posto como arquétipo da humanidade e portanto uma das marcas daquele tempo (e do nosso também), mas como cantou John Lennon

no ano de 1970: "The dream is over / What can I say?", na música God, praticamente encerrando a seu primeiro álbum solo pós-Beatles, o "John Lennon/Plastic Ono Band", Lennon faz uma declaração, quase uma sentença: "o sonho acabou", e não é uma coincidência que no mesmo álbum tenhamos a música *Working Class Hero*:

> [...]
> When they've tortured and scared you for twenty odd years,
> Then they expect you to pick a career,
> When you can't really function, you're so full of fear,
> A working class hero is something to be,
> [...]

Essa terceira estrofe da música toca no ponto, 20 anos depois "você" tem que escolher uma carreira, ou o que "você" será? O que fazer? John Lennon lança uma opção, meio que um convite, "Um herói da classe trabalhadora é algo para ser", um convite ao dissenso, a crítica antissistêmica, alguém que ver e acusa as contradições do mundo, estranhamente nesse *detour* psicanalítico que é o álbum, lembro, mais uma vez, no final a última frase realmente dita com efeito é "o sonho acabou", numa reclusão na própria individualidade como a única certeza que "eu acredito em mim" e que "sou John", apenas "eu".

Ser um "herói", Lennon diz que se quiser ser um, basta segui-lo ("If you want to be a hero, well, just follow me"), lembro-me do poema "Seja marginal, Seja herói" de Otávio Oiticica. Logo nas bases do que fundou a Contracultura ao redor do mundo retorno a pergunta do começo "o que ser quando crescer?", normalmente espera-se que a resposta seja uma profissão, uma pergunta tão ampla é resumida ao trabalho, a pequena criança sem saber tem seu destino traçado numa reta, mesmo que pareca haver liberdade de escolha entre uma classe média por exemplo, no final é sobre trabalho "o que se vai ser?" arquiteto, dentista, advogado, professor. A linha é riscada reta e, portanto, temos as margens, sendo a resposta que escaparia do controle predefinido. É na busca por uma vida fora que se organiza a ética da contracultura e de várias formas a juventude se faz nessa mesma busca, numa luta contra o destino imposto, já que comumente aos jovens é associada a revolta, a rebeldia,

os inconformados e incompreendidos pelo tempo da ordem, esse dos adultos. A "juventude rebelde" é muito bem localizada ao analisar as décadas do Pós--guerra (1950, 1960, 1970, 1980, 1990) (Judt, 2008), por outro lado a cultura produzida por essa "rebeldia", que podemos chamar em termos gerais de contracultura, rapidamente inicia um dialogo com a Indústria Cultural, onde a dialética dessas relações formataram a ambos, afinal temos o *mainstream* e temos o *underground*, a arte comercial e a arte de vanguarda, nesse atrito algo foi capturado pelo discurso de normalização, da ordem, algo da contestação das margens é incorporado ao centro, como apresentado nas pesquisas do historiador Orivaldo Leme Biagi, onde se evidencia o que Biagi chama de "reversão de valores" mediante as fontes de peças publicitárias:

> […] a publicidade brasileira utilizou-se da seguinte estratégia: 1 - não esconder que existia uma imaginação de contestação ligado nos jovens, a Contracultura, pois, se o fizesse, seria difícil criar a identificação deste público para o consumo; 2 – procurar destaca seus aspectos mais superficiais e imagéticos, ou seja, elementos mais fáceis de serem manipulados; 3 – relacionar o desejo de contestação social à derrota e/ou cooptação pela sociedade. Chamaremos tal estratégia de Reversão de valores [...]" (Biagi, 2019, p. 47).

Armadilha nas margens retoma o senso de normalidade, a rebeldia é positivada, a juventude que segue após o "fim do sonho", não apenas terá que lidar com o rebaixamento das expectativas da classe trabalhadora, diante do neoliberalismo, como terá que construir outra vida numa nova margem, das várias experiências durante os anos 70, encontrei naquelas margens os *Punks* e a ética negativa do *No Future*.

Em 1979 a Banda *Joy Division*, banda inglesa de Manchester, lança seu primeiro LP, *Unknown Pleasures,* e a música *Insight* também fala de fim de sonhos, na reclusão na individualidade e no que fazer diante dessa perda de expectativa no sonhar:

Guess your dreams always end
They don't rise up, just descend
I don't care anymore
I've lost the will to want more
I'm not afraid, not at all
I watch them all as they fall
But I remember
When we were young

Those with habits of waste
Their sense of style and good taste
Of making sure you were right
Hey, don't you know you were right?
I'm not afraid anymore
I keep my eyes on the door
But I remember

Tears of sadness for you
More upheaval for you
Reflects a moment in time
A special moment in time
Yeah, we wasted our time
We didn't really have time
But we remember
When we were young

All God's angels, beware
All you judges, beware
Sons of chance, take good care
For all the people not there
I'm not afraid anymore
I'm not afraid anymore
I'm not afraid anymore
Oh, I'm not afraid anymore (Curtis; Hook; Morris; Sumner, 1979).

Chegada a hora, os anos passaram, a juventude se encerra, como que magicamente junto com a escola, e Ian Curtis, o compositor, abre sua música com um "Acho que os sonhos sempre acabam, eles não ascendem só descendem, eu não me importo mais, perdi a vontade de querer mais [...]" e temos um corte, uma leve ruptura no rumo decadente que se projeta, temos um

MAS, "mas eu me lembro quando éramos jovens.", e isso leva a duas reflexões, primeiro se a afirmação é que "éramos jovens", logo "não somos mais jovens" e que esse momento passado da vida, "a special moment in time", é o tempo onde se sonhava no porvir, mas é naquela altura da vida, entre 20 e 23 anos, algo de passado resiste na memória e de alguma forma ajuda a seguir em frente, já que o principal verso da música é "Eu não estou mais assustado", num misto incômodo de blasé e raiva, de nostalgia e ameaça.

Há uma certa reação do *Joy Division* às crises que se formam no decorrer da década de 70, que não são apenas econômicas, mas também de identidade, existencial, já que *Joy Division* é uma banda, uma banda de rock formada por jovens. Ter uma banda e essa banda conseguiu romper os limites de sua cidade, já é uma reação ao medo que essas crises criaram, aquilo que foi praticamente uma "epidemia" de desemprego, principalmente entre os jovens fez proliferar inúmeras bandas na onda *punk*, e essa nova cultura nasce das frustrações, na raiva e na melancolia da quebra da expectativa gestada na infância nos anos 60 e portanto, tudo que a juventude representou naqueles anos, toda a utopia que abasteceu os vários movimentos culturais e políticos dos jovens dos anos 60.

Hippies, *beatniks*, *mods*, a nova esquerda, Woodstock, as barricadas de 1968, tudo isso deu lugar ao fracasso, ao menos na ótica dessa juventude posterior, os punks são deliberadamente uma vontade manifesta de romper com a geração dos jovens que os precedem, pois não serviam mais para ordenar a vida, não naquele tempo e nem naquele espaço, a "Era de Aquário" tinha acabado, as "flores estão no lixo agora", parafraseando a música "God Save The Queen (No Future)" do *Sex Pistols*, de 1977, a principal banda punk inglesa (Gallo, 2011, p. 283). O Punk rompe com aquilo que compreendia como sofisticado demais e elitista, a marginalidade dos jovens dos sujos bairros ingleses encontra no reflexo da agressividade, no refluxo, uma nova forma de ser rebelde e contestador, quase que literalmente "quebrando tudo no caminho" e afirmando "não há futuro", a negativa inspira a liberdade no seio do desespero, uma fuga de um tempo sem saída, a acusação de que "o futuro" foi interditado pelos poderes hegemônicos, pois o futuro projetado por eles não é futuro é "No Future" é o Tempo de controle onde a vida se reduz a sua utilidade na função das relações de mercado.

Dos membros do *Joy Division* o único que tinha algo próximo de uma profissão com carreira era o guitarrista Bernard Sumner, como "garoto de recados" num Jornal e num estúdio publicitário em Manchester, Sumner queria ser desenhista, quando terminou a *Grammar School* em Salford (cidade da região metropolitana de *Greater Manchester*), queria ir para a escola de artes (*Bolton College of Art*), desejo que foi bloqueado pela sua mãe devido a má reputação dos artistas e o alto custo para o orçamento familiar de mantê-lo numa escola assim, sua mãe então aciona sua rede de contatos e consegue um trabalho na prefeitura de Salford, basicamente era separar a correspondência. Diante dessa experiência Bernard Sumner responde a uma entrevista em 2016 para o livro "This searing light, the sun and everything else: joy division: the oral history" de Jon Savage (2019, p. 56) sobre o Joy Division: "Real life came to me as a horrible shock. 'Jesus, wake up, this is what real life is. Unless you wriggle out of this, like a snake, life is gonna be dismal' I decided I wanted to do something in art".

Essa trajetória de Bernard Sumner, então futuro guitarrista do *Joy Division*, na busca por seu primeiro emprego, e pelo fato de ter trocado um emprego na prefeitura por dois para fazer basicamente a mesma coisa, revela um detalhe importante, e algo semelhante ocorre com seu amigo e então futuro baixista do Joy Division, Peter Hook, não apenas a falta de emprego é um problema, mas o tipo de trabalho. A falta de projeção de carreira percebida ao longo do amadurecimento cria a necessidade de reverter essa quebra da expectativa com o mundo do trabalho, de serviços pautados na rotina repetitiva e sem propósito, como separar correspondência, selar cartas, carimbar memorandos, aqui os punks criam alternativas. Há de forma evidente um terror do mundo burocrático e corporativo, do ambiente do escritório, e a rota de fuga desse terror foi para ambos a arte, ou mais especificamente a música, como tantos outros, Bernard Sumner e Peter Hook resolveram formar uma banda punk, tanto que é comum a expressão "mais outra banda de Manchester", no jargão jornalístico, e de fato o caldeirão musical que se forma em Manchester fez nascer inúmeras bandas nos anos que se seguiram como *The Smiths*, *Oasis* e *Radiohead*, são alguns exemplos.

Em muitas biografias sobre músicos pop, isto é, músicos dessa geração da industrial cultural voltada para as massas juvenis, sempre se paga tributos as suas influências, também não é nada incomum a experiência de um concerto

ser posta como um "despertar", no caso do *Joy Division* tudo teria começado no show do *Sex Pistols*, uma banda que como uma explosão deixou seus efeitos e rapidamente passou, em apenas dois anos, um álbum e alguns singles e o que restou foi as inúmeras bandas que nasceram em seguida. Fica claro que há um circuito artistico que de uma forma ou de outra une as pontas e no centro está um certo entendimento que rock é mais uma questão de forma, de romper estruturas passadas e ousar, onde virtuosismo técnico não é necessário e se houver, talvez seja melhor negligenciá-lo, é nessa compreensão que nasce o chamado *art rock*, como no exemplo do experimentalismo do *Velvet Underground*, banda financiada por Andy Warhol na New York sessentista, formando a chamada cena *underground*, esse entendimento se mesclar também com o "faça você mesmo"(*do-it-yourself*, *DIY*) defendido pelos *punks*.

O punk, basicamente só queria criar uma música simples e agressiva, cuja a técnica deveria romper com o legado musical do psicodelismo dos anos 60 e com o virtuosismo do rock progressivo e das superbandas como *Led Zeppelin* e *Pink Floyd*, como também na forte presença do *blues* nas bandas de *hardrock*, como *Deep Purple* ou *Black Sabbath*. A banda punk novaiorquina *Ramones* vê-se a forte influência do rock dos anos 50, como forma de renegar os anos 60, das jaquetas de couro e jeans até aos acordes que lembram Chuck Berry, Bo Diddley, Little Richard e Jerry Lee Lewis, com músicas que falam do cotidiano da juventude dos anos 70, um som simples, cantado sem muito lirismo. Em apenas 7 dias *Ramones* gravou seu primeiro álbum em Fevereiro de 1976, sem muito sucesso comercial, mas na medida que os críticos iam tendo acesso ao álbum ele seria aclamado, elevado a ícone musical. Rápido! Em vários sentidos, do ritmo, a duração das faixas, ao tempo de gravação, nostálgico e inovador esse era o ponto de vista das produtoras, um produto prático e fácil de vender, rapidamente a produtora independente dos *Ramones* a *Sire* foi incorporada a megacorporação midiática *Warner Bros.*, o álbum é de 1976 em 77 a *Warner* assume a distribuição e em 78 a incorporação total da *Sire*, logo mesmo buscando romper com o legado musical dos anos 60 o dinheiro acabou retornando para as mesmas corporações que estabeleceram a hegemonia comercial nos anos 60 sendo as "Big Six": *Warner*, *EMI*, *Columbia*, *RCA*, *Decca* e ramo europeu da *Decca* a *PolyGram*.

Nessas trajetórias de formação de bandas de rock *punk*, ou *post-punk*, a busca não é só em romper paradigmas musicais e comportamentais, mas tam-

bém o sucesso e a fama, poderiam até não abraça o mesmo estilo musical mas buscavam inspiração nas "tradicionais" estrelas do rock, diante do caminho que se abre de que é possível viver de música, viver de rock e do próprio vigor da juventude e essa juventude punk e post-punk formam uma comunidade de fãs, consumidores, produtores independentes, estúdios independentes, lojas de disco próprias e assim como a distribuição, como promoção de eventos e difusão em rádios piratas e amadoras, essa juventude forma um circuito que inicialmente se retroalimenta, numa economia popular punk, tornando possível o "sonhar de novo", longe dos ambientes burocráticos, de gravatas e terno e cubículos com escrivaninha, era possível ter uma carreira cujo o propósito alimentava as velhas imaginações juvenis de, quem sabe, ser famoso como David Bowie ou o *Led Zeppelin*, e nessa perspectiva o sucesso de bandas como *Ramones* e *Sex Pistols* fizeram parecer possível, da mesma maneira que *Velvet Underground* e *The Doors* também abriram novas possibilidades, que mais que estética era também novas possibilidades técnicas nos usos dos instrumentos abrindo novas experiências sonoras para publico como numa adaptação musical da cacofonia, na crueza, nas distorções e concretismos (Reynolds, 2009). Mesmo com a vontade manifesta de contestação, de rebeldia, de fugir do destino indicado da velha história de nascer, crescer, estudar, trabalhar e morrer, a arte não deixou de ser muitas vezes mais um trabalho, se vive então entre o desejo sublime de liberdade e a necessidade crua de sobreviver.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** (as metamorfoses no mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo). Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

BIAGI, O. L. A Construção de Discursos Conservadores pela Publicidade Brasileira em Relação à Contracultura. *In:* KAMINSKI, Leon (Org.). **Contracultura no Brasil, Anos 70 - Circulação, Espaços e Sociabilidades.** 1ed. Curitiba: Editora CRV, p. 43-65, 2019.

GALLO, Ivone. POR UMA HISTORIOGRAFIA DO PUNK. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 41, 2011. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6542. Acesso em: 26 mar. 2024.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism.** Oxford University Press, USA, 2007.

JUDT, Tony. **Pós-guerra:** uma história da Europa desde 1945. Objetiva, 2008.

MIDDLES, Mick; READE, Lindsay. **Life of Ian Curtis:** Torn Apart. London: Omnibu Press, 2009.

REYNOLDS, Simon. **Rip it up and start again:** Postpunk 1978-1984. Faber & Faber, 2009.

SAVAGE, Jon. **This searing light, the sun and everything else:** Joy Division: the oral history. Londo: Faber and Faber, 2019.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter:** conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo: Record, 2012.

“Mas no meio disso tem gente”: a produção da fronteira entre Ceará e Piauí no oitocentos

Maria Leopoldina Dantas Máximo[1]

Resumo

Em 1880, após longas discussões no senado, os representantes políticos das províncias do Ceará e Piauí assinaram um documento que deveria resolver um litígio territorial que datava o início da própria nação. O Decreto Imperial nº 3.012, modificava a fronteira entre as duas unidades administrativas, realizando uma troca entre as comarcas de Amarração e Príncipe Imperial. Esse processo possibilitaria ao Piauí uma maior faixa litorânea, bem como garantiria um maior domínio dos Sertões pelas autoridades imperiais que, desde a década de 1850, procuravam conter a frequente passagem dos moradores da região pela fronteira. Distante do poder governamental, esse interior apresentava uma dinâmica própria, na qual os moradores de ambas as províncias instituíam relações próximas que ultrapassavam, e mesmo desconsideravam, as linhas imaginárias traçadas pelo Estado. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo, compreender como as redes de sociabilidade estabelecidas nas comarcas de Príncipe Imperial (PI), Ipu e Inhamuns (CE) entre 1850-1880, influenciaram no processo de formação dessa fronteira que foi modificada oficialmente em 1880. Pretende-se perceber, como as relações cotidianas – tais como: crimes, fugas, cobrança de impostos, desentendimentos entre famílias abastadas – foram utilizadas nos discursos oficiais para legitimar as pretensões de posse por parte dos representantes do Ceará sobre atual cidade de Crateús. Para discutir tais temáticas, foram utilizadas matérias publicadas em periódicos como O Cearense, O Pedro II e A Imprensa, que tratavam a respeito de homicídios e roubos que ocorriam nessa região, a fim de analisar as relações entre os políticos e moradores. Com o propósito de perceber as preocupações e ação dos governantes vinculadas ao controle desse espaço, bem como, as relações estabelecidas entre as autoridades locais e os habitantes, foram analisados os

1 Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Agência Financiadora: CNPQ/ INCT PROPRIETAS. 373006/2023-3.

Relatórios de Presidente da Província de 1850 a 1880. Analisamos também, as discussões envolvendo a mudança na fronteira, publicadas nos Anais do Senado, para perceber quais interesses e jogos de poder estavam envolvidos na disputa em torno desse espaço de fronteira. O exame dessas fontes, ajudou a perceber como as relações estabelecidas no cotidiano entre os moradores das duas províncias, longe de se basear nos limites que o Estado pretendia impor, seguiam logicas distintas baseadas em seus próprios interesses e necessidades. A anexação da comarca de Crateús, portanto, teria sido fruto de uma intensa e complicada rede de relações construídas entre os habitantes e o Estado, fazendo com que quase um século e meio após a modificação, essa os limites entre Ceará e Piauí tenham voltado a ser objeto de litígio entre, agora estados, envolvendo questões socioeconômicas talvez ainda mais complexas.

Palavras-chave: Sertão; Conflitos territoriais; Ceará; Piauí; Fronteira.

Introdução - "Costume e tradição"

Durante todo o século XIX, a fronteira entre o Ceará e o Piauí foi assunto de amplos debates entre políticos e intelectuais preocupados em conhecer e definir os territórios provinciais, como parte do projeto mais amplo de construção da nação brasileira. Nesse momento, os limites administrativos dessas duas unidades, estavam longe de estarem totalmente definidos por um texto legal, existindo apenas acordos gerais acerca de quais vilas e comarcas cada uma possuía. Contudo, tais acordos eram constantemente questionados e por vezes ignorados – de modo consciente, ou não – pelos próprios membros da administração, que estabeleciam novas relações de poder baseadas nos interesses compartilhados com os moradores dessa região.

Em 1868, Cândido Mendes de Almeida ao publicar o *Atlas do Império do Brasil*, chamou atenção para essa dinâmica afirmando que tais circunscrições eram mantidas pelo costume e tradição, havendo conflito entre os confinantes (Almeida, 1868, p. 12). Estes, se desenrolavam ao longo de toda a faixa territorial que partia desde o litoral, na vila da Amarração pertencente ao Ceará, até os sertões dos Inhamuns, passando pela Comarca de Príncipe Imperial, que à época fazia parte do território piauiense. Os litígios na região de fronteira, no entanto, não se restringiam a essas duas províncias se esten-

dendo a quase todas as regiões do Império, visto que o território nacional ainda estava sendo conhecido e produzido, permanecendo durante todo o oitocentos fluido, mutável e sobretudo, imaginado (Peixoto, 2005, p. 14).

Essas questões, levavam ao agravamento de conflitos, pois como explica Francisco Régis Lopes (2012, p. 27), em 1822, a nação nasce em fragmentos, tendo em vista que séculos de colonização havia resultado em regiões distantes e dispersas, com fracos vínculos entre si. Situação, que precisava ser modificada, uma vez que a união entre as partes do Império era percebida como essencial para a garantia da continuidade nacional. Nesse sentido, foram destinados esforços no intuito de instituir uma consciência dos territórios provinciais, principalmente do seu interior (Reis, 2015, p. 01), garantindo tanto o fortalecimento da centralização administrativa do Estado, como a formação de uma comunidade (Anderson, 2008).

No entanto, esse processo de formação de fronteira não era desprovido de conflito. Como explica Claude Raffestin (1993, p. 153), delimitar é manifestar poder numa área precisa, o que perpassava tanto os interesses e objetivos dos intelectuais envolvidos na definição oficial, como também, dos sujeitos que vivenciavam cotidianamente esse espaço que se tentava definir. O projeto de construção do Estado territorial, era assim, vivenciado de modo diferente pelos sujeitos que o compartilhavam, existindo alguns que mesmo alheios a esse projeto o influenciava em diferentes medidas (Velho, 1999).

Esse era o caso dos desentendimentos entre famílias abastadas da região em litígio; dos crimes e fugas que se davam na região da fronteira, por vezes utilizada por esses sujeitos como refúgio do Estado; das relações estabelecidas entre os moradores das comunidades fronteiriças; bem como, das cobranças de impostos realizadas fora das jurisdições. Questões discutidas e esmiuçadas nos jornais e relatórios de presidente das províncias como problemas a serem resolvidos pela administração, que se mostrava preocupada em manter a ordem e o poder sobre o espaço e pessoas que nele viviam.

Deste modo, esse artigo visa analisar, de que forma as fronteiras do Ceará e Piauí, projetadas pelos intelectuais nas frias salas dos gabinetes, eram vivenciadas na prática pelos sujeitos que ocupavam esse território, bem como, de que modo suas simples ações cotidianas influenciavam no processo de construção desses espaços. Tendo em vista que, como afirma Raffestin (1980, p.

152), "do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território". Nosso recorte inicia em 1850, quando Ignácio Silveira Motta deixou a presidência do Piauí para assumir a do Ceará com o intuito de implantar uma política que acabasse com os crimes na zona de fronteira, finalizando em outubro de 1880, quando os limites de ambas as províncias foram modificados pelo Decreto Imperial, nº 3.012.

Território em disputa: relações sociais e econômicas na comarca de Príncipe Imperial

A precariedade de informações a respeito das fronteiras entre o Ceará e o Piauí, bem como sua indefinição em diversos trechos, gerava dúvidas entre os políticos e intelectuais do oitocentos, levando o governo de ambas as províncias a defender diferentes perspectivas de suas divisões baseadas em documentos e ocupação dos territórios (Peixoto, 2005, p. 201).

Em seu livro, *Esboço Histórico da Província do Ceará*, publicado em 1895, Pedro Théberge tratou a respeito dessa questão, apresentando os limites que cada unidade defendia. Segundo ele, enquanto os representantes do Piauí acreditavam que toda a chapada da Ibiapaba pertencia a seu território, tomando como linha divisória a "crista da serra e a bacia do riacho Timonha", os do Ceará, contestavam tal medida, por meio de uma Carta Régia, de 1721, que supostamente determinava como pertencente a essa província "as aldeias da Ibiapaba" (Theberge, 2011, p. 239).

Essas ambiguidades tornavam difícil construir uma legislação descrevendo esses limites, tendo em vista que eles ainda estavam em formação, existindo uma série de questões a serem negociadas. Além disso as pretensões defendidas pelas províncias citadas, estavam vinculadas aos interesses que possuíam sobre o espaço e as estruturas que lhe permeava, como necessidades econômicas, laços socioculturais e a própria natureza (Oliveira, 2015). Assim, cabia ao Estado mediar os conflitos, levantando informações acerca do território em que ele se desenrolava, a fim de resolver os conflitos do qual a fronteira fosse pretexto (Raffestin, 1980, p. 167). Mesmo porque, essas disputas colocavam

em xeque a própria unidade do Império, já que cada unidade administrativa deveria ser percebida como parte de um todo indivisível, a própria Nação.

É importante perceber, no entanto, que essas disputas em torno do território não aconteciam apenas no plano das ideias. As discussões apresentadas pelos intelectuais estavam diretamente vinculadas a vida cotidiana que se desenrolava nas vilas e povoados localizados nessa zona de fronteira, cujo territórios eram disputados por membros da administração local a partir de relações estabelecidas com quem ocupava essa região. Deste modo, apesar dos esforços do governo para fixar uma delimitação que melhor se encaixasse nas suas necessidades, como explica Eric Tagliacozzo (2005, p. 45), o cotidiano nesse espaço era muito mais complexo sendo a fronteira vivida e transgredida de diversas maneiras ao longo do tempo.

Ao tratar dos litígios existentes entre o Ceará e Piauí, os documentos apresentam informações valiosas a respeito desses movimentos que se desenrolavam no espaço fronteiriço, visto por esses intelectuais como problemas a serem resolvidos. Em 1866, por exemplo, o Vigário Antonio Cavalcanti de Macedo Albuquerque, enviou uma carta ao então presidente do Piauí informando que a comarca de Príncipe Imperial,

> [...] não [tinha] sido respeitadas em seus limites, nem pelas autoridades civis, nem ecclesiasticas das freguesias de S. Gonçalo da Serra dos Cocos e Tamboril da província do Ceará, e isto de longa data até o presente, visto como de vez em quando se vão apossando daquelles sitios para onde são chamados for seus habitantes [...] **os sítios mencionados na referida nota, todos desaguão para o Puty, e hoje pertenceem à freguesia de São Gonçalo [grifo nosso]** (Relatório de Presidente da província do Piauí, 1867, p. 10).

Ao longo da carta, Albuquerque informava que essas supostas invasões se davam pelos padres cearenses que vinham a mais de oito anos atuando em vilas e fazendas pertencentes ao território do Piauí, estabelecendo uma relação próxima com os moradores que se tornavam seus paroquianos (Relatório de Presidente da província do Piauí, 1867, p. 10). Esse processo era percebido

como prejudicial para a administração de sua província que perdia, como ele mesmo afirmou no trecho acima, territórios localizados à margem do rio Poti. A preocupação com esse espaço, assim, estava ligada tanto à própria definição do limite, uma vez que durante o século XIX a política de *fronteira natural* ganhou destaque nas negociações oficiais, como também aos interesses envoltos no curso d'água.

Como explica Gabriel Pereira de Oliveira (2015, p. 17), é necessário compreender os rios como objetos de disputa, envolvidos numa trama de natureza e de poder que não estava relacionado apenas com o território em si, mas também, com as funções que, principalmente, os rios possuíam nesse momento. Isso porque, no Brasil, desde o período colonial, os rios foram transformados em canais de comunicação e circulação de riquezas, pessoas e mercadorias, por meio do qual era possível adentrar no território e chegar ao litoral a baixos custos e em segurança (Portz, 2020, p. 37). Deste modo, eles cumpriam tanto uma função de referência espacial, servindo como uma espécie de guia aos viajantes, como também garantiam a sobrevivência das pessoas e animais que estavam se deslocando (Reis, 2015, p. 38).

No entanto, para além da natureza, o governo piauiense perdia ainda as rendas advindas dos impostos que deveriam ser recolhidos por esses vigários. Segundo Jerlyane Dayse Monteiro esse processo era essencial no período aqui estudado, já que a estrutura orçamentária do Império havia deixado as províncias o recolhimento de impostos pouco rentáveis, fazendo com que fosse necessário alargar os tributos sobre os gêneros primários de exportação, as atividades comerciais e a propriedade urbana (Monteiro, 2014). Além disso, era indeclinável que seus agentes atuassem de forma eficiente, assegurando que os tributos fossem extraídos dos mais diversos pontos do território, para que as rendas suplantassem as despesas públicas. O que pode explicar o interesse dos presidentes do Piauí em recuperar esses territórios na década de 1860.

Isso porque, de acordo com diversas cartas enviadas pelos próprios vigários de Marvão, a região encontrava-se a anos abandonada pelos padres do Piauí que não compareciam todos os anos nas localidades próximas da fronteira para realizar as *desobrigas*, ou seja, o preceito obrigatório da confissão durante a Páscoa perdendo assim de receber os impostos (Relatório de Presidente da província do Piauí, 1868, p. 5). De acordo com Francisco Serafim de Assis,

> Não entra em duvida, que os antigos parochos d'esta freguezia, pela disproporcionada distancia, que havia de uma fazenda á outra, e de uma habitação à outra, naquelles tempos remotos fugiam de ir aos limites da freguezia, só por conceberem em suas ideas que o interesse não recompensava o trabalho, e só por esta razão foram abandonando aquelles logares, e d'aqui nasceu o motivo por onde aquelles parochianos, conhecendo o despezo, que d'elles fazia seu legitimo pastor, correram para aquelle parocho do Acaracú procurando d'elle o Pasto Espiritual (Anexo 3 do Relatório de Presidente da província do Piauí, 1868, p. 4).

A ação dos vigários, deste modo, abria espaço para os clérigos cearenses, a quem os moradores recorriam, sendo rapidamente atendidos, possibilitando que eles mantivessem os territórios em que estavam atuando, com apoio dos próprios moradores que passavam a contribuir com as rendas de sua administração. Assim, a percepção de que esses territórios estavam sendo invadidos normalmente não era compartilhada pelos padres de S. Gonçalo e os moradores que deixavam a freguesia de Príncipe Imperial. Posto que as mudanças costumavam ser uma escolha desses sujeitos, baseadas em suas necessidades e redes de sociabilidades que eram estabelecidas neste território, facilitadas pela proximidade geográfica. Mesmo porque, tratava-se de povoados vizinhos, localizados no interior do território cuja população possuía relações familiares.

Desta forma, a presença das autoridades cearenses estava ligada as relações que eram estabelecidas entre as comunidades fronteiriças que vivenciavam cotidianamente esse espaço, formando novas alianças. Isso porque, a proximidade geográfica entre os dois povos, proporcionada pelos limites, permitia a criação de um espaço comum, no qual a integração é um dado da vida. A fronteira, desta forma, é aqui compreendida, utilizando as ideias de Fábio Aristimunho Vargas (2017, p. 29), como um lugar, um espaço de socialização atípico, vivenciado em comum por pessoas diversas que nelas desenvolvem suas atividades cotidianas. Por meio desse entendimento, pretende-se compreender até que ponto os limites geográficos que o Estado defendia, existiam muito mais nos mapas e nas mentes dos intelectuais, do que de qualquer pessoa que lá vivia (Tagliacozzo, 2005, p. 47).

"Estado independente no estado": usos cotidianos do espaço e a fronteira como zona de refúgio

A percepção do local de fronteira como um espaço de integração apresentada acima, pode ser mais nitidamente compreendida a partir das notícias dos crimes que se desenrolavam nas comarcas de Ipu, Príncipe Imperial e Inhamuns, publicadas nos jornais e relatórios provinciais do Ceará e Piauí, durante a segunda metade do século XIX. Neles os moradores e membros da administração costumavam apresentar preocupações relacionadas a fácil passagem dos bandos armados pelas divisas, vendo-os como uma ameaça "a vida e a propriedade" (Reis Jr., 2014) dos habitantes de territórios pertencentes a diferentes jurisdições. Situação que dificultava a ação coercitiva do Estado.

Em 1848, essas preocupações foram destacadas em uma carta enviada pelo comandante do destacamento de Ipu, já na sua primeira semana de função, informando ao presidente da província do Ceará de um brutal assassinato que teria acontecido a dezessete léguas dessa localidade. Segundo ele

> [...] matarão a João Ribeiro Mello, a dous filhos menores, e a tres domesticos, sendo dous destes um menino e uma mulher, ferirão gravemente a uma moça filha do finado João Ribeiro, e um menino de outra familia [...] A noticia de um tal acontecimento chegou aqui as 11 horas do dia 19, e a essa mesma hora marchei seguindo os criminozos até a fronteira da provincia; porem **como adiante de mim já seguia uma tropa da villa de piranhas, a onde chegou primeiro a noticia das mortes,** e esta por hir montada já estivesse muito visinha dos assassinos, assertei em voltar por nada lucrar com a minha marcha pela grande distancia em que sempre estive dos fugitivos [...] Sem uma intelligencia de V. Exc. com os presidentes do Piauhy e Maranhão creio que as noças diligencias serão sempre perdidas [grifo nosso] (Jornal O Cearense, 1848, 10 de janeiro, p. 3).

Mesmo não sendo seu objetivo, os dados apresentados por João Baptista de Mello, demonstram, em primeiro lugar, como as relações sociais e familiares des-

consideravam os limites que as províncias pretendiam fixar a partir de um olhar político. Nesse caso, a notícias do crime chegou primeiro à vila do Piauí, onde moravam pessoas desta mesma família, do que as autoridades que seriam responsáveis por investigar tal situação. Em segundo lugar, como essas mesmas fronteiras eram utilizadas como rotas de fuga por aqueles sujeitos que estavam sendo procurados pelas autoridades. Estes se utilizavam do seu conhecimento sobre o espaço para se manter fora dos limites da província de origem, que ficava impossibilitada de agir por não ter jurisdição sobre o espaço.

No caso da serra da Ibiapaba, as próprias condições geográficas facilitavam esse processo, pois como explica James Scott, em seu livro *The Art of Not Being Governed*, aqueles fugidos da opressão do Estado tendiam a ir para o interior das matas e terrenos acidentados, onde esse poder não chegava, se mantendo geograficamente fora de seu alcance. Naquilo que ele denomina de zonas de refúgio (Scott, 2009). Deste modo, a região de fronteira era vivenciada de um modo único e atípico, possuindo relações ambíguas, uma vez que era, simultaneamente, um prolongamento e um contraponto a distintos espaços. Ou parafraseando Scott, "uma colcha de retalhos de identidades, etnias e amálgamas culturais" (Scott, 2009, p. 132). Situação que na visão das classes dominantes não se encaixava no projeto de construção da nação que era idealizado, se baseando nos limites geográficos rigidamente existentes (Guimarães, 2011, p. 158). Assim, para eles, era necessário estabelecer controle sobre toda essa região, fazendo a força policial alcançar esses bandos armados, incorporando as áreas de refúgio ao poder centralizado do Estado.

Darlan de Oliveira Reis Jr. ao tratar dos conflitos sociais na região do Cariri, apresentou uma discussão acerca das tensões, temores e ações, tanto da classe senhorial, como dos trabalhadores. Segundo ele, numa sociedade marcada por fortes desigualdades econômicas, escravidão, pobreza, discriminação das classes subordinadas e patrimonialismo, havia um permanente estado de tensão por parte das autoridades e por setores das classes senhoriais. Para esses a criminalidade demandava vigilância, pois os assassinatos, roubos e furtos ameaçavam a propriedade privada e vida dos moradores (Reis Jr., 2014).

Portanto, os discursos informando sobre a violência no interior do território, eram utilizados para defender o aumento do policiamento e das repressões principalmente nas áreas de fronteira. Esse era o caso de Ignacio Silveira

Motta, que ao assumir a presidência do Ceará, em 1850, apresentou como um de seus objetivos diminuir a criminalidade da região, tornando o local mais seguro. Para ele, o modo de conseguir isso era por meio das prisões dos fugitivos, o que demandaria superar a mobilidade entre a fronteira, ou melhor, se adequar a ela. Sendo assim, defendeu a necessidade de se estabelecer uma aliança entre as duas províncias vizinhas dando liberdade para adentrar o território fora da sua jurisdição quando estivessem perseguindo aqueles considerados criminosos. De acordo com João Cruz Abreu

> [...] ordenou aos commandantes dos destacamentos do Ipu e S. João do Principe que estabelecessem, em prasos fixados, correspondência regular com o delegado de polícia e comandante do destacamento do Principe Imperial, no Piauí. [...] estariam assim informados da direcção que tomavam os criminosos daquelle município limítrophe, os quaes costumavam asylar-se naqueles dois municípios do Ceará. **Procederiam de perfeito accordo, como se fossem autoridades de uma mesma provincia, e, certamente, com mais efficiencia. Mais habilitados ficariam, dessa maneira, a prestar as informações circumstanciadas, de que tanto carecia a presidência sobre o estado de segurança individual em um e em outro município [grifo nosso]** (Revista do Instituto do Ceará, 1924, p. 138).

O Estado, então, se faria presente nos espaços que eram utilizados como zona de refúgio do poder estatal fazendo valer a ideia de ordem e civilidade, que passava pelo conhecimento e domínio desse espaço. No entanto, o fato de Ignacio reconhecer a necessidade de as províncias possuírem uma jurisdição conjunta ao longo desse espaço de fronteira, a fim de conseguir chegar até aqueles considerados criminosos, demonstra como ele reconhecia a existência dessas redes de sociabilidade. De como o Estado, mesmo não concordando, precisava levar em consideração as relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço para concretizar seus projetos, superando os limites geopolíticos que ele mesmo tentava impor.

Todavia, é importante notar que tais medidas não foram desprovidas de conflitos. De acordo com os mesmos documentos, não era incomum que os moradores de vilas e povoados se colocassem contra a ação das autoridades de outras unidades administrativas, não permitindo sua entrada na localidade com a finalidade de proteger aqueles que se encontravam em fuga. Estes na maioria das vezes eram seus parentes e amigos. Como foi o caso da região de Inhamuns, representada nos jornais como "a eterna morada do crime" (Jornal Pedro II, 12 de outubro de 1850, p. 03). Escrevendo sobre o governo de Ignacio, Pedro Theberge afirmava que em 1850

> [...] **em seguimento d'estes criminosos veio de Piranhas para Tauhá**, em virtude do accôrdo que tinham tomado as duas provincias, de procurarem conjunctamente effectuar a captura dos autores d'estes attentados, um forte destacamento de tropa de linha do Piauhy; e, **entrando em território d'esta provincia, as autoridades do Tauhá recusaram-se a deixal-o continuar sua commissão, á prectexto de ter-se invadido este território sem participação alguma ás autoridades locaes.** Mas é certo que o commandante mandou participar ás autoridades de Tauhá [...] A familia Feitosa não sómente continuava na sua carreira de crimes, como acoitava por um futil pundonôr, todos os criminosos que iam implorar a sua proteção, **formando assim um estado independente no estado** [grifo nosso] (Théberge, 2011, p. 242).

Deste modo, as próprias autoridades locais, ligadas aos potentados, era quem impedia a ação idealizada pelos representantes do Governo, efetivando seu poder sobre esse espaço, que era interpretado a partir de modos alheios aos oficiais. Por meio de alianças com a população algumas famílias acabavam dominando regiões, agindo de acordo com seus interesses e necessidades, o que lhes concedia certa independência. De acordo com Ana Sara Ribeiro Cortez Irff (2022, p. 17), assustava aos políticos a percepção de que seus moradores tinham o controle e domínio sobre o território e como se contrapunham tão veemente aos interesses governamentais.

A ação do presidente, assim, era aplaudida pelos jornais do período, que o representava como "enérgico, justiceiro e inimigo do crime", aquele que libertaria a província do "espirito faccioso, que a desmoraliza" (Jornal Pedro II, 12 de outubro de 1850, p. 3). Mesmo existindo inúmeros casos de prisões que não se concretizavam, as notícias das fugas apareciam mais nitidamente nas matérias que informavam das prisões realizadas aos fugitivos, pelas autoridades da comarca em que eles se encontravam. Isso porque, como explica James Scott (2002, p. 13) "é extremamente raro que os oficiais do Estado desejem dar publicidade a insubordinação. Faze-lo seria admitir que sua política é impopular". Deste modo, falar dos feitos positivos, de como estavam conseguindo prender os considerados criminosos apesar das fugas, validava a ação passando uma ideia de ordem que era buscada nos discursos oficiais.

No caso dos limites entre o Ceará e o Piauí, não demorou muito até que os políticos cearenses se utilizassem das redes de sociabilidade, do discurso da violência e mobilidade entre as localidades, para defender suas pretensões sobre a comarca de Príncipe Imperial, reivindicando modificações nos limite[2]. Para eles, bastava "lançar as vistas sobre o mappa" (Anais do Parlamento Brasileiro, sessão de 15 de julho de 1871, p. 177) para ver que deveria fazer parte dessa província, visto que a Serra Grande, ou da Ibiapaba seria o limite natural. Já em 1836, José Martiniano de Alencar, afirmava no Relatório Provincial que

> He verdade da primeira intuição que a villa do Principe Imperial, pertencente a provincia do Piahy **deve ficar encravada nesta provincia tanto por ficar a quem da Serra Grande pela qual fixou a natureza os limites dessa provincia com aquella do Piauhy** pela parte do oeste, e estar mais próxima a esta capital, e mais distante de Oeiras, **como pela não pequena dificuldade, que tem aparecido em punirem-se os criminosos e conteremse os desordeiros** [grifo nosso] (Revista do Instituto do Ceará, Documentos Diversos, 1893, p. 222).

2 Em 1835, a camará municipal da vila de Principe Imperial enviou ao Parlamento um oficio reivindicando que essa localidade fosse anexada ao território do Ceará. Em 1871, o projeto volta a parecer, sendo proposto por deputados Cearenses. Anais do Parlamento Brasileiro, sessão de 3 de julho de 1835 e 15 de julho de 1871.

Nesse contexto, os mapas se tornaram um "instrumento de poder e do poder" (Raffestin, 1980, p. 145), servindo para legitimar essas reivindicações, uma vez que deles era tomado emprestado "o estatuto de verdade de seu suporte científico" (Peixoto, 2005, p. 23). Assim, as dificuldades encontradas pelo Estado para exercer seu poder sobre o espaço e as pessoas que neles viviam era utilizada como argumento para modificar os limites geopolíticos conquistando um território que já era do interesse da província, que recolhia impostos nessa região em virtude da ação das freguesias de S. Gonçalo e Tamboril.

Essas reivindicações se tornaram realidade, em outubro de 1880, quando o decreto 3.012, visando finalizar as desavenças e resolver as disputas que se desenrolavam tanto em Príncipe Imperial como na vila de Amarração no litoral, fixou a serra da Ibiapaba como o limite, definindo uma troca sobre os dois espaços em litígio (Souza, 2020). Deste modo, pensando que o espaço "é sempre um contingente de poder social, e a reorganização do espaço sempre é uma reorganização da estrutura mediante a qual o poder social é expresso" (Harvey, 2010, p. 233), a mudança na fronteira estava vinculada tanto aos interesses das elites provinciais, como das relações estabelecidas pelos moradores dessas regiões, que precisam ser consideradas nessa análise.

A anexação da comarca de Crateús, portanto, não teria sido apenas um efeito colateral proveniente da necessidade de um porto maior em Piauí, como muitos trabalhos fazem parecer, mas também, fruto de uma intensa e complicada rede de relações construídas entre os habitantes e com o próprio Estado desde o início da formação da comunidade imaginada. Relações estas que não eram contidas pelas linhas invisíveis, fazendo com que quase um século e meio após a modificação, essa divisa tenha voltado a ser objeto de litígio entre, agora estados. Envolvendo questões talvez ainda mais complexas, as relações entre os moradores e o território agora são levantadas pelos próprios sujeitos que vivenciam o espaço, uma vez que como afirmou a moradora Lídia Rodrigues, "a impressão é que se trata de uma questão política entre os estados, mas no meio disso tem gente" (Revista Piauí, 2023).

Considerações finais

Nesse sentido, tendo em vista os diferentes modos de perceber e vivenciar os limites das províncias ao longo do oitocentos, esse artigo pretendeu analisar como certas estruturas sociais e padrões de mobilidade física, longe de serem

aleatórios, estavam relacionados em grande parte com escolhas políticas que possibilitava aos grupos armados se manter geograficamente fora do alcance do Estado. Bem como, entender de que forma dentro do processo de construção de um Estado-territorial brasileiro desenvolvido pelos intelectuais oitocentistas, existiu também a "história apátrida deliberada e reativa" (Tagliacozzo, 2005), que direta, ou indiretamente influenciou na sua consolidação.

Cabe salientar, que não existe um grande número de trabalhos que se proponham a pensar os processos de construção do território nacional e de suas fronteiras a partir de longas disputas e conflitos sociais. Normalmente quando o fazem, costumam partir de uma perspectiva mais intelectualizada, analisando os objetivos políticos e jogos de poder que circunscreviam o teatro de representação cartográfica. Contudo, dificilmente, se inverte o ponto de vista, procurando pensar como os indivíduos que ocupavam esses espaços eram considerados nos projetos criados por esses intelectuais, ou interferiam na sua consolidação por meio de simples ações cotidianas e embates com o Estado.

De fato, existe uma gama maior de documentos que permite analisar as delimitações territoriais oficiais, uma vez que os vestígios deixados pelos estudiosos foram mais facilmente conservados por instituições e familiares. Enquanto isso, a maior parte dos trabalhadores, aparecem nos "registros históricos não tanto como atores históricos, mas como contribuidores mais ou menos anônimos para as estatísticas" (Scott, 2002, p. 11). O que torna mais difícil analisar as micro atividades, que por vezes são realizadas sem uma organização oficial. No entanto, esses mesmos documentos oficiais, podem indicar discussões além do que desejam transparecer às autoridades, possibilitando a realização de trabalhos como este.

A partir dessa perspectiva, ao longo desse artigo procurou-se analisar o litígio da fronteira entre o Ceará e Piauí, para além dos conflitos envolvendo a vila de Amarração. O objetivo foi não reproduzir o discurso comumente conhecido de que as disputas que resultam no Decreto nº 3.012, estavam vinculadas quase unicamente as necessidades piauienses de ter acesso a um porto marítimo. Nessa perspectiva, as experiências e conflitos anteriores, na maior parte das vezes, deixam de ser considerados, fazendo parecer que o território de Crateús, passou para o Ceará quase como um efeito colateral da luta do Piauí pelo litoral.

Deste modo, os esforços foram empenhados em investigar as dinâmicas sociais e relações de poder envolvidos na produção dos limites geopolíticos, percebido aqui como um lugar em si, um espaço comum e único de socialização, constituído a partir da proximidade geográfica entre diferentes povos (Vargas, 2017, p. 29). Trata-se de um estudo sobre como esse espaço era percebido e vivenciado pelos habitantes das vilas fronteiriças; de como a cartografia foi utilizada para defender projetos que não correspondiam ao território, preenchido por pessoas que construíam suas espacialidades.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontos; NEVES, Frederico de Castro (Org). **Capítulos de História Social dos Sertões.** Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

CARVALHO, J. M. A**. Construção da Ordem/Teatro de Sombras.** 2. ed. Rio de Janeiro: RELUME DUMARA, 1996.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor:** história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2022.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARLEY, B. **La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensayos sobre la historia de la Cartografia.** México, Fondo de Cultura, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

IRFFI, Ana Sara Cortez. "A Hinterlândia ainda era mais profunda do que nos tempos atuais" - o 'Alto sertão'e a produção do território no Império do Brasil. **História (São Paulo) [online].** 2021, v. 40.

MONTEIRO, Jerlyane Dayse. **Da Província à Corte: deputados paraibanos e a formação do Estado nacional (1831-1840).** Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em História, João Pessoa, 2014.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **O Rio e o Caminho Natural:** proposta de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

PEIXOTO, Renato Amado. **A Máscara da Medusa:** a Construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1980.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **O Fato e a Fabula:** o Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS JÚNIOR, Darlan. **Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense:** terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. Para além da Província no Papel: cartografias históricas e modernização do território cearense na segunda metade do século XIX. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos:** história e democracia, 2017.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes.** Campina Grande: UFCG, v. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun 2002.

SCOTT, J. C. **The Art of Not Being Governed:** An Anarchist History of Upland Southeast Asia. New Haven & London: Yale University Press, 2009.

SOUZA, Vládia da Silva. **As divisas interestaduais brasileiras:** uma análise sobre a permanência do litigio territorial entre Ceará e Piauí. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Fortaleza, 2020.

TAGLIACOZZO, Eric. **Secret trades, porous borders:** smuggling and states along a Southeast Asian frontier, New Haven & London: Yale University Press, 2005.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das Fronteiras Latino-Americanas.** Brasília: FUNAG, 2017.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PORTZ, Solange *et al.* **O Rio Paraná e a Dinâmica da Fronteira nos Séculos XIX e XX.** Pleiade, 2020, p. 37.

Os "senhores da história" e a invenção de um passado para a Província do Ceará (1859-1869)

Frank Adriano Oliveira de Sousa[1]

Resumo

Muito já se tem dito, escrito e problematizado a respeito da imbricada relação entre a formação dos Estados nacionais e a escrita da história no século XIX, Isso porque, na maioria dos casos, a história forneceu os argumentos temporais necessários à legitimação de discursos nacionais/nacionalistas (Hobsbawm; Ranger, 2021). No caso brasileiro, isso se verifica poucos anos após a sua independência (1822), com a criação, já no ano de 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (Guimarães, 2011). Foi por meio dessa instituição e de sua "retórica da nacionalidade" (Cezar, 2018) que se buscou amalgamar as partes provinciais a um todo nacional (Ramos, 2012). Nesse sentido, voltando o olhar para uma das partes envolvidas nesse processo, esta pesquisa busca analisar como se deu a inserção do Ceará no projeto de escrita da história nacional, notadamente entre os anos de 1859 e 1869, quando foram publicadas as primeiras narrativas historiográficas sobre o passado dessa província. Os textos em questão são: "Apontamentos para a história do Cariri" (1859) de João Brígido; "Ensaio estatístico da Província do Ceará" (1863-1864) de Thomaz Pompeu de Sousa Brazil; "História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850" (1867) de Tristão de Alencar Araripe e "Esboço histórico sobre a Província do Ceará", de Pedro Théberge, concluído em 1862 e publicado postumamente em 1869. Interessa compreender, portanto, o contexto de produção, circulação e recepção desses escritos, além de evidenciar quem eram os sujeitos envolvidos em tais empreendimentos e problematizar as disputas, ou seja, os consensos e os dissensos, em torno das diferentes leituras propostas para a história do Ceará. Desse modo, nossa metodologia consistiu na análise desses escritos a partir do cruzamento com outras tipologias de fontes, a saber: jornais, revistas dos institutos históricos, relatórios de admissão de sócios, etc. Tal

1 Graduado em História pela UECE/FAFIDAM. Especialista Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela UNILAB. Mestrando em História Social pela UFC. Bolsista CAPES.

procedimento tem permitido perceber até aqui, ainda que parcialmente, que a escrita da história atendeu, não só a criação e a manutenção do Estado nacional brasileiro, mas, sobretudo, as demandas e os interesses de suas elites dirigentes, tanto no que se refere ao Brasil, de um modo geral, quanto no que diz respeito à província do Ceará, em particular.

Palavras-chave: Estados nacionais; Escrita da história; Província do Ceará; Narrativas historiográficas; Passado.

Introdução

Muito já se tem dito, escrito e problematizado a respeito da imbricada relação entre a formação dos Estados nacionais e a escrita da história no século XIX. Isso se deve, em grande medida, ao papel que a história desempenhou no processo de elaboração de narrativas nacionais e/ou nacionalistas, notadamente ao fornecer-lhes os argumentos temporais necessários para a construção de seus mitos de origem (Anderson, 2008; Hobsbawm, 2013). Em contrapartida, pode-se dizer que foi através da ação dos Estados nacionais, tanto por meio da criação de cursos universitários especializados em história, quanto através do financiamento de diversos empreendimentos de pesquisas na área, que se garantiram as condições materiais favoráveis à própria profissionalização do ofício do historiador.

Contudo, como pensar essa relação (entre a formação dos Estados nacionais e a escrita da história) em países de passado colonial? No caso do Brasil, por exemplo, "a questão nacional emerge com vigor num quadro de identidade problemática. A ruptura com os laços tradicionais de dominação (os coloniais) implicava a construção de um novo Estado" (Moraes, 1991, p. 168). Não obstante, o Estado brasileiro nasce com a pretensão de dar continuidade aos ideais civilizatórios de seu antigo colonizador. Para José Carlos Reis:

> [...] o Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política. Os portugueses são os representantes da Europa, das luzes, do progresso, da

> razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores (Reis, 2007, p. 31).

Isso fica ainda mais evidente com a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Inspirado no Instituto Histórico de Paris (fundado em 1834), o IHGB pretendia, a um só tempo, "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos" (Schwarcz, 1993, p. 129). Com efeito, tratava-se de uma tarefa bastante complexa, sobretudo, porque implicava amalgamar as partes regionais, com suas demandas e diferenças, em um todo nacional (Ramos, 2012; Reis, 2007). Foi com esse intento, portanto, que o IHGB buscou congregar as províncias em torno da produção de histórias regionais, que contribuíssem, através de uma "retórica da nacionalidade"[2], para a elaboração de uma história geral do Brasil e, por conseguinte, para a manutenção da unidade de seu território.

Nesse sentido, a história deveria servir, fundamentalmente, para forjar um sentimento de pertencimento à nação ou, por outras palavras, para construir uma identidade nacional. É preciso lembrar, no entanto, que "a identidade nacional é uma construção política e cultural que não possui realidade objetiva fixa", sendo construída, portanto, a partir de "determinadas relações" que "estabelecem o ambiente que torna possível pensá-la", isso se dá "por intermédio de várias operações ideológicas", através das quais, "homens e mulheres, em situações muito diversas, passam a acreditar que estão unidos numa mesma comunidade, a nação" (Ricupero, 2004, p. 26).

Ocorre que aqueles que se autoproclamaram responsáveis por levar adiante o projeto de escrita da história nacional não só pertenciam, em sua maioria, à "classe senhorial"[3] como, via de regra, "ocupavam posições de destaque na

2 Por retórica da nacionalidade, Temístocles Cezar entende "um conjunto de estratégias discursivas que, malgrado a natureza dispersiva de seus elementos constituintes, foi utilizada para persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, compartilhavam um passado comum e, consequentemente, igual origem e identidade" (Cezar, 2018, p. 20).

3 Sobre os usos do conceito de "classe senhorial" Ilmar de Mattos esclarece que "quando operamos com o conceito de classe senhorial estamos operando com uma categoria histórica, e não com uma mera classificação que leva em consideração o lugar ocupado por um conjunto de indivíduos no mundo da produção e a relação que mantêm com uma outra classe fundamental [...] Assim, a natureza da

hierarquia interna do Estado" (Schwarcz, 1993, p. 133). Esse fato, segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, "desempenhará um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional" (Guimarães, 1988, p. 05). Significa dizer, portanto, que a elite intelectual brasileira privilegiou, em suas narrativas, a história justamente daqueles que se saíram como os vencedores do processo de colonização e cujo "legado" afinal ela mesmo era a herdeira. Tem-se, com isso, que

> Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos (Guimarães, 1988, p. 7).

Essa questão é particularmente importante na medida em que ensejou divergências entre os membros do IHGB, sobretudo em se tratando do lugar que os povos indígenas deveriam ocupar na caracterização da identidade nacional. Enquanto nomes, ligados ao romantismo, como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Domingos José Gonçalves de Magalhães defendiam que o indígena seria o legitimo representante da nação, Francisco Adolfo de Varnhagem, um dos principais historiadores daquela agremiação, se opunha veemente a tal ideia. De acordo com Temístocles Cezar, "[...] após ter perdido a ilusão romântica em relação aos índios, o historiador declarou que o homem tupi era 'egoísta', o 'bárbaro' é 'orgulhoso e independente', assim como ardiloso, dissimulado e desleal" (Cezar, 2018, p. 144). Vê-se, por suas palavras, que Varnhagem demonstrava verdadeira aversão à ideia de que os povos indígenas pudessem ter dado alguma contribuição à formação da identidade nacional. Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, "a Nação brasi-

classe e seus elementos de coesão – sua identidade, em suma – aparecem como resultados de experiências comuns vividas por determinados homens, experiências essas que lhes possibilitam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus, conforme nos ensina E. P Thompson" (Mattos, 2017, p. 16).

leira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do 'outro', cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção" (Guimarães, 1988, p. 07).

Nesse breve artigo buscamos compartilhar algumas reflexões acerca da inserção do Ceará no projeto de escrita da história nacional. Interessa-nos compreender, em síntese, como se deu o processo de elaboração das primeiras narrativas historiográficas para essa província. Para isso, procuramos responder, ainda que parcialmente, as seguintes questões: quem eram os sujeitos envolvidos em tais empreendimentos? Quais os consensos e dissensos em torno das diferentes leituras para o passado do Ceará? E quais os fatos e os personagens privilegiados nessas narrativas? Não se trata, no entanto, de reafirmar aqui o papel dos "grandes nomes" da história e da historiografia cearense, mas de problematizar o *lugar social*[4] ocupado por esses sujeitos e as condições que possibilitaram a emergência de seus textos.

Em busca de um passado para a província do Ceará

Até o início da década de 1860 o Ceará não tinha ainda sua história devidamente escrita. A "ausência de uma narrativa convincente para os temas de história cearense mobilizou diferentes intelectuais a estabelecerem as convenções aceitáveis sobre o começo histórico do Ceará e de sua trajetória no tempo" (Oliveira, 2001, p. 11). Com efeito, os primeiros textos a tratarem da história do Ceará foram publicados, quase que concomitantemente, entre os anos de 1859 e 1869. Trata-se respectivamente de *Apontamentos para a história do Cariri* (1859) de João Brígido; *Ensaio estatístico da Província do Ceará* (1863-1864) de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil; *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850* (1867) de Tristão de Alencar Araripe e *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de Pedro Théberge, concluído em 1862 e publicado postumamente em 1869.

4 Conforme nos lembra, Michel de Certeau: "Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam" (Certeau, 2020, p. 47).

É claro que esses trabalhos não devem ser compreendidos como um bloco homogêneo, coeso, tampouco harmônico, sobretudo, porque cada um desses textos têm suas próprias especificidades, que os particularizam uns em relação aos outros. Dessa forma, não trataremos aqui dos pormenores de cada uma dessas obras, o que decerto demandaria muito tempo, mas dos aspectos comuns, fundamentalmente, no que dizem respeito à *invenção* de um passado para a província do Ceará. Em suma, pensamos o conceito de *invenção* na perspectiva defendida por Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

> [...] invenção como a atividade básica do homem, como a atividade através da qual produz cultura, ou seja, como a atividade de significação do mundo, como a atividade de invenção de um mundo a sua imagem e semelhança, estamos nos referindo à atividade de dotação de sentido, de significação, de conceituação da natureza e de todos os eventos e formas que compõem o mundo para os homens, que constituem aquilo que percebem e nomeiam como sendo o real, a realidade (Albuquerque Júnior, 2013, p. 26).

Assim, de acordo Albuquerque Júnior, a história se caracterizaria como "a arte de inventar o passado", tendo em vista que este não seria um dado em si mesmo, inscrito na natureza ou num tempo imanente e universal, mas antes um produto da ação humana.

> Os homens inventariam a História através de suas ações e de suas representações. Esta expressão remete a uma temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto à busca de um dado momento de fundação ou de origem, como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo. O termo invenção, portanto, também remete a uma dada ruptura, a uma dada cesura ou a um momento inaugural de alguma prática, de algum costume, de alguma concepção, de algum evento humano (Albuquerque Júnior, 2019, p. 20).

João Brígido dos Santos, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Tristão de Alencar Araripe e Pedro Théberge pertenciam todos a uma mesma elite letrada, comprometida com a produção de conhecimentos, sobre o passado do Ceará e sobre seu território, que, conforme acreditavam à época, contribuiriam para inserir a província entre aquelas regiões do mundo tidas como civilizadas. Tanto Pompeu, quanto Araripe pertenciam a duas das famílias mais tradicionais do Ceará e ocupavam lugares de destaque entre os quadros da política imperial, chegando o primeiro a ocupar o cargo de Senador e líder do Partido Liberal no Ceará e o segundo, entre outros cargos, o de Deputado Geral pela mesma província. Seria difícil, no entanto, enquadrá-los em uma única atividade, visto que atuavam em várias instâncias da vida pública, dentre elas: a imprensa, a política, a docência, a pesquisa etc. No caso de João Brígido, pode-se dizer que ele se notabilizou, sobretudo, como jornalista e professor, embora também tenha ingressado na política, mas com menor projeção que Pompeu e Araripe. Pedro Théberge, por sua vez, era médico, nascido na França e radicado na vila de Icó desde 1845, onde exercia seu ofício, além de empreender várias incursões pelos sertões cearenses a fim de coletar documentos e informações sobre o passado e a geografia da província. Foram esses, portanto, os sujeitos que se ocuparam das primeiras narrativas acerca da história do Ceará.

Contudo, ainda que pretendessem estabelecer um marco fundador para o Ceará, essas narrativas não deixavam de divergir a esse respeito. Ao comentar esses primeiros escritos, em texto intitulado *A primeira vila da província: notas para a História do Ceará*, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, quando de sua fundação em 1887, João Batista Perdigão de Oliveira lamentava que "[...] esses escriptos discordem entre si, em diversos pontos, sem que seus autores apresentem comtudo as bases em que se fundam suas opiniões para tal divergência [...]" (Oliveira, 1887, p. 105). Para Perdigão de Oliveira esses trabalhos careciam de método, acabando por se restringirem às opiniões de seus autores. Para endossar seu argumento, escolhe citar como exemplo as divergências acerca da criação da primeira vila da província e conclui: "entre tantas e tão diversas opiniões, qual a seguir? De que lado está a razão? A quem assiste a verdade?" (*Ibdem*, p. 110).

O problema apontado por Perdigão de Oliveira evidencia duas questões importantes: a primeira delas se refere à delimitação exata de um "começo

histórico" para a província do Ceará, enquanto a segunda, por sua vez, diz respeito à necessidade do estabelecimento de métodos mais confiáveis para se chegar à verdade dos fatos. Para o historiador Almir Leal de Oliveira (2001, p. 130), o que estava em jogo, naquele momento, era a própria "definição do ofício do historiador", que "deveria ser capaz de dominar um instrumental específico de apropriação do passado" para dar legitimidade a seus textos.

A crítica de Perdigão de Oliveira se dava, sobretudo, em relação aos equívocos, as falhas procedimentais, as imprecisões cronológicas ou ainda a ausência de documentos que comprovassem essa ou aquela versão dos fatos. Isso porque na disputa em torno do passado "a arma mais poderosa é o documento" (Ramos, 2012, p. 75). Nesse sentido, segundo Almir Leal de Oliveira, "O primeiro trabalho que imprimiu aos documentos uma crítica mais metódica" foi *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*, de Tristão de Alencar Araripe. Publicado em 1867, esse trabalho "tinha como base a documentação da Câmara de Aquiraz, uma das primeiras vilas erigidas no Ceará" (Oliveira, 2001, p. 56). Assim, tem-se que a veracidade da narrativa de Araripe seria ratificada, segundo ele, por "documentos insuspeitos e cuidadosamente verificados" (Araripe *apud* Ramos, 2012, p, 75).

Para esses primeiros empreendimentos historiográficos, a maior dificuldade encontrada parece ter sido mesmo em relação à própria localização dos documentos. São recorrentes as queixas a esse respeito nas introduções dos trabalhos. Em *Apontamentos para a história do Cariri*, por exemplo, João Brígido se queixa que "A épocha precisa do descobrimento do Cariry tem sido um objecto de custosas indagações. Não existindo archivos publicos, onde se possa ir sondal-a, e sendo este um facto muito antigo para que a tradição o possa apresentar em sua inteira verdade [...]" (Santos, 1859, p. 3). Quando se localizavam os arquivos, no entanto, era o estado dos documentos que se colocava como obstáculo para a sua compreensão, como alude Araripe na introdução de seu livro: "[...] recorri ao archivo mutilado da antiga camara da villa do Aquiráz: ali em livros truncados, e quazi illegiveis por seu estado de deteriorização fui colhendo noticias dos successos dos primitivos tempos da provincia" (Araripe, 1867, p. XII). Diante desse estado de coisas, era comum a ideia de se apropriar dos documentos como uma forma de salvá-los da destruição, que seria causada tanto pelo descaso dos homens, quanto pela ação implacável do tempo:

> [...] quando me vi de pósse de tantas peças preciosas, entendi que não devia deixar que ellas se perdessem ou fossem destruidas pela acção roêdora do tempo, e em consequencia do pouco apreço que geralmente se dá aos papeis velhos nos archivos das Camaras, Matrizes, Cartorios e demais repartições publicas [...] (Theberge, 2001, p. XI).

Mesmo quando se tratava de trabalhos oficiais, encomendados pelas autoridades provinciais, como no caso de *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, as dificuldades quanto ao acesso aos documentos eram constantes:

> Uma das condições do contracto era que o governo me forneceria por via das diversas repartições e authoridades todos os dados que requisitasse, para por esses documentos officiaes organizar o meu trabalho. Formulei para isso modelos de mapas, e instrucções com uma serie de quisitos bem explicados, e depois de impressos, dirigi-os á todas as authoridades, já por mim, já por via da presidencia, que por tres vezes repetiu a remessa. Não obstante esses pedidos, e as recomendações do governo, não me foi possivel obter respostas nem á vigesima parte dos quisitos (Brasil, 1997, p. V).

Dificuldades à parte, esses trabalhos são considerados, até hoje, os pioneiros no que diz respeito à produção dos estudos históricos na província do Ceará. Sobretudo, porque cada um buscou, ainda que a sua maneira, situar o Ceará no tempo e no espaço. É bem verdade que as narrativas privilegiaram, como marco fundador da história do Ceará, a ação dos colonizadores na conquista do território. Entre os personagens responsáveis por esse começo histórico, a figura de Martim Soares Moreno despontaria, segundo Araripe, como "o verdadeiro fundador do Ceará, que deve honrar a memoria d'esse varão prestante como lançador da primeira pedra da grandeza futura do torrão cearense" (Araripe, 1867, p. 87). Imbuídos de uma visão eurocêntrica dos acontecimentos, era comum entre esses autores tratar os indígenas como um

obstáculo à concretização do processo de colonização, tida como inevitável. Por essa mesma ótica o extermínio desses povos era visto, por vezes, como um mal necessário à realização da ideia de civilização.

Nesse sentido, o discurso histórico buscou legitimar a tese, muito difundida à época pelas autoridades locais, da extinção dos povos indígenas. De acordo com Hugo Hruby, "a província do Ceará foi a primeira entre as do Império a negar a existência de índios inidentificáveis nas aldeias para se apoderar das suas terras em 1850. Durante cerca de quinze anos extinguiram-se vários aldeamentos no Ceará e nas províncias vizinhas" (Hruby, 2012, p. 42). Em *História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850*, por exemplo, Araripe defende a legalidade da colonização se utilizando de argumentos jurídicos:

> A nova raça, que avassalava o território brasileiro, não procedia contra a justiça, ocupando, e apropriando terras incultas e desaproveitadas; porque a propriedade simplesmente fundada na posse e ocupação, e não legitimada pelos característicos da habitação permanente e cultura efetiva, não podia, segundo as regras do direito civil e do direito das gentes, obstar, que o homem civilizado se apoderasse dessas terras, e as beneficiasse, adquirindo assim um titulo estável e seguro de propriedade (Araripe, 1958, p. 113-114)

Esses discursos acabavam justificando o extermínio dos povos indígenas, não apenas no passado, mas fundamentalmente no presente, corroborando, assim, com os interesses da classe senhorial cearense em despojá-los das terras que ainda lhes restavam, a partir de interpretações que afirmavam que eles desconheciam a noção de propriedade privada, o que lhes impediria de reivindicar a posse das terras que habitavam. Por essa lógica, as guerras de conquista se justificariam, desde seus primórdios, na medida em que colocavam "[...] de um lado, a lei, a civilização, a ordem, a autoridade, a religião", ou seja, "a sociedade branca e europeia, e, de outro, a barbárie, a sociedade local, dispersa em mil e uma cabildas, incapaz da ordem, da autoridade, pagã, num estágio [atrasado] de evolução [...] social [...]" (Odalia, 1997, p. 53).

Tratava-se, portanto, de uma escrita da história a serviço do poder, ou nas palavras de Michel de Certeau, de uma *escrita conquistadora*:

> [...] o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso do poder. É a *escrita conquistadora*. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever), fabrica a história ocidental [...] (Certeau, 2020, p. XI).

Considerações finais

Este artigo não teve como intenção aprofundar as questões inicialmente levantadas. Tampouco tratamos de oferecer ao leitor respostas definitivas para essas mesmas questões. Buscamos, antes, em face dessas inquietações iniciais, problematizar o papel desempenhado pela história na consolidação dos Estados nacionais. No caso do Brasil, especificamente, vimos como a criação do IHGB contribuiu para a delimitação das fronteiras territoriais, para a definição dos argumentos temporais e para a construção de uma identidade nacional. Desse modo, pode-se dizer que a manutenção da integridade do Império dependia diretamente dos estudos produzidos pelo IHGB.

Foi a partir desse esforço, em torno da escrita de uma história nacional, que o IHGB buscou incentivar, em cada uma das províncias, a escrita de suas respectivas histórias locais e/ou regionais. No Ceará, os primeiros textos sobre o passado da província, publicados entre os anos de 1859 e 1869, seguiram o mesmo padrão verificado nas narrativas historiográficas da época, sobretudo, no que dizia respeito à valorização da colonização portuguesa como marco fundador do Estado nacional. De igual maneira, essa historiografia buscou enfatizar, em seus textos, a prevalência do europeu em detrimento do indígena e do africano na composição da identidade nacional. Ao fazê-lo, projetou para o futuro não mais que um reflexo da história dos vencedores.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "**O morto vestido para um ato inaugural":** procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 6ª reimp. Trad. Denise Bottmam. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luíz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1. p. 5-27, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. 6ª ed. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história no Brasil:** diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012, p. 42.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema:** a formação do Estado Imperial. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas Sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 8, v. 4, p. 166-176. 1991.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914). São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula**: o Ceará na escrita da história. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

“Merece um “doido” apanhar? O caso da morte do popular “Cícero Doido” nos sertões de Caicó-RN (1960)”

Sérgio Medeiros de Almeida[1]

Resumo

Esta pesquisa propõe analisar a história da loucura a partir do caso e da repercussão da morte do popular Cícero Leandro da Silva, vulgo “Cícero Doido”, que viveu até o ano de 1960 nos sertões de Caicó, Rio Grande do Norte. A pesquisa buscará compreender como o então Jornal A Folha de Caicó e alguns livros de cronistas e memorialistas da região do Seridó repercutiram sobre o caso de sua morte e abordavam sobre as maneiras e as formas com as quais as pessoas que padeciam de algum tipo de transtorno mental/ ou psíquico eram tratadas pela sociedade daquela época. É importante salientar que como o Cícero vivia a perambular pelas ruas da cidade de Caicó, ao longo tempo foi se construindo todo um imaginário a respeito dele. Essa pesquisa surgiu de um dos tópicos da nossa dissertação defendida em 2022 e que através dela, foi possível perceber várias outras nuances da história da loucura, tendo em vista que foram usadas outras fontes, permitindo assim, construir um pouco da trajetória de vida do Cícero.

Palavras-chave: Loucura; Morte; Jornal A Folha.

No Jornal *A Folha*[2], em 21 de maio do ano de 1960, foi publicado o que seria o ‘obituário’ de, talvez, um dos cidadãos mais conhecidos de Caicó. Seu nome era Cícero Leandro da Silva, natural de Caicó, no Rio Grande do

1 Professor na Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Mestre em História-UFC.

2 O Jornal A Folha, que pertencia a Diocese de Caicó, “foi um periódico semanal de caráter noticioso e informativo, com seções variadas: religião, vida escolar, esportes, sociais etc.” (informações coletadas do primeiro volume do Jornal A Folha). Esse periódico começou a ser circulado em Caicó-RN, a partir do dia 06 de março de 1954, tendo como seu diretor e fundador o Mons. Walfredo Gurgel (pertencente a Diocese de Caicó), como gerente Inácio Valle Sobrinho e como seus primeiros redatores Genival Santos Medeiros e Levi de Assis Dantas. Atualmente esse jornal está disponível (em bom estado de conservação e armazenamento) para consulta na versão física no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) no Fundo da Diocese de Caicó na Série Jornal A Folha, bem como na versão digital por meio do site acervus.ufrn.br.

Norte, um homem branco, de aproximadamente 30 anos e pesando 55 quilos. Filho de José Leandro e Vicencia Leandro, era solteiro, se definia como católico, como quase todos os moradores de Caicó, e era analfabeto. Todavia, em seu 'obituário', nenhuma dessas características foram ressaltadas. Apenas foi comunicado, em tom quase galhofeiro, que teria morrido um 'famoso' 'doido' da cidade.

> **Faleceu o popular Cícero "Doido".**
> Em consequência desastrosa de ter sido surrado por um soldado da nossa polícia, faleceu nesta cidade no dia 16 deste, o conhecido popular Cícero "Doido".
> Cícero era uma figura exótica, que causava riso a muitas pessoas devido as suas pilherias loucas. Fomos informados que está sendo aberto rigoroso inquérito policial a respeito do bárbaro espancamento (Jornal A Folha – nº324– 21 de maio de 1960, p. 4).

Talvez uma das partes mais impactantes da vida de Cícero seja a sua morte. Por tal razão, a discussão em torno do 'louco' e da 'loucura', nesse texto, parta de seu falecimento. Cícero Leandro da Silva teve muito de sua definição, e mesmo a afirmação da narrativa como 'doido', a partir de sua morte. Em seu passamento, muito da definição de loucura foi reavaliada e apresentada não mais pela necessidade de ressaltar o perigo que suas ações, entendidas como atos de loucura, traziam para a sociedade, mas a excentricidade de seus atos. Nesse caso, tratava-se de um Cícero "doido" esvaziado, belo porque morto (Certeau, 1995).

Um pouco mais adiante no tempo, o professor Laércio Fernandes Monteiro no *Jornal A Folha* em 04 de junho de 1960, escreveu um pequeno enxerto intitulado, em letras garrafais, "CÍCERO O LOUCO",

> **CÍCERO O LOUCO**
> É pungente o drama real da vida do mártir "Cícero Louco".
> ERA INOFENSIVO
> Sua morada era a rua. Seu teto era o céu, dormindo ao relento. Às vezes era despertado por

> perversos que vinham surrá-lo. De pés descalços e barba grande pedia sobras. As pessoas de bom coração davam lhe trapos e restos de alimentação. Seus dias eram tormentosos Moleques vinham agredi-lo com insultos e pedradas.
> E... assim, era a trágica vida de Cícero.
> Ultimamente mandaram no à prisão e dessa prisão baixou ao Hospital do Seridó mortalmente enfermo, Mas... Deus promete... aquele para quem o mundo foi ingrato na eternidade será compensado.
> Laércio Fernandes Monteiro (Jornal A Folha – nº 254 – 04 de junho de 1960, p. 3).

O autor escolheu referenciar a morte do Cícero como um "mártir", afirmando como tinha sido difícil e trágica sua vida, que o mesmo "era inofensivo" e sua morada era a rua, e que às vezes ele despertado por pessoas que viam surrá-lo ou de "moleques" que vinham agredi-lo com insultos e pedradas, fazendo nos indagar: se o Cícero de fato era "louco", por que ele não revidava (com violência) essas más condutas das pessoas que o tratava mal e por que essas pessoas não recebiam nenhum tipo de punição? Para, além disso, o ator o descreveu como alguém que "de pés descalços e barba grande", que pedia sobras de comida as pessoas da cidade, e recebia, além de restos de alimentos, as roupas -os trapos, em sua percepção - que vestia.

Morto, Cícero foi lido como sendo "uma figura exótica" que causava risos a muitas pessoas devido as suas "pilherias loucas". Morto, Cícero Leandro ERA INOFENSIVO, em letras garrafais. Mas, apenas porque já era uma figura extinta, de quem se preservaria apenas memórias. Enquanto vivo, sobre ele pesou o julgamento e a exclusão da sociedade, bastante evidente tanto na vida, como em sua morte. O Inquérito Policial[3], aberto para apurar as circunstâncias da morte de Cícero Leandro, foi instaurado a partir do dia 16 de maio de 1960, justamente um dia após seu falecimento, em razão de comentários circularem na cidade de que a morte havia sido criminosa, por parte de policiais da cidade de Caicó. É o que aponta a portaria expedida na delegacia de Caicó:

3 Inquérito Policial da vítima Cícero Leandro da Silva, conhecido por Cícero Doido. Delegacia de Polícia: Labordoc: UFRN-Ceres, Caicó, RN, Caixa 276. 23 p. 27 maio 1960.

> Chegando ao conhecimento desta Delegacia de Polícia que faleceu ontem nesta cidade o débil mental Cícero Leandro da Silva, conhecido por "Cícero Doido", e como circule boatos de que a morte do mesmo teria ido causada por espancamento feito pela Polícia, determino que autuada esta, seja instaurado inquérito sobre o fato, submetendo-se o corpo a exame cadavérico, para o que nomeio peritos os Doutores Pedro Militão Soares de Brito e Francisco da Silva Gomes, os quais deverão prestar o respectivo compromisso.
> A. Cumpra-se.
> Delegacia de Polícia em Caicó, 16 de Maio de 1960.
> Edmilson Fernandes Holanda, Capitão (Delegado de Polícia)[4].

No dia seguinte ao falecimento, o inquérito foi instaurado e enviados os peritos a fim de avaliarem as circunstâncias da morte de Cícero. O exame cadavérico deveria responder a quatro quesitos: se houve morte; qual o instrumento ou meio que ocasionou a morte; qual a causa da morte; e se foi produzido por meio e veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel. O laudo apontou que examinando o cadáver de Cícero Leandro da Silva este apresentava: "rigidez cadavérica normal", o que confirmava sua morte. Quanto às circunstâncias declararam morte natural em virtude de uma "Caquexia pelagrose" e apresentando também anemia secundária. O laudo foi assinado pelo Capitão Edmilson Fernandes Holanda, Delegado; Pedro Militão Soares de Brito, Perito; Francisco da Silva Gomes, Perito; e Israel Víctor da Silva, Escrivão. Todos ligados à Polícia.

Também foi requisitado que fossem averiguados os relatos das testemunhas do processo, são elas: a Sra. Carminda dos Santos (sobrinha do Cícero), os senhores Pedro Araújo, Justino Dantas Filho e a Sra. Yolanda de Castro Gomes (enfermeira). Bem como os seguintes policiais: 2º Tenente Romildo Jorge da Costa, Cabo Armando Feliciano de Sá e os soldados Manoel Crispim da Costa e Luis Calos Ribeiro. Os relatos das testemunhas chamadas para

4 *Idem*, p. 03.

participarem do inquérito, contudo, trouxeram questões que colocaram em suspeição a morte de Cícero apenas por causas naturais.

A primeira pessoa a ser interrogada foi sua sobrinha, Carminda dos Santos. No dia 27 de maio ela compareceu a Delegacia de Polícia, onde estava o senhor Capitão Bento Manoel de Medeiros, Delegado Especial e presidente do inquérito e o escrivão da delagacia. Carminda respondeu, ao ser perguntada sobre o fato e motivos que causaram a morte do seu Tio, Cícero Leandro da Silva, conhecido por "Cícero Doido", declarou:

> [...] que no dia quinze do corrente mês, o seu tio Cícero Leandro faleceu em a sua casa de residência, isto porque já fazia uns oito dias que o mesmo estava acamado em virtude de viver há tempos doente; que o seu tio era louco e por isso era conhecido por Cícero Doido; que ultimamente o mesmo Cícero vivia com os pés inchados e bastante pálido [...][5].

Ainda acrescentou que, após o seu falecimento, algumas pessoas da cidade começaram a dizer que Cícero havia falecido em virtude de ter sofrido um espancamento por um soldado da Polícia. Carminda confirmou que Cícero "antes de falecer teve oportunidade de dizer a declarante que tinha sido preso nesta cidade/ durante três dias e na cadeia tinha sido espancado por um soldado que não sabia o seu nome, porem se fosse a sua presença reconhecia o dito soldado". Também asseverou ter sido informada

> [...] pelo senhor Dantas do Saneamento, que o mesmo havia socorrido Cícero após este ter sido solto e caiu em frente a casa de residência do mesmo Dantas, alegando / ter sofrido dito espancamento; que o mesmo Dantas ainda informou a declarante que havia prestado socorro a Cícero Doido e inclusive trocado a roupa do mesmo que estava molhada e suja de óleo ou piche; que o senhor Dantas ainda informou que Cícero dizia que tinha sido espancado e molha-

5 *Idem*, p. 11.

> do com uma mangueira quando estiver preso; que a declarante não se recorda em que dia Cícero foi detido, porém acha que foi na segunda quinzena de abril próximo findo[6].

Carminda, no entanto, terminou seu relato afirmando não acreditar no tio, "pois o mesmo as/ vezes era preso porque estava proferindo palavrões na rua e nunca soldado algum o espancou/". Em virtude de seu testemunho, o delegado mandou que fossem intimados para dar declarações naquele mesmo dia o Sr. Justino Dantas e a Sra. Yolanda de Castro Gomes, citados pela sobrinha de Cícero. O Sr. Justino Dantas Filho, conhecido como "Dantas".

Este, "brasileiro, com quarenta e sete anos de idade, casado, funcionário público estadual", declarou que

> [...] efetivamente em um dia de domingo parecendo-lhes ter sido primeiro de maio corrente, por volta das oito e trinta horas da noite, ele declarante estava em a sua residência justamente com sua família e enfermeira Yolanda de Castro Gomes; que nessa ocasião Yolanda ao sair dali para a Maternidade local, chamou a atenção do declarante para uma pessoas que estava gemendo próximo a calçada da maternidade; que então o declarante acompanhou a mesma até a calçada e ali verificou que tratava-se da pessoa de Cícero Doido que estava caído naquela/ calçada com as vestes molhadas e fedendo a creolina[7].

Dantas afirmou que Cícero pediu uma roupa e disse que estava "sentindo uma dor porque havia sido preso e um soldado na Cadeia ou Quartel lhe dera uma surra com uma mangueira e molhara a sua roupa". Adiantou que Cícero Leandro não sabia o nome do soldado. Dantas e Yolanda deram roupa e um lençol e que Cícero passou a noite na calçada e na segunda feira pela manhã, saiu para a área de uma casa desocupada, a mandado de José Dantas de Melo.

6 *Idem, ibdem.*

7 *Idem*, p. 12.

Nesta casa tomou café e o almoço e mais tarde Cícero retirou-se dalí e dalí não soube mais o seu paradeiro. Sendo ainda questionado acerca das informações dadas por Cícero, Dantas apontou

> [...] que não sabe informar e nem Cícero lhe disse quantos dias esteve preso; que dias depois Carminda, sobrinha de Cícero estava tirando auxílio pela rua dizendo que Cícero estava acamado em casa dela e precisava fazer um quarto para ele, tendo o declarante dado um auxilio para esse fim; que com dois ou três dias seguintes, o declarante soube que Cícero havia falecido; que antes de prestar socorro a Cícero naquela noite, teve a oportunidade de vê-lo e verificou que o mesmo andava doente, pois os pés já estavam inchados e a sua cor era bem pálida[8].

E, por fim, Dantas se esquivou. Disse não saber informar se na realidade Cícero Doido foi espancado por ocasião que esteve preso. E colocou toda a responsabilidade sobre Cícero quanto as alegações de que havia sido "espancado por um soldado quando estava preso e que o mesmo soldado molhava a sua roupa após lhe espancar com uma mangueira, e que na realidade o declarante viu a roupa do mesmo molhada". Contudo, afirmou não o ter examinado para ver "se estava com algum ferimento ou ronchas no corpo". Dona Yolanda corroborou a fala de Dantas, porém foi mais enfática. Procurou atrelar a fala de Cícero com a sua questão mental. Assim, afirmou ser "do conhecimento que Cícero além de ser louco, há tempos vivia doente e ultimamente demonstrava que o seu estado de saúde se agravava dia a dia".

Após o relato de todas as testemunhas e de ser divulgado o Laudo do Exame Cadavérico[9], no final do relatório do processo, foi "constatado que o Cícero havia tido uma morte natural em decorrência de alguma doença, e não por espancamento como havia sido divulgada em boatos pelas ruas da cidade" e no Jornal *A Folha*, sem apresentar "nenhuma" evidência de crime, fazendo com que o delegado solicitasse o arquivamento da denúncia.

8 *Idem*, p. 13.

9 *Idem*, p. 9.

A violência entendida apenas pelo espancamento propriamente dito esconde outros tipos de violência, como a psicológica e de restrição física, quanto a condições dignas de sobrevivência. O banho de mangueira relatado por Cícero Leandro com creolina por si só aponta para o tratamento violento dado a uma pessoa já debilitada. Posto que a alegação da causa da morte como *caquexia pelagrose*[10] aponta para uma perda de peso e de massa muscular acentuada, fraqueza e deficiências nutricionais, o que indica situação recorrente de insegurança alimentar. Também é necessário ressaltar a sua liberação para ficar na rua e ao relento. De forma que, aliada a sua confusão mental, ele não recebesse o crédito de suas alegações e morresse dias depois vítima de um sistema que se consolidava punitivo aos que não se adequassem aos padrões instituídos por aquela sociedade.

As falas das testemunhas, quando buscavam justificar suas afirmações, são indicadores do tipo de tratamento a que foi relegado Cícero Leandro e outros sujeitos em condições de vida semelhante. Há uma unanimidade em explicar ou assumir, de certo modo, que por ser "doido" era natural que a vítima vivesse nas ruas, em situação de mendicância. Como também na narrativa que justificava diversos encarceramentos de Cícero Leandro na cadeia pública porque ele por vezes proferia palavrões contra os 'cidadãos' de Caicó. A última testemunha ouvida, "Pedro Araújo, [um] brasileiro, com trinta e nove anos de idade, casado, comerciante, natural deste Estado, residente nesta cidade, a rua número trezentos e vinte e três, sabendo ler e escrever", chegou a relatar que

> [...] deparou-se com Cícero Doido que estava deitado no chão e ao avistar ele declarante disse o seguinte "ai seu Pedro Polícia malvada matou-me"; que então o declarante verificando que tratava-se de um louco não lhe fez pergunta alguma e nem verificou se o mesmo estava com as vestes molhadas; [grifo do autor] que no dia seguinte pela manhã, o declarante passando em frente a maternidade local, viu Cícero sentado na calçada, porém não procurou saber nada a

10 Caquexia significa "grau extremo de enfraquecimento", do grego kakheksía, "má constituição física, má disposição moral", e do latim cachēxia "constituição enfraquecida, saúde estragada; indisposição do estômago" (verbete retirado do Dicionário Houaiss).

> seu respeito, mesmo porque era acostumado a ver Cícero amanhecer o dia nas calçadas[11].

É marcado, ainda que de forma velada, a diferença entre testemunha, um cidadão de bem com profissão definida e endereço comprovado, e a vítima, cuja morte e falta de socorro era justificada por sua inadequação a realidade social que o envolvia. O senso comum reforçado pelas palavras de cada testemunha, as que buscaram ajudar e as que ignoraram, é que toda a situação precária de Cícero Leandro era justificada em virtude de sua "loucura" e pobreza.

Contudo, a mesma unanimidade e lógica dos depoimentos das testemunhas sugeriu outra realidade como algo possível nessas relações sociais: o espancamento da polícia que teria levado Cícero Leandro à morte. Nesse caso, é interessante considerar mais do que a denúncia do espancamento feito pela própria vítima, mas, sim, o fato dela reverberar nas falas dos moradores da cidade, o que indica que a acusação foi acatada como plausível por muitas pessoas diferentes. Indício de que, talvez, esse fosse um tratamento usual para os homens pobres classificados com algum sofrimento psíquico.

De qualquer forma, faleceu um 'doido' popular de Caicó. Cícero Leandro passaria, desde então, às páginas dos livros de memorialistas da cidade e em pontuais lembranças nas crônicas dos jornais citadinos. Junto com outros definidos da mesma maneira, comporia o quadro de lembranças lúdicas dos moradores de Caicó e arredores. Todavia, ao contrário do que contam tais referências, Cícero Leandro foi definido a partir do olhar do medo, do assombro e da desconfiança de uma sociedade que se esforçava por se mostrar moderna e sã.

Cícero Leandro da Silva passou a ser chamado de 'Cícero doido' e sua vida foi, invariavelmente, pautada por essa definição. A loucura foi o principal ponto de referência utilizado. As informações que se dispõem sobre ele estão sempre relacionadas ao seu 'estado mental', como repetem as fontes. De forma que fotos, registros médicos, inquéritos e tantos outros documentos se voltam à marcação de seu lugar na sociedade: o do louco; portanto, 'Ciço' "doido", retirando dele a identidade. Ou impondo a ele uma identidade com traços pejorativos.

11 *Idem*, p. 14.

Cícero Leandro, no entanto, tinha casa, família estruturada e sabia se locomover pela cidade. Ele tinha noção de quem era e demonstrou isso ao responder ao inquérito policial, quando preso sob a acusação de importunar moças jovens e famílias nas ruas de Caicó, e ao ser analisado pelo psiquiatra, em 6 de fevereiro de 1943, no Hospital de Alienados do Rio Grande do Norte, onde esteve internado por pelo menos dois anos. Suas respostas ao médico responsável indicam a noção de si e o conhecimento básico sobre questões relacionadas a sua vivência. Cícero deu as seguintes respostas, que constam em seu prontuário:

> Antecedentes hereditarios e colaterais
> Diz o doente: os paes são vivos, o pae é muito velho, que tem 7 irmãos todos sadios. Não tem parentes doentes do juízo. 6-2-43. Antecedentes pessoais (mórbidos e sociais). Diz o doente: não saber as doenças em creança. Não teve relações sexuais. Pedia esmolas para sustentar os paes que são velhos. 6-2-43. História da doença atual. Diz o doente: que a "canalha" o aperriava muito na rua quando ia pedir esmolas e o juiz o mandou para este Hospital. É tudo quanto se consegue do doente. 6-2-43.

Em suas respostas, Cícero Leandro apontou o que possivelmente fosse a questão crucial de sua internação/prisão: a pobreza. O tratamento de pessoas entendidas como loucas ou doentes mentais diferia conforme o status social da família a que o paciente pertencia. Isso era algo que de fato estava intimamente ligado ao projeto de Estado nação que permeou o governo Vargas e de seus sucessores, até que houvesse de fato no Brasil uma reforma psiquiátrica.

Conforme o médico psiquiatra Juliano Moreira, "os abastados e relativamente tranqüilos, eram tratados em domicílio e às vezes enviados à Europa [...]. Se agitados punham-nos em algum cômodo separado, soltos ou amarrados, de acordo com a intensidade da agitação".[12] Já no que diz respeito aos pobres, se considerados tranquilos, o autor aponta que, por vezes, vagueavam

12 Brasil. Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841. In: MOREIRA, J. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, vol. I, n. 1, p. 57, 1905.

pelas ruas das cidades. Todavia, os considerados agitados eram levados às cadeias "onde eram barbaramente amarrados e piormente alimentados muitos faleceram mais ou menos rapidamente".

Por ter os pais mais velhos, e pelo fato da família não dispor de recursos para manter Cícero sob cuidados, ele precisava frequentar o espaço das ruas para pedir esmolas e mesmo fazer serviços que garantissem algum retorno financeiro. Mas, nos momentos que Cícero Leandro não foi considerado tranquilo, a solução pensada foi a retirada das ruas para a cadeia ou para outra cidade. Em depoimento no inquérito que apurou a morte de Cicero Leandro, o 2º Tenente Romildo Jorge da Costa, mencionou que:

> [...] o respondente recebendo ordem verbal do mesmo Juiz para procurar pedir aos proprietários de caminhões uma passagem para mandar Cícero ir embora desta cidade, devido est na qualidade de louco andar proferindo palavras debaixo calão perante as famílias, não foi possível arranjar dita passagem, motivo porque Cícero permaneceu detido até o anoitecer do domingo primeiro de maio corrente[13].

Oda e Galdalarrondo (2004) apontam que no início do período de urbanização das cidades, primeiras décadas do século XX no Brasil, aumentaram as pressões sociais que exigiam o estabelecimento de restrições à livre circulação dos sujeitos considerados 'loucos'. Se observadas as fontes históricas que tratam de Cícero Leandro e a preocupação em controlá-lo, seja com prisão ou internação, é do período de crescimento da cidade de Caicó que, embora não se industrializando, passou a desenhar o espaço a partir da disciplinarização dos seus habitantes e das construções de prédios públicos, como o hospital e a cadeia.

Se observada com maior atenção, a notícia do jornal *A Folha* de 21 de maio de 1960, que abre esse tópico, aponta para uma atitude que ao longo do tempo parece perdurar no que concerne ao tratamento de pessoas entendidas como loucas, por não se adequarem ao modelo de sociedade idealizado por

13 *Idem*, p. 15.

determinados grupos, sobretudo no Brasil. A partir do título da notícia é possível sugerir que Cícero Leandro morreu sob circunstâncias criminosas, posto que o relato aponta ter ele falecido "em consequência desastrosa de ter sido 'surrado' por um soldado da cidade". Tendo, ao final da matéria, o cuidado de ressaltar terem sido "informados que já estava sendo aberto rigoroso inquérito policial a respeito do bárbaro espancamento".

Já na edição seguinte do jornal, do dia 28 de maio de 1960, como a direção ainda não havia recebido mais informações sobre o inquérito policial da morte do Cícero, em uma de suas colunas principais do periódico - onde trazia crônicas de alguns padres falando sobre diversos assuntos - trouxe uma crônica com um título bem sugestivo "*Merece um doido apanhar?*", escrito pelo Padre Antônio Balbino. É importante destacar que o referido padre era sacerdote da Diocese de Caicó e famoso por suas crônicas contundentes no Jornal *A Fôlha*, em que reclamava o descaso dos governos estatal e nacional, bem como da má conduta dos caicoenses. Seus escritos sobre a pobreza foram discutidos por Pedro Henrique Santos de Almeida no livro Enunciar para Dominar: uma análise dos discursos da Diocese de Caicó no jornal A Fôlha (1960-1968). Pedro de Almeida chega a afirmar que o Pe Balbino, em algumas crônicas, "volta sua crítica ao sujeito pobre, insinuando ser a 'moleza' uma característica cultural brasileira presente entre essas pessoas, que estariam 'conformadas com sua desgraça e miséria', como que coniventes com seu destino" (Almeida, 2020). No caso da crônica feita por ocasião da morte de Cícero Leandro a pobreza ficou em segundo plano, a "loucura" foi a tônica da escrita.

Na crônica em questão, "*Merece um doido apanhar?*", o autor teceu e expressou fortes críticas a respeito do que havia acontecido em relação à morte de Cícero Leandro, que ainda naquele momento, cerca de quinze dias depois, não se tinha um parecer da polícia. No decorrer da crônica o padre faz algumas relações do estado mental e da conduta que tinha o Cícero com passagens da Bíblia, afirmando que pessoas como ele não mereciam ser espancadas ou tratadas mal pela população, tendo em vista que segundo a moral cristã (o discurso religioso), "*o louco era um irresponsável*" e "*nem respondia por suas atitudes nem diante de Deus, por não ter consciência de seus atos, nem muito menos diante da Justiça*" (Balbino, 1960, 3). Ainda afirmou que Deus mandava, em seus mandamentos divinos, amar o próximo como a si mesmo", sendo

que as pessoas tidas como "loucas ou débeis mentais" são as que sempre eram as vítimas nas ruas e praças, de insultos, grosserias, pedradas e até de surras e cacetadas daqueles que ocupam um posto, vestem farda e recebem um salário para manter a ordem na sociedade, prendendo os malfeitores e castigando os desordeiros"; nesse trecho fica evidente a dura crítica que o Jornal *A Folha* estava fazendo à atuação da polícia militar na cidade de Caicó.

> Já é a segunda vez que em Caicó acontece morrer um louco como vítima de espancamento e maus tratos. Conforme nos ensina a moral cristã um louco é uma pessoa irresponsável. É uma criatura que não responde por suas atitudes nem diante de Deus, por não ter consciência de seus atos, nem muito menos diante da justiça que só existe para reprimir os desmandos e verberar os malfeitos daqueles que são senhores de suas ações (Balbino, 1960, p. 3).

Outro ponto que deve ser discutido diz respeito a informação de que já era a segunda vez que em Caicó acontecia de morrer um "louco" como vítima de espancamento e maus tratos, abrindo a oportunidade para buscarmos mais informações sobre o porquê e quem havia sido a outra pessoa que morreu por espancamento e maus tratos naquela época. O autor ainda, faz uma analogia à maternidade, mostrando que "a mãe louca e alucinada é sempre para o filho a sua mãe e o filho acorrentado e preso é sempre um filho para o coração materno" (Balbino, 1960, p. 3). E defende que as pessoas tidas como "loucas" possam viver às soltas nas ruas e praças da cidade e que de forma alguma "o remédio" não era exterminá-los com surras e cacetadas como se esses "pobres miseráveis" fossem "feras humanas sem alma e valor".

> Mas, agora perguntamos nós, merece um doido apanhar? Onde está a responsabilidade de um débil mental pelos nomes feitos que profere ou mesmo pelas ações desvairadas que pratica nos momentos em que serve de palhaço maluco e objeto de gracejo para as pessoas sem educação e sem caridade cristã? Desde que se prove perante o conceito e a estimativa da sociedade que

> u homem não é equilibrado pelas suas atitudes e palavras sem compostura, porque atribuir-lhe responsabilidade pelas suas loucuras e desvarios? Se os loucos não podem viver às soltas pelas ruas e praças de nossa cidade o remédio não é exterminá-los com surras e cacetadas como se esses pobres miseráveis fossem feras humanas sem almas e valor (Balbino, 1960, p. 3).

Como é perceptível, o padre fazia vários questionamentos em relação ao modo como a sociedade tratava aquelas pessoas com características semelhantes ao o Cícero, e que nesse caso, elas não eram poderiam ser responsáveis por seus atos; gerando assim mais uma disputa de discursos em relação à conduta do Cícero, nesse caso, um discurso religioso, que o tentava enquadrar como fosse um "ser irresponsável" - no sentido de inculpável - por seus atos perante a fé cristã e a Justiça.

Ao final da crônica o padre afirmou que situações como a que pode haver acontecido com Cícero não eram evidências de que aquela sociedade estava se modernizando, e fez uma solicitação às autoridades públicas para construir em Caicó asilos para os "*pobres e irresponsáveis loucos... criaturas humanas, filhos de Deus*", pois os mesmos mereciam "um abrigo para morar sossegados, longe dos insultos das pessoas sem formação e das surras de cacetes policiais". Nessa última passagem deixou entrever que a questão da inexistência de uma instituição para assistência e acolhimento, naquela época em Caicó e na região do Seridó, para pessoas com o perfil semelhante ao do Cícero, era de grande necessidade.

Mas não apenas isso, é sugerido no discurso de Pe Balbino a mesma ideia que reverberava no Brasil desde o século XIX: os "doidos" não poderiam permanecer entre os sãos. Essa ideia foi defendida no Brasil pelo médico francês, naturalizado brasileiro, Joseph François Xavier Sigaud, na obra *Du climat et des maladies du Brésil*, que auxiliou na fundação do Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1852. O médico salientava que

> [...] os doentes mentais deveriam ser tratados em separado dos demais doentes, assim como a compreensão de que o contato com pessoas sãs

> era prejudicial tanto para a sociedade, que se via exposta ao perigo de um ataque de fúria, como para o tratamento médico dos próprios alienados, que ficavam expostos às represálias de elementos da sociedade (Gonçalves, 2013, p. 3).

Assim, ou porque o "louco" era perigoso à sociedade, ou porque a vida social era um risco para os "loucos", tirá-los da rua era a única solução possível, o que terminava por reforçar, ainda que sobre uma capa cristã, a condição de 'inválidos desses homens.

O último volume do Jornal *A Folha*, que fez referência à morte do Cícero, foi datado em 11 de junho de 1960, pois foi quando a direção do Jornal recebeu, na íntegra, da polícia local, enviado pelo Capitão Edmilson Fernandes, Delegado de Caicó, o Relatório do Inquérito Policial instaurado sobre a morte do Cícero.

Na descrição que fez o Delegado Especial pelo Inquérito o Capitão Bento Manoel de Medeiros, que afirmou que pelo que foi averiguado no inquérito, ao escutar todas as testemunhas do processo e após a realização do exame cadavérico, revelou que o "infortunado Cícero Leandro da Silva, conhecido vulgarmente por "Cícero Doido" faleceu de morte natural e não por espancamento, como estava sendo comentado nesta cidade." E, logo em seguida, o delegado encerrou o inquérito e o remeteu ao poder judiciário local. Relatadas essas informações, percebemos que a direção do jornal após receber o relatório do inquérito, deu por encerrado a discussão, e que posteriormente se isentou de qualquer comentário sobre o ocorrido e não fez mais referência à morte ou vida do Cícero.

Sua morte foi alardeada 'pelos sete cantos da cidade de Caicó'; numa tentativa de evidenciar e denunciar o quanto a violência policial se fazia presente naquela sociedade; já que ao longo de sua vida, nas diversas vezes em que ele havia sido preso ou internado, os órgãos de controle social e da justiça, mantiveram tudo em sigilo, para não evidenciar essa ferida social presente no cotidiano pacato daquela cidade interiorana.

É trágico e triste pensar que a cidade de Caicó, que por muitos sempre foi vista como um lugar de defesa e preservação dos costumes, dos valores morais e cristãos, tenha tratado, por diversas vezes, a pessoas, com perfil semelhante

ao Cícero, de forma tão excludente e até mesmo usado de atos autoritários e violentos, para retirá-los dos espaços públicos e sociais, como uma forma de controle social, limpeza higiênica ou até mesmo de zelar pela "boa imagem" dos ares da modernidade que vivenciava a cidade.

Pela forma como foi evidenciada nas fontes e nos autores abordados desse trabalho, a loucura, ao longo do tempo foi sendo definida segundo as circunstancias e os valores que as sociedades tinham como marcadores de civilização. E na maioria das vezes, aqueles que apresentassem características desviantes da normalidade foram vítimas do ódio e da exclusão.

Portanto, esperamos que a história de outros "Cíceros" possam ser pesquisadas, para que assim, a história dessas pessoas, que ao longo do tempo foram invisibilizadas, estigmatizadas e enclausuradas em hospitais, prisões e hospícios sejam contadas e escritas, mostrem o quão o ser humano precisa ainda aprender a respeitar, amar, acolher e incluir.

Referências

ALMEIDA, Pedro Henrique Santos de. **Enunciar para dominar:** uma análise dos discursos da Diocese de Caicó no jornal "A Fôlha" (1960-1968). Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

ALMEIDA, Sérgio Medeiros de. **A LOUCURA ESTÁ NA RUA:** PRÁTICAS E DEFINIÇÕES SOBRE A LOUCURA EM CAICÓ-RN (1926- 1960) / Sérgio Medeiros de Almeida. – 2022. 119 p.

BALBINO, Antônio. "Merece um doido apanhar?". **Jornal A Fôlha**. Caicó. 28 de maio de 1960. Ano VII, Número 325, p. 3.

BRASIL. Decreto no 82, de 18 de julho de 1841. *In:* MOREIRA, J. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins**, v. I, n. 1, p. 57, 1905.

FALECEU O POPULAR. Cícero "Doido*"*. **Jornal A Fôlha**. Caicó, 21 de maio de 1960. Ano VII, Número 324, p. 4.

INQUÉRITO Policial da vítima Cícero Leandro da Silva, conhecido por Cícero Doido. **Delegacia de Polícia:** Labordoc: UFRN-Ceres, Caicó, RN, Caixa 276. 23 p. 27 maio 1960.

MEDEIROS, Bento Manuel de. Inquérito Policial – Morte de "Cícero Doido". *In:* MEDEIROS, Bento Manuel de. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 11 de junho de 1960. Ano VII, Número 255.

MONTEIRO, Laércio Fernandes. CÍCERO O LOUCO. **Jornal A Fôlha**. Caicó. 04 de junho de 1960. Ano VII, Número 254, p. 3.

Da imprensa ao TikTok: como situar o leitor contemporâneo?

Aline Maria Lepick Chamone[1]
Yohana Tôrres Monteiro[2]

Resumo

A prática da leitura silenciosa tal qual a conhecemos hoje está relacionada às transformações subjetivas e sociais que podem ser situadas historicamente. Dessa maneira, o ato de ler enquanto prática cultural delineia-se através de elementos sócio-históricos presentes no cenário social. Neste artigo propomos tratar da figura do leitor a partir de perspectivas teóricas que traçam sua história e debruçar o olhar sobre fenômenos contemporâneos. O recorte se dará, sobretudo, em analisar como a presença da temática da leitura dentro da rede social TikTok atrai jovens e adolescentes e revela números expressivos na hashtag BookTook que acumula bilhões de visualizações sobre as recomendações literárias dos usuários denominados "booktokers". Sendo assim, o trabalho buscará pensar sobre a construção histórica do leitor, da leitura e articular as demandas do presente à questão da leitura e de seus agentes.

Palavras-chave: História do leitor; Leitura; Tiktok; Livros.

Introdução

Não é incomum que a leitura esteja associada à imagem de alguém em um ambiente mais ou menos tranquilo, regado a silêncio, exercendo uma operação quase estática na qual há, apenas, os pequenos movimentos dos olhos e do virar das páginas de um livro aberto. Essa leitura silenciosa, compenetrada, atividade que a condição humana permite realizar, não nasceu pronta, mas como toda atividade humana, a leitura passou por transformações desde seu surgimento até os dias atuais com seus múltiplos suportes e modos de ler pos-

1 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista de doutorado do CNPq.
2 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista de doutorado da FUNCAP.

sibilitados pelo desenvolvimento tecnológico que acrescentou à tela digital o que anteriormente esteve restrito, sobretudo, ao papel impresso.

Os lugares da leitura e as formas de ler se modificam e se transformam, porém, ao mesmo tempo, o próprio ato de ler permanece em si. Há algumas décadas, o meio impresso deixou de ser o único formato possível para acessar textos, por conseguinte, a forma de consumir estes textos também passa por alterações.

Este artigo se propõe a trabalhar com a história da leitura, realizando uma pequena síntese e abordar de modo exploratório um fenômeno recente: o espaço que os livros e a literatura ocupam na rede social TikTok por meio dos chamados booktookers, adolescentes e jovens leitores que utilizam essa mídia para compartilhar suas leituras e produzir vídeos sobre suas rotinas literárias.

Alguns aportes teóricos foram utilizados para que possamos tentar trazer um olhar histórico para a prática da leitura, bem como, realizar uma análise de caráter exploratório de um fenômeno contemporâneo em que o ato de ler e o uso das redes sociais se misturam e se intercruzam:

Bourdieu e Chartier (2011) vão apontar para a importância de historicizar a leitura como um modo de objetivar a análise a respeito de sua prática.

Cavallo e Chartier (1998) revelam a construção histórica da leitura no cenário do mundo ocidental, sobretudo, a partir do advento da difusão da leitura silenciosa, após o século XV. Além de exporem uma síntese introdutória da história da leitura no ocidente.

Manguel (1997) e Lajolo e Zilberman (2019) também trabalham a perspectiva histórica sobre o tema da leitura.

Elias (1993) e Figueiredo e Santi (2008) vão servir de apoio para pensar através da Sociologia e da Psicologia respectivamente, as condições subjetivas que são construídas social e historicamente e das quais as práticas socioculturais não podem ser descoladas.

De Jouve (2002) será utilizada a definição de leitura a partir do viés dos estudos linguísticos.

Canclini (2008) nos mostra como o leitor da era digital não é mais o mesmo e nos coloca diante de novos hábitos culturais.

Por fim, Agamben (2009) discutirá a questão do que é o contemporâneo e a partir de sua compreensão será realizado uma breve análise desse fenômeno super recente – o uso da rede social tiktok como espaço de troca para leitores e leitoras que a partir da linguagem das redes sociais expõem suas leituras e criam uma categoria de busca de livros "famosos no tiktok".

Assim, colocamos as questões que motivaram a escrita deste artigo: Como situar o leitor contemporâneo? O que se atualiza? O que permanece? O que se altera?

A partir dessas perguntas, estabelecemos a necessidade de buscar a história da leitura para poder compreender como chegamos até o momento atual, em que outros suportes, além dos impressos, fazem parte da vida diária de leitores e leitoras. Para além disso, buscamos voltar nosso olhar para o presente imediato e nos aventurar a pensá-lo para tentar refletir sobre o que é relevante ter em conta quando se vai trabalhar com práticas de leitura na contemporaneidade.

Historicizar para objetivar os estudos sobre o ato de ler

Há um debate entre o sociólogo Pierre Bourdieu e o historiador Roger Chartier acerca da leitura como uma prática cultural, no qual, dentre os pontos levantados pelos respectivos autores, com base em seus campos de conhecimento e pesquisa, eles destacam a essencialidade de trazer a perspectiva histórica ao se trabalhar com a temática da prática da leitura. Desse modo, Bourdieu salienta que:

> Historicizar nossa relação com a leitura é uma forma de nos desembaraçarmos daquilo que a história pode nos impor como um pressuposto inconsciente. Ao contrário do que se pensa comumente, longe de relativizar ao historicizá-la, também nos damos um meio de relativizar sua própria prática, portanto, de escaparmos da relatividade. Se é verdade o que eu digo da leitura é produto das circunstâncias das quais tenho sido produzido enquanto leitor, o fato de tomar consciência disso é talvez a única chance de escapar aos efeitos dessas circunstâncias (Bourdieu, 2011, p. 233-234).

Parece interessante ressaltar os argumentos trazidos por Bourdieu, uma vez que pesquisadores e pesquisadoras que lidam com o tema da leitura, vão tratar de um assunto do qual eles e elas costumam praticar intensamente, e, por isso, já há uma série de valores atribuídos à essa prática por seus próprios investigadores. Do mesmo modo, enquanto leitores, muitas vezes dedicados, já temos muitos modelos e modos de como e do que se ler estabelecidos em nossas trajetórias.

Chartier (1998, p. 235), ainda reforçará a afirmação de Bourdieu, colocando que a história da leitura "pode ser um dos meios de objetivar nossa relação com esse ato". É claro que esse não é o único argumento para a importância da história da leitura para pesquisas que abordam essa temática, mas nos pareceu pertinente trazer esse aspecto com alguma centralidade para destacar a relevância dessa dimensão histórica quando se vai realizar investigações nos quais há movimentos em torno do ato de ler.

Ler: atividade complexa em transformação

> No momento em que o primeiro escriba arranhou e murmurou as primeiras letras, o corpo humano já era capaz de executar os atos de escrever e ler que estavam no futuro (Manguel, 1997, p. 4303).

A leitura, segundo o linguista Jouve, é uma "atividade complexa, que se desenvolve em várias direções" (2002, p. 17). Essa breve definição, incorpora à leitura a ideia de que ela é uma ação, algo que exige uma atuação, logo, um agente e a adjetiva a partir da ideia de uma prática complexa. Cavallo e Chartier (1998, p. 8) partem da seguinte noção: "A leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é o uso do corpo, inscrição dentro de um espaço, relação consigo mesma ou com os outros".

A atividade da leitura nem sempre foi realizada da mesma forma ou ocupou uma mesma posição no cenário social. De acordo com Lajolo e Zilberman (2019), o surgimento do leitor tal qual nos habituamos a conceber, está atrelado a fatores como o desenvolvimento da imprensa, à expansão da escola

(e, consequentemente um aumento no número de pessoas alfabetizadas), assim como, à valorização da privacidade no âmbito doméstico e familiar. As autoras ainda assinalam que há uma intensificação do gosto pela leitura no interior das famílias burguesas. A leitura como uma atividade silenciosa e privada parece corresponder às próprias transformações históricas e subjetivas. Um exemplo ilustrativo pode ser o das moradias burguesas, nas quais o âmbito privado é altamente valorizado, diferente, por exemplo, das casas dos cortesãos franceses, as quais revelavam a importância da vida social compartilhada com os outros indivíduos de corte[3].

O sociólogo Norbert Elias ao tratar do processo civilizador relacionado aos livros e à prática da leitura, tendo as sociedades burguesa e de corte como objetos de análise, aponta que:

> O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los. Na sociedade de corte, porém, o livro ainda não desempenha o mesmo papel que na burguesa. Na primeira, o convívio social, o mercado de valores de prestígio, formam o centro da existência de cada pessoa. Os livros são usados menos para a leitura no gabinete ou em horas solitárias de ócio, retiradas do horário profissional de cada um, do que como assunto de conversa no convívio social, fazendo parte e dando continuidade à conversação e aos jogos sociais ou, tal como a maioria de memórias que têm a corte como objeto, servindo de substituto à conversa, formando diálogos em que, por uma razão ou outra, falta o interlocutor (Elias, 1993, p. 214).

Podemos considerar a leitura como uma atividade em que tanto as técnicas de produção do suporte a ser lido, como o ato de ler e de escrever, vão

3 O sociólogo Norbert Elias trabalhou magistralmente essas diferenças no capítulo III - *Estruturas de habitação* no livro *A Sociedade de Corte.*

se alterando e estabelecendo relação com outros fatores da conjuntura social. Há aspectos objetivos e subjetivos que perpassam as formas, os modos de ler e fazem parte de toda a trajetória histórica dessa ação humana. Se por um lado, um evento como a expansão da imprensa por meio da invenção de Gutenberg, amplia um mercado de produção e venda de livros, por outro é preciso que exista um sujeito capaz de ler, alfabetizado, com um certo grau de disposição interna para realizar o ato de ler, essa é a "regulação das paixões" da qual Elias se refere na citação acima. Ainda que as práticas leitoras dentro de um mesmo contexto não sejam exatamente as mesmas, é possível assinalar as regularidades e desvios da norma. Isso também aponta para a complexidade que a atividade de leitura compreende e esse aspecto fará parte de sua história.

Os historiadores Cavallo e Chartier (1998) vão indicar algumas transformações fundamentais para a história da leitura do mundo ocidental a partir do final da Idade Média e que influenciam diretamente a Era Moderna:

A mais relevante, relacionada à técnica, já citada, foi a invenção da imprensa, no século XV, que altera profundamente a produção do livro, uma vez que antes disso, a confecção de livros era feita de modo manuscrito. A imprensa vai adicionar a possibilidade de fabricação dos livros em uma escala bem maior.

> Por baixar muito o custo da fabricação do livro, dividido pela totalidade dos exemplares de uma mesma tiragem, por abreviar a duração de sua fabricação, que era longa ao tempo do manuscrito, mesmo após a invenção da *pecia* e a divisão do livro a ser reproduzido em cadernos separados, a invenção de Gutemberg permite a circulação dos textos numa escala antes impossível. Cada leitor pode ter acesso a um número maior de livros; cada livro pode atingir um número maior de leitores (Cavallo; Chartier, 1998, p. 26).

Os autores, ainda, demarcam três revoluções da leitura entre a Idade Moderna e o século XX para a história da leitura ocidental: leitura silenciosa, leitura individual e leitura digital. A leitura silenciosa tornou-se uma norma

interiorizada e uma prática difundida a partir do final da Idade Média. Não significa que a leitura silenciosa não tivesse sido jamais praticada antes desse período, Manguel (1997) destaca um trecho das *Confissões* de Santo Agostinho em que o bispo de Hipona mostra uma certa surpresa ao descrever Santo Ambrósio lendo em silêncio já no ano de 383 d.C.

Cavallo e Chartier (1998) vão ressaltar que um dos propulsores da prática silenciosa está relacionado a função que a escrita assume no modelo escolástico ao trazer o livro como "objeto e instrumento do trabalho intelectual" (idem, p. 27), isso nos séculos XII e XIII. A leitura silenciosa tem raízes, desse modo, em períodos que antecedem a Idade Moderna, no entanto, essa prática se intensifica a partir do século XV e vincula-se a outros fatores como o crescimento da alfabetização, o desenvolvimento da individualidade, do âmbito privado, aumento da escolarização, mudanças na produção escrita, entre outros. Assim:

> A leitura silenciosa, de fato, instaura uma relação com o escrito que pode ser mais livre, mais secreta, totalmente interior. Ela permite uma leitura rápida e ágil, que não é desencaminhada nem pela complexidade da organização das páginas, nem pelas múltiplas relações estabelecidas entre o discurso e as glosas, as citações e os comentários, os textos e os índices. Ela autoriza, também, utilizações diferenciadas do mesmo livro, lido em voz alta para os outros e com os outros, quando o exige a sociabilidade ou o ritual, e lido em silêncio, para si mesmo, na privacidade do gabinete, da biblioteca, do oratório (Cavallo; Chartier, 1998, p. 28).

A segunda revolução da leitura, marcada pela leitura individual realizada na privacidade, tem relação com os desdobramentos da modernidade na subjetividade. Os Psicanalistas Figueiredo e Santi (2008, p. 24) nos mostram que: "De forma simplificada, podemos dizer que a nossa noção de subjetividade privada data aproximadamente dos últimos três séculos: da passagem do Renascimento para a Idade Moderna. O sujeito moderno teria se constituído na passagem e sua crise viria a se consumar no final do século XIX".

Essa segunda revolução da leitura apontada por Cavallo e Chartier, está localizada no século XVIII e antecede a Revolução Industrial; leitores intensivos, de romances, de textos que prendem o leitor à leitura, que podem ser lidos e relidos.

> Seus suportes estão bem claros na Inglaterra, na Alemanha e na França: O crescimento da produção do livro que triplica ou quadruplica entre o início do século e os anos 1780, a multiplicação rápida dos jornais, o triunfo dos pequenos formatos, a diminuição do preço do livro graças às reproduções clandestinas, à multiplicação das instituições que permitem ler sem comprar. De um lado sociedades de leitura, de outro, livrarias de empréstimo (Cavallo; Chartier, 1998, p. 29).

Já a terceira revolução da leitura está localizada na Era Digital e há um acréscimo inédito no suporte da leitura: a tela.

> Ao ler em uma tela, o leitor de hoje – e ainda mais o de amanhã -encontra novamente algo da postura do leitor da Antiguidade que lia um *volumen*, um rolo. Mas a diferença não é pequena; com o computador, o texto se desenrola verticalmente e é dotado de todas as referências próprias do codex: paginação, índice, tabelas etc. O cruzamento das duas lógicas que se realiza na leitura dos suportes precedentes do escrito, manuscrito ou impresso o *volumen*, o *codex*) indica claramente que está estabelecida uma relação totalmente original e inédita com o texto (Cavallo; Chartier, 1998, p. 29).

A eletrônica trará possibilidades outrora inexistentes de modificação do escrito, de acesso ao texto. Inicialmente, a tela do computador, hoje, o celular, leitores digitais como o kindle que comportam bibliotecas móveis; a internet como um dos principais meios de acesso ao escrito tanto para compra, quanto para downloads clandestinos ou legalizados. Cada vez mais acervos são digitalizados, disponibilizados online, compartilhados. Produz-se arquivos de

pesquisa em pastas salvas na nuvem, passíveis de consultas rápidas. Esse é o momento em que vivemos: são aproximadamente três décadas de intensificação do meio digital. Há rupturas, crises, mas também permanências em relação à leitura.

Assim, ao tratar da história da leitura com o apoio dos autores utilizados neste artigo, percebemos que ler passou por uma série de transformações e ao que parece, continuará nesse processo. A partir dessa perspectiva, seguirá uma breve análise exploratória sobre um recorte do presente, um fenômeno que parece envolver leitura e redes sociais, geralmente vistas como antagônicas. Acreditamos que essa junção, quase inusitada, pode nos trazer, ao menos, uma reflexão curiosa sobre o ato de ler na contemporaneidade.

Leitores, internautas: os leitores na rede TikTok

Olhar para o contemporâneo não é uma tarefa simples; tentar dirigir a vista para algo que está em pleno movimento, é correr riscos de certa forma. Agamben (2009, p. 63) nos dirá que:

> [...] contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente.

O filósofo italiano propõe que a contemporaneidade é "uma relação singular com o próprio tempo" (idem p. 59). É, simultaneamente, aderir a este tempo e dele tomar distância. Nesse sentido, buscando esse movimento de manter um olhar fixo sobre o presente e concomitantemente dele ter um distanciamento, produzindo um estranhamento ao próprio tempo, é que buscaremos olhar para os leitores e leitoras que se apresentam na rede social tiktok, de modo a tentar buscar algumas pistas, ainda que dentro de um recorte muito específico e breve sobre o ato de ler contemporâneo.

O TikTok é uma rede social chinesa de vídeos curtos, mundialmente a mais famosa desse tipo. De acordo com seu site, sua missão é "inspirar a criatividade e trazer alegria"[4]. A rede possui mais de 1 bilhão de usuários mensais ativo e costuma estar mais associada ao público adolescente e juvenil.

Muito famoso por disseminar vídeos de "dancinhas", o tiktok ainda traz conteúdos sobre uma série de outros tópicos como: comédia; esportes; anime e quadrinhos; sociedade; comida; animais; educação, entre muitos outros... Geralmente os vídeos vêm acompanhados de uma # (hashtag) que é uma agrupação sobre conteúdos de um mesmo tema.

A hashtag booktook que reúne vídeos com a temática dos livros e a hashtag booktookbrasil com a mesma temática, mas feita por brasileiros constam, respectivamente, com 30, 7 e 2,3 milhões de publicações.

Figura 1

Ambas reúnem uma série de vídeos de poucos ou pouquíssimos minutos sobre experiências de leitura, rotinas, metas de leitura, indicação de livros,

4 https://www.tiktok.com/about?lang=pt_BR. Acesso em: 30 mar. 2024.

depoimentos etc. Todos criados a partir da linguagem das redes sociais, é um conteúdo rápido, chamativo, muitas vezes com uma música ao fundo e legendas curtas, outras nas quais se fala ou opina, seguem o mesmo dinamismo. Há indicações para leitores iniciantes, livros clássicos que não são difíceis nem chatos de ler, livros nacionais, descobertas de leituras, depoimentos de como a leitura os ajuda a falar melhor, como começar a ler trouxe benefícios, muitas recomendações e tantas outras coisas.

Nosso trabalho foi olhar algumas centenas desses vídeos para tentar captar algumas regularidades estéticas, de formato e conteúdo... Nos detivemos especialmente nos vídeos que tinham números expressivos de likes: acima dos 10, 100 e 500 mil likes.

Há muitos vídeos em que usuárias e usuários registram suas reações lendo um determinado livro. São exibidas expressões de surpresa, alegria e até mesmo algumas lágrimas de emoção. Outro tipo de vídeo muito comum, é o de alguém mostrando sua rotina de leitura em um dia específico, geralmente na solidão de um quarto, ao lado de uma prateleira com muitos outros livros. Não é incomum que os livros se apresentem com trechos sublinhados ou com marcadores de páginas coloridos, revelando que os leitores parecem gostar de destacar as partes mais importantes de seus livros. Há muitos vídeos de recomendações de livros, listas dos "10 melhores", daqueles que "todos precisam ler um dia" etc.

Assim, os seguidores dessas páginas parecem estar em contato com recomendações de uma gama de novos livros, gêneros e autores. Os vídeos parecem tentar evidenciar que a leitura é algo prazeroso, possível, a maioria dos vídeos parece propor um incentivo à leitura. A grande quantidade também parece criar a popularização de alguns títulos, transformando-os em best-sellers e se há uma variedade de títulos, há também uma recorrência e isso impacta o mercado do livro. Não à toa existe uma categoria de busca no site Amazon (maior site de compras de livros da atualidade): "livros famosos no book" e grande parte desses títulos conta com milhares e dezenas de milhares de avaliações. Esse é um movimento que tem chamado a atenção daqueles que estão envolvidos com a venda, produção e com a escrita dos livros. Tanto a 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo (2022) quanto a 20ª Bienal

Internacional do Livro do Rio de Janeiro (2023), tiveram a presença do TikTok e estabeleceram parcerias com a rede social.

Esse fenômeno que vem impactando o mercado editorial, pode nos gerar uma série de reflexões acerca da leitura na atualidade, da recepção e produção de livros. É claro que seria preciso uma pesquisa muito mais aprofundada para entender quem é o público leitor que está na rede TikTok, se há reais impactos na criação comunidade leitora, se isso influencia em um aumento no número de leitores no país[5], entre outros pontos que poderiam ser levantados para uma pesquisa com resultados e produção de dados mais consistentes. O que nos mobilizou olhar para esse fenômeno foi a possibilidade de encontrar indícios de maneira exploratória, pistas sobre a leitura na contemporaneidade.

Canclini (2008) evidencia que o leitor atual é também um espectador, um internauta... O autor avalia que o mundo digital traz transformações para a forma como consumimos e produzimos cultura, fronteiras são transpostas, lê-se de outras maneiras, ao mesmo tempo que se lê o tempo todo. Canclini vê que as modificações da Era Digital não têm como serem negadas e questiona:

> Seria melhor perguntar a quem não serve ser internauta: aos que praticam políticas culturais gutemberguianas, às bibliotecas que não admitem computadores, aos que desejamos usá-los, mas que deles só nos servimos pela metade porque nos sentimos estrangeiros face aos nativos digitais ou porque preferimos o prazer de escrever à mão. Aqueles que às vezes, desejariam se desconectar e não podem (Canclini, 2008, p. 55).

É inegável que os jovens internautas do tiktok já nasceram em um contexto de mundo digital e redes sociais em que a urgência da rapidez se faz presente. Não há mais como negar os internautas e as transformações trazidas com o advento da conexão. Por outro lado, saber que há uma série de pessoas

5 A última pesquisa de 2019 em âmbito nacional revelou que o Brasil possui aproximadamente 52% da população leitora com 5 anos ou mais, considerando-se leitor "aquele que leu, inteiro ou em parte, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses." Disponível em: https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de--retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/. Acesso em: 30 mar. 2024.

levando livros a uma rede social que costuma estar associada ao prejuízo à leitura não deixa de traduzir algum contrassenso, alguma surpresa. É possível que esse seja um fator que torna o fenômeno do booktook algo atrativo: parece carregar uma intensa atualidade com traços do passado. Todavia, ainda é preciso tempo para compreender os desdobramentos dos livros e leitores nessa rede social.

Considerações finais

Ao tentar reparar na história da leitura, vemos como essa prática cultural passou por uma série de transformações ao longo do tempo. Analisar um fenômeno recente como os leitores do Tiktok, nos traz a possibilidade de levantar uma série de novas questões a respeito do ato de ler e das metamorfoses pelas quais essa ação humana passa, juntamente com as modificações do cenário social e das disposições subjetivas dos agentes, indivíduos.

Não se trata de valorar esse fenômeno como algo positivo ou negativo, mas de perceber, mesmo que de modo precário, que umas das permanências que esses vídeos do TikTok revelam é a própria prática da leitura. É notar que há uma confluência de suportes: o impresso convivendo com o kindle, o celular sempre ao lado para produzir vídeos... Há uma certa estética da leitura compartilhada por aqueles e aquelas adolescentes e jovens. O ritual da leitura privada no quarto permanece e parece ser o principal modelo para o leitor.

Assim, o que nos parece interessante é entender quais aspectos e quais transformações temos que ter em conta quando pensamos no leitor hoje. Certamente o TikTok e seus booktokers são um recorte, mas nos parece que dialogam com um contexto em que a digitalização e a rapidez se fazem presentes quase que todo o tempo da vida cotidiana. Provavelmente outras práticas culturais e consumos de bens culturais passam por processos semelhantes.

Se temos novas formas e suportes de leitura, hábitos antigos e recentes parecem se intercruzar e se misturar. Bibliotecas, editoras, autores também serão e já são impactados por novas demandas. Assim, é curioso notar que não há uma ruptura, mas um intercruzamento de modos de ler e de se comportar com os livros, com a leitura. Não se lê da mesma forma, mas se lê. Talvez uma outra permanência seja a da complexidade da leitura, atividade tão humana que se estende para muito além do decodificar palavras.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? *In:* AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A Leitura: uma prática cultural. *In:* BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura/** sob a direção de Roger Chartier; uma iniciativa de Alain Paire. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. Introdução. *In:* CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

JOUVE, Vincent. **A leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

“Veja” a AIDS: “um nó nos costumes”, a pedagogização dos corpos e o discurso de sexualidade (1983 –1990)

Lucas de Sousa Moreira[1]

Resumo

Na década de 1980, AIDS retomou uma reflexão a respeito da relação social entre a doença e o medo. Fato é que, quando pensamos uma doença enquanto um objeto histórico que também ganha sentido através do medo, percebemos uma tomada de posição política, mas também estratégica, frente a uma ordem vigente de uma dada época. O medo imposto pelas narrativas sobre as doenças por vezes é antecedido, mas também sucedido de outros enunciados que fazem circular estratégias políticas de contenção de comportamentos. Assim, a partir dos discursos sobre sexualidade, através dos escritos sobre AIDS nas edições da Revista Veja, entre os anos de 1983 – 1990, buscamos problematizar as narrativas provedoras de conselhos, advertências e códigos sociais necessários, que foram e ainda são utilizados, não somente para barrar a infestação da doença, mas também para constituição de uma sociedade. A narrativa acaba sendo construída de forma que contemple a todos, desde aqueles que não respeitam uma “moralidade”, bem como aqueles que não respeitam as prescrições de saúde. Tais constatações nos possibilitam a pensar nas formas que os indivíduos da década de 1980 se relacionavam com a temática da sexualidade. Tal rede de atendimento, ao ver da rede estadual, dar clareza do entendimento que em 1983, o Brasil não estava imerso em uma epidemia de AIDS diferente dos Estados Unidos. Contudo, o que chama a atenção não é necessariamente tal constatação, mas sim que o fato, de que embora a não haja uma epidemia da doença, quais fatores então levariam as pessoas acharem que estão com AIDS?

Palavras-chave: Veja; Sexualidade; Discurso; Identidade; Corpos; Discurso.

1 Mestrando em História Social no Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Disque 280-0770: a vontade de saber

Enquanto um dispositivo, o fenômeno dos discursos sobre a AIDS, buscaram não só impor um disciplinamento aos corpos, mas desenvolver um novo corpo sob uma perspectiva biopolítica. Desta maneira, se instalará uma nova perspectiva cultural sobre os usos dos corpos. Ao longo da leitura das fontes, percebemos que as práticas discursivas expressam uma sexualidade que deve ser vincula a estratégias de contenção da infecção pela doença. Assim, os indivíduos são levados a voltar a atenção para si mesmos, a decifrar-se, a reconhece-se e a assumirem-se como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo mesmo uma certa relação que lhes permite descobrir novas formas de prazer e redescobri a *"verdade do seu ser"* e do cuidado de si.

Ademais, essas narrativas sempre estão vinculadas a ideais de família, expondo a atuação de um *dispositivo de aliança*. Nota-se através dos discursos sobre aids, que os sujeitos, muitas vezes, são colocados como sendo aqueles que não se vinculam e não são vinculados às regras pré-estabelecidas, mas à regras próprias, em uma maneira de viver na qual o valor moral não provém da conformidade com um código de comportamentos, nem de um trabalho de purificação, mas de certos princípios formais e gerais no uso do prazer, na distribuição que se faz dele e nos limites que se observa na hierarquia que se respeita.

A partir do século XX, percebemos que medicina inaugura uma nova tecnologia do sexo, pois mesmo que não seja amplamente afastada da temática do pecado, ele passa escapar a instituição eclesiástica. A sexualidade torna-se uma questão secular, que é característica da laicização dos costumes. Na segunda metade do século XX, o discurso sobre AIDS converge a uma associação com a sexualidade, evidenciando um deslocamento das narrativas sobre a doença para as práticas sexuais, enfatizando por exemplo, a necessidade do sexo seguro e restrições de determinadas práticas sexuais. Ao realizarem esta ação, a imprensa buscava debater conformações de identidade sexuais e de práticas sexuais, de como determinados comportamentos são pertencentes a grupos específicos de indivíduos. Contudo, torna-se necessário ir além, onde as possibilidades discursivas não fossem sanadas e que a vontade de saber se instaurasse. Observamos que a forma como AIDS encontra o homossexual no discurso, busca estabelecer uma associação das práticas sexuais de forma

comparativa com a ordem heterossexual, como se a sexualidade fosse obedecer a um padrão de comportamento.

Com isso, a sexualização dos indivíduos, acaba expondo sobretudo a idealização de que os mesmos não se vinculam às regras sexuais estabelecidas pela "natureza do corpo", mas às suas próprias. Os sujeitos portadores do vírus HIV são representados como pessoas que estabeleceram uma maneira de viver na qual o valor moral não provém da conformidade de códigos e comportamentos sociais "naturais", nem tão pouco de um trabalho de purificação. O problema se centraliza em certos princípios formais e gerais do uso dos prazeres. Desta forma, ao pensarmos a sexualidade no contexto da década de 1980, devemos observar e pontuar que o dispositivo de sexualidade, que nasce por meio do discurso da AIDS, buscou a todo custo colocar a heterossexualidade como algo natural da sociedade, pelo interesse de construir uma cultura que acreditasse na heterossexualidade como salvação.

A experiência de se estar enfermo é carregada por particularidades por intermédio do discurso. Quando falamos isso, temos em mente o entendimento que nem todo processo traumático ou quadro de enfermidade torna-se rentável para construção de notícia. Contudo questionamos: ao fugir de um caráter descritivo da própria doença, quais outros campos discursivos encontrariam aqueles que investem valor às informações sobre a doença?

Em julho de 1983, a Veja expõe a iniciativa de um grupo de psicólogo e sexólogos que culmina na criação de uma rede de atendimento telefônico chamada de SOSsex. Tal rede busca "atender uma população sem dinheiro para frequentar consultórios convencionais" (Veja, 1983, p. 64) e sanar possíveis dúvidas ou curiosidades que os indivíduos possuam em relação ao sexo. Após um mês de funcionamento, um dos idealizadores da ação, José Roberto Paiva, relata a Veja que "muitas mulheres nunca foram ao ginecologista" e "muitos homens chegam aqui com doenças venéreas sem saber disso". Tais constatações nos possibilitam a pensar nas formas que os indivíduos da década de 1980 se relacionavam com a temática da sexualidade, e por enquanto, este será nosso foco.

É importante constatar que a aparição desta notícia na revista se dá em uma seção específica sobre sexo. Assim, quais seriam as possíveis causas que levariam a construção de uma seção específica sobre sexo?

Acreditamos que a construção desta seção pela revista levasse em consideração a necessidade de recortar especificamente a temática sexo e delimita-la frente a outras temáticas. Até onde foi possível analisar, entre os anos de 1982 à 1993, a seção sobre sexo aparece uma única vez. Ela emerge, exatamente para falar sobre a rede telefônica do SOSsex. Não podemos deixar de colocar em questão, que embora essa rede telefônica busque sanar possíveis dúvidas sexuais dos indivíduos, ela se insere no mercado informacional, como uma estratégia de marketing para fornecer uma maior visibilidade aos profissionais de saúde que fazem do sexo a sua especialização. A partir dessa rede, cria-se meios que possibilitem os indivíduos falar sobre sexo, sem necessariamente precisar ir ao consultório médico. Assim, o fenômeno do anonimato e do sigilo é preservado. O fenômeno telefônico abre espaço para escuta sem ser preciso visualizar os indivíduos. Com isso, existe diálogo entre os interlocutores, paciente e profissional, mas não se é possível constatar a imagem do indivíduo. Ao entrar em contato com os atendentes da rede telefônica, o indivíduo não precisa se identificar, ele pode relatar e expor a suas dúvidas sem necessariamente passar pelo julgo da identificação. Desta forma, esse é um dos motivos que levam a procura pelo serviço, a linha segue sempre ocupada.

Percebe-se que o SOSsex muito se assemelha ao ato confessional, onde o indivíduo ao buscar informações e sanar suas dúvidas quanto ao sexo, acaba por confessar as suas práticas. Em *A vontade de saber,* o Michel Foucault sustenta que com a confissão é um sacramento, e que todo bom indivíduo ser torna cristão a partir da confissão. A confissão, no sentido da obra, é o que regeria a produção de discurso verdadeiro sobre o sexo. Neste sentido, ao criar essa rede telefônica, o indivíduo, e a forma que ele se relaciona com a sexualidade, é chamado a prestar esclarecimento a partir da confissão. Logo após a confissão, a penitencia assume o lugar do julgamento. No contexto da AIDS, a confissão pode ser representada por uma série de relações sociais, o doente e o médico, o filho e os pais. Para além disso, a penitencia assume o lugar do diagnóstico, ou seja, quais seriam as medidas a serem tomadas para solucionar o problema concebido na confissão. Através dessa tecnologia, podemos perceber a manutenção de mecanismo que buscam regular a sexualidade, o que não foge à realidade foucaultina, visto que:

> Na perspectiva genealógica, Foucault concebe que a sexualidade no século XIX se converte em receptáculo propício a uma colonização guia-

> da por um poder-saber que lhe cerca de tabus, institui-lhe códigos, seleciona os interlocutores, mas que se importa menos com seu conteúdo moral do que com a riqueza estratégica que seu discurso acarreta. O Estado moderno cambia a regência tingida pela ideia do pecado que vigorava nas comunidades disciplinares de orientação cristã da Idade Média em orientação médica a serviço da saúde dos cidadãos; doravante, à medida que a medicina se sobrepõe à teologia, a figura do "pecador" corresponde a do "anormal", indivíduo correntemente identificado pela manipulação de seu sexo (Weizenmann, 2013, p. 161).

Desta maneira, ao pensar o comportamento sexual a partir da ideia de saúde, percebe-se tentativas de orientações médicas que sugerem mudanças de comportamento em função da desvirtuação do corpo. A mudança é aclamada pela necessidade de impor uma ideia de saúde ao corpo. Portanto, a visão de que se deve procurar o médico em razão de uma doença, vai aos poucos sendo substituída pela ideia de cuidado continuo.

Em virtude disso, podemos perceber a partir da narrativa, que ao falar sobre sexo, cria-se a ideia de que os homens são desinformados em relação as doenças venéreas e as mulheres são negligentes quanto a sua própria saúde. Observemos que a visão sobre sexo é construída pelo ponto de vista da saúde e, pode ou não, culminar na associação direta do sexo às doenças. Todavia, mesmo perante a associação das práticas sexuais a doenças, é possível tematizar o sexo, sem que uma doença seja a temática central de matéria. Em razão disso, acreditamos que a finalidade da seção seja essa, falar sobre sexo para além da AIDS. Pela emergência do discurso da saúde, todo cuidado é necessário.

Não tão distante desta realidade, em setembro de 1983, a revista vai informar a respeito do funcionamento de um serviço de atendimento telefônico, o disque 280-0770, que foi implantado no Estado de São Paulo, com o objetivo de atender pessoas que apresentam sintomas que se relacionam com a AIDS. Tal rede de atendimento, ao ver da rede estadual de saúde, busca conceber clareza ao entendimento que o Brasil não estava imerso, naquele

momento, em uma epidemia de AIDS, diferente dos Estados Unidos. Contudo, o que chama a atenção não é necessariamente tal constatação, mas sim que o fato, de que embora a não haja uma epidemia da doença no Brasil, a rede telefônica não parava de tocar, quais fatores então levariam as pessoas acharem que estão com AIDS?

Não conseguiremos responder tal pergunta de forma conclusiva. Todavia, podemos perceber, que ao longo da construção da narrativa da própria doença, como mencionamos no tópico anterior; ao falar sobre a AIDS, não se interpelava sintomas específicos da doença, mas sempre se alertava que ao aparecimento de qualquer sintoma deveria procurar uma unidade médica. Assim, doenças, como a sífilis e a tuberculose, estavam no quadro de sintomas relacionados a AIDS, todavia a expressão dessas doenças poderiam ser fenômenos isolados, ter ou não um desses sintomas, necessariamente, não demarcava um diagnóstico conclusivo do acometimento pela doença, mas colocava os indivíduos e suas práticas sob campo de suspeita. Assim, a notícia relata que os indivíduos, ao buscarem atendimento médico com sintomas semelhantes a AIDS, muitas das vezes, descobriam que estavam com sífilis e não AIDS. O medo, a incerteza e a insegurança quanto às relações sexuais deixam os indivíduos temerosos quanto a própria situação. Na busca por um diagnóstico, percebe-se o medo de contrair a doença.

Mas voltemos um pouquinho as pedagogias. Não podemos deixar pensar, todavia, a manifestação e expansão dos números de casos a partir da ideia de ausência de pedagogias. Acreditamos que, somente através deste conhecimento, que Durval Muniz em sua análise da constituição histórica da sociedade brasileira, chama de *"pedagogias da exclusão, pedagogias violentas, pedagogias autoritárias, pedagogias do medo, pedagogias do carão e do ridículo...*" (Albuquerque Júnior, 2010, p. 1), se foi possível se expressar um nível tendencial de procura e gradativamente um nível maior de diagnósticos.

Se por um lado temos o crescente números de casos, do outro, temos a expressão de um poder confessional que refletiu na criação de políticas de confissão que são expressas através do SOSsex ou do disque 280-0770. Não podemos deixar de mencionar que tais políticas de confissão nascem em resposta as diversas lutas de *"gays, os principais atingidos pelo recrudescimento da estigmatização e pela própria enfermidade àquela ocasião"* (Rodrigues, 2013).

Ao pensa esse momento da epidemia da AIDS, não se deve negar o papel social que a sociedade civil teve ao buscar combater a representação do homossexual de forma irresponsável e criminosa. Frente a essa realidade Rita Colaço, faz uma discussão pertinente:

> João Silvério Trevisan e Jean Claude Bernadet foram convidados a compor a comissãoestadual criada para encaminhar a questão. Declinaram. O grupo Outra Coisa decidiu participar – o que se deu principalmente, mas não apenas, através do jornalista Antônio CarlosTosta. Realizaram-se intervenções na comunidade, à noite, em boates, bares, locais de "pegação" e prostituição. Ainda em 1983, apenas um ano após o primeiro diagnóstico no país,por força da mobilização dos homossexuais, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo determinou a notificação compulsória de novos casos ao Sistema de Vigilância Epidemiológica e criou um ambulatório específico para diagnóstico e tratamento dos enfermos, assim como as referências hospitalares capacitadas ao atendimento. Também nessa ocasião foi criada a linha telefônica para informação à comunidade – o *Disque aids* – embrião daquilo que viria a se constituir, anos após, no Programa Nacional de Combate à aids,premiado e copiado internacionalmente (Rodrigues, 2013, p. 163).

Tal cenário também irá refletir na busca tendencia da reinstalação dos tabus em torno da sexualidade. Aqui podemos perceber uma gradativa discussão em torna das homossexualidades, de como a figura do homossexual passa a ser estigmatizada. Pensamos a ideia de estigma sob a compreensão de Erving Goffman. Para o autor esse conceito é utilizado para explicar três tipos fundamentais de relação: a abominações do corpo, como as marcas corporais originadas de doenças como a hanseníase; defeitos de caráter, a dimensão moral da religiosidade e o seu julgamento da conduta do homem; e proveniência social, nacionalidade, religião, casta.

Fato é que, a partir da segunda metade do século XX, no após a segunda guerra mundial, podermos perceber a associação do avanço tecnológico ao avanço médico. Dentro deste cenário, cabe ressaltar, a invenção do termo gênero como sendo diferenciado do sexo, em 1957, pelo pedopsiquiatra norte-americano Jonh Money; entre 1946 e 1948, o primeiro procedimento cirúrgico de faloplastia, realizada no Reino Unido pelo médico Harold Gilles, a invenção da pílula anticoncepcional no final da década de 50, responsável por separar a prática sexual da reprodutiva o boom da prostituição e o surgimento da pornografia, sobretudo a partir do lançamento da revista Playboy, nos Estados Unidos, em 1953; o surgimento de próteses cirúrgicas e químicas desenvolvidas pela indústria farmacêutica capaz de regular e desencadear a ereção do biopênis, ainda também nos anos 1950. Tais transformações marcam o surgimento de um novo período do capitalismo que Paul Beatriz Preciado denomina de era farmacopornográfica.

A partir da leitura de Preciado, percebemos que o corpo é submetido a constantes processos, em que se leva em consideração os fluidos, os hormônios, as doenças, que são transpassados por um novo regime de produção e controle sobre os mesmos. Ao fazermos um estudo da nova maneira de gestão da vida em *tempos de AIDS,* percebemos a mesma não se caracteriza mais pela predominância das áreas médica e jurídica, mas sim por outras tecnologias e campos de estudo, com o objetivo de se elaborar novas formas de ação a resistência que acompanhem essa nova biopolítica.

Assim, a História Contemporânea sobre sexualidade vem pautando novas perspectivas. Percebemos, que é no imaginário erótico que as novas compreensões sobre sexualidade ganham novas dimensões. É o sofrimento moral que faz o burguês reorganizar sua esfera privada. A idealização de uma sexualidade não mais privativa, uma sexualidade dita popular que irá atrair diversos indivíduos provocando uma fuga de uma sexualidade moderna.

Em resposta disso, cria-se uma *scientia sexualis*, buscando renovas as táticas de contenção. Nessa mesma ocasião, tem-se a fragmentação do campo erótico. Codificam-se as perversões, cria-se uma patologização das condutas que até então possuíam apenas o teor moral. Inaugura-se um império do sexo, onde doméstico ganhará uma nova releitura e o orgasmo é atingido sem coito. O orgasmo feminino ganha uma preocupação no matrimônio.

Tais preocupações revelam uma dimensão que orienta a sexualidade para a volúpia, não somente para a procriação.

Em A *história da sexualidade: a vontade de saber*, livro escrito em 1975, Foucault descreve as mudanças no período clássico no que tange à sexualidade, ao corpo e ao poder como a passagem de uma sociedade soberana para uma sociedade de controle, acentuando o papel central do sexo e da sexualidade nessa nova "arte de governar a vida", inaugurando um de seus mais famosos conceitos, o de biopoder. Desta maneira, este tópico, buscará perceber essa a gestão da vida, sob duas formas: a primeira centrada no corpo como máquina, adestrando-o e tornando-o mais produtivo através de procedimentos que caracterizam as disciplinas; segunda forma, tomará como centro o corpo-espécie da população, que passava por uma série de controles e regulações.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Pedagogia: a arte de erigir fronteiras. *In:* BUJES, Maria Isabel Edelweiss; BONIN, Iara Tatiana (Org.). **Pedagogias sem Fronteiras.** Canoas: Ed. ULBRA, p. 21-31, 2010.

ARIÈS, P. A história das mentalidades. *In:* LE GOFF, J. (Org.). **A história nova.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 207-236, 2005.

ARRAES, Graziele Regina de Amorim. **Entre o desejo e a culpa:** a transformação do comportamento sexual e as mudanças da noção de risco nas campanhas de prevenção à AIDS no Brasil (1981-2013) e Estados Unidos durante a década de 1980. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

BASTOS, Francisco Inácio. **Aids na Terceira Década.** Francisco Inácio. Bastos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1:** a vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2018.

ROSENBERG, Charles E. **Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SAEZ, Javier. **Pelo cu:** políticas anais/ Javier Sáez, Sejo Carrascosa; Tradução Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.

SONTAG, Susan. **A AIDS e suas metáforas.** Companhia das Letras. São Paulo, 1988.

SOUSA, Paulo Cesar Castro de. **AIDS, mídia impressa e sexualidade:** práticas e comportamentos sexuais em tempos de HIV nos discursos de Veja e Isto É. Rio de. Janeiro: UFRJ, 2001.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraiso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade/ João Silvério Trevisan – 4o ed. Ver., atual e amp. – Rio de Janeiro: Objetiva. 2018.

VEJA. **A doença errada:** telefonam para falar sobre AIDS e têm sífilis. Editora Abril, SP, 14 de Set de 1983.

VERAS, Elias. **Carne, tinta e papel:** a emergência do sujeito travesti público-midiatiazado em Fortaleza no tempo farmacopornográfico, 2015.

WACQUANT, Loïc. **Poder simbólico e fabricação de grupos:** como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos estudos. 2013.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In:* **O corpo Educado:** pedagogias da sexualidade/eletrônico] / Mateus Weizenmann. – Pelotas: NEPFil online, 2013.

A Comissão de Socorros Públicos e as ações de combate à seca no Piauí (1877-1879)

Kátia de Araújo Silva[1]

Resumo

O trabalho analisa as ações de combate à seca de 1877-1879 no Piauí e as estratégias do governo provincial para inserir a pobreza no trabalho regular. Para tanto, utilizamos como fonte os jornais piauienses "A Imprensa" e o "A Época" disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, usamos também as mensagens e relatórios presidenciais, relatórios das inspeções dos núcleos coloniais e os ofícios da comissão de socorros públicos, estes documentos encontram-se no Arquivo Público do Estado do Piauí. A pesquisa tem nos permitido observar a forma como a seca era representada pela imprensa piauiense e as narrativas das colunas que exigiam ações dos dirigentes contra a seca, noutra também apareciam denunciando as fraudes na administração do recurso destinado para atender os flagelados. Além disso, podemos identificar na documentação manuscrita que, o governo utilizou-se do trabalho como instrumento moralizador direcionando a mão de obra migrante aos núcleos coloniais e as obras públicas. A partir dos ofícios da Comissão de Socorros Públicos, percebemos quais eram as dificuldades enfrentadas pela pobreza durante a estiagem e conseguimos fazer o mapeamento da logística da distribuição dos socorros (alimentos, roupas e remédios).

Palavras-chave: Seca; Migração; Comissão de Socorros; Trabalho; Piauí.

Introdução

Na segunda metade do século XIX, a região Norte do Império do Brasil foi gravemente afetada pela falta de chuva. Dessa forma, nos anos de 1877-1879, a seca atingiu grande parte das províncias do Norte. Entre as províncias

1 Mestranda em História do Brasil – PPGHB/UFPI. E-mail de contato: katia97araujo@gmail.com.

mais castigadas com o flagelo estão: Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Piauí. A "grande seca", como ficou conhecida, descortinou vários problemas sociais, entre os quais estava a migração dos indivíduos que fugiram para as regiões vizinhas em busca de água, de sobrevivência.

No Piauí, os movimentos migratórios no campo e nas cidades gerou preocupação nos governantes e na elite local, pois temiam que a presença da população de migrantes causasse desordem social. Nesse sentido, esse artigo parte do pressuposto que a seca não foi somente um fenômeno climático, mas principalmente, um problema social. O historiador Frederico de Castro Neves (2000, p. 50) nos assinala que: "Pensar a seca, portanto, não é mais pensar apenas na ausência de chuvas que causa a destruição das colheitas, mas é, prioritariamente, pensar na massa de retirantes famintos e esfarrapados a invadir as cidades na busca de alimentos e trabalho".

Desse modo, propomos neste artigo, identificar as ações do governo provincial do Piauí, durante a seca de 1877 a 1879 que culminou por desencadear ações para inserir os migrantes no trabalho regular. Além disso, pretendemos analisar os discursos e as representações construídas pelas autoridades e pelas elites piauienses sobre a população livre e pobre.

O diálogo com a historiografia piauiense sobre essa temática ainda é incipiente, sobretudo, na compreensão do contexto da seca de 1877-1879, das questões socioeconômicas e da pobreza. Tendo em vista essa limitação, tomamos como referências as obras de Araújo (1991), Monteiro (2016), Gonçalves (2022) e Silva (2023). Nesse rol, sem a pretensão de exaurir outras produções, tem o objetivo de analisar o contexto em foco e os sujeitos da pesquisa.

A metodologia empregada para a construção deste artigo foi a pesquisa nos jornais. O Piauí produziu um arsenal e é sobre ele que debruçamos essa análise. Dentre os diversos jornais, destacamos o jornal "A imprensa" através das edições publicadas nos anos de 1877 a 1879; "A Época", nas edições dos anos 1878 e 1879. Ambos foram coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Também foram utilizadas uma documentação manuscrita da Comissão de Socorros Públicos do Piauí, que se encontra preservadas no Arquivo Público do Piauí[2].

2 Daqui em diante, APEPI.

O trabalho como instrumento moralizador

Houve durante a seca de 1877-1879 no Piauí, uma tentativa do governo provincial de inserir a classe pobre no trabalho regular. Para tanto, buscou-se por meio das assistências prestadas pela Comissão de Socorros[3], implementar ações efetivas que preservasse os migrantes longe dos vícios, crimes, mendicâncias e quiçá saques nos armazéns locais. Essas ações se justificavam pelo efervescente discurso gestado pelas autoridades e elites de que as populações paupérrimas eram "vadias", "preguiçosas", valorizam o viver na ociosidade por ojerizava o trabalho.

Segundo Monteiro (2016), o perfil dos homens livres e pobres, era de uma população movediça e escorregadia. Estes sujeitos trabalhavam de forma autônoma, em trabalhos temporários ou cuidando de suas pequenas plantações para a sobrevivência da família. Consequentemente, as elites incomodaram-se com a insubordinação das pessoas livres e pobres e passaram a construir o discurso de que estes eram "indolentes e impróprios ao trabalho regular".

Ainda segundo este autor, o governo provincial procurou manter essa população pobre sob vigilância, pois consideravam estes sujeitos como pervertidos, indisciplinados e arredios ao trabalho. Dessa forma, a pobreza foi sendo construída nos discursos oficiais como pertencentes ao "mundo da desordem". Por essa razão, as autoridades procuraram vigiar as ações dessas pessoas com o intuito de evitar qualquer perturbação da ordem e do sossego público.

Não obstante, as autoridades procuraram meios para manter os homens livres e pobres ocupados. O discurso oficial enfatizava que "o trabalho moralizava e prevenia os roubos e a desordem" (Monteiro, 2016, p. 136). Diante disso, essas pessoas passaram a ser cada vez mais vigiadas e coagidas pelas leis imperiais e pelos códigos de posturas municipais. Além disso, construiu-se uma imagem pejorativa em relação aos livres e pobres no Piauí, "pelo fato de estes não terem instrução e nem vontade alguma de prestar serviços na lavoura" (Monteiro, 2016, p. 138). Logo, o não aproveitamento da mão de

3 A Comissão de Socorros Públicos foi uma instituição criada para amparar os migrantes que chegavam às cidades e não possuíam condições de manter-se, dependendo das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A Comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca que visava fornecer ajudas imediatas para que não ocorresse calamidade em nível mais grave. GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. *Degredados da seca:* políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação (Mestrado). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022, p. 88-89.

obra livre era visto como uma das causas do atraso e estagnação do mercado interno da província.

É importante ressaltar, que a nossa compreensão para analisar os discursos construídos sobre os homens livres e pobres, em torno da ociosidade e do trabalho, tem por base o conceito de discurso de Michel Foucault (2012). Segundo este autor, o discurso constrói o conhecimento, isto é, possibilita o entendimento sobre algo. Assim, seria o discurso responsável pela definição dos sujeitos à medida em que os dispersa e os localiza em diferentes posições, dando a estes, lugares distintos dentro do discurso. Ressaltamos, que essa não é uma relação livre, mas é uma relação determinada pelo lugar social que o indivíduo ocupa. Nesse sentido, percebemos o lugar dado as pessoas livres e pobres, os estereótipos a eles atribuídos como parte de uma construção social a partir do olhar de quem detinha a poder da fala naquele momento, ou seja, a elite política.

Dito isto, consideramos importante apontar que tanto nas fontes manuscritas quanto nos jornais analisados, a pobreza é representada pela perspectiva do outro. Dessa forma, ao buscar reconstituir a história desses sujeitos, é necessário juntar os fragmentos de cada discurso, separar e analisar atentamente. Nesse processo de contato com as fontes, é importante fazer o cruzamento das informações, tentar perceber os ditos e não ditos, e até mesmo "saber o que tirar e o que abandonar". Nesse sentido, a historiadora Arlete Farge (2009), nos aduz:

> Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixa-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença (Farge, 2009, p. 117).

Em vista disso, buscamos historicizar as trajetórias dessas pessoas livres e pobres que durante muito tempo ficaram esquecidas na narrativa histórica. O ponto de partida são as obras públicas que os migrantes trabalharam durante a seca. Conforme havíamos enfatizado anteriormente, o discurso vigente da administração provincial era que no Piauí faltava braços para trabalhar.

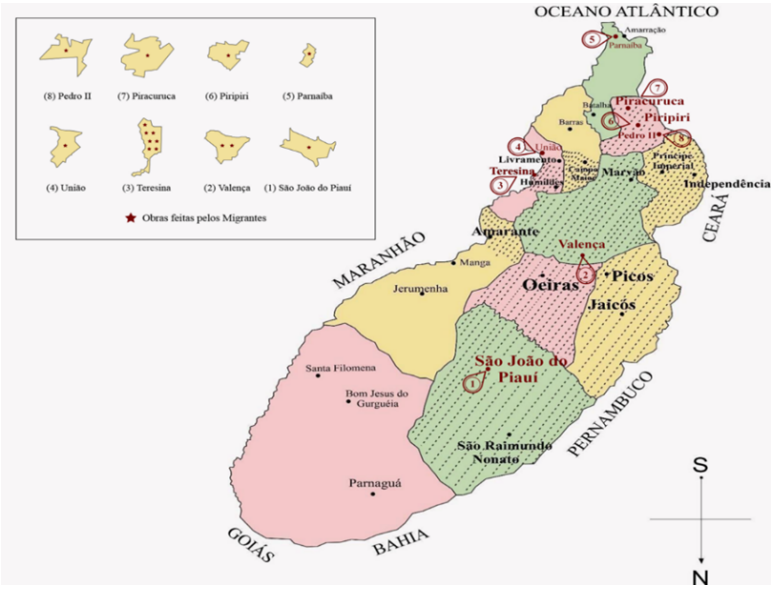
Aliado a isso, usava-se termos vilipendiosos para se referirem a população pobre. Eventualmente, os movimentos migratórios na província deixaram as autoridades preocupadas pela grande quantidade de pessoas circulando pelas ruas e estradas, sem ocupação "útil". Nesse sentido, Gonçalves (2022, p. 94), aponta que "Para as autoridades, o trabalho era a melhor forma de solucionar o problema e lidar com o grande número de pessoas que ofereciam serviços em troca de seu sustento". Tal fato pode ser constatado a partir da edição de 25 de setembro de 1877, do jornal "A Imprensa" em que uma nota em negrito intitulada "Instrucções" dar destaque a essa concepção, vejamos:

> Como medida salutar a bem da manutenção da moralidade e boa ordem, convem que as commissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade pública em projecto ou andamento, afim de prevenir os máos effeitos da ociosidade. A estes que assim se resolverem ministrarão uma ou outra ferramenta, durante o tempo de serviço, e não, como algumas vezes há sido praticado, um sortimento completo de peças para o trabalho da lavoura, enxadas, fouces, machados e facões (A Imprensa, 1877, n°. 518, p. 4).

Conforme nos informa a nota acima, contendo as instruções do governo provincial as Comissões de Socorros, era de preocupação do governo que os migrantes estivessem trabalhando. A medida faz parte da nova forma de socorro aos flagelados da seca, o socorro indireto, ou seja, para que os migrantes recebessem auxílio do governo era preciso que estes trabalhassem nas obras públicas.

De acordo com a documentação, a assistência do governo as pessoas que trabalhavam nos serviços públicos, ocorria mediante a distribuição de alimentos, como mostra o oficio remetido à Comissão de Socorros de Teresina "Mando a Comissão de Socorros desta capital entregar ao Reverendo Frei Serafim da Catania, cinco sacos de farinha para os imigrantes que trabalham nas obras da igreja de São Benedito". Além da construção da igreja São Benedito, os migrantes trabalharam em outros obras tanto na capital como nas localidades do interior. Conforme mostra o mapa abaixo.

Figura 1 - Localidades do Piauí que tiveram obras públicas construídas pelos migrantes durante a seca de 1877-1879



Fonte: SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. *Emigrados do sertão:* secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023. Mapa adaptado por Kátia de Araújo Silva e Jonas Carvalho Fortes, a partir de informações coletadas nos jornais *A Imprensa* e o *A Época*.

O mapa traz algumas informações importantes sobre as obras públicas no Piauí. Primeiramente, percebemos que a capital Teresina foi o local que mais ofertou serviço aos migrantes, ao todo foram sete obras. Assim sendo, essas pessoas ajudaram a construir o cemitério da cidade, a igreja de São Benedito, as rampas e taludes a margem do rio Parnaíba, a Santa Casa de Misericórdia, Delegacia, Quartel de Polícia e na construção da igreja de Nossa Senhora das Dores. Pela quantidade de serviços ofertados em Teresina, inferimos que tenha sido o local no qual o governo mais conseguiu empreender ações no sentido de manter a população livre e pobre no trabalho regular e sob a vigilância das autoridades e do governo provincial.

Depois de Teresina, a cidade que mais recebeu serviços pelos migrantes foi Valença. A mão de obra migrante foi direcionada para a construção de um prédio para as seções da câmara e do júri, e também, fizeram reparos na casa da cadeia pública. Conforme observamos no mapa, as demais cidades receberam apenas uma obra cada. Apesar disso, é interessante notarmos que

as obras públicas estiveram situadas em diferentes pontos da província. No entanto, percebe-se que a maioria dos trabalhos estiveram concentrados na região norte do Piauí, provavelmente, devido à grande concentração de migrantes nesses locais, cujo deslocamento vinha do Ceará e era a passagem para se chegar a Teresina.

Na região Sul, somente São João do Piauí foi beneficiada com a construção da casa do júri. Outros locais como Picos, Jaicós e Oeiras, embora tenham recebido muitos migrantes, a exemplo de Oeiras, de onde constantemente se recebia pedidos de ajuda, não foram contemplados com tais obras. Diante disso, percebemos que a administração provincial de fato procurou efetivar ações assistencialistas que visavam direcionar os migrantes ao trabalho, afim de evitar a ociosidade e os vícios. Sobre as obras públicas no Piauí, Silva aborda em sua tese que:

> Os migrantes foram empregados em obras de caráter momentâneo e que trariam pequenos benefícios apenas para a localidade em que estavam sendo executadas. Evidentemente, após concluídas essas obras, estavam mais uma vez os migrantes a depender dos socorros diretos do governo sem a contrapartida do trabalho. Onde parecem ter sido ocupados por mais tempo foi na edificação da Igreja de São Benedito (Silva, 2023, p. 356).

Com isso, evidenciamos que diferentemente do que aconteceu no Ceará, província que recebeu obras importantes durante a seca e nas quais os migrantes foram empregados, no Piauí, não se construiu nenhuma grande obra que trouxesse progresso material para a província. Os benefícios das edificações feitas pelo trabalho dos migrantes ficaram restritos aos locais onde estas foram construídas.

Outra ação assistencialista empreendida pelo governo provincial juntamente com a Comissão de Socorros, foram os núcleos coloniais. Os primeiros núcleos coloniais no Piauí, foram criados em 1877 pelo conservador Graciliano de Paula Batista e mantido na administração do Partido Liberal. Em vista disso, a administração pública firmou contrato com fazendeiros locais que

tinham propriedades nos arredores de Teresina e também em localidades fora do entorno da capital, como em União, na Vila dos Humildes e em Campo Maior. Nos contratos os fazendeiros ficavam responsáveis por abrigar os migrantes, dando-lhes moradia e terras para cultivar, em contrapartida, o governo fornecia alimentos, roupas, medicamentos e instrumentos de trabalho, como foices, machados e enxadas (Silva, 2023). Sobre a criação dos núcleos coloniais, Araújo (1991) aponta que:

> A medida da criação de núcleos coloniais tinha por objetivos receber imigrantes flagelados da seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais. Um outro fato que levou a administração provincial a empreender o estabelecimento desses núcleos, foi a carência da mão-de-obra escrava e a existência de abundante mão-de-obra para o trabalho agrícola, oriunda da zona rural nordestina com prática agrícola tradicional. Esse fato impulsionou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na Província do Piauí (Araújo, 1991, p. 99).

As medidas adotadas pelo governo Provincial não são decisões neutras, mas, trazem consigo uma série de questões que precisam ser discutidas. Primeiramente, observa-se na citação que um dos objetivos dos núcleos coloniais era retirar a população adventícia dos centros urbanos, pois conforme discutimos anteriormente o discurso dominante das elites políticas do Piauí oitocentista apontava o homem livre e pobre como incivilizado, indolente e preguiçoso.

Consequentemente, a presença de tantos migrantes vagando pelas ruas e arredores de Teresina, vestidos de "farrapos" e a mendigar de porta em porta, dava a sensação de uma cidade ocupada desordenadamente e suja, completamente contrária ao que se esperava para o modelo de cidade e sociedade civilizada, na segunda metade do século XIX (Neves, 2000).

Os migrantes deveriam ter nos núcleos coloniais uma vida mais digna e menos miserável da que tinham antes, quando vagavam pelas ruas e praças de Teresina. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Em ambos os governos,

Liberal e Conservador, o tesouro provincial gastou elevada soma de contos de réis com os núcleos, e os migrantes continuaram a sofrer, pois se denunciava nos jornais o mal tratamento que estes recebiam. Uma alimentação ruim, muitos adoeciam, vinham a óbito e continuavam a vestir-se como "farrapos". Vejamos abaixo, parte da denúncia registrada no jornal A Época em 26 de abril de 1878.

> É realmente doloroso, sinão inqualificável, ver--se a maneira porque são tratados os míseros emigrantes em alguns dos tais núcleos, quando sabe que, no fim do mez, cada um dos contratantes recebe da tesouraria de fazenda a pingue somma de quatro contos e tantos para sustento dos mesmos! Magros, famintos e nus, vagão elles pelos mattos à procura do coco e do palmito – única alimentação que recebem; de sorte que não sabemos que aplicação tem o dinheiro que recebem do governo os contratantes! (A Época, 1878, p. 1).

O objetivo do governo provincial com a criação dos núcleos coloniais era direcionar a população de migrantes ao trabalho na lavoura. Nos manuscritos coletados no APEPI, encontramos muitas solicitações dos nucleiros para que a Comissão de Socorros enviasse objetos para trabalhar no preparo da terra e nas plantações. A exemplo disso, a Comissão de Socorros da capital foi autorizada pelo governo, no dia 21 de janeiro de 1878, a fornecer ao capitão Felinto do Rego Monteiro, contratante do Núcleo Harmonia, 18 machados, 18 enxadas, 18 foices de braço mais 18 destas para capinar, 20 panelas de ferro de 2 a 3 quilos, e por fim, mandava enviar 21 quartas de cereais (APEPI. Comissão de Socorros Públicos,1878. Localização: Cód. 576. Est. 05. Prat. 02).

Percebemos a partir dos objetos enviados pelo governo ao Núcleo Harmonia, que os núcleos coloniais assim como as obras públicas, direcionavam os migrantes ao trabalho para garantir uma ocupação e concentração destes em um local fixo. Além, do aproveitamento da mão de obra barata. No entanto, devido as péssimas condições sanitárias e a exploração do trabalho, muitos migrantes adoeciam, vinham a óbito ou evadiam-se desses estabelecimentos. Ou seja, se esperava que os migrantes pudessem tirar sua subsistência das

plantações feitas nas propriedades dos núcleos, mas diante as circunstâncias do trabalho na lavoura ficavam sem condições para ofertar dignidade para suas famílias.

Diante disso, percebemos que durante a seca de 1877-1879 no Piauí, houve uma tentativa da classe dominante e das autoridades de vigiar os homens pobres e livres. Para tanto, buscou-se encaminhá-los ao trabalho regular nas obras públicas e nos núcleos coloniais para concentrá-los em um só lugar. Além disso, com o fim dos socorros públicos o governo determinou que os socorros fossem distribuídos apenas com os migrantes que estivessem trabalhando em alguma obra. Isso significa que muitos sujeitos ficaram desassistidos, visto que, segundo as autoridades, nem todos estavam aptos a trabalhar. Assim, com o fim dos recursos públicos destinados a rubrica das nucleações, os fazendeiros deixaram de receber essa contrapartida e não abriram espaços para abrigar essa população em suas fazendas. O efeito dessa ação fez com que muitos migrantes se tornaram nômades, migravam no interior do Piauí e outros seguiam rumo ao Maranhão em busca de sobrevivência.

Por fim, ressaltamos que além de serem vítimas da seca, os migrantes também foram vítimas dos discursos e da presunção da elite piauiense que procurou depreciá-los, afirmando ser os homens livres e pobres, indolentes e ociosos. Em contrapartida, se beneficiavam com a exploração do trabalho e com os desvios dos recursos que deveriam socorrer aqueles que tanto criticavam.

Considerações finais

A seca de 1877-1879 assolou gravemente a província do Piauí. Os migrantes que para cá vieram em busca de sobrevivência, enfrentaram algumas dificuldades como a fome, a nudez e as doenças. A miséria da população desvalida era representada constantemente nos discursos dos jornais piauienses e o que se viu foram extensas famílias acompanhadas por cinco a sete filhos caminhando de lugar a lugar, maltrapilho e dependendo da ajuda do tesouro provincial.

Além das dificuldades ocasionadas pela seca, os migrantes tiveram que enfrentar também as ações assistencialistas do governo que visava enquadrá-los no trabalho regular. Fora isso, tinha o fato de que os socorros destinados

a amparar a pobreza desvalida muito dificilmente chegava até eles na sua totalidade, devido a apropriação irregular dos recursos pelos membros das Comissões de Socorros e dos donos dos núcleos coloniais.

Apesar do discurso de que a ociosidade era evitada pelo trabalho, a assistência prestada aos migrantes dificultava a realização de serviços feitos por estes, pois, embora o governo oferecesse os materiais de trabalho, a alimentação e as condições sanitárias nas quais a pobreza vivia durante a seca, não eram favoráveis, visto que muitos destes sujeitos se encontravam fracos, debilitados pelo excesso de trabalho e doentes. Assim, esperançamos avançar nos estudos e a trazer outros indícios dessa população pobre que procurava sobreviver ao tempo em que resistiam as explorações da classe abastada.

Referências

A ÉPOCA, Teresina, ano I, n°00004, p. 1, 1 de abril, 1878.

A IMPRENSA, ano 13°, n°518, p. 4. 25 de setembro, 1877.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As imagens retirantes: a construção da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 33, n. 51, p. 225-251, jan/abr. 2017.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Autorização à comissão de socorros de Teresina, para o envio cereais e objetos para trabalho ao capitão Felinto do Rego Monteiro, contratante do núcleo Harmonia, em 21 de janeiro de 1878.** Comissão de Socorros Públicos, janeiro a junho de 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. *In:* MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras Histórias**: MEMÓRIA E LINGUAGENS. São Paulo: Olho d' Água, p. 262-272, 2006.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo.** Tradução: Fátima Murad. Edusp: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. **Degredados da seca:** políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação (Mestrado). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2° ed. 2° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

SILVA, Kátia de Araújo. **Práticas e discursos:** a representação da seca no Piauí na narrativa do periódico "A Imprensa" (1877-1879). 2022. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2022.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 178-219, Jan.-Abr. 2015.

As Exposições Universais e suas dimensões econômicas, políticas e culturais: estudos preliminares

Amanda Gonçalves Marinho[1]

Resumo

As Exposições Universais, especialmente famosas em fins do século XIX e início do XX, eram lugares de troca. Esses eventos funcionavam como "janelas para o mundo" onde os principais países inventivos exploravam suas potencialidades sob a lógica da modernidade. Os espaços eram utilizados para a demonstração de superioridade das potências participantes, como também para difusão de ideias a nível político, econômico e cultural. O objetivo desse trabalho é fazer uma reflexão preliminar acerca dessas três áreas, a fim de apresentar as possibilidades de intercâmbio entre os países. Ademais, busca-se demonstrar o papel da burguesia nesses campos e o intuito de propagar seus valores e crenças na superioridade do ser humano sobre a natureza, bem como do capitalismo sobre a exploração do trabalhador por este grupo em ascensão, embora isso seja ocultado nos ditos eventos. Dessa forma, as exposições representam uma visão utópica de um progresso e da exploração de recursos naturais ilimitados, mascarados pelas infinitas possibilidades que se apresentavam naquele momento.

Palavras-chave: Exposições Universais; Invenção; Modernidade; Capitalismo.

Iniciadas no século XIX, as Exposições Universais tinham por objetivo mostrar. Foi um período em que os países do mundo, especialmente os mais "avançados" se preparavam para exibir o que de mais moderno havia sido produzido até aquele momento, em um claro aceno para a consolidação da ciência, técnica, e, especialmente, da ordem burguesa e do capitalismo. Eram mais do que festividades, ou encontros. O próprio nome – exposição – atravessa significados como exibir(-se), demonstrar, manifestar. De igual

1 Doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalho financiado pelo CNPq.

forma, as Exposições Universais tinham o caráter de apresentar: valores, objetos, tecnologias, ideias, dinheiro, poder, cultura, superioridade. Chamadas de "vitrines para o mundo", esses eventos visavam revelar os maiores avanços tecnológicos até aquele momento, encantando a todos que ali estavam ou que recebiam, de qualquer parte do globo, as notícias da Modernidade.

> Por meio das exposições, a burguesia encontrou um veículo adequado para a circulação não só de mercadorias, mas de ideias em escala internacional. Ou seja, as exposições não visavam apenas lucro imediato, advindo do incremento das vendas ou do estímulo à produção industrial pela comparação entre os potenciais das diferentes nações. As exposições foram também elementos de difuso/aceitação das imagens, ideais e crenças pertinentes ao *ethos* burguês [...] (Pesavento, 1997, p. 14-15).

Esses eventos, vangloriavam a máquina e a indústria como a demonstração de tudo aquilo que era moderno, causando desejo de pertencimento, de fazer parte daquilo e viver a euforia que a sociedade europeia (naquele momento, especialmente as sociedades inglesas e francesas) vivam. O capitalismo que ali se apresentava não era cinza, repleto de fumaça tal qual as primeiras indústrias inglesas ou seus proletários em situações deploráveis. O capitalismo era belo, luminoso. A fábrica se apresentava como lugar de harmonia e bem-estar.

Nesse momento duas coisas importantes e dependentes estavam se consolidando: a fábrica e o capitalismo. Era o triunfo da ordem burguesa e dos seus valores, transmitidos aos visitantes das Exposições de forma sutil. Não é exagero dizer que os visitantes ficavam encantados com o novo que se apresentava ali. A ciência e a tecnologia pareciam explorar possibilidades infinitas, como se tudo o que pudesse ser imaginado, pudesse ser criado. O lugar de troca que ali se apresentava, estava no campo das ideias e das ideologias. Observar o que cada país oferecia de melhor, e muitas vezes, buscar superar.

Esse espaço era também de superioridade: ser humano sobre natureza; ciência sobre fé; burguesia sobre proletariado. Muitas vezes travestida de "modernidade" um se sobrepujava sobre o outro obtendo admiração de quem ali frequentava, sem uma profunda preocupação com aspectos sociais e/ou

culturais. Assim, cada vez mais os dominantes estavam sobre os dominados (e estão até os dias de hoje, para o bem ou para o mal).

Um evento de grande porte, demonstrando tantas novidades, também propunha interpretações e pensamentos do que era mostrado. O caráter fantasmagórico do que se pretendia exibir, repleto de fetiche do que era possível ser pensado e realizado. As exposições trouxeram à tona um mundo de possibilidades. Essa lógica atravessava vários campos: social, econômico, político e cultural. A riqueza exibida pelas exposições, tanto no sentido físico (através das construções, por exemplo) quanto no sentido científico/moderno, contrastavam com a realidade dos indivíduos que serviram de força de trabalho para que a Exposição pudesse acontecer.

Marx (2008a, p. 94) chamou de fetiche o trabalho que sempre está associado aos produtos (nesse caso, exibidos), sendo, dessa forma, o próprio trabalho tratado como mercadoria, ainda que não exibido naqueles locais, mas apenas os produtos deste. Aqui há dois tipos de mercadoria: o fruto do trabalho, mas também o próprio trabalho que produz as mercadorias; ambos fornecidos em troca de um pagamento e satisfazem necessidades de quem paga por eles.

O processo de produção passa por uma dominação do ser humano sobre si mesmo e sobre a natureza, subjugando um indivíduo a outro para a obtenção de capital. O capitalismo venceu. E isso fica muito claro nas Exposições, onde há a demonstração do que de mais moderno existia, aquilo que a capacidade humana era capaz de realizar. Essa majestosa exibição burguesa também servia para revelar o moderno, o civilizado e o que passava a ser admirado e cobiçado por todo o mundo. A aparente riqueza material de demonstração do que era moderno não levou em conta a submissão dos proletários que produziram o que foi exibido, sem, contudo, serem possuidores do capital necessário para a compra das mercadorias. Assim, o caráter do "fetiche dominante no mundo das mercadorias encobre as características sociais do trabalho" (Marx, 2008a, p. 103).

> De acordo com a relação social de produção que tem validade geral numa sociedade de mercadorias, estes tratam seus produtos como mercadorias, isto é, valores, e comparam, sob a apa-

> rência material das mercadorias, seus trabalhos particulares, convertidos em trabalho humano homogêneo. [...] Aqueles organismos de produção da sociedade antiga são bem mais simples e transparentes que burguês; mas, o assentam na imaturidade do homem individual que não se libertou ainda do cordão umbilical que o prende a ser semelhante na comunidade primitiva, ou os fundamentam nas relações diretas de domínio e escravidão. Têm, por condição, baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, correspondendo-lhes relações inibidas, nas esferas da vida material, sejam entre os homens ou entre estes e a natureza. Essa inibição real se reflete, de madeira idealizada, nos velhos cultos da natureza nas antigas religiões nacionais. O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representam, normalmente, relações relacionadas claras entre os homens e entre estes e a natureza. A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo de produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições de materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo penoso do processo de desenvolvimento (Marx, 2008a, p. 101).

A necessidade constante de aumento do capital promoveu o crescimento da indústria, do comércio e da tecnologia, levando a uma expansão e globalização da atividade industrial, que, por sua vez, foi, paulatinamente, criando uma massa de trabalhadores, proletariados subordinados a esse sistema, já que não possuem os meios de produzir o que era primordial para garantir sua sobrevivência. Enquanto o capital se apossa da natureza e dela abusa e transforma-a segundo as suas necessidades, as novas tecnologias, como as demonstradas, nas Exposições, tornam o ser humano cada vez mais dispensável

diante do avanço da maquinaria. Esse grupo, forjado pela própria burguesia, passa a ser, também por ela, obrigado a se organizar para defender sua existência. "Ela mesma, portanto, supre os elementos para a formação política do proletariado, isto é, as armas contra ela mesma" (Marx; Engels, 2008b, p. 25) pois apesar de descartar a mão de obra do trabalhador, substituindo-a pela máquina, sem salário, esse trabalhador não pode comprar o produto comercializado pela burguesia. "A condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a concentração de riquezas nas mãos de particulares, a formação e a multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado (Marx; Engels, 2008b, p. 29-30).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que as Exposições evidenciavam o avanço da tecnologia, também mostravam, cada vez mais, a subordinação da atividade manual pela nova tecnologia, pela nova máquina. O trabalhador se torna inútil quando pode ser substituído por algo que faça seu trabalho de forma mais veloz, capaz de garantir maior lucro, aumentando a força produtiva do trabalho. "As máquinas, os instrumentos, os edifícios industriais que se tornaram imprestáveis continuam a existir separados dos produtos que ajudaram a produzir" (Marx, 2008a, p. 239).

Enquanto todo esse cenário se desenhava dentro das fábricas, as Exposições atuavam, aparentemente, como ferramenta de diminuição de conflitos, baseando-se na ilusória fraternidade entre as classes que transitavam pelo espaço comum das exposições. Não havia espaço comum. Externamente, pois o "aperfeiçoamento incessante e acelerado da maquinaria torna sua existência cada vez mais insegura. Cada vez mais, os choques entre trabalhadores individuais e burgueses individuais tomam o caráter de choque entre duas classes" (Marx; Engels, 2008b, p. 25). Dessa maneira, as máquinas ampliaram a dominação da burguesia sobre o proletário, ao mesmo tempo em que as novas condições de vida e de trabalho deste aperfeiçoavam a consolidação do seu grupo enquanto classe. Assim, ia se expandindo a lacuna entre burguesia e proletariado. O avanço tecnológico, embora importante e inevitável, impulsiona seu caráter dominador de um indivíduo por seu semelhante. Se "as ruas são moradias do coletivo" (Benjamin, 2022, p. 195), a Torre Eiffel, construída para a Exposição Universal de 1889, é uma demonstração metafórica do espaço, gradualmente, dominado pela ordem burguesa. Ao mesmo tempo, a suntuosa construção seduziu socialmente grupos aos seus desejos

latentes, sem, contudo, que esses grupos tivessem acesso financeiro ao que almejavam. Na Exposição de 1889, é possível observar, através da organização espacial, o caráter simbólico de autoridade da classe dominante francesa sobre os trabalhadores, enquanto as lutas sociais tomavam cada vez mais forma, a burguesia avançava com uma legislação trabalhista travestida de privilégios e de um caráter paternalista e assistencialista (Kuhlmann Junior, 1993, p. 170-171). Frequentemente o proletariado enxerga áreas de sua vida (moradia, alimentação, educação) como benevolência da burguesia e não como deveria ser entendido: direito. Essa lógica amplia a subserviência proletária e impulsiona a dominação social, econômica e política, vista desde tempos mais remotos até dias atuais.

Além da incessante busca pelo lucro, demonstrada através dos avanços tecnológicos, a difusão de ideias burguesas era outro objetivo das Exposições. Ao discutir se a invenção vem a partir de uma necessidade, Jared Diamond (2023, p. 242) diz que a sociedade assume a solução encontrada (invenção) "se ela for compatível com seus valores".

Além da distinção de classe que pode ser observada nas Exposições, aspectos econômicos e políticos de superioridade de um país por outro são evidenciados. A proximidade, ou as poucas barreiras geográficas, entre os países mais desenvolvidos da Europa estimulou a criação de invenções cada vez mais competitivas (Diamond, 2023, p. 262). Esse mundo "geograficamente menor" (Hobsbawm, 1977, p. 23) possibilitava que um país observasse o que de melhor era feito no outro e aprimorasse. Dessa forma, as mostras de inventos na Europa serviam como inspiração para outros países. Marcia Motta (2003, p. 231), ao comparar a Grã-Bretanha com outros países da época, no contexto anterior à Primeira Guerra Mundial, afirma que

> [...] aquele país para "pagava o preço por seu pioneirismo. O surgimento de outros países industriais colocou um limite a expansão da indústria britânica. A experiência inglesa servia como modelo para os novos países industriais. Isso não quer dizer que eles imitavam passo a passo que havia ocorrido com a Inglaterra. Isso, sabemos era impossível. Eles não precisavam passar por todos os estágios, podiam "quei-

mar etapas", pois, à luz da realidade britânica, acumulavam um maior conhecimento acerca do processo industrial. Assim, ameaçada pelo crescimento econômico das outras potências, a Inglaterra tinha - naquela época - equipamentos e tecnologias obsoletos em comparação, principalmente, com a forte indústria alemã [...] Em menos de uma geração, a Alemanha transformou-se de um conjunto de estados economicamente atrasados num país unificado e forte. Impulsionada pela indústria pesada, com uma base tecnológica muito avançada, a Alemanha adquiriu o status de Potência em poucos anos. Sem romper as estruturas políticas mais arcaicas da sociedade, o Estado alemão apoiava-se no poder de grandes proprietários de terra e impulsionava sua industrialização, que tinha como característica uma forte associação entre a indústria e os bancos. O estímulo à construção de estrada de ferro ajudou a consolidar no mercado interno, ao mesmo tempo que fortaleceu sua industrialização. O processo de industrialização alemão foi o resultado de um planejamento cuidadoso. Para responder à forte concorrência britânica, o Estado alemão estimulou a formação de cartéis, favorecendo a generalização de grandes conglomerados industriais capazes de concorrer nos mercados nacional e internacional. Além disso, desde cedo, o Estado percebeu que sua desvantagem econômica poderia ser superada através da educação. Assim, ao patrocinar e estimular um sistema de educação técnica e científica direcionada à industrialização avançada, o Estado formou em poucos anos uma geração de homens científica e tecnicamente qualificados, "preparados para acabar rapidamente com a inferioridade alemã na indústria e para assegurar o primeiro lugar à Alemanha nas indústrias Independentes da ciência, que se estavam a tornar cada vez mais importantes.

As Exposições serviam também de inspiração para outras sociedades, através do "empréstimo de uma ideia" de uma região para outra. Algumas invenções se desenvolvem a partir da manipulação de matérias-primas; outras, no entanto, a partir da observação de diferentes sociedades e observação dos seus sucessos e fracassos. Ademais, muitas melhorias são feitas a partir da tentativa de "copiar" a tecnologia "emprestada", levando vantagem ao que aperfeiçoa. A localização geográfica, nesse caso, era fundamental para que houvesse esse contato entre as nações e seu intercâmbio tecnológico. Não por acaso os maiores detentores tecnologia se encontravam no continente europeu, a efervescência da ciência e da técnica naquela época (Diamond, 2023, p. 257). Sendo a tecnologia aquela própria que gera mais tecnologia, a difusão das invenções através do contato travado entre os países, proporcionava um incremento das invenções, que, consequentemente se apresentavam como soluções para os problemas percebidos, ou ainda como soluções para problemas que ainda seriam notados.[2] Em épocas mais remotas, enquanto levava-se anos para inventar ou mesmo aperfeiçoar algo, nos períodos que se seguem a chamada Revolução Industrial, inaugurada pela Inglaterra, os as melhorias eram feitas em ritmo muito mais avançado, escancarando ainda mais as desigualdades existentes entre os países. Diamond ainda defende que o motivo pelo qual a Europa foi o lugar onde as invenções ganharam mais espaço não se deveu a um suposto desenvolvimento do intelecto humano, mas graças aos fatores geográficos que propiciaram a circulação de ideias.

Embora as condições econômicas, políticas e sociais mais favoráveis estivessem na Inglaterra na década de 1760, outras nações perceberam que poderiam se inspirar e investir em avanço técnico. De forma intencional, a Alemanha, por exemplo, investiu em ciência e técnica para superar rapidamente sua concorrente e ser possível fazer frente a ela na Primeira Guerra Mundial. Apesar de favorecida pelas condições geográficas, a Europa não pode parar os Estados Unidos que, em pouco tempo, alcançou a posição de potência científica, incluindo a América na rota da modernidade, do desenvolvimento industrial e da sociedade burguesa. Além de uma lógica de competição entre os países, havia uma certa cooperação em busca do que de mais avançado as mentes humanas pudessem produzir, na intenção das técnicas mais novas e

2 Cabe aqui pensar no debate proposto por Jared Diamond acerca da necessidade ser a mãe da invenção ou vice-versa. Cf. Diamond, 1997, cap. 13.

modernas que se pudesse alcançar e assim compartilhar, ainda que cada país pudesse explorar de forma diferente.

> Mesmo presumindo que a engenhosidade de cientistas e engenheiros continue sempre a gerar novas ideias para substituir as antigas, e que se descubram meios de superar os tipos de escassez que possam surgir (de alimentos, de água ou de matérias-primas industriais), não há garantia de que os homens encarregados de utilizar essas ideias ou façam inteligentemente - inteligentemente, frise-se, não apenas no sentido de uma exploração eficaz de suas possibilidades produtivas, mas também no sentido mais amplo de uma adaptação eficaz ao meio ambiente material e humano, de modo a minimizar o desperdício, a poluição, o atrito social e outros custos "externos" (Landes, 1997, p. 9).

Inspirados no liberalismo, a competição entre os países se mostrava tanto no campo econômico quanto político, vislumbrando um aumento produtivo para incrementar a indústria, mas também para fortalece-la e a capacidade produtiva para contribuir na consolidação da burguesia, mas também das próprias nações umas sobre as outras. Mais do que ter a mercadoria como meta, esta era uma demonstração do poder e da riqueza dos países e grupos dominantes.

As Exposições também tinham um aspecto cultural. Canais de divulgação de conhecimentos, elas contribuíam para a disseminação dos valores burgueses. Observando a Exposição de 1889 na França, pela comemoração do aniversário da Revolução Francesa, momento em que a burguesia sai de uma situação política inferior em relação aos outros grupos sociais existentes e dá início ao que se desdobrou na consolidação dos seus valores e inspiração para futuras revoluções. De forma pedagógica as exposições apresentavam as invenções como o moderno, ressaltando o impulso criador e inovador através do qual seria possível alcançar o progresso. Assim, as transformações econômicas e sociais eram exibidas de forma positiva, alçando a um patamar de ri-

queza de pensamento ao proporcionar experiências do que de mais moderno existia, além da busca constante por mais tecnologia,

> Entendemos as Exposições [Universais] como modelos de mundo materialmente construídos e visualmente apreensíveis. Trata-se de um veículo para instruir (ou industriar) as massas sobre os novos padrões da sociedade industrial (um dever-ser de ordem social. [...] [Mas] ao se realizarem, as Exposições ultrapassam seus próprios objetivos e constituem-se, para muito além do projeto pedagógico de seus organizadores, em representações sociais cuja dinâmica pressupõe um processo interativo de produção, consumo e reciclagem (Barbuy 1995, p. 1-2 *apud* Barbuy, 1999, p. 212).

Esse movimento de agitação, de articulação de profundas mudanças que é o capitalismo e as transformações tecnológicas que se seguem expunha, especialmente no século XIX, uma sensação de ambiguidade. Enquanto se vivia uma realidade atravessada por – ou que atravessava – imensas desigualdades sociais, a técnica era apresentada como sinônimo de modernidade, de "novos tempos" pelos quais tudo valia a pena. A burguesia encontrou com as exposições um terreno propício para expandir, não só suas mercadorias, mas principalmente suas ideias. Como disseram Marx e Engels (2008b, p. 14), "tudo o que era sólido desmancha no ar". Além do lucro imediato trazido pelo aumento das vendas, as exposições estimulavam a invenção, o espírito inventor. Os museus da época, e por causa desses eventos, estavam repletos de maquinarias que exaltavam o caráter inventivo.

> O Museu de Ciências de Londres, por sua vez, originou-se da Grande Exposição Industrial de 1851, administrada pela Comissão Real, com seu ativo presidente, o príncipe Albert; pela Sociedade de Encorajamento das Artes, Manufatura e Comércio. Exposições Nacionais anteriores como as de 1847 e 1848 e 1849 já haviam demonstrado o estágio da indústria britânica e pode-se registrar uma preocupação em apresen-

> tar ao público o estágio industrial dos países, no que diz respeito à técnica. [...] as exposições universais alcançaram públicos mais amplos do que os que as visitavam, imortalizando-se nas revistas e jornais que, frequentemente faziam uma espécie de histórico das exposições francesas (Heizer, 2016, p. 52).

O caráter inventivo encorajava a técnica, submetendo ao mesmo tempo trabalhador à máquina, campo à cidade, fé à ciência. Esse processo gerava encantamento na população das potencialidades que poderiam ser imaginadas e exploradas, vislumbrando um futuro utópico, do sonho, do desejo. Evidentemente, esse cenário incitava o consumo desenfreado, a busca da modernidade, os frutos do progresso. Quem não gostaria de participar da construção de um mundo melhor, mais tecnológico?

Nesse contexto, as Exposições Universais funcionavam como artifício para a universalização das ideias e representações de coletividade burguesa ao mesmo tempo em que expunham as maiores diferenças. A produtividade, estimulada pela burguesia, servia como meio de dominação política e ideológica, o que faz com que o trabalho seja, também uma mercadoria; estando as relações sociais implícitas. Ao que Marx chamou de fetichismo da mercadoria, sendo o ser humano dominado pelo processo produtivo, e não o contrário (Marx, 2008a, p. 102-103). Essa mercadoria se desenhava como algo fantasmagórico, o que impedia a própria consciência humana do seu trabalho sob um vislumbre "moderno". "Haveria, ainda, por assim dizer, a ideia de que, no capitalismo, ocorre uma certa "socialização entre as coisas" e uma reificação das relações entre pessoas" (Enoque; Said, 2023, p. 464). Segundo a lógica benjaminiana (2019), há uma abstração do próprio trabalho que não é representado em si mesmo, com um caráter fetichista essencial à sociedade e produtor de mercadorias. Dessa forma, a visão que produz de si mesmo é intrínseca a ideia fantasmagórica produzida naquele período.

Mais do que apresentar respostas, talvez esse texto tenha trazido perguntas necessárias e complexas sobre o novo modelo de sociedade que se apresentava ali, com cada vez mais êxito. Não era nossa pretensão aqui apresentar resultados, mas observar que os objetivos das Exposições não se resumiam ao aspecto da tecnologia e invenção, mas iam muito além. Ficava evidente

o lado político de certa disputa entre os países e busca de superação de um sobre o outro; o lado econômico de impulsionar as vendas a partir de novas técnicas desenvolvidas; a ideologia burguesa que se afirmava e se consolidava através dos valores ali expostos, especialmente no que tange a submissão da fé à ciência e o empenho ao que se entendia por progresso; e, por fim, ao panorama social de dominação do trabalhador pela lógica burguesa, muitas vezes sob a fachada do moderno. Seria esse um momento de politização ou despolitização do proletariado?

Referências

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v. 4 p. 211-61 jan./dez. 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade; São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Paris, a capital do século XIX e outros escritos sobre cidades.** Porto Alegre: 2022.

ENOQUE, Alessandro Gomes; SAID, Ana Maria. Fetichismo da Mercadoria e Fantasmagoria na obra "Infância Berlinense": 1900, de Walter Benjamin. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 455-504, jan./dez. 2023. ISSN Eletrônico 1982-596X.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2023.

HEIZER, Alda. Comemorar para não esquecer: a Exposição de Paris de 1889. ***Art*Cultura**, Uberlândia, v. 18, n. 32, p. 41-53, jan.-jun. 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado:** transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994.

LEVY, Ruth Vieira Ferreira. Exposições Universais: duas diferentes abordagens em obras francesas. Arte e Ensaios – **Revista do Mestrado em História da Arte.** EBA/UFRJ – 2º semestre 1997.

KANGUSSU, Imaculada. Marx, Benjamin e o fetichismo da mercadoria. ***Sapere Aude*** – Belo Horizonte, v. 6 - n. 11, p. 213-224 – 2º sem. 2015. ISSN: 2177-6342.

KUHLMANN Jr., Moysés. "As Exposições universais e a utopia do controle social". XVII Simpósio Nacional de História. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**. São Paulo, julho 1993.

MACHADO DE ASSIS, A Nova Geração. Texto-Fonte: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.

MACHADO, Marina Monteiro; MARTINS, Mônica de S. N. A modernidade nas teias da floresta: o Brasil na Exposição Universaç da Filadélfia de 1876. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 68-86, set./dez. 2017.

MALAVOTA, Leandro Miranda. **Inovar, modernizar, civilizar:** considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882). 2011. Tese (doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011a. 388f.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Editora Popular, 2008b.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Série: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MALAVOTA, L. M. **A construção do sistema de patentes no Brasil:** um olhar histórico. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

MARTINS, Mônica de S. N. O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias. **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017**.

MARTINS, Mônica de S. N.; MALAVOTA, Leandro M. **O Teatro das invenções:** a inserção do Brasil no sistema internacional de propriedade industrial (no prelo).

MALAVOTA, Leandro M.; MARTINS, Mônica de S. N. A Exposição Universal de Viena de 1873 e o Congresso Internacional sobre patentes. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 22-35, jan-jun 2021.

MOKIR, Joel. O Empreendedorismo e a Revolução industrial na Grã-Bretanha. *In:* LANDES, David; MOCKIR, Joel; BAUMOL, William (Org.). **A Origem das Corporações:** uma visão histórica do empreendedorismo da Mesopotâmia aos dias atuais. Tradução de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 209-240, 2010.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. A Primeira Grande Guerra. *In:* REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX:** o tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 231-251, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais:** espetáculos da modernidade no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Série: Os Economistas São Paulo: Nova Cultural, 1988.

As pautas de um comunista na Tribuna Legislativa: a atuação parlamentar do vereador Sérgio Dieb na Câmara de Natal (1979-1985)

Antônio Carlos Cabral de Medeiros[1]
Raimundo Nonato Araújo da Rocha[2]

Resumo

O trabalho analisa a atuação do vereador comunista Sérgio Dieb, durante o exercício do seu mandato parlamentar entre 1979 e 1985. Em razão da vigência do bipartidarismo imposto pela ditadura implantada no país em 1964, Dieb foi eleito em 1978 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na cota destinados aos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Procura responder ao seguinte problema: como um comunista atuava como parlamentar, em meio a repressão do Estado brasileiro. Analisa os cinco eixos estruturantes do mandato desse parlamentar: a luta pela redemocratização; as causas em defesa da classe trabalhadora; a organização dos movimentos sociais; apoio à atividades culturais; a luta por questões ainda pouco debatidas naquele tempo, como o ambientalismo e as pautas em defesa dos grupos vinculados ao que hoje se denomina LGBTQIAP+. Discute as conquistas, limitações e contradições das propostas formuladas e dos discursos proferidos. No tocante às fontes que embasaram as investigações, foram usados os dois principais jornais da cidade de Natal no período: O Poti e o Diário de Natal, ambos pertencentes aos Diários Associados. Três questões foram formuladas às fontes: como a imprensa retratava os discursos e os projetos do parlamentar em tela? como esse vereador defendia as suas ideias na imprensa escrita? e, finamente, como os comentaristas dos jornais e a população em geral se posicionava diante da ação desse vereador? Ao longo da investigação procurou-se identificar se a imprensa estabelecia associações entre as suas ações parlamentares de Sergio Dieb e o fato dele ser um comunista. A leitura das fontes foi auxiliada pelos estudos que analisam a imprensa como fonte de investigação, tal qual fez Tânia Regina de Luca. Do ponto de vista teórico

1 UFRN, Especialista em Direitos Humanos e Questão Social (PUC-PR).

2 UFRN, professor do Departamento de História da UFRN.

o trabalho está fundamentado no conceito de Cultura Política, nos termos definidos, Renê Remond e Sirinelli. Conclui-se que a partir da atuação de Sérgio Dieb, que a democracia e os direitos Humanos foram violados nas casas legislativas, com a "concordância" de parte significativa da imprensa e da sociedade. A imprensa colaborou com o cerceamento – em muitos casos - da livre manifestação parlamentar.

Palavras-chave: Atuação parlamentar durante a Ditadura civil-militar; Direitos Humanos; História Política.

Introdução

Este trabalho analisa a atuação do vereador comunista Sérgio Oliveira Dieb, durante o exercício do seu mandato parlamentar entre 1979 e 1985, procurando captar as conquistas, limitações e contradições das propostas formuladas e dos discursos proferidos por esse vereador. Concretamente o trabalho almeja responder ao seguinte problema: como um comunista atuava como parlamentar, em meio a repressão do Estado brasileiro? Para organizar a minha análise, mapeei nas fontes os principais temas que mobilizaram a atuação de Dieb no período em que exerceu seu mandato. Desse trabalho, encontrei seis eixos: 1) a luta pela redemocratização; 2) as defesa da classe trabalhadora; 3) a organização dos movimentos sociais; 4) o apoio às atividades culturais; 5) a luta em prol do o ambientalismo, tema ainda pouco debatidas naquele tempo, como e; finalmente, 6) a defesa dos grupos vinculados ao que hoje se denomina LGBTQIAP+.

O texto está fundamentado no conceito de Cultura Política, nos termos definidos por Rémond e Sirinelli.

Primeiramente, é fundamental se ter em vista a contribuição de René Rémond para história política, inclusive para renovação desse campo que foi deverasmente desprestigiado como o advento da Escola dos Annales. Nesse sentido, segundo René Rémond, Cultura Política é importante por contribuir para reduzir um vazio na história política ao introduzir a continuidade na longuíssima duração.

O entendimento de Jean-François Sirinelli, fundamenta-se que é possível dizer que na interseção entre o mundo político e o cultural, há uma esfera de influência mútua conhecida como cultura política. Essa cultura é moldada pela partilha de valores e crenças entre a sociedade e suas estruturas políticas, formando o tecido de uma "família política" com sua própria identidade cultural. Ela surge de uma mistura complexa de fatores, onde as grandes ideologias desempenham apenas um papel. A cultura política incorpora uma memória coletiva, marcada por eventos cruciais, figuras proeminentes e textos significativos. Além disso, inclui um vocabulário específico e, frequentemente, práticas sociais distintas. Em essência, a cultura política funciona como um código compartilhado e um conjunto de referências dentro de um partido político específico ou em uma tradição mais ampla, como uma família política ou uma corrente ideológica.

Um outro entendimento pertinente para melhor compreender o que seria a cultura política é Serge Berstein. Para Serge Berstein, a cultura política de uma sociedade está intrinsecamente ligada a um sistema de representações que reflete uma visão específica do mundo. Essa visão é solidificada por meio de uma interpretação do passado histórico e das formas como as instituições devem ser organizadas para construir a sociedade idealizada por essa cultura. Sob essa perspectiva, a cultura política implica em um modelo de sociedade que é expresso através de símbolos e rituais.

No que se refere especificamente à cultura no interior do PCB, uso como referência Clayton Cardoso Romano, que analisou distintas culturas políticas dentro do PCB. O autor examina argumenta que ambas foram profundamente influenciadas pelas ideologias disseminadas pela Internacional Comunista, porém apresentavam diferenças fundamentais entre si.

A primeira cultura política identificada pelo autor é a "Terceiro-internacionalista", cujos pilares eram centrados na promoção de uma revolução nacional-libertadora, baseada na coalizão entre operários e camponeses. A segunda cultura política abordada é a "frentista", que se baseava em uma abordagem gradualista da revolução, pressupondo a necessidade de uma aliança com a democracia burguesa antes da implementação do socialismo. Romano argumenta que essas duas culturas políticas ganharam força após a declaração

de março de 1958 e, também, durante a resistência contra a ditadura civil-militar estabelecida em 1964.

Referente às fontes que embasaram as investigações, foram usados os dois principais jornais da cidade de Natal no período: O Poti e o Diário de Natal, ambos pertencentes aos Diários Associados. A leitura das fontes foi auxiliada pelos estudos que analisam a imprensa como fonte de investigação, tal qual fez Tânia Regina de Luca, principalmente tendo em vista a relação existente entre o conteúdo da fonte com aquele que a concebeu.

Antes de aprofundar no que se é discutido nesta pesquisa, faz-se necessário elucidar sobre quem foi Sérgio Dieb. Sérgio Dieb, nascido em Natal no dia 23 de junho de 1950 e assassinado na mesma cidade em 28 de outubro de 1995, era um homem multifacetado que desenvolveu suas habilidades desde jovem. Durante seus anos de estudo no Colégio Salesiano São José e no Colégio Estadual Atheneu Norte-Rio-Grandense, onde cursou o ensino fundamental e o curso Científico, respectivamente, destacou-se por sua eloquência, o que o levou a se envolver ativamente no movimento estudantil e a conhecer o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na clandestinidade.

Após ser aprovado no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), iniciou os cursos de Engenharia Civil e Sociologia, embora não tenha concluído nenhuma das graduações. Em 1976, obteve o diploma de Arquitetura pela mesma instituição. Na UFRN, sua vida política ganhou maior destaque, refletindo sua atuação desde a adolescência no movimento estudantil. Em 1975, foi presidente do Centro Acadêmico Josué de Castro, representando os alunos de Ciências Sociais, e, em 1976, presidiu o Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia.

Neste mesmo ano, foi eleito vereador na Câmara Municipal de Natal, aos 26 anos de idade. Dieb aproveitou sua juventude para promover ações sociais na periferia da cidade, especialmente no bairro de Mãe Luiza. Sua campanha enfatizou temas nacionais e a defesa dos interesses das classes populares, em especial dos jovens. Ele foi eleito suplente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 1.700 votos, assumindo a vaga de vereador em 1979. Na reeleição de 1982, manteve-se no cargo pelo mesmo partido, mas posteriormente mudou sua filiação para o PCB devido ao retorno do pluripartidarismo no país. A filiação de Dieb ao MDB em 1976 para concorrer nas eleições

estava ligada a um acordo entre o MDB e o PCB. Esse acordo visava unir forças democráticas para enfrentar a ditadura, contornando o sistema bipartidário. Por meio desse pacto, o MDB possibilitou que partidos de esquerda, como o PCB, lançassem seus candidatos sob a legenda do MDB.

Desenvolvimento

Frente ao que foi elucidado, vale explicitar que se foi possível, no decorrer dessa pesquisa, encontrar reportagens que evidenciavam as linhas norteadoras da atuação parlamentar de Dieb. Isso é nítido ao se analisar, por exemplo, a matéria, do Diário de Natal, "Sociedade de ecologia elege dirigentes", de 05/04/1979. Tal reportagem indica a ativa participação dele na luta ambientalista. Vale destacar, também, "Dieb pede anistia para todos", do Diário de Natal de 19/04/1979, no qual explicita o uso de seu mandato de vereador a favor de reivindicações ligadas às pautas da redemocratização do país e dos direitos humanos. Existe a reportagem do Diário de Natal, de 15/05/1979, denominada "Vereador fica ao lado dos mestres e anuncia nota" que exemplifica a busca do parlamentar em se solidarizar com as lutas da classe trabalhadora. Esse compromisso com as lutas populares é visível, também, na publicação do Diário de Natal de 28/05/1979 no qual é apontado a atuação de Dieb no apoio pela reorganização da União Nacional dos Estudantes.

Por meio do estudo dessas fontes históricas, é possível compreender melhor como funcionou o mandato de Sérgio Dieb e como foi um instrumento na luta contra a ditadura civil-militar imposta no país com o Golpe de 1964.

Nesse sentido, vale salientar que no decorrer da investigação sobre as fontes se foi instigado a questionar se e como a imprensa estabelecia associações entre as suas ações parlamentares de Sergio Dieb e o fato dele ser um comunista.Tal questão levou a mais outros questionamentos: como a imprensa retratava os discursos e os projetos do parlamentar em tela? como esse vereador defendia as suas ideias na imprensa escrita? e, finamente, como os comentaristas dos jornais e a população em geral se posicionava diante da ação desse vereador?

Tendo isso em vista, pode-se afirmar que durante seu mandato, houve tentativas por parte de seus adversários de tentar vinculá-lo a práticas subversivas ou taxá-lo, de maneira pejorativa, de comunista.

Mas se engana quem acha que essas tentativas eram praticadas apenas por políticos da ARENA. É possível se deparar, no decorrer da trajetória de Dieb, que houve tentativas de desmerece-lo praticadas por lideranças do MDB. Vale destacar, por exemplo, o fato curioso de que houve situações de disputa interna no MDB em que tentou se taxar Dieb de fazer parte de um grupo próximo a uma liderança local da ARENA. Evidencia-se, assim, a complexidade e diversidade de representações que essa pessoa era retratada. Essas tentativas eram divulgadas pela imprensa. Na imprensa, também, eram propagados outros discursos que buscavam desmoralizar Dieb. Todavia, vale salientar, que pelo menos nesse primeiro momento Dieb se defendia de tais acusações salientando que seria um militante fiel ao partido MDB e ao seu programa. De fato, por conta disso ele foi muitas vezes classificado como membro da ala autêntica desse partido.

Conclusão

Deve-se ter em vista que esse trabalho é fruto de uma pesquisa em construção. Todavia, já é possível elucidar algumas considerações. Conclui-se, portanto, que a partir da atuação de Sérgio Dieb, que a democracia e os direitos Humanos foram violados nas casas legislativas, com a "concordância" de parte significativa da imprensa e da sociedade. A imprensa colaborou com o cerceamento – em muitos casos - da livre manifestação parlamentar.

Nesse sentido, esta pesquisa pode vir a ser algo produtivo, pois poderá se somar com demais iniciativas de investigar a Ditadura Civil-Militar, imposta com o Golpe de 1964, como também, estudar o processo de redemocratização que levou ao fim desse regime. Inciativas, portanto, fundamentais em nosso atual cenário, marcado pelo aniversário 60 anos do Golpe de 1964 e pela necessidade de se concretizar a justiça de transição no Brasil.

Referências

ARMNANDO Viana contesta manifesto. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 2, 24 abr. 1979.

AUTÊNTICOS comprometidos com Dinarte, diz Henrique. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 4, 6 jul. 1979.

BANDAGÁLIA comemora Sábado de Aleluia com seu carnaval. **O Poti**, [*S. l.*], p. 12, 19 abr. 1981.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. *In:* RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (ORG). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

CARDOSO, Rejane (Org.). **400 nomes de Natal.** Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

DIEB apoia Érico para presidência da Câmara. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 12, 2 dez. 1978.

DIEB pede anistia para todos. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 5, 19 abr. 1979.

ÉRICO vai a São Paulo defender eleição direta. Diário de Natal, [S. l.], p. 3, 2 mar. 1979.

ESTUDANTES embarcam para Salvador com 3h de atraso. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 3, 28 maio 1979.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes históricas**, v. 2, p. 111-153, 2005.

PRONUNCIAMENTO de Roberto Freire em 08/11/1995. *[S. l.],*8 nov. 1995.

RÉMOND, René. Apresentação a R. Rémond (Org.). **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

ROMANO, Clayton Cardoso. **Da abertura à transição:** o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira. 2001. 175 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2001.

SANTOS, Raimundo. Política e cultura política: um estudo sobre o MDB. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 185-190, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. El retorno de lo político. **Historia contemporánea**, n. 9, 1993.

SOCIEDADE de ecologia elege dirigentes. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 2, 5 abr. 1979.

VEREADOR fica ao lado dos mestres e anuncia nota. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 3, 15 maio 1979.

VEREADORES se exaltam e chegam a trocar insultos. **Diário de Natal**, [*S. l.*], p. 3, 21 mar. 1980.

Primórdios da fiscalidade na Capitânia do Maranhão (Século XVII)

*Kecianny Araújo Santos**

Resumo

Durante os séculos que vigorou a possessão portuguesa no ultramar, a Coroa implementou nesses espaços vários mecanismos de controle. Este ensaio pretende abordar as primeiras tentativas de instalação de uma instituição administrativa na conquista do Maranhão, chamada Provedoria da Fazenda Real. As provedorias foram réplicas criadas nas capitânias com o intuito de tratar dos assuntos fazendários, mais precisamente ligadas aos assuntos administrativos, de recolhimento de tributos e, também, a aplicação das receitas. Primordialmente, as provedorias das capianias, também intituladas de provedorias menores, estavam vinculadas à Provedoria-mor, na Bahia. Em outras palavras, as provedorias menorias deviam respaldos de funcionamento à Provedoria-Mor, devendo informar sobre as arrecadações e os gastos das capitanias, bem como todos os outros assuntos relativos à fiscalidade.

Palavras-chave: Provedoria; Instalação; Maranhão.

Considerações iniciais

Durante os séculos que vigorou a possessão portuguesa no ultramar, a Coroa implementou nesses espaços vários mecanismos de controle. Este ensaio pretende abordar as primeiras tentativas de instalação de uma instituição administrativa na conquista do Maranhão, chamada Provedoria da Fazenda Real. As provedorias foram réplicas criadas nas capitânias com o intuito de tratar dos assuntos fazendários, mais precisamente ligadas aos assuntos administrativos, de recolhimento de tributos e, também, a aplicação das receitas. Primordialmente, as provedorias das capianias, também intituladas de provedorias menores, estavam vinculadas à Provedoria-mor, na Bahia. Em outras palavras, as provedorias menorias deviam respaldos de funcionamento

à Provedoria-Mor, devendo informar sobre as arrecadações e os gastos das capitanias, bem como todos os outros assuntos relativos à fiscalidade.

O interesse por esse assunto despontou na graduação, por intermédio de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Naquele plano de trabalho, os objetivos consistiram na compreensão sobre o funcionamento da Provedoria do Maranhão e dos oficios que direcionavam suas incumbências no século XVIII. Com o amadurecimento da temática e a análise da documentação, sentimos a necessidade de retroceder nos registros do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), e as principais questões que passaram a circular estiveram ligadas à forma como ocorreu a instalação/fundação da Provedoria da Fazenda Real do Maranhão, ou seja, de que modo a instituição se estabeleceu na capitania, como eram os aspectos do seu funcionamento, quais cargos e indivíduos serviram nos primeiros anos.

Quando buscamos pesquisas sobre essa temática, encontramos muitas referentes ao Estado do Brasil, de históriadores como Mozart Menezes sobre a Provedoria da Paraíba (Menezes, 2005), Livia Barbosa sobre a instituição no Rio Grande do Norte (Barbosa, 2021), Clarissa da Silva sobre a Provedoria de Pernambuco (Silva, 2014). Sobre a região do Maranhão, destaco o trabalho de Raimundo Neves Neto, que em tese de doutoramento aborda a Provedoria da Fazenda na Amazônia colonial (Neves Neto, 2019), mas Raimundo Neves, está preocupado, particularmente, com um grupo de serventuários nomeados de contratantes e/ou arrendadores na capitania do Pará no século XVIII.

Desta forma, carecemos de trabalhos que abordem essa dinâmica inicial de funcionamento da Provedoria do Maranhão, para compreendermos as particularidades dessa região.

Os primórdios de uma instituição fiscal na Capitania do Maranhão

Para compreendermos em quais circunstancias foi instalada a Provedoria no Maranhão, é necessário falarmos sobre o processo de colonização das terras da região Norte e, sobretudo, da região que ficou conhecida como Maranhão

e Grão-Pará, que ocorreu de maneira mais efetiva, a partir da ocupação francesa, de 1612 até 1615 (Daher, 2007). Com a expulsão francesa em 1615, os portugueses iniciaram o processo de ocupação, instalando na nova conquita os seus aparelhos de controle ou, ainda, seus aparelhos político-administrativos. Dentre estes, esteve a Provedoria da Fazenda.

Em 1616, embora em um momento inicial de colonização portuguesa nessa região, observamos a preocupação do Estado em encaminhar pessoas para ocupar os cargos que competiam a esfera administrativa da fiscalidade na Capitania do Maranhão. O historiador Jerônimo de Viveiros em *História do Comércio no Maranhão (1612-1895)* afirma que, no ano supracitado, "não havia serventuários da real fazenda, o que denota a ausência de impostos e, consequentemente, a de comércio, digno de menção" (Viveiros, 1992, p. 14). Aparentemente, a afirmativa de Viveiros denota uma incoerência, pois os próprios documentos frutos da comunicação política entre Reino e conquistas, já apresentaram em 1616 a disposição favorável para a implementação de órgãos administrativos da fiscalidade, por meio da nomeação de sujeitos participantes do processo de conquista do Maranhão.

Ao examinar a comunicação política da época podemos afirmar que a nomeação para o cargo de provedor, naquele momento, indicava a tentativa de formação de um corpo de oficiais fazendários para tratar das questões fiscalistas que se desencadearia na então Capitania do Maranhão. Nesse sentido, compreende-se que a colonização do Maranhão ocorreu por meio da ocupação do espaço e, sobretudo, da institucionalização do aparelho administrativo, do qual o órgão Provedoria da Fazenda foi imprescindível. Isto é, à medida que são atribuídas pessoas para ocupação de cargos públicos, delineia-se o alicerce de instituições reguladoras do seu funcionamento e, consequentemente, base da continuação do governo, o que afasta as propensões de outros povos.

À princípio, a coroa hispano-lusa enfrentou uma dificuldade na ocupação dos cargos. Os registros indicam que várias nomeações foram realizadas, porém, os sujeitos providos negavam a ocupação. Uma das principais justificativas era a dificuldade no deslocamento com as famílias para a nova conquista lusa, haja vista as dificuldades de estabelecimento na região. Além do mais, contrariamente às capitanias do Estado do Brasil, a capitania do Maranhão não contava com uma estrutura que propiciasse o conforto aos oficiais e suas famílias.

As primeiras informações referentes a oficiais da Provedoria da Fazenda do Maranhão datam de 7 março de 1616, ou melhor, referências a sujeito nomeado. Trata-se de Francisco Nunes Marinho de Sá que, quando escolhido para a incumbência, residia na Paraíba (AHU, Cx. 1, D. 5). Marinho de Sá recusou o deslocamento ao Maranhão para a serventia do ofício dado pelo Vedor da Fazenda da Repartição da índia, Luís da Silva, mas foi nomeado em dezembro daquele mesmo ano como capitão-mor da Paraíba (AHU-MARANHÃO, cx. 1, doc.08). Ele, como tantos outros serventuários reinóis no ultramar, foi um sujeito que transitou por espaços e funções na burocracia, ou seja, ocupando cargos em outras capitanias. A título de exemplo destacamos a Bahia, onde Marinho de Sá serviu como provedor a partir de 1617 e prometeu "proceder com jeito e limpeza" nos negócios da Fazenda (AHU-MARANHÃO, cx. 1, doc. 9). Neste momento, dividiu-se entre as competências da provedoria e do ofício de capitão-mor.

Diante do contexto encontrado na nova conquista hispano-lusa, questionamo-nos de que forma atuaria um provedor da Fazenda, quais funções exerceria em um local que, como já mencionado, não havia o que tributar; ou mesmo quanto tempo permaneceria cada um desses indivíduos nos cargos. Embora Jerônimo de Viveiros afirme a inexistência de um comércio em 1616 que propiciasse a atuação de um provedor ou qualquer outro serventuário da fiscalidade, o documento que faz referência a Francisco Nunes Marinho de Sá comunica que seria outra a atividade exercida pelo provedor não empossado na repartição. Atividade essa que era distinta das atividades, comumente, executadas pelos provedores em outras capitanias do Estado do Brasil e/ou que, pelo menos, não foram retratadas nos estudos dessa temática.

Ademais, a própria Fazenda Real foi criada em função de interesses de controle das rendas e ganho da Coroa em relação ao Estado do Brasil. Graça Salgado em *Fiscais e meirinhos*, por exemplo, destaca que a Provedoria era compreendida como um órgão administrativo que funcionava em coerência com a política econômica portuguesa (Salgado, 1985). A Fazenda estava a serviço do controle das atividades mercantis e da transferência da renda da colônia para o Estado, agindo como uma das extensões dos interesses econômicos do reino.

Na capitania do Maranhão, entretanto, a única obrigação citada na Carta Régia de Francisco Nunes, seria a distribuição de terras entre os povoadores

que já se encontravam na capitania do Maranhão, da mesma maneira que havia realizado Alexandre de Moura, haja vista que essas pessoas seriam aquelas que fariam parte da povoação, fundariam uma base econômica e estabeleceriam relações comerciais e, consequentemente, seriam taxadas pela instituição que se buscava erguer (AHU-MARANHÃO, cx. 1, doc. 5).

Esse elemento contradiz argumentos de historiadores como Prado Júnior que afirma a implementação de réplicas tais como funcionaram na metrópole. Portanto, as atividades que seriam realizadas pelo oficial régio seriam concernentes às necessidades existentes na capitania no período em questão. Esse foi, vale ressaltar, um traço marcante da administração portuguesa: a adequação à realidade colonial. Atrelado a este elemento, une-se o que também pode ser considerado como uma não uniformidade e/ou assimetria de funções, também foi uma particularidade do império luso.

Voltando para as ordens locais observamos que, pouco tempo depois da recusa de Francisco Nunes Marinho de Sá, o rei Felipe II concedeu nova nomeação, não apenas para o ofício de provedor, mas também para escrivão da Fazenda Real do Maranhão a Bartolomeu Vasconcelos e Francisco da Fonseca que receberam Carta Régia para executarem as incumbências de provedor e escrivão, respectivamente, em registro de outubro de 1616. A missiva de Bartolomeu e Francisco não fazem alusão às atividades que desempenhariam no espaço do Maranhão, tampouco há referências se ambos os indivíduos foram a nova conquista e exerceram funções inerentes aos seus cargos, nem mesmo dados que possam apontar a possível atuação dos serventuários foram encontrados.

Contudo, essa ausência nos direciona a outros caminhos.

Pernambuco e as questões fiscais da Capitania do Maranhão

Assim como as Provedorias de capitanias como Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o Maranhão também passou a responder burocraticamente à Provedoria-mor sediada na Bahia. Ainda em 1616, o monarca encaminhou ao governador do Estado do Brasil a quantia de oito mil cruzados e instruiu que a verba deveria ser aplicada na Provedoria da Capitania do Maranhão. Pressupõe-se, que o valor oferecido pelo monarca serviria para o

pagamento dos ordenados dos oficiais contratados naquele ano na repartição fiscalista, ou seja, o soldo de Bartolomeu Vasconcelos e Francisco Nunes, provedor e escrivão respectivamente, ou mesmo para o pagamento dos soldados encarregados de proteger a nova conquista.

Essa ação, contudo, não seria um caso isolado. A Provedoria da Paraíba é um claro exemplo de como as atribuições do escopo administrativo poderiam ser transferidas de localidade a depender das justificativas. O historiador Mozart Meneses analisa a Provedoria da Paraíba e destaca o enfraquecimento e falência da repartição fazendária dessa capitania no século XVIII, motivo pelo qual as questões jurídicas e fazendárias foram anexadas à Provedoria de Pernambuco (Menezes, 2005).

Conforme já destacado, os sujeitos nomeados para ocupar as incumbências da Provedoria da capitania do Maranhão se recusaram a deslocar-se para a região e, consequentemente, exercer tais cargos. Sem serventuários no exercício das funções fiscalistas ligados à instituição Provedoria, os assuntos relativos aos tramites fiscais do Maranhão foram transferidos para a alçada fiscal de Pernambuco. Assim, nesses primeiros anos de colonização da região do Maranhão, foi da Provedoria da Capitania de Pernambuco que partiu as determinações sobre os pagamentos dos soldados e demais questões ligadas as despesas e receitas da Capitânia do Maranhão.

Foi aos poucos que a então capitania do Maranhão foi ganhando corpo administrativo nas mais diversas esferas e recebendo da Provedoria de Pernambuco anuência para tomar de conta das questões fiscais da conquista. No âmbito jurídico, foi produzido, no ano de 1619, o Regimento do ouvidor do Maranhão, no qual foram redigidas as competências jurisdicionais desse agente da justiça, além das disposições referente à instância fiscal (Saragoça, 2000). Em 1621, foi a vez do poder eclesiástico; ordenou-se a criação de um Bispado no Maranhão (Mendonça, 2011). Em 1621, também foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1623, o rei nomeou Coelho de Carvalho para o cargo de governador e capitão-geral do Estado do Maranhão e Pará (ANTT, L. 18, F. 154-155). E junto dele, nomeaou-se também Raimundo Jácome de Noronha para Provedor-mor do Estado Colonial do Maranhão.

De modo geral, a existência da instituição provedoria dependia do quadro administrativo formado pelos sujeitos que recebiam nomeação régia ou que

se dispunham para cumprir tais obrigações. A instalação do governo-geral em São Luís em 1621, e a designação efetiva da ocupação de cargos na esfera fiscalista, podem ser apontados como marco concreto da criação e instalação da Provedoria-mor no território do Maranhão.

No "império onde o sol nunca se punha", no dizer de António Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos, a Provedoria da Fazenda foi uma instituição que fez parte da estrutura montada pela Coroa portuguesa, visando o domínio de suas possessões ultramarinas (Hespanha; Santos, 1998). Nesse sentido, caracterizado pelo sistema corporativista, contou com um conjunto de agentes, peças fundamentais para o funcionamento e instalação do poderio português (Hespanha, 1993). A atribuição desses ofícios pelo monarca, era, socialmente, compreendido como uma dignidade que correspondiam prestígios e uma "preeminência na sua comunidade e perante os órgãos públicos" (Wehling; Wehling, 2000).

Os agentes régios providos para a ocupação de cargos da instituição fiscal, eram sujeitos que transitavam entre várias paragens de possessão portuguesa, servindo e representando a Coroa nesses locais, exerceram diversas funções administrativas, nas esferas fiscais, militar e até eclesiástica. No Maranhão, se dedicaram aos interesses reais, mas também aos seus próprios interesses, razão pela qual, alguns passaram por casos de deliberações judiciais. Mas esse assunto é tema para outro ensaio.

Considerações finais

A Provedoria do Maranhão passou por algumas dificuldades de instalação nos primeiros anos de colonização, em função das negações dos indivíduos nomeados em deslocar-se para a região. A partir dessa conjuntura, as jurisdições fiscais da capitania foram transmtidas para a Provedoria de Pernambuco até por volta de 1621, quando é criado o Estado Colonial do Marahão, com um Governo-geral e Provedoria-mor independentes do Estado do Brasil.

Foi por meio dessa dinâmica e, sobretudo, pela nomeação e deslocamento de Jácome de Noronha, primeiro provedor da Fazenda Real do Maranhão, que a Provedoria do Maranhão ganhou concretude e passou a funcionar e gerir a fiscalidade na nova conquista, arrecadando os tributos e administrando

as despesas para a manutenção do espaço. Haja vista, é a nomeação e efetiva ocupação dos cargos que garantiam a organização e funcionamento dos órgãos que compunham os aparelhos burocráticos.

Referências

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, das receitas o sustento**: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723). Natal: EDUFRN, 2021.

CARTA RÉGIA (capítulo) do rei Filipe II para o vedor da fazenda da Repartição da índia, Luís da Silva, sobre a recusa de Francisco Nunes Marinho e ir para o Maranhão como provedor da Fazenda Real e em distribuir as terras para os povoadores, tal como havia feito o [capitão-mor], Alexandre de Moura. Arquivo Histórico Ultramarino, Cx. 1, D. 5, Madri, 07 de março de 1616. Disponível em: resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=24. Acesso: 09 maio 2023.

CARTA do capitão-mor da Paraíba, Francisco Nunes Marinho de Sá, ao rei [Filipe II], sobre a ocupação do cargo de provedor -mor da Fazenda Real, os rendimentos da capitania, os engenhos e mosteiros ali existentes, e a conveniência do arrendamento da capitania para pagamento da despesa, evitando-se atrasos pela distância de Pernambuco. Arquivo Histórico Ultramarino, Paraíba, 13 de outubro de 1618, Cx. 1, D.10. Disponível em: Projeto Resgate - Paraíba (1593-1826) - DocReader Web (bn.br). Acesso: 12 abr. 2023.

DAHER, Andrea. **Brasil francês**: as singularidades da França Equinocial 1612-1617. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Filipe III nomeia Francisco Coelho de Carvalho para o cargo de governador e capitão-geral do Maranhão e Pará. Lisboa, 23 de setembro de 1623. ANTT, Chancelaria de Filipe III, livro n. 18, fols. 154-155.

HESPANHA, A. Manuel e SANTOS, Maria C. dos. Os poderes num império oceânico. *In:* HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal** (vol. 4). Lisboa: Editorial Estampa, p. 351-366, 1998.

HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. *In:* MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação**: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Parochos Imperfeitos:** Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

NEVES NETO, Raimundo Moreira. **Em aumento dos contratos de minha Fazenda e do bem desses vassalos**: a coroa, a Fazenda Real e os contratadores na Amazônia Colonial (séc. XVII e XVIII). Jundiaí (São Paulo)? Paco Editorial, 2019.

OFÍCIO do capitão-mor do Maranhão, Alexandre de Moura, ao rei Filipe II, sobre a tomada da fortaleza francesa de São Luís. Faz referências ao estado geral do Maranhão; ao estabelecimento de índios em Tapuitapera; ao reconhecimento de alguns rios e ilhas; à qualidade das terras e à importância do povoamento desta região. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 24 de setembro de 1616, Cx. 1, D.08. Disponível em: Projeto Resgate - Maranhão (1614-1833) - DocReader Web (bn.br). Acesso: 09 de maio de 2023.

PROVISÃO (cópia) do rei Filipe II, ao capitão-mor da Paraíba, Francisco Nunes Marinho de Sá, ordenando informação sobre a aceitação e ocupação do cargo de provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil, de que lhe fez mercê por morte de Sebastião Borges. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 22 de dezembro de 1617, Cx. 1, D. 9. Disponível em: Projeto Resgate - Paraíba (1593-1826) - DocReader Web (bn.br). Acesso: 12 de abril de 2023.

SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e Meirinhos**: a Administração no Brasil Colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1985.

SARAGOÇA, Lucinda. **Da "Feliz Lusitânia" aos confins da Amazônia (1615-62)**. Lisboa – Santarém: Edição Cosmos, p. 267-270, 2000.

SILVA, Clarissa Costa Carvalho e. **Nos labirintos da governança**: a administração fazendária na capitania de Pernambuco (1755-1777). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. *In:* DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, p. 143, 2000.

VIVEIROS, Jerônimo**. História do Comércio no Maranhão (1612-1895).** V. 1. São Luís: Lithograf, 1992.

Editora
SERTÃO CULT
10 anos

Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Prod, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 660 páginas e em e-book formato pdf.
Outubro de 2024.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIS ELETRÔNICOS

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

ISBN 978-655421173-4

9 786554 211734

Editora SERTÃO CULT